



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 3

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para "investigar, no prazo de 130 (cento e trinta) dias, com limite de despesas de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades."

PRESIDENTE: Senador Plínio Valério

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli

RELATOR: Senador Marcio Bittar

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES EM BRASILEIA E EPITACIOLÂNDIA (12H - HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF).

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e vinte e três, no Reserva Extrativista Chico Mendes em Brasileia e Epitaciolândia (12h - horário de Brasília-DF), sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS. Passa-se à apreciação da pauta: **Diligência Externa. Finalidade:** Depoimento de lideranças locais a respeito da ação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região da Reserva Extrativista Chico Mendes, conforme Requerimento 107/2023-CPIONGS. **Resultado:** Diligência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/10/19>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos. Obrigado pela presença. Obrigado pelo apoio. Nós precisamos muito desse apoio, e a presença dos senhores e das senhoras nos diz isto: estamos apoiando. E nós precisamos mesmo, para continuar no ritmo e no rumo em que estamos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior a partir de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

Antes de começar a executar a pauta, passo a palavra ao nosso Prefeito de Eptaciolândia, Sérgio Lopes de Souza, agradecendo pela recepção.

O SR. SÉRGIO LOPES DE SOUZA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Muito obrigado, Senador.

Cumprimento aqui o Senador Plínio, Presidente da Comissão da CPI das ONGs.

Cumprimento aqui o meu amigo Senador Marcio Bittar. Ao mesmo tempo, agradeço-lhe por ter trazido representantes da CPI das ONGs aqui para Eptaciolândia, para conversar com os moradores de toda a reserva do Alto Acre, a Reserva Chico Mendes, e também ter agendas com representantes da reserva no Juruá.

Acredito que é uma decisão acertada, Senador. Essas discussões sobre a utilização da reserva, a forma como precisam ser utilizados esses recursos públicos e esses recursos naturais, que são a reserva, precisam ser discutidas com o morador da reserva. Nós não podemos aceitar que entidades discutam e decidam a forma como os nossos recursos naturais serão utilizados, sem a participação efetiva dos moradores da reserva. Então, é uma decisão acertada.

Estou muito feliz, na manhã de hoje, por poder sediar, aqui no Município de Eptaciolândia, esta audiência pública.

Cumprimento o Senador da República Styvenson, representando o Rio Grande do Norte, mas é acriano de nascimento. Então, seja muito bem-vindo, Senador. Eptaciolândia e o Acre estarão sempre de portas abertas a todos vocês.

Cumprimento aqui o Senador da República Jaime Bagattoli. Tive a alegria de conversar com ele um pouquinho ali. É Senador pelo Estado de Rondônia, o meu segundo estado. Na verdade, nasci em Minas, mas meus pais vieram para Rondônia em 1986, e a minha família também é política no Estado de Rondônia e tem boas relações políticas com o Senador.

Muito obrigado pela presença. Muito bem-vindo a Eptaciolândia. Nós estamos de portas abertas a todos vocês.

Cumprimento o representante da Câmara de Eptaciolândia, o Vereador José Maria; o representante da Câmara de Xapuri, o Eriberto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja muito bem-vindo, Eriberto. Transmita o nosso abraço ao Prefeito Bira, que é um grande amigo, e aos demais Vereadores, sempre marcando presença nas atividades realizadas aqui em Epitaciolândia.

É uma alegria recebê-los aqui. Vocês são sempre muito bem-vindos.

Cumprimento o Leonir, que representa a Câmara de Vereadores de Brasileira.

Cumprimento a todos os presentes, os representantes da reserva que estão aqui. Não vou nomeá-los porque são muitos, muitos amigos que estão aqui, mas queria destacar a presença do José Maria, que hoje preside a Amoprelândia, que é a Associação da Reserva Extrativista Chico Mendes, em Epitaciolândia, e o Romário, que é Presidente da Amopreb.

Sejam muito bem-vindos ao evento.

Menciono aqui, Marcio, que nós falávamos há pouco que eu conversava com o Antônio José, morador da reserva, que está aqui presente. Mostrou-me as mãos calejadas, as mãos feridas de tanto trabalho. E ele dizia para mim o seguinte: quando ele tinha seis anos de idade e já ajudava a família nos afazeres domésticos, de casa, a mãe dizia: "Olha o meu rapaz: trabalhador". E ensinou-o a trabalhar. E, hoje, a sensação que ele tem é que ele é um infrator, porque ele mora dentro da reserva, não pode fazer nada, tem as mãos calejadas... E, para muitas entidades, ele é um infrator. Mas nós precisamos mudar essa realidade.

O morador da reserva precisa ter direito a trabalhar, a cultivar a terra, a explorar esse pedaço de chão e ter condições de educar bem os seus filhos.

Eu estou há cerca de um ano com um pedido junto ao ICMBio e ao Ibama, pedindo a autorização para construirmos uma escola dentro da reserva, uma escola! E, até hoje, sequer obtivemos resposta disso.

E nós queremos construir uma escola porque já existe uma escola lá, mas uma escola sem condições adequadas de atender às famílias, atender às nossas crianças, aos nossos professores, aos moradores da reserva. E nós queremos construir uma escola lá para dar dignidade a esses alunos e a essas famílias.

Porém nós encontramos os mais variados entraves.

Nós construímos ponte dentro da reserva. E você não sabe a luta que foi para nós construirmos uma ponte, para tirar madeira e construir uma ponte! Nós ficamos num processo de licenciamento e construção que durou quase dois anos, para a gente fazer uma ponte, para dar dignidade e acesso aos moradores da reserva.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui, nós precisamos aprofundar estas discussões e nós precisamos destravar muitas coisas e mudar a nossa legislação, para que o morador da reserva tenha condições de manter a sua residência dentro da reserva e ter condições de educar bem a sua família.

No mais, muito obrigado.

Sejam todos bem-vindos.

Obrigado pela presença de vocês.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Prefeito Sérgio Lopes.

O seu depoimento confirma tudo o que ouvimos há pouco, embora, para nós, não se constitua uma surpresa este sofrimento que vocês passam em relação ao que eles dizem lá fora, mas é sempre muito bom ouvir e esse é o objetivo.

A presente reunião tem o objetivo de colher o depoimento de lideranças locais a respeito da ação de Organizações Não Governamentais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público na região da Reserva Extrativista Chico Mendes, conforme Requerimento 107, de 2023, da CPI das ONGs.

Saúdo o Eriberto, brilhante Presidente da Câmara de Xapuri. É um prazer tê-lo aqui.

O representante da Câmara de Brasileira, Leonir Furtado. É um prazer muito grande tê-lo aqui.

E o da Câmara de Epitaciolândia, o José Maria.

Querem fazer uso da palavra?

Com a palavra, então, o Leonir Furtado, representante da Câmara de Brasileira.

O SR. LEONIR FURTADO (Para expor.) – Senhores, boa tarde a todos.

Muito feliz por este momento.

Agradeço, em primeiro lugar, ao nosso Deus, que é o dono da vida e que nos oportunizou este momento, para estarmos todos aqui.

Agradeço a presença de cada um dos senhores.

Cumprimento todo o dispositivo, em nome do nosso amigo Senador Marcio Bittar, e, ao mesmo tempo, registro aqui a minha gratidão pela iniciativa de estar abraçando esta causa, reunindo com todos nós.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como já falado aqui, sou Vereador do Município de Brasileira. Sou também produtor rural – está caracterizado, dá para perceber. Não precisava nem falar –, e nós viemos aqui justamente porque somos pais, pais de família, homens trabalhadores e sentimos na pele. E nós viemos aqui expor o nosso descontentamento também com tudo aquilo que hoje vem acontecendo com o homem do campo, o produtor rural e o extrativista também.

É a contramão da vida, nós entendemos. É o que nós vemos.

Conversando, em pé de orelha, com o Senador Marcio Bittar, é novidade para mim ele dizer que não tem conhecimento de que é preciso tirar uma licença para fazer uma ponte ou uma escola e uma limpeza de ramal também, coisa fora da lógica. Um ramal que já existe, ser preciso uma autorização, uma licença!

Eu quero dizer uma coisa para os senhores: eu não deixo ninguém colocar ordem na minha casa. Lá, tem um chefe. Quem manda lá sou eu. Tente chegar lá para ver. Lá, quem manda sou eu. Então, nós não aceitamos que alguém venha colocar ordem naquilo que é nosso. O nosso país é de nós, que somos brasileiros.

Se alguém destruiu o seu ecossistema, se alguém destruiu a sua biodiversidade que se conserte para lá. Agora, nós não devemos pagar pelo erro de ninguém.

Essa é a nossa insatisfação.

Creio que os senhores que estão aqui, os majoritários, do alto escalão, lideranças políticas que estão no poder e que podem nos representar, levem as nossas discussões, os nossos descontentamentos, que o homem do campo vem sendo penalizado.

Sabemos que tudo vem lá da matéria-prima. Nós somos uma potência. Os senhores são uma potência. Se nós pararmos, trava tudo, morrem de fome lá e morrem de fome aqui.

Então, merecemos respeito, merecemos dignidade, com as nossas famílias, com as nossas crianças!

E tem uma coisa: todos os senhores que estão aqui, eu sei que sentem na pele aquilo que eu sinto, e nós daremos o último nosso, a nossa última gota de sangue para defender aquilo que é nosso, a nossa honra, o nosso trabalho!

Se a gente for contar as atrocidades que a gente tem visto e vivido...

Qual é a lógica, qual é a sensação de um agente do ICMBio que chega para penalizar um pai de família, que eu chego a dizer que é um abuso de poder, um abuso de autoridade? Qual é a sensação que ele tem de, na frente da esposa, na frente da família, na frente dos filhos, chegar e sentar a mão na orelha de um pai de família trabalhador, derrubar a sua casa, expulsá-lo da sua terra, um trabalhador digno?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a sensação que nós sentimos?

Nós estamos em busca de dias melhores. Nós estamos em busca de uma vida melhor.

Mas, senhores, uma verdade eu tenho para dizer para os senhores: nós podemos hoje consultar a filosofia, a psiquiatria, todos os livros acerca do comportamento humano; nós não vamos encontrar uma resposta – os líderes militares, os chefes de governo, os líderes de nações –, uma resposta à altura da necessidade do homem e da mulher; nós não vamos encontrar uma resposta à altura que venha a proporcionar dias melhores para nós.

Nós vivemos a mercê de uma sorte, e o próximo passo parece que é o abismo. Vivemos quase que no desespero, Srs. Senadores. Tenham misericórdia.

Estou falando aqui em nome de uma categoria. Estamos fazendo aqui um clamor: nós já não aguentamos mais! Sabemos que a agricultura, sabemos que a produção, que o agro é que carrega este Brasil nas costas, é que conduz este país nas costas, é a mola que conduz tudo, e nós precisamos – e merecemos – de respeito e dignidade.

Muito obrigado aos senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Vereador Leonir Furtado, representante da Câmara de Brasília.

Uma das notícias boas é que, no momento, nós estamos sendo transmitidos direto pela TV Senado. Isso é muito, muito bom!

O Senador Marcio Bittar, nosso Relator e nosso anfitrião.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bem, bom dia a todos!

Hoje, chegou o dia para a gente ouvir. Muitas coisas a gente já sabe, outras a gente vai aprendendo, mas eu preciso pedir a palavra para, em primeiro lugar, parabenizar o Senador Plínio Valério e agradecer a ele. Foi esse amazonense, vizinho nosso, que lutou, durante mais de quatro anos, insistentemente, com muita dificuldade, com muita resistência, mas ele passou mais de quatro anos insistindo, e esta CPI foi criada fundamentalmente pela persistência, garra, vontade e determinação desse amazonense, nosso vizinho, Plínio Valério. Se, hoje, o Brasil está tendo a oportunidade, agora através da TV Senado, de ver uma realidade do povo da Amazônia, que não é mostrada lá fora, nós devemos muito disso ao Senador Plínio Valério, e eu quero fazer este registro.

Agradeço ao Jaime, Senador da República, também de um estado vizinho nosso aqui, Rondônia, que é Vice-Presidente da CPI. Hoje, saiu da sua rotina de ida para o seu estado, fez uma cirurgia um dia desses e já está conosco aqui no Acre, mais particularmente, neste momento, em Epitaciolândia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar e agradecer ao Styvenson, que é acriano. Saiu daqui já homem, adulto... Estou brincando que nós estamos com um plano de ocupar o Brasil. Então, nós combinamos aqui com o Styvenson... Ele foi para o Rio Grande do Norte, hoje é Senador da República pelo Rio Grande do Norte. Ele me disse, quando aprovamos o requerimento para vir ao Acre: "É a oportunidade que eu esperava e queria para rever meu estado natal". (*Palmas.*)

Acriano de nascimento, Senador da República pelo Rio Grande do Norte e, hoje, está aqui conosco.

Hoje, quero agradecer ao Prefeito Sérgio – já falei ali na entrevista à televisão – pelo acolhimento. O Sérgio, anteontem – está completando 48h –, teve o seu quarto filho, uma menina. Eu perguntei para ele o seguinte: "Você não falou para a esposa que fui eu que chamei você para vir logo para cá, não é?" Porque eu falei para ele assim: "Ó, eu já tenho quatro filhos, 24h depois você já pode sair, rapaz!" E falei: "Você não falou para a esposa que fui eu que disse isso não. Senão, ela está com raiva de mim". Então, muito obrigado, Sérgio, por ter vindo, pela acolhida, pela estrutura. Muito obrigado.

E, hoje, é para ouvi-los.

Eu, Marcio Bittar, venho dizendo há mais de 30 anos, já vai para 40 anos que eu venho dizendo que essa conta não fecha. A única maneira de prosperarmos é utilizar os recursos naturais dados por Deus, o Pai da Criação, e transformarmos esses recursos em potencial em recursos reais. Se nós somos proibidos, não tem como fechar essa conta. E, meus irmãos, a CPI está aprofundando uma convicção que tínhamos: primeiro, é uma ilusão o brasileiro achar que vai atender a Europa, que vai atender os Estados Unidos, que vai atender o Canadá, a Inglaterra e que eles vão pagar por nós. Não vão! Eles têm as demandas deles; eles têm os problemas deles para resolver

Para nós, que olhamos para lá, eles são todos milionários, mas você vai ao país deles e vê que eles têm problemas. Eles vão deixar de resolver e de atender os deles para nos atender? Não vão! E a prova é que há 15, 20 anos, quando eles exigiam... Porque fazem os encontros internacionais, fazem os compromissos, mas sabem quem é para pagar os compromissos, Vereador? O Brasil. Eles fazem os compromissos nos encontros internacionais, mas a conta para pagar é nossa. E, aí, eles dizem assim: "Mas nós vamos recompensá-los". Há mais de 15 anos prometeram, em uma das COPs, encontros internacionais, US\$100 bilhões por ano para fazer a compensação. Quinze anos depois, não deram US\$10 milhões. Então, essa ilusão precisa acabar. Enquanto nós tivermos esse mito, esse filme na cabeça de que nós vamos atender aqui, em nome do mundo rico, e eles vão compensar, nós não vamos sair desse lugar.

Outra convicção é que as ONGs vivem com recursos bilionários. Meus irmãos, as ONGs que estão passando pela CPI, as cinco que já passaram, já passaram de R\$2 bilhões! Elas recebem 25 milhões, 50 milhões, 80 milhões por ano! Então, a vida deles está muito bem, obrigado. Os filhos deles, quando estão doentes, quando precisam ser operados, não é aqui para a Amazônia que eles vêm não! Falam de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ecoturismo, mas todos eles, quando vão passear, não é para a Amazônia que eles vêm não! É para a Europa.

Agora, dos bilhões de reais que encheram os bolsos das ONGs, o que está chegando no Acre, o que está chegando na Amazônia? Nós estamos sendo recompensados? Não! Acabamos de passar pela Reserva Chico Mendes. É essa a vida que o mundo rico quer que a gente leve? Daqui a pouco, começa a chover outra vez. Das famílias e mais famílias que moram lá dentro, vai ter alguém doente, vai ter o menino que vai cair da árvore, vai quebrar a perna, o braço; vai ter alguém que vai precisar vir para o hospital. Vem de que jeito? Do jeito que nós sabemos. Vocês já viram e eu também já vi gente morrer na rede por falta de tempo de chegar.

Nós vivemos numa escravidão. Tudo que se vai fazer na área rural tem que ter autorização, tem que ter um patrão para mandar. Se o ICMBio não der a licença, não pode destocar. Eu confesso que eu não sabia disso. A prefeitura não tem poder para nada – que é o eleito! Quer fazer uma escola, tem que pedir licença; quer arrumar um ramal, tem que pedir licença para o ICMBio. O colono quer arar uma terra para destocar, tem que pedir licença para o ICMBio. Até a quantidade de borracha tem um limite para se tirar, senão paga. Como é que isso pode? Isso é um regime comunista. Você não pode usar sua terra!

Digam-me uma coisa: nós temos fortunas incalculáveis debaixo dos nossos pés e proibem a gente tirar. Quem é que abre mão? Você tem um cartão da Mega-Sena premiado – R\$100 milhões –, é seu o cartão, que são as riquezas do subsolo da Amazônia, aí você abre mão desse prêmio para alguém te prometer R\$50 por mês de Bolsa Floresta? De R\$100 de Bolsa Floresta? Quem é que abre mão de um prêmio de R\$100 milhões pela promessa de uma Bolsa Família de R\$100? Agora a Marina está dizendo que pode chegar a R\$200. Você abre mão de uma fortuna para uma esmola dessa? Isso é uma vergonha!

Eu pergunto a eles que vão na ONG: vocês não têm vergonha? Vocês não se envergonham? Primeiro, de receber dinheiro daqueles que mais poluem. Elas se dizem preocupadas com o meio ambiente, não é isso? Mas a Alemanha polui mais do que o Brasil inteiro e é muitas vezes menor. O Brasil é 40 vezes maior do que a Alemanha, e eles recebem dinheiro deles. A Inglaterra mandou furar mais 100 poços de petróleo, e eles recebem dinheiro deles.

E a gente pergunta na CPI das ONGs: vocês acreditam que a Revolução Industrial, que o petróleo é poluidor? "É". E como é que vocês recebem dinheiro deles? Como é que vocês recebem dinheiro daqueles que mais poluem se vocês se dizem preocupados com o meio ambiente?

Eu vou repetir: a Inglaterra, o Reino Unido é um pouco maior do que Roraima – um pouco maior do que Roraima –, joga mais CO₂ no planeta, que eles dizem que é o vilão, do que o Brasil inteiro, mas recebe dinheiro deles.

Então, meus irmãos, essa conta não fecha – essa conta não fecha – e nós estamos pagando com a nossa pobreza.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Disse o Plínio agora há pouco, e eu vou pedir autorização para copiar a frase, porque o que ele viu lá dentro, que é o que ele vê no interior do Amazonas, é pobreza beirando a miséria. É assim que nós somos compensados? Sem ramal, sem escola, sem poder ver nossos filhos se formarem, terem um curso, poderem ter um emprego decente? Essa conta não pode continuar.

Qual é o papel da CPI? Eu vou encerrar pra ouvir vocês, todos que estão aqui, as lideranças, quem veio lá de dentro. O papel da CPI, criada pelo Plínio, com o Styvenson, comigo, com o Jaime e com os outros integrantes, é mostrar para o Brasil que falam da Amazônia, mas não conhecem, falam, mas não moram aqui, falam, mas não querem o seu filho aqui.

Eu perguntava um dia desses: quem é que quer ter um filho... Quem é que sonha em ter um filho e dizer assim: eu quero que meu filho, quando crescer, vá ser seringueiro, levante a mão? Quem é que quer levar a sua mãe ou o seu pai de volta para o seringal para viver do extrativismo levante a mão.

Ninguém quer pra si, pra sua família, viver isolado. A pessoa quer viver num lugar que tem asfalto, que tem uma escola, que tem um posto de saúde, que ele desempenhe um trabalho em que ele tenha renda pra viver e sustentar bem os seus filhos, a sua prole. Então, o nosso papel é mostrar isso pro Brasil.

E, ao terminar a CPI, no final deste ano, nós propomos, no relatório aprovado pela Comissão, medidas legislativas que devolvam um pouco do poder que nós perdemos como brasileiros, como amazônidas, sobre as riquezas naturais da nossa região. Esse é o objetivo, é uma luta grande, porque eles estão infiltrados em tudo que vocês possam imaginar: nas universidades, nos jornais, convênios com professores, em todo canto, nos governos, em nosso Governo, o Governo do Acre.

Amanhã vai ser o dia desse debate.

Ele ajudou uma ONG, a SOS Amazônia, com R\$4 milhões. Essa ONG junto com uma outra ONG, lá de Taumaturgo, são as duas que entraram na Justiça pra proibir a continuidade da BR-364, ligando Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru, do lado de lá.

Queremos construir uma estrada para libertar Santa Rosa, ligando a 364, e não podemos.

Queremos fazer uma estrada ligando Taumaturgo a Porto Walter, tirando aquele povo do isolamento, e somos proibidos de fazer.

Então, isso não pode continuar e esse é o papel da CPI.

Agradeço a todos vocês e termino por onde comecei. Parabéns, Plínio, eu me sinto honrado de fazer parte da CPI e não posso deixar de falar sempre que, se o Brasil, hoje, está tendo oportunidade de conhecer um pouco mais a vida dos amazônidas, é por conta da iniciativa desse amazonense que passou quase quatro anos e meio pra poder ser criada esta CPI.

Muito obrigado, fiquem com Deus! (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Marcio, obrigado sempre pelo apoio, pelo conhecimento e pela boa vontade em nos trazer aqui.

Mais tarde, o Senador Jaime, o Senador Styvenson e eu vamos falar do que sentimos, do que vimos, do que vamos ouvir agora.

Eu quero dizer a você, brasileiro, a você, brasileira, que nós estamos aqui no Município de Epiaciolândia, Acre, distante de Brasília, de onde viemos, dos gabinetes que viemos, 3.245 quilômetros. Essa é a nossa distância dos nossos gabinetes pra cá onde nós estamos pra ouvir do povo, da população, suas reclamações, suas mazelas, pra isso a CPI está instalada.

Quando eu ouço o Prefeito Sérgio Lopes dizer que espera dois anos pra construir uma pinguela, não é? Não é nem ponte, pra construir uma pinguela, o ICMBio não dá. O ICMBio cria regras, impõe regras pra vocês executarem, mas não aprova quando vocês vão lá. Tenho muita coisa a dizer sobre essa hipocrisia. Pra mim, são hipócritas – hipócritas –, façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço.

Enquanto a gente está aqui lutando e vocês aí subjugados, humilhados, isolados, eles estão em Nova York, Paris, Madri, fazendo palestras, ganhando pra fazer palestras.

Mas vamos ouvir... Hoje nós vamos...

Cadê o nome das pessoas... Aqui.

O Sr. Romário Moraes Campelo. Ele está aí? Sr. Romário? Pode vir aqui por favor, Romário.

Presidente da Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Brasília e Epiaciolândia (Amoprebe).

O Romário vai nos falar, nos dizer o que quiser. (*Palmas.*)

O Romário...

Nós não vamos colocar palavras na boca do Romário, nós não combinamos nada. Nós queremos que ele diga o que ele sente, o que ele acha. Se ele tiver que elogiar a reserva, se ele tiver que elogiar os dirigentes do ICMBio, esse povo prepotente, fiscais prepotentes, porque o exemplo vem de cima...

O ICMBio manda, manda na Amazônia, e a gente precisa fazer alguma coisa em cima do ICMBio, que vai... Na outra semana, nós vamos levar um representante do ICMBio lá em Brasília pra exatamente desdizer... porque convencer, não vai nos convencer, vai contrapor o que nós vamos ouvir aqui. Convencer jamais, porque eu sei o que o ICMBio fez no verão passado, não foi coisa boa não.

Com a palavra, Romário Moraes Campelo, Presidente da Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Brasília e Epiaciolândia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Romário. Você pode dizer o que quiser, irmão, desde elogio à crítica, você... Nós estamos aqui para colher o seu depoimento, para saber – a pergunta é simples – se vocês estão satisfeitos morando hoje na reserva, se vocês estão satisfeitos com a direção, o direcionamento do ICMBio. Fique à vontade, irmão.

O SR. ROMÁRIO MORAES CAMPELO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Queremos agradecer a Deus esta oportunidade em nome de toda essa bancada de lideranças que aqui estão. Em nome do nosso Prefeito Sérgio Lopes e do Senador Marcio Bittar a gente contempla esta mesa, já agradecendo aos nossos Senadores pela disposição, pela disponibilidade com que foi tomada para encarar esse desafio tão árduo – não é, Prefeito? –, porque não é fácil o que a gente tem vivido aqui na nossa região.

Mas eu não poderia deixar de agradecer os nossos extrativistas que estão ali presentes, que vieram participar desta audiência pública que muito nos interessa. Então, em nome do nosso companheiro Edimar, que eu acredito que é quem está o mais distante daqui, no km 59... (*Palmas.*)

... a mais de 100km de ramais, o Edimar está ali, e a gente fica contente por isso.

Enfim, gente, vamos lá ao que muito nos interessa.

Ultimamente, nós temos vivido situações... Primeiro, eu quero deixar claro aqui a todas as autoridades presentes, aos nossos moradores que eu sou filho de extrativista, nascido e criado dentro da Resex Chico Mendes. Na verdade, eu nasci muito antes de a reserva existir; eu nasci em 1988, e a reserva foi criada em 1990. Então, assim, durante todo esse percurso, a partir do momento em que a gente passou a entender realmente o que é viver e o que é viver dignamente, podemos considerar hoje que nós estamos vivendo em uma situação de escravidão – situação de escravidão!

Hoje, eu tenho a oportunidade, Senador Marcio Bittar, de ter vindo lá da reserva e hoje ser representante de mais de 3 mil famílias que estão distribuídas dentro de toda essa reserva. Mas, para não ser tão repetitivo, enquanto os senhores já falaram aqui de alguns assuntos de que a gente já tratou, nós estamos subordinados a fatores que nos limitam e tiram nossos direitos, Senador, tiram o nosso direito como cidadão de bem. E aqui, como vocês falaram, nós nos sentimos muitas vezes em uma situação sem saber por onde ou a quem recorrer, quando nós recebemos dentro da Resex uma operação do ICMBio, acompanhado da Força Nacional e da Polícia Federal, que colocou um pai de família que está lá dentro da Chico Mendes, muito antes da criação da reserva, sob a mira de um fuzil R-47. Isso nos preocupa e tem nos tirado o sossego. (*Palmas.*)

E aqui, neste discurso, eu quero pedir aos Srs. Senadores que aqui estão... E eu quero dizer, para todos os extrativistas, que hoje nós estamos tendo uma oportunidade histórica de receber o Senado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal no Município de Eptaciolândia para ouvir os extrativistas e seringueiros. Eu quero parabenizar esta equipe que aqui está. (*Palmas.*)

Então, nós estamos aqui hoje diante de uma oportunidade e pedindo aos senhores que usem a tribuna do Senado Federal em favor deste povo, em favor desta categoria de pessoas.

Hoje, Senador, nós estamos incondicionalizados pela questão de ramal. Este ano nós não tivemos – o Prefeito Sérgio Lopes está aqui presente –, nós não tivemos uma autorização expedida pelo ICMBio – o Vereador Leonir também sabe disso –, pelo Ibama para que nos desse o direito de manutenção de ramal. Manutenção de ramal, entendeu? Nós protocolamos 17 pedidos de ramais no ICMBio, no Ibama, no mês de junho. Até hoje sequer não tivemos uma resposta.

Mas quero dizer a esta categoria que aqui está: nós vamos ficar no isolamento? Nós não vamos ficar no isolamento, porque aqui nós estamos vendo um grupo de pessoas que está abraçando a nossa causa. Amanhã ou depois nós vamos ter uma resposta disso.

Sem falar da situação – quando der o tempo vocês falam, tá? –, sem falar da situação que nós vivemos hoje de energia elétrica, uma das maiores dificuldades, Senador Marcio Bittar e Senadores que estão aqui... Hoje, 20% da reserva tem acesso à energia elétrica; os outros 80% podemos dizer que estão incondicionalizados, por uma questão de acesso, por uma questão de licença e licenciamento ambiental e por uma outra questão mais grave ainda, meu amigo Dejanio, que é a situação que nós estamos vivendo continuamente dentro da Chico Mendes.

É uma situação que nós não conseguimos atualizar, Senador Marcio Bittar, no cadastro da reserva, porque o último levantamento do banco de dados, que foi feito pelo ICMBio, foi no ano de 2009. Nós temos pessoas que já venderam suas colocações. Nós temos pessoas que já vieram a óbito e que continuam, permanecem lá no sistema do ICMBio como existentes, moradores da reserva. Nós temos pessoas que nasceram dentro da reserva, que hoje já são maiores de idade – aí está a prova desse público que está aí – e que não conseguem ingressar dentro do sistema desse cadastro da reserva. E com isso perdem energia; com isso perdem o salário-maternidade; com isso perdem o direito de acessar as políticas públicas, que são muito poucas que existem, para dentro das reservas; perdem o direito de aposentadoria por idade, Senador Marcio Bittar. Nós temos pessoas dentro da reserva que não conseguem comprovar a existência justamente por essa deficiência desse órgão que nós temos vivido e temos contemplado no nosso dia a dia.

Então, aqui a palavra hoje é "providência". Nós pedimos providência. Nós não pedimos o fim da Reserva Chico Mendes – que isso fique bem claro! –, porque tem um grupo de adversários lá fora que amanhã estará dizendo: "Que o Presidente assuma!" e que "O Presidente Romário junto com o Senador Marcio Bittar querem desativar e desmembrar uma parte da reserva". Nós estamos pedindo aqui a libertação dessa escravidão que nós estamos vivendo dentro da Chico Mendes! (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Valeu, minha gente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Romário, irmão, muito obrigado pelo seu depoimento. Saiba que a sua indignação é a nossa também. Somos Senadores da República, somos homens privilegiados hoje, mas todos oriundos lá da base. Particularmente, eu sou do Rio Juruá, sou de Eirunepé, mais perto do Rio Grande do Sul do que de Rio Branco, mas muito ligado ao Acre também.

Senador Jaime e Senador Styvenson, querem usar a palavra agora, depois? Vocês que sabem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está bom. Então, Senador Styvenson com a palavra, e o Senador Jaime.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tá, mas o Styvenson quer falar. Eu não posso... Até porque é arriscado impedir o Styvenson de alguma coisa. *(Risos.)*

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, meu Presidente.

Graças ao senhor e a Deus e à sua luta que nós estamos aqui hoje. Faz parte do nosso papel, do Senado Federal, estarmos aqui justamente do lado de vocês.

Sou deste estado, nasci aqui, mas represento o Rio Grande do Norte. Vim de longe, porque detesto injustiça.

Então, Plínio, Jaime, Marcio, Vereadores, Prefeitos, cidadão, senhoras e senhores, uma coisa é a gente estar lá, Marcio, em Brasília, no ar-condicionado, de terno e gravata, sentado, ouvindo o representante de uma ONG relatar que faz projetos, que coloca cursos profissionalizantes, que ajuda a população, a preservação, a conservação. Lá a gente ouve.

No método para se chegar à verdade, o primeiro passo é ouvir. É um método de se chegar à verdade: quando você quer buscar a verdade, você ouve as partes, os envolvidos. Nós ouvimos lá em Brasília e vamos ouvir os senhores e as senhoras hoje. Mas melhor do que ouvir para se chegar a uma verdade é ver. E hoje eu pude ver. *(Palmas.)*

E hoje eu pude ver que a preservação, a conservação, a política de algumas pessoas sobre um solado de um tênis ou uma bolsa, ou sobre o tipo de borracha ou de comida, por essa proteção comercial a que o Brasil é submetido – produto verde, tudo isso –, todo esse argumento tem um custo. E o custo é a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pobreza da população que aqui vive em detrimento da riqueza de quem domina essas organizações. Então, é desproporcional, é injusto.

Talvez não precise mais ouvir tanto, pelo que a gente já viu. E não precisa andar muito, não. Não precisa andar muito. Vocês têm posse de um livrinho ao qual vocês dizem "deveres e obrigações", no qual praticamente tudo depende da autorização de um órgão que não é governamental.

E o que é mais esquisito nisso tudo, Senador Plínio, nosso Presidente, é que essas organizações fornecem esses estudos, essas pesquisas, essas elaborações – que eu não sei, Deus sabe!, como são feitas – e passam para os poderes públicos, Ministério Público... E é mais humilhante ainda porque parece que o nosso Prefeito, o nosso Governo, o nosso estado não têm competência de gerir o próprio bem. Nem você, cidadão, porque, para você tirar um pedaço de palmito, tem que ter autorização; para você fazer um buraco para criar peixe, tem que ter autorização; para você poder produzir... E a autorização não vem do Prefeito, não. E, pasmem, é um catatau de autorização, viu, gente? Para você se regulamentar, para você andar dentro da legalidade, conforme as regras, pelo menos pelo que eu li, pelo pouco que eu vi ali – porque vocês têm muito mais experiência do que eu –, é quase impossível: você tem que se deslocar em ramais em que talvez não tenha nem acesso para veículos, como a gente passou agora e viu. O culpado é o Prefeito? Não. Mas vocês votam no Prefeito. Não tem hospital, saneamento básico... Gente, é impossível se viver longe da internet hoje. Vocês não têm isso. E, quando a gente conversa, vai aprofundando com as pessoas que moram, que vivem, bem antes, como foi dito aqui, dentro de uma reserva, antes de ser reserva, mas dentro daquela região, daquele local, quando você conversa, vê que a participação dessas organizações é mínima. Mas lá em Brasília dizem: "Eu dei lá a instrução. Eu fui lá, dei um curso. Formamos quantas mil pessoas? Milhares". Formaram em quê? Que curso foi esse? Que desenvolvimento é esse? Então, agora, casou. É uma acareação. É uma acareação. Você ouve o que querem dizer. É uma narrativa, são palavras, são números apresentados que não batem com a realidade, que não coincidem com a vida real de vocês.

Então, pra quem achava que ia ficar sozinho, eu sei, hoje é uma quinta-feira, e tem um Senador de Rondônia, tem um Senador do Amazonas, tem um Senador do Acre, tem um Senador híbrido aqui, Acre e Rio Grande do Norte. E é o nosso trabalho, é a nossa obrigação, é o nosso dever proteger o lado certo e estar do lado certo. Por isso que viemos aqui buscar a verdade.

Se fizessem mesmo, se promovessem, você não estaria reclamando da energia, o acesso por que eu passei não seria difícil: o que são 5km se tornam 50km. Eu vi, Prefeito, Exmo. Prefeito, crianças saírem 9h da manhã pra pegar o ônibus pra ter aula meio-dia. Será que você não tem direito à educação? Ao básico? Ao desenvolvimento? Será que pra você ser um ser humano, ser cidadão, precisa se submeter a tudo aquilo que eu li, que é uma autorização pra você fazer o que o povo brasileiro faz de melhor, que é trabalhar? Você não pode produzir, você não pode plantar, você não pode nada. Você praticamente só



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vive pra comer. É uma preservação, é uma conservação muito cara, porque não se fala na preservação do ser humano, quer dizer que você não interessa.

Bom, agora só pra encerrar, Senador Marcio Bittar, pra mim é uma felicidade estar no meu estado outra vez. Pra mim é uma felicidade estar aqui. *(Palmas.)*

Eu testemunhei também o quanto cresceu, o quanto mudou, o quanto melhorou. Quando eu saí daqui com 14 anos, em 1992, pra estudar em Natal, Rio Grande do Norte, aqui era outra... Eu tinha outra visão. E a memória foi totalmente refeita quando eu vi que está desenvolvendo, está crescendo. Pode mais? Consegue fazer mais? Consegue. Mas eu acho que o melhor desenvolvimento não é só por parte também dos políticos, mas é essa liberdade de crescimento que vocês devem ter. E é o que a gente não consegue enxergar dentro da terra que é sua, é um direito, inibem você disso.

Então, Plínio, espero que a gente hoje chegue à verdade. Como o senhor disse, vamos ter de novo os representantes, mas agora vai ser com novas perguntas. Agora não adianta vir com aqueles números, não adianta vir com aquela conversa, com aquela argumentação que a gente já sabe, já conhece. Agora vem com a realidade, ou seja: tantos milhões que foram aplicados, tantos estudos que foram feitos, tudo que foi dito desenvolveu vocês? A pergunta é bem simples, para todos pensarem: desenvolve? São um trampolim para desenvolvimento as ONGs ou são a corrente com a âncora do atraso? Vocês têm que pensar nisso. É isso que a gente quer saber.

Ninguém quer saber aqui... ninguém quer acabar com as ONGs, ninguém quer tirar reserva de ninguém. Agora, é impossível imaginar que uma terra federal, que é do povo brasileiro, tenha um administrador que deixe você limitado a tudo, sem nenhum tipo de direito. Tem até direito, não é? Direito de se reportar em tudo a eles; direito de pedir tudo às ONGs; direito de você... Quer criar um porco? Peça autorização. É impossível isso, gente; é humilhante. Então, vamos buscar a verdade. É para isso que nós estamos aqui hoje.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vocês, senhores e senhoras, podem não ter notado, no discurso do Styvenson, que ele deu uma guinada, mudou rapidamente de assunto. É porque ele estava se emocionando, indignado. É isto que nos une aqui: essa indignação – esses quatro Senadores aqui e mais os outros que compõem esta Comissão. É a indignação por ver esse bando de hipócritas, em nome do bem, praticando o mal o tempo todo. Isolam vocês, deixam vocês na pobreza, que beira à miséria. Porque o bem se alimenta do mal, e o mal é: "pobrezinho, coitado, precisa de ajuda". Vocês não estão sós, não. A gente veio dar este recado aqui: vocês não estão sós. *(Palmas.)*

Chamo agora, como convidado, para conversar com a gente, o Sr. José Maria Pimentel.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – O Açúcar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Açúcar? É conhecido como Açúcar, mas eu espero que não trate essa gente com doçura.

José Maria Pimentel é Presidente da Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Eptaciolândia (Amoprelandia).

Com a palavra, José Maria Pimentel, livre para dizer o que quiser, inclusive elogiar, se for possível.

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTEL MAIA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus pelo momento e oportunidade. E aqui quero cumprimentar o dispositivo na pessoa do Prefeito, Senador Marcio Bittar; todos se sintam cumprimentados. E todas as mulheres aqui eu quero cumprimentar em nome da minha prima Blandina. (*Palmas.*)

Gente, nós estamos aqui... Para mim, isso aqui é um momento muito importante na minha vida, na minha história do movimento.

Eu sou filho de Francisco Gomes Maia, fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia, foi um dos fundadores da Reserva Extrativista Chico Mendes, com o objetivo de que, dentro da reserva, nós tivéssemos (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

... condições de viver dignamente.

Nós ainda sonhamos, Senadores, com esse momento, porque – sempre eu costumo dizer –, se hoje nós que vivemos na reserva formos depender dos produtos extrativistas para que nós possamos botar um filho nosso da faculdade... Não temos esse direito, porque o produto extrativista não nos dá essa oportunidade, porque ele não é valorizado como deveria ser. (*Palmas.*)

Você sabe quanto custa, Senador, o preço de um quilo de borracha? O preço comercial do quilo de borracha é R\$3 – R\$3. Isso significa que dá, numa diária, uma média de R\$25 a R\$30. A castanha, que se diz "a menina dos olhos" dos europeus... Tem época que nós temos castanha aqui que chega a R\$10 – e ninguém quer – a lata de 18kg.

Nós temos, dentro da Reserva Chico Mendes, e perdemos mais de 1 milhão de latas de açaí por ano, mas não temos nenhuma política pública, nenhuma indústria que venham trazer, montar aqui para que nós possamos trabalhar e vender o nosso açaí como nós devemos. O que chega para nós é repressão: "Vocês têm que fazer 'isso', 'aquilo' e 'aquilo outro', porque senão vão ser expulsos da reserva". (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me sinto no direito de dizer: eu sou filho da Reserva Extrativista Chico Mendes, mas eu quero viver como os filhos dos senhores que vivem nos gabinetes do ICMBio, entre outros, que têm seus salários bons. (*Palmas.*)

Então, eu quero que tragam e nos amostrem – nos amostrem – um meio para que nós possamos viver dignamente aqui. Aqui nós não somos a favor de que venham fazer desmatamento exorbitante, não! Nós queremos é viver dignamente. Queremos e precisamos – e precisamos.

Quando se fala das políticas públicas na área da saúde, dentro da reserva – estou falando aqui de Epitaciolândia –, a Prefeitura de Epitaciolândia está dando um *show*; é número um no Estado do Acre na saúde. (*Palmas.*)

Nós temos atendimento – em dois lugares dentro da reserva – de qualidade, pelo apoio da Prefeitura de Epitaciolândia. Nós temos atendimento de qualidade, mas...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTEL MAIA – ... mas o ICMBio não tem nenhuma política pública para a reserva. Não temos nenhuma política pública para a reserva nas questões da saúde; não temos.

Hoje temos dados, dentro da reserva, onde tem a maior epidemia de *H. pylori* – dentro da reserva. Então, nós estamos simplesmente abandonados, estamos isolados.

Hoje, nós, voltando para a agricultura familiar, não temos um apoio. A reserva extrativista tem 970 mil hectares e frações. Se perguntarmos: tem quantos técnicos para dar apoio para essas famílias? Afirmo e garanto para vocês: a reserva não tem um técnico à disposição de nenhuma associação concessionária para dar o apoio necessário para essas famílias.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTEL MAIA – Não temos um técnico em nenhuma associação concessionária para dar o apoio para essas famílias – não temos.

Nós queremos e precisamos da ajuda de vocês.

Tenho certeza, não tenho dúvida de que nós vamos ser – viu, Romário? – muito pisoteados, massacrados por alguns órgãos aí, mas nós temos que falar a verdade, nós temos que dizer o que sentimos, porque só quem sabe é quem passa as necessidades. (*Palmas.*)

Senador, se a energia passar em frente à casa de um produtor e ele não estiver no banco de dados, ele não pode acessar a energia – não pode. Vemos que a energia é para todos, mas, se você estiver dentro da reserva e não estiver no banco de dados, você não tem esse direito, que eu acredito que é amparado por lei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, se eu quiser plantar um milho dentro da reserva, eu vou depender diretamente de uma licença do ICMBio para gradear minha terra, mas essa licença não chega – essa licença não chega.

Nós precisamos, sim, urgente, que aconteça algo de concreto dentro da reserva de positivo na agricultura familiar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTEL MAIA – Não, paga não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTEL MAIA – O banco de dados foi feito em 2009...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTEL MAIA – O banco de dados foi feito em 2009. Em 2019, eles fizeram um censo dentro da reserva – esse censo junto com o perfil dos moradores –, só que até hoje estão em análise, estão em análise, em análise... Então, tem muita gente que está fora do banco de dados.

Um senhor hoje que estava no banco de dados... Muitas pessoas estão sumindo do banco de dados. Nós temos exemplos de cidadão que está há 30 anos no lugar, venceu a DAP dele e, como ele não está mais no banco de dados, ele não pode renovar sua DAP. Então, quem não tem a DAP não vai acessar o subsídio, as subvenções que são de direito.

Então, nós temos todas essas situações que nós temos que rever. Tudo começa, Senador, na atualização desses bancos de dados – tudo começa aí. A partir do momento em que se atualizar o banco de dados, nós temos o alibi de estar buscando e tentar resolver as outras situações.

Era isso.

Muito obrigado e estou aqui à disposição para alguma pergunta. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, irmão, pelo depoimento. E obrigado, acima de tudo, pela coragem no cumprimento do dever de dizer o que incomoda, de falar em nome das pessoas que você tão bem representa.

Com a palavra, o Senador Jaime Bagattoli, nosso amigo, nosso representante, Vice-Presidente desta Comissão e Senador por Rondônia.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado a todos.

É com muita satisfação que nós estamos aqui com o nosso Presidente Plínio Valério; o Marcio Bittar, Relator; o Styvenson.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer para vocês...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Melhor esse aí, que é da TV Senado.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Em nome aqui também do Prefeito Sérgio, eu quero cumprimentar todo o povo aqui de Epiaciolândia, o povo de Brasileia, Xapuri, e de outros municípios do Acre que estão aqui neste momento – e em nome do Vereador, aqui, o José Maria, de Epiaciolândia; do Eriberto, de Xapuri; e do Leonir, Vereador aqui de Brasileia.

Eu quero dizer para vocês a suma importância desta CPI e dos Senadores que estão à frente disso, e de nós chegarmos com mais clareza ao que está acontecendo no Brasil e principalmente na Amazônia, nessa questão das ONGs, para que eles expliquem onde colocaram, onde estão colocando e quais são os resultados que estão fazendo com o dinheiro público, o dinheiro liberado pelos governantes para essas ONGs.

Quero dizer para vocês que passamos agora dentro da reserva... Primeiramente, eu quero dizer para vocês que o Senador Jaime Bagattoli não é um Senador de ar-condicionado. Eu vim para Rondônia, Rondônia não é diferente do Acre, como não é diferente do Amazonas. Todos os estados da Região Norte têm problemas, são muito idênticos, principalmente com essa situação das ONGs. A única diferença do Estado de Rondônia para o Estado do Acre é que no Estado de Rondônia houve um teste para uma reforma agrária, que deu certo, lá no Governo militar, começando na década de 70 e terminando mais ou menos em 1985, 86. Dali para cá – a mesma coisa acontece em todos os estados da Amazônia –, Rondônia sofre com problema de regularização fundiária, de questão ambiental; não muda nada em todos os estados. E onde existiu realmente regularização fundiária foram nos últimos 12 anos do Governo militar, lá no Estado de Rondônia.

Quero dizer para vocês aqui o seguinte: conheço a Amazônia, estou há 50 anos no Estado de Rondônia, sou neto de madeireiro, conheço o que é mata. Eu entro dentro de uma mata dessa e sei o que é mata; nós tiramos madeira por muitos anos. Então, vocês estão de frente com uma pessoa que realmente tem conhecimento. E me deixou muito triste a hora que nós viemos agora e cruzamos dentro da Reserva Chico Mendes.

Quando eu vejo aqui... Cadê o Romário? (*Pausa.*)

Quando eu vejo o Romário dar um depoimento sobre o ICMBio, eu imagino, Marcio Bittar, que, se o ICMBio fosse uma empresa realmente da iniciativa privada e ele fosse fiscalizado pelo Ministério Público e, principalmente, pelo Ministério do Trabalho, eles sairiam algemados dali. (*Palmas.*)

Eles sairiam algemados, porque a condição de vida que essas pessoas têm, Romário... Você está hipercerto. Eu imagino que nós só andamos quando você falou... O Romário não. Quem falou aqui foi o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Açúcar, que nada de açúcar tem ali. Na reserva, só o apelido dele que é açúcar, mas de açúcar não tem nada pros moradores da reserva.

Eu quero dizer pra vocês: a condição de vida que essas pessoas têm é coisa inexplicável. Inexplicável. Agora, você imagina o que é... São quase 1 milhão de hectares. São quase 1 milhão de hectares. Um milhão de hectares são 100km por mil, praticamente. Então, eu quero dizer pra vocês a grande dificuldade que essas pessoas têm, e não são vistas pelo setor público.

E ali não tem só o ICMBio, que o nosso Presidente, nós gravamos um vídeo lá na placa... Ali tem a WWF também, que está junto...

E, assim, a gente vê que esta Comissão nossa, desta CPI das ONGs, ela não deveria estar acontecendo hoje. Está acontecendo porque o nosso Senador Plínio Valério vem lutando há praticamente quatro anos para que isso acontecesse.

Isso aqui era pra ter acontecido, Marcio, no mínimo há uns 10 ou 12 anos, mas diz a história que nunca é tarde. Então, temos que... Ainda estamos em tempo de resolver, ainda estamos em tempo... (*Palmas.*)

... ainda temos um tempo pra ajudar essas pessoas que tanto estão sofrendo.

E, quando, assim, a gente se fala, pelo Brasil afora... Fala-se tanto em sem-terra... Tanto que se fala em sem-terra, com problemas de invasão de terra, em muitas propriedades rurais, pelo Brasil afora. E, aí, a gente vê que esse instituto do ICMBio poderia dar uma condição ótima pra essas pessoas, pra essas pessoas terem uma vida digna dentro duma reserva dessa, e eles têm que viver praticamente num sistema de escravidão. E isso, nós precisamos...

Esta CPI, Senador Plínio Valério, Senador Marcio Bittar, nós precisamos, nós temos a obrigação e o compromisso de mostrar pra sociedade, mostrar para o Brasil que isso nós temos condição de mudar. E a luta é grande, não é fácil, existem muitas entidades que são contra, e, quando se fala em pregar sobre uma preservação, a gente sabe, quem é produtor rural...

Eu sou produtor rural. Eu sei a suma importância que nós temos na preservação das propriedades.

O Brasil é o único país do mundo em que um produtor rural preserva praticamente mais de 50% da sua propriedade em reserva legal. Isso acontece conosco aqui na Amazônia.

Mas quero dizer pra vocês que nós, Senadores, vamos lutar.

Márcio... Quero dizer para você, José Maria, que nós não vamos desistir e nós precisamos encontrar uma solução pra esse povo tão sofrido, que está sofrendo devido a essas ONGs, devido à ICMBio, devido à WWF e a tantas entidades que prejudicaram o nosso povo, o nosso produtor, o nosso povo tão sofrido da Amazônia, que eles querem realmente jogar todo mundo para o Bolsa Família.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jaime, Vice-Presidente desta Comissão.

Sr. Gilberto da Silva Nobre, o José, é coordenador dos polos industriais de Brasileia, Epitaciolândia e Xapuri.

Com a palavra, então.

O SR. GILBERTO DA SILVA NOBRE (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde à bancada, aos Senadores que estão fazendo a visita aqui ao nosso Município de Epitaciolândia, e quero dirigir a palavra ao meu amigo Marcio Bittar, que ele... Uns dias atrás, eu liguei pra ele 2h da manhã, quando os marceneiros foram presos, pais de família, trabalhadores, foram presos pela PF e passaram por essa situação.

Nós estamos aqui, Marcio... A gente faz parte da coordenação de polo industrial de Brasileia, Epitaciolândia e Xapuri. Nós não temos matéria-prima pra trabalhar. Nós, marceneiros, estamos passando necessidade, porque não tem madeira mais.

Dr. Sérgio é sabedor. Alguns iam buscar madeira na Bolívia, que a madeira era legalizada, da Bolívia passava pra cá. Agora, não. A Receita cortou de uma vez, e não passa nada, e a perda é 100%. Perda de transporte e perda da madeira que se traz da Bolívia pra cá. Então, os marceneiros na verdade não têm de onde tirar matéria-prima. São 34 empresas falidas, pode-se dizer... Se quiserem fazer a visita, o polo industrial está aí. Nós não temos nada pra trabalhar. Trabalha – vamos assim dizer – todo mundo com medo. A única coisa ainda, pra dizer... Em Brasileia, se hoje forem presos, eles não são mais réus primários; eles vão direto pro presídio, os pais de família, trabalhadores hoje, que estão com o CPF passado, vamos assim dizer, pela Polícia Federal; estão passando por essa situação. A gente, quando chega pra visitar um polo industrial desse, o povo chora. Chora!

O Senador estava dizendo que conhece de madeira e foi filho de madeireiro. A situação nossa é crítica! Nós temos matéria-prima, mas não temos condições de trabalhar. E estamos com medo, todo mundo com medo, no polo industrial, que pode ser invadido a qualquer momento, e passar pela situação dos pais de família serem presos. São 34 empresários que podem ser presos a qualquer momento.

E aí, devido a essa situação, vim pedir socorro, porque não adianta ter uma licença ambiental pra trabalhar sem matéria-prima. A gente não tem matéria-prima pra trabalhar. Então, somando aí, entre empresários, vamos botar aí 150 famílias, 200 famílias que estão passando por essa dificuldade, que não têm condições de trabalhar.

Liguei pro amigo Marcio, de madrugada: "Marcio, pelo amor de Deus, os caras vão presos. O que que a gente pode fazer pra tentar resolver a situação?". Mas hoje, Marcio, está todo mundo com o nome



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sujo. Esse camarada não pode tirar mais nada – não pode tirar um empréstimo, não pode tirar mais nada. Estão passando por essa dificuldade. São pais de famílias.

Eu escutei alguns relatos aqui dos amigos da reserva, de conhecedores da reserva, e um amigo meu disse: "Gilberto, eu fui sujeito – eu fui sujeito! – a vender uma madeira de dentro da reserva, por causa de que eu não tenho condições. Meus filhos me diziam: 'Pai, o senhor não vende nenhum pedaço de madeira dessa daqui, mas o filho do vizinho já comprou uma moto pra ele andar. E eu estou vindo, chegando aqui duas horas atrasado, a pé. Eu não vou ficar aqui na colônia mais o senhor. Eu sou pai de cinco filhos". O cara disse: "Eu sou pai de cinco filhos. Meus filhos estavam indo embora da reserva, e eu com vontade. Meus filhos me ajudavam. Mas aí fui sujeito a vender madeira e estaca para poder comprar uma moto para os meus filhos. Ainda mais aguentar ainda, quando vai você pedir uma ajuda para puxar qualquer coisa, o vizinho dizer que você podia comprar um boi de carroça, porque você tem madeira aí; e não vende porque não quer".

Então, se o próprio cidadão tivesse um salário para ele poder se manter na reserva, com certeza ele não precisaria passar por isso. Como é que eles vão segurar, vamos assim dizer, tomar de conta de uma terra que não é deles? A reserva não é deles, a terra não é deles. Como é que um povo desse vai se manter sem ter nada? Pai de família, passando dificuldade... Na placa do ICMBio tem lá que, se você entrar numa reserva sem autorização, você pode ser expulso de dentro. Quer dizer, é uma terra particular. Mas como o cidadão vai se manter numa terra se não tem condição de se manter? É a diferença desse povo aqui. (*Palmas.*)

Nós, do polo industrial, estamos passando por essa situação, e dentro de uma área de terra em que temos matéria-prima, mas não podemos usar. Não dão licença... A gente tem a licença ambiental, mas não tem a matéria-prima. Não adianta a gente ter a licença ambiental sem a matéria-prima. Nós não temos com quem comprar. E o amigo é sabedor disto: você vai para Sena Madureira, lá tem várias e várias serrarias, mas aqui no Acre não fica nada; é exportação e importação, vai embora.

E aí nós não sabemos com quem estamos mexendo, Marcio. Não sei se hoje ou amanhã o polo industrial de Brasileia e Epitaciolândia e todos, em geral, do Acre... Os donos de marcenaria e os empresários vão ser presos, entendeu?

E nós queremos tão pouco: trabalhar com dignidade, ter respeito pela floresta – porque a gente tem o respeito pela floresta. O insumo, todo material que nós pegamos vai para Dom Porquito, para criação de frango, de porco, tudo isso, para não se perder nada do insumo da madeira. Nós queremos trabalhar com coisa de qualidade, mas não temos respeito pelo que está acontecendo no nosso Brasil. Então, é preciso dar valor às pessoas que trabalham e lutam por esse Acre, por este Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é essa a dificuldade. Eu queria pedir para os Senadores olharem para o pessoal do polo industrial, para as indústrias que saíram da ilegalidade, estão na legalidade, mas não têm matéria-prima pra trabalhar.

Era isso que eu queria pedir pra vocês.

E muito obrigado por terem vindo ao Acre. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado ao Gilberto da Silva Nobre.

A gente vai abrir a palavra para quem quiser falar. Eu só pediria... A gente não está aqui para tolher o direito de falar de ninguém. Eu só queria que pudessem resumir, porque, quanto mais resumido, mais gente nós vamos poder ouvir. Combinado assim?

Sra. Rosângela Sibi de Oliveira, que é moradora da reserva... Ela está aí? Ela pediu para falar... (*Pausa.*)

Rosângela, eu não queria cercear em nada, está bom? Só peço, que é pra gente poder chamar mais pessoas.

A SRA. ROSÂNGELA SIBI DE OLIVEIRA (Para expor.) – Primeiramente, boa tarde.

Deu um errozinho ali. Meu nome é Rosângela Sibi de Oliveira.

Eu sou moradora da reserva, eu moro no sentido BR-317, 50km de BR, mais 80 de ramal, mais uns 15 que não são abertos. Então, eu não vou prolongar não. Vou falar só a realidade mesmo que a gente vive.

A gente queria, pelo menos, ter a dignidade de ser comparado nem que seja com os direitos que o indígena tem, que é educação, saúde... Porque eu já morei um tempo entre Tauari, Liberdade e Cruzeiro do Sul. Eu vejo a realidade dos indígenas que moram lá: têm direito à internet. O lugar que não é aberto pra ramal, lá tem um helicóptero disponível pra levar uma criança doente.

Mês passado, onde nós moramos lá, morreu um amigo nosso, um pau caiu na cabeça. Infelizmente ele faleceu, porque ninguém conseguiu retirá-lo do local, porque o trouxeram na rede e ele morreu no meio do caminho. Eu fico indignada.

Eu tenho um filho de oito anos com deficiência, e muitos lá também passam por essa situação, pessoas doentes.

Eu não queria nada além de um direito de o meu filho saber ler, escrever e ter um local onde morar. (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa realidade, onde nós moramos, as pessoas de fora não sabem, mas o que dá o direito, se a gente for por lei... Onde nós temos que morar é numa casa de palha feita de água do rio, porque a minha casa, pra ser feita...

Meus filhos têm problema de saúde, e eu também tenho problema de alergia, eles têm asma... Não tem como eu levar uma placa solar pra fazer uma nebulização no filho doente.

Eu estou com dois anos, vai fazer agora, de castigo aqui. Graças ao meu bom Deus que eu tenho conhecidos e alguém que tem casa pra eu ficar, mas não tenho, porque eu tive que me afastar desde que eu estava grávida de três meses, porque eu tenho problema de saúde, passei por cirurgia, deu problema, e eu não posso voltar pra minha casa, porque não é aberto, porque pode abrir minha barriga novamente.

É difícil você olhar pro seu filho, e ele dizer: "Mãe, eu queria ir pra escola, eu queria ter uma vaca pra tomar leite". Esse é o direito que vocês das ONGs, ICMBio, Ibama, não nos dão, esse direito de nós... (*Palmas.*) ... nos legalizarmos, de criar uma vaca pra dar um leite pro filho tomar.

Eu crio um porco lá, passo, a bem dizer, fome, por causa do limite que eles dão de licença.

Nós não trabalhamos com licença porque nós não constamos no sistema. Vão enrolando, enrolando... Eu estou há quatro anos lutando com a licença de abertura de ramal pro meu filho ter acesso à escola, porque a escola mais próxima que tem é uma base de uns 20km, que são abertos, porque, sem contar com a minha casa, não é aberto.

Se vocês veem no meu rosto, perto do olho, quase fico cega com as tabocas. Feliz daquele que tem uma moto pra andar, porque nem todos têm.

Aí, você vai a um órgão... A Amoprebe mandou toda a documentação pra gente ir ao ICMBio. Quando chega lá, eles nos mandam lá pro Ibama. Quando chego ao Ibama, eles mandam outro papel pra mim, que eu tenho que procurar a associação pra levar um ambientalista pra avaliar o impacto que vai gerar isso. Resumindo, jamais vai ser aberto.

A gente não pode trazer um porco pra vender, porque ele chega podre.

Aí, quem tem um salário para viver, é bom. Nós temos a nossa castanha, mas nós não temos esse privilégio de tirar ela de lá para vender. Nós vendemos a R\$10, R\$15 lá, quando vende. Se nós... Porque o único transporte que tem é o da Amoprebe, mas infelizmente ele não anda sem consertar, não anda sem combustível, então cobra R\$1. Se você puxa 300kg de borracha, você vai pagar R\$300 – não é? – pra puxar. Aí, me diz: como é que nós vivemos lá? O meu filho usa um óculos, para que ele tenha direito de enxergar – porque meu filho veio a conhecer o meu rosto e o do pai dele com dois anos –, que é R\$3 mil. Você fala: para nós, nós temos como viver lá? Ninguém quer acabar com a reserva, não; nós só queremos o direito de ter acesso, de tirar a nossa produção (*Palmas.*) e de os nossos filhos poderem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudar pelo menos até a 8ª série, porque lá tem moradores em que a família inteira não sabe escrever o próprio nome. E, aí, muitas coisas...

Nós não podemos tirar, renovar a licença da nossa motosserra para cortar uma lenha, porque, se nós formos pegos, pra tirar os paus de passar, que a gente vai passando com a moto se arranhando, se rasgando, tirar uma balça de lá, se o ICMBio pegar, ele vai tomar, e o meu marido vai preso. Isso é vida? Isso não é vida para uma pessoa.

Quando foi pra nós elegermos pessoas pra "ponhar" no poder, não era pra as pessoas analisarem politicamente, mas sim buscar melhoria da população, dos que "ponharam" eles lá no poder. Eu queria que vocês buscassem um meio de nós vivermos lá, porque ninguém quer acabar com nada; a gente só quer ter o direito, como qualquer outra pessoa tem, de viver, se alimentar, ter uma educação própria e uma área de saúde, porque, se uma pessoa adoece, é só entregar nas mãos de Deus, porque, pra chegar a um hospital aqui em Brasília, é chão pra correr.

Obrigada a todos, e desculpa aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado pelo depoimento, Sra. Rosângela. Depoimento melhor do que esse nós não teríamos.

E, para devolver esse direito à senhora, de ter direito a alguma coisa, direito de colocar um filho na escola, nós temos que combater esses crápulas, esses hipócritas do ICMBio; tentar, com a força dos Senadores, tentar alguma coisa para tirá-los, porque só pode ser devolvido quando a gente extirpar esse câncer. (*Palmas.*)

É um câncer que a nação brasileira está sofrendo com essa política ambiental internacional implantada aqui pelas ONGs com o direito de governos estrangeiros. E o ICMBio é um desses cânceres que nós temos que tirar.

Nós vamos levar ao ICMBio conosco, pra jogar na cara deles, pra dizer que nós Senadores, que nós brasileiros sabemos o que eles estão fazendo com vocês. A partir da denúncia, vamos ver no que resulta isso. E repito, sempre, em nome do Jaime, do Styvenson, em nome do Marcio: vocês não estão sós! Contem, conosco nessa luta contra esses hipócritas! (*Palmas.*)

Ao ouvir um depoimento desses, eu vou te contar...

Está ao vivo, não é? Está ao vivo na TV Senado – está ao vivo? (*Pausa.*)

Pois é. Então, é melhor a gente se calar e não dizer o que pensa, exatamente com as palavras que traduzem o que eles representam para nós, porque não há como se referir a essa gente sem baixar o nível, porque eles são baixos. Eles pensam que vos oprimem, e vos oprimem até um certo tempo. E esse tempo está chegando ao fim. (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Edimar, que é representante... Edimar, por favor. Eu só faço aquela recomendação, tá bom, Edimar? Nós queremos dar o direito de voz a todo aquele que quiser falar, que quiser expor, que quiser dizer das suas mazelas e dos seus problemas. Foi para isso que nós viemos ouvi-los.

O SR. EDIMAR DE LIMA FREITAS (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar aqui na mesa a pessoa do Exmo. Prefeito Sérgio Lopes; o Senador Marcio Bittar, e todos os Senadores aqui. Parece que tem um do Amazonas, não é?

Eu tive o privilégio de estar no Amazonas na semana passada. Lá no Amazonas, sentado com o pessoal da Fetag, Contag. Fui daqui, da delegação.

Mas aqui eu quero cumprimentar meus amigos extrativistas. Vocês estão falando aqui... Quem está falando aqui é um seringueiro. Eu sou seringueiro, corto seringa. Eu sou a realidade lá do Seringal Tabatinga, perto do Iaco. Sou Coordenador do Núcleo de Base da Associação Barrinha Nova. Tenho título de honra mérito, sou da criação do Reserva Chico Mendes e venho acompanhando essa luta do seringueiro, porque o seringueiro nunca passou de massa de manobra.

(Intervenção fora do microfone.) (Palmas.)

O SR. EDIMAR DE LIMA FREITAS – Nunca passou.

Eu corto seringa, Senador, e ainda tenho que ser limitado. Eu tenho que vender 800kgs de borracha para poder pegar o subsídio. Poxa, eu ralo, gasto roçando seringa, corto seringa e tenho que ser limitado! Falam de subsídio? Subsídio é que nem orelha de freira. Não sei de onde vem o subsídio. É seringueiro perdendo subsídio aí... Esses 200kgs para inteirar os 1.000kgs de borracha, porque, pelo menos, no tempo seringalista, a pessoa fazia 2.000kgs, o seringueiro. Então, isso não existe. São 800kgs, tem que ser limitado. Eu estou sendo repetitivo, me perdoem.

Mas eu acredito... Eu quero que levem a situação, que seja levada a situação do seringueiro... Nós queríamos ao menos que valesse o plano de... É tão pouca coisa, mas nós queríamos que ao menos valesse isso. Nem o que está no plano de utilização... Nós não podemos explorar nossa área, em que estão os 20%! Senador, vocês sabem mais do que tudo. O Senador está aí, mas está tudo em discurso já... Já se sabe o que acontece aqui na nossa Amazônia.

Então, o plano de utilização que nós queríamos é de criar o gado, criar o porco, utilizar a madeira para o nosso uso. Então, eu não posso mandar nem no que é meu. Ajudar a criar reserva para os nossos filhos, nossos netos, os companheiros. Vivo zelando da unidade ali, com respeito. Eu estou na floresta porque eu gosto, mas, pelo menos, eu quero desenhar a minha área do jeito que eu quiser – que eu possa desenhar do jeito que eu quiser. Os companheiros também, porque muitos estão aí...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar o filho do saudoso Júlio, que é o Sebastião. Levanta a mão aí, Sebastião! São companheiros que me conhecem de Xapuri, essa rota de Xapuri, não é, Sebastião? Então, companheiros de Xapuri, eu parabenizo vocês. Sou da região de Xapuri, venho de lá, passando aqui por Brasileia, Epitaciolândia... Aqui, sendo prestigiado pelo Prefeito Sérgio Lopes... E aqui estou na luta.

Quero finalizar por aqui, não quero tomar muito tempo, já dei minha mensagem aqui, como extrativista.

Eu acredito que estou parabenizado e fico muito feliz de deixar minha palavra, minha marca aqui como seringueiro, mas estou descontente, por quê?

E quero aqui também deixar motivo de gratidão – vocês tenham cautela comigo –: tem muitas pessoas do ICMBio que deixaram saudade. Também não quero condenar todos.

Nessa passagem, teve muito gestor do ICMBio que deixou saudade. Mas eles disseram: "Edimar, eu estou saindo do ICMBio porque eu não concordo, não compactuo com esse modo de abordar as pessoas, os ribeirinhos e os índios. Vou sair porque sou pessoa que não faz isso. Sou pessoa do bem. Minha mãe não quer". Então, pessoas que liberavam o ramal... Eu chegava ao ICMBio, era bem recebido até junto com a Amoprev, junto com o Zé Maria Açúcar e outros gestores que passaram na Amoprev, e eles liberavam tranquilo.

O pessoal do CNPP também, foram gestores bacanas, mas eu não sei o que é que está acontecendo, de dez anos pra cá, o que é que está acontecendo, que não dão mais licença pra nada. Mudou de gestor, e, aí, cada vez mais coisas vêm se complicando. E eu quero que os senhores tomem as providências, estou aqui com as autoridades competentes que podem fazer alguma coisa para que esse Acre, essa nossa Amazônia, esses nossos extrativistas, trabalhadores e camponeses possam mudar de vida, tendo liberdade pelo menos pra trabalhar.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Ronaldo Ferraz, Vereador de Chapolin.

Pergunto se alguém mais quer fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Antônio José, do seringal São Cristóvão; Dejaní Lima...

Então me passaram errado. Só o Vereador? *(Pausa.)*

Ah, agora que é o Ronaldo Ferraz?

Então, a minha assessoria aqui está falhando nos nomes.

Então, Ronaldo é agora. O outro foi o Edimar. Então, fui eu que errei sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Edimar, obrigado por suas palavras, irmão.

O Ronaldo Ferraz então, que é o Vereador de Chapolin.

O SR. RONALDO FERRAZ – Boa tarde a todos. Em nome do Prefeito Sérgio Lopes, eu quero cumprimentar toda a mesa.

Vou ser simples, direto e falar pouco, em cinco minutos.

Marcio, deixem-me dizer diretamente a vocês que a gente fica feliz com a presença de vocês, porque os Senadores que a gente está vendo aqui conhecem todo o nosso problema. São os Senadores da Amazônia, e isso nos deixou ainda mais felizes com a presença de vocês aqui, porque estão vendo a realidade... Já conhecem a realidade. Agora, está se passando essa realidade para quem está dentro de um gabinete, trancado lá, e não sabe como é que é a Amazônia.

Mas eu vou contar dois casos pequenos, porque a gente, às vezes, fala em casos grandes e esquece os casos pequenos.

No meu ramal, porque eu faço parte da comunidade Tabocal e também tenho propriedade no ramal de Tabocal, há quase 30 anos, e, como Vereador, sempre sou muito cobrado por isso aí, e uma das minhas cobranças foi que se fosse uma máquina pra dar uma limpada no nosso ramal, o ramal logo lá, e nós conseguimos essa máquina. E, aí, sempre tem aquelas entradinhas, 100m, 200m, 300m... Chegamos a uma parte da reserva, meu irmão... Trezentos metros, o carro chega lá, mas tinha umas quatro árvores, quatro árvores, que não davam pro carro da energia chegar, pra botar energia pro rapaz. Sabe o que é que fizeram? O ICMBio foi lá e disse que não botava. Chamaram-me, e o rapaz disse... E eu pego e falo: "Fui, procurei, o pessoal do ICMBio. Sabe o que é que eles fizeram? Disseram que não. E, além de dizer que não, foram lá, onde a máquina estava, dizer: "Se você derrubar um pau desse – um –, nós vamos tomar a máquina e vamos tocar fogo".

Claro que, evidentemente, eu disse: "Não. Não vá fazer isso, porque, se tomar uma máquina que é pública, que era da prefeitura, o que é que acontece?

Vai fazer falta pra muitos e muitos outros serviços. Então, eu preferi que não fizesse. E está lá: não tem luz até hoje; para o rapaz passar luz, vai passar por quase... quase uns 1,5 mil metros por onde tem que se fazer, por causa de quatro árvores que não são nem mais grossas do que eu. Se fosse pelo menos uma coisa bonita, umas árvores grossas, era legal.

E às vezes eu pergunto para o pessoal: "Meu irmão, como é que dá para se viver dentro da reserva? Você não pode destocar, você não consegue um trator, você não consegue uma máquina". Porque ninguém em Xapuri – estou falando de Xapuri –, nem os particulares, querem alugar uma máquina para ir lá destocar para você ou fazer 10m de ramal. Eles não querem ir, porque têm medo de perder a máquina deles. Então, é isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra coisa: vou falar também do ramal Tabocal. Falou-se aqui das crianças que vêm pra aula. Eu estou lá vendo o pessoal caminhar quase 2km à pé, crianças, passando em frente à minha residência, no horário de meio-dia, pra chegar à escola lá à 1h da tarde. O Sérgio Lopes conhece a escola lá, que faz divisa com Xapuri. Já estive lá, já fez reuniões lá o Sérgio Lopes.

Sérgio, aquelas crianças, por causa de botar um pau – um pau – que tenha oco para passar ali com uma moto ou passar um carrinho, ou um carro ir buscar, não autorizaram a máquina nem a atravessar o ramal. Quer dizer, aí você fica olhando essas coisas, porque você não consegue uma licença para botar um pau onde no inverno a água adensa. Aí, fica aquele socavão, cavando, e você tem que passar à pé ou de cavalo, está certo?

Então, é por isso que eu digo: se você não pode... se está vindo da reserva – não pode queimar; se queimar, tu vais preso, certo? Aí, qual é a outra saída que nós temos? Temos que destocar. Cadê o trator? Cadê a máquina? Quem é que dá autorização para ir um trator na tua terra? Tu vais viver de quê, meu irmão? Da ilegalidade?

Vou contar um exemplo. Um vizinho meu lá... O ICMBio passou lá à pé, para uma área bem distante, quando passou lá, olhou e viu: "Curral bonito o do rapaz, hein!". O cara não estava nem em casa. "Rapaz, de quem é esse curral? O cara tá bem, né, aqui? Olha lá o curral!" Mas não tinha gado ainda, não é? O que é que aconteceu? Não encontraram ninguém em casa, vieram embora. Não passou dois meses, voltaram lá e notificaram o cara para sair da terra, certo? Aí, corre atrás da gente, aí a gente liga para o Senador, liga para o Senador Marcio Bittar, liga para o Senador Petecão...

Que nem tem o Gutierrez aqui, que já foi eu acho que em Brasília já umas quatro, cinco vezes para resolver problema; deve ter umas dez ou quinze multas. Agora, mandaram tirar o gado dele da reserva, porque ele mora dentro da reserva antes de funcionar a reserva. Por quê? Porque era do pai dele, o pai dele faleceu, que era um policial, e ele herdou a terra e hoje não pode fazer... Só tem... Só diz: "a terra é minha". Não pode derrubar um pau, não pode ter uma vaca para tirar um leite, e tem um monte de multa lá.

Então, assim... A situação, Senadores, é mais grave do que aquilo que a gente imagina, para nós que estamos aqui dentro vendo a velocidade que está para gente se mudar de dentro da reserva. Graças a Deus, a minha área não é dentro da reserva – não, eu fico –, mas trabalho muito dentro dessa reserva, tenho parentes que moram dentro dessa reserva e vejo como é que fica essa situação.

Porque o Prefeito mesmo, o Sérgio Lopes... Nós tentamos montar uma parceria com o Prefeito de Xapuri pra abrir alguns ramais, e não deu condições, não é, Sérgio? Por quê? Porque ninguém consegue autorização pra beneficiar quem está lá dentro.

Era só isso que eu tinha a dizer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu muito obrigado e desculpe alguma coisa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado. Obrigado, Vereador.

Nós vamos chamar as últimas três pessoas, que estão inscritas, e vamos encerrar, com a permissão de vocês: Antonio José, do Seringal São Cristóvão; Deiane Lima da Silva, do Seringal São Cristóvão; e Vereador Alcemir, de Xapuri. Eu pediria que os três viessem aqui pra gente fazer... Então, serão os três últimos. (*Pausa.*)

É Alcemir? (*Pausa.*)

Antonio José, do Seringal São Cristóvão.

O SR. ANTONIO JOSÉ SERINGAL (Para expor.) – Quero saudar a todos aqui, dar um boa tarde a todos, a todo mundo que vem lá do meu projeto.

Eu quero também aqui apresentar alguns moradores da Maloca, dali de Xapuri, que estão presentes aqui.

E eu vou falar pouco, porque, se fosse pra mim falar... Tive até uma conversa com o Prefeito Sérgio Lopes. Quero saudá-lo e saudar todos nesse Senado em nome do Marcio Bittar – sou fã dele, sigo nas redes sociais e conheço o seu trabalho.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. ANTONIO JOSÉ SERINGAL – E também quero saudar a todos os Vereadores, em nome do Vereador Leonir, que é quadro do nosso Município de Brasileia, e todos se sintam saudados.

Eu estive conversando com o Prefeito daqui de Epitaciolândia hoje cedo, mostrando minha mão calejada pra ele e falando que, quando eu tinha seis anos de idade, a minha mãe me olhava carpindo uma roça e falava: "Meu filho caçula já tá homem". E, pra mim, era um ato de heroísmo porque eu estava ali trabalhando pra ajudar a minha família, e hoje sou tratado como bandido.

Muitas vezes, eu me emociono. Sou pai de três filhos. Eu não quero nada mais do que ter dignidade de formar meu filho. Se eu falar pra vocês que eu cortei seringa ou corto seringa, eu estou mentindo. E não conheço um seringueiro que formou seu filho no cabo da cabrita. Eu gosto de falar a verdade, sou curto e grosso. Se for pra ser punido falando a verdade, eu vou ser punido, eu vou ser preso. (*Palmas.*) Podem me matar, mas eu vou falar a verdade, porque eu sou filho de brasileiro, sou filho de cidadão brasileiro, e nós somos os donos dessas terras, porque a Bíblia diz que nós devemos viver do suor do nosso rosto, e foi isso que eu aprendi.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um ato que eu quero falar aqui a todos: eu acho, na minha visão – eu vi alguns amigos falando que nós não queremos acabar com a reserva –, na minha visão, é preciso fazer um levantamento ambiental na nossa região, porque tem área que não tem característica de reserva. Eu conheço, levo os senhores. Vê se lá tem como viver do látex, vê se lá tem como viver da castanha. Eu acredito que nós precisamos mudar nossa visão. Tem canto aqui que não dá 10km da beira da BR pra Reserva Chico Mendes, onde lá é usado pra produção de gado, onde lá o pessoal produzia, quando podia produzir. Eu mesmo, na minha propriedade, este ano, não fiz nada. Eu não pude plantar um caroço de milho. Pensei em levar um trator pra gradear lá, mas ninguém vai. Tem uma associação do Projeto Pão de Açúcar lá próximo, lá onde a minha mãe tem a terrinha dela lá, 34ha, onde eu me criei, onde eu consegui algumas coisinhas com muita luta.

E eu quero falar pra vocês, senhores, que nós vivemos à mercê da sorte. Nós temos um grupo aqui, o Unidos pela Terra – no qual o Prefeito Sérgio Lopes está lá, o Vereador Leonir, alguns demais daqui, Gutierrez também está neste grupo –, no qual nós vemos pessoas sendo expulsas das suas propriedades, colocando gado na estrada aí, nos corredores, à mercê da sorte. E tudo que ele tem, tem pessoas que ainda dizem: "Ah, mas ele é fazendeiro". Tem 30 vaquinhas. E, se ele tem mil, ele trabalhou para ter.

Eu quero falar pra os senhores que estão aqui presentes... Eu costumo até falar... O amigo aqui é de Rondônia, não conheço cidade de Rondônia, mas eu vejo que lá os rondonienses são mais unidos do que os acrianos. E, quando eles falam "vamos pra rua", eles vão mesmo, eles são unidos.

E eu quero falar pra vocês que – eu sei que estou tomando muito espaço, vou já encerrar minha fala – eu falo por mim, eu já estou no meu limite. A gente vê aí, em alguns grupos aí – não é? –, temos visto numa vilazinha aí, que foi onde um policial atirou na barriga de um cidadão. Eu vou dizer pra os senhores, eu posso ir pra uma manifestação, porque nós somos acrianos, nós somos da paz, mas eu colocar minha barriga em boca de fuzil? Não ponho, não; eu não ponho. Eu acredito que nós devemos lutar de igual para igual. Porque o "seu fulano" é policial, ele é mandado, mas ele não é mandado para atirar em barriga de ninguém. Eu acredito que nós devemos brigar... Nós estamos pedindo o apoio de vocês. Eu estou no meu limite. Eu peço a Deus nunca chegar na minha propriedade, como já aconteceu em vários lugares, as pessoas cortarem a cerca, cortarem curral... Novinho, o curral novinho, entendeu? Foi tirado de árvore seca, e o cara mostrar... Mas foi cortado.

Que Deus abençoe vocês! Eu acredito que vocês estão do nosso lado, e eu sei que vocês não iam vir de lá de Brasília pra não dar... só pra fazer mídia. Eu sei que vocês... Conheço o trabalho do nosso Senador aqui do Acre e estou conhecendo vocês, e eu acredito em vocês. E a nossa solução é vocês.

Valeu, obrigado. (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALCEMIR TEODÓZIO FERNANDES (Para depor.) – Boa tarde a todos. Eu sou aqui o Vereador Alcemir, ali de Xapuri. Quero aqui agradecer, em nome da mesa, ao Senador Marcio Bittar: muito obrigado, Senador. Eu sei que essa sua luta não é de agora, já faz tempo, muitos anos.

E eu estou aqui porque somos representantes do povo e somos pequenos. Porque nós... Digamos que o Vereador é o para-choque – que às vezes nós recebemos que políticos não fazem nada, que ninguém está nem aí –, e por isso estou aqui também para falar do nosso sentimento.

Estive ali, seis meses atrás, na comunidade por nome de Espalha. Está aqui o que o ICMBio fez lá no Espalha. Não existe... Isso aqui não existe em canto nenhum. Por que é que não existe? Nós sabemos que as nossas condições aqui de ir e vir na zona rural é ponte. E essas pontes são de madeira; por sinal, os assoalhos dela são madeira de lei. Eles cortaram. E ao rapaz do ICMBio que cortou eu disse: "Isso é um absurdo e um abuso de autoridade". Ele me respondeu: "Cortei. E, se colocarem novamente, cortamos de novo". Lá existe uma escola estadual com mais de 70 crianças, 80 crianças estudando nessa escola. Isso pra mim é um absurdo! Nós não podemos aceitar esse tipo de abuso de poderes, que vêm pra amordaçar, enquanto era para eles levarem a educação. Se a madeira é ilegal, que faça de estrutura metálica, que pegue esse dinheiro da ONG e use pra fazer de ferro, mas o que não pode é tirar o direito de ir e vir das pessoas. (*Palmas.*) E o camarada veio dizer na minha cara que cortou e que cortaria de novo. Eu digo assim: então, não tem lei no Brasil, não tem Vereador, não tem Prefeito a nossa cidade, e não... Porque não tem homem mais homem do que o outro. Homem nasceu pra se respeitar, e não pra ser desrespeitado! (*Palmas.*)

Outra coisa absurda, por esses órgãos: como é que uma terra vale R\$30 mil, R\$100 mil, e eles vão lá e dão uma multa de R\$1 milhão? Como é que esse pai de família vai pagar essa multa se a terra não vale R\$100 mil? (*Palmas.*)

É outro absurdo!

Morreu, agora esses tempos, um senhor de 76 anos, que saiu com ar de louco. Por tanta multa, por tantas pressões, ele pegou depressão, foi bater no hospital em Rio Branco. Chegou lá, fugiu da família e apareceu morto à beira do Rio Acre. Isso é um absurdo! Se nós não tomarmos a dor do próximo, quem é que vai tomar?

A Bíblia diz que Deus falou a Abraão: "Abraão, sai da tua parentela e te darei uma terra por herança". A terra é do povo!

O Gutierrez, como foi citado ali, está a 17km da cidade de Xapuri. Se você for lá, não existe mais mata. Ele não pode plantar uma melancia para sobreviver, ele não pode arar a sua terra porque essa lei que veio... Ele já morava há 30, 40, 50 anos. Ninguém está falando de pessoas que chegaram e que estão com cinco anos na terra, não! São 50 anos nessa terra, Senadores. Isso é um absurdo!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tem tantas coisas que a gente vai se indignando. Não tem como a gente aceitar esse absurdo porque nós sabemos que uma terra com 17...

(Interrupção do som.)

O SR. ALCEMIR TEODÓZIO FERNANDES – ... fez a parte dele, porque foram derrubados 5% dos 20% que estão na área legal. *(Palmas.)*

Cinco por cento ultrapassados só – só 5%! Como é que nós vamos receber retaliações de outros estados que foram irresponsáveis? Que multem o irresponsável. Agora, que deixem as pessoas trabalharem de forma legal.

E outra coisa: queimam a motosserra, queimam arame, tocam fogo em tudo. Como que a pessoa trabalhou... "Meu amigo, está aqui a sua multa, refloreste a sua terra, pegue as suas coisas e leve", porque o cara trabalhou. Agora, o cara pegar a motosserra e fazer esse absurdo que vocês estão vendo aí, cortando a madeira... E eu disse assim para os caras do ICMBio: "Por que é que vocês não cortaram as pontes 'tudinho' em que vocês passaram daqui para lá? Porque todas essas pontes são de madeira de castanheira".

Então, queridos Senadores, eu sei que vocês não vieram aqui para brincar. Levem o sentimento desse povo acriano e de todos os estados que estão sofrendo e lutem por essa causa, porque eu acredito em dias melhores.

Boa tarde e muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. DEJANE LIMA DA SILVA (Para expor.) – Gente, boa tarde a todos. Eu sou o DeJane, sou o Presidente da Associação Wilson Pinheiro III da Reserva Extrativista Chico Mendes.

Eu venho trazendo nas costas uma dor de todos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DEJANE LIMA DA SILVA – ... de todos os que ali habitam, porque são trabalhadores, pessoas dignas, que vivem do suor do seu rosto, porque pra mim suor é sangue, é termos de... é coisa que agrada Deus, é trabalhar, viver... A Bíblia diz assim: "Feliz daquele que vive do paiol da Terra". O paiol da Terra é o quê? Aquele que planta o arroz, o feijão, que planta o alimento para os seus filhos.

Que nem o rapaz falou aqui, o Vereador, nós temos um caso aqui no ramal do 19, no Pega Fogo, onde o senhor fez um curral. Gastou o que não tinha, fez o curral. O ICMBio foi lá e cortou tudo, pedacinho por pedacinho. E a gente fica indignado. Mas eu acredito que esses homens que vieram aqui representar a comunidade da reserva não estão aqui de brincadeira; eles estão aqui porque estão sentindo a mesma dor que nós estamos sentindo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí a gente se pergunta: o ICMBio diz que nós temos direito a 30 cabeças de gado na reserva – 30 cabeças de gado. Se nós temos direito a 30 cabeças de gado, nós temos direito à legalidade; e quantos de nós vamos lá no ICMBio para pedir uma declaração para ir lá no Idaf, para fazer o cadastro do gado, e eles não dão? Todos somos negados.

Se existe a lei de que se pode criar 30 cabeças de gado, por que não existe a lei de nós legalizarmos esse gado? E se existe a lei de nós criarmos 30 cabeças de gado, por que não nós termos um curralzinho na nossa propriedade? Se nós não temos direito de ter o gado... Se nós temos o direito de ter o gado e não temos direito de ter o curral, para que nós temos direito ao gado? Porque eu acredito que, se a lei existe, ela tem que ser cumprida.

Que nem eles são... Eles chegam para abusar. Ali eu sempre falo para minha esposa: hoje eu tenho medo de sair de casa para ir trabalhar. Quando eu chegar, eu tenho medo de a minha esposa, de as minhas filhas terem sido agredidas por esses covardes. Porque são covardes! Você pode ter certeza que são covardes. (*Palmas.*)

Porque... Tem uma vizinha minha lá em casa, a D. Divina. Nela foi colocada metralhadora, na cara dela, para ela descobrir algo que não vem ao caso, que não era da propriedade dela, era do vizinho, que estava fazendo o que não é legal. Aí eles chegaram, invadiram a casa dela, entraram sem ordem, botaram metralhadora na cara dela para que ela fosse, ajoelhada... mandaram que ela se ajoelhasse para poder falar o que não podia falar, porque não era na propriedade dela, entendeu?

E hoje eu falo para os nossos Senadores: gente, nós estamos vivendo sufocados. São poucas pessoas que sabem, mas de muitas pessoas já tiraram a vida por causa dessas pessoas que estão sendo sufocadas, entendeu?

Eu, como Presidente da associação, eu sempre falo. "Ah, nós temos o direito..." Temos, mas, se vocês têm uma máquina para ir lá, vocês vão lá fazer uma destoca de terra? Não vão, porque não pode. Você vai ao ICMBio... Eles até dão uma licençazinha, que nem eu cheguei e conversei com um rapaz lá, e ele falou: "Não, nós damos uma licença para 1ha de mata e 1ha de capoeira, só que nós não damos licença para fogo. Não pode queimar". E nós vamos fazer o quê? A gente vai derrubar 1ha de mata e vai plantar como, se não pode queimar?

E outra... Que nem essas ONGs, que são milionárias... Vem dinheiro para eles. Por que é que eles não entram no bom senso, vão, visitam as comunidades, veem quantas pessoas tem na comunidade, na reserva, e fazem uma proposta? Porque eu tenho certeza de que hoje, se o Governo Federal dissesse assim: "gente, nós vamos ter um salário 'x' para cada um dos produtores da reserva, só para manterem o que têm", todos aceitariam, se fosse um salário digno, para manter os filhos na escola, para manter o filho na faculdade, para manter uma alimentação, uma medicação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que nem a senhora falou ali, olha... Eu conheço a propriedade, mais de 100km de ramal, o filho deficiente... E a lei diz que é obrigatório nós mantermos os nossos filhos na sala de aula. Não é obrigatório? E por que que é que eles não são obrigados a manter o ramal ou a manter a escola perto da nossa comunidade?

Nós tínhamos escola no meio da nossa comunidade. Lá, uns bacanas vieram lá por trás e fizeram assinar uns papéis sem ler, foram tiradas todas as escolas e fizeram a nucleada. Foram feitas três nucleadas aqui no Município de Brasileia – três –, que é a do 68, a do 26 e a do 19.

Criança sai de casa 4h da madrugada, no pau de arara. Muitas das vezes o pai que tem um transporte, que tem uma moto, quando chove, ele se desloca da sua casa para vir encontrar os seus filhos, que estão aí a 20, 30km longe de casa. E aqueles que não têm o transporte? Como é que os filhos vão chegar nas suas casas de volta? E, no final do ano, é obrigado passarem – é obrigado passarem. Enquanto eles hoje gastam com... Vamos supor que tem 30 carros que puxam alunos – é R\$10, R\$12 mil cada caminhonete –, será que não dava de eles manterem a escola na comunidade? Dava de manter, não é? Dava de manter.

Eu acredito que, se nós nos unirmos, se nós falarmos a mesma voz, o negócio é mudado. É que nem o Senador falou: "Esse ICMBio é o maior câncer que deu no nosso Brasil". Foi o ICMBio. O maior que tem é ele. (*Palmas.*)

Porque eles só vieram para desgraçar a vida de todo mundo, porque com eles não existe diálogo, não. Não existe aquele negócio de conversar. Eles já chegam batendo, já chegam cortando, queimando. E dizem que nós estamos fazendo crime ambiental se nós derrubamos 1ha de mata lá. E dizem que a gente está fazendo crime ambiental. Quando eles chegam na nossa propriedade e queimam o nosso curral, queimam a nossa motosserra, queimam a nossa casa, queimam tudo, isso é o quê? Isso é um crime ambiental será? Por eles serem a lei, eles deveriam falar e explicar realmente como pode ser feito, mas não fazer um crime ambiental maior do que o que foi feito.

Essa é a minha palavra. Eu agradeço. Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós estamos caminhando para o final.

Quero agradecer a todos que aqui estiveram, que vieram depor, pela indignação, pelos depoimentos.

E o que nós ouvimos aqui? "ICMBio isso", "ICMBio aquilo", "não tem licença pra isso", "não autoriza pra cá". E ouvi aqui alguém dizer: "É preciso até pedir autorização para viver". Autorização para viver quem dá é Deus, e essa autorização nós já temos! (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos autorizados por Deus a viver e a termos direitos. Essas riquezas naturais que esses estrangeiros tanto querem e pelas quais as ONGs aqui nos oprimem não foram colocadas pelo homem, não são dádivas do homem, são dádivas de Deus. Foi Deus quem nos deu as riquezas naturais, e nós temos direito a elas.

Nesse encerramento, com agradecimento aos Vereadores e ao Prefeito pelo acolhimento e pelos depoimentos; ao Marcio Bittar, que é o responsável direto por estarmos aqui; ao Styvenson; ao Jaime; a todos nós, Vereadores, quero, ao agradecer, dizer: nós, Senadores da República, temos o dever moral de estar ao lado de vocês.

O Marcio é o encarregado pelo relatório, mas, pelo que eu vi aqui, não há como, não há como evitar, não há como não pedir para punir um gestor como esse do ICMBio daqui. Não há como evitar. Uma pessoa que não respeita uma dona de casa, que bota fuzil para uma pessoa ajoelhada! Eu queria ver esses babacas combaterem o narcotráfico! Eles não têm coragem para combater o narcotráfico! *(Palmas.)*

É um leão para vocês e é um gatinho de madame para o narcotráfico. São covardes, que não respeitam mulheres, donas de casa, que não respeitam vocês.

Nós não podemos sair daqui satisfeitos. Nós cumprimos com o nosso dever de ouvir. Não estamos satisfeitos, pelo que ouvimos, mas estamos cientes – não é Styvenson? Não é Marcio? Não é Jaime? – da nossa missão, do nosso compromisso. Cada vez mais esse fardo pesa sobre os nossos ombros, mas, na medida em que aumenta o peso, aumenta também a nossa responsabilidade e a certeza de que nós estamos corretos ao abrir essa caixa-preta, ao mostrar para o Brasil que o dinheiro estrangeiro ditou as normas.

E nós não podemos culpar só o ICMBio. É culpado, sim, porque é vassalo! É culpado, sim, porque é criado, é pau-mandado das ONGs, é pau-mandado da Marina, que obedece ao dinheiro estrangeiro. *(Palmas.)*

Nós estamos diante de um leão que não passa, assim, de um gatinho e nós vamos combatê-lo.

Contem conosco, e me permitam dizer, eu ouvi aqui um falar que é a luta unidos pela terra, o Vereador falar, pois agora nós saímos daqui unidos pela liberdade. *(Palmas.)*

E é em nome dessa liberdade que nós vamos nos despedir de vocês.

Nada mais a decidir, esta sessão está encerrada por hoje, porque ela continua lá em Brasília.

Obrigado e a paz de Cristo a todos. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 08 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2023, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE (11H - HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF).

Às doze horas e trinta e três minutos do dia vinte de outubro de dois mil e vinte e três, no Assembleia Legislativa do Estado do Acre (11h - horário de Brasília-DF), sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS. Passa-se à apreciação da pauta: **Diligência Externa. Finalidade:** Realização de diligência externa na cidade de Rio Branco, com o objetivo de ouvir lideranças locais a respeito da interferência de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região, especialmente, em relação à obra da BR-364, conforme Requerimento 106/2023-CPIONGS. **Resultado:** Diligência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/10/20>

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, muito bom dia. Sejam todos bem-vindos, bem-vindas à Assembleia Legislativa do Estado do Acre. Hoje, em especial, realizamos uma reunião da CPI das ONGs do Senado aqui no Plenário do Poder Legislativo acriano. Pedimos a todos que se sentem, se acomodem para que nós possamos dar início a esta reunião.

Com muita honra, convidamos para compor a mesa o Exmo. Sr. Deputado Luiz Gonzaga, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pedimos uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Convidamos o Senador Plínio Valério, Presidente da CPI das ONGs. *(Palmas.)*

Convidamos o Senador Marcio Bittar, que é o Relator da CPI. *(Palmas.)*

Convidamos o Senador acriano Alan Rick. *(Palmas.)*

Convidamos o Senador Styvenson Valentim, que é acriano e Senador pelo Estado do Amazonas, correto? *(Pausa.)*

Rio Grande do Norte! Olha só! *(Palmas.)*

Convidamos o Senador Jaime Bagattoli. *(Palmas.)*

Convidamos o Prefeito da capital Rio Branco, Tião Bocalom. *(Palmas.)*

Senhoras e senhores, podem sentar-se.

Gostaríamos de registrar entre as presenças aqui o Deputado Estadual Eduardo Ribeiro, Deputado Arlenilson Cunha, Deputado Afonso Fernandes, Deputado Marcus Cavalcante, Deputado Tanizio Sá, Deputada Antonia Sales, Deputado Pedro Longo, Deputado Adailton Cruz e Deputado Gene Diniz.

Temos também aqui a presença do Sr. Moisés Diniz, da Fapac; João Paulo, Presidente em exercício da Fieac; Walter Lúcio Campelo; da equipe de TV do Senado e da TV Aleac e todos os demais jornalistas.

Com a palavra, o Exmo. Sr. Deputado Luiz Gonzaga, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, que fará a abertura simbólica desta reunião, dando seguimento para a CPI das ONGs do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Gonzaga. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Queremos cumprimentar o nosso Senador Plínio Valério, Presidente da CPI das ONGs; o Senador Marcio Bittar, que é o Relator da CPI; o Senador Jaime; o Senador Alan Rick, nosso amigo aqui do Estado do Acre, juntamente com o nosso Senador Marcio Bittar, que tão bem nos representa no Senado da República, juntamente com o Senador Sérgio Petecão, que não está aqui; e o Senador Styvenson Valentim, que é acriano, do nosso estado, nasceu aqui na nossa capital Rio Branco. É uma honra muito grande receber todos vocês aqui no nosso estado.

Quero cumprimentar o nosso Prefeito Tião Bocalom, os nossos Deputados Estaduais que estão aqui presentes, o que já foi mencionado, os nomes...

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Presidente, só um momento, o cerimonial esqueceu de mencionar um Deputado, Deputado Afonso Fernandes, ali na ponta. Uma salva de palmas. *(Palmas.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Luiz Gonzaga) – Senhoras e senhores, autoridades presentes, populares da galeria e demais convidados, é com muita honra e alegria que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre recebe hoje essa Comissão do Senado Federal, Senado que tem sido um parceiro, Senador Marcio Bittar, desta Casa, principalmente dando apoio à nossa Escola do Legislativo, e que hoje está aqui presente nesta Comissão para tratar algo tão importante, que, com certeza, vem ajudar e muito o nosso Estado do Acre, porque nós temos obras importantes no nosso estado que inclusive estão sendo embargadas, como a ponte de Rodrigues Alves e a nossa estrada de Cruzeiro do Sul a Pucallpa, que é essencial não só para o Estado do Acre, mas para muitos estados da Amazônia e do Centro-Oeste do nosso país.

Nós temos ali em Cruzeiro do Sul o Parque Nacional da Serra do Divisor, onde as famílias foram desapropriadas, e até hoje não pagaram um centavo sequer para pelo menos indenizar a propriedade daquelas famílias, simplesmente muitos abandonaram porque não podiam fazer nada. Nós temos aqui o caso também da Reserva Chico Mendes, então, com certeza, esta CPI trará um resultado importante para o Estado do Acre.

Agradecemos imensamente a escolha do Poder Legislativo acriano para realizar esta tão importante reunião. Sejam todos muito bem-vindos à Casa do povo. (*Palmas.*)

Passo a direção dos trabalhos ao Senador Plínio Valério, do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Primeiro, agradecer a todos pela presença, ao Presidente, Deputado Luiz Gonzaga, saudando todos os Deputados e todos que aqui estão. A presença de vocês é um sinal de que nós devemos seguir adiante. Eu entendo a presença dos senhores e das senhoras como incentivo ao que nós estamos fazendo pelo bem da nação.

A CPI das ONGs foi instalada para abrir a caixa-preta das ONGs. Lá fora, talvez, no Sul e no Sudeste, ONG signifique coisa boa, mas para nós amazonenses, acrianos, rondonienses, amapaenses, a gente sabe o que isso significa.

Natural das barrancas do Juruá, eu sou de Eirunepé, nasci ali na beira do Juruá, sou de Eirunepé, conheço muita coisa, já vi muita coisa, mas ontem nós ficamos com o coração partido lá na Reserva Chico Mendes.

Eu quero adiantar aos senhores que nós vamos ao Ministério Público Federal ainda até quarta-feira levar a denúncia e pedir providências. Não tem como a gente, como cidadão, como marido, como pai de família, ouvir o relato de que botaram fuzil na cabeça de uma mulher, de que deram tapa em pai de família, de que destruíram pontes passando em cima dos igarapés, de que não se pode plantar, nem colher, nem vender nada. Isto não nos assusta. Mais do que indignados, nos deixou entristecidos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a obrigação nossa... Já conversei com o Styvenson, com o Jaime, com o Marcio e agora com o Alan. A gente não vai poder esperar o final. No final, claro, o Marcio vai apresentar tudo isso, mas nós vamos tomar providências. Não pode continuar assim. Eu não teria como chegar em casa e enfrentar minha mulher e minhas filhas se não tomar uma providência. É uma coisa muito, muito, muito humilhante. Para quem não esteve lá, mora aqui e não esteve lá, é uma coisa de estarrecer. Uma mulher, mãe de família, chorar e dizer que tudo o que ela quer da vida é que o filho estude. Lá, eles não podem sair. Se tem um doente, é naquele esquema dos seringais de antigamente, dos nossos antepassados, dos coronéis de barranco: saem na rede, carregados na rede, revezando de duas em duas pessoas.

Então, nós vamos, sim, tomar providências nesse sentido. E vocês estão aqui para nos dizer que a gente tem que seguir adiante.

Para se ter uma ideia, das ONGs que estamos investigando, cinco foram depor. Essas cinco – eu vou erguer a mão –, só cinco já arrecadaram R\$2,1 bilhões. Só cinco. A gente deve levar oito ou dez, porque é muita coisa, e a gente tem que se concentrar naquilo que a gente quer, que é abrir a caixa-preta, e o Brasil vai decidir se quer continuar achando que eles são os mocinhos ou se eles são os vilões.

Passaram para nós, com essa narrativa, absurda, paga, sustentada por dinheiro, essa narrativa de que nós – vocês também, acrianos; não só eu, amazonense –, nós somos os vilões da história, que não sabemos cuidar da Amazônia, que a gente não cuida do nosso povo. Aí, pegam a reserva extrativista...

Vou dar um exemplo. Estivemos já com reserva indígena. Lá fora, tudo é bonito. A reserva extrativista, "eles estão vivendo da seringa, produzem a seringa"... Balela, mentira, hipocrisia, cretinice! E nós vamos mostrar isso para o resto do Brasil.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de ouvir lideranças e autoridades locais a respeito da interferência de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região, especialmente em relação à obra da BR-364, conforme o Requerimento nº 106, de 2023.

Isso aqui é um grande exemplo do mal que as ONGs nos causam: impedir que o estudo seja feito. Eles antecipam o problema. Como eu ouvi ontem na reserva, até para viver tem que pedir autorização do ICMBio. Não pode mais continuar isso.

O Marcio, que é o nosso Relator, o Alan, que é o nosso Senador, que chegou agora, brilhante Senador, e o Marcio, há cinco anos, não é Relator à toa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero pedir a permissão do Jaime, do nosso Senador Jaime, que é o nosso Vice-Presidente, quero pedir a permissão do Styvenson pra passar o comando desta reunião ao Senador Marcio Bittar e ao Senador Alan Rick, como sentido, como transformação do nosso respeito que temos por eles, porque são dois lutadores pelo Acre, assim como também o é o Senador Petecão, mas os dois aqui presentes. Então, como respeito que eu tenho pelos dois – e eles são responsáveis por estarmos aqui –, eu passo o comando, Marcio, da Presidência a você e a Vice-Presidência ao Alan Rick.

Como diz o cerimonial, vamos trocar de cadeira. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Bom dia a todos.

É um prazer grande estar aqui.

Quero agradecer ao Luiz Gonzaga, amigo, Presidente da Assembleia Legislativa, e estendo a todos os colegas do Parlamento estadual que aqui estão. Muito obrigado pela presença. Meu querido amigo, parceiro, Alan Rick, meu coordenador da bancada federal, faz um excelente trabalho. Sinto-me muito bem representado por você coordenando a nossa bancada em Brasília, atrás de projetos, e, aliás, no contato com prefeituras e com o Governo do estado pra tentar fazer até mais do que o que seria normal pra que a gente não perca recurso, não perca dinheiro. Todos estão sabendo que, se nós não conseguirmos uma prorrogação da cláusula suspensiva, o Acre perde, some, desaparece, no final de novembro, meio bilhão de reais. Imediatamente, quando me ligaram da imprensa perguntando, eu disse: "O Alan já tomou providência, já escreveu o documento, já falou com o Líder, já falou com o Presidente do Senado, nós dois juntos falamos com Davi Alcolumbre, já mandou o documento pra Casa Civil". Vamos tentar tudo, estamos tentando pra que haja a prorrogação, dando mais um prazo às prefeituras e ao Governo do estado pra apresentar o projeto e ter tempo para que eles sejam aprovados.

Então, é um prazer estar aqui.

Quero agradecer ao Jaime, colega de Rondônia, nosso estado vizinho, Vice-Presidente da Comissão. Muito obrigado por estar nessa caravana, nessa agenda juntos. Senador Styvenson, que é acriano de nascimento, hoje é Senador da República pelo Rio Grande do Norte. Cumprimento o Bocalom, Prefeito da capital, e, em nome dele, cumprimento a todos os demais políticos que aqui estão.

O objetivo é, de fato, ouvi-los, aqui, Plínio, Jaime, Styvenson. Aqui nós temos pessoas que vieram lá de Cruzeiro do Sul pra cá, o Presidente da associação comercial, que participou de todo o movimento discutindo a questão da continuidade da BR-364, de Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru, que são 200km. O Exército Brasileiro, quando desenhou a 364, ela nunca foi desenhada pra acabar em Cruzeiro do Sul, ela sempre foi desenhada pra dar uma outra opção a nós acrianos, brasileiros, pra sair no Peru, pra sair no Pacífico.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui um Deputado Estadual, que deve usar a palavra pra falar de uma iniciativa desse Poder em que ele está trabalhando e que tem a ver com o nosso assunto, uma ideia de uma lei estadual que possa colocar algum limite também na atuação das ONGs, aqui no Acre.

Enfim, temos aqui Valterlucio Campelo, meu amigo, intelectual, escritor, que também é agrônomo, representa também o setor e vai poder usar a palavra; outros Parlamentares; Deputado Estadual; representante da federação da indústria. Então, nós vamos ter condições de ouvir um bom balanço.

Mas eu queria, nessa abertura, ao cumprimentar todos, dizer que a conta não fecha, o que nos chama a atenção. E essa possibilidade de falar ao Brasil o que é a Amazônia brasileira, do lado de quem vive aqui, de quem mora aqui, quem nos deu essa oportunidade foi esse amazonense que está aqui ao meu lado.

Portanto, nunca é demais agradecer, cumprimentar e parabenizar o Senador Plínio, que passou quatro anos e meio lutando, diuturnamente, sem desistir, com persistência e foco, até que tanta persistência fez com que, depois de quatro anos e meio, nós tivéssemos esta CPI criada.

O que acontece é um verdadeiro absurdo. Nós estamos andando na Amazônia e, ontem, aqui no Acre, o objetivo era ouvir e ver a realidade de uma reserva extrativista. Ontem, eu vi um homem, de 2m de altura, policial, acostumado a enfrentar bandido, marginal, encher os olhos de lágrima. Ontem, eu vi o Styvenson, com os olhos cheios de lágrima, escutando o que nós escutamos.

Eu, que sou daqui; nós que conhecemos... Mesmo assim, quando você ouve, Luiz, o que nós ouvimos e vimos ontem, não tem quem não fique indignado. Os moradores da Reserva Chico Mendes, homens e mulheres, se sentem perseguidos, enganados, ludibriados e desesperançosos.

Confesso que algumas coisas nem eu sabia. Como é que a prefeitura do município, para fazer uma escola, tem que esperar pelo ICMBio, para dar licença? Para abrir um ramal – vai começar a chover de novo, daqui a pouco, mais uma vez, e quem estiver doente vai ter que sair numa rede –, a prefeitura, para raspar um ramal, tem que pedir a autorização, uma licença do ICMBio.

A energia, há mais de dez anos que não se revalida o cadastro da reserva. Tem pessoas que estão lá dentro que, por não estarem no cadastro, não podem receber energia elétrica. A Energisa, para entrar lá dentro, para levar luz para os moradores, apenas 20% têm, também precisa pedir licença, autorização, para o ICMBio.

Nós vimos relatos da ação do ICMBio, com a Polícia Federal, derrubando pontes feitas pelos próprios moradores. E aí cabe uma reflexão que eu já fiz há décadas, meu querido amigo Jaime. Se a vida na reserva extrativista é tão boa, porque nenhum parente daqueles que comandam a ONG está lá? Um, sequer?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ministra Marina Silva, que hoje, mais uma vez, comanda a pasta do meio ambiente do Brasil, nem no Acre ela mora mais. Ela, que, junto com tantas pessoas do grupo dela, acusavam pessoas, assim como eu, que não nasceram no Acre, chamava de aventureiros, que só vinham no Acre em época de campanha etc., foi embora.

Eu perguntava para pessoas de ONGs que nós estamos recebendo – seja honesto –, quando eles falam do ecoturismo... Mas pergunte a eles se eles, se os membros das ONGs deles, se os parentes deles vêm fazer turismo aqui. Você tem ido lá, a Feijó? Não. Sabe aonde é que eles vão? Vão para as praias do Nordeste e para a Europa.

Essa conta, então, não fecha. São bilhões que eles recebem, como disse o Plínio, mais de R\$2 bilhões em cinco ONGs. Aquela ONG que é ligada à Marina, ela recebe cerca de R\$26 milhões por ano.

E o que é que o amazônida ganhou até agora? Nós ficamos mais pobres. E contra dados não tem como você contestar. Nós temos 28 milhões de brasileiros na Amazônia; 16 milhões, para sobreviver, dependem de Bolsa Família. O que é que ganhamos com isso?

E o pior ainda é que essas ONGs fazem o papel de entregar para o estrangeiro a nossa riqueza, porque são países ricos, como Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Noruega, que financiam essas ONGs.

Agora, por exemplo, eu não sei como é que a Ministra Marina e o Presidente da República não têm vergonha de celebrar um convênio com a Alemanha de R\$100 milhões. Isso não é nada! Isso não é nada para a Amazônia, mas é com esse dinheiro que eles compram as riquezas da Amazônia. Quem é que abre mão?

Aí uma ONG que atua muito no estado natal do Plínio – uma ONG – está recebendo da Alemanha 78 milhões, fundação de amparo sustentável Amazônia... sempre tem o nome de Amazônia.

Essas ONGs estão a serviço dos países que continuam querendo controlar populações e controlar recursos naturais. Qual é a pessoa, qual é o país que, tendo, debaixo dos seus pés, cartões da Mega-Sena acumulados, premiados, como nós temos: ouro, petróleo, gás, diamante, nióbio, potássio... Você abre mão de explorar isso? Você abre mão de explorar essa riqueza?

E, em troca disso... Eu pergunto para eles na CPI: vocês não ficam envergonhados de oferecer uma Bolsa Família de R\$50? Vocês exigem que o índio não utilize o subsolo, que nós, amazônidas, não exploremos o subsolo, que é bilionário, e oferecem uma Bolsa Floresta de R\$50? Agora, a Ministra está dizendo que vai buscar, quem sabe, uma Bolsa Floresta de R\$200... Isso é uma humilhação, Pedro! Isso é uma vergonha! Você abre mão da riqueza que está aqui, debaixo do nosso pé, para algumas pessoas receberem até R\$200? Os índios que nós vimos no Amazonas demoram às vezes três meses para ir buscar o Bolsa Família. Por quê? Porque, se buscar todo mês, meu Senador, não paga a gasolina. Então, eles têm que acumular.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje, o objeto foco desta sessão – vocês perceberam, isso aqui é uma coisa oficial, está sendo transmitida pela TV Senado, é uma sessão da CPI, a segunda, uma ontem e outra hoje –, o foco de hoje... É claro que ninguém vai colocar freio na fala de ninguém, mas qual é o foco desta audiência de hoje? É a ação de ONGs que recebem dinheiro de fora, e, com todo o respeito que o Ministério Público Federal tem e merece ter, ele não foi eleito, ele não está como alguém que deve decidir política pública, mas ele está decidindo. No nosso caso do Acre, não valem os Prefeitos, não valem os Vereadores, não valem os Deputados desta Casa, não vale a bancada federal, não vale o Governador.

Todos nós sabemos a importância, Luiz, de a BR-364 continuar, de a nossa ponte... E quatro ONGs, uma delas ajudada pelo Governo do estado, a SOS Amazônia, com R\$4 milhões, entram na Justiça, e o Ministério Público manda paralisar – não é nem a obra, porque ela não existe – a licitação, Alan, do projeto executivo, que eu, como Relator, arrumei esse recurso no Orçamento da União para fazer o projeto executivo e nem isso pode ser feito. Então, esse poder... Santa Rosa do Purus quer fazer uma estrada para ligar a BR-364 à Manoel Urbano e não pode, está proibida; Thaumaturgo, que está isolada, precisa se ligar – Thaumaturgo-Porto Walter, Porto Walter-Cruzeiro do Sul – e está proibida. Como é que você trabalha se não tem estrada?

Então, hoje o foco é essa ação de ONGs com o Ministério Público paralisando obras no Brasil inteiro, inclusive, aqui no nosso estado. Então, o objetivo da CPI é mostrar ao Brasil essa realidade que poucos conhecem – falam muito e conhecem pouco – e chegar a um relatório final, em parceria com meus colegas, com o Presidente da CPI, com os colegas da CPI, mas chegar a um relatório final que possa convergir para alguns projetos legislativos que devolvam a soberania perdida sobre a Amazônia e que permita que os índios, querendo, explorem o subsolo da sua terra, porque hoje eles são proibidos. Eles também se sentem, assim como os moradores da Reserva Chico Mendes, se sentem enganados. E é isso que a gente ouve de tantos que já foram à CPI e daqueles que a gente foi encontrar e ainda vamos encontrar agora mais comunidades indígenas no Mato Grosso na semana que vem.

Então, que a gente convirja, ao final da CPI, num relatório que proponha um conjunto de medidas e projetos legislativos que devolva ao índio, que dê ao índio o direito de explorar o seu subsolo, que devolva à União, ao Governo central, o poder sobre o subsolo que hoje ele perdeu. O próprio atual Presidente quis tirar petróleo à 175km da costa do Amapá, e o Ibama proibiu. E é incrível, porque, na divisa do Brasil, do lado de lá, na Guiana, estão tirando reserva de petróleo que já é mais de dois terços da reserva que o Brasil fechou em 2020. Se eu não me engano, grosso modo, o Brasil fechou 2020 com 140 milhões de barris de reserva. A Guiana, logo do lado de lá, Ribeiro, fechou com 8 milhões, é mais de dois terços. E, do lado de cá, no Brasil, não pode tirar. Nós estamos lá, esse pedido, a 500km da foz do Amazonas.

Então, a gente pode e deve fazer um relatório, em que, entre outras questões, a gente convirja para um pacote de medidas legislativas que dê ao índio o direito de explorar o seu subsolo, que devolva ao



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo central o poder sobre o subsolo nacional que hoje ele não tem e que limite o poder do Ministério Público – não é tirar, mas não pode continuar dessa maneira.

O PSOL entrou na Justiça, o Ministério Público proibiu e está parada a ferrovia, a importantíssima Norte-Sul. E outras tantas obras que estão paralisadas.

Então, quero dar a oportunidade ao colega Alan, porque o nosso Presidente deu esse privilégio a mim e ao Alan, e, em seguida, o Alan abrir a palavra para as pessoas, os nossos queridos colegas que vieram também conosco, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, aqui do nosso lado, e as pessoas que foram convidadas, os Parlamentares que aqui estão.

Então, esse é o objetivo.

Muito obrigado, Plínio.

No meu estado, mais do que nunca, eu não podia deixar de fazer o reconhecimento, essa oportunidade que o Brasil está tendo de repensar...

Eu vou terminar, só dizendo, irmãos, da hipocrisia mundial. Eu não falo inglês e isso me inibia de ir para fora. Casei novamente, está aqui minha esposa, a Thais, que fala e é responsável pela agenda internacional do Mato Grosso do Sul. Então, ela já ia ao evento de Nova York, por Mato Grosso do Sul, para cuidar da agenda do Estado em Nova York, isso me animou, porque ela é tradutora e eu fui pelo Senado. E eu constatei duas convicções. A primeira, meus irmãos: nós precisamos acabar com a ilusão de que o país rico vai nos recompensar. Não vai. Eles têm as demandas deles. Por mais que para nós eles sejam milionários, todos os dias em que nós saímos para pegar o metrô, sem exceção, nós nos deparamos com três, quatro, cinco pessoas excluídas – droga, doença mental, gente de rua. Então, eles têm a demanda deles. Não vão compensar 28 milhões de brasileiros, dividindo a riqueza deles conosco.

E a outra convicção que eu constatei, meu querido amigo Afonso, é a hipocrisia. Eu assisti a uma alemã, num dos painéis, falar do mundo inteiro, menos do seu próprio país, que está queimando carvão agora e que, antes de queimar carvão, já jogava mais CO₂ no planeta, a Alemanha, que é 40 vezes menor do que o Brasil, já jogava mais CO₂ no planeta do que o Brasil inteiro. E, agora, neste ano, está aumentando, queimando carvão, porque a Rússia cortou o fornecimento de gás. Pediu licença para alguém? Não. Aceitou alguma ONG interferir no seu destino, na sua soberania nacional? Não. E eu a vejo falar e não tocou no nome do próprio país.

Eu vi, num outro painel, Alan, um orador, uma liderança importante do Canadá, lá do epicentro do fogo, que falou da preocupação ambiental com o mundo inteiro menos da com o país dele. E ninguém questiona nem a mulher da Alemanha, nem o homem do Canadá, que neste ano atingiu mais de 100 milhões de pessoas... O fogo foi tanto, a fumaça foi tanta que atravessou o oceano. Mas ninguém fala do Canadá. Lá nos Estados Unidos, no mesmo painel, eu vi o John Kerry se esquivar, feito siri ensaboadado,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando foi cobrado sobre as fortunas que eles prometem para a Amazônia e que não cumprem. Saiu escorregando todo. Ele representa quem? O Joe Biden, que este ano mandou tirar mais petróleo no Canadá.

Então, nós não podemos. Eles pagam ONG aqui para se infiltrar em imprensa, em universidade, na mídia para proibir a gente de fazer, mas ele mandou fazer de novo, como fez o Barack Obama, a mesma coisa. Mandou tirar petróleo do Alasca...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... e não pediu licença a ninguém.

A Noruega, que financia o Fundo Amazônia, também, este ano, mandou tirar mais petróleo do Mar do Norte. Perguntou para alguma ONG? Pediu licença para alguma ONG? Aceitou alguém questionar sua soberania? Não.

E, por fim, a Grã-Bretanha, aquele mesmo lugar que tem o Rei Charles – não é isso? –, foi questionar o Presidente do Brasil dizendo para o Presidente do Brasil tomar cuidado com a Amazônia. Sinceramente, o Presidente do Brasil deveria virar para ele e dizer: "Cuide você da Inglaterra!". Eles não sabem, Ribeiro, o que é APP. Agora, esse país, sabe quantas licenças de petróleo novas soltou agora, o novo Governo? Cem! Cem novas licenças. E, na mesma semana em que eu estava em Nova York, assistindo a essa hipocrisia, a Inglaterra anunciou que não vai cumprir os acordos internacionais de que ela participa e que ela exige de nós, e, assim como já fez a França no passado, a Inglaterra anunciou que não vai cumprir, porque, para cumprir o acordo que ela exige de nós, precisa retrain a economia inglesa, e, segundo fala do Ministro do Interior da Inglaterra, a Inglaterra não pode ajudar o mundo à custa da pobreza, da miséria do povo inglês, mas nós podemos.

Então, irmãos, eu espero que a CPI cumpra o papel, que eu acho que está cumprindo, de mostrar ao Brasil uma parte da história que nós achamos que o Brasil não conhece e que, fazendo isso, possa terminar com um relatório que possa, aprovado no Congresso Nacional, devolver um pouco da soberania, libertar um pouco o povo amazônico, para que a gente possa tirar um pouco da riqueza que nós temos hoje para que o povo amazônico possa prosperar.

Muito obrigado, Plínio.

Passo a palavra ao Senador Alan Rick, e, em seguida, vamos abrir para as pessoas que foram convidadas. *(Palmas.)*

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discursar.) – Meu muito bom-dia a todos os amigos presentes nesta sessão do Senado da República, realizada, com muita honra, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Presidente da CPI das ONGs, o ilustre Senador Plínio Valério, um amazônida de Eirunepé, lá do Juruá, quase um acriano, bem como o nosso querido Styvenson Valentim, que é acriano, mas que nós exportamos para o Rio Grande do Norte – demos essa licença aos cidadãos potiguaros, para serem bem representados por um acriano no Senado da República –, e, obviamente, cumprimentar o meu amigo, que, de forma brilhante, tem produzido um trabalho extraordinário em seu relatório, Senador Marcio Bittar.

Marcio, você honra o Brasil e os brasileiros, você honra o povo da Amazônia. Quando você, corajosamente, enfrenta organismos poderosos, que recebem financiamentos gigantescos de países europeus, como você já citou, da Noruega e Alemanha, entre outros, você não está só peitando aqueles que querem perpetuar a pobreza na Amazônia e, muitas vezes, utilizar o nosso povo, o nosso extrativista, o nosso ribeirinho como massa de manobra para seus projetos de enriquecimento.

Vou dar um exemplo. A primeira biopirataria do mundo, vastamente estudada, foi realizada em 1876 por um inglês, Henry Wickham. Ele roubou sementes da seringueira e a Inglaterra levou para a Malásia, acabou com os seringais da Amazônia, biopirataria. E ninguém fala, a gente não vê os países europeus falarem o quanto roubaram os recursos naturais da Amazônia.

Então, Marcio, quando você corajosamente faz esse enfrentamento junto com o Plínio, junto com Styvenson e o nosso querido Vice-Presidente Jaime Bagattoli, coração de leão...

Está com quantos *stents* no coração, Jaime? E pontes safena? Quantos? *(Pausa.)*

Três *stents*?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Fez a cirurgia.

Esse homem aqui passou por uma cirurgia recentemente, nós todos em oração no Senado, e continua mais forte do que nunca.

Ontem chegaram ao hotel, foram dormir, e ele foi caminhar quatro horas na esteira. Por isso que está um atleta desse jeito, mas por quê? Porque tem o anseio de servir o seu povo, de estar em condições de continuar servindo a Amazônia...

(Interrupção do som.)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... servindo o seu Estado de Rondônia e abrilhantando o Senado Federal.

Cumprimentar o meu Presidente, Luiz Gonzaga.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem estivemos na Embaixada da China, tratando de um tema que há muito tempo, Deputado Eduardo Ribeiro, está adormecido, Marcio, e você tem nos ajudado nisso: a retomada das discussões para a construção da ferrovia transoceânica.

O Acre tem a oportunidade de ser não só o corredor de exportação do Brasil, mas, Deputada Antonia, através do Juruá, a sua terra, ser um dos maiores polos logísticos da América do Sul, através dessa ferrovia e da estrada para Pucallpa, embargada por ação de ONGs. Uma vergonha!

Ontem, na reunião de bancada, nós tratávamos acerca dos investimentos já em andamento, meu querido Ralph Fernandes, e falávamos a respeito da ponte de Rodrigues Alves, que precisávamos manter os recursos, e eu estou tratando isso com os nossos colegas da bancada, os Parlamentares. Marcio já é um dos grandes incentivadores e financiadores com as suas emendas da ponte, assim como eu, o Senador Petecão e outros Parlamentares da legislatura passada. E eu estou convocando os nossos irmãos da legislatura atual para continuar ajudando a colocarmos recursos para garantir que, no próximo ano, derrubemos esses embargos. Estamos trabalhando junto ao Dnit, e nós clamamos aqui para que o Ministério Público Federal, que já compreendeu, Ralph, a importância dessa ponte, mas, acima de tudo, que nós consigamos vencer esses entraves, Marcio, para construir o futuro de um povo. Não se faz desenvolvimento sem logística, sem estradas, sem pontes.

Quero cumprimentar aqui o Prefeito Tião Bocalom, que tem sido também um guerreiro na defesa desses valores tão caros a nós, que buscamos o avanço da produção, o avanço da qualidade de vida, da geração de renda na Amazônia. Cumprimentar aqui todos os nossos Deputados Estaduais presentes, já cumprimentei o meu Presidente; cumprimentar aqui o Deputado Eduardo Ribeiro, o Deputado Afonso Fernandes, o Deputado Marcus Cavalcante, o Deputado Tanizio Sá, a Deputada Antonia Sales, que já citei, o Deputado Pedro Longo, grande guerreiro, o Deputado Adailton Cruz, o Deputado Gene Diniz, imperador de Sena Madureira, junto com o Gerlen.

Quero fazer um cumprimento especial, Marcio, peço sua permissão para cumprimentar a bióloga, consultora ambiental, Diretora de Relações Internacionais do Governo de Mato Grosso do Sul, Thais Bittar. Muito obrigado, Thais, pela sua presença. *(Palmas.)*

Muito nos honra você nos prestigiar neste momento tão importante no debate e no desenvolvimento da Amazônia.

Saudar também aqui nosso amigo Luiz Antônio Vieira, da Associação Comercial de Cruzeiro do Sul. Obrigado, Luiz Antônio. Nosso querido Moisés Diniz, da Fapac, e Veruska, cumprimento todas as instituições do estado nas pessoas de V. Exas. Meu querido Valterlucio Campelo, que recentemente produziu um brilhante ensaio, um artigo a respeito da guerra de Israel contra os terroristas do Hamas.

Inclusive, anteontem, na Comissão de Relações Exteriores, Marcio, do Senado da República, querido Plínio, Jaime, Styvenson, que estiveram aqui no Acre durante essa importante reunião de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocação do Ministro Mauro Vieira, eu fiz o seguinte questionamento: "Ministro, como o Brasil pode ficar neutro diante de um conflito de um grupo terrorista, assassino, criminoso, que matou e estuprou mulheres, entrou dentro das casas das pessoas e assassinou pessoas a sangue frio, jovens que participavam de uma festa foram massacrados, 260 numa noite, crianças decapitadas?".

O Embaixador de Israel esteve no meu gabinete e em lágrimas, Jaime, ele mostrava as imagens que eles têm, que não estão divulgando ainda nos meios, porque são bárbaras as imagens de crianças decapitadas, crianças, bebês queimados vivos pelos terroristas do Hamas. E eu questionava o Ministro: "Ministro, como o Brasil, que tem uma história extraordinária...", o Brasil tem uma praça em Jerusalém Velha, Praça Osvaldo Aranha, e lá tem uma placa dedicada ao nobre povo brasileiro, pelo respeito e amor que Israel tem pelo Brasil, porque foi o nosso Diplomata e Ministro Osvaldo Aranha, que, presidindo a Assembleia Geral da ONU, em 1947, garantiu o reconhecimento e a criação do Estado de Israel. Mais ainda, a partilha pacífica com o povo palestino, que também sofre, é bom que se diga. O Hamas é uma coisa, os palestinos são outra, o povo palestino sofre nas mãos desses terroristas, que utilizam seu povo como escudo.

Então a gente faz esse preâmbulo aqui exatamente para mostrar como são os discursos, as retóricas mundiais. E o Brasil, quando eu cobro do Ministro Mauro Vieira que tome uma posição em defesa do povo de Israel e de declarar o grupo Hamas como terrorista é para fazer valer a nossa história, Prefeito Bocalom, uma história bonita, uma história reconhecida por aquele povo.

E, quando eu falo aqui do Acre, o nosso povo vem sendo vilipendiado, massacrado ao longo de sua história. Eu citei aqui o roubo das nossas sementes de seringueira, Jairo Cassiano. Nós estivemos juntos na Reserva Cazumbá-Iracema, em 2020, se não me engano, ouvindo aqueles produtores rurais, duas vezes estive lá com o Jairo. E sabem qual o clamor deles, Marcio? O mesmo dos nossos irmãos da Reserva Chico Mendes, onde já estive várias vezes, a última vez em 2021, ouvindo exatamente isso, Senador Plínio, Senador Styvenson, meu amigo Jaime, Marcio Bittar. O clamor daquele povo é: queremos produzir, viver com dignidade, sustentar os nossos filhos, ter saúde, educação, energia elétrica.

Ouvimos relatos de pequenos produtores, dentro das reservas, que assinaram – coitados, semianalfabetos –, tiveram que pegar um papel e assinar uma multa de R\$140 mil. Se ele vender tudo que ele tem, ele não paga, coitado.

Na época, eu levei essa questão ao então Presidente do Ibama, Eduardo Bim, e fiz um relato para ele: "Eduardo, o ICMBio faz o seu papel, o Ibama cumpre o seu papel, mas esse povo está sendo massacrado!". Existem coisas que são feitas que são inadmissíveis! É um terrorismo! É possível fazer as duas coisas? Garantir que reservas sejam protegidas? Sim, mas e o povo que mora lá? Esse povo precisa viver! Então, ele não pode ser tratado como bandido, como criminoso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São coisas simples que nós temos que entender, mas é tão difícil, porque existem essas ONGs que fazem um trabalho político, arregimentam lideranças comunitárias... Deputado Marcus, arregimentam lideranças de povos da floresta, povos indígenas, enganam...

Eu me lembro, Marcio, quando nós estivemos, em 2019, com o Ministro Salles, visitando o ponto inicial das obras da estrada de Pucallpa. Ouvimos lá, Marcio, eu, os Parlamentares presentes a época e o Ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente, ali, em um grande debate sobre a construção dessa estrada de Pucallpa, Walter Lúcio, as lideranças indígenas, na época, diziam: "Nós queremos a estrada! A estrada é progresso para nós, vai atrair mais turistas para o nosso etnoturismo, para a gente trazer mais dinheiro para dentro da aldeia".

Mas as ONGs fazem um trabalho... Algumas ONGs, existem as sérias, existem as ONGs corretas – o relatório do Senador Marcio e o trabalho do Plínio, do Styvenson e do Jaime vai demonstrar isso –, mas existem aquelas que recebem uma fortuna, gastam nos seus próprios interesses e repassam quase nada para a ponta, para o povo que precisa.

Então, esta CPMI, Moisés – você que é um amazônida, um defensor do nosso povo –, é extraordinária, sob o ponto de vista do resgate histórico e da defesa verdadeiramente do povo da Amazônia!

Então, eu quero encerrar agradecendo a oportunidade. Eu tenho um compromisso, agora, pois nós vamos fazer uma visita às obras do complexo esportivo da Funbesa, o antigo campo do Maracutaia, na Estação Experimental, abandonado há 20 anos, Deputado Gene. Nós estamos resgatando ali, com uma emenda nossa de R\$2 milhões, reconstruindo aquele complexo esportivo, meu amigo Pedro Longo. Pois eu convido os amigos, façam a visita ali, vai ficar uma obra linda para o uso daquele povo da Estação Experimental e dos bairros vizinhos.

Então, para finalizar, nós temos, sobre o debate da regularização fundiária e do licenciamento ambiental, que é tão importante. Jaime, você, que é um homem do agronegócio, sabe o quanto o produtor rural – temos aqui representantes do agro, como o nosso amigo Zé Lopes, meu querido irmão e suplente Gemil – sofre para fazer qualquer coisa na sua área, aquele que quer empreender! Por isso é que nós temos que avançar no texto da regularização fundiária e do licenciamento ambiental.

Mais uma vez, parabenizo Plínio, meu amigo e irmão amazônida Styvenson, Jaime e nosso irmão Marcio Bittar, pelo excelente trabalho. Naquilo que me couber, contem conosco. Contem comigo para darmos a justiça que o povo da Amazônia merece.

Viva a CPI das ONGs. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Colega e Senador Alan Rick, companheiro, mais do que colega é um companheiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Marcio se ausentou rapidinho. Ele é o Presidente, eu sou o Presidente afastado pela maioria. Então, eu não sei qual é a relação aqui, mas eu não poderia sair daqui sem ouvir o nosso Prefeito de Rio Branco, o Prefeito Tião Bocalom.

O SR. SEBASTIÃO BOCALOM RODRIGUES (Para expor.) – Bom dia a todos. Quero aqui, em primeiro lugar, como gestor da nossa querida Rio Branco, desejar boas-vindas aos nossos Senadores Plínio Valério, que é o Presidente desta tão importante CPI; ao Styvenson, do nosso Rio Grande do Norte, um rio-branquense. E vou sugerir lá aos nossos Vereadores que eles arranjem um título para o Styvenson. Afinal de contas, ele é de Rio Branco, nos representando lá no Rio Grande do Norte. Então, seja bem-vindo.

Ao Jaime, que é daqui da nossa querida Rondônia, o homem do agro. Seja bem-vindo à nossa Rio Branco. Não sei se é a primeira vez que o Jaime vem aqui. É a primeira vez? Não, muitas vezes já, né? Pois é. Seja bem-vindo.

E quero agradecer imensamente a dois grandes amigos que nós temos aqui em Rio Branco, no Estado do Acre na política, meu querido irmão e amigo Marcio Bittar, que há muito tempo eu chamo de Senador orgulho, em função da postura que o Marcio tem tido. O Marcio é firme na defesa das suas convicções. E nada melhor para nós, que somos eleitores, que o político que nos representa seja firme nas suas convicções porque são essas suas convicções que ele leva na hora de pedir o voto. E depois, quando chega lá, alguns até, como dizem no estado, amarelam, mas ele não amarela.

O Marcio nos representa muito bem nas defesas dos nossos princípios e principalmente os nossos princípios políticos de direita, que a gente nunca negou, eu e o Marcio Bittar. Mais de 20 anos lutando contra a turma da florestaria, que achava que o macaco é mais importante que o ser humano, que uma árvore em pé é mais importante do que uma casa para o ser humano morar. Essa luta continua até hoje e a gente não nega. Eu e o Marcio travamos essa luta por mais de 20 anos. Então, eu fico feliz com isso.

O Alan Rick, que é um Senador agora, que lutou contra tudo e todos e a gente deve reconhecer isso aí. Mas a população entendeu no Alan o grande representante aqui para o nosso Estado do Acre. Então, parabéns ao Alan. O trabalho que ele está fazendo como o nosso Líder da bancada. Eu tenho certeza de que vamos ter muitos recursos direcionados ao nosso estado, aos nossos municípios.

Então, muito obrigado. Parabéns a esta CPI. Tenho certeza de que ela vai botar luz em muita coisa que estava sem luz. Não é não, Luiz? (*Pausa.*)

O Luiz Gonzaga é outro dos defensores da mesma linha de pensamento que nós: a Amazônia precisa se desenvolver. A Amazônia não pode ver a sua população, o ser humano que aqui vive apenas sobrevivendo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu uso sempre uma expressão, meu Presidente, que algumas pessoas até ficam chateadas e acham que eu não deveria usar, mas eu uso. O ser humano aqui da Amazônia não deveria – é claro que em qualquer lugar do mundo, mas especialmente o nosso amazônida – apenas sobreviver. O ser humano da Amazônia deveria viver – e digo por que não sobreviver e a diferença entre sobreviver e viver. Para mim, sobreviver é comer, beber e dormir. Quem come, bebe e dorme – e foi Deus quem deixou assim – são os bichos. O ser humano tem mesmo é que viver. E viver é ter o básico, o recurso, o dinheiro para poder ter vida digna, porque viver é realizar sonhos; sonhos não se realizam com dinheiro. O ser humano é o dia todo sonhando. Se vai nascer um filho, eu já penso e sonho no que esse filho vai ser. E não adianta: eu preciso de dinheiro para poder tratar desse filho, para fazer esse filho ser o que eu sonho. Se alguém não tem uma bicicleta para andar, o sonho primeiro dele é ter uma bicicleta, porque ele quer se deslocar. Mas se ele tem uma bicicleta, ele pensa numa moto; se ele tem uma moto, ele pensa em um carro. Então a nossa vida é feita de sonhos. E viver é realizar sonhos e não se realiza sonho sem dinheiro.

E o que a gente vê, através dessas ONGs, no Brasil inteiro, é que nós não podemos nos desenvolver para ganhar dinheiro. O ser humano precisa de dinheiro. Primeiro é Deus; segundo, saúde, mas o terceiro é dinheiro. E dinheiro não cai do céu. É preciso trabalhar.

Por isso que eu vejo... Mesmo porque a Reserva Chico Mendes faz parte aqui também de Rio Branco, também está aqui em Rio Branco. Fico triste – e conheço a Reserva Chico Mendes há mais de 20 anos – em ver a forma como aqueles cidadãos, aquelas famílias, aqueles pais de família e crianças querendo ter uma vida digna, querendo viver, são proibidos, por interesses escusos que não são os nossos.

Nosso interesse deveria ser sempre em função da vida, da vida com qualidade, da vida do ser humano com qualidade. Não estou pregando aqui que a gente deve destruir a Amazônia, não. Não estou pregando aqui que tem de acabar com os nossos animais, não; estou pregando que aqui têm seres humanos. Como eu disse lá na Europa há pouco tempo, lá na COP: "Lá existem seres humanos e correm nas veias deles o mesmo sangue que corre nas veias dos europeus, só que aqui vocês têm qualidade de vida e lá nós não temos".

Vocês sabem o que é uma pessoa que mora no meio da floresta e de repente fica doente e tem que andar numa rede, carregado por duas, por quatro pessoas durante três, quatro, cinco dias, até chegar no beijo do rio, como a gente chama aqui, para poder pegar um barco e aí, sim, são mais cinco, oito dias, como acontece com quem mora em Santa Rosa, para chegar em Sena Madureira, onde tem hospital? Se não morrer, ele chega. Mas se morrer é enterrado onde ele morreu.

E, quando você fala isso, eles: "Mas é assim?". É claro! A nossa realidade é essa. Não é outra. Então, por que querem travar o nosso desenvolvimento?

Então, parabéns à CPI. Parabéns ao Senador Marcio Bittar. Mais uma vez eu lhe digo: você é um orgulho para nós pela postura que você tem, de defesa de princípios que não mudam.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Plínio, pela postura que tem tido, como disse o Marcio, há mais de três anos lutando por essa CPI, mais de quatro anos lutando por essa CPI.

E, graças a Deus, eu acho que agora a gente vai botar luz onde não tem luz e vamos fazer a justiça que precisa ser feita com a população que sofre na realidade, e que muitas vezes é escravizada por ONGs que nada mais são do que interesses internacionais que não são os nossos, interesses que não querem ver o nosso desenvolvimento.

Porque se a gente explorar o subsolo amazônico, pode ter certeza: o Brasil vira o país mais rico do mundo. Mas não deixam exatamente por isso. Então, nós precisamos continuar dessa forma, continuar a lutar, porque nós não podemos desistir nunca.

Então, Senador Plínio, parabéns. Parabéns a toda a CPI e obrigado pela presença de cada um de vocês. E contem com o Tião Bocalom, que está atualmente como Prefeito de Rio Branco, mas nós estamos prontos para essa luta. Não vamos desistir nunca. Eu tenho certeza de que os Deputados que aqui vieram é porque se interessam pela causa, e essa causa é de todos nós. Parabéns a todos, muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, Prefeito Tião Bocalom. Vamos começar a ouvir aquelas pessoas que estão aqui no Plenário e foram convidadas. Vamos começar com o Sr. Luiz Antônio Vieira da Cunha, que é o Presidente da Associação Comercial de Cruzeiro do Sul. Para quem... Nossos convidados, Jaime e Styvenson, Cruzeiro do Sul é a segunda maior cidade do estado e é um polo lá no Juruá. Em torno de Cruzeiro do Sul, tem mais quatro municípios.

Vamos estipular cinco minutos, porque a gente quer ouvir a maior quantidade de pessoas, Parlamentares e pessoas que estão aqui na plateia.

O SR. LUIZ ANTÔNIO VIEIRA DA CUNHA (Para expor.) – Muito bom dia a todos. Eu cumprimento aqui a mesa; o Presidente Luiz Gonzaga, que preside esta Casa; o Presidente da Comissão, da CPI das ONGs, o Senador Plínio Valério; e o Senador Marcio, que me fez o convite para hoje aqui estar.

Aos demais Deputados, membros desta Casa, muito bom dia. É a primeira vez que visito e conheço esse ambiente. Parabéns a vocês aqui por esse belo espaço, ornado por uma obra de arte belíssima, de um cruzeirense, o nosso Maquesson, artista, que fez essa obra de marchetaria. E a todos os demais membros da Comissão, muito bom dia.

Eu quero começar essa minha fala aqui citando uma frase que é mencionada no último *round* dessa luta pela regularização dos estudos, da viabilização dos estudos técnicos para a construção da ponte de Rodrigues Alves e da estrada até Pucallpa, até a fronteira, do lado brasileiro, a frase que o Procurador



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, Senador, mencionou. Ele disse lá, no *caput* da sentença: "Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça". Isso está lá no texto da sentença judicial.

E hoje, Senador Plínio Valério, como amazônida que sou, lá da sua querida Eirunepé, porque também sou de lá e cresci lá, eu me sinto como bicho do mato que hoje tem voz, que hoje tem vez, e que podemos apresentar a nossa narrativa. Nós, amazônidas, podemos aqui dizer como nós pensamos a vida na Amazônia, o que nós queremos para as nossas populações, os sonhos que nós temos e que não aceitamos essas narrativas desenhadas lá em altos escritórios – muitas vezes no exterior –, para o que deveria ser feito aqui entre nós. Então, primeiro de tudo, que esta CPI está dando voz aos bichos do mato, como eu, que sou um juruaense exatamente que cresceu ali ao lado daquele Lago dos Portugueses, na nossa querida Eirunepé.

E por que estou aqui? Por que o Senador Marcio me fez o convite? Porque hoje eu presido a associação comercial mais antiga do Acre, a Acaj (Associação Comercial do Alto Juruá). Eu sempre digo, Deputada Antônia, nossa querida conterrânea – não é? – lá do Juruá, que a Acisa nasceu dois anos depois da nossa, lá do Alto Juruá.

Eu presido essa instituição, que foi fundada em 1909. Cruzeiro do Sul foi fundada em 1904. Então, ali, logo nos começos da cidade, foi criada uma associação comercial exatamente para pensar o futuro daquela região, as medidas necessárias para dar infraestrutura para aquilo que acontecia ali, com a presença daqueles seringueiros, daqueles nordestinos, os chamados retirantes, que vinham ali a convite por aqueles programas de incentivo do Governo Federal para atuarem e se colocarem ali.

Eu sou um desses descendentes desses nordestinos que vieram para a nossa região, assim como é toda a região do Juruá. Eu sempre digo: nós somos parecidos, nós falamos do mesmo jeito, temos as mesmas características.

Essa associação foi muito atuante no que aconteceu em 1910, o Movimento Autonomista. O que era o Movimento Autonomista, em resumo? Era o ideal da integração. O Movimento Autonomista pedia que a região fosse ouvida, porque a gente não queria ficar esquecido num limbo administrativo, porque nem o Governo do Amazonas cuidava e nem o Governo Federal, nós vivíamos isolados. O Movimento Autonomista é uma luta por aquilo que a gente está aqui hoje fazendo, integração, porque nós queríamos ser ouvidos, e esses ideais do Movimento Autonomista continuam até hoje, na nossa bandeira de luta, especialmente eu falo a partir dos ideais ali do Vale do Juruá.

E o Movimento Autonomista, eu quero frisar de novo, não lutava por independência da região, ele queria integração, e eu repito essa palavra porque ela faz parte da nossa luta. A história da Associação Comercial de Cruzeiro do Sul é uma história de luta pela integração. Transportar mercadorias para aquela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

região foi sempre um grande desafio. A gente vive este ano uma seca que, como foi bem dito aqui, nem é tão extraordinária assim, e ela dificulta demais a nossa comunicação.

Então, levar mercadoria pelo rio nesse período era muito complicado. Integrar significava fazer uma nova estrada. Essa luta, bem lembrada aqui, vai acontecer aos poucos na luta em Cruzeiro do Sul por construção, melhorias do porto, construção do aeroporto e o sonho dos anos 60 e 70, com a chegada do Exército na região, daquela ligação, que era provisória. A estrada era aberta só no período do verão, mas era um grande alívio, porque exatamente coincidia com o período de seca do rio.

Então, aquela BR-364, para nós, do Juruá, é a mudança de vida, a mudança de qualidade de vida. Eu recorro que foi em 2011 que a BR teve a sua ligação definitiva, que acabou aquela coisa de fechar no período de inverno e reabrir – não é, Deputado? – somente quando a estiagem chegava.

Em 2011, passou definitivamente...

Quero mencionar aqui, porque o tempo é curto e não me posso alongar, a participação de um grande líder político no Vale do Juruá, que tem um grande mérito: quando assumiu o Governo do estado, ele botou na pauta política do Governo no Acre e do Brasil, porque é uma obra federal, que havia necessidade de asfaltar e de pavimentar a BR-364. Foi o ex-Governador Orleir Cameli quem deu os primeiros passos, começou, de lá para cá, a asfaltar. Desde então, nunca mais... Graças a Deus, Governo após Governo, deram continuidade a essa obra.

Agora, meus amigos, a história da associação, como eu disse, é uma história de luta por integração para o transporte de mercadorias, para o acesso à nossa população, para as comunicações, um aspecto muito relevante. Quando chegou, os mais antigos lembram, o sinal da Embratel na nossa região, foi muita comemoração. Eu já mencionei o aeroporto e a tão sonhada ligação com o Ucayali, com a região do Ucayali. A nossa Deputada Antônia, que é da região, conhece muito bem.

E as pessoas se perguntam por que essa insistência de vocês do Juruá de quererem essa ligação. Eu respondo, Senador Marcio, dizendo: é integração.

Hoje, de Cruzeiro do Sul a Pucallpa, é possível chegar de carro, mas se percorrem 3,2 mil quilômetros, sendo que 200km somente nos separam. Em território brasileiro, somente 96km. São 46km até Mâncio Lima; de Mâncio Lima até a área do parque, mais 18km; e outros 31km, 32km até a fronteira. São 96km que nos separam de um povo-irmão, de uma cidade-irmã, que tem uma história parecida com a nossa, que tem as trocas comerciais praticamente estabelecidas. É só ligar. Tem insumos para a nossa agricultura, os fertilizantes. O nosso calcário, que a gente traz de Rondonópolis, caríssimo para chegar em Cruzeiro do Sul, eles têm os fertilizantes ali, próximos de nós, baratos.

Então, a gente quer essa integração porque é o futuro da nossa região, é oportunidade de vida, é possibilidade de crescimento, de melhoria de vida das nossas populações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpem-me me alongar. Eu trago aqui a mensagem do povo do Juruá.

Obrigado por essa oportunidade.

E esses entraves todos, que a gente só... Eu só conheço, até falei isso pro Senador Marcio, eu só conheço as ONGs quando a gente faz algum projeto de desenvolvimento pra nossa região. Aí elas aparecem com 300 empecilhos judiciais, com muito aparato jurídico para impedir que a gente tenha acesso, como eles ou como o mundo tem, aos bens essenciais para a nossa sobrevivência.

Então, em nome das populações isoladas, que sabem o que é viver sem acesso a tudo, eu peço aqui que esta CPI nos ajude a quebrar esses entraves, para que a ligação Cruzeiro-Pucallpa possa acontecer o mais breve.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Marcio, permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Quando eu vi aqui... É uma coisa particular, mas me deixa satisfeito. Quando eu vi aqui vocês falaram do Styvenson, e eu tenho escutado falar muito do Styvenson, quer querendo... Aonde eu vou, em qualquer lugar que eu for, em qualquer hora, qualquer dia, qualquer data, eu encontro um eirunepeense. E eu estava um tanto quanto macambúzio por não ter encontrado um eirunepeense, agora eu fico satisfeito também. Onde a gente vai, Luiz, seja em qualquer lugar, qualquer lugar. Não é à toa que o Eirunepé já deu... já teve três Governadores do Amazonas nascidos em Eirunepé. No meu caso, eu descí o Juruá, quer dizer, na descida, pro rumo de baixo todo santo ajuda; o Luiz veio no rumo de cima, e hoje está aí.

Um grande abraço, irmão.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Vou chamar mais um dos convidados que vieram lá de Cruzeiro do Sul e, depois desse próximo convidado, vou começar a alternar: o convidado da população, uma liderança da população e algum Parlamentar. Dos Parlamentares desta Casa, Presidente Luiz, estão inscritos, pela ordem: o Adailton, o Deputado Tanízio, o Pedro Longo, Antônia Sales – que esteve agora, recentemente, junto com o Prefeito Zequinha, de Cruzeiro do Sul, lá em Pucallpa – e Eduardo Ribeiro. Então, eu vou começar a fazer alternando.

Com a palavra, o Sr. Ralph Luís do Nascimento, que é do Movimento Social Pró-Ponte de Rodrigues Alves.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perdoem-me a questão do tempo, é porque a gente quer ouvir todo mundo e, por isso, a gente estabeleceu esses cinco minutos, o.k.?

Sr. Ralph. (*Pausa.*)

O SR. RALPH LUÍS DO NASCIMENTO FERNANDES (Para expor.) – Muito bom dia a todas as senhoras, a todos os senhores aqui presentes na Assembleia Legislativa do nosso Estado do Acre.

Gratidão a Deus, em primeiro lugar, e muito obrigado ao Senador Plínio Valério por presidir essa CPI tão importante, tão necessária para o povo do Juruá, do Acre e do Brasil.

Muito obrigado também ao nosso Senador Marcio Bittar, Relator desta importante CPI, que acaba nos convidando; e ao Senador Alan Rick, que por aqui esteve e que é, além de Senador, coordenador da nossa bancada acriana e Presidente de uma Comissão tão importante que é a de Agricultura e Reforma Agrária.

Muito obrigado também aos Deputados Estaduais aqui presentes, na pessoa do nosso Presidente e filho de Cruzeiro do Sul, o Deputado Estadual Luiz Gonzaga. Eu quero cumprimentar as mulheres na pessoa da Deputada Estadual da nossa região, da nossa terra, Antônia Sales, assim também cumprimentar todos os demais Senadores, assim também cumprimentar todos os demais Deputados Estaduais e instituições públicas dos municípios e do estado.

Muita gratidão por esta oportunidade.

Então, nós estamos aqui, na CPI das ONGs, representando o Movimento Social Pró-Ponte, que existe há... Neste ano, estamos completando 15 anos de luta, de peleja por uma causa tão plural e tão coletiva na Regional do Juruá. A nossa luta, no decorrer de mais de uma década, conseguiu inspirar e influenciar muitas gerações, muitos municípios e regiões. Inspirada na nossa luta da ponte sobre o Rio Juruá entre o perímetro do Município de Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul, nós tivemos a inspiração da estrada que interliga Porto Walter a Rodrigues Alves, e nós sonhamos com a estrada de Marechal Thaumaturgo a Porto Walter, já que temos ali uma a Cruzeiro do Sul, a Mâncio Lima e a Rodrigues Alves, já que se consegue vislumbrar uma interligação.

Interessante citar que, no decorrer de toda essa história de muita luta e de muita peleja, nós estamos aqui em nome dos estudantes, dos trabalhadores e trabalhadoras, em nome dos empreendedores, comerciantes, empresários, mas, sobretudo, em nome da vida. Ali, naquela travessia que dá acesso aos demais municípios e regiões, onde, se Deus quiser, será construída a nossa ponte e onde, se Deus quiser, vai ser dada continuidade à tão sonhada interligação internacional do Brasil ao Peru a partir da Regional do Juruá, ali nós já perdemos vidas dentro de um Samu, porque a balsa de grande porte, alugada pelo governo do estado, que tem um cunho particular mas de servir de forma social, gratuita, às vezes, para por algum motivo, e os serviços de urgência e emergência ficam impossibilitados, ocasionando um transporte



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mais de 60km para se ter acesso ao Hospital Regional do Juruá. Em nome dessas pessoas, estamos aqui! Viemos, saímos ontem às 3h da tarde, chegamos às 2h30 da madrugada, e aqui estamos na presença de tanta representatividade, num evento histórico para o Acre, que é este no qual estamos tendo esta oportunidade.

Queremos agradecer ao Senador Marcio Bittar, que, quando relatou o Orçamento, teve a oportunidade de levar o Senador Davi Alcolumbre lá onde a história do Juruá começou, D. Antônia Sales. Ali era, naquele trecho, a antiga aldeia indígena dos nauas, dos índios nauas – ali é o Estirão dos Nauas –, onde será construída a ponte. Ali é onde toda a história do Vale do Juruá começou, porque nós entendemos e compreendemos que a história do Brasil não nega que os indígenas são os nossos primeiros habitantes. E ali, naquela ocasião, foi plantada a semente de que os recursos para os primeiros projetos, que a gente chama de Evtea, que são os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, o Senador Marcio Bittar conseguiu. Foi uma conquista histórica para todos nós, para o povo do Juruá, para o povo do Acre.

O Dnit, com esses recursos, licitou, é o conhecido Edital nº 130, do ano de 2021.

A empresa vencedora tinha a responsabilidade de iniciar, como iniciou, e dar continuidade.

De imediato, foi impetrado, por algumas ONGs – e aí a gente pode citar a Associação SOS Amazônia, a Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá, a Comissão Pró Índio do Acre, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas e o dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais – uma ação civil pública. E essa ação civil pública, eles deixam claro que é contra a interligação do Brasil com o Peru.

Então, eles justificam que são vários motivos ali. E eles também mencionaram que não são contrários à ponte de Rodrigues Alves e de Cruzeiro do Sul. O MPF comprovou isso, através do seu posicionamento, e o Dnit entrou com recurso. O MPF foi no dia 27 de junho deste ano. O recurso do Dnit é do dia 2 de agosto deste ano.

Então, nós temos alguns extremos que até parece, Senador Marcio, que nós não defendemos a vida na floresta, das comunidades tradicionais, dos povos tradicionais, dos indígenas. Não; eu e todos nós, tenho absoluta certeza, somos favoráveis a toda a biodiversidade e à riqueza que ali se encontra, naquele trecho da Serra do Divisor. Todos nós. E parece que nós somos contra tudo isso, porque, quando se fala na estrada e na interligação para desenvolver o Juruá, o Acre e o Brasil, dá um ar de que nós queremos acabar com tudo isso. E não é isso. Nós temos que deixar claro o que nós precisamos. Nenhum povo, na história da humanidade, se desenvolveu, possuiu riqueza daquilo que Deus proporcionou, se não foi pelo viés da interligação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós precisamos deixar os extremos e os egos de lado, tanto nós que queremos as pontes e as estradas, como eles que querem a proteção dos povos e do meio ambiente, e nós temos que derrubar todos os muros.

Tenho absoluta certeza que esta CPI vai derrubar todos os muros para que seja possível e necessário o Brasil construir todas as pontes e todas as estradas, sejam regionais, seja de cunho nacional e internacional, para que o desenvolvimento possa chegar às pessoas, porque, além das vidas nas florestas, além dos povos, além dos animais tão importantes, além das florestas, tão importantes para a nossa sobrevivência, nós temos as pessoas, porque os municípios e o Estado do Acre são lugares pobres. Nós temos a folha de pagamento do governo do estado, a folha de pagamento das Prefeituras e nós temos uma grande população que sobrevive das bolsas, dos programas. E temos ainda aquela população que sobrevive abaixo da pobreza. E nós precisamos nos apropriar das riquezas que Deus deixou, de forma sustentável e responsável, respeitando a legislação, para que a gente possa abrir caminho, para que as pessoas possam ter oportunidade de vida.

Eu tenho vizinhos pobres que não têm oportunidade de vida, em Rodrigues Alves, no Juruá inteiro, no Acre inteiro. E nós precisamos construir pontes, estradas, para que as pessoas possam também ter o privilégio de viver dignamente.

É por isso que eu andei um pouco mais de 12 horas com o companheiro Luiz Cunha, para que nós pudéssemos vir aqui, junto com todos vocês, convidar todas as ONGs do Acre e dizer: vem cá, vocês querem a vida nas florestas? Nós também queremos. Vocês querem oportunidade? Nós também queremos. Mas, então, nós vamos deixar os extremos de lado, e essa CPI, eu tenho absoluta certeza de que o relatório final dela, com o apoio do Movimento Social Pró-Ponte, com o apoio de todas as instituições e entidades, nós vamos derrubar todos os muros para construir todas as pontes e estradas, para que possamos desenvolver e trazer oportunidade de vida, qualidade de vida para as populações como um todo.

Gratidão a Deus, gratidão pela oportunidade. E nós somos do lado da interligação e do desenvolvimento regional, nacional, para que o ser humano, enquanto a principal criatura, a criação de Deus – porque o Brasil é um país cristão –, possa ter o privilégio de também usufruir a riqueza que Deus nos proporcionou, que foram as florestas. Mas, para isso, precisamos, juntos, tirar todos os extremos da mesa para abrir caminho para o desenvolvimento, levando em consideração o ser humano como principal pivô, como centro da vida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Peço, mais uma vez, desculpa aos convidados, porque, enfim, na honrosa missão que me deu o Plínio, cabe a tarefa de cuidar do tempo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme prometido, passo ao – agora vamos intercalar – Deputado Adailton, que, tenho certeza, vai ser rígido nos cinco minutos.

Com a palavra.

O SR. JOSÉ ADAILTON CRUZ PEREIRA (Para expor.) – Bom dia a todos os nossos presentes aqui na sessão. Para mim, é um prazer participar aqui com vocês, falando um pouquinho para o nosso Acre, para a nossa população.

Inicialmente, quero cumprimentar aqui a mesa, na pessoa do nosso Presidente, Deputado Luiz Gonzaga, do nosso Senador Marcio Bittar – e eu estendo aos demais membros da CPMI –; o nosso Prefeito também, Sebastião Bocalom, grande Prefeito aí, de luta, buscando aí melhorias para nossa Rio Branco, e que, até há pouco tempo, a gente estava lá na Câmara de Vereadores juntos. Prefeito, prazer em revê-lo. Boa sorte, e vamos em frente.

A meus colegas e à população do nosso estado, aos nossos Senadores, especialmente à CPMI, primeiro o meu reconhecimento, os meus parabéns pela coragem, pelo trabalho que estão fazendo, e eu espero muito que o nosso Senado Federal, que a nossa CPI realmente traga resultados positivos para todos nós, para o nosso estado, para o nosso país.

Mas eu, particularmente, aproveito a oportunidade, além de agradecer o momento de dar voz ao nosso país, àqueles que mais precisam, ao nosso estado... Aproveito e resumo a nossa fala aqui para um desabafo, um desabafo bem objetivo, Deputado Tanízio e os nossos demais pares que aqui estão, Deputado Eduardo Ribeiro, e para dizer o seguinte: eu sou do PSB, Partido Socialista Brasileiro, mas eu não comungo e nem defendo nenhuma política de atraso e que condene a população mais carente, mais desassistida, a morrer na miséria, na fome, no sofrimento, com falta de desenvolvimento e de apoio. Eu não sou a favor e não apoio esse tipo de política, e estou aqui para contribuir com o melhor para o nosso estado.

Eu nasci num seringal, Seringal Esperança, na cidade de Tarauacá, e, com oito anos de idade, – meu irmão Nonato, que está aqui, não me deixa mentir –, adoeci e tive que ser carregado nos ombros dele e do meu pai por quase três dias para chegar à cidade para ter direito a uma consulta e meu pai ter que me mandar embora com oito anos para ver se eu conseguia sobreviver. E isso tudo é resultado da falta de apoio e de desenvolvimento para aqueles que moram na zona rural, os ribeirinhos, na zona urbana.

A gente está aqui para dar direito a todos, inclusive o acesso à saúde, à infraestrutura, ao desenvolvimento. Nós temos que usar o que é nosso para nós. (*Palmas.*)

Nós não podemos permitir que as ideologias e que o poder do capital do mundo desenvolvido nos condenem a vida eterna ao fracasso e ao subdesenvolvimento, voltarmos à era da Pré-História, onde nem o fogo a gente tinha. Como é que nós vamos exigir que um pai ou uma mãe de família tenha sonhos e se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolva sem que ele possa sequer derrubar uma árvore, sequer plantar o seu arroz, o seu feijão, a sua macaxeira, o seu milho, o seu amendoim?

Eu tenho irmãos agricultores analfabetos que vivem até hoje da terra e que são desrespeitados por esses órgãos de controle, que chegam de forma truculenta e desrespeitosa sem dar sequer a oportunidade de que eles sejam ouvidos, ameaçando, colocando fuzil em cabeça de agricultor, de pai e mãe de família e de crianças. Isso tem que acabar. Nós temos que dar oportunidade àqueles que vivem dignamente, honestamente, para que tenham o direito de formar seus filhos, de ter saúde, de ter seus sonhos realizados.

Parabéns a esta CPMI! Parabéns àqueles que têm coragem de dizer "não", de dizer "não" ao abuso! Eu não vou sobreviver no campo comendo capim. Eu não sou herbívoro. Eu preciso ter condições para desenvolver, eu preciso de estrada, de ramal, eu preciso ter o direito de sonhar, de buscar o que é melhor para mim, e, para isso, a gente precisa de políticos que nos representem dessa forma, seja peitando o que for necessário, seja mudando a legislação, mas, acima de tudo, exigindo respeito àqueles que tanto precisam. Quantos aqui não estão sendo vítimas de abuso, de desrespeito, e não têm voz de dizer chega?

E, para finalizar, eu quero compartilhar, para finalizar o nosso desabafo, parabenizar os nossos Senadores, pedindo mais uma vez o apoio e contando, inclusive, com a nossa voz aqui na Assembleia Legislativa, quero finalizar aqui com um vídeo onde um agricultor foi recentemente agredido na zona rural de Epitaciolândia, e isso ocorre a cada dia.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. JOSÉ ADAILTON CRUZ PEREIRA – Isso aí foi mais um agricultor que foi vítima da truculência policial, duas viaturas do Ibama e do ICMBio, chegaram com um fuzil apontando a arma na cabeça desses pais de família que lá estavam trabalhando.

Muito obrigado.

Sigam em frente! Que Deus os abençoe! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Nós é que agradecemos.

Dando sequência, vamos chamar Valterlucio Campelo, Mestre em Economia Rural, Escritor e Articulista.

Enquanto o Valterlucio vem para a tribuna, o Senador Plínio mencionou aqui uma coisa que é bem ilustrativa. Ralph, você está dizendo que tem 15 anos o Movimento Pró-Ponte. Nesses 15 anos, uma ONG chamada FAS, que é de um sujeito chamado Virgílio Viana, nesses 15 anos pegou quase meio bilhão de reais. E agora é essa entidade que está para receber da Alemanha R\$78 milhões, nesses mesmos 15 anos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Valterlucio.

O SR. VALTERLUCIO BESSA CAMPELO – Bom dia a todos. Meus cumprimentos especialmente à mesa. Como o tempo é curto, quero fazê-lo na pessoa, aliás, entusiasmado, do Senador Plínio, que tem liderado a CPI das ONGs. E penso que está fazendo, junto com o Senador Marcio Bittar, na qualidade de Relator, e dos demais componentes, um trabalho excepcional e necessário para este país. Quero com isso cumprimentar a mesa, os nobres Deputados e os demais presentes. Vi ainda há pouco aqui o Gilson Pescador, um grande amigo e colega da Faculdade de Direito.

A minha presença aqui se deve a um convite feito pelo Senador Marcio Bittar para que eu pudesse pelo menos tratar de algumas questões que eu acho cruciais nisso.

E uma delas é essas mãos dadas entre o Ministério Público e as ONGs, porque há de haver um encontro. E onde é que eles se encontram? Eles se encontram na defesa da sociedade. A Constituição determina ao Ministério Público uma função, que é defender o direito, defender os direitos sociais individuais, defender a democracia, etc.

As organizações não governamentais, por si mesmas e com a possibilidade de se juntarem – as pessoas são livres para isso –, podem escolher determinadas áreas para defender, e eles se juntam para fazerem essa defesa. O que não pode? O que não pode é eles se juntarem para que uma pegue na mão e guie a outra.

Não é razoável que ONG aqui no Acre, no Amazonas, no Pará ou onde quer que seja, puxe pela mão o Ministério Público. Não é a vontade do membro, do presidente da organização que determinará a força com que age o Ministério Público. Há que haver bom senso dentro desse consenso.

Quero tratar também aqui o seguinte. Quer dizer, eu cheguei aqui há muito tempo, há uns 40 anos. E cheguei aqui com chaves, Senadores, chaves de abrir: chaves de abrir comércios, chaves de abrir lojas, chaves de abrir fazendas, chaves de abrir manufaturas. Chaves. Eu podia fazer o que quisesse. Por meu intermédio, pelo menos dez irmãos e colegas de profissão eu mesmo trouxe para cá. Aqui era uma terra de oportunidades. Isso nos anos 80.

Nós estamos em 2023 e nós vivemos numa terra que expulsa os nossos jovens. E expulsa os nossos jovens porque, durante os últimos 20, vinte e poucos anos, esta terra se transformou numa terra que distribui cadeados. Não pode. Tem o cadeado da loja, tem o cadeado da fazenda, tem o cadeado da colônia, tem um cadeado em qualquer lugar para onde se vá. Essa distribuição de cadeados – com isso entendam essa distribuição de inibição de atividades, de inibição de infraestrutura – determina que o Acre, hoje, tenha, em relação ao PIB nacional, a mesmíssima coisa que tinha em 1975. O Acre, em 1970, tinha um PIB maior do que o de Rondônia. Em 75, já era menor. Em 1996, o PIB do Acre alcançou o primeiro bilhão e era metade do PIB de Rondônia. Hoje, nós somos um terço do PIB de Rondônia. O que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é que aconteceu? Aconteceu que tivemos cadeados há mais de 20 anos, numa política que, no meu entendimento, é a primeira camada de muitas camadas acima de nós.

O concerto ONG-Ministério Público, no Estado do Acre, é uma camada superposta por uma camada nacional onde estão as instituições nacionais, o ICMBio, o Ministério do Meio Ambiente, etc., que está sob uma camada que é do meio ambiente e que é do Governo Federal, que está sob uma camada que é da ONU e que é do Fórum Econômico Mundial, ou seja, furar essa camada que nos impede de fazer uma estrada rigorosamente necessária... Não há razão que desminta a necessidade intrínseca dessa estrada, falando agora da estrada a que se referia o meu antecessor.

Estabelecer no Acre funções, ter o Acre um papel de desenvolvimento na região e dar a este papel condições de ser exercido pelos Governos, pelas Prefeituras, pelas instituições é furar a primeira camada desse negócio, porque em cima dessa camada haverá outras camadas.

Eu estou muito preocupado – peço mais um minuto, por favor – com a questão que hoje se coloca com muita crueza em São Félix do Xingu. Na Terra Indígena Apyterewa existiam algumas famílias, algo em torno de 250 famílias. Essa terra foi homologada em 2007. Veio agora a Força Nacional para fazer o processo de desintrusão. O que é desintrusão? É tirar os intrusos. E quem eram os intrusos? Os não índios. Mas os não índios estavam lá há muito tempo, mesmo antes da homologação de terra indígena. E como é que se faz isso? Então, a vila inteira, a Vila Renascer, foi praticamente limada do mapa, queimada. Queimaram lojas, queimaram casas, assassinaram, com tiro de fuzil, um trabalhador. Desintrusão.

Eu me pergunto se, por um acaso, resolvessem fazer algo semelhante... Não se trata de terra indígena, mas se, por um acaso, quiserem fazer um processo semelhante numa unidade de conservação, e aí a ordem virá da camada superior, e se essa desintrusão, essa desocupação, atingir uma unidade de conservação como a Reserva Chico Mendes? O que faremos? Vamos assistir impassíveis a que centenas de trabalhadores sejam escoraçados da Reserva Chico Mendes porque eles não são seringueiros e a Reserva Chico Mendes foi feita para seringueiros? Ou vamos apartar o pedaço que não se aplica mais ao objeto inicial da reserva, de 1 milhão de hectares, que foi muito mal medida, muito malfeita, diga-se de passagem, porque foi feita na ressaca da morte de Chico Mendes, todo mundo louco para fazer reserva, etc., etc. Então, nós vamos assistir a isso?

E, considerando a Amazônia inteira, que tamanho de problema nós temos? Só que isso não são camadas aqui. Isso está numa camada superior. Daí a minha convicção...

(Soa a campainha.)

O SR. VALTERLUCIO BESSA CAMPELO – Estou terminando.

Daí a minha convicção, Senador, de que – e o meu prestígio, o meu aplauso aos senhores, ao Senador Plínio, ao Senador Marcio, a esta Comissão –, de que consigam, ao final, produzir um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documento e produzir efeitos que limitem esta ação deletéria sobre a nossa expectativa de desenvolvimento na Amazônia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Jaime Bagattoli, nosso colega Vice-Presidente da Comissão, pede a palavra.

Em seguida, pela inscrição, Deputado Tanízio, em seguida ao Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discursar.) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar aqui o Presidente da Assembleia, o Luiz Gonzaga; o nosso Presidente da CPI, o Plínio Valério; o nosso Senador Styvenson; o Marcio Bittar; o Prefeito Tião Bocalom.

Quero cumprimentar todos os empresários aqui na pessoa do Presidente à frente da Associação de Cruzeiro do Sul, o Luiz Vieira da Cunha.

Cumprimento todos os produtores rurais, os Deputados Estaduais, Vereadores, demais autoridades e a população, as pessoas que residem aqui no Acre e região.

Eu quero dizer, primeiramente, sobre o que as ONGs têm feito. Aqui ouvi o Luiz Vieira, o Ralph, o Deputado Adailton, o Valterlucio. Praticamente todas as reivindicações, todas as reclamações, todas as pautas que são colocadas aqui são muito idênticas.

O que acontece com o nosso Estado do Acre, com a situação das ONGs, do ICMBio, com essa situação da própria WWF, que também ajuda a intervir, o Ibama, a Polícia Federal, impedindo os produtores, não só do nosso Estado do Acre, mas de todos os estados da Amazônia, tenham interferência sobre as ONGs, sobre o que acontece, com tanta repressão sobre nós, sobre as pessoas que produzem no Estado de Rondônia?

Eu quero dizer, primeiramente, da diferença do Acre para São Paulo. São Paulo está praticamente a 100km, a capital de São Paulo está a 100km do Oceano Atlântico. O Acre, aqui, Cruzeiro do Sul, está praticamente a 1.100km do Pacífico. Então, para nós que moramos na Região Norte, tudo é "não", tudo não pode para a Região Norte.

Como que uma região igual ao Estado do Acre... Essa estrada do Pacífico não só vai beneficiar o Estado do Acre, mas também o Estado de Rondônia. Pra vocês entenderem, em Pimenta Bueno – está quase lá no sul, chegando próximo do meu município, que é Vilhena –, ali é o divisor de águas entre o Atlântico e o Pacífico, é o divisor de águas pro Atlântico e pro Pacífico, e há anos que nós viemos lutando por essa estrada. E eu andei nessa estrada que foi aberta. Essa estrada, que tem hoje pro Pacífico pela Cordilheira dos Andes aqui, nela é impossível o tráfego ali pra caminhões pesados. Eu andei. Fui,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sou motorista de caminhão, entendo e sei como é que funciona uma rodovia. Aquela rodovia ali, ela é impossível, ela só funciona pra carga leve, e podemos esquecer isso pra transporte pesado a longa distância sobre pneus, sobre rodas.

O que nós precisamos enfrentar, o que todos os estados da Amazônia precisam enfrentar... Nós não somos contra o Ministério Público. O Ministério Público tem, sim, que fazer o papel dele, mas o Ministério Público tinha que estar, sim, fiscalizando essa situação que nós temos hoje dentro da Reserva Chico Mendes. Tanta coisa que tem errada dentro dessas ONGs, dentro do ICMBio! O Ministério Público precisa nos ajudar, e fiscalizar, e olhar, e ver de perto o que está acontecendo com essas pessoas, e isso tem que ser feito. Isso é...

Senador Plínio, você, Presidente dessa CPI, e nós, Senadores, temos a obrigação, sim, e não podemos esperar, não, terminar a CPI, não; nós temos que ir antes. Vamos pro Ministério Público, vamos conversar, porque nós precisamos chegar a uma conclusão do que está acontecendo com essas pessoas dentro da reserva.

E digo mais pra vocês: a situação do produtor rural é absurda. O que está sendo a repressão não é só no Estado do Acre, é em todos os estados da Amazônia, é nos sete estados da Amazônia, é em toda a região.

E digo mais pra você: quando ele falou aqui, o Valterlucio, que o PIB do Estado do Acre é um terço, Marcio, é um terço do do Estado de Rondônia, que é o meu estado, que eu ajudei... Eu vim no início da colonização, na década de 70, porque só existiam dois municípios: Porto Velho e Guajará. Era um território, e aqui Valter... O Valter está ainda aí? Valter, você tem razão quando você fala que já era estado, e Rondônia era um território. Só que Rondônia, a única vantagem que nós tivemos na frente... Porque eu sou conhecedor – só entrei pra política agora, sou empresário, sou produtor rural e sei as dificuldades do pequeno produtor –, porque eu conheci a colonização que foi feita na década de 70 até 1985 no Estado de Rondônia, ainda, então, dentro do Governo do regime militar, e o Estado do Acre não teve esse privilégio naquela época. O Estado de Rondônia foi o único estado do Brasil testado realmente por uma reforma agrária.

E agora nós estamos sofrendo a mesma repressão que todos os estados da Amazônia estão sofrendo. Depois de anos é que agora nós tivemos, a Casa, a Câmara Federal... o Senado teve a coragem de votar o marco temporal, que vocês acompanharam. ONG. Nós também não somos contra o Supremo Tribunal Federal, mas o Supremo Tribunal Federal não tem condição de dizer onde tem que ser uma reserva indígena. O Supremo Tribunal Federal tem que entender que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal é que legislam, é quem faz as leis, o Supremo só tem que cumprir.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que eu quero dizer com isso para vocês? Nós não podemos sacrificar milhares de famílias que têm no campo hoje. E quando nós falamos sobre o marco temporal, pega de sul a norte, aí entram todos praticamente, 100% dos estados da Federação.

Mas, gente, eu quero dizer para vocês que nós estamos não só impedidos de crescer na Amazônia, não só impedidos de ter uma vida melhor na Amazônia, aqui nós estamos impedidos de sobreviver. Nós estamos impedidos por tudo, para fazer uma estrada, para fazer uma ferrovia, aqui tudo é não. Aqui nós não encontramos a palavra sim, nós só encontramos, dos órgãos, a palavra não.

Nós precisamos ter coragem, sim! Nós vamos ter muitas dificuldades – viu, Marcio? – para nós enfrentarmos essa situação, mas Deus vai nos ajudar, e nós precisamos vencer essa batalha. Nós precisamos construir uma ferrovia, sim, a ferrovia vai ajudar o país todo, não é só... e vai desafogar hoje a escoação da produção agrícola, e nós vamos ter condição de ter uma vida melhor na Amazônia, porque o nosso pequeno produtor está de joelhos no campo. Ele está de joelhos no campo devido à questão ambiental, devido a todos os entraves que são colocados para se produzir neste país.

E, para terminar, quero dizer para vocês, hoje estão vendo – viu, Marcio? –, está aqui o Plínio Valério, que se tivesse hoje a 319, estaria beneficiando Rondônia, estaria beneficiando o Acre, principalmente o Amazonas, Manaus, e hoje não tem a estrada. Vocês viram a condição em que o rio chegou. E o rio, sim, o rio nos é benéfico para o transporte de carga pesada, mas para o transporte de produto industrializado, que é o que o Amazonas tem, que é o que produz em Manaus, na Zona Franca de Manaus, que o nosso setor produtivo, do pequeno produtor... Do Estado do Acre, do Estado de Rondônia, pode ser beneficiado desde o hortifrutigranjeiro ao produto industrializado de aves, de suíno, de bovino, enfim, da industrialização.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Nós que agradecemos.

Com a palavra, Deputado Tanízio.

O SR. TANÍZIO SÁ (Para expor.) – Senador, vou pedir para falar aqui mesmo, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Claro.

O SR. TANÍZIO SÁ – Para ganhar tempo, e vou dispensar as apresentações aqui...

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Só peço para respeitar os minutos.

O SR. TANÍZIO SÁ – ... para ganhar um tempinho a mais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar aqui o nosso Senador Marcio Bittar e, na pessoa dele, cumprimento todas as autoridades presentes, Senadores dos três estados de nosso país, é um prazer.

Senadores, Senador Plínio, o senhor está no estado que preservou mais do país, nós temos 85% da nossa área preservada, e 47% dela são reservas indígenas e florestas de áreas de conservação.

Então eu fico imaginando, nós passamos por isso, Senador, imagino vocês, que exploraram mais. Nós preservamos mais do que todo o país, o Estado do Acre preservou, e somos tratados dessa forma, imagine, fico pensando vocês como é que estão passando lá.

Eu tenho umas imagens para mostrar aqui, Senador Marcio Bittar, Presidente, Relator da CPI, sobre um acontecimento que teve aqui entre Amazonas e Acre, numa divisa ali, o que o Ibama fez lá.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. TANÍZIO SÁ – Eu vou traduzir aqui para vocês, Senador. Isso aí, eles pousaram lá de helicóptero. As falas estão um pouco ruins. Aí era uma propriedade particular, o pessoal não estava em casa, eles pegaram óleo queimado que tinha na propriedade e derramaram em cima do sal, pegaram uma roçadeira, que foi a Prefeitura que deu quando eu fui Prefeito lá, e jogaram dentro do rio, tem as imagens dela aí também, pegaram os remédios de curar o gado lá e picharam a casa, ainda pintaram "Ibama".

Então, esses trabalhadores que moram nessa região aí, lá da Amazônia – fica na Amazônia isso aí, no seu estado –, eles são realmente um pessoal muito trabalhador, eu conheço lá, até porque no Rio Purus é uma cidade que... Manoel Urbano dá assistência lá, é uma cidade do Acre. Como fica distante de Boca do Acre, então, escola... Nós fizemos açude nessa região toda, tudo é feito por uma cidade do Acre, e esse pessoal lá foi humilhado. Quando viam um helicóptero lá, as crianças tudo corriam para a mata. Você imagina, um cidadão desses chega lá...

Só que eu, no dia 12/07, impetrei uma ação junto ao Ministério Público Federal, aqui com assinatura de 23 Deputados Estaduais e um Deputado Federal também, pedindo providências. Se todas as atrocidades dessas, inclusive a que eu vi o Deputado Arlenilson... Tinha que denunciar, tinha que reclamar. Nós não podemos ficar calados com isso porque estamos falando de brasileiros que vivem lá isolados, que têm tão pouco, que preservaram 85% das suas florestas, tratados desse jeito.

Então, aqui no começo, nós barramos um pouco. O senhor não podia imaginar, quando falava em Ibama aqui era todo mundo correndo, porque eles entraram com muita sede no pote, isso foi um fato. Depois fizemos uma audiência pública aqui com todos os sindicatos, o Ibama estava aqui presente também, todos os representantes dos municípios do Acre, o Senador Marcio Bittar esteve presente também, então, barrou um pouquinho, melhorou um pouco, amenizou um pouco o sofrimento.

E quando, Senador Marcio Bittar... Eu tenho um irmão que é Prefeito de uma cidade de nome Santa Rosa do Purus, de Manoel Urbano para lá, nessa época, Senadores, chega a gastar 29 dias. O



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor sabe quanto custa um metro de brita lá, que em Rondônia é R\$100? Chega por R\$2.160 um metro de brita. Você imagina para uma cidade daquela, uma empresa, e pela tabela do Sinapi, o mesmo preço que é fazer uma escola, uma quadra lá em Rondônia é lá também. Isso aí também vocês teriam que puxar, Senador Marcio Bittar, para alterar a tabela Sinapi nessa Região Amazônica, porque não tem como uma empresa, qualquer empresa que vai construir lá quebra, porque vai pagar para trabalhar para o município ou para o estado, ou para a União, para executar uma obra. Então a situação é muito difícil lá.

Nós temos mais de 30%... Meu irmão lá ensaiou de fazer um pique, um caminho para fazer um licenciamento ambiental, para fazer uma estrada para ligar Santa Rosa a Manoel Urbano, dá em torno de 196km. Já impetraram uma ação, uma ONG, no Ministério Público Federal, e o Ministério Público já pediu à Justiça, só que foi arquivado porque não existia nem projeto, estava fazendo um pique para poder fazer. Como é que vai fazer um licenciamento se não tem como chegar lá? E aí já foi notificado, saiu na imprensa toda que foi barrado.

Agora vamos esperar que a gente consiga, Senador, com essa força de vocês lá no Senado Federal. Nós temos mais de 30% dos Senadores, do Senado Federal, na Amazônia. São 9 estados de 27, mais de 30% no Senado Federal, e têm força. É uma bancada federal forte também, se uniu todo mundo, nós vamos conseguir vencer isso aí.

Então... Eu sei que o tempo aqui é curto. Eu sou o Presidente de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, tenho trabalhado intensamente nessa questão, visitando e conversando, sempre com o aval do nosso Presidente da Casa, levando e tentando defender o direito dos trabalhadores. Nós acreditamos também no agronegócio no Acre. Nós sonhamos também um dia ter vidas melhores que nem tem o Estado de Goiás, que nem tem São Paulo, que nem tem Santa Catarina.

Eu visitei, Senador Marcio Bittar – passei nove dias –, Santa Catarina. Visitei 11 municípios e eu vi lá o desenvolvimento. Eu não tenho inveja de ninguém, mas fiquei com ciúmes um pouco deles, da forma como eles vivem. É igual ao senhor, que é catarinense de origem e rondoniense de coração, que sabe o desenvolvimento lá da região de vocês. Eu estive na região oeste ali de São Lourenço, Chapecó, Palma Sola, aquela região ali, e fiquei encantado com aquela região. Estivemos lá, nós fomos numa comitiva com vários Prefeitos, com a Federação do Comércio, com associações comerciais, e trouxemos algumas coisas de bom de lá para cá. Inclusive tem investimentos que vão vir para cá também, Senador.

E aqui nós vamos fazer o que nós pudermos na Assembleia, como Parlamentar. Essa Assembleia tem se colocado à disposição dessa Comissão também. Todos os Parlamentares aqui estão preocupados e têm trabalhado dia e noite para defender o interesse do Acre. Não tem que dizer aqui... Aqui não temos partido. Aqui nós temos uma Assembleia comprometida para defender a causa do nosso povo do Acre.

Obrigado. (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Esse foi cirúrgico.

O Sr. Argemiro Oliveira Guimarães, morador da comunidade Serra do Divisor, se encontra? *(Pausa.)*

Argemiro Oliveira Guimarães não se encontra.

Vou passar a palavra, então, para o Deputado Pedro Longo.

Deputado Pedro Longo, com a palavra.

O SR. PEDRO LUÍS LONGO (Para expor.) – Oi! Obrigado, Senador Marcio Bittar. Na pessoa de V. Exa. eu cumprimento todos os ilustres membros da CPI, que honram esta Casa hoje com essa visita, fazendo um pouco essa prestação de contas dos trabalhos realizados e também dando oportunidade para a manifestação da nossa sociedade.

Na pessoa do meu Presidente Luiz Gonzaga, eu cumprimento todos os colegas aqui presentes.

Eu queria iniciar dizendo que o intuito da minha participação aqui é buscar caminhos para a gente destravar a nossa sonhada estrada para Pucallpa, a nossa ligação para o Peru.

Mas eu queria trazer aqui... E faço isso até porque 40% dos meus votos são do Juruá, então essa é a minha obrigação com aquela comunidade. Está aqui o Cunha, está aqui o Ralph, os meus amigos lá. E eu tenho sempre buscado dar retorno, fazer essa interlocução, trazendo essa temática.

Mas eu queria dar um depoimento, Senador Bittar.

Em 2014, por um breve período, fui Presidente do Imac, e chegou às minhas mãos o projeto de licenciamento do Linhão. Para aqueles que não sabem, o Linhão ia ligar o Juruá ao Sistema Nacional Integrado de Energia Elétrica. Qual era a solução óbvia? Que o Linhão passasse ao lado da BR-364. É evidente, já estava aberta, tinha todo um traçado.

Pois muito bem, naquele momento, a Funai, algumas ONGs, o Ministério Público Federal, infelizmente, ajuizaram ações e também administrativamente colocaram obstáculos, porque eles queriam que o Linhão desviasse a parte que passa pelos territórios indígenas. Só que – pasmem – os indígenas eram contrários. Os índios, os povos originários queriam que passasse exatamente na BR, porque eles diziam que, se desviasse, iam criar novos vetores de desmatamento, caçadores, etc., etc.

Pois muito bem, essa celeuma perdurou. Eu tive que desmembrar o licenciamento para fazer só até Feijó. É a mesma história da ponte e da estrada, não é? Pensei: "Bom, pelo menos eu vou tentar salvar..." E assim foi feito, até Feijó. Hoje, agora acaba de ser autorizado o licenciamento. De que maneira? Exatamente como nós tentamos fazer pela BR, porque é, evidentemente, o único traçado razoável, mas o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Juruá perdeu dez anos de desenvolvimento econômico e de industrialização por causa de atitudes como essa. Então, essa preocupação que vocês trazem para cá é real e é necessária. Isso tem dificultado sistematicamente o desenvolvimento do nosso estado e a gente precisa encontrar fórmulas de superar, de passar acima disso.

Estivemos, agora, em uma audiência pública, lá em Cruzeiro do Sul, da Assembleia Legislativa. Esse foi um dos temas mais tratados naquela audiência pública. O Prefeito Zequinha me mostrou no celular dele. Ele foi, junto com a Deputada Antonia Sales, para Pucallpa, fazer lá exatamente esse trabalho de aproximação. Para retornar, ele teve que ir para Porto Maldonado e, de Porto Maldonado, vir de carro para Cruzeiro do Sul. Foram cerca de mil quilômetros. A distância é 200km até lá ou 30 minutos em um voo.

Então, evidentemente, essa situação não é defensável. Ninguém quer atrapalhar as belezas cênicas da Serra do Divisor, ninguém quer prejudicar a biodiversidade, mas existem técnicas, existem possibilidades. Faz uma estrada parque, por exemplo, como nos Estados Unidos, que têm tantas estradas que cruzam reservas indígenas e reservas de preservação permanente. Faz uma estrada parque! O que não se pode é impedir o desenvolvimento, é impedir o progresso da população.

Então, era essa a manifestação essencial que eu queria trazer aqui, Senador Bittar, cumprimentando-o pela coragem. Eu sei que não é fácil enfrentar esses temas.

Gostaria de pedir também que, até que se consiga – sabemos que o processo de licenciamento de uma estrada é complexo –, até lá, vamos tentar viabilizar a interligação aérea, em um primeiro momento, porque vai se criando a proximidade, os empresários vão se conhecendo, os produtos podem começar a ser intercambiados.

Reitero também que, há cerca de dois anos, estivemos aqui, nesta Assembleia. Ralph estava presente e eu creio que o senhor estava presente também, em uma audiência pública sobre a ponte de Rodrigues Alves. Felizmente, o Ministério Público já percebeu que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Eu acho que, talvez, já não tenhamos obstáculo. Foi naquele momento – já concluindo – que nós conseguimos fazer com que essa obra fosse incluída em uma rubrica do orçamento do Dnit. Cada Parlamentar Federal destinou R\$1 milhão, salvo engano, e aquilo deu origem e, hoje, nós já podemos tratar como uma realidade muito próxima de ser obtida. Então, vamos prosseguir nessa linha.

Cumprimento todos os Senadores que aqui se fazem presentes e deixo esse exemplo e essa manifestação. Vamos colocar bom senso, vamos colocar razoabilidade nessas questões, porque técnica, para superar esses argumentos, existe; agora, vamos colocar em prática.

Obrigado e fiquem com Deus. (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Esta CPI é que agradece.

Esse exemplo, Deputado Pedro Longo, me lembra outro que é o linhão de Manaus a Boa Vista. Até hoje esse imbróglio não foi resolvido, está perto de ser resolvido. E, como V. Exa. mencionou, já se passaram eu acho que mais de uma década, quase 20 anos. E qual foi o resultado prático disso? O resultado prático disso é que Boa Vista queima diesel, quer dizer, termoeleétrica. Então, a justificativa ambiental acaba sendo tão estranha, porque a ação das ONGs que se dizem preocupadas com a questão ambiental atrasa em 20 anos o linhão para Boa Vista, o resultado é que está gastando termoeleétrica, que é muito mais cara e muito mais poluente.

Passando a palavra... O Sr. José Adriano, Presidente do Fórum Empresarial, se encontra ou já foi? O Sr. José Adriano não se... Ah, é verdade, era o que representava o Adriano, porque o José Adriano é o Adriano.

Na ausência, Deputado Pedro Longo, chamo a Deputada Antonia Sales, que, como disse o Deputado Pedro Longo, esteve recentemente com o Prefeito Zequinha em Pucallpa. E, depois da Deputada Antonia Sales, o último inscrito é o Deputado Eduardo Ribeiro.

Com a palavra, Deputada Antonia Sales.

A SRA. ANTÔNIA ROJAS SALES (Para expor.) – Srs. Deputados, demais pessoas que estão aqui, nosso Presidente de Cruzeiro do Sul da Associação Comercial, também o que representa o Pró Ponte de Rodrigues Alves, nosso município, nossos colegas aqui presentes, quero saudar a Mesa, todos os nossos Senadores que estão aqui, que compõem esta CPI de inquérito das ONGs; saudar aqui o nosso Senador Plínio, que é do Amazonas, que representa o Acre o Relator Senador Marcio Bittar – Alan Rick já foi – e nosso grande Senador que também é aqui de Rondônia, nosso irmão vizinho aqui, e que aliás, nós somos muito amigos, temos um bom relacionamento com os Deputados lá de Rondônia e defendemos também o mesmo ideal de querer sair para o Pacífico através de Cruzeiro do Sul, Acre, e Pucallpa, porque a distância é menor e também o tempo para poder desenvolver essas duas regiões e também a Região Norte e principalmente os estados da Amazônia que estão no atraso e querendo realmente desenvolver e dar uma melhor qualidade de vida à nossa população.

Mas, Sr. Presidente, o que eu queria dizer aqui é que tudo que foi relatado, na verdade, eu já vivenciei isso. Sou Deputada e estou no quinto mandato e fui a Deputada que mais visitou os rios, eu falo do Vale do Juruá, que é composto por cinco municípios que formam o Vale do Juruá. Tenho andado em todos os rios e igarapés e tenho me deparado com tudo que já foi relatado aqui. Eu estava fazendo gestão ambiental e, quando eu vi isso, eu me decepcionei de ver umas leis que se criam dentro do ar-condicionado, sem ver, sem sentir as pessoas, a vida real, o que o nosso povo passa dentro das florestas, o verdadeiro homem da floresta, que tem uma vida tão difícil, e ainda essas leis só tornam mais difícil. E também dos nossos índios, que vivem na pior miséria, mas essas propagandas que a gente vê dessas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ONGs são muito bonitas, que eles têm de tudo. E o homem da floresta também, tem como sobreviver e tem a sua vida existindo do desenvolvimento sustentável da própria natureza, o que não existe. O que existe é pobreza, é miséria, é isolamento.

Muitas pessoas que você visita – o Senador, aqui, Presidente, está concordando comigo... Você vai a umas casas daquelas – e eu tenho vontade de chorar –, eu me lembro, e muitas mulheres respondem de dentro dos quartos porque não têm roupa para vestir, porque não têm roupa para vestir, uma roupa melhor, de tanto viverem massacradas porque não podem plantar para sobreviver. Não têm uma canoa para escoar a sua produção aqueles que vivem dentro dos rios. Se são da colônia, não têm sequer caminhões que possam tirar o seu produto. Quando vem a chuva, não conseguem tirar porque não têm apoio.

E essas ONGs que dizem que defendem o homem do campo, o homem da floresta, a gente não vê. Nunca cruzei com eles quando eu subi e desci esses rios. Nunca vi se eles tinham os milhões que agora vocês estão desnudando. O rei chamado ONG, sua majestade ONG, está sendo desnudado por vocês. A gente está vendo os milhões que recebem, dinheiro que vem de fora, dos países ricos que querem impor aqui a sua lei para nos deixarem na eterna pobreza, sem podermos aproveitar o nosso solo, a riqueza do nosso subsolo, aqui, da Amazônia, para poder estar à disposição e a mercê deles enquanto eles queimam, matam a sua gente, matam seus índios, queimam. E não tem uma ONG que aparece para dizer... Sobre esse povo rico, a Alemanha, que está fazendo agora carvão, e o outro que está incendiando, o Canadá, ninguém fala nada, mas falam aqui da nossa Amazônia, onde eu não vi isso que eles falam. Eu não vi esse vilão do povo aqui da Amazônia que vendem para o povo, para a Europa, para os países ricos.

Mas com essas muitas também eu me deparei com muitas. Eu me deparei com um senhor, dentro do Ouro Preto chorando, que me disse: "Deputada, olha o que fizeram aqui comigo. Vieram aqui. Eu vivo aqui nesta colocação, dentro do Ouro Preto", que é afluente do Rio Juruá e que pertence a Porto Walter. Ele disse: "Tomaram aqui a minha madeira, porque meu filho veio tirar aqui uma árvore para fazer a casa dele para me acompanhar. Aí veio aqui o ICMBio. Apontou aqui essa metralhadora deles, todos armados, pegaram essa madeira, confiscaram e até hoje está aqui. Mais de seis meses e não vieram buscar. Eu estou aqui sozinho e meu filho sem poder fazer a sua casa".

Fui dentro do rio, entrei dentro do Rio, do Rio Nilo. Lá eu me alaguei, perdi... Sempre eu levava no meu barco, na minha canoa pequena, eu levo o meu rancho porque eu sei que em muitas dessas colocações não existe comida, Sr. Senador. E aí me alaguei e eu somente consegui salvar umas bolachas porque boiaram lá na água, não afundaram. Então, eu fui e disse assim, na comunidade indígena, que na comunidade indígena vai ter pelo menos carne de caça para a gente comer. Que é isso? Eu comi, junto com eles, a bolacha que eu consegui salvar. No seguinte dia, nós jantamos essas poucas bolachas, dividindo com o cacique. No seguinte dia, eu disse, nas outras colocações indígenas: eu vou ter algo para comer. E sabe o que eles me ofereciam, Senador? Não tinha nada, nem para o almoço, já era quase meio-dia. Só guaiaba. Desde a primeira colocação, de seis horas da manhã, guaiaba e mamão. Aí eu fui para o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lado dos brancos que já era para sair para o Rio Juruá. Aí um deles, o Sr. Agenário me disse: "Deputada..." Tem alguma coisa para comer, estou morrendo de fome, meu estômago está doendo? A fome dá raiva. Eu estava tão irritada de fome. Aí ele disse: "Deputada, olha, aqui não tem nada. A última semente o mal... [que semente eles chamam as galinhas] a última semente o mal matou e não tem nem ovo para oferecer para a senhora fazer uma farofa. Não tem nada, eu não posso plantar porque está proibido, porque aqui é reserva. Não posso plantar nem para sobreviver".

Então, eu, com tanta raiva, eu disse: "E o que vocês estão fazendo aqui? Saiam daqui". Mas disseram: "Como, Deputada, se eu só sei cuidar da terra, como vou sobreviver na zona urbana". E essa é a realidade que a gente vê. O povo passando fome, o povo passando doença, todo tipo de necessidade.

Então, eu quero aqui, para finalizar, elogiar vocês que, afinal, estão trazendo à tona todos os desmandos de uma ONG, de uma organização não governamental que não foi eleita pelo povo, mas que tem um poder e querem superar vocês lá no Congresso... (*Palmas.*)

... que são eleitos por todos nós, que era para estarem em primeiro lugar defendendo o seu povo, que agora, mesmo que tarde, ouviram a voz rouca do nosso povo da Amazônia que sofre e que quer se desenvolver e que quer ter uma vida digna, e não viver de bolsa miséria, de bolsa carbono de R\$50, de R\$200, sem dignidade. Eles querem produzir e aproveitar suas riquezas.

Para finalizar, quero trazer uma frase porque meu marido é uma pessoa que fala umas frases que Marcio, o nosso Relator, conhece e que diz: "Que essa ONG é igual a peito de homem. A gente sabe que todos têm, mas a gente não sabe para que serve". Porque, na mulher, é para amamentar os seus filhos, mas do homem não.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Deputada Antonia Sales, querida amiga, de uma família muito querida que eu tenho o privilégio de gozar dessa amizade há mais de 30 anos. E quero dizer à Deputada Antonia Sales que eu tirei a fotografia aqui da senhora e mandei para a Jéssica e escrevi assim para ela: "Pense numa fala."

E quero avisar à Deputada Antonia Sales que essa fala reveladora de alguém que já andou e anda dias e dias por esses rios afora, essa fala da senhora, Deputada Antonia Sales, foi assistida ao vivo pela TV Senado. Então, milhares de brasileiros, não sei quantos, mas assistiram, entre outras coisas, à senhora dizer da realidade da população da Amazônia, particularmente do Acre, onde nós sabemos que em muitos lugares, como a senhora disse, você chega na casa, bate palma, a mulher não sai do quarto porque não tem uma roupa que não seja rasgada.

Eu quero aproveitar apenas porque isso me lembrou um outro episódio. Quando o Edson, que é meu irmão, era Vereador em Sena Madureira, quando deu o recesso parlamentar, Pedro, ele foi alugar um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

batelão para percorrer os rios e ele alugou o batelão do Seu Zé. E o Seu Zé é o gente boa de Sena Madureira e tal, funcionário público. Não sei se ainda está vivo, isso já tem 30 anos.

E aí ele chega, pegou o batelão do Seu Zé, alugou e tal e foi para o rio visitar as comunidades. Quando ele chega na primeira comunidade, irmão, ele subiu, não tinha ninguém. Estava tudo vazio. E aí, o que foi, o que não foi. Está bom, desceu, vamos para outra comunidade. Quando chega na outra, Pedro, também não tinha ninguém. Quando chegou na terceira que não tinha ninguém, ele falou: "Não é possível, que diabo é isso?".

E foi para casa e estava lá a panela no fogo e tal. Sabe o que era? O Seu Zé alugava aquele batelão para o Ibama. Quando as pessoas viam o batelão chegar, sumiam de medo. Então, não tinha ninguém. Aquele batelão era sinal da repressão.

Eu me lembro das palavras do Senador Plínio quando nós fomos a uma audiência no Ministério do Meio Ambiente, naquela ocasião em que eles vieram para cá, com a Polícia Federal, no começo do ano, não é? Prenderam um monte de gente... Proibição, lacraram serrarias...

O Senador Plínio disse: "Olha, o povo da Amazônia conhece muito a mão forte do Estado, a proibição, a prisão, a multa... Cadê a outra mão do Estado? A mão que alivia, a mão que aponta solução, a mão que aponta alternativa? Só tem a mão da repressão?".

Infelizmente, é isso. Mas a senhora pôde hoje, com essa fala, que a gente sabe que é genuína, assim como a de todos os outros que usaram a palavra – uma porção do Brasil estava, e está, assistindo...

Vou chamar o último orador inscrito e, depois disso, o Senador Styvenson vai usar a palavra, o nosso colega da CPI.

Chamo o Deputado Eduardo Ribeiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois não.

Claro.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu vou pedir para falar no final, mas a Deputada nos emocionou com esse discurso que eu conheço bem, mas só uma resposta a ela: o nosso peito tem servido para enfrentar essa gente, viu? *(Palmas.)*

O SR. EDUARDO RIBEIRO (Para expor.) – Boa tarde.

Faço aqui uma saudação honrosa aos membros do Senado Federal, através do Presidente desta Comissão, importante aqui, Senador Plínio Valério. Seja muito bem-vindo ao Estado do Acre! Também, ao nosso Senador da República, Marcio Bittar. Faço aqui também uma saudação aos servidores do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal e aos demais Senadores, nosso Presidente Luiz Gonzaga... Saúdo também os meus colegas Parlamentares aqui desta Casa...

Quero parabenizar esta reunião importante do Senado Federal, porque vocês estão fazendo o que é mais importante dentro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que é ouvir as pessoas.

Vocês foram lá na reserva extrativista, porque não é fácil você sair de Brasília, cheio de compromissos, para ouvir as pessoas, a realidade nua e crua, a realidade dura, porque o discurso bonito do extremismo ambiental cola bem; cola bem lá. Vocês sabem como cola isso. Então, nada mais importante do que mostrar a realidade dura do povo do nosso estado. E ficam aqui os meus parabéns.

Nós estamos aqui numa missão muito árdua também, na Assembleia Legislativa, que é uma Comissão que foi criada para tratar do tema da regularização ambiental e fundiária do estado. O nosso Presidente é o competente Deputado Pedro Longo, que está na Presidência dessa Comissão, e me designou como Relator do projeto, que nós vamos trabalhar. E essa oitiva aqui é muito importante para isso. A gente vê, por exemplo, as ONGs – e eu discordo de você, por exemplo, pegar recurso público, recurso que vem para o Estado, e passar para uma ONG... E eu vou explicar por que, de forma muito clara. Nada contra ONG. Nada. Eu não estou fazendo aqui um discurso de ser contrário aos organismos não governamentais, mas eu sou a favor, sou um democrata, sou a favor da democracia, da participação popular...

A nossa democracia é representativa. Nós aqui, eu, os Deputados, os senhores que compõem esta mesa, fomos eleitos através de um sufrágio, em que todas as pessoas participaram da eleição. *(Palmas.)*

O nosso Deputado, agora, colega, Prefeito, que foi Prefeito de Manoel Urbano, Tanízio, ele foi eleito pelo povo de Manoel Urbano. E quando você pega um recurso, passa para uma ONG, e empodera essa ONG mais do que as entidades governamentais, mais do que os Parlamentares, os Prefeitos, isso está errado, você está burlando a democracia; é um princípio nosso, da República.

Então, parabenizo por essa discussão.

Você vê, por exemplo, outras coisas que precisam ser trabalhadas: ONGs são criadas com finalidades específicas, dentro de momentos específicos. Se nós vamos falar num projeto da ferrovia Transamazônica, que vai contra os interesses, às vezes, dos administradores do Canal do Panamá, vão ser criadas ONGs específicas pra barrar, é óbvio; isso é tão óbvio. Eu acho que o Brasil tem que fazer essa discussão e parabenizo o Senado Federal por essa discussão.

Então, que nós possamos focar sempre com o princípio basilar da República Federativa do Brasil, que é o fundamento da República, que é a dignidade da pessoa humana. Esse seja o nosso foco principal a iluminar as nossas decisões, voltado sempre ao interesse do Brasil, da soberania nacional e do seu povo. Então, meus parabéns e conte com a gente. *(Palmas.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu que quero agradecer. Pra mim é uma honra e até uma ponta de emoção, Eduardo, vê-lo aqui como Deputado Estadual, atuando. Eu, que tenho o maior... um imenso carinho pela tua família, pelo teu pai, pela tua mãe – aliás, eu vivo encontrando com ela nos aviões –, pelos teus tios, que estão aqui presentes; uma família a que eu quero muito bem. E trago um abraço também do Mauro, meu irmão, a essa família, que sempre o tratou da mesma forma, independentemente das circunstâncias momentâneas. Disso eu nunca vou me esquecer.

Mas o Deputado Eduardo Ribeiro e a Deputada Antonia tocam num assunto que é muito importante. Veja, primeiro que não deveria se chamar "ONG", porque todas elas têm relações com o Governo, é impressionante; deveria se chamar, como disse um ex-presidente, "organização neogovernamental". E é isso que vocês dois, Deputados, mencionaram: ali não tem eleição, não tem eleição, portanto não tem prazo. Pega o caso do Ministério do Meio Ambiente. A Ministra Marina participa de ONG. Aí ela sai da ONG, vai pro Ministério. No Ministério, ela ajuda a elaborar o plano de ação do Fundo Amazônia no BNDES. E pra onde vai esse recurso? Porque parte dele vai para a ONG que ela acabou de deixar. Aí ela sai do Ministério, volta pra ONG. O João Paulo Capobianco, que é o Secretário-Executivo, agora de novo, do Ministério do Meio Ambiente, do grupo da Ministra Marina, foi um dos fundadores do ISA. Aí ele sai do ISA, vai pro Governo. Mesma coisa: no Governo, ajudam a elaborar as ações, por exemplo, de todos eles, mas do Fundo Amazônia... Aí o ISA é beneficiado com dinheiro do Fundo Amazônia. Termina o processo, volta pro ISA.

Essa ONG de que nós dissemos aqui agora, que, nos 15 anos desde que a Fundação Pró-Ponte foi feita, pegou mais de 0,5 bilhão, quase 0,5 bilhão, e que agora está recebendo... está na boca de receber 78 milhões da Alemanha, é mesma coisa, veja. E ele próprio... O que eu vou narrar nós escutamos dele, do Virgílio. Eles estavam no Governo do Amazonas, aí criam a FAS, o Governo aporta – o governo de que eles faziam parte; ele disse isso –, criam a FAS, Fundação Amparo Amazônia, uma coisa assim, Amazônia Sustentável.

O Governo aporta 20 milhões, o banco que tinha a conta do Governo, portanto, influência no Governo, aporta mais 20, os outros 20 eu não lembro de onde vieram, mas tudo influência do Governo. Então eles estão no Governo, criam a ONG, o Governo usa seu recurso e sua influência para colocar 60 milhões na ONG, aí ele sai do Governo e vai cuidar da ONG. Essa é uma relação promíscua, não tem mandato, não tem limite territorial. Vocês, por exemplo, que usaram a palavra aqui são Deputados do Acre, não são do Brasil, então eles não têm limite territorial nem municipal nem estadual, não têm prazo de validade, não têm ministérios públicos na sua cola, não têm Assembleia Legislativa para fiscalizar, não têm Câmara Municipal, que fiscaliza o Prefeito, recebem dinheiro e a prestação de conta é pueril, é completamente frágil. E isso é para inglês ver. Isso é, de certa maneira, nessa nova fórmula, a invenção inglesa: ela perde o controle de suas colônias e cria outro mecanismo de controlar através dessas ONGs. Então ela de fato precisa de uma legislação. Isso só é aceito no Brasil, essa ação de ONG com Ministério



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público, com Governo, essa coisa toda que nós estamos hoje aqui demonstrando mais uma vez ao país, não é permitida em lugar nenhum. O Brasil permite que a Embaixada do Canadá no Brasil sedie encontros com ONGs que, em tese, estão preocupadas com a questão ambiental, discutem destinação de fundo internacional dentro do Brasil, ferindo claramente interesse nacional, isso não é permitido em outro país.

Então quero aproveitar essa fala do Deputado Eduardo Ribeiro e da Deputada Antonia para colaborar e dizer isto mesmo: não tem fiscalização, não tem eleição, não tem prazo de finalidade e não tem fiscalização. Qualquer Prefeitura de Santa Rosa do Purus tem.

Por fim, vou passar a palavra ao acriano. Nós, de forma bem amiga, dizendo que estamos jogando acriano esparramado por aí para ter mais poder, mas é um acriano que saiu daqui, venceu, é um orgulho para nós, é um orgulho para o nosso estado, saiu daqui, venceu, hoje é Senador da República no Estado do Rio Grande do Norte.

A pior fotografia que eu tirei na minha vida foi na eleição da Mesa, primeira vez, e eu, por descuido, estava perto do Petecão, aí chega o Styvenson. Aí, Bocalom, a foto saiu eu no meio dos dois, eu nunca me senti anão, dessa vez ficou horrível, não mostrei para ninguém.

Com a palavra, o Senador Styvenson. (*Palmas.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Autoridade de Presidente destituído, ontem, quando a gente entra na reserva, depois de descer a ladeira, passar a balsa, o primeiro caso que a gente depara, olha só o caso que a gente depara, contando já o final, lá vem o Styvenson com uma senhora pequenininha segurando no ombro dela, imagina, e com um senhor também aqui, e esse senhor com uma faca nas costas. Aí ele falou: olha lá o Styvenson conciliando, pegou a senhora aqui, a senhora lá e levou, e a gente olhando, está aí a imagem, olha só, a gente olhando de longe. Eu já conheço o Styvenson, não é à toa que a gente se considera irmão, aí ele levando, largou um, largou outro, depois homem e mulher se beijando. Ele tirou a faca das costas do senhor lá e eu imaginei o que o Styvenson disse. Quem estava aqui longe devia estar: "Ele está conciliando", eu digo "Ele deve estar prometendo, se não conciliar, ele dá um tapa", e resolveu a situação. Não é bem isso, mas isso ilustra com o que a gente deparou. Na entrada, um homem tinha batido na mulher, tinha dado na cara dela, no ouvido dela, e estava armado com faca. O Styvenson foi lá e resolveu e deu uma de padre. (*Palmas.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Primeiro que eu não achei que essa história fosse se tornar tão pública assim, porque eu fiz algo que é natural meu: proteger as mulheres. A mulher estava chorando porque tinha sido agredida pelo então companheiro, e eu fiz isso pela minha natureza, pela minha função social, até porque, antes de ser político, eu era policial militar, então, está no meu sangue servir e proteger a sociedade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcio Bittar, agradeço as suas palavras, mas grande aqui é o senhor, que representa este que é meu estado natal. Fiquei em pé para poder, Presidente desta Casa, Luiz Gonzaga, nome nordestino e forte, dizer para vocês que me senti muito acolhido. Voltar para o Acre é uma felicidade para mim, e ter mais um Senador, lá em Brasília, que defenda uma população, não só brasileira, mas, especificamente, essa que a gente conheceu de perto, é uma obrigação nossa.

A gente vive, hoje, Senadores, Prefeito, nossos funcionários, a gente não faz nada, quem faz tudo é aquele pessoal ali atrás, o pessoal que acompanha os Senadores é que faz todo o trabalho, a gente vive, hoje, uma situação de discursos, retóricas e narrativas, e ganha aquele que narra melhor.

Eu posso dizer que saí aqui do Acre e fui para o Nordeste. Se eu disser o que é o Sertão nordestino, eu acho que cada um vai ter uma imagem na cabeça. A senhora narrou o que era pobreza e fome. Eu posso lembrar para vocês que o solo árido, com ausência de água, em que vegetação não cresce, onde tem 20 milhões de brasileiros, a população do Norte toda se encontra no Sertão nordestino – a população daqui, porque são 16 milhões, em toda a Região Norte –, e 20 milhões de brasileiros ocupam uma região inóspita por falta de água.

E não é tão comum a migração que existia antes. Aqui, praticamente, tem muitos nordestinos. Então, se eu for começar uma analogia... Porque esta Comissão parlamentar não é de inquisição, pelo contrário, nós ouvimos, em Brasília – e agora eu entro na narrativa –, o que é vendido para estrangeiros e empresas, meu Prefeito Tião, não é real.

Melhor do que eu ouvir, Deputado, é ver – é sinestésico – é cheirar, é tocar. Não é à toa que, ontem, não só eu, eu me emociono, porque são seres humanos igual a qualquer outro aqui, que, talvez, não estejam em uma função de responsabilidade como a nossa, mas são iguais a qualquer outro, mas passam por humilhação e por coação.

Se eu fizer uma comparação sobre pobreza, Deputado, lá no meu estado, no meu Sertão, a população, realmente, não tem porque não tem condições, não tem água e o solo é impróprio, agora, com vocês aqui, eu vi pobreza, eu vi miséria, não porque não tem água, não. Não é porque o solo é impróprio, não, é porque, realmente, outro ser humano não deixa progredir, onde eu alcanço aqui a verdadeira função das ONGs. Para que servem? Será que servem mesmo pra aquele discurso publicitário: "Compre os nossos produtos, nós estamos preservando e mantendo a floresta em pé"? Qual é o custo disso?

Nós não estamos aqui, nenhum Senador desses, isso não é uma Comissão, como eu disse, de inquisição ou de acusação. É dado o direito a todos de se manifestarem, mas os números, o que apresentam pelo recurso que eles – como é a palavra mesmo, Plínio, que eles usam? Conquistam – conquistam de governos exteriores, eu fico comovido com o altruísmo, com a solidariedade e com a caridade desses países com nossos povos amazônidas. E o meu, o nordestino? Por que nenhum país desses – eu vivo me perguntando – nunca abriu a carteira pra dar R\$50, homem, pra comprar uma lata d'água lá



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Nordeste brasileiro? Aquele solo árido, rachado, que está na imagem no cérebro de vocês, tem o quê debaixo? Nem água tem, não tem nenhuma riqueza.

É isso que machuca: é você ver as pessoas... Não pediram nada ontem. Ontem a gente foi *in loco* ouvir e ver o depoimento de seres humanos que vivem em reserva extrativista – esse livrinho aí, mostre-o aí, Plínio – sob regras utópicas; isso aqui é utópico. Estou na Casa de legislação, gente! Isso aqui se resume tudo em uma só palavra: autorizo. Quem autoriza? Quem está fazendo as vezes do poder público, e essas vezes do poder público restringem, não vão atender nunca à necessidade de cada cidadão daquele. Eles não pediram bolsa, não, viu? Eles não pediram dinheiro do Governo Federal, não, nem do estadual. Eles não querem bolsa carbono, não; eles querem só a chance de poder produzir, gente! "Cara, eu quero só criar um porco. Eu queria só ter um pouquinho de espaço pra plantar milho e guardar". Aí o livrinho ali bacana diz: "Você pode, cara. Perfeito! Você pode fazer seu açude e criar seu peixe, mas, antes, é preciso fazer um estudo, é preciso fazer um estudo pra saber se é possível ou não". Hã? Quem faz esse estudo? É uma ONG. Que é paga por quem? Por alguém. É melhor deixar o povo nativo que é mais bonito, vende mais, é mais publicitário. Essa camisa foi feita pelas índias do Amazonas que estão preservadas seminuas. Agora, qual é a realidade mesmo? A realidade que os senhores e as senhoras conhecem. A Sra. Deputada e os Srs. Deputados andam. Mas será que aquele financiador – volto a dizer, Senadores Plínio, Marcio Bittar e Jaime – está doando porque é caridoso mesmo? Está doando porque está preocupado com a seringueira? Eu fico com essa dúvida.

E o outro ponto que a gente observa aqui é: quem fornece essas pesquisas, esses trabalhos, esses estudos científicos, que já foi dito lá em Brasília pelas organizações não governamentais ou neogovernamentais ou que atrapalham o Governo? Elas fomentam, elas dão o argumento científico pra instituições como o Ministério Público, como o Judiciário pra que eles entrem, com base nesses estudos, com um impedimento de construir uma estrada.

Eu vou dizer que a mesma interferência existe também no Sertão nordestino. Lá é Caatinga, viu? Lá é árvore seca, chão rachado.

Um Prefeito do Município de Serra Negra, no centro do Rio Grande do Norte, na pata, porque é um elefantezinho o meu estado, num terreno de três, quatro, cinco hectares para construir galpões, para desenvolver a cidade. Sabe quem está impedindo? Ideologicamente? Idema, órgão governamental, com ideologia, de que precisa fazer um estudo para saber se o calango não vai se reproduzir mais.

Excessivo, gente, é abusivo. É colocar a condição humana inferior ao quê? A uma vontade de quem?

Nenhum Senador aqui concorda em desmatar, nenhum Senador aqui tem o cérebro pensando em degradar o meio ambiente, não, mas que é excessivo é isso aí. Não é razoável, não é aceitável.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa vinda até aqui é para mostrar, para quem já sabe e para quem não convive, que essa sedução, ou senão, esse *glamour*, a palavra certa que eu poderia usar quando eu vejo a propaganda na televisão mostrando os produtos da Amazônia.

Gente, mostra a verdade, pô, mostra lá o pessoal lá na rua, mostra o que eu vi ontem. Mostra o que o Prefeito de Eptaciolândia falou, que não pode passar uma máquina, mas ali no livro diz que para abrir um ramal, fazer um açude, tem que ter autorização, claro, tem que ter um estudo. E a manutenção é feita por quem? Pela comunidade. Com o quê? Com enxada?

Além de ouvir, a gente vê, a gente sente.

Eu entrei na residência, falta saneamento básico, os dejetos vão para onde?

Se preocupa tanto com a foz do rio, com os igarapés, se preocupa tanto e esquece do próprio ser humano, que é ele que, sim, vai proteger ou preservar.

Sabe por que a gente não tem acesso a isso, Deputado? Porque a internet, que é um direito fundamental, constitucional, não tem, por que você já pensou se cada um divulgasse, se cada um mostrasse as condições realmente? Será que os estrangeiros continuariam com esse mesmo intuito de ajudar?

Na verdade, eu queria entender, Senador Marcio Bittar, como é que é feita essa conquista, Plínio, com esses projetos. Eu chego lá e digo assim: "Ô, eu vou entrar e fazer um financiamento aqui de milhões". Porque tem ONGs como essa que ganham muito mais que Secretarias de Estado, tem recursos muito maiores que Secretarias de Estado daqui. Ora, qual o tipo de trabalho científico que produz? Real? Que ajuda duas mil pessoas, me mostra só uma.

A senhora andou aí uma foz todinha. Esse povo está lá? Quem são esses dois mil?

A gente andou, ontem, 70, 80km, e por onde andou não viu nada de ajuda, todos reclamando.

Onde fica, hein?

Porque se cada ONG dessa ajuda 2, 3 mil pessoas, caramba, ajudou a Amazônia toda. Ajudou como? De que forma? Que tipo de trabalho é esse?

São essas perguntas que eu acho que qualquer cidadão deveria fazer. Os senhores, como Parlamentares, deveriam também questionar. Acho que questionam, não é? E a gente fez esse questionamento lá, durante as perguntas, no Senado.

Sabem qual é a resposta? Abre uma tela, bota uns números, conta uma história, e acredita-se. É dessa forma que você consegue o recurso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu falo sobre narrativa. Que narrativa você vai aceitar? Porque a imprensa, logo, logo, eu digo não todas, porque eu não vou generalizar, mas, logo, logo, vai dizer que toda esta Casa, junto com uns poucos Senadores aqui, com esta Comissão, quer acabar com a Amazônia. Não conhece o trabalho das ONGs. Não sabe o que uma ONG faz. Desinformado. Logo, logo, não vai demorar, não. Vão acusar a gente aqui, sinceramente, de fascista. Querem destruir o resto que a gente está conservando. Se o Acre hoje só tem 5%, porque fomos nós que conservamos, com metralhadora na mão, humilhando as pessoas, dando tapa no pé do ouvido. Tabocada no pé do ouvido, a senhora disse.

Conservar a esse preço é muito alto, gente. Conservar às custas da miséria humana...

E sabe o que é pior, Deputada? A senhora tem um apelidozinho que eu ouvi hoje quando eu cheguei: "onça do Juruá". Eu não sei se a senhora... Não sei se é real, mas eu ouvi alguém falando ali. A senhora é bem valente mesmo, e tem que ser assim mesmo. Eu gostei do depoimento da senhora. Gostei do depoimento da senhora. E o custo dessa manutenção de uma floresta é esse, é o que viu aqui. É uma estrada atrapalhando, é o desenvolvimento. Parece que tudo que vai se desenvolver é prejudicial.

São depoimentos fortes que a gente ouve durante a nossa vida parlamentar, e eu já ouvia e já via a pobreza, como eu já narrei aqui, do Sertão, dentro de uma comunidade, de uma favela que não tem saneamento, que não tem acesso à energia... Mas você estar ali de frente com a riqueza, com água, com terra, com tudo, e não poder extrair? Pelo amor de Deus! É deixar o cara com sede perto da água e não deixar beber. Até para ele poder produzir, trabalhar. Aqui, não. Se eu jogar qualquer coisa no chão, nasce. Mas não pode. Por quê? Porque alguém disse que não. "E vamos fazer um estudo para dizer que não". E são esses estudos que fundamentam e dizem por que caminho a gente vai andar. Disse até ontem. Porque alguém, como o Plínio Valério, que já conhece, como o Marcio Bittar, como outros Senadores... Eu não tinha atentado para isso não, viu, gente? Eu vou ser bem honesto. A conversa da ONG até me seduziu. Eu não conhecia, não vinha aqui, não sabia... Só que eles, sabendo da verdade, insistiram nesta CPI, contra a qual, diga-se de passagem, existe uma força contrária muito grande. Sabe quem se beneficia com isso? Esses poucos. Sabe quanto se paga para um salário de um diretor, de uma pessoa dessa que toma conta?

Eu perguntei ontem lá na reserva "você já viu de perto alguém dessa instituição aí?".

(Interrupção do som.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O senhor disse que foi no exterior e disse "ah, a ONG vem pra cá e conta que está tudo bem, que resolveram. Vamos voltar..."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Foi na Escócia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O cara está na Escócia, meu amigo. O cara está na Escócia. Eu vou contar uma conversa 171 para ele, ele vai acreditar, vai achar que você é sério. Agora, quando pisa o pé aqui na realidade mesmo, que vai ouvir o cara que está dentro da reserva, que está dentro da área protegida, quando o cara diz "amigo, a conversa é outra. Não chega nada aqui"... E o pior: ai, Deus, se eu cortar errado a seringueira. O cara tem que comprar o próprio baldezinho.

Como é o nome daquele baldezinho, Plínio, que eu não sei o nome?

O cara já ganha pouco. O cara não tem auxílio nenhum, o cara não tem ajuda nenhuma, e o cara já estava reclamando que até pela tigelinha tem que pagar. Tem que ficar o dia todinho cortando as coisas para sair o líquido, o látex. Isso não é humano, não, gente! Foi para isso que a gente veio para cá.

Eu espero que... As narrativas são derrubadas, são destruídas quando a gente consegue ver a verdade. E ontem eu vi a verdade. Ontem, eu enxerguei de perto a verdade. Eu cheirei a verdade. Aí, sinestesticamente, a mentira cai.

Eu volto a dizer, viu, Senador hoje Presidente Marcio Bittar e Relator, pode escrever: amanhã mesmo, ou hoje, algumas emissoras ou alguns blogues vão dizer que esses cinco ou seis terroristas Senadores aqui querem acabar com a Amazônia, querem desmatar, querem abrir estrada, querem trazer toda a destruição do mundo, as pragas do Egito todas vão vir para cá agora... Mas eles não têm coragem de pegar um carro e ir lá entrevistar para saber se é verdade ou não. Não têm coragem de fazer esse trabalho que é de um jornalismo sério. Eu digo isto porque eu já vi ontem a tendenciosidade. É tendencioso.

O que nós queremos aqui é justamente o que todos falaram: existe, sim, a possibilidade de preservar, existe, sim, a possibilidade de explorar, existe, sim, a possibilidade de você tirar aquele ser humano daquela condição de penúria, de pobreza, de miserabilidade. Coloca isso na cabeça, viu? É ter fome com um prato na sua frente e não poder comer porque alguém está segurando o talher. Senão, você não vai comer nem com as mãos. Foi o que eu vi ontem. Porque eu até admito a pobreza do meu estado, até admito o IDH 0,520, 0,5, porque realmente lá a natureza foi ingrata. A natureza foi perversa, e tem que sobreviver de todo jeito. Agora, aqui, não. É inaceitável que vocês tenham toda a dádiva dada a vocês, e alguém não deixar vocês serem humanos dignos de explorar isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu que agradeço.

Antes de passar a palavra para o Presidente de fato da CPI, de fato e de direito, pela legitimidade de ter sido a pessoa, como eu disse aqui, no começo, que foi quem dedicou quatro anos e meio pra que isto pudesse acontecer, que é o Senador Plínio Valério.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, antes de passar a palavra para o Presidente de fato e de direito da CPI, eu quero apenas deixar aqui uma sugestão à Assembleia Legislativa, através do Deputado Luiz Gonzaga, e a todos os colegas Parlamentares que aqui estão. Eu fiquei muito orgulhoso, emocionado, quando, no encontro do Presidente brasileiro e do Presidente peruano, há dois anos, se eu não me engano, em Rondônia – o Presidente do Brasil era Jair Bolsonaro –, eu estava no evento, e eles assinaram um protocolo de intenções do aprofundamento das relações Brasil-Peru. E, nesse protocolo de intenções, como exemplo de algumas coisas que eram objetivo dos dois países, constava a continuidade da BR-364 ligando o Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru. Recentemente, a Deputada Antonia Sales com o Prefeito Zequinha estiveram em Pucallpa e puderam presenciar, com autoridades daquele Estado de Ucayali – mas, além das autoridades daquele estado, estiveram, segundo a Deputada me contou, autoridades do Governo Federal, do Governo central do Peru –, que eles querem, eles concordam e querem a ligação.

Eu já estou reiterando uma sugestão: que a Assembleia Legislativa puxe o encontro entre os dois Governos – o Governo do Estado do Acre, o Governo do estado do Peru – com as respectivas representações das Assembleias. Que nesse encontro tenha também, Eduardo, representantes da burocracia estatal, pra que, além da abertura política dos Governadores, dos Presidentes das Assembleias, haja reuniões de trabalho entre profissionais dos dois estados pra elaborar a minuta do que seria o acordo pra que os Governos centrais possam celebrá-lo. Esse é o passo seguinte à assinatura do acordo, que foi feito há dois anos e que não prosperou. Então, qual seria o passo seguinte? O encontro dos dois estados com as duas Assembleias e com profissionais dos dois estados, que querem, que precisam da ligação, pra apresentar aos Governos centrais do Peru e do Brasil a minuta feita aqui daquilo que seriam as razões, o motivo e a finalidade da integração entre nós dois.

Quero agradecer a todos que participaram. Pra mim, é um privilégio estar aqui no meu estado, no nosso estado, com a CPI. Quero agradecer mais uma vez o Senador Jaime, brilhante fala, quando menciona, inclusive, aqui a fala do Valterlucio Campelo, dizendo... E nós falamos muito isso aqui, Jaime, quer dizer, há 30 anos nós éramos um estado, Rondônia não era; nós tínhamos uma renda muito superior à de Rondônia. Hoje, Rondônia prosperou, o que nos anima, nos alegra muito, mas nos entristece saber que nós ficamos pra trás. Eu tenho... Um dos dados que a gente tem estudado: o estado que V. Exa. tão bem representa é o único estado da Região Amazônica em que não tem mais da metade da população dependendo do Bolsa Família. Na média, nos estados da Amazônia, como eu falei, de 28 milhões, 16 milhões dependem de Bolsa Família. Individualmente, o único estado que não tem mais da metade da população no Bolsa Família é o Estado de Rondônia.

Muito obrigado pela amizade, pela parceria. Quero parabenizar o povo de Rondônia, que deu esse presente para nós ao eleger na eleição passada, e lembro que é uma vaga só, ele disputou uma eleição que não tinha dois votos, era uma só.

Muito obrigado, Styvenson. Você nos honra com a sua presença, com a sua fala, para cumprimentar o povo do Rio Grande do Norte, que acolheu um acriano e deu a ele um mandato de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador da República, e pela coragem de vir aqui e dizer "Olha, eu também quero confessar que também era um pouco iludido com as narrativas das ONGs", mas, ao chegar aqui, a verdade se impõe, ao andar, foram mais de 80km, ao andar 3 horas dentro de uma reserva, parando aqui e acolá para conversar com a comunidade, a verdade da realidade nua e crua se impõe. Muito obrigado pela sua presença e pela sua participação.

A todos que estão conosco, que vieram de Brasília, assessores do meu gabinete, assessores do gabinete do Senador Plínio e assessores dos dois Senadores, funcionários, porque, como disse aqui o Senador Styvenson, sem eles não seria possível o nosso trabalho. Então muito obrigado a todos aqueles que vieram conosco de Brasília para nos acompanhar e nos assessorar.

Passo agora, devolvo a palavra e a Presidência para o Senador Plínio Valério. Muito obrigado, Plínio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – De nada, Marcio.

É um prazer compartilhar. Fique aí no meio, vou encerrar daqui mesmo agora, vamos desobedecer um pouco o cerimonial, o cerimonial já mandou muito.

Agradeço a todos vocês, Prefeito, Presidente da Assembleia, Deputados, todos que estiveram aqui, todos os depoimentos. Embora saibamos o que acontece, é importante. O Brasil assistiu aí na TV Senado, está assistindo ainda ao vivo na TV Senado. O mérito que eu tenho foi conseguir a CPI, a partir daí é o Jaime, é o Marcio, é o Styvenson, todos nós.

Muitos falam da coragem e do perigo que a gente atravessa. Eu acho que mais coragem têm aqueles índios Kuripaco, lá em São Gabriel, que enfrentaram nove cachoeiras e levaram quatorze dias para nos abraçar e lamentar. Isso é muito mais coragem do que nós temos aqui. Esse pessoal não é violento de matar, de sequestrar, mas adora destruir reputações, vamos trabalhar em cima disso.

Falar da CPI é desnecessário, vocês todos já deram os motivos, o Marcio. Eu só quero falar da sensação que eu, Plínio Valério, que eu cidadão do Juruá, do Amazonas, conheço tudo isso que eu vi ontem. Já ouvi depoimentos, a gente participa, é igual, o nosso sofrimento é igual, mas alguns depoimentos me chamaram atenção e a sensação terrível, Deputada, que eu levo daqui é uma sensação muito ruim, a sensação de que aquele povo da reserva extrativista, que precisa de permissão para tudo, está pedindo até permissão para viver. Plantar, colher, viver. E o ICMBio, eu tenho falado desde que cheguei, que o Alexandre de Moraes, o Barroso, o Gilmar se julgam semideuses quando mandam prender, acham que podem, acabam podendo, mas o ICMBio está usurpando o poder de Deus, está decidindo pela vida dos extrativistas ali. Que sensação filha da mãe que a gente leva, e é preciso fazer alguma coisa com esse pessoal e urgente, porque a vida quem concede é Deus, e nos concedeu esse direito de já termos vida. Não é esse pessoal que vai ter esse direito, que vai ter que parar, como cidadão, como Senador, seja



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá como for, nós temos que dizer ao mundo e ao Brasil que o ICMBio não pode mais controlar a vida de vocês. *(Palmas.)*

O ICMBio controla no Alto do Rio Negro, no Alto Solimões, aqui. Que poder é dado a essa gente? Quem deu esse poder pra essa gente? Por que eles acham que podem bater na cara de pai de família, botar fuzil na da mãe de família? Não podem! A gente tem que seguir em frente, e vocês disseram isso hoje aqui pra nós.

Eu só rezo e agradeço. Aqueles que quiserem a nossa continuação e que acham que nós somos corajosos que nos coloquem em suas orações; é só do que nós precisamos, o resto a gente vai tentar fazer.

E, ao encerrar, com essa cartilha aqui do ICMBio, é com isso aqui que eles conseguem o que querem – o dinheiro, o poder –, eles concedem todos os direitos aos extrativistas. Aí, no art. 48, ele diz que eles podem, desde que eles aprovem, e nunca vão aprovar. É injusto, é desumano perante Deus, perante Deus! A nossa luta já não é mais nem perante as autoridades. Vamos lá denunciar o ICMBio na quarta-feira, vamos pedir providência, vamos fazer tudo isso, mas a nossa luta é pra restabelecer o direito concedido por Deus de que nós todos somos iguais, e somos iguais.

Pra encerrar, eu vou declarar encerrada a sessão, mas fiquem aí, porque eu quero aproveitar esse momento da TV Senado e colocar o vídeo da Sra. Rosângela.

Eu declaro encerrada essa reunião, mas peço que vocês brasileiros e que vocês brasileiras ouçam esse depoimento e me permitam não o ver mais uma vez, porque é insuportável.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Iniciada às 12 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 23 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dezessete minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Depoimento. Finalidade:** Depoimentos. Oitiva do Graciano Aedzane Pronhopa, Cacique Etnia Xavante, em atendimento ao requerimento 142/2023; do Arnaldo Tsererowe, Cacique Etnia Xavante, em atendimento ao requerimento 143/2023. **Resultado:** Oitivas realizadas. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 144 de 2023** que: "Requer a realização de Diligência Externa - São Félix do Xingu" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/10/24>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia! Bom dia a todos!

Obrigado aos presentes e a quem nos vê pelo YouTube e não sei se pela TV Senado. Bom dia! Obrigado por estarem nos acompanhando.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem por objetivo colher os depoimentos, como convidados, dos Srs. Graciano Aedzani Pronhopa e Arnaldo, caciques da etnia xavante, conforme os Requerimentos nºs 142 e 143, de 2023, aprovados por este Colegiado.

Antes de conduzi-los – já conversei com eles, a gente vai chamá-los daqui a pouco –, vamos apresentar alguns vídeos, como fazemos sempre.

Antes de iniciarmos, informo às senhoras e senhores que estivemos em comitiva – obrigado pela presença, Senador, nosso amigo General Mourão, obrigado Mourão –, informo dessa nossa diligência. Com os Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim e Jaime Bagattoli, nós fomos a Xapuri, visitar a Reserva Extrativista Chico Mendes, comandada pelo ICMBio. E trazemos alguns depoimentos que mostram a realidade daquilo. Primeiro, nós fomos à reserva, vimos – vimos – como funciona e depois ouvimos representantes e moradores dessa reserva. E o que eu disser para vocês ou o que o Marcio for dizer para vocês, nada é mais forte do que o depoimento dos moradores.

A TV Senado transmitiu ao vivo e aqui a gente quer fazer um agradecimento público do trabalho da TV Senado, que nos acompanhou nas transmissões ao vivo e está nos ajudando muito a mostrar a realidade desses brasileiros.

General Mourão, eu vou apresentar os vídeos. Se o senhor quiser falar antes, não tem problema. A gente, aqui, quer ouvir aqueles que podem nos ensinar muito.

Fuzil apontado para uma moradora de joelhos – não temos essa cena, temos só esse relato –; derrubada de pontes que a criança usava para ir à escola – acho que a gente conseguiu uma foto disso –; impedimento de melhorias nas condições de vida; isolamento; falta de oportunidade; e abusos contra moradores. Ouvimos os moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes; denúncias estarrecedoras, que nos colocaram na obrigação moral, ética e do mandato de ir ao Ministério Público Federal denunciar o ICMBio. A ação já está pronta; nós vamos amanhã entregar também ao Ministério do Trabalho e ao Ministério da Educação, porque o que vimos lá vocês vão ouvir aqui nesses relatos.

O vídeo número 1 traz a Sra. Solange, que eu acho que, de todos os depoimentos, foi o que mais nos comoveu, e todos nós ficamos lá... Vocês vão ver, vocês vão ver e ouvir o depoimento da Sra. Solange, uma mãe, uma mãe que mora na reserva extrativista, e vão ver qual é o maior desejo da vida dela, ela vai dizer aí. É o vídeo nº 1, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Esse é o Prefeito, Deputado...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Desnecessário falar alguma coisa. Isso aí, claro, espontâneo, ninguém conversa, ninguém pede, ninguém aconselha, a gente só ouve – só ouve. Nós estávamos, aí, distantes de Brasília 3.324km – 3.324km –, lá em Xapuri e Eptaciolândia, para ouvir esses moradores.

Aí nós fizemos um compacto de seis minutos, mas o que vai para o Ministério Federal tem 15 minutos, Senador Mourão. Nós vamos apresentar, já foi feito o arrazoadado, vou até colocar depois para cada um dos senhores. Não aqui na Comissão, para estudar, para a gente...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Vamos receber? A petição, depois V. Exa. vai mandar?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, sim, eu estou mandando para cada um dos Senadores para ler, para a gente fazer algo como cidadão e como Senador. É demais. E o que mais dói, o que mais choca – e eu estou falando com o Senador Mourão, ele sabe disso, esteve muito tempo na Amazônia – é a esperança que eles depositam na gente. Eles depositam esperança, porque eles veem a nós ali, que chegamos, para socorrê-los, fazermos algo, e a gente sabe que não depende só da gente, mas o papel de fazer... Assim como aquele índio que levou 14 dias para chegar conosco, lá em Pari Cachoeira, a gente vai lembrar sempre dessa mulher. Vocês ouviram qual é o sonho da mulher? E esse país que prega que não fica uma criança fora da escola. Isso patrocinado pelo ICMBio, que tem acordo, que tem convênio com o Governo Federal. E vocês têm também, se me permitirem, não sei se a gente tem aquele, é ruim porque o vídeo fui eu que fiz, de um minuto, onde eu mostro, falando que o ICMBio manda nesse pessoal, mas mostro lá a placa, quem manda no ICMBio, que é WWF. Está lá, assinado lá, quem é que manda no ICMBio.

Então, eu pergunto, vocês que estão aqui, quem estão ouvindo – não pode mais, nós estamos em 2023 –, em 2023, a pessoa não tem direito de ir e vir? Se alguém for picado de cobra ou adoecer, vai sair em rede, vai sair carregado em rede, Mourão e Marcio, como era antigamente nos seringais, em que o coronel não dava o direito de as pessoas terem direito.

Então, nós vamos fazer o que nos cabe. Nós vamos amanhã ao Ministério Público Federal denunciar oficialmente o ICMBio. E, já na próxima terça-feira, quem vai estar aqui é o ICMBio. Já está... Viu, Marcio? A pauta vai ser publicada, quem vem para cá na outra terça-feira será o ICMBio. A gente vai confrontar, vai perguntar, eles vão dizer o que quiserem, a gente vai confrontar com o que vimos em vídeo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos então... Ah, deixa eu mostrar mais um vídeo aqui, onde moradores mostram o problema lá no alto Iriri, no Pará. As famílias, olha só, não têm condições de deslocar os filhos para tomar vacina, que é obrigatória. Olha só esse depoimento... Isso aqui já é outra região, isso aqui é no interior do Pará. É o vídeo nº 3.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso aí é em outro local, mas a Amazônia é toda assim. A Amazônia é toda assim. Normalmente, é onde o Governo abre mão da sua prerrogativa de política pública e passa para as ONGs.

Por fim, só mais um, para mostrar que está havendo uma guerra civil neste país mesmo. Negam, a imprensa esconde. Esse vídeo aqui também é no interior do Pará. É o vídeo nº 2, que está circulando na internet, chamando atenção para a voz de um garoto no final do vídeo. É de estarrecer. É o vídeo nº 2.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vocês ouviram aí o garoto assustado porque a polícia... Ele questiona para a mãe: "Mas a polícia não é boazinha?". Ela dá a desculpa e ele fala: "Tem polícia do mal". Está acontecendo no Brasil. Está acontecendo no Brasil, na Amazônia, e você não tem conhecimento disso, porque a grande imprensa não mostra, nega. Nós, todos nós estamos cumprindo com a nossa missão, que é a de mostrar o outro lado dessa narrativa que amordaça, que escraviza esse pessoal do Governo.

Peço à Secretaria que...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente Plínio, só um comentário...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não, Senador Hamilton Mourão, com a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não sei se esse vídeo aí é daquela região de Ituna-Itatá...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Acho que é de lá, sim.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Acho que é, não é?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Acho que é de lá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Sempre lembrando que Ituna-Itatá era uma gleba do Estado do Pará que a então Governadora Ana Júlia Carepa designou para ocupação por essas pessoas que estão aí hoje e, posteriormente, foi demarcada como terra indígena. Então, é esse conflito.

Por isso que se discutiu aqui, nesta Casa, essa questão do marco temporal, e a Suprema Corte não consegue compreender o alcance da gravidade da decisão que ela andou tomando, e agora o Presidente da República, no projeto que saiu daqui, veta as partes boas e aprova as partes ruins do projeto, porque o projeto tinha partes ruins.

A questão também lá de Xapuri é algo que a gente já acompanhava há algum tempo, e liberdade é um dos bens a que todos nós, seres humanos, temos direito ao nascer. Não é outorga de governo nenhum. O governo não pode cercear a liberdade das pessoas.

Existe regra, aquelas pessoas moram lá há muito tempo, ali nasce esse movimento, vamos dizer, ambientalista dentro do país, naquela figura explorada politicamente do Chico Mendes, mas a gente tem que lembrar que aquilo era um grupo de seringueiros. Como o rapaz colocou ali, quem vai viver do extrativismo, pura e simplesmente, vai morrer de fome.

A gente sabe que uma das grandes formas de desenvolver a Amazônia é por meio da riqueza natural, usando a bioeconomia, só que as grandes empresas, o que fazem? Elas vão lá na Amazônia, coletam o produto, pagam dez centavos, vamos dizer assim, para o coletor do produto e vêm transformar aquilo em valor agregado aqui no centro-sul do país, onde gera o emprego de qualidade. E a nossa turma lá da Amazônia continua a viver como no tempo, como você disse aí, dos coronéis dos seringais.

A gente não pode continuar a ficar tapando o sol com a peneira nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – General, Senador Mourão, é o que o senhor diz. Só para acrescentar aqui – o Marcio também ouviu –, lá é borracha e castanha – se bem que castanha, pra tirar, é uma loucura. O preço deles: eles ganham R\$3 por quilo de seringa – R\$3; tem subsídio do Governo, mas que não chega. Então, eles tiram em média 5kg por dia, R\$15 por dia. E o Presidente da associação disse ao Marcio, ao Jaime, ao Styvenson e a mim: "Senadores, se a gente conseguir autorização pra plantar milho – o mundo precisa de milho, o Brasil todo precisa de milho –, se a gente conseguir 4ha por família – milho –, nós vamos ter uma renda de 5 mil, uma média de 5 mil por mês".

Mas eles não deixam plantar milho; é só seringa e castanha, aquele bem natural. Essa hipocrisia, porque esse pessoal que está ditando norma está onde a essa hora? Está onde? Está na Amazônia, Marcio? Está aqui em Brasília ralando? Está não. Eles estão em congressos em Nova York, Amsterdã, Paris, rindo da nossa cara, de você, brasileiro, rindo de você, brasileiro, que acha que eles estão certos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele pode até rir da gente, mas ele sabe que tem adversário aqui na gente, não é, Mourão? A gente não vai deixar pelo menos de mostrar. É esse pessoal que vive nababescamente, e esse conflito todo, o General Mourão falou aí, ele cria e a pessoa já está dentro. Aí eles criam uma reserva, mas é aquela história: se a pessoa fica dentro, fica escravizada e, quando é expulsa, porque é reserva indígena, vai morar na fronteira, ali colada. Aí ele já não pode mais caçar – fora de reserva indígena –, já não pode mais plantar, já não pode mais vender, não pode mais colher fruto. Aí é um marginal, é um bandido. Aí começa o conflito, essa guerra civil.

Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É o caso também lá do Pará. O Pará é um grande laboratório disso aí. Você pega lá a Floresta Nacional do Jamanxim. Quando ela foi delimitada, já tinha 3 mil famílias vivendo lá dentro. E, aí, como é que faz?

Só tem uma solução: tem que redefinir os limites da reserva, da floresta. Acabou. E aí acerta a vida daquelas famílias. Ou vai botar 3 mil famílias pra fora? O pessoal chegou lá nos anos 70 desbravando aquela região ali de Novo Progresso, Castelo dos Sonhos. Só quem conhece entende o que essas pessoas estão passando.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por isso que a gente foi lá pra mostrar em vídeo pra quem não pôde ir ver essa realidade. Você imagina: eu estou ali a minha vida inteira, foi meu pai, foi o pai do meu pai e, às vezes, até o pai do pai do pai que passa a terra, aí, de repente, chega o Ibama, a Federal com um fuzil "ó, você tem cinco horas pra sair". Você fica sem chão. E eles não obedecem à lei, Marcio, que é dar o lugar. Você pode deslocar, mas tem que dar o lugar, mas eles não dão. O que está acontecendo no Brasil é totalmente distorção.

O Marcio me trouxe aqui um vídeo do nosso amigo, hoje nosso amigo, o mestre Aldo Rebelo. Olha só o que ele diz em sua peregrinação pelo país.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Marcio, o nosso mestre Aldo Rebelo falou duas coisas aí: indiferente ou cúmplice. Indiferente é quando não tem muito conhecimento; e, a partir de agora, do que a gente mostra nesta CPI, se não tomar providência, se não houver um sentimento é de cumplicidade mesmo.

Alguma coisa, Marcio, antes de chamar nosso convidado?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom, quero só cumprimentar a todos, bom dia a todos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

General Mourão, que nos prestigia, é um prazer muito grande tê-lo aqui. Quero agradecer ao Senador Plínio pela criação da CPI, que dá a oportunidade de mostrar ao Brasil, pelo menos a uma parte do Brasil, uma realidade que é diligentemente escondida.

Então, nós fomos... O relatório que a gente vai produzir necessita dessas viagens que estamos fazendo. Primeiro, fomos ao Amazonas ver uma reserva indígena, vamos dizer assim, *in natura*, modelo, o modelo, vamos dizer assim, das ONGs. Então, é uma área indígena, uma terra indígena, uma reserva indígena que não pode viver de outra coisa que não seja caça, pesca e um plantiozinho de uma macaxeira. E vimos lá a dificuldade.

Pudemos ler o relatório, na viagem inteira, do ISA, que é o mentor, a ONG que tutela aquela imensa área, em que ele faz um estudo que custou milhões de reais, e a conclusão acerca das necessidades dos índios daquela reserva quem tem que resolver, segundo o ISA, é o Estado brasileiro. Eles criam reserva, criam um problema e a solução eles mandam que o Estado brasileiro é que tem que resolver.

Fomos agora ao Acre pra mostrar uma outra realidade, a realidade das reservas extrativistas. Primeiro, estão aí os vídeos que o Senador Plínio mostra. Nós pudemos assistir a um homem acostumado a enfrentar bandido, como é o caso do hoje Senador Styvenson, que veio da polícia, acostumado a enfrentar facções criminosas, um homem de 2m de altura. A gente o assistiu chorar no depoimento em Epitaciolândia, porque não há cristão que não se comova com o que vimos, com o que assistimos dentro da reserva e com o que ouvimos nos depoimentos. Se você não se tocar com aquilo é porque não tem coração, tem uma pedra no lugar. Eles se sentem, assim como os índios, enganados, tapeados, abandonados, perseguidos. Imagine, eu não sabia. Eu sou acriano desde dez anos de idade e não sabia como é que uma prefeitura, pra construir uma escola, pra raspar um ramal, precisa pedir licença, autorização. Isso pra mim é... Isso, sim, é trabalho análogo à escravidão, com a participação do Estado brasileiro. Há um ano, a prefeitura pede licença, e essa licença não é concedida.

Nós vimos uma moça – isso chamou a atenção do Styvenson –, 9h da manhã, preparada pra ir pra escola que começa ao meio-dia, porque é essa a realidade de uma reserva, de uma área imensa, de quase 1 milhão de hectares, que não tem estrada pavimentada, não tem linha de ônibus. Então, ela, pra andar até a escola, precisa começar a se preparar e estar preparada às 9h da manhã. Essa é a realidade de uma reserva extrativista.

Aproveitamos que estávamos no Acre pra mostrar outra realidade, que é a ação de ONGs no Brasil inteiro, particularmente na Amazônia, com o poder de políticas públicas para o qual o Ministério Público não foi criado, paralisando obras, como é o caso lá no Acre de vários municípios que precisam ser ligados – são isolados –, e as ONGs entram no Ministério Público Federal e têm o poder de paralisar obras.

Estamos indo agora ao Mato Grosso amanhã pra mostrar uma outra realidade: quando a CPI afirma que, na reserva indígena, o índio se sente enganado porque foi vendida uma ideia de que ele seria dono, e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dono ele não é. E lá aonde nós vamos, a partir de amanhã à noite, vai ser uma prova disso. Eles resolveram transformar menos de 2% da área deles em agronegócio, têm uma atividade econômica que nenhuma outra aldeia tem. O que eles conseguiram, o padrão de vida que eles têm, comparado a outras aldeias *in natura* ou modelo, é incomparável. Eles cresceram economicamente, avançaram e têm um padrão de vida muito melhor, mas têm um monte de multa na Justiça, processo na Justiça contra o fato de que eles estão abrindo menos de 2% da sua reserva. Então, é uma outra realidade a ser mostrada.

E, a partir das falas do Senador Plínio, que desde o começo, Senador Mourão, vem mostrando essa realidade que a gente acaba de ver... Qual é essa realidade? Pessoas como... É impressionante, não é? A monarquia inglesa, britânica, cria a ONG, financia a ONG, um país que não sabe o que é APP, pressiona o Brasil com muitas ONGs financiadas, entre outras, pelo rei da Inglaterra, que pediu para o Presidente da República cuidar da Amazônia... Se tivesse um pinga de vergonha, teria respondido a ele: "Cuida você do seu país, que do nosso cuidamos nós". Esse é o nível de intromissão que me envergonha. Mas esse tipo de gente, o rei da Inglaterra, financia ONGs para criar e para ampliar reservas, abraçando pessoas, milhares de pessoas que não viviam do extrativismo, mas que estavam lá; que não são índios, mas que viviam e que estavam lá. E casos como esses... Quer dizer, a Governadora... E hoje ela não tem a coragem que deveria ter, porque ela deveria se sentir responsável por esse caso, porque o Governo dela cria isso e depois ela se cala, porque a força da ONG com as mídias faz ela se calar, covardemente.

Então, a partir daí, criam-se essas crises, como essa que o Aldo Rebelo acaba de lembrar, transformando, de uma hora para outra, como é o caso da Reserva Chico Mendes, pessoas que estavam lá há gerações. De uma hora para outra, pela força do Estado brasileiro, pressionado por ONGs, de fora para dentro, transformando milhares de pais e mães de família pobres, pobres... Estão lutando pela sobrevivência, que é um direito de quem está vivo. Transformam essas pessoas, de uma hora para outra, em foras da lei.

Então, esse requerimento extrapauta, que eu combinei com o Senador Plínio, hoje pela manhã, conversando, trocando ideia, é para que a CPI vá ao Pará, onde lá... Como disse o Aldo, no sul do Pará, em São Félix do Xingu, para a criação da Usina Belo Monte... Para você criar uma usina, só no Brasil precisa disso. Você tem água para fazer uma hidrelétrica, que é limpa, energia limpa, barata. Ela, sim, é sustentável porque não acaba. Água não acaba. Até hoje tem colegas nossos que acham que acaba, é um bem finito. Não é finito. Você pode sujar, mas ele é infinito, não acaba nunca! Então, ele, sim, é autossustentável.

Para você ampliar a usina, as ONGs, que mandam na Amazônia muito mais que o Estado brasileiro, exigiram a ampliação da reserva. Aí, ao ela ser ampliada, ela pega milhares de pessoas que não tinham nada com isso. Então, essa afirmação do Senador Plínio desde o começo... Nós queremos aprovar o requerimento hoje para ir, logo depois do Mato Grosso, lá nessa área do Pará, para mostrar ao Brasil essa outra faceta: a faceta de milhares de homens e mulheres humildes, pobres, que de uma hora pra outra se tornaram, pelo Estado brasileiro, foras da lei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí a palavra, porque eles são pródigos em inventar palavras – eu até pedi pra meu amigo Antônio escrever – é "desintrusão". De uma hora pra outra, eles que estão lá há três gerações, quatro gerações, são tratados como intrusos. E aí você junta o Estado brasileiro, as forças de repressão do Estado brasileiro para fazer a "desintrusão", que é a expulsão de pais e mães de família que moram na região há décadas.

Então, Sr. Presidente, só aproveitando pra dar esse panorama, cumprimentando o Senador Mauro, porque a partir de amanhã à noite, estaremos lá no querido Mato Grosso, pra mostrar essa outra realidade pra população brasileira.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado pela presença do Mauro, porque foi sugestão dele o convite a essas duas lideranças indígenas.

Por último, só para encerrar de vez, ontem, no Domingão do Huck, alguém... À minha assessoria eu pedi para acompanhar, porque ele estava anunciando previamente uma liderança que falava bem da Fundação Amazônia Sustentável. Então, apareceu uma pessoa lá falando bem, maravilhas da Amazônia Sustentável. Vejam só: ou aquilo a emissora apoia, ou, então, aquilo foi pago. Se foi pago, é caríssimo. E, se não foi pago, só mostra o quanto essa gente não conhece a nossa realidade.

Faltou dizer, naquela matéria, Senador Mourão, por quanto... quanto custou aquilo que ele estava mostrando. Pelo que a gente conhece, conseguiu pegar, são quase R\$500 milhões que a Fundação Amazônia Sustentável já... E agora está com convênio com a Alemanha de R\$78 milhões para placas solares pelas comunidades, quer dizer, tomando, usurpando o direito, a prerrogativa do Governo.

Mas vamos, então, Senador Mauro, que foi quem sugeriu, chamar os nossos convidados que estão lá na sala. Se o senhor quiser uma fala antes, aqui a gente é o mais democrático possível. Aqui a gente precisa...

E o brasileiro e a brasileira precisam ajudar nisso, não é? A gente faz aqui, vai, vê, mostra vídeo; a Globo vem e diz que está tudo bonito, está às mil maravilhas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aqui é a FAS, não é? A FAS, 500 milhões.

O mundo que nós habitamos é um outro mundo, é um outro planeta. A Amazônia que nós conhecemos não é a Amazônia do Leonardo DiCaprio, não. É outra Amazônia.

Peço a Secretaria que conduza os nossos convidados, os Srs. Graciano e Arnaldo, para comporem a mesa conosco.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, a fala. Senador Mauro, pode ir. *(Pausa.)*

É o Arnaldo e o Graciano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, está trocado aqui.

Senador Mauro.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Bom dia, Senador Plínio, Presidente da CPI das ONGs; Senador Marcio Bittar, nosso Relator; Senador General Mourão, aqui do nosso lado.

A nossa intenção, Senador, foi justamente... Em várias audiências, eu, como Secretário da Casa Civil, era responsável por ter o contato direto com as 43 etnias do Estado de Mato Grosso. E teve uma grande coincidência – não é nem coincidência, acho que é providência de Deus –: num final de semana que eu estava em Cuiabá, eu fui procurado pelo Cacique Arnaldo e pelo Cacique Graciano para falar sobre as expectativas com relação à sua etnia, quais são as suas necessidades. E eles me colocaram algumas pautas extremamente importantes que dizem respeito tanto com relação às ONGs, também com relação à produção indígena. E eu conversei com o Senador Marcio Bittar, conversei com o Senador Plínio Valério e sugeri realmente que a gente convocasse, convidasse essas pessoas para vir até a CPI para colocar o seu ponto de vista, as suas necessidades.

A conclusão desses quatro anos que eu passei à frente da Casa Civil e com a responsabilidade de ter contato direto com todas as etnias é que ficou muito claro para mim que cada etnia tem o seu cacique, cada etnia tem a sua lei, tem a sua regra e tem a sua cultura. É muito difícil você encontrar uma pessoa indígena que seja o líder de todas as etnias. Cada etnia fala por si.

Eu, no início, ali na Casa Civil, com muito pouca experiência, eu até nomeei como superintendente da área indígena as pessoas que estavam responsáveis na época pela Fepoint, pela federação. Eu acreditava ali, naquele momento, que eu, falando com a federação, estava falando com todas as etnias do Estado do Mato Grosso. Eu estava 100% equivocado, General Morão.

Cada etnia tem a sua forma de conduzir o seu povo, cada etnia tem a sua cultura, e, para que a gente tivesse uma convivência pacífica com todas as etnias, no Estado do Mato Grosso, o primeiro entendimento é respeitar a cultura de cada etnia. Respeitando o que cada etnia realmente pensa, o que ela quer para o seu povo, a sua convivência passa a ser muito pacífica, uma convivência que traz o benefício para todas essas etnias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E foi o que nós fizemos. Deixamos de conversar com a federação e fomos conversar com cada etnia individualmente, sabendo, conhecendo a sua cultura, conhecendo as suas necessidades e, a partir daí, o Governador Mauro Mendes e a nossa Primeira-Dama, Virginia Mendes, que diga-se de passagem, foi a Primeira-Dama que mais... Ela visitou todas as etnias no Estado do Mato Grosso. Não existiu isso com nenhuma Primeira-Dama do Estado do Mato Grosso. Ela tem um carinho muito grande e visita todas essas etnias, realmente, levando assistência social, levando a sua presença, o seu carinho, o seu amor para esse povo que tem tanta necessidade do apoio público.

Então, eu fico muito feliz de estar aqui hoje recebendo o Cacique Arnaldo, o Cacique Graciano, para que coloquem um pouco, para todos nós aqui, a experiência deles, o que eles pensam, o que eles acham e de qual o apoio público que eles necessitam para continuar sobrevivendo com saúde, com educação, tendo mobilidade para que realmente ele cumpra o papel dele como cacique dentro da sua etnia.

É só Presidente. Muito obrigado pela consideração, por ter aceitado o meu requerimento e por ter convidado os dois caciques para estarem aqui hoje presentes.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Mauro. Obrigado pela dica, que vai ser muito útil para nós aqui.

Com a palavra, Arnaldo Tsererowe, que é a etnia.

Fique à vontade, a gente não vai estipular o tempo, mas, apesar do tempo que terão nas respostas, poderão falar o que quiser. Vocês estão na sua casa.

Obrigado por ter aceito o convite.

O SR. ARNALDO TSEREROWE (Para expor.) – *Rowaiawê roptededewa wanori*.

Quero primeiramente traduzir a minha fala como da etnia Xavante do Estado de Mato Grosso. Estou cumprimentando os Srs. Senadores da Comissão, o Sr. Presidente da Comissão, Senador Plínio Valério, o Sr. Relator, Senador Marcio Bittar, todos presentes aqui, jornalistas e demais Senadores.

Eu quero dizer, com muita preocupação, Sr. Presidente e Sr. Relator, que nós, os povos indígenas, nós respeitamos cada etnia que pode procurar o apoio da bancada. Nós respeitamos. Essa é a nossa tradição, do povo xavante.

Nós, do Mato Grosso, do povo xavante – são 43 etnias do Estado de Mato Grosso –, nós precisamos do apoio desta Comissão, nós precisamos que façam acontecer a roça mecanizada para o nosso povo trabalhar, para tirar a escassez das nossas crianças e do nosso povo. Isso é fato, Srs. Senadores.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A situação do nosso povo está muito difícil, porque não existe projeto da nossa instituição, a Fundação Nacional do Índio. Ela não está presente para apresentar o plano de trabalho, para a gente chegar a um acordo com o plano de trabalho para a gente trabalhar. O nosso povo está interessado em trabalhar. Nós queremos produzir.

Então, a gente vem trazer esse verdadeiro apelo como liderança xavante.

Então, eu quero dizer aos Srs. Senadores que há ONGs que vêm dizer que estão levando o benefício para as nossas aldeias; isso é tudo mentira, porque a gente sente de ver a nossa comunidade passando necessidade e as nossas crianças. Onde que está aplicando essa verba? Porque não existe... Será que, para ONG, não existe a responsabilidade fiscal para apurar se está aplicando esse recurso em prol da sociedade indígena brasileira?

Com tudo isso, há alguns que não têm acesso, que não têm o diálogo com a instituição. É muito necessário para alguns, nós indígenas... Então, Srs. Senadores, nós queremos o apoio, nós queremos trabalhar, nós queremos, o nosso povo e algumas etnias a quem interessa trabalhar e produzir para tirar a necessidade do nosso povo, principalmente das crianças.

Então, a gente vem buscar o apoio e dizer para os senhores da Comissão que busquem o apoio para as aldeias. É muito fácil para os senhores buscar o entendimento com a nossa Fundação Nacional do Índio para ir para as nossas aldeias para ver a situação, como o nosso povo sobrevive. É muito triste! Isso é fato, esse é o verdadeiro apelo que a gente vem colocar para os senhores.

Então, eu quero finalizar e agradecer aos Srs. Senadores. Ajudem os povos indígenas deste país, porque a gente ouve através da nossa Fundação Nacional do Índio que não tem orçamento, que tem pouco orçamento. Então, é muito difícil para o nosso povo.

Então, agradeço aos Srs. Senadores, ao Presidente da Comissão e ao Relator. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado. Muito bem, Arnaldo.

Eu pergunto ao Senador Jayme, Mauro, Mourão, Chico Rodrigues e Relator, porque o próximo depoimento – eles vão voltar a falar quando quiserem, mas o próximo – parece que já é uma situação mais... A gente começa a perguntar agora a eles, começa a perguntar agora, ou espera o outro? Vocês decidem.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Se me permite, Senador Plínio, Senador Marcio, o Arnaldo é velho conhecido nosso – e aqui está o Graciano, lá da etnia xavante, da região do Araguaia –, quero só fazer uma pergunta para o Sr. Arnaldo, direto, para ser bem rápido, para o bom andamento da Comissão.

Quantos hectares vocês têm lá na Xavante, ou seja, na reserva indígena? Qual o tamanho da área?

O SR. ARNALDO TSEREROWE (Para expor.) – A nossa área na Terra Indígena Parabubure, no Município de Campinápolis, é de 224 mil hectares, já demarcada.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Bem, quero só fazer um bate-bola rápido aqui... Só quero dizer aos senhores e às senhoras que estão acompanhando esta importante audiência aqui, sobretudo, liderada pelo Presidente Plínio, em relação à CPI das ONGs, que os senhores viram aqui o testemunho – como foi dito a V. Exa. lá atrás, quando eu participei da audiência aqui – do Cacique Arnaldo, que tem o respeito e a admiração de todos nós mato-grossenses pelo trabalho exitoso que faz à frente dessa comunidade indígena, lá na região de Campinápolis. Conheço, já fui Governador, por várias vezes estive lá, sempre apoiei os povos indígenas.

Para o Brasil ficar sabendo, para o mundo ficar sabendo o que o índio brasileiro quer de fato e de direito: quer a oportunidade. Aqui está claro, evidente. E não é só essa... Eu disse lá atrás, lá na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que, se precisasse trazer dez caciques como o Arnaldo aqui, eu traria 10, 15, 20. É o que eles querem. Eles não querem é ser usados, como estão sendo usados, como se fossem massa de manobra. O índio quer oportunidade, ele quer saúde, ele quer educação. É gente igual a nós aqui, quer se alimentar bem, quer celular, quer caminhonete, enfim, tudo de bom que o cidadão branco tem o índio quer ter. Essa é a realidade.

Eu estou muito satisfeito de ouvir aqui de viva voz. E o Brasil todo, o mundo todo está ouvindo aqui isso que ele está falando. Ele quer chance, ele não quer ser usado pelas pseudo-ONGs, por aqueles que falam que são os defensores dos povos indígenas e não defendem povo indígena; só tiram proveito de ordem pessoal.

Portanto, essa é a minha pequena manifestação.

Quero saudar o Arnaldo aqui, velho amigo, e o Graciano também, que já nos conhecemos de muitos anos. Seja bem-vindo aqui, Arnaldo! Sua presença, com certeza, enche muito de orgulho todos nós Senadores e certamente o povo brasileiro, que quer ouvir a verdade daqueles que representam verdadeiramente os povos indígenas deste país.

Obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jayme Campos, ao senhor, que foi um dos primeiros a assinar o pedido de CPI das ONGs e continua firme conosco aqui.

Senador Chico Rodrigues, que é componente da CPI, nosso amigo e companheiro de Roraima.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Meu caro Presidente Plínio Valério, meu caro e querido Relator Marcio Bittar, eu ouvi uma pergunta que foi feita pelo Senador Jayme Campos ao tuxaua, ao índio xavante Arnaldo, e presente também está o Graciano, também da etnia xavante, e ele falou, na verdade, qual a área que comporta a etnia xavante, em torno de 224 mil hectares. Pois bem... E demarcada.

A Funai, as ONGs e os interessados em ocupar parte da riqueza do Brasil, na verdade, não compreendem a área do meu estado, o Estado de Roraima... A área Raposa Serra do Sol, demarcada, é de 1,5 milhão de hectares. A área dos índios ianomâmis é de 9,5 milhões de hectares. Repetindo: a área Raposa Serra do Sol tem 1,5 milhão de hectares, e a área dos ianomâmis... Obviamente, uma etnia mais antiga, com os costumes, etc., mais primitivos, como eu chamo, e alguns criticaram, mas é pela sua história, pela sua origem, pelo que representam para o Brasil.

As comunidades indígenas merecem total respeito pelo que representam para o Brasil, mas mereciam muito mais, se, na verdade, nós tivéssemos a presença do Estado brasileiro, e, aí, vão os governos, se olharmos pelo retrovisor, todos, para que as comunidades indígenas possam desenvolver as suas habilidades e possam desenvolver essas comunidades de uma forma eficiente, produtiva e sem mendigar nada do Estado brasileiro.

Então, minha gente, eu estou fazendo apenas essas duas observações, em relação às dimensões, porque, na verdade, é como se, na verdade, o marco temporal viesse... Só com o marco temporal, viesse resolver, definitivamente, a questão dos indígenas, e não tem nada a ver marco temporal com oportunizar às comunidades indígenas, que são em torno de 1 milhão de indígenas que nós já temos aqui no nosso país, para que eles possam não chegar aqui, a uma plenária como esta, com a presença do tuxaua Arnaldo, da etnia xavante, mas de qualquer outro que venha a sentar aqui, porque eles querem é se desenvolver.

E, conhecendo, de uma forma muito detalhada, a existência, a vida, as necessidades e as demandas das comunidades indígenas, eu, que tenho uma oportunidade de já estar no meu nono mandato – fui, inclusive, Governador do estado também –, eu, como Senador da República, vendo essa necessidade, eu tenho entregue muitos equipamentos para atender às comunidades macuxis, uapixanas, uaiuai, os taurepangues, porque eu entendo que eles precisam sim... O que o Arnaldo está reivindicando é exatamente do que eles precisam para incorporar no seu processo produtivo.

Agora mesmo, a partir do início de novembro, já adquiridos nos depósitos da Secretaria do Índio, lá no nosso estado, eu vou começar a entregar 45 microtratores – 45 microtratores – para que eles possam



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer suas roças, para que eles possam fazer a sua roça, para que possam fazer o transporte da maniva, da macaxeira, da farinha, da palha, etc., etc.

Já entreguei cinco caminhões, através das minhas emendas parlamentares, para que eles possam desenvolver o seu trabalho sem precisar estar mendigando de secretaria, de produtor rural, de ninguém para o seu trabalho. E ainda, no mês de novembro também, estarei entregando mais cinco tratores, mais cinco tratores agrícolas grandes, de 90HP, com arado, com carreta, com grade... Porque, como eles dizem: "Nós trabalhamos e operamos igual o branco, só não temos equipamento".

E a Funai... Na emenda deste ano, de 2023 para 2024, eu estou incluindo um monte de tralha que nem isso a Funai entrega para eles. Terçado, pulverizador, pequeno pulverizador, machado... Eu só não vou comprar motosserra porque senão vão dizer que eu estou mandando devastar a Amazônia, os índios devastarem a Amazônia. Mas eles precisam para fazer uma cerca, para fazer uma casa, para fazer um curral, para fazer atividade pequena do cotidiano.

Então, veja, quando, Presidente Plínio Valério, nós vemos uma manifestação de uma pessoa que tem absoluta credibilidade, que nem o Sr. Arnaldo, contra fatos não existem argumentos. É tão claro como uma janela sem vidros. Ele está aqui mostrando a realidade fática dele, de uma etnia conhecidíssima no Brasil e no mundo, que são os xavantes.

Então, cada vez mais, com essas declarações, enriquece mais o seu relatório, a sua tese, na sua obstinação insistente de implantar a CPI das ONGs, que não é para prejudicar ninguém, eu tenho absoluta certeza. O que a V. Exa. quer é abrir esse livro negro para o Brasil e entregar para as autoridades, que eventualmente deverão, no meu entendimento, na minha compreensão, deverão realmente fazer bom uso de todas essas informações que chegam em tempo real para melhorar, inclusive, enriquecer o relatório final da CPI das ONGs.

Então, quero parabenizar o Tsererowe pela clareza, pela veemência e, acima de tudo, porque ele é que sente na pele com a sua comunidade a ausência desses equipamentos que possam, na verdade, ajudar a produzir a farinha, a mandioca, o feijão, o milho, o arroz, etc., etc., e não viverem recebendo do Governo cesta básica, como é o caso de hoje.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Antes de passar para o Senador Mauro, uma observação do nosso Relator, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Senador, só uma observação. Já falei para o Senador Plínio, estou aqui com uma série de perguntas. Nós



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos aos colegas, principalmente do Mato Grosso, todos vocês que foram conosco lá, o Styvenson e tal, fazer as perguntas... Se dessas com que estou aqui faltar alguma, aí no final eu pergunto.

Eu só queria fazer uma observação para passar a palavra para o Senador Mauro, que solicitou não só essa vinda, como a ida ao Mato Grosso – eu agradeço muito por isso –, só para incorporar na pergunta ou na observação que o Senador Mauro vai fazer.

Eu tenho dito muito assim, por exemplo, o Senador Chico Rodrigues menciona o tamanho das reservas. Para que o senhor possa incorporar, quando for responder ao Mauro, eu venho dizendo que não adianta muito, claro que suaviza.

Cada um de nós pode fazer uma emenda, como o Senador Chico, como o Senador Plínio já tem feito, tem demonstrado. O problema é que, se você não pode fazer as estradas, você suaviza a dor, você leva o maquinário e tal, só que aquilo vai ser permanente. A palavra que tanto as ONGs gostam, que é autossustentável... Se você não criar, não libertar, dando ao índio – aí me corrijam se eu estiver errado –, dando ao índio o direito sobre a terra, se ele quiser explorar, ele poder explorar... Nós temos dito na CPI que os índios dizem que foram enganados. Na criação das reservas indígenas tinha, na sua ideia, que ele seria o dono. Na prática, nos parece que isso não acontece. Você quer abrir, não pode; você quer tirar o produto lá de baixo, não pode, e não tem a infraestrutura. Então, através de uma emenda, você consegue o maquinário, por exemplo, só que a infraestrutura não existe. Então, esse maquinário ajuda por um ano, dois, três, até que ele vai acabar e você vai depender de uma outra emenda, porque ele não é autossustentável. Como é que uma reserva ianomâmi, por exemplo, que é do tamanho de Portugal, ou maior do que Portugal, não tem uma estrada? Não tem uma estrada. Quer dizer, é maior do que um país que tem o PIB *per capita* quase o triplo do Brasil, mas não tem uma estrada. E as ONGs, a gente pega os relatórios das ONGs, elas sempre gastam 70%, 80% em curso, viagem com os funcionários. E que curso é esse que você pode dar para uma região que não pode explorar? Vai ensinar alguém de uma reserva extrativista ou de uma reserva indígena um determinado ofício, e a pessoa vai exercer esse ofício? De que jeito? Ele vai produzir o quê? Para tirar de que jeito? Se eu estou falando de áreas que são do tamanho de países da Europa e que não têm uma estrada.

Então, só para que o cacique possa incorporar essa observação. Eu vou passar a palavra para os Senadores que aqui estão. Se faltar alguma coisa do que está escrito aqui, eu pergunto ao final.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Mauro.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Bom, Presidente Plínio, só uma informação, Senador Chico: nós vamos, na quinta-feira, visitar a Reserva Parecis, na cidade de Campo Novo do Parecis. É uma reserva de 1,2 milhão de hectares.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos conhecer ali uma produção de 20 mil hectares onde estão sendo produzidos soja e milho. Isso representa 1,6% do total da reserva. Então, nós vamos conhecer qual era a dificuldade do povo parecis, como eles iniciaram a produção, de que forma que eles montaram depois as cooperativas, os seus laboratórios e como está a vida dessa etnia hoje. Então, quinta-feira, nós vamos passar uma manhã na etnia parecis, conhecendo realmente a produção desse povo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não. Aí... As surpresas nós vamos ter lá na hora, o problema da comercialização, o problema de multa, o problema de crédito... Então, a dificuldade. Porque como é que essas pessoas conseguem crédito para produzir, não é? Então, não é tão simples assim. Essa surpresa nós vamos ter lá na hora... Como eles conseguiram superar todas as dificuldades?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não tinha... Não sei... Na época, não sei... *(Risos.)*

Porque como que comercializa esse produto de terra indígena? Porque a produção está sendo feita

Porque a produção está sendo feita em cima de uma reserva indígena. Como é que você comercializa essa soja? Como é que você comercializa esse milho? Como é que você consegue crédito para plantação, para comprar fertilizante, para comprar uma série de insumos que você precisa para a produção? Então, todas essas dificuldades – o Senador Jaime Bagattoli chegando aqui também agora – nós vamos conhecer *in loco* nessa visita que nós vamos fazer na quinta-feira.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Senador Mauro, na minha humilde opinião, já que eles usam menos de 2%, preservando 98%, devia valer o triplo, não é? A Europa...

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – No mínimo, não é? Para pagar muito pelo selo, não é? Mas, pelo contrário, eles têm uma dificuldade muito grande. Aí nós teremos a oportunidade de conhecer as cooperativas e realmente vocês vão ver a organização dessas pessoas. E eles têm até um fato interessante, porque o pareci, quando saía na cidade de Campo Novo, conforme os índios iam dando no comércio, o comércio ia fechando as portas, com medo de saque ou coisa parecida. Hoje é o contrário. A hora que os índios parecis estão no comércio de Campo Novo, o comércio todo vem para cá, "vem me visitar", "vem fazer suas compras aqui comigo".

Mas, Cacique Arnaldo, eu tenho algumas dúvidas e eu gostaria que o senhor as esclarecesse aqui. Primeiro, quais são as ONGs que atuam junto à etnia xavante? E essas ONGs fizeram algum tipo de investimento, algum tipo de infraestrutura nesses últimos cinco, dez anos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARNALDO TSEREROWE (Para expor.) – Na nossa área, Terra Indígena Parabubure, nós não temos as ONGs. Nós não pactuamos. Então, graças ao nosso Governo do Estado de Mato Grosso, que vem dando o apoio para todas as etnias que habitam no Estado de Mato Grosso.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Entendi.

Como está a saúde das crianças da etnia xavante?

O SR. ARNALDO TSEREROWE – A saúde do nosso povo... aumentou a mortalidade. Isso é muito triste.

Quando a criança é consultada no hospital, tem a casa de saúde que acomoda os pacientes. Quando é consultada, o médico passa a receita para a mãe ou para o pai e leva para a Casai, Casa de Saúde. Ela tem a equipe de saúde que pode medicar. Mas, quando leva a receita da criança, não é bem atendido, falta medicação. Então, a própria mãe ou o próprio pai tira o dinheiro para comprar particular na drogaria. Então, é muito triste.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Qual o tipo de mobilidade que vocês têm dentro da etnia e como vocês se locomovem dentro da reserva de vocês? Como vocês se deslocam para Campinópolis? Como vocês se deslocam para Cuiabá? Qual a infraestrutura logística que vocês têm e quais os equipamentos que você tem? Você tem carro, caminhonete, caminhão? Como é que vocês se locomovem? Uma criança ficou doente, tem que levar essa criança para Campinópolis, no hospital, como é que você transfere essa criança? Que tipo de estrutura você tem de apoio dentro da sua etnia?

O SR. ARNALDO TSEREROWE – A estrutura... Dentro da nossa área, existe posto de saúde, que é construído através da. Então, tem viatura que dá suporte, que dá assistência. Então, às vezes, tem várias aldeias: quando a criança adoece, o carro leva para o município para tratamento. Então, na outra aldeia, fica doente e não tem carro. Então, fica com aquela dificuldade.

Então, tem a comunicação pela internet para avisar onde está o carro, que a criança adoeceu. Aí, fica sabendo e o carro volta imediatamente para dar suporte, para trazer para o município.

É assim que a gente...

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ou seja, você não tem carro próprio na sua etnia.

O SR. ARNALDO TSEREROWE – Não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Você depende de outras pessoas, de outras instituições para ter a mobilidade de que vocês precisam, seja na área de educação, seja na área de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Mauro, Senador Mauro, é porque o Graciano... Eu tenho a impressão de que essas perguntas podem ser respondidas pelos dois ao mesmo tempo, porque eu tenho medo de esvaziar...

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Mas eu acho que o... Ah, bom...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu tenho medo de esvaziar depois do que ele vai apresentar...

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Vamos escutar o Graciano.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... e a resposta dele responder a mesma coisa.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está bom?

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente vai trazer o Graciano, ele expõe e depois cada um responde da sua etnia.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Combinado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Combinado, então?

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra o nosso convidado Graciano Aedzane.

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA (Para expor.) – Boa tarde a todos os nossos Senadores do Estado de Mato Grosso e também de outro estado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o Presidente da Comissão e o Relator também.

Primeiramente, eu sou da Terra Indígena Sangradouro, Município de Poxoréu.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA – Poxoréu.

Então, com a minha visão, no fundo, sempre estou olhando tudo juntamente com o povo. O povo grita e trabalha na Terra Indígena Sangradouro, mas foi antigamente, os nossos pais já começaram a trabalhar roça mecanizada na nossa área. Foi muito tempo, foi muito tempo: 1979 até agora, 2023. Começamos, lutamos para trabalhar dentro das nossas áreas indígenas de Sangradouro.

O que aconteceu hoje? Todas as ONGs gritam e falam, mas a ONG não leva a resultado dentro das aldeias. As ONGs são pura mentira. Tem que fiscalizar o projeto deles, porque é a maior ladra do Brasil. Ianomâmi está muito sofrido, ianomâmi está morrendo. E a ONG já foi lá, a ONG já levou recurso, a ONG já levou medicamento, a ONG levou também alimentação? Essas ONGs estão matando os indígenas dentro dos estados do Brasil. Só falam que os indígenas estão vivendo bem, nós não estamos vivendo bem, não. E também o xavante daqui, do Estado de Mato Grosso, está o matando a diabetes. O indígena do xavante está acabando. As ONGs vieram pra cá, falaram, mandaram projeto para o Governo Federal – o Governo Federal – dar pra ela dinheiro, mas não levam. Está vivendo com a família.

Por que estou dizendo isso aí? Hoje, pra minha surpresa, deu pra mim o grande, os grandes Senadores nossos do Estado de Mato Grosso... E fiquei muito contentíssimo de falar aqui à frente dos nossos plenários.

E também tem que apurar com as ONGs, porque as ONGs só fazem manifestação aqui em Brasília, só fazem manifestação na rua, e nas aldeias, não. Para as aldeias não levam como cuidar dos povos indígenas. Isso aí estou dizendo na frente aqui, claramente, com a minha voz, a voz do povo, que eu trouxe pra cá, pra me ouvir, a voz do povo xavante, da Terra Indígena Sangradouro, Município de Poxoréu.

Então, eu fiz um ofício que eu vou ler aqui na frente.

Aumente.

Terra Indígena - Sangradouro [...].

Senado Federal, dia 24 de outubro de 2023.

CPI das ONG'S

O Povo Indígena do Estado de Mato Grosso.

Nós Lideranças Indígena Xavante manifestamo-nos nesta CPI sobre as ONGS nacionais e internacionais eu vem sempre posicionando aos povos indígenas do Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os recursos estrangeiros são destinados as ONG'S brasileiros para ajuda e que não chega nas contas para em benefícios das aldeias indígenas, e nunca recebem um apoio das ONG'S brasileiros que recebem milhões de recursos para saúde, educação, produção de alimentos, defesa do meio ambiente e ainda fala que ajuda chega nas aldeias, isto é, pura mentira e ganham em nome dos [povos] indígenas. E por isso pretendemos produzir usando nossas terras para a nossa sobrevivência e segurança alimentar. O governo brasileiro deve dar a liberdade de os indígenas desenvolverem em seus territórios para terem o bem estar e uma vida digna acompanhando o desenvolvimento sem deixar as tradições, cultura, o modo de viver preservando nossas vidas e acompanhar desenvolvimento, o Brasil teve um grito de liberdade, mas o Brasil e o governo não deixaram a liberdade para os povos do Brasil. Precisamos trabalhar, desenvolver, acompanhar a modernidade e não ficar na mendicância e recebendo cestas básica, precisamos usa-las nossas terras e nosso territórios Indígenas. As ONG'S usam muito os povos indígenas, desviando cada vez mais recursos para outro fim ou em seus benefícios particulares. E preciso investigar nesta CPI todos as ONG'S que recebem recurso do governo federal e internacionais que manipulam, líderes e caciques usando como peça de manobra adquirindo recurso em nome da comunidade com falsidade ideológica assim deixamos a nossa manifestações e repudio contra as ONG'S e assino Cacique.

Cacique Ultimo Guerreiro

Graciano [Aedzane] [...] [da Terra Indígena Sangradouro]

Líder Cacique Arnaldo [...] [da Terra Parabubure, Município de Poxoréu]

Esse aí com a voz do povo, a voz do povo da Terra Indígena Sangradouro e Terra Indígena Parabubure. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu creio que assim a gente pode dar mais dinamismo, não é? Quando fizer a pergunta...

Jaime Bagattoli, nosso companheiro de Xapuri, de Epitaciolândia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, que nos revelou bastidores famosos, nosso Vice-Presidente.

Vamos então... A gente... Aquelas perguntas que o Senador Mauro estava fazendo, eu acho que normalmente cabe aos dois, não é? Cada um responde na sua etnia. Você estava... Não, você estava com a palavra. Eu devolvo a palavra ao Senador Mauro e em seguida passo ao Senador Styvenson e Jaime.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Jaime pode falar primeiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Bom, para o Cacique Arnaldo e o Cacique Graciano: eu queria saber qual a visão deles com relação ao marco temporal, que foi aprovado pelo Senado Federal e teve, logicamente, alguns vetos pelo Presidente da República. Eu gostaria de saber a visão da etnia xavante com relação a esse projeto de lei que trata do marco temporal das terras indígenas.

O SR. ARNALDO TSEREROWE (Para expor.) – Srs. Senadores, Srs. Presidente, Sr. Relator e demais jornalistas...

Cumprimento a Senadora, que acabou de chegar, Damares.

A nossa avaliação, a minha avaliação, como líder, a respeito do marco temporal: a gente estava acompanhando a aprovação da Câmara e do Senado em favor dos povos indígenas, em favor de autonomia para que nós pudéssemos trabalhar dentro do nosso território. Espero que, Srs. Senadores, Srs. Deputados, analisem. Eu como liderança, a gente preocupa com o conflito. Se tiver orçamento, dando exemplo, acontecer a demarcação, a área de estudo, se nesse projeto que foi vetado se deu atribuição pra município, pra o estado, o que vai acontecer?

É tanta burocracia, é tanto engano com esse projeto, que a gente vem acompanhando há muitos anos. Então, eu espero que os Srs. Senadores, que têm consciência com a sobrevivência, com os povos indígenas desse país, que a gente espera e a gente acompanha essa derrubada do veto do Sr. Presidente da República, que vetou, que não respeitou o voto que representa o nosso país, que não respeita o voto do nosso Senador, que é sagrado.

Então, esta é a minha avaliação, Srs. Senadores, senhores jornalistas: precisamos sobreviver em harmonia neste país, sem conflito, sem a morte. Isso que importa para o nosso país.

Então, a gente pede o apoio aos Srs. Senadores e Srs. Deputados. E quero parabenizar e agradecer ao Sr. Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e ao Sr. Presidente da Câmara, Arthur Lira.

Pautem com coragem, votem com coragem!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Graciano.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu queria só dar uma palha nessa questão do marco temporal.

Eu acho que a pergunta, como eu falei, já eliminou aqui uma minha. Gostei muito de ouvir o que o Cacique Arnaldo acaba de dizer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ter certeza, pelo que eu converso aqui todo dia com o Senador Plínio, pelo que eu converso com os nossos outros colegas, que uma das sugestões que, com certeza absoluta, estará no nosso relatório... Nós vamos apresentar um pacote legislativo. E, com certeza, constará nele consertar a legislação para dar ao índio o direito, em querendo, de explorar seus recursos naturais, tanto do subsolo quanto do solo.

Me parece... Aí apenas não é uma pergunta, mas uma contribuição. E a resposta do Cacique Arnaldo já meio que deixa já quase que respondido, porque o problema é que, quando as ONGs se concentram no fim do marco temporal, fica parecendo que o problema dos índios no Brasil é mais terra, quando não é. Me parece que o problema não é ter mais terra. E aí o foco muda. É como "se tiver mais terra, vai resolver". Me parece que o foco é o que fazer com as terras que já foram concedidas, e cujo problema persiste. Você concedeu 14% do território nacional em áreas indígenas, e você vai lá dentro e escuta todos os relatos que nós estamos escutando desde que foi instalada a CPI: estão pobres, beirando a miséria; querem produzir, não podem; querem tirar do subsolo o minério, não podem; querem plantar, não podem – nós vamos lá amanhã, na quinta-feira, para verificar isso –, quer dizer, estão tutelados. Então, o problema é a tutela daqueles que dizem algo e fazem o oposto, quer dizer, são homens brancos nas ONGs, comandados por organismos internacionais, que teimam em dizer: "Você quer plantar? Não pode, não deixa. Você quer tirar o minério? Eu não permito. Você quer tirar o nióbio? Eu não aceito. Você quer fazer uma estrada? Não pode, porque vai...", quer dizer, é uma tutela no século XXI.

Então, me parece que quando eles insistem em acabar com o marco temporal, aí o foco muda. A energia que eu acho que nós temos que concentrar é sobre o que fazer com as terras que foram concedidas – porque foram concedidas, e a situação das aldeias indígenas, assim como das reservas extrativistas, é de pobreza e de miséria. São pessoas que querem plantar, que querem produzir, que querem tirar riqueza e não podem. Esse é o foco.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu acho pertinente ouvir a opinião do Graciano sobre o marco temporal.

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA (Para expor.) – Bom, com o marco temporal eu sou a favor. Na minha terra indígena Sangradouro, tudo favorável. Mas quem não quer... Nós queremos trabalhar, nós queremos produzir, nós queremos ajudar o Brasil. Essa aí é importante. Essa aí é o bom caminho.

Agora, as ideias das ONGs, as ideias das ONGs são só para falar, trazer aqui para o Governo Federal, pedir dinheiro para ajudar os povos indígenas. Não ajudam. Por isso, dentro da minha terra, da região de Sangradouro, Município de Poxoréu, tudo é favorável.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marco temporal para nós é melhor. É liberdade para nós agora. Não é para o século passado. Todas as ideias novas. Vamos construir, vamos lutar de novo. Tem que lutar mais ainda juntamente conosco. Os caciques, todos de lá, na minha terra, estão lutando bastante. Por quê? A favor em tudo.

Agora, quem não trabalha dentro das áreas indígenas, pode deixar, é dele, não é? Nós somos cada terra indígena. Cada terra indígena. A outra também: é dele, é dele, em Campinápolis e também em Alto Boa Vista. Os xavantes são todos do Vale do Araguaia. São todos do Vale do Araguaia. Nós somos vizinhos de Primavera do Leste. Queremos ir trabalhar para sustentar e alimentar as crianças. Por quê? Não, não, queremos parar de pedir, queremos o recurso na bolsa, queremos para viver bem.

Marco temporal, para nós, na minha região, é tudo favorável – tudo favorável. Agora que vieram para cá, para Brasília, fazer a manifestação, essa aí é a ideia das ONGs. As ONGs vão para lá, vão para outras aldeias. Só falam de mentira. Não se pode acreditar nas ONGs. Tem que nos consultar, aqui o Deputado, os Senadores ou quem vai para lá na minha aldeia tem que perguntar para nós. Não é daqui, ONG que vem aqui para Brasília. A ONG tem que fazer parar com a...

Aqui as ONGs, todos estão para investigar, fazer, quem quer fazer... investigado. As ONGs que estão usando muito dos indígenas são ISA, CTI, Intertribal, Apib, Vídeo nas Aldeias e Associação Warã. Estes são os maiores, que não levam projetos para as aldeias. A Vídeo nas Aldeias filma, dizem levar projetos na Noruega, mas até agora nunca chegou. Também o CTI, o CTI está aqui, a sede de Brasília e de São Paulo. Vamos lutar com isso aí. Fiscalizar. Você tem autonomia, você tem poder. Tem que ir atrás com isso.

Era só isso que a minha visão trouxe, com a voz do povo da Terra Indígena Sangradouro.

Muito obrigado pela atenção, nossos companheiros...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Você não vai embora agora, não. Vai ter mais. Está bom, Graciano? Não se despeça agora, não.

O que Graciano está falando aí, é bom uma explicação aos brasileiros e brasileiras. Desde o começo, nós tivemos que fazer a escolha de Sofia. A gente teve que resolver o que era mais importante para nós, porque são muitas ONGs, são milhares de ONGs, e não dá tempo para investigar todas. A gente enveredou, o Relator, por um caminho daquelas ONGs ambientalistas – ele acaba de citar que são todas. E dessas que ele citou, só tem uma que a gente está investigando, que é o ISA. A gente vai tentar. Nós pedimos a prorrogação, foi concedida a prorrogação e a gente tem que enveredar. A gente não pode abarcar tudo ao mesmo tempo, porque não vai chegar aonde quer.

Claro que o número nem se aproxima do que a gente gostaria, mas esses nomes que ele citou aparecem sempre. Sempre eles aparecem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela ordem aqui nós temos o Styvenson, o Jaime, mas a Senadora Damares, Jaime, é a segunda vez que ela vem conosco, agradecemos a presença dela, não é membro da CPI, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, é membra. Que bom que foi agora. Que bom, legal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, a palavra com a senhora, então.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, obrigada. Eu acabei de ser indicada hoje pelo meu partido para estar aqui como membro e quero ajudar muito.

Lamento não ter ouvido o grande Cacique Arnaldo, o grande Cacique Graciano, mas eu só queria chamar a atenção para uma coisa, Presidente. Cacique Arnaldo, quantos anos têm os xavantes de contato já? Cem?

O SR. ARNALDO TSEREROWE (Para expor.) – Acho que 40, 40 anos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, acho que é um pouquinho mais.

O SR. ARNALDO TSEREROWE – Sim?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É. O que mostra... O Cacique Arnaldo representa uma geração mais antiga de caciques. Eu tenho muito amor pelo Cacique Arnaldo, pelo Cacique Graciano. Eu tive a honra de dividir a maternidade de uma menina xavante por alguns anos, eu tenho uma paixão muito grande por este povo. E quando a gente vê o Cacique Arnaldo, falando da forma como ele fala, e o Cacique Graciano, eu quero lembrar que eles romperam aí toda uma doutrinação, o que mostra que o povo xavante pensa por si e o povo xavante sabe o que quer.

Então, nós estamos com dois caciques já de uma certa idade. Eu quero que o senhor imagine o jovem xavante, o que eles pensam. Os jovens xavantes, eles querem estudar, Senador. As crianças xavantes, eu as considero as crianças mais inteligentes do Brasil. Elas são incríveis.

Quando é dada oportunidade para uma criança xavante, para um adolescente xavante, eles podem ir muito longe. Nós temos xavantes antropólogos, nós temos xavantes professores, nós temos xavantes enfermeiros. Quando eles chegam à faculdade, eles dão um show de capacidade e inteligência, e por anos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles ficaram lá isolados, não queriam dar oportunidade que os indígenas xavantes mereciam, que o povo xavante merecia para ascender. Então, a gente está vendo aqui caciques já mais idosos e com tanta precisão falando. Quando a gente senta com um jovem xavante, a gente vê o desespero deles. Eles querem mesmo é liberdade, eles não querem mais ser conduzidos por ONGs.

E a gente tem que parabenizá-los, Cacique Arnaldo, Cacique Graciano, por vocês terem rompido isso, dado essa liberdade aos jovens xavantes que estão chegando e assumindo lideranças. Eles vão fazer bonito.

Eu acho que esta CPI aqui pode colaborar muito com essa nova geração xavante que está chegando, que está chegando para chegar. Eles vão surpreender o Brasil. A capacidade desse povo de produção... Esses meninos, chegando à faculdade – nós temos cientistas lá no meio deles –, vão surpreender a nação brasileira quando a eles forem dadas as verdadeiras oportunidades que nós precisamos dar a eles.

Parabéns, Cacique Arnaldo! Parabéns, Cacique Graciano, pelo trabalho de vocês!

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA – Obrigado.

O SR. ARNALDO TSEREROWE (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pergunto ao Jaime e ao Styvenson: quem tem preferência? É por tamanho ou por idade, Styvenson?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Primeiro que ele é o Vice...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É o Vice.

Senador Jaime, com a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Styvenson, por essa oportunidade, porque lá no Acre – você viu – eu já era patrão do seringueiro. Seringueiro Styvenson.

Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente, Plínio Valério; o nosso Relator, Marcio Bittar; o Senador Chico Rodrigues; nossa Senadora Damares. Quero cumprimentar aqui o Graciano e o Arnaldo, da etnia xavante.

Quero dizer para vocês que é com alegria que nós estamos ouvindo isso de vocês. Não é de outras pessoas que nós estamos ouvindo que vocês buscam por liberdade. Vocês querem nada mais do que desfrutar aquilo que é de vocês, que é das etnias indígenas, não só do xavante, mas de todas as etnias que nós temos pelo nosso Brasil afora, principalmente na Amazônia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é com alegria que nós vemos que vocês querem produzir, que vocês querem ter o direito da terra que é de vocês. Acho, Senadora Damares, Styvenson, Chico Rodrigues, que é um compromisso da Câmara Federal, do Senado, do Executivo nós procurarmos mecanismos e darmos esse direito por que vocês estão há anos – não é de agora, mas de muitos anos – clamando e não são ouvidos.

E o que às vezes deixa a gente mais triste... Arnaldo e Graciano, vocês sabem o que deixa a gente mais triste? É que talvez... Por exemplo, nós temos um instituto que é da Funai. Eu não sei qual a ligação também que a Funai tem, se existe alguém que tem ligações com as ONGs. Mas essas ONGs têm prejudicado a Amazônia no geral. Em todos os aspectos, elas as têm prejudicado. E, pelo que a gente sente e vendo vocês falarem, não é diferente do que nós fomos ver de perto, nessa semana que passou, lá na Reserva Extrativista Chico Mendes, porque não tem nem o que falar o absurdo que é aquilo lá. E por aquilo lá é que nós chegamos à conclusão de que isso está acontecendo daquele jeito pra pior dentro das reservas indígenas.

Então, nós sabemos que vocês têm terras produtivas, nós sabemos que vocês têm minérios nas suas propriedades, onde existem as reservas indígenas, e sabemos que vocês não querem devastar toda a reserva. Vocês têm... Vocês não querem deixar os seus princípios, deixar aquilo que vocês têm como seus costumes. Mas nós estamos vendo que vocês querem ter mais dignidade, vocês querem ter uma vida melhor, porque nós já estamos praticamente no ano 2024, e o que eles querem fazer com os povos indígenas é que eles continuem sendo primitivos, da mesma maneira que eram 500 anos atrás. E a gente sabe que isso hoje não é mais possível, como também sabemos da situação que acontece lá naquela nossa reserva, na reserva lá no Acre, na Reserva Chico Mendes.

Então, eu queria só fazer uma pergunta ao Graciano e ao Arnaldo e dizer pra vocês... Eu só queria fazer uma única pergunta: existe alguma influência das ONGs na Funai? Ou a Funai não ouve vocês? Ou o que acontece que hoje vocês não são ouvidos, talvez, nem pela Funai e vocês... As ONGs se dirigem dentro da reserva de vocês, mas não levam nenhum benefício. Há alguma influência da Funai junto às ONGs?

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA (Para expor.) – A Funai é a parceria das ONGs, é a parceria. A ONG faz projeto e manda para a Funai. A Funai transfere para as ONGs, mas as ONGs... Não sei onde fica o recurso. Os indígenas, dentro das aldeias, não sabem. Só falam de projeto, mas projeto da Funai nunca chegou, nunca. Os dois estão abraçados: a ONG e a Funai.

Dentro das aldeias, as comunidades indígenas estão sofrendo muito, nem sabem de nada. Só continua a nossa tradição: a corrida de toras de buriti e as danças, as danças da chuva, mas a ONG chega para filmar. Ela diz: eu vou trazer para vocês alimentação. Só conversa. Está junto com a Funai. A Funai também foi a mentira. A Funai também está desviando muito. A Funai não cuida dos indígenas até agora, até agora, juntamente com as ONGs.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De Mato Grosso, de Mato Grosso, está inscrita a Fepoint (Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Estado do Mato Grosso). Foi junto, foi aliada, junto com a Funai, mas não tem recurso, só faz reunião. Reunião? Para quê reunião? Só para... Reunião, reunião, reunião. Mês que vem, reunião. Não tem resultado para as aldeias. Não tem. É só reunião, reunião. Só fala em reunião.

Essa aí é a ideia das ONGs, junto com a Funai. Querem que nós... Falaram para ir atrás da Funai e das ONGs. As ONGs não deixam vir para cá, nem a Funai, vão trancar a porta. Não liberam das aldeias... Das aldeias, foram lá, até para a Funai. A Funai não deixa nós entrarmos. Só atende a Presidente da ONG, só a diretoria. Já foi mal-acostumada a ONG, juntamente com a Funai. Quer fazer investigação da Funai, da ONG e também da Sesai (Secretaria de Saúde Indígena). Não tem medicamento dentro das aldeias. Indígenas xavantes já perderam a perna por causa da diabetes, e até ianomâmi. A ONG não cuida, só fala mesmo. A ONG foi aliada também da Sesai. Os dois.

Por isso a minha, a minha voz, que quer ver, que quer ouvir. Não pode acreditar nas ONGs e também na Funai e na Sesai.

Senadores, é melhor ir lá, Deputado, ficar presente, presenciar, para ouvir os povos indígenas em cada estado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pode continuar.

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA – E também, agora, trabalhar com roça mecanizada a Funai não deixa, a ONG não deixa, os dois aí. Querem continuar o mesmo, e o indígena que fique na miséria. Os indígenas estão morrendo. E ninguém fala aqui no Brasil, nada em Brasília. Por isso estou contando aqui.

Eu cresci... Eu nasci dentro das aldeias, cresci e casei com indígena. Isso aí foi importante para nós. Não vai acabar a nossa cultura. Nós vamos continuar mesmo. Se eu for casar com branco, acaba que já foi misturado. A ONG e outras pessoas indígenas também casam com brancos, pegando ideias dos brancos. Isso aí não leva recurso às aldeias, só beneficia a família.

Vou finalizar, para deixar com o Cacique Arnaldo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quer falar sobre esse assunto, Arnaldo, ou no próximo? Fique à vontade, Arnaldo.

O SR. ARNALDO TSEREROWE (Para expor.) – Eu nunca... Desde que teve a transição do Governo, que teve a nomeação do Presidente, do nosso Presidente da Funai, eu nunca solicitei agenda para a gente sentar e discutir a respeito do projeto. Então, é muito difícil, neste momento... Liderança sofre. Como vai correr atrás da passagem para outra instituição? Então, é muito triste.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dentro da Funai, existe ONG. Existe a ONG que dá opinião, que dá o critério ao nosso Presidente da Funai. Então, é isso. É muito difícil.

Nós, lideranças, não somos ouvidos pela nossa instituição Funai. Isso é muito triste.

Não tem passagem para o cacique. O cacique tem que solicitar à regional da aldeia. Se for para vir a Brasília, ele tem que solicitar à regional. A regional responde: "Não tem orçamento".

A agenda tem que ser solicitada antes, mas a gente solicita à regional, a regional encaminha... Não chega a resposta.

Então, é assim que está acontecendo o atendimento aos nossos líderes e demais lideranças que vêm procurar o apoio.

Então, é isso, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Arnaldo.

Ele falou algumas coisas aqui, e eu queria fazer uma observação, já passando a palavra para o Marcio e o Styvenson...

Eu vejo ali o Beto, que foi um dos primeiros a estar aqui, o líder ianomâmi... Hoje, ele não está pintado pra guerra, mas foi um dos primeiros aqui. A mesma coisa. Ele disse a mesma coisa que os senhores estão dizendo com as palavras quase que as mesmas. E as palavras que os senhores usam são bem mais fortes que as nossas, porque a gente fala em promiscuidade, desse relacionamento da Funai com ONGs, e a gente fala, fala, e o Graciano traduziu, numa frase aqui, tudo o que a gente pensa sobre as ONGs: elas falam, falam sobre isso, sobre aquilo, mas só aparecem para filmar a dança da chuva e a cultura. Parece que é para mostrar lá fora. Quer dizer...

É muito bom isso, ouvir deles, dos caciques, essas coisas que nós ouvimos dos outros caciques, que é aquilo que a gente está dizendo Brasil afora.

Dias atrás, eu viajei... Quando a gente vai pra Manaus, o voo vai para Santarém também. Eu contei 15 indígenas dentro do avião. Passavam por mim, e eu contava. Naquela manifestação que teve aqui pró-Governo. Pra eles não faltou passagem, não é? Pra eles tem passagem, tem hospedagem, tem até diária; pra quem vem reivindicar, discordar, você vê lá como é que é. Que não é diferente lá da Reserva Chico Mendes, não é?

Com a palavra...

Marcio vai falar? O Senador Styvenson está aqui desde cedo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – É, só para dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu tenho medo do tamanho.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É como disse o Senador Plínio, mas que isto fique bem claro: essa é uma estratégia das ONGs. Então, quando eles querem fazer manifestações aqui em Brasília ou em qualquer lugar, aí o dinheiro que vem dos patrões deles, as grandes oligarquias internacionais – Fundação Ford, Fundação Rockefeller, mancomunados com o Banco Mundial, com o BID, etc. e tal –, aí para isso tem dinheiro. Agora, para a maioria da população indígena, como para a maioria das populações que moram nas reservas extrativistas, aí não tem dinheiro. É uma forma de exclusão, você exclui, não tem dinheiro para isso. É como dizíamos aqui, quando aquelas ONGs dizem que, para acessar o recurso da Alemanha, da Noruega... Aliás, é bom lembrar que a Noruega, que tanto fala – eu já disse aqui que os caras queima combustíveis fósseis... Só as áreas indígenas do Mato Grosso dão mais de um terço da Noruega – mais de um terço da Noruega. Quer dizer, mais uma razão para que o produto extraído da reserva indígena tivesse um preço aumentado, como homenagem.

Então, eles dizem aqui que, para acessar os recursos... Senadora Damares, quando a gente diz que há um conluio entre eles, eles dizem que não, eles tiveram uma concorrência. Mas é uma concorrência entre eles, entre as ONGs. Vamos combinar? Existe uma relação muito umbilical entre eles. E eu dizia, há uma forma de exclusão. Eles sabem que, para acessar recursos internacionais, eles têm que acessar com uma agenda que lhes interessa. Onde é que a Alemanha vai pagar ONG no Brasil para fazer projeto que contraria o que eles estão fazendo? Jamais. Palavra do Senador Plínio: "Quem paga manda". A agenda é feita por quem paga. A forma de exclusão pode ser ele determinando, ou mesmo você sabendo que, para aquela pauta, você não vai ter recursos. Então, é a mobilização. Uma forma de eles excluírem a maior parte dos índios é não dando a eles a menor condição.

Para o Acre, é a mesma coisa. Quando tem qualquer atividade aqui, que precisam aparecer, por exemplo, para dizer que tem que acabar com o marco temporal, o avião vem cheio de gente, vem cheio de índios. Então, por quê? Porque, para eles, as ONGs financiadas internacionalmente têm recursos para isto: para pagar passagem de avião, para pagar hospedagem, para pagar transporte em Brasília. Mas, para a maioria esmagadora dos índios, para eles virem aqui e dizer que o problema não é criar mais terra, o problema é dar autoridade, porque eles reivindicam, para explorar a terra que já têm, aí não tem recurso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Marcio, a palavra está com o Senador Styvenson.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer mais uma rodada, então: Senador Styvenson, Senadora Damares, Mauro e o Senador Chico Rodrigues. Mais uma rodada para os dois responderem.

Mas, Styvenson, eu estou vendo uma presença ilustre aqui hoje. Está vendo ali, Styvenson, quem está ali? A minha esposa Ana, aqui. Eu estou vendo ela daqui. Que bom, que bom que você está aqui e vai ver que as sessões são tranquilas aqui.

A palavra a Styvenson, e aí eles respondem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, você já está passando. A gente vai fazer uma rodada com cada um para a gente... É, com quantos precisar, mas eu acho que pelo menos um: Chico Rodrigues, o Mauro, a Damares. E saudando, viu, Senadora Damares? Que bom a senhora fazer parte agora desta CPI!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Todos felizes.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Todos nós.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, Relator, Senadores e Senadoras. Bom, caciques, ouvi atentamente, tão atento que me gerou uma dúvida em saber da consciência que os senhores têm de vir aqui.

Eu não sei se têm outras oportunidades de falar o que estão falando, de poder se expressar da forma que estão expressando, trazendo essa mensagem não só de duas pessoas, mas de um povo indígena, como foi dito.

Então, nessa consciência, partindo dela, o senhor se acha primitivo a ponto de não ter nada em que possa se desenvolver? A primeira pergunta seria essa, porque a ideia que eu sinto, quando se fala de povos indígenas, é que tem que conservá-los, como se o Brasil fosse descoberto agora. Era para o senhor estar nu, andando aqui, sem saber falar, sem saber se alimentar, dependente de uma pessoa.

Partindo desse princípio, as ONGs... Eu acabei de ver um *site* aqui de uma que foi citada pelo senhor, e o senhor deveria citar de novo aquela relação que o senhor enumerou, na sequência, porque nem todo mundo conhece todas. O senhor acha que, pela capacidade que o senhor tem de raciocínio, de querer se autopromover, precisa da tutela dessas pessoas? O senhor se acha incapaz a ponto de ter uma organização não governamental, e talvez até o próprio órgão governamental, que não consiga... Ou o senhor não se acha capaz de ser autossuficiente? Eu preciso ter alguém me tutelando, dizendo o que eu tenho que fazer?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já que vai ter duas rodadas, Plínio, uma terceira pergunta é: o senhor mostrou bem, mais uma vez, consciência do que são as ONGs e o papel delas. O senhor sabe que eles arrecadam muito, eles conquistam muitos recursos, e o senhor deixou claro aqui que desses recursos nada chega para os senhores nem para o seu povo. Concorde? Isso aqui ficou claro. A dúvida é: desde 1994 – eu acho que o senhor nasceu bem antes disso e convive com o seu povo bem antes disso – que uma ONG foi fundada e tem sede lá, em alguns pontos – e eu acho que, por o senhor ter citado, deve ter também na sua região. O senhor já teve contato com algum deles? O senhor tem algum integrante que participa dessas ONGs? Já fez parte de algum filme de algum cineasta que foi lá fazer um vídeo, dizendo: "Ó, vou mostrar a vida do povo indígena, dos xavantes", pago pelo dinheiro das ONGs, todo mundo feliz, sorrindo, dizendo que está tudo bem? Por que eu estou perguntando isso? Porque os vídeos que são mostrados, os filmes que são feitos talvez não coincidam com essa realidade.

Aí eu pergunto... O senhor representa aqui uma etnia, uma fração de uma etnia. E o senhor foi claro quando disse assim: que alguns que recebem, alguns que ganham estão felizes. Esses alguns que ganham são do povo indígena que faz parte dessas organizações e são aqueles que integram esses vídeos? O senhor tem conhecimento se eles recebem para fazer aqueles eventos? Primeiro, se fazem; depois, se recebem; depois, por que defendem? Porque a minha dúvida aqui, de quem senta nesta cadeira, Senador Plínio... É porque a gente ouviu ONGs que o senhor citou aí que dizem que tem trabalho com mil, 3 mil, 4 mil pessoas, que levam conhecimento, levam... Será que é só essa fração de etnia que é excluída? Essa é a minha dúvida, a que eu estou tendo aqui agora.

E, por último, para deixar bem claro a pergunta que eu fiz, a segunda, se vocês não têm consciência – que é uma coisa que eu vi que têm –, se vocês se acham ou não capazes, se vocês têm ou não disposição pra ter uma pessoa tutelando vocês, um órgão tutelando vocês?

E no final, Senador Plínio, já que vai ter outra rodada – e é o tempo que eu tenho que ver aqui no *site* – o senhor deve saber que eles arrecadam bem, como eu já disse – não é? –, não retornam nada pra vocês, mas o senhor se sente usado? Pelo menos até aqui, pelo que eu entendi, o senhor parece que expressou. E eu queria ver isto claramente, em uma frase só: se o senhor e a sua etnia se sentem utilizadas como meio de angariar, de conquistar – não é, Plínio, a palavra é certa? – recursos para essas ONGs?

Então, por enquanto, eu só tenho essas perguntas e essas observações a serem feitas.

E pedirei, mais uma vez, Senador Plínio... Porque dali só conheço uma que sentou aqui nessa mesa, uma ONG. E, dessa uma ONG que sentou aqui, se a gente entrar no *site*, se ouvir a fala dele passada, parece que está tudo bem com vocês. Se a gente assistir a um filme produzido por eles, vocês são os povos mais felizes que eu já conheci na vida. Vocês estão bem satisfeitos com as condições que vivem.

Então, eu estou só querendo confrontar.... E uma sugestão, Plínio, Marcio Bittar, para que a gente pudesse uma vez, ou um dia, não sei se é possível ser feito, fazer uma acareação: trazer a ONG que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pertence a esse povo e o povo mesmo. Até pra gente ver cara a cara, frente a frente, tudo isso. Porque um dia senta um aqui e diz o que quer e mostra os números, mas a última viagem que nós fizemos para o Acre, Xapuri, pra uma reserva extrativista, não é nada daquilo que foi dito aqui.

Então, se nós formos hoje, Cacique Arnaldo, Cacique Graciano, hoje, lá na sua região, na sua terra, no seu espaço, o que nós encontraríamos? Essa é a minha dúvida, porque eu assisti a alguns vídeos, algumas coisas curtas, e os vídeos a que eu assisto parece que não é a realidade que está sendo dita aqui. Está bom?

Eu volto com outras perguntas.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA (Para expor.) – Bom, essa pergunta é boa. Toda a vida nas aldeias já saiu como exemplo, nas aldeias. A vida nas aldeias... Sempre estão filmando cada etnia, mas nunca que chegou ao resultado dele dentro das aldeias – nunca. Está usando muito, juntamente com o CTI. O que quer dizer CTI? Centro de Trabalho Indigenista. Também foi juntamente, mas, na minha aldeia, nunca levou recurso para trabalhar e para beneficiar a comunidade.

E também a outra ONG, a ISA... A ISA só fala, só está dizendo só para preservar a natureza. Só preservar. Diz também para levar recurso para comunidades indígenas, mas nunca... Não tem a prestação de conta aí. Eu falei, sempre que eu falo, todas as ONGs têm que mostrar pra nós a prestação de conta, mas não mostram.

E também a de projeto da Funai sempre fala: "Não, esse aí é de projeto, projeto vindo da Funai; não tem a prestação de conta". Querem acabar para nós? Essa ONG está vivendo bem.

E também os professores indígenas nem sabem nada, professores indígenas estão colocando a capa dos olhos.

A ONG não é de bobeira. A ONG já foi estudando antes dos caciques, antes das comunidades indígenas. Até hoje, todos em cada terra indígena dos xavantes, do Vale do Araguaia, já acordaram em tudo. O que é que é acordaram? Não querem mais a ONG. Não quer mais. Chega de ONG agora. Tem gente que está falando de vir para cá na cidade fazer manifestação, tem dinheiro; vai para outro, para a cidade, fazer com a manifestação da rua, tem... E agora, dentro das áreas indígenas, não tem. Está muito sofrido.

E também a ONG, dizem, a ISA, o CTI, falaram para os brancos, nossos vizinhos, que querem fazer demarcar a terra, para juntar com aqueles sem-terra, juntarem tudo. Mas estão dizendo: "Vou demarcar a terra". A ONG ganha dinheiro dele. Essa aí está jogando em tudo. Não tem a voz, não tem a tradição dos outros, não fala a língua.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só há um que está ajudando para a comunidade indígena, é o Cimi. O Cimi é de verdade. O Cimi vai cumprir. O Cimi leva medicamento, o Cimi leva ajuda para a comunidade indígena, de todos, do Brasil. Agora, os outros, não. Outros é só para ganhar o nome dos indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ou seja, sua pergunta de que não precisa de tutela... Não?

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA – A tutela?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Respondeu, não é?

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA – A tutela? Agora...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Dentro do *site*, eu estou lendo aqui (*Fora do microfone.*) algumas coisas do instituto o qual o senhor citou, e eles... O texto é bonito, eles falam aqui dos temas prioritários pra atuação política, acompanham de perto as suas tomadas de decisões, ou seja, eles, em outras palavras, defendem vocês. A organização busca formular projetos, alternativas e políticas públicas...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Qual é essa, Styvenson?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Estou lendo aqui as coisas do ISA: monitoramento de terras indígenas, unidade de conservação em todo o país, acompanha o processo de demarcação, criação, áreas protegidas, ameaças – o senhor deve ser uma ameaça, porque o senhor não pode produzir – que pairam sobre elas, como desmatamento, obra de infraestrutura, queimadas, mineração, garimpo...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ou seja, é defensora, não é? Que pairam sobre elas as tribos indígenas, o ISA é o defensor...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O senhor não faz parte da natureza, não, não é? Não faz parte do ecossistema, não? Quer dizer que, para proteger tudo isso, o senhor tem que ser miserável, atrasado..

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ele está ironizando, Graciano.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Pra tudo isso acontecer, o senhor precisa estar submetido a essa condição de perder perna porque não tem tratamento médico, de não ter um transporte quando precisa, de não ter uma estrada, como a gente viu na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reserva Chico Mendes, ou seja, o senhor tem que viver como primitivo, como nos primórdios viveram. É isso que o senhor quer pra sua vida?

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA (Para expor.) – Bom, agora eu vou responder sobre a tutela.

A Funai é o órgão, a Fundação Nacional do Índio, não é? A Funai está responsável. Na Funai, nem todos são bons. Na Funai tem bons e tem a Funai do mal. A Funai, a má, está fazendo muita barreira. Está usando também a Funai, com nós... Sempre o que eu falo é: "Você é nosso tutor. Nós somos tutelados, mas agora nós temos a competência, temos habilidade e queremos trabalhar, não é para a ONG. Você é responsável. Por que você está aliado?". Assim é que eu falo sobre isso aí.

Agora a Funai... E também a Funai... A Funai não se responsabiliza com as nações indígenas. Não sei por quê. Na gestão... Nas gestões anteriores do Collor de Mello e do Fernando Henrique... Na gestão do Fernando Henrique, Fernando Henrique respeitava. Agora, hoje não. Hoje mandam deixar com a... Deixaram para a ONG. ONG está acabando aí; não é a Funai. A Funai está... A Funai não é para a responsabilidade hoje. Um pouco a ONG sempre vai. É isso aí. Comigo...

A minha visão é que é alguma coisa errada. Quem é melhor que a Funai, que quer responsabilizar, porque a Funai é tutor, é nosso pai? Também a Funai é que não deixa tudo com as coisas, só proíbe, proíbe, proíbe. Está proibido tudo.

Hoje, agora, eu, hoje, hoje, agora... A Funai está na cadeira, a Presidenta da Funai atual deixou pra nós, também, na coordenação da Funai, de Barra do Garças... Também nós somos a maioria dos xavantes, todos são 24 mil, todos os xavantes, no Vale do Araguaia. Só um coordenador. Não cuida, a Funai, nem de todos. Nós somos de Primavera do Leste, a Funai nunca passou. Até também em Campinópolis, no Vale do Araguaia, no Alto Boa Vista, o xavante é muito grande aí. Por isso que nós gritamos com a Funai, porque a Funai é nosso tutor, mas deixou.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Styvenson, satisfeito?

Senadora Damares.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Até a Damares estava me perguntando. Porque eu vejo, eu olho aqui muitos vídeos falando dos povos xavantes. Muitos são bem românticos, talvez não fujam dessa realidade. Aí eu pergunto: o senhor já presenciou algum cineasta de alguma ONG fazendo vídeos de vocês? Esse vídeo, o senhor já assistiu a algum? Eles ganham lá os índios, eles participam, como é que é? Eles mostram a realidade mesmo? Eles dizem como é o dia a dia? Isso é expresso nos vídeos a que a gente assiste?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GRACIANO AEDZANE PRONHOPA (Para expor.) – Então, isso aí, a vida nas aldeias, não, não mostra. Só pra filmarem tudo. Não leva. Não justifica. Só fazem de projeto, Noruega, Alemanha, França, mas não chega a resultado. É tudo mentira.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Respondido, então.

Senadora Damares. Depois, Senador Mauro, e a gente encerra.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Eu não tenho perguntas, eu tenho só mais uma informação.

Enquanto eu falava sobre o contato com o povo xavante, meu assessor mandou, do antigo SPI, o primeiro contato registrado com o povo xavante. Tem uma foto linda aqui, uma foto de arrancar lágrimas da gente. Foi em 1946. Então, nós temos 77 anos de contato com o povo xavante. Lá pelo início de 1940, a Marcha para o Oeste já estava vendo, tentando fazer contato, mas oficialmente foi em 1946. São 77 anos. Vamos imaginar que a gente teve aí 10 anos para aprender a língua xavante, o xavante se relacionar com a língua portuguesa, e as primeiras escolas funcionarem plenamente em área xavante. Vamos considerar aí 65 anos de educação. Eles já foram longe, mas poderiam ter ido muito mais, muito mais.

Aí responde, Styvenson, ao que você falou. Eles são extremamente capazes e por muito tempo ficaram ali como – desculpa falar, é uma frase muito forte que eu costumo usar – um zoológico humano para as ONGs venderem as imagens deles lá fora. Se a eles fosse dada a oportunidade...

E aqui eu queria tirar uma questão, Senador Mauro: não é só plantar, não é só agricultura que o xavante quer; os meninos xavantes querem tecnologia – e eles são bons em tecnologia. Os maiores cineastas podiam ser do próprio povo xavante, ganhando dinheiro com isso no cinema. Eles! Os meninos xavantes são bons em ciência, são bons em biologia, em todas as áreas. "Ah, vamos deixar o xavante plantar agora." Também, mas muito mais que agricultura; os meninos querem muito mais que isso, inclusive tecnologia no agro junto com os meninos xavantes.

E encerro, Cacique Arnaldo, dizendo: como nós deixamos... a ausência do Estado deixou as ONGs ocuparem esse espaço. Eu acho que o relatório dessa CPI é apontando isto: é o Estado que tinha que estar ocupando esses espaços com vocês, e não deixarmos vocês abandonados na mão de ONGs.

E aí, Senador Plínio, vou contar só um relato de um minuto. Acho que todo mundo sabe as minhas histórias na proteção da criança indígena. A única menina indígena que eu não consegui, quando eu estava envolvida, salvar se chamava Damares Xavante. A Cacique Dôra colocou em uma menina o meu nome, e eu não consegui salvar essa menina. Ela morreu em Barra do Garças, quando estava transitando Funasa para Sesai, aquele caos na saúde, os índios xavantes muito doentes, e eu não consegui salvar a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Damarex Xavante. Ajudei muita criança xavante, mas a que tinha o meu nome morreu de pneumonia, porque não tinha vaga na UTI para ela.

Então, a isto que vocês foram destinados há muito tempo: ao caos, à doença, ao sofrimento... Mas eu acho que é um novo tempo. E a gente pode junto, Cacique Graciano, Cacique Arnaldo, a partir dessa CPI, trazer muitas respostas a este povo maravilhoso, esses guerreiros, esses homens e mulheres incríveis, que são os homens e mulheres xavantes da minha nação.

Que Deus abençoe vocês, Cacique.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senadora Damarex, seja bem-vinda.

Senador Mauro.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Senador Plínio, Senador Marcio Bittar, Senadora Damarex, só para finalizar, primeiro, quero agradecer muito o convite que foi aceito pelo Graciano e pelo Cacique Arnaldo, que se propuseram de vir aqui a esta Comissão, para colocar, realmente, os seus valores, a sua cultura.

E aqui tivemos oportunidade de conhecer, por intermédio deles, coisas que muitas vezes não são divulgadas nem pela imprensa nacional e nem imprensa internacional por puro interesse econômico. E nós vimos hoje aqui, por intermédio da etnia xavante, qual a visão que eles têm das nossas ONGs, qual a visão que eles têm da Funai, da Casai. Eles estavam comentando outro dia...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É verdade. *(Risos.)*

Estavam comentando outro dia comigo que perderam quatro crianças com pneumonia. Isso foi este ano. Quanto tempo faz isso, Cacique Graciano? Quanto tempo faz?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Quatro meses atrás. Sabe por falta do quê, Senadora Damarex? Porque eles não têm um veículo para pegar essas crianças e levar em um posto de atendimento. Graças ao Governo do Estado do Mato Grosso, foi feita uma doação de caminhonetes na semana passada. Eles vão agora, no retorno para Cuiabá, pegar essa caminhonete e levar à etnia xavante.

Essa é uma das caminhonetes e um dos equipamentos que o Governo do estado fez ao longo desses quatro anos e meio. Se a gente for falar de todos os investimentos que foram feitos na etnia aqui, ficaria umas duas horas comentando aqui com vocês. Então, você vê uma etnia dessa importância não ter um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carro disponível. E aí é uma etnia que, como deixaram claro aqui os dois caciques, não deixa as ONGs terem acesso às suas reservas indígenas, por conta do desvio de conduta de várias ONGs.

Lógico que tem ONGs sérias, que realmente recebem os recursos e transferem esse recurso. Agora, uma grande maioria é por outros interesses financeiros e comerciais que estão no Brasil.

Então eu fico muito feliz pela forma com que o Cacique Arnaldo e o Cacique Graciano colocaram aqui as suas palavras, os seus pensamentos, as suas angústias, as suas tristezas e realmente as necessidades que os Xavantes têm de políticas públicas sérias, que vão dar oportunidade para que essas pessoas venham produzir, ter a sua renda própria, como foi dito aqui.

Eles não querem ficar pedindo, o tempo todo pedindo, pedindo, pedindo, pedindo, pedindo... Eles querem ter autonomia também, e é isso que eles estão reivindicando aqui, para que nós, como Senadores da República, ajudemos as etnias que querem produzir de forma mecanizada neste país.

Obrigado, Senador Plínio, Senador Marcio e Senadora Damares, também da mesma forma, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Mauro, a gente que agradece o seu pedido para trazer os dois aqui. Eles são brilhantes no campo de batalha deles.

Senador Marcio?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu estou satisfeito, quero só cumprimentar os colegas. Também nunca é demais reforçar como a Senadora Damares é muito bem-vinda como titular nesta Comissão, já tinha participado. A assessoria da Senadora Damares já está nos ajudando desde o começo, então ela e o gabinete dela já estavam nos ajudando e agora mais ainda com a sua presença como titular.

Espero que, se puder, vá conosco para o Mato Grosso, e agora que nós vamos aprovar o requerimento também para o Pará, para ver uma outra realidade que o Senador Plínio tem mencionado constantemente.

Eu quero agradecer a vinda dos dois caciques, e o que fica muito claro na voz de cada um deles é que as ajudas esporádicas são bem-vindas, mas elas não são, como adoram dizer as ONGs, a turma da Ministra Marina Silva, sustentáveis.

Eu ouvi aqui atentamente a fala dos dois caciques. Assim como todo pai de família, o que nós queremos para os nossos filhos? Que eles ganhem autonomia, que eles ganhem liberdade. Não é natural que o pai – eu tenho quatro filhos – de um filho de 30, 40 anos continue dependendo de mim, dependendo da mãe. O que nós queremos com nossos filhos? Que eles ganhem independência. E o que os índios



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam como absolutamente natural? Serem sustentáveis. Ser sustentável é o quê? Poderem explorar sua terra, poderem mecanizar sua terra, poderem explorar o subsolo, e eles proíbem.

Por isso que eu digo que 81% do bioma amazônico é a soma das reservas indígenas, extrativistas, parques nacionais, mas os 80%, em alguns lugares, em outros lugares, em 20% da propriedade privada você não pode mexer – chega a 81% do bioma amazônico. Nestes 81% do bioma amazônico, o Brasil não manda. Não manda o índio, não manda o extrativista, não manda o fazendeiro. Quem manda? Mandam os países estrangeiros através das ONGs. É simples assim. Quantas vezes mais, nós ainda vamos escutar mais ainda, a CPI ainda vai até o final do ano, nós vamos escutar esses relatos: "eu quero plantar, mas não posso; lá na Reserva Chico Mendes, se eu quero gradear, estocar três hectares, eu tenho que pedir licença para o ICMBio, que não me dá licença".

Então, quem manda em 81% do bioma amazônico não é mais o brasileiro. Por isso que eu digo e termino com essa frase, que eu repito sempre: este é um assunto que, a meu ver, não é esquerda ou direita, é soberania nacional, que nós perdemos sobre 81% do território nacional. O nosso desafio, ao término – mostrando ao Brasil uma parte do Brasil que não conhece essa realidade –, é que a gente possa produzir um relatório e sugestões legislativas que nos permitam recuperar, pelo menos, uma parte da autonomia e da soberania que perdemos sobre a Amazônia.

Então, eu quero agradecer mais uma vez aos dois caciques. Espero, quem sabe, nos encontrarmos lá no Mato Grosso, nessa nossa viagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antes de agradecer, eu queria fazer uma pergunta, em consideração, até porque o Marcelo tem colaborado muito conosco; ele esteve aqui no mesmo dia que esteve o Beto.

Tem uma pergunta que o Marcelo faz a um dos dois – o Marcelo é um estudioso, está lá nessa área, no meio desse conflito lá no Pará e sempre tem nos informado como as coisas estão por lá. É uma pergunta e a gente encerra. O que o Graciano e o Arnaldo acham da questão indígena em relação à atividade garimpeira?

Sabemos que algumas tribos indígenas têm relacionamento histórico com garimpeiro, exemplo dos índios munduruku, cinta larga e kayapós. O que vocês acham? É melhor criar uma legislação para regulamentar essa atividade dos próprios indígenas ou com parcerias?

O SR. ARNALDO TSEREROWE (Para expor.) – Precisa ter... fazer uma regulamentação para evitar o conflito e, ao mesmo tempo, entendendo a necessidade de fazer a parceria. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – O.k. Só nos resta agradecer, Arnaldo e Graciano. Que bom, que bom; a gente estar perto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero que vocês saibam que nós estamos lutando a mesma luta, na mesma trincheira, pensando o que vocês pensam, mas a gente acaba sendo suspeitos por achar que a gente tem algum outro motivo. Nosso motivo é dar eco, é tirar o grito de vocês da garganta.

É interessante, todos que passaram aqui, onde nós vamos, a gente ouve sempre duas palavras, três palavras, que é comum a todos vocês: grito de liberdade. Ouvimos em Pari-Cachoeira, ouvimos aqui, ouvimos na reserva, ouvimos de todos os líderes indígenas que passaram aqui. Esse grito de liberdade de vocês tem que ecoar. E está ecoando. Aqui a gente tem que agradecer àqueles que ecoam o nosso grito.

A caixa-preta foi aberta. Foi o nosso compromisso. Essa relação promiscua entre Funai, Ibama e ONG está colocada aqui, está aberta, todo mundo já sabe disso, que são enganadores, que se aproveitam; o Brasil está sabendo.

Por fim, quando a gente encerrar esta CPI e o nosso Relator apresentar o seu relatório, certamente apresentaremos projetos de lei, que estamos ouvindo dos nossos componentes, dos nossos convidados. Vamos apresentar vários projetos de lei para jogar luz nessa escuridão. Perguntam-me muito – e perguntam ao Marcio – se a gente vai conseguir abalar as ONGs. É uma engrenagem poderosíssima, quatro décadas para implantar... isso aqui que apareceu agora já é o produto final, que é isolar a Amazônia. Isolar – já é a tarefa final –, isolar a Amazônia.

Então, a gente está combatendo através de quê? Dos depoimentos dos senhores. Saibam, então, que esses depoimentos que os senhores nos trouxeram são muito importantes para nós, mas muito importantes mesmo, para que nós possamos cada vez mais reunir forças e sabermos, termos a certeza de que nós falamos a mesma linguagem. Nós não estamos inventando, fazendo uso de nada... a mesma linguagem.

Nós queremos um país soberano. No começo foi dito: "não é para demonizar a ONG". No começo foi dito: "não é questão de direita e esquerda". No começo foi dito: "não é Bolsonaro e Lula".

Aqui é uma elite colonizada que se acha colonizadora, que quer uma nação que continue colonizada, e, por outro lado, uma nação que quer ser soberana, que é do lado de quem nós estamos nessa luta e nessa guerra.

Temos um requerimento para ser votado extrapauta. Com a anuência do plenário, coloco em votação o seguinte requerimento extrapauta:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 144/2023

Requer a realização de Diligência Externa - São Félix do Xingu

Autoria: Senador Marcio Bittar

Com o objetivo de verificar interferência de organizações não governamentais na expulsão de cidadãos da Terra Indígena Apyterewa.

Em votação.

Aqueles que concordam e permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Coloco em votação as Atas da 12ª e 20ª e 1ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Temos também a anunciar – já podemos – que quem vem aqui na próxima terça-feira será o representante do ICMBio. É um convite ao seu Presidente, um requerimento do Senador Styvenson. Portanto, teremos aqui o ICMBio na terça-feira e nós vamos poder, então, mostrar a eles os vídeos e os depoimentos que nós tiramos e conseguimos lá na Reserva Chico Mendes.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os presentes, agradecendo a Deus e desejando a Paz de Cristo a todos.

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 50 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dezessete horas e hum minuto do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 147 de 2023** que : "Convida a Senhora Elizeta de Paiva Ramos, Procuradora Geral da República." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/10/25>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos. Obrigado pela presença dos Senadores que atenderam ao nosso convite desta reunião extraordinária. É porque nós precisamos decidir um assunto e tem que ser hoje. É um assunto que é muito importante porque envolve o que nós vimos, envolve pessoas que estão sofrendo e é preciso parar o sofrimento dessas pessoas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião tem o objetivo de deliberar o seguinte requerimento:

Requerimento nº 147, de 2023, que requer, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei 1.579, de 1952, e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a Sra. Procuradora-Geral da República, Elizeta de Paiva Ramos, para tomar conhecimento de graves violações de direitos humanos e de casos de abuso de autoridade por parte de agentes do Poder Público Federal.

A autoria é desta Presidência.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

Requerimento Nº 147/2023

Convida a Senhora Elizeta de Paiva Ramos, Procuradora Geral da República.

Autoria: Senador Plínio Valério

Alguém quer a palavra antes de eu ler e colocar o requerimento em votação?

Alguém quer a palavra?

Damares?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – O assunto é grave, é sério, envolve vidas, envolve proteção de áreas, envolve proteção de vida humana. O Ministério Público pode, sem aguardar o final desta CPI, já tomar algumas iniciativas.

Então, eu julgo necessário a gente trazê-la. Se ela não se sentir à vontade em uma reunião aberta para conversar conosco, para receber o que já temos em produção, em forma de denúncia, ela vem e a gente faz uma reunião reservada entre nós e ela, entregamos...

Eu voto "sim" a esse requerimento, que acho justo, oportuno e necessário.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A palavra está franqueada.

Senador Zequinha. (*Pausa.*)

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Presidente Plínio Valério, Relator Marcio Bittar, nós estivemos lá nessa reserva. A gente verificou, andou lá e viu o que está acontecendo lá. E, assim, o que eu vejo: eu acho plausível nós fazermos esse convite. E ninguém está forçando ninguém a nada, mas o Ministério Público, igual disse a Senadora Damares, tem que nos ouvir mesmo antes de terminar, de nós entregarmos o relatório final desta CPI.

E eu acho que ela poderia tanto nos ter atendido lá quanto vir aqui. Mas, agora, como foi feito um convite, eu acho plausível, e o meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado.

Senador Zequinha.

A Ordem do Dia está quase começando.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Repetir aqui a filosofia do meu velho pai: eu estou preocupado com o Ministério Público há algum tempo, não é de hoje. E não é um caso específico também porque eu vejo o Ministério Público com outras preocupações que não a que nós estamos aqui, neste momento.

Então, aprovar o requerimento eu acho que é o fundamental. E eu espero que ela venha, que tenha a hombridade como servidora pública, e que esteja à disposição da sociedade, da instituição do Senado Federal e do órgão aqui, que é a nossa Comissão.

Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Zequinha.

O nosso Relator, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Para a gente poder aprovar logo, é "sim".

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, pronto.

Aprovado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos colocar em votação o requerimento.

Já foram declarados os votos. Aprovado.

Coloco agora...

Já tivemos cinco e é 147...

Portanto, é aprovado, com voto para convidar a Procuradora-Geral da República interina, porque tivemos dificuldade em conseguir uma agenda com ela durante três dias e achamos por bem ela vir aqui. E será uma visita muito rápida, cordial, bem-educada e civilizada.

Nada mais havendo a tratar, esta reunião está encerrada, agradecendo a todos.

(Iniciada às 17 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 17 horas e 05 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, CHAPADÃO DOS PARECIS, MATO GROSSO.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e três, no Chapadão dos Parecis, Mato Grosso, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS. Passa-se à apreciação da pauta: **Diligência Externa. Finalidade:** Realização de diligência externa em Chapadão dos Parecis, Mato Grosso, com o objetivo de conhecer a etnia indígena Haliti-Paresi, em atendimento ao Requerimento 126/2023-CPIONGS. Obs.: Diligência terá início às 9h no horário local (Chapadão dos Parecis - MT) / 10h no horário de Brasília. **Resultado:** Diligência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/10/26>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de realizar diligência externa em Chapadão dos Parecis, aqui em Mato Grosso, com o objetivo de conhecer a etnia indígena haliti-pareci; e aprender com eles e divulgar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com eles o sucesso do seu empreendimento; ouvir as dificuldades e a forma como nós poderemos ajudar como Senadores da República e como CPI.

Está aberta a nossa sessão.

Eu quero pedir, Genilson, que nós possamos... Já falamos, vocês já ouviram os Senadores falando, e agora nós queremos ouvir as entidades através de seus representantes. *(Pausa.)*

Vimos, como disse, Genilson, ouvi-los – ouvi-los. Todos poderão e deverão – e estão em casa – dizer o que pensam, o que quer que seja. Seja o que for, nós estamos aqui para ouvir, e no final ouvir de que forma nós podemos colaborar.

Genilson, por indicação de vocês, vamos ouvir...

Eu só queria... Você pode até falar do Arnaldo, apresente o Arnaldo para a gente, Genilson, que nós vamos ouvi-lo agora.

O SR. GENILSON ANDRÉ KEZOMAE – Convidamos aqui o Sr. Arnaldo Zunizakae, Presidente da Cooperativa Copihanama. *(Palmas.)*

O SR. ARNALDO ZUNIZAKAE (Para expor.) – Bom dia a todos. *(Pausa.)*

Eu vou tomar a liberdade de falar aqui meio de lado para não ficar de costas, mas quero agradecer em nome do Senador Jaime, porque nós temos uma certa amizade, não é, Jaime? Obrigado por ter vindo. Sejam bem-vindos ao nosso território, à nossa aldeia!

Quero agradecer a todos os parentes que estão aqui, Cacique, lideranças e demais pessoas do nosso município que também são amigos, parceiros nossos aqui.

O tempo é curto, então vamos direto ao assunto.

O Genilson resumiu muito bem a nossa forma de viver aqui, a forma de trabalhar, mas essa coragem de ter começado algo aqui dentro surgiu baseada na necessidade que nós enfrentávamos aqui dentro. Pelo fato de o nosso território aqui ser... Com a chegada da agricultura na nossa região, a gente se viuilhado nessa terra, que até então era considerada muito pobre pelo fato de ser Cerrado, chapadão, sem floresta, com belos rios, mas sem peixe, graças àquelas cachoeiras lindíssimas que nós temos. Então, nós tínhamos todo tipo de dificuldade. E, com a chegada da agricultura, nós não vimos outra alternativa a não ser buscar trabalho nessas fazendas, onde esses produtores rurais... Embora a maioria do Sul, eles receberam nossos trabalhadores – nós, eu inclusive – para trabalhar como funcionários nessas fazendas. E lá nós fomos aprendendo e gostando, e cada vez mais foram saindo índios parecidos, daqui do território, para trabalhar fora. Quando nós percebemos, nós já estávamos com nossas aldeias praticamente esvaziadas nos períodos de plantio e colheita, restando aqui apenas velhos, mulheres e crianças. E isso afetava diretamente a nossa alimentação, porque não se tinha mais tempo de fazer roça de toco, não se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha mais tempo de caçar e principalmente de cultivar nossos rituais. Então, nós fomos empobrecendo – em busca do sustento, fomos empobrecendo – em termos de cultura, em termos de cuidar da nossa família e esvaziando o nosso território. Foi onde a gente parou e pensou o que fazer para retornar e usar esse território.

Nós não sabíamos mais fazer outra coisa, não podíamos fazer nada, e foi onde fomos buscar o projeto de desenvolvimento de agricultura aqui dentro, um projeto audacioso, perigoso na época, porque a todo momento falavam que nós íamos ser presos, processados e tal, mas a gente buscou, através dos órgãos do Governo, condições de desenvolver a agricultura aqui dentro. Chegamos a elaborar projetos e a apresentar ao Banco do Brasil para financiar atividade agrícola, coisas que nós já sabíamos fazer, mas infelizmente não conseguimos ter êxito na obtenção desses créditos por falta de garantia. E até hoje é uma das dificuldades, que o Genilson vai ler para vocês, a questão do crédito. A gente tem terra, nós temos conhecimento, porém a terra que dizem ser nossa não pode ser dada como garantia. E não temos outra coisa a dar como garantia para poder adquirir financiamento fora.

E é onde eu faço questão... Não vou falar nome, mas faço questão de agradecer de público aqui a pessoas que acreditaram no projeto, que são produtores rurais da região, pessoas do Sul – que o pessoal fala "discriminatório", "preconceituoso" – que abraçaram a ideia, correndo todos os riscos. Claro que vieram aqui para ganhar dinheiro, sim – ninguém trabalha por outra finalidade –, mas acreditaram no nosso projeto.

Agradeço aqui... Embora a visão que tenho da Funai, agradeço à Funai pelo fato de ter acompanhado – ou a alguns servidores da Funai, por terem acompanhado – desde o começo. Já faz 20 anos que nós temos esse projeto. Do começo ao fim, pessoas de dentro da Funai nos orientando em como fazer. Mas também não posso deixar de falar que existem pessoas lá dentro que dificultam a nossa vida – dificultam, atrapalham demais –, assim como no próprio Ibama.

O Ibama, a partir de um certo momento, passou a ter conhecimento... Pela necessidade de nós fazermos o licenciamento da nossa atividade e a regulamentação, nós tivemos que buscar o Ibama. E, dentro do Ibama, nós encontramos técnicos altamente comprometidos, sinceros, honestos com a causa, mas também encontramos pessoas ideológicas lá, com ideologismo, com pensamento próprio, o que infelizmente também dificultou o nosso trabalho.

Mas nós temos uma relação com esses órgãos do Governo – Funai, Ministério Público Federal, que sempre nos acompanha, nos orienta, e hoje, atualmente, o próprio Ibama.

Mas a gente só conseguiu fazer esse projeto, Srs. Senadores, por conta de que nós fomos unidos e por conta de que a decisão era nossa e de que quem falava por nós éramos nós – a Associação Halitinã e a Associação Waymare, que são as duas associações que criaram esse projeto, que fizeram acordo com esses fazendeiros para poder desenvolver essa atividade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu diria para os senhores: se vocês não conseguirem mudar alguma coisa, dificilmente outra etnia no Brasil consiga fazer isso que nós fizemos, porque hoje o desenvolvimento e a autonomia do índio significam problema para aqueles que se beneficiam da nossa miséria, da nossa desgraça. Isto é um inimigo muito grande que vocês vão enfrentar: interesses de fora, que infelizmente contaminaram o nosso país e atrapalham isso.

A terra é nossa, o direito de escolher o que fazer aqui é nosso. Nós temos legislação no Brasil muito bem elaborada. É só nós respeitarmos aquilo que está na lei. Nós podemos, sim, plantar, podemos explorar madeira, podemos explorar minério; é só seguir a lei. Agora, quem atrapalha isso? Você olhe na Constituição: o que proíbe nós plantarmos? Não tem nada que nos proíbe. O que não temos é condições de adquirir crédito. Não temos hoje critérios para o licenciamento ambiental.

Para vocês terem uma ideia, nós estamos, desde 2013, com o pedido de licenciamento ambiental lá no Ibama; e o Ibama demorou tanto – só em 2017 e 2018, ele começou a dar andamento –, por falta de parâmetros para se trabalhar um termo de referência que norteasse os estudos para o licenciamento ambiental. Então, era uma coisa inédita, e nós estamos quebrando essa barreira. Provavelmente, vamos ser os primeiros indígenas a ter sua área, sua atividade aqui regulamentada através de um licenciamento ambiental. *(Palmas.)*

O tempo nosso é curto, mas para finalizar eu quero pedir aos senhores que ouçam de fato a voz dos índios e o que nós queremos é só trabalhar. A partir do momento em que nós implantamos e consolidamos essa agricultura aqui dentro, nós começamos a enfrentar outras dificuldades que são perseguições ora institucionais, ora da imprensa.

Hoje, o povo pareci tem medo de falar numa televisão para o jornal, porque aquelas mesmas pessoas para as quais nós achávamos que precisávamos divulgar o nosso trabalho para tornar transparente distorciam e marginalizavam o nosso trabalho. Vocês acompanham isso? Recentemente, muitas matérias nos marginalizando, mas mesmo assim nós nunca paramos de pensar, de trabalhar em prol do nosso povo.

A agricultura do povo pareci, hoje, representada por quatro cooperativas, não é de cacique, não é de uma aldeia, ela é de um povo. Para vocês terem uma ideia, apesar de nós enfrentarmos todos os problemas de perseguições, de ataques, de criminalização que tentam colocar sobre nós, nós temos a questão da agricultura que tem o problema do clima, de preço, de mercado, tudo isso, e mesmo assim nós temos uma situação que nós aplicamos aqui dentro, Srs. Senadores: todo ano, as quatro cooperativas juntas – este ano nem tanto, mas vou pegar o ano passado em que os preços estavam muito bons – distribuíram para esses pouco mais de 3 mil índios, como repasse social, como se fosse um resultado da lavoura para todos os indígenas que morassem aqui dentro – a única regra era morar dentro do território –, nós fizemos uma distribuição de mais de R\$10 milhões para as famílias. *(Palmas.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso nós colocamos como resultado do nosso trabalho, do nosso suor, sem ninguém de fora vir doar nada para nós.

Queria só relatar uma situação aqui que nós enfrentamos na pandemia, quando a Funai distribuiu cesta básica aqui para os povos indígenas, e não fomos diferentes, nós fomos contemplados – não é, Genilson? – com a cesta básica. Nós fizemos um acordo: tudo aquilo que a Funai disponibilizou nós recebemos, compramos outra quantidade semelhante e doamos para os outros índios que não tinham essas condições, a fim de que eles também pudessem permanecer dentro da terra com um pouco de dignidade.

E quero agradecer aqui a todos os nossos parceiros, não sei quem que está representando o Município de Campo Novo aqui, mas quero agradecer, principalmente, pela forma como eles acolhem a nossa sociedade lá dentro. Aqui vocês não vão a Campo Novo, mas, se vocês forem a Tangará, Campo Novo e Sapezal, vocês não irão encontrar índio andando de fila, pedindo no restaurante, sentado bêbado na rua... Isso vocês não vão ver! Os nossos amigos estão aqui como testemunhas. Os índios entram pintados, o Rony chega lá com a família dele desse jeito e é recepcionado, é chamado para tirar foto, porque ele vai entrar numa farmácia, ele vai comprar o seu medicamento, vai entrar no melhor restaurante e vai pagar o seu churrasco. E é desta forma que a gente entra, os índios estão passando na rua e são chamados para abrir um crédito, é isso que a gente gostaria de ver para as outras etnias no Brasil. Mas tudo isso tem que ser construído com trabalho, não com doação.

Então, Srs. Senadores, vamos trabalhar no sentido de que os índios possam, de fato, usar aquilo que ele tem de direito na lei para usar a sua terra. Eu não sei de que forma vão fazer isso, mas nós conseguimos. E de uma coisa vocês podem ter certeza: isso aqui não vai parar, não – isso aqui não vai parar! Nós vamos seguir o que for preciso para fazer em termos de legalidade, mas nós não vamos parar. Porque parar isso aqui é condenar uma sociedade – somos povos – ao extermínio.

O povo pareci, manoki e nambiquara não consegue mais viver sem a questão econômica. O índio, Sr. Jaime, não celebra uma festa na miséria. As nossas festas tradicionais são celebradas na colheita. O batismo só é feito com colheita. A menina-moça, se ela entra no período de reclusão, o pai é obrigado a fazer roça até que ele produza para poder fazer o ritual. Então, se não tiver condições, se não tiver alimento, se não tiver uma condição boa de vida, a nossa cultura também não existe.

Quando nós começamos esse projeto – agora para finalizar –, quando nós começamos esse projeto, eu e o Genilson trabalhávamos na saúde indígena, convênio, Associação Halitinã em convênio com a Funasa na época. O nosso trabalho foi, num certo período – não é, Genilson? –, contabilizar mortes. Nós tivemos em um ano 42 óbitos de criança de zero a cinco anos por desnutrição. Foi onde nós falamos: "O que está matando os nossos filhos?". Nós estamos brigando por remédio ou estamos brigando por isso? Mas isso não está salvando. E fomos ver: era falta de alimentação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós éramos, naquele período, 1,25 mil indígenas – 1,25 mil. Desses 1,25 mil, 270 moravam na cidade sem necessidade, porque a cidade, embora eles trabalhassem no frigorífico, trabalhassem no posto de combustível, era melhor do que a aldeia. Hoje, nós temos, só o pareci, 2,6 mil a 2,8 mil índios, todos moradores da aldeia. Levamos energia para todas as aldeias, internet em 70% da aldeia.

Hoje, a energia é puxada, sabe de que forma, Plínio? A gente contrata a empresa, faz o projeto, paga, depois o Governo ressarce. A gente antecipa aquilo que o Governo tinha que fazer, para que nós possamos ter energia, para que nós possamos ter internet, para que o índio fique dentro de casa. A evasão escolar, que era altíssima, acabou. (*Palmas.*)

Hoje, o índio entra aqui, o ônibus vem aqui, pega e leva lá para o município. Você não vai ver aluno matar aula, porque ele não tem mais necessidade de ir lá, roubar um *wi-fi*, pegar uma internet, que ele não tinha na aldeia. Ele vai ter a noite inteira aqui, se os pais deixarem, para ele acessar a internet. Então, essa é um pouco da nossa realidade, nosso tempo é curto, mas nós deixamos aqui à disposição para que vocês visitem.

O Styvenson já fez um compromisso, vai voltar aqui para...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – São lugares lindos!

O SR. ARNALDO ZUNIZAKAE – ... conhecer o nosso turismo, ver as nossas culturas, participar, quem sabe, de um ritual aí. Todos vocês estão convidados, tá?

Obrigado a todos, toda a liderança aqui, pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Só uma pergunta, querido: os R\$10 milhões foram divididos para os 2,6 mil moradores?

O SR. ARNALDO ZUNIZAKAE (Para expor.) – No ano passado nós éramos, o Gilmar sabe, 2,8 mil, vamos pegar ali, 3 mil e poucos índios, entre manoki e nambiquara, R\$10 milhões.

Hoje a distribuição social já chegou até a R\$5 mil por pessoa, depende do preço que a gente obtém. Mas é uma... Não baixa de R\$7 milhões, R\$8 milhões. E é um dinheiro que fica todo lá no município, num posto de combustível, numa loja de moto, numa loja... Ou seja, o índio está contribuindo com a economia regional. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Arnaldo, obrigado. Obrigado pela aula de conhecimento, de luta, de bravura. Obrigado mesmo.

Só para vocês terem uma ideia, e eu tenho que observar quando for na hora mesmo, o Arnaldo falou que vocês contratam empresas de energia que fazem o estudo e que instala. Lá na Reserva Extrativista Chico Mendes, nenhuma empresa ousa entrar. Nem para alugar trator, nem para puxar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia, porque é punida com multa. Eles pegam o equipamento, tocam fogo e jogam fora. Para se ter uma ideia do quanto vocês representam para todos nós brasileiros, para todos nós indígenas.

Agora, o Lucio está aqui, ao meu lado, o Presidente da Coopiparesi.

É Lucio que está aqui do lado. Quer falar daqui do lado? (*Pausa.*)

Lucio, só pega os dois, porque um é da tevê.

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE (Para expor.) – Bom dia a todos!

Só reiterando, reforçando algumas falas do Presidente Arnaldo, referentes à atividade nossa, falar que as dificuldades sempre foram, desde o início, de luta, né? A princípio, nunca fizemos essa atividade escondidos de nenhum órgão competente ligado à área indígena.

E, por último, falar que essa atividade tem conhecimento em nível federal, tanto da Funai, do estado, do Ministério Público, quanto do Ibama, e reiterar que, dessa atividade, eu... Teve a minha formação como engenheiro agrônomo, né? Retornei para a área indígena para poder também ajudar na condução dessa atividade.

Dizer que, na área da educação, ela vem ajudando muito, apesar da dificuldade. E outras que o Arnaldo mencionou aqui, com relação a linhas de crédito, né? A gente passa uma dificuldade. O produtor lá fora, que não é indígena, já tem as suas dificuldades peculiares, e a gente é o dobro, praticamente, do que o produtor lá fora passa. Então, sem linha de crédito, sem linha de captação de recurso para atender o dia a dia nosso, sem linha de crédito para os insumos e a compra de máquinas.

Então, N dificuldades que a gente vem sofrendo ao longo desse período, e queremos compartilhar isso com vocês, através de documento que daqui a pouco vai ser lido para os senhores.

E, no mais, até então, são essas as minhas falas, mas eu vou deixar para os companheiros aqui também falarem o que a gente vem tendo de necessidade para essa atividade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE – A comercialização nossa, como o Arnaldo e o Genilson mencionaram anteriormente, a gente tem essa dificuldade por ideologia. Não há nada que proíba outras empresas de fora de comprar o nosso produto, nem empresas de outros países, mas há uma ideologia de que, quando se fala que a produção do produto é de área indígena, as *trades*, as grandes empresas têm receio de comprar direto da gente e ser embargada a produção deles no porto, de exportar para outros países. Mas não existe, né? Até então a gente desconhece lei que proíbe alguém de comprar nossa produção daqui. Então, é uma das dificuldades que a gente tem que fazer essa venda direta do nosso produto, mas a gente espera que, com muito trabalho, a gente consiga estar expondo isso para fora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, no mais, eu acredito que meus companheiros têm mais pontos importantes para também serem falados. De momento, seriam esses pontos aí que eu teria que reforçar. (*Palmas.*)

Só pontuando, o Senador me perguntou, agora há pouco, a quantidade de produção que é saída dessas áreas de produção. A gente estima aí uma produção média de 50 sacas, pegando a soja como referência, tendo mais de 60 milhões de toneladas de produção. Se a gente embute mais duas safras, safra e safrinha, a gente chega a mais de 100 milhões de toneladas só dessas áreas indígenas.

Então, é uma produção tamanha que gera impostos, gera tudo isso aí para o Governo e que, muitas vezes... Não é passada despercebida pelo Governo. Então, querendo ou não, a gente consegue gerar uma economia para a região, para o Estado e para o Brasil. (*Palmas.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Soja e milho?

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE – Soja e milho. E outras variedades de feijão que a gente planta por aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE – Aqui tem um exemplo do que a gente produz aqui. Isso o que está aqui na nossa mesa aqui são painços, variedades de painços, gergelim, feijão, milho branco. São variedades de produtos que são produzidos dentro das áreas indígenas e exportados. Não são exportados direto pela gente, por causa disso que eu mencionei há pouco, do preconceito da ideologia de quem compra.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Vocês querem ampliar? E a terra? Ampliar a área de terra?

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE – A área plantada, desde que seja regularizado. Internamente, a gente tem as nossas discussões. Internas. Através disso, é claro que o desejo é sempre estar produzindo mais, aumentando mais, mas isso, internamente, é discutido para a gente poder dar seguimento nos trabalhos e nas atividades.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Mas é um desejo.

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE – É um desejo, né? Mas desde que seja tudo regularizado essa primeira etapa. Depois, a gente vê da melhor forma possível, construindo esse trabalho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Lucio, existe uma capacidade máxima de produzir, de plantar nessa terra? Já discutiram isso?

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE (Para expor.) – Olha, não existe o limite máximo, né?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. *Fora do microfone.*) – Vamos falar se for regulamentado, se for regularizado, o que vocês poderiam planar?

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE – O que a gente poderia plantar? O limite, a extensão? Isso tudo depende das nossas negociações e conversas internas. Desde que essa primeira etapa seja regularizada... É claro que uma audiência interna com os povos parecis, assim com os de outros três povos que fazem parte desse projeto, é o desejo, mas devagar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE – Hoje, se a gente pega o povo pareci... São 1,3% – alguém pode me corrigir – de todo o território que é usado para a produção de grãos. Se a gente juntar todas as reservas da terra indígena, dá 1,2 milhão de hectares, mais de 1,2 milhão de hectares. Disso aí, 1,3% é cultivado, em pontos específicos, não em um lugar só.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mais algum? (*Palmas.*)

Obrigado, Lúcio, pela exposição e pelas respostas.

Edinaldo, me perdoe se eu errar aqui, depois, da Cooper... É o Presidente da Coopermatsene. É isso? Ah, legal. Então, vamos aqui, Edinaldo. Ah, Edinaldo... Você pode vir para cá, Edinaldo? Ficar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois é, se eu deixar o microfone para os Senadores e ficar só com aqui, dá para ouvir? (*Pausa.*)

Não, não é?

Então, é do mesmo jeito.

É porque as perguntas não estão sendo ouvidas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Desculpa, é porque passou aqui despercebido, que o Lucio – não é isso? – é engenheiro agrônomo.

O senhor estudou. O senhor pode dizer quem pagou os seus estudos? Onde o senhor estudou?

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE (Para expor.) – Muito bem.

Estudei em universidade pública, na Universidade do Estado de Mato Grosso, na Unemat, no Município de Tangará da Serra, o *campus*, e todas as despesas, o custeio de moradia, do dia a dia da faculdade, praticamente saíram todos dessa atividade lá no início. O meu pai e a minha mãe, como os meus irmãos, na época aqui, contribuíram para a abertura da atividade. Enquanto eu estive na faculdade, as necessidades lá foram supridas com as atividades aqui.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE – Só lembrando, também, a gente tem as associações que também contribuíram muito para a formação não só minha, mas para a dos demais também que são formados na área.

Isso mesmo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Queria perguntar: você e outros jovens também fizeram a mesma coisa, né?

O SR. LUCIO OZANAEZOKAESE (Para expor.) – Com certeza, todos os outros, formados em outras áreas, em medicina, odontologia, enfim, outras áreas de engenharia, também foram todos atendidos com essa atividade.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Eu quero só um apartezinho aqui para complementar...

Não, não precisa. Nada. *(Pausa.)*

Só complementado aqui a indagação do Senador Styvenson, quero dizer a V. Exa., Senador, que a Unemat, em que o Lucio se formou, foi o Senador Jayme Campos, quando Governador, que criou a Unemat de Mato Grosso... *(Palmas.)*

... que é a universidade estadual do nosso estado.

Então, foi este velho que você está vendo aqui que criou a Unemat, pensando nessa possibilidade de dar oportunidade a alguns milhares de jovens desse estado aqui, para que tivessem também acesso ao ensino de terceiro grau.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foi uma obra do Governador Jayme Campos, lá em 1994.

Obrigado, Plínio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós é que agradecemos, Jayme, ao fruto do seu trabalho.

Parabéns, irmão!

Arnaldo...

Não, não é o Arnaldo. É o Edinaldo.

Edinaldo, você pode segurar os dois microfones, por favor? (*Pausa.*)

Ah, está aqui ele, do meu lado, aqui. Se não fosse em paz e harmonia, né?

O SR. EDINALDO ZOZOIZOKEMAE (Para expor.) – Primeiramente, bom dia a todos.

Na verdade, estamos aqui para um grande dia especial.

Então, pessoal, o que para quatro cooperativas está faltando... Falta linha de crédito e financiamento... Excesso de burocracia no licenciamento ambiental.

E, então, são essas coisas que estão faltando para quatro cooperativas. E, nessas quatro cooperativas, a gente está trabalhando para a soja convencional e o milho convencional.

Então, dentro da área indígena nós estamos trabalhando só com o convencional. É engraçado os outros que proíbem o nosso trabalho, porque, bem do nosso lado, os nossos vizinhos plantam, os fazendeiros plantam transgênicos, e nós, indígenas, só estamos trabalhando com o convencional.

Então, pessoal, só faltam essas três coisas para nós: a linha de crédito e o licenciamento... O que dificulta também é o que o Lucio já falou, é uma comercial direto da soja, a produção nossa que ninguém pega direto conosco.

Então, a minha fala é essa.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Edinaldo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Plínio, só quero fazer uma pergunta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se fosse possível, pela legislação, que vocês também cultivassem a soja transgênica, seria um desejo, se fosse permitido por lei?

O SR. EDINALDO ZOZOIZOKEMAE – Sim. Se fosse permitido, nós iríamos fazer, mas, como não é permitido que... Porque eles produzem mais e porque o transgênico a gente sabe que produz... O que a gente está plantando agora de convencional dá muito trabalho, a despesa é muito alta; agora, com o transgênico, não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eles alegam... Por que vocês não podem plantar transgênico? Eles alegam o quê?

O SR. EDINALDO ZOZOIZOKEMAE – Eles alegam que, se nós continuarmos plantando, nós vamos ser multados, porque uma vez nós já fomos multados.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Plínio, a lei diz claramente que, em terra indígena, não se pode plantar transgênico.

O SR. EDINALDO ZOZOIZOKEMAE – Exato.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – E a revogação... No marco temporal, nós mudamos isso e o Lula vetou.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Marcio está esclarecendo que a própria lei diz que, em área indígena, não se pode plantar transgênico. Nós tentamos acabar agora, pra manter o marco temporal, o Presidente vetou, e nós estamos estudando derrubar o veto do Presidente.

Obrigado. Obrigado, Edinaldo. (*Palmas.*)

Carlito, Presidente da Cooperio.

Tu tens opção, Carlito, sentado ou em pé. Você escolhe, irmão?

O SR. CARLITO KENAZUKIE (*Fora do microfone.*) – Vou do seu lado aí.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Do meu lado, será um prazer, até pra viver em paz e harmonia, não é, Genilson?

O SR. GENILSON ANDRÉ KEZOMAE (*Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, Carlito, que é Presidente da Cooperio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLITO KENAZUKIE (Para expor.) – Alô. Em primeiro lugar, bom dia a todos.

Como a maioria das autoridades não me conhece, meu nome é Carlito Kenazukie, sou do Município de Tangará da Serra.

Pra nós hoje é um dia muito especial, em que a gente vai tentar fazer o bom encaminhamento através dos Senadores que vieram e chegaram aqui, porque, até hoje, nós, indígenas, fomos muito discriminados, mas, aqui dentro, o que a gente fez é para o bem do nosso povo, é para o bem da nação, é até para o desenvolvimento, e a gente está contribuindo com o município, com o estado, não é?

Agora, pra quem não conhece, até hoje esses nossos projetos melhoraram a qualidade da educação, melhoraram a qualidade da saúde, melhoraram a qualidade do transporte. Enfim, hoje pra quem... Vocês, que são autoridades, veem a condição política da saúde no nível nacional: está numa situação precária. O que está nos salvando são esses nossos projetos, porque hoje a gente consegue pagar consultas especializadas, cirurgias, que são muito caras. A gente está fazendo isso tudo. E, hoje, na maioria dos hospitais, nós temos crédito: a gente pode entrar sem dinheiro hoje, mas eles atendem. E, no passado, a gente era visto até como um animal.

Agora, a maior vantagem de todas, Srs. Senadores, é o respeito que nós temos com a sociedade, o respeito que nós temos com os vizinhos, com as empresas grandes. Cito até o Grupo Maggi, que está próximo às aldeias nossas. Nunca, graças a Deus, nós tivemos nenhum problema, nem só com essa empresa, mas sim com outras empresas, outras fazendas que estão próximas. Isto acho que é o mais bonito: nós termos essa amizade e respeito.

E outra coisa também: eu queria dizer que muitas pessoas falam que o índio está... O povo pareci, hoje, está aumentando. Hoje nós mantemos a nossa cultura. Aqui estou falando meio atrapalhado, mas com vocês. Agora, na minha comunidade, eu falo só a língua, eu não falo em português. Então, das nossas tradições nós não estamos perdendo nada. Assim, a cada ano, a gente está melhorando.

O que a gente quer dos Srs. Senadores? A gente quer esse apoio para melhoramento nessa questão de financiamento, porque, até hoje, a gente está enfrentando uma situação muito difícil, mas o povo pareci nunca vai parar de se movimentar, de procurar o direito do nosso povo.

Agora, o que eu queria pedir também? Tem muitas ONGs que atrapalham nossos projetos. Eu peço que isto também eles têm que olhar: o povo pareci está lutando pelo bem dele, ele está lutando pelo bem da sua nação, mas eu peço que, se essas ONGs querem ajudar, ajudem de uma forma que contribua com cada povo indígena. A gente vê vocês, da Região Amazônica, você vê a situação que o povo indígena está passando naquela região. E você comparar um pareci, que lutou, que chegou, enfrentou toda essa situação e está melhorando... E outra coisa: eu peço para os senhores autoridades, porque, hoje, essa ampliação... A gente quer lutar, porque o povo pareci está aumentando. A quantidade das áreas abertas que nós temos não está sendo suficiente para atender à demanda do meu povo. Então, a gente... Através



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos senhores que estão presentes, que vieram ajudar, somar, buscar o melhor para a nação indígena, eu tenho certeza de que o exemplo que a gente está tendo é exemplo para outros povos, porque acho que eles têm que pensar, porque na Constituição fala: o que é que adianta a gente ter terra demarcada, se a gente tem condição de nós mesmos trabalhar e, muitas vezes, a gente não consegue fazer nada? Isso o povo Pareci pensa diferente. E nós vamos batalhar mais cada vez através das nossas instituições.

E peço para os senhores, autoridades, como vocês chegaram até a nossa aldeia, até a nossa comunidade, vocês viram que nós não somos diferentes. Nós não somos diferentes dos senhores. A diferença que a gente tem de vocês é que não somos permitidos nos desenvolvermos.

Então, voltando um pouco a questão de saúde, a Sesai, que está hoje representando o povo indígena em nível nacional, está numa situação bem precária: não está tendo carro, não está tendo medicamento suficiente... Então, a única salvação são os nossos projetos, que estão fazendo essa diferença.

Então, nós, o povo indígena, jamais vamos parar, porque, se um dia nós pararmos isso daí, a nação pareci vai morrer, vai desaparecer. Acho que o mais importante de tudo isso são esses bons relacionamentos que a gente tem com a sociedade envolvida: os próprios municípios, os próprios representantes dos municípios, desde o Vereador até os Prefeitos – a gente não tem esses problemas.

E, hoje, a gente tem esses parceiros que os outros meninos já falaram, e a gente está tendo esse bom relacionamento. O que a gente quer de vocês é que nos escutem e nos deem esse apoio para que as ONGs parem de atrapalhar o nosso desenvolvimento.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Parabéns, Carlito. Obrigado pela sua exposição.

Agora sim, viu, Genilson? Vamos ver que aqui a letra de quem me passou também não está... Edson é o Presidente da Associação Waymare. *(Pausa.)*

Eu vou colocar um acento aqui para não errar mais.

Edson, Presidente da Associação Waymare.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Edson, Se você puder, responda a uma curiosidade: as áreas privadas no Brasil têm limite de instalação...

O SR. EDSON KAZUMAZAKAE SANTOS SOUSA – Sim, 80%. Varia de acordo com a região, se é Cerrado, Pantanal...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É uma curiosidade se vocês têm alguma ideia sobre isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, o Código Florestal, o sistema Snuc, estabeleceu limites. No caso nosso lá de cima, lá na Amazônia, chega a 80%, somente em 20% da propriedade privada particular pode se trabalhar. Vocês têm uma ideia? Têm?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Carlito.

O SR. EDSON KAZUMAZAKAE SANTOS SOUSA – Já vim com ela pronta.

Bom dia, Brasil; bom dia, povo que assiste pela internet, pela TV Senado, e que nos acompanha hoje.

Nós temos o privilégio de, como brasileiros... Sou Edson Kazumazakae, Presidente hoje da Associação Waymare. Sou jovem ainda nessa vida de luta, mas também comprometido com a melhoria do meu povo e a defesa dos seus direitos, defesa dos seus direitos de trabalho, mas não defesa dos seus direitos de ser mendigo.

Então, assim, hoje, com todo carinho, recebemos o segmento do Governo, uma das peças fundamentais que administra o povo e administra o país.

Também viemos aqui para entregar documentos, e falar de dados é sempre importante, para que as pessoas consigam entender, e também poder questionar alguns dados.

O povo pareci tem na sua cultura, desde sempre, a produção de alimentos para o seu autoconsumo, e hoje, devido a mudanças, o pareci precisa trabalhar com a agricultura, em que ele usa menos área, ele produz mais, ele tem um controle melhor.

Mas, respondendo aqui, eu queria deixar bem claro que o povo pareci tem nove terras demarcadas e trabalha hoje, Senadores, com três áreas, áreas de produção, terras indígenas, e esse trabalho que o senhor mencionou, muito preocupado, é uma preocupação dos nossos anciãos, que, na época, pensaram e ajudaram, junto com a associação e os demais líderes, a montar um plano de gestão territorial, chama-se Pngati. É um plano em que você visualiza o que que você precisa, de acordo com a população, de acordo com a realidade da região. Após a minha fala, eu vou passar aqui para o Ronaldo, e ele vai finalizar a parte de gestão territorial, porque ele ajudou a montar isso.

Mas, nesse período aqui, Jayme Campos, do ano de 2000 para frente, em que as associações, junto com as comunidades, elaboraram as áreas de lavoura, foram desenhados, mapeados – está aqui o Cacique Narciso –, que eles nos orientaram: "Jovens, nós precisamos que vocês façam as lavouras em regiões onde não danifica muito, longe de aldeias, longe de aldeias, longe de nascente, longe de afluente, longe de onde possa ter um impacto muito grande nas comunidades". Porém, hoje, nesses 1,3 milhão de hectares do pareci hoje, Senadores, hoje, Brasil, a gente trabalha com uma margem de 1,7% de área produtiva, e isso representa, só nos parecis, 17.750 hectares. São dados a partir de 2012, quando começou a se desenhar essa atividade de agricultura dentro da Reserva Pareci, posteriormente, juntamente com manoki



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e nambikwára, só que eu não mencionei aqui a área territorial deles nem a quantidade de área deles. Usei como base a referência do povo pareci.

E, respondendo àquela sua curiosidade e às demais, é importante sempre perguntar: como que você pensa daqui a 50 anos? É difícil responder. Mas, para o povo pareci, não é difícil, porque o povo pareci já tem uma definição, um planejamento e um modelo de vida para o futuro.

Eu sempre deixei bem claro e falei para o Ministério Público que o nosso povo, o povo do meu pai, do Cacique Rony, do Narciso, que representa, da D. Deja, eles não vão se preparar para dividir lixões com ninguém, porque esse é um povo que vai trabalhar doído para nunca deixar essa situação caótica acontecer.

Então, nós temos, no plano de gestão territorial para os próximos 50 anos, uma projeção de uso da área pareci, na perspectiva da população, de 4% do uso da área dos 300 mil hectares, o que somaria uma média de 50 mil hectares para os próximos 50 anos. Seriam 4% da Reserva Pareci.

É lógico que a tecnologia ajuda, tudo melhora, então as terras podem ser mais produtivas, elas podem ser melhoradas com a questão produtiva delas. Não precisa ter muita área, mas precisa investir mais em tecnologias, e não se investe em tecnologias se não tiver um plano, se não tiver uma linha de crédito, se não tiver um subsídio do governo.

Até se vê aí, nas redes, que o Governo investe tantos milhões com BNDES, que, de lá, supostamente legalizado, passa para as multinacionais, para as empresas, e eu fico um pouco contente, porque eu vejo o Brasil investindo nos outros países e tirando o nosso direito de não poder crescer. Infelizmente, o povo escolhe aquele governo que quer, e hoje nós vamos pagar caro por isso.

Infelizmente, Senadores, hoje nem toda a população indígena dos 43 povos pensa igual ao pareci ou até mesmo tem coragem igual ao pareci. Muitos deles queriam ter essa oportunidade de estarem aqui e eles mesmos falarem por eles, mas existe uma série de pessoas que falam por eles, terceiros, e isso é ruim. E o povo pareci, através do Arnaldo, através da liderança do Genilson, desse pessoal, a gente sempre teve essa oportunidade de falar de nós mesmos, nós sermos o nosso próprio personagem.

E, quando você fala em planejamento, é isso, é você criar um plano territorial, um plano de gestão, você conhecer a área, conhecer os minerais que existem, os recursos que tem disponíveis e de que forma usar nos próximos anos. Eu acho que isso que é fundamental. Você quer construir uma casa? Vai planejar o solo, o terreiro, a construção, a obra, o orçamento, mas para isso você tem que ter noção do que realmente você quer.

Hoje todo mundo sabe que passamos por dificuldades graves, mas nós ainda conseguimos nos sobressair pelas rendas que nós temos. Graças a Deus que temos renda, porque buscamos essas rendas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vou contemplar o Cacique Ronaldo com esse tempo que ainda falta aqui, mas era mais para dizer que a associação sempre está apta e politicamente atenta a essas mudanças, a esses debates, a esses questionamentos. Infelizmente, nós não temos representante – não é, Genilson? – com nossos pensamentos lá na Câmara, no Senado. Hoje temos ministros... Mas me perdoem, eu estou na TV Senado, graças a Deus, e eu posso ter propriedade e falar isto: hoje temos ministro que não tem agenda com os povos indígenas, seleciona lugares para ir, e ministro indígena.

E, para lembrar para vocês – eu não sei se pode falar isso, mas, graças a Deus, eu sou brasileiro: na era Bolsonaro, tivemos dois ministros aqui que não eram índios – não eram índios –, não tinham ministério escolhido, estavam aqui. (*Palmas.*)

Hoje nós temos o Presidente da Funai, hoje nós temos Ministro de Povos Indígenas... De que povo? De que povos? Que não vem aqui, não conhece a realidade? Que não vem aqui e não olha para os nossos olhos para dizer ao povo: "O que vocês estão fazendo é errado, mas eu trouxe uma solução para vocês"? Apontar erro é fácil, mas difícil é trazer solução.

E hoje o Governo mostra a cara, através da TV Senado, e nos traz essa possibilidade de fazer o que muitos não têm coragem, o que muitos não têm vontade e do que muitos têm medo. Isso é o povo pareci, futuro Governador do Estado de Mato Grosso... (*Palmas.*)

E faço o meu apelo aqui para o senhor: vamos criar... É uma sugestão, vamos criar um departamento ou uma secretaria de assuntos indígenas que realmente tenha interesse em desenvolvimento econômico indígena e não ficar só no papel e na parte política. É isso que eu queria deixar bem claro.

Termina essa fala. O Ronaldo é mais velho, até poderia ter começado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Faço uma pergunta.

No planejamento que vocês fizeram para os próximos 50 anos, deve constar também o aumento da população indígena.

O SR. EDSON KAZUMAZAKAE SANTOS SOUSA – Essa é uma preocupação nossa, porque de 20 anos atrás até hoje aumentou-se muito. E isso aumentou porque a grande maioria – não é, Cacique Rony? – dos indígenas querem voltar da cidade e têm essa ousadia, têm essa condição de voltar e ter um emprego, ter uma casa, ter uma condição de vida, ter uma condição de viver do turismo. É isso que está acontecendo aqui. A gente não faz... A gente não está aqui pra incentivar ninguém, Senador. Quem somos nós pra incentivar o povo de Mato Grosso todo fazer lavoura? Essa é uma realidade do povo pareci, do Cerrado. Aqui não tem castanha, aqui não tem ouro, aqui não tem diamante, aqui não tem nada disso. Aqui tem solo, solo que produz alimento. E a nossa região, Seu Pivetta, vive disso. Aqui não dá para plantar batata, mandioca, abóbora. Aqui não se cria elefante, aqui não se cria girafa; aqui se produz,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, para produzir, tem que trabalhar, tem que meter a mão na massa, acordar cedo; não tem sábado, não tem domingo, não tem feriado, mas é isso. (*Palmas.*)

Obrigado, pessoal, e desculpe até pela certa emoção, porque eu sou um brasileiro e não concordo com quem me ocupa e me representa dessa forma.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Os lugares de solo sagrado são os que produzem alimentos, não é?

O SR. EDSON KAZUMAZAKAE SANTOS SOUSA – Então, eu nunca vi um lugar sagrado ser uma área de miséria, e aqui é prova disso, que aqui é sagrado, mas aqui a gente consegue fazer vidas, não é? (*Palmas.*)

Obrigado, Brasil. Obrigado, povo.

Vou passar para o Ronaldo, Cacique, que é uma liderança que todo Brasil já conhece. Ele vai explicar um pouco sobre o Pngati.

Eu fiz um resumo rápido porque eu acho interessante a gente também mostrar para vocês os dados, não é? Então por isso achei necessário que eu pontuasse os dados dentro dos próximos 50 anos. (*Palmas.*)

O SR. RONALDO ZOKEZOMAIKE (Para expor.) – Bom dia a todos.

Já me apresentaram aqui. Meu nome é Ronaldo Zokezomaiake, uma das principais lideranças do povo haliti-pareci.

Quero trazer aqui, Sr. Senador, entregar para o Senado Federal um exemplar do plano de gestão territorial, que foi elaborado por nós, pelas nossas associações Waymaré e Halitinã, em parceria com o Governo Federal através da Funai.

Nós tivemos algumas parcerias também de algumas ONGs, mas aqui as ONGs trabalham para nós; nós contratamos o serviço delas, e elas vêm, elaboram o serviço, terminam e vão embora. Então, assim, eu acho que a gente não pode querer também criar um monte de situações. Existem algumas ONGs que merecem respeito dos povos indígenas, que realmente querem trabalhar e fazer, de fato, a diferença, mas tem outras que vêm aí... A gente vê o que está acontecendo e não merecemos entrar em méritos.

Mas está aqui o plano de gestão nosso, territorial, faço questão de entregar ao Presidente aqui do Senado, aqui da Mesa, e dizer aos Senadores que aqui vocês vão conhecer a identidade do povo haliti-pareci, desde a história da sua origem, os primeiros contatos, as primeiras frentes econômicas quando chegaram aqui, na região, que nos localizaram aqui, e também vão começar a acompanhar os primeiros desenvolvimentos econômicos e sociais do povo haliti-pareci.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós habitamos o Chapadão dos Parecis, e aqui é conhecido como berço das águas, são os formadores de duas bacias, duas grandes principais bacias: Bacia do Prata e Bacia Amazônica, então estamos bem no divisor. Por isso é que é muito importante...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO ZOKEZOMIAIKE – Não, essa aqui é do Senado. O Cacique, o líder Genilson nos cedeu isso aí.

Então, assim, quero agradecer.

E aqui, Srs. Senadores, nada melhor que vocês virem e verem a nossa realidade, a realidade do povo haliti-pareci. Essa nossa... Esse nosso trabalho, ele surgiu, como o Arnaldo já falou, de uma necessidade, e hoje em dia, esse projeto, ele está dentro de cada ser haliti-pareci, porque ele não foi um projeto de uma ou duas pessoas, ele é do povo. Então, nós dependemos 100% dessa atividade para a nossa sobrevivência.

Então, assim, eu peço aos senhores que sejam os nossos porta-vozes para que venhamos regulamentar a nossa atividade. Estamos com o processo parado no Ibama ainda, precisa ser definida essa questão do licenciamento, que é o maior gargalo. Sem o licenciamento, não temos origem ao nosso produto; sem ter origem ao produto, ele se torna ilegal. Então, isso é um dos entraves que a gente enfrenta.

Então, por isso, Senador, eu gostaria que vocês nos ajudassem com isso. O Jayme Campos, da outra vez, já ajudou nós com o TAC também, que foi o primeiro termo de compromisso que fizemos com o Governo Federal, para liberar nossas atividades, uma vez que a gente foi autuado e foi paralisado, mas depois a gente retornou novamente.

Então era isso que eu queria trazer para vocês, e dizer que o povo haliti-pareci tem um plano de vida. Dentro desse plano aqui, nós estamos seguindo elas. As cooperativas saíram de dentro desse plano de gestão, os conselhos de saúde e educação saíram de dentro do plano de gestão, os projetos de etnoturismo saíram de dentro do plano de gestão.

Se falou em ampliação. Sim, temos desejos em ampliar as nossas atividades, mas queremos muito mais ampliar outros projetos alternativos, como o etnoturismo, a questão da criação de pequenos animais, peixe – temos vários tanques de peixe –, criar outras formas, investir no etnoturismo para isso aí também gerar emprego e renda para a própria comunidade, porque nós temos uma política aqui dentro de formar os nossos alunos, mas eles vão estar aqui dentro. Mas de que adianta eu formar pessoas e não dar atividade para eles aqui dentro? Eu estou formando pessoas para evacuar da aldeia, para ir embora. A partir da hora que eu formo um dentista e que ele chega e ele tem emprego aqui dentro, vai animar os outros também de estudarem, de formarem, porque eles sabem que aqui dentro eles vão ser ocupados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então hoje, Senadores, nosso povo haliti tem mais de 40 acadêmicos formados já em nível universitário. E estamos com mais 40 aí para formar.

E tudo isso aí vem da receita dessas nossas atividades, seja ela agrícola, seja ela de outras atividades que tem. Então, nós sempre buscamos fazer o social.

Uma coisa aqui que muita gente não consegue enxergar nos olhos, mas assim já dá uma percebida, é que o nosso foco aqui não é nós sermos nenhum superempresário, mas, sim, o nosso povo ter uma boa condição de vida, uma vida digna. É para isto que nós lideranças, é para isto que nós associações e cooperativas trabalhamos: para que nossos filhos, nossos tios, nossos irmãos tenham uma condição de vida saudável na educação, na saúde, na cultura e na segurança também.

Só isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Outra pergunta: vocês hoje tramitam uma multa ambiental... Duas perguntas: se tem a multa ambiental e quais são os ONGs que trabalham aqui com vocês?

O SR. RONALDO ZOKEZOMIAKE – Não, aqui nós... Essa parte da multa já foi superada já. A gente já superou isso aí. Agora, nós estamos procurando só buscar a questão do licenciamento e...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Atualmente, não tem nenhuma multa?

O SR. RONALDO ZOKEZOMIAKE – Não, não. Atualmente, nenhuma. Estamos tranquilos. A gente teve que pagar uma parte, pagamos uma parte, a outra a gente recorreu, e foi suspensa.

Em relação à ONG, nós não temos nenhuma ONG, a não ser as nossas mesmo, porque eu acho que assim...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Você mencionou algumas ONGs que trabalham com vocês...

O SR. RONALDO ZOKEZOMIAKE – Não... Assim, nós contratamos uma, duas até. Contratamos duas. Uma já tinha parceria com o Governo Federal, que foi a TNC. A TNC é uma das maiores... Organização mais antiga, acho, do Brasil, do mundo, quer dizer. Americana. E através dela veio... E nós contratamos uma outra aqui chamada Operação Amazônica, por causa que eles já tinham feito esse mesmo projeto no outro território. E aí a gente contratou, mas só para eles fazerem a parte impressa. Só a parte impressa, só para imprimir isso aqui, ó...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gráfica.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONALDO ZOKEZOMAIKE – É, a gráfica. Por causa que o conteúdo aqui foi feito por cada cacique, cada membro da aldeia de cada região. Nosso território é grande, pegamos as regiões e fizemos, depois juntamos tudinho, elaboramos, e surgiu isso aqui. Então, assim, foi aí esse resultado de trabalho, onde nós temos aí a nossa estimativa de vida para os próximos 50 anos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, obrigado, irmão.

Antes que passe despercebido, eu quero... Foi na fala, eu acho, do Edson: que por enquanto não tem representantes no Senado, representantes indígenas. Quero dizer a vocês: tem, pode não ser indígena puro, mas vocês têm no Senado, vocês têm o Jayme, vocês têm a Margareth, têm o Mauro. *(Palmas.)*

Eles defendem vocês. E eu posso dizer isto: são acessíveis e sabem e conhecem a realidade de vocês. E o Jayme, o Mauro e a Margareth têm a nós amigos deles sempre... Portanto, contem conosco lá no Senado Federal.

Aristides é o Presidente da Associação Haliti...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Haliti... Eu vou jogar a culpa no Mauro, está bom?

Haliti...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Haliti... Obrigado, Rony.

O SR. ARISTIDES ONEZOKEMAE (Para expor.) – Em primeiro lugar, bom dia a todos do Brasil.

E aqui é a TI Pareci na divisa da TI Utiariti, no paralelo 14º, nós estamos aqui.

Bom dia, TV Senado.

Em primeiro lugar, agradeço a todos as lideranças, caciques que estão presentes neste momento. Em segundo lugar, agradeço a V. Exa., aos Srs. Senadores, à Sra. Margareth, que é a coragem da mulher Senadora.

Então, meu nome é Aristides Onezokemae, estou atuando como Presidente da Associação Halitinã. Ela está com 30 anos de experiência com o povo. Estou representante de quase 1.360 populações e 44



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aldeias. É muito orgulho ter vocês chegando à nossa aldeia, porque, através da nossa necessidade, nós rasgamos um pouco nossa terra.

Para atender a nossa necessidade, para manter a nossa cultura com a preocupação com a Margareth, através do nosso recurso, tem dois benefícios para o povo parici, aqui no estado de Mato Grosso: como cobrança direito de passagem, não está regularizada, não está legalizada; e também nós enfrentamos essas dificuldades de lavoura mecanizada, não está regularizada, nem licenciada. Por isso que nós passamos dificuldade no dia a dia.

Então, nós enfrentamos essa barreira de todos os anos, anos e anos, desde 2003 até agora, nós enfrentamos. Gostaríamos que vocês ajudassem o nosso povo parici. Não é, na verdade, um prazo longo, mas, daqui para a frente, talvez, se Deus quiser, nós vamos conseguir regularizar, legalizar, em nosso benefício. Por não termos lavoura mecanizada, não temos cobrança do direito de passagem. Hoje no povo indígena há muitas mortalidades. Esses dois nossos benefícios estão salvando o povo parici.

Hoje, nós estamos muito precários mesmo, há vulnerabilidade da saúde indígena de nosso Brasil, nosso país. Isso que também vocês querem ver, como vocês Parlamentares, vocês são Senadores, tem que ter ajuda para nós. Eu quero que ajude nessa nossa parte, tentar regularizar, legalizar para nós, para trabalharmos com tranquilidade.

Esse plano de gestão eu acompanhei por dois anos, nós terminamos tudo. Aquilo que é preciso já está colocado. Onde tem brota usamos palha de nossa tradição, tudo preservado. Não está destruindo a natureza. Nós sabemos que não são milhões de hectares, são apenas pouquinhos hectares para abrir para o espaço, para sobreviver com alimentação, sustentabilidade, saúde, educação. É a nossa vida.

Então, isso que eu gostaria de falar para vocês. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós ainda temos aqui dois representantes: o Cacique Rony, que é do segmento turístico, grande Rony, conhecido mundialmente. E depois teremos o Genilson, nosso amigo Genilson Pareci, que vai nos entregar a carta. (*Pausa.*)

Aí ou aqui, Rony, você escolhe. (*Pausa.*)

Ele vai se sentar aqui ao nosso lado. Isso, sente aqui. (*Pausa.*)

Vai falar em pé? À vontade, Rony.

O SR. RONY PARECI (Para expor.) – Bom dia, Brasil.

Em nome do Senado Federal, o povo pareci haliti, e também em nome das suas organizações, manda um grande abraço aos brasileiros, os brasileiros de bem que nos estão ouvindo, buscando aqui acompanhar a história do nosso povo, para que assim possam fazer seus questionamentos, suas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocações de forma contundente, de forma com que realmente possam contribuir não só com a política voltada ao nosso povo pareci, a política voltada à questão indígena, mas a política voltada para o bem do Brasil.

Em nome aqui do nosso Presidente, Senador Plínio, deixo meus agradecimentos por esta oportunidade histórica de nosso povo vir ao Senado, ouvir diretamente a nós, como liderança, como povos indígenas. E também, a oportunidade... Tudo é construído em parceria em nível de município, em nível de estado, em nível de Governo Federal.

Quero aqui também agradecer e parabenizar, como sempre, os parceiros que estiveram com os nossos representantes do nosso Município de Campo Novo dos Parecis, aqui, representados pelo Vice-Prefeito, Dhemis Rezende. *(Palmas.)*

Também os nossos Vereadores representando a Câmara do Município: Beito Machadinho, José Marciano, Fábio do Agem. *(Palmas.)*

E também, mais uma vez, mostrando que não temos nenhum tipo de receio de autoridade policial, queremos agradecer à polícia, que está aqui fazendo todo esse controle, segurança para ambas as partes. *(Palmas.)*

Também quero agradecer aqui a presença histórica hoje, em que tudo está acontecendo – está tendo um curso de segurança sobre o turismo aqui na sede, na sala ao lado, sendo conduzido pelo Sebrae, em parceria com o nosso município, a Secretaria de Turismo e Cultura –, do Diretor da Sebrae do Estado de Mato Grosso, o Sr. André.

Uma salva de palmas para ele. *(Palmas.)*

Como dizemos, vivemos em paz e harmonia com as autoridades, com os partidos.

E aqui também uma salva de palmas para o Partido PL, aqui representado pelo nosso Presidente Edilson Piaia, que se faz presente. *(Palmas.)*

Quero aqui, antes de falar sobre a questão específica do turismo, só reiterar e enaltecer todas as nossas lideranças e representantes constituídos e colocados aqui pelo Brasil. O nosso povo pareci não está aqui para ser uma referência. Nós estamos aqui para mostrar que existe viabilidade e possibilidade, sim, de você trabalhar e reivindicar a questão de demarcação de terra indígena, mas de forma coerente, de forma justa e igualitária para ambas as partes que requerem isso aí. Mas terra demarcada também tem que oferecer segurança e qualidade de vida aos indígenas que moram dentro do próprio território. O que adianta nós termos terra demarcada, se não temos nenhum tipo de mecanismo ou subsídio pra nós termos uma vida de qualidade e de dignidade dentro do próprio território?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como foi dito, um povo hoje, na atual conjuntura que vivemos no Brasil e no mundo, se não tiver a sua alternativa de viabilidade econômica gerida e produzida por si próprio, passa a ser um povo vulnerável no sistema atual que nós vivemos no mundo, ou seja, tem que ter mecanismo econômico indígena pra você ter autoestima e manter sua cultura, manter seu território, manter sua autoestima como povo originário.

É importante, sim, defendermos a questão do meio ambiente e também a questão climática, que se discute tanto, mas temos que tratar sobre a questão da autossustentabilidade econômica. Eu acho muito vazio o pessoal – alguns líderes que assim se intitulam – falar de preservação, de natureza, de questão de climática, mas não falar de políticas públicas econômicas dentro do próprio território indígena. É isso que vai garantir a questão de eu manter uma vida melhor, com saúde e qualidade educacional.

Enfim, com essas palavras, Senadores, eu quero aqui entregar aos senhores um documento nosso, do segmento do etnoturismo indígena. Hoje o etnoturismo é assegurado pela Normativa 003, de 2015, feita pela Funai nas gestões passadas e que hoje está tendo um bom resultado.

Enquanto isso... Não vou ler todo o documento, que é extenso, mas aqui tem todos os dados, a trajetória de ter chegado...

Hoje o nosso documento, Senadores e Brasil, é pra dizer a todos que o projeto de agricultura... E todo mundo fala que os indígenas parecem ser destruidores da natureza, ou latifundiários, ou querem ser fazendeiros. É tudo conversa infundada. Só queremos qualidade e segurança de vida.

Hoje nossas produções de agricultura têm formado várias pessoas, subsidiado as famílias a sustentar seus acadêmicos, os alunos na cidade, mas pensamos no futuro. Todos que estão formando estão voltando com emprego garantido. Hoje são empregados e donos do seu próprio negócio. *(Palmas.)*

E aqui, num documento, representamos, pedindo ao Senado que torne público um segmento que, graças ao projeto da agricultura, vem subsidiando a questão do desenvolvimento do etnoturismo em terras indígenas, aqui no povo pareci. E o projeto da agricultura também vem subsidiando outros projetos por menores familiares, como a piscicultura, a avicultura, a apicultura. Tudo isso vem hoje sendo subsidiado pelos macroprojetos do povo pareci.

Então, aqui nós estamos pedindo que o Senado Federal leve isso pros órgãos competentes e estamos solicitando melhor estruturação, melhor qualificação e *marketing*, mostrando realmente o nosso trabalho do turismo.

Eu gostaria que dessem um visto nesse aqui, enquanto eu vou falando.

E o documento a seguir está aqui assinado pelos líderes do segmento do turismo – está aqui –, por nós. Como diz o Cacique Narciso, aqui nós somos preto no branco.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também quero relatar aqui aos senhores que hoje o turismo pareci está sendo um trabalho referenciado em nível de estado, em nível nacional e aí em nível internacional, mostrando a todo mundo e ao mundo também que tudo é possível. Como diz o discurso da outra ala, da mãe terra tudo é possível se extrair, mas de forma racional. De forma equilibrada, você consegue fazer essa sobrevivência. É isso que estamos buscando hoje. Tudo é possível a gente fazer, mas de forma equilibrada.

Então, sendo assim, ao Senado Federal, aos Senadores mostramos que hoje a comunidade pareci deixa aberto o convite a todos aqueles que ficam falando, como dizem os líderes mais jovens nossos, lorota infundada. Deixo o nosso convite aqui a todos para virem nos conhecer, conhecer as aldeias, ouvir as crianças, ouvir as mulheres, ouvir os anciões, para ver a veracidade do nosso plano de vida, constituída e consensuada com todas as aldeias, com todas as nossas organizações.

Não queremos ser melhores; queremos mostrar que existe possibilidade, viabilidade de você viver dignamente dentro do território indígena. (*Palmas.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Aproveitando a ocasião, já que o senhor está tratando de turismo...

Acho que daqui dá para ouvir.

Tratando de turismo, o senhor pediu aí uma promoção, uma divulgação – claro, turismo não se faz sem promoção e sem divulgação. Utilizando a TV Senado, redes sociais, tudo isso que eu estou vendo, o senhor poderia – um defensor do turismo, do etnoturismo – dizer: "Olha as belezas que tem aqui". Poderia enumerar uma por uma e dizer que vocês estão preparados para receber todo e qualquer brasileiro que queira conhecer, dentro dessa reserva, as suas belezas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Se o brasileiro nem conhece! Vamos começar primeiro pelo brasileiro. Eu nem conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Nós vamos disponibilizar na página.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Não, Plínio... Eu estou só dizendo que, neste momento, já que ele pediu – mas a gente vai disponibilizar também –, ele já utilize para fazer o seu "merchan", para dizer sobre o nosso turismo e também para agradecer ao Sebrae por estar profissionalizando, por estar trazendo justamente esse estudo. Eu acho que esse é o papel justamente dessa parceria.

Plínio, bem rápido, antes de o senhor responder, eu ouvi, inicialmente, o primeiro palestrante falando que o início foi difícil porque não tinha como dar como garantia terras que são inalienáveis, que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não podem ser negociáveis, e que tudo começou aqui – porque não ficou dito, mas ele me disse aqui do meu lado – por uma parceria. Meeiros doaram tratores, doaram equipamentos, e vocês devem isso. E hoje vocês não precisam mais disso, se promovem sozinhos. Atualmente... Começou com agricultura e agora passou para o turismo. Então, essa parte do turismo, que é um meio de renda, talvez precise até de divulgação maior não só de um pouco das belezas naturais, mas do trabalho que está sendo feito aqui – isso que está sendo feito aqui.

Então, só me diz quem foi que fez esse material primeiro? *(Risos.)*

O SR. RONY PARECI (Para expor.) – Primeiro, esse material, todo o conteúdo começou, também essas belezas, em terra indígena, não é? Onde eles falam que nós estamos degradando, destruindo a natureza.

Nós estamos com 97%, 98,3% intactos, que é isso que vocês estão vendo aí. Por favor. E é onde nós estamos destruindo, mostrando que hoje é possível, sim, preservar, conservar essas belezas que tem, a autoestima elevada do povo, qualidade de vida e produzir. É para isso que a política pública tem que olhar e tem que ser defendido no Brasil e no mundo. É isso. Nós estamos buscando mostrar a todos essa viabilidade.

Então hoje, quando alguém fala que o povo pareci perdeu a cultura, venha nos visitar. Quando fala que o povo pareci está destruindo a natureza, venha nos visitar. Quando fala que o povo pareci está vendo só economia, venha nos visitar. Mas sempre focado, com o pensamento balizado na coletividade do nosso povo, dando possibilidade e sendo parceiro daqueles outros povos com que, por ventura, conforme a sua realidade, sua demanda, seus sonhos, estamos aqui para contribuir, porque, juntos, somos mais fortes; juntos, podemos construir uma política, um Brasil mais justo, mais igualitário, valorizando todos os aspectos: socioeconômico, ético e da biodiversidade que nós temos.

Em nome dos caciques líderes do meu povo e, principalmente, eu quero uma salva de palmas para as mulheres aqui do nosso povo. *(Palmas.)*

Deixo aqui um agradecimento ao Senado Federal e quero dizer que nós estamos aqui, abertos à busca de uma construção inovadora, justa. E o Senado está começando a fazer isso sem medo, com coragem. Com coragem nós conseguimos realmente redirecionar e melhorar as nossas políticas públicas voltadas a toda a sociedade brasileira, independente de raça e identidade.

E, por fim, o que todo mundo colocou, Plínio, quero falar dos dados concretos – porque não adianta falar da beleza e tudo –, dos dados que, nesse pouco tempo, nosso ecoetnoturismo tem trazido, não só nós, mas também toda a sociedade.

Nas oito aldeias do turismo que nós temos hoje, já com o trabalho mais formatado, na linha do planejamento, da segurança, enfim, nós estamos aqui, para vocês terem uma ideia, empregando de forma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direta e indiretamente mais de 800 pessoas; também passamos de 800 mil diárias de turistas que vêm nos visitar. Temos aí, empregando de forma significativa... Todos os índios hoje que trabalham não têm mais tempo nem para poder jogar bola, mas, sim, para trabalhar pelo bem do povo.

E aqui temos estatística, que o Sebrae, em contribuição, tem nos ajudado na estruturação, vivência, melhoramento, segurança, métodos de operacionalização do turismo: temos viagens de ensino-aprendizado em nível nacional, para melhorar o entendimento sobre o turismo, então, participar de feiras de empreendimentos, encontro de líderes, rodada de negócios, vídeo promocional, marca do destino turístico. E também indígenas estão aí, hoje, buscando todo esse melhoramento para poder, cada vez mais, dar qualidade, segurança e visibilidade do nosso trabalho no cenário nacional e internacional. É um conjunto de elementos que faz um povo, Senador Jayme Campos, a ter essa qualidade de vida e segurança.

Então, Brasil, estamos juntos. Grande abraço a todos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Rony.

E, sintetizando, simbolizando, assumindo, firmando o nosso compromisso, nós vamos ler agora... nós vamos ouvir agora o Genilson, que está nos trazendo a carta. Ele vai ler, nós vamos receber e certamente assumir compromisso.

O SR. GENILSON ANDRÉ KEZOMAE (Para expor.) – Bom, pessoal, acho que nós estamos partindo para os finais. Eu queria aqui convidar a mesa novamente, os Senadores que estão aqui presentes, para nós podermos fazer a leitura de tudo o que as lideranças e os dirigentes das nossas associações e cooperativas externaram e falaram aqui, porque, igual algumas lideranças enalteceram, no mundo de vocês, do não índio, tem que ser tudo registrado, tem que ser por escrito e tem que ser protocolado para poder virar um processo. E a gente sabe que hoje, no Brasil, tudo funciona através de políticas públicas que têm que ser construídas. E a política pública, depois, tem que ter orçamento. E nós entendemos, liderança Zezinho, que o Senado tem autonomia de fazer políticas públicas e depois discutir o orçamento para poder executar a política. Então, nós não queríamos perder a oportunidade nessa CPI das ONGs, que veio ouvir a opinião dos parecis sobre a atuação das ONGs e se ela tem ou não tem... e se os parecis precisam delas ou não. Foi muito bem colocado pelas lideranças aqui esse papel das ONGs junto aos parecis.

Mas essa oportunidade não poderia deixar de ter um documento onde a gente quer que todos vocês possam dar um protocolo de recebido. E, de antemão, já fazer um pedido, Mauro: que esse documento possa ser lido no Senado Federal, tá? Então, eu vou passar aqui ao Presidente aqui da CPI e vou fazer a leitura do documento. Eu gostaria da atenção do nosso Vice-Governador – a provocação: futuro



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governador – e também de todo o público aqui presente, os empresários que estão ali atrás, que são nossos parceiros hoje das cooperativas indígenas, né?

Então, eu vou fazer a leitura aqui.

Bom dia ao Brasil, por essa oportunidade.

E vamos registrar as falas das lideranças, o sentimento da direção das cooperativas, das associações nesse presente documento, que vai ser protocolado a esses nobres Senadores, que são representantes do Senado Federal.

Essa carta é da Associação Waymarê, Associação Halitinã, das cooperativas Copihanama, Coopiparesi, Cooperatsene e Coopirio.

Carta do povo haliti paresi

Para: Senado Federal – República Federativa do Brasil

Excelentíssimos senhores(as) Senadores e Senadoras:

O povo indígena haliti paresi, nativos desta terra, hoje chamada Brasil, somos originários e sempre habitantes da nossa região, hoje mundialmente conhecida como Chapadão dos Pareci.

Durante a década de 90 aos anos de 2022, nós, haliti paresi, vivíamos uma evasão crescente e desastrosa na nossa população, na maioria homens que saíam para fora das aldeias e território e se ausentando de suas famílias em busca de trabalho e renda, em decorrência da ausência de alternativas de geração de emprego e renda dentro das aldeias. Desde esse período, o fator econômico é uma realidade e necessidade social das famílias indígenas brasileiras, podendo ainda não ser [apenas] para os povos indígenas insolados que vivem em seu habitat, ainda sem contato com a sociedade não indígena.

Esta falta de renda provocava, em nossas comunidades haliti paresi, uma fragilidade e miserabilidade social que era determinante para o alto índice de desnutrição na faixa etária dos idosos e crianças, uma triste taxa de mortalidade infantil, alto índice de analfabetos e baixa escolaridade. Fatores que culminavam em discriminação a nós, indígenas, mais pela condição de carência social do que pela questão étnica/racial. Esta situação se agrava nas terras indígenas pela falta de políticas públicas dignas e de qualidade, que deveriam ser responsabilidade dos 3 entes federativos [município, estado e Governo Federal].

Em meados dos anos 2002 e 2003, lideranças e caciques [...] paresi, através das nossas associações indígenas (Halitinã e Waymarê), buscamos, no Projeto Agrícola Mecanizada, uma alternativa econômica para gerar trabalho e renda para nossas comunidades. Vizinhos a nós, [...] paresi, os povos nambikwara e manoki também sofriam estas mesmas dificuldades sociais e econômicas, assim como os paresi, também sofriam a evasão da sua gente para fora de seus territórios em busca de condições de trabalho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, povos paresi, nambikwara e manoki, vimos na lavoura mecanizada uma alternativa para mudar a difícil realidade que estávamos passando, visto que era uma atividade que a maioria estávamos buscando [...] [e fazendo nos trabalhos] nas fazendas vizinhas a nossos territórios. Fizemos projetos através de nossas associações indígenas para buscar financiamentos nos bancos públicos e privados para custear o início da lavoura; foram todos reprovados por falta de garantia real. A única alternativa foram as parcerias agrícolas com agricultores da região, método sempre questionado pelas autoridades.

No decorrer desta caminhada, muitos resultados satisfatórios e amadurecimentos foram obtidos, como: retorno de nossa população para as aldeias e territórios; geração e oportunidade de trabalho; distribuição de renda para as famílias; muitas vidas salvas com melhoria de atendimento na saúde (aquisição de medicamentos, combustível para veículos de saúde, realização de exames especializados, internamentos e cirurgias); crescimento gigantesco na formação educacional de jovens em nível técnico e superior (profissionais nas áreas de saúde, educação, administração e agronomia [e outros]); melhoria de habitação nas aldeias; melhoria de transporte para as comunidades; fortalecimento da cultura; proteção de nossos territórios e meio ambiente; fortalecimento de nossas associações indígenas; criação e funcionamento de nossas cooperativas; desenvolvimento de outras iniciativas de projeto como agricultura familiar e desenvolvimento do etnoturismo; [hoje temos] convivência harmônica e saudosa com a nossa circunvizinhança, [municípios] e dentre dos benefícios sociais.

Portanto, os Povos Indígenas, o que nós paresi buscamos é construir e desenvolver uma economia sustentável e rentável, com princípios na coletividade, solidariedade, igualdade, equidade e equilíbrio. A nossa tradição cultural, meio ambiente protegido e modernidade e tecnologia [...] [caminhando] juntos.

Finalizando, nobres Senadores, nossos principais desafios são e pedimos ao Senado Federal:

1. [Primeiro], pedimos [...] [ao Senado Federal] que articulem e possibilitem, junto aos setores e instâncias competentes, criar linha de crédito especial para atividades de média e grande escala para as populações indígenas. Uma vez que as linhas de crédito atualmente disponíveis trazem exigências que estão fora do alcance dos povos indígenas, pois exige garantia [...] (real). Até mesmo criar uma emenda parlamentar para subsidiar um programa de crédito voltado aos povos indígenas, como um fundo garantidor;
2. [Segundo desafio]: desburocratizar e simplificar o licenciamento ambiental para os empreendimentos indígenas, atualmente com exigências muito mais complexas e burocráticas que as dos produtores não indígenas;
3. [Terceiro desafio]: acesso ao comércio internacional, visando à exportação de nossa produção da agricultura indígena, rompendo a barreira discriminatória dos nossos produtos;
4. [Quarto desafio]: garantir os direitos previstos no art. 60 da Lei 6.001/73, [onde diz]: "Os bens e rendas do patrimônio indígena gozam de plena isenção tributária". Garantindo esse benefício para as cooperativas indígenas em caráter emergencial. Em razão da desvantagem do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agronegócio indígena não ter financiamento oferecido pelo Governo e bancos e a qualquer incentivo que de condições de igualdade entre os índios e não índios.

5. Fomentar e criar mecanismo que estimule a valorização dos produtos agrícola, como, por exemplo, a implementação de selos, agregando, desse modo, valor e visibilidade aos produtos indígenas;

6. Implantar uma unidade da Embrapa em nossa região, visando o desenvolvimento de tecnologias e conhecimentos com base na pesquisa e inovação, associadas às práticas e conhecimentos tradicionais, visando a sustentabilidade dos nossos projetos.

7. Vimos que os Senadores também poderiam incentivar, junto ao BNDES para sensibilizar essa instituição financiadora para estudar a possibilidade de financiar um armazém para as cooperativas indígenas, que já ajudaria e muito em reduzir nossos custos em armazenagem.

Por fim, o nosso objetivo é construir e consolidar uma cadeia produtiva e de serviços diversificados em nossas aldeias e territórios, respeitando as questões culturais, ambientais e legais, de modo que venha garantir oportunidade de renda e trabalho para os milhares de jovens que estão estudando e se formando, pois nós como lideranças e dirigentes de instituições indígenas temos que nos preocupar: como será a ocupação destas [...] gerações novas que a cada ano, graças a Deus, vêm aumentando.

Atenciosamente, assinam os Presidentes das Associações Halitinã, Waymarê, Coopihanama, Coopiparesi, Coopermatse, Coopirio.

Então, de todo o debate que teve aqui, a gente queria deixar essa formalidade com protocolo de todos os senhores. E, se vocês me derem liberdade, queria convidar um grande companheiro nosso aqui, que, tecnicamente, vai fazer uma síntese sobre o contexto que está nesse documento, que é um grande apoiador das nossas cooperativas, mesmo colocando em risco a sua função. Queria convidar aqui o Carlos, para poder fazer aqui uma colocação, para a gente poder finalizar. Enquanto isso, nós vamos protocolar o documento.

Obrigado, pessoal. (*Palmas.*)

O SR. CARLOS BARROS (Para expor.) – Eu gostaria de colocar aqui só quatro pontinhos que eu acho muito importantes, não é? Eu assessoro as cooperativas tecnicamente, e eu gostaria de registrar aqui alguns pontos.

O primeiro ponto é em relação a quanto os índios utilizam da área deles hoje, nos plantios, os parecis, nambiquaras e manukis. Eles usam 1,7% do território. Então, essa questão de que estão degradando o meio ambiente... Não há um respeito muito grande, e é isso aí que é utilizado.

O segundo ponto é esta falta de crédito, crédito nos bancos, não é? Está sendo trabalhado junto ao Governo do estado um fundo garantidor, mas, por enquanto, não se concretizou ainda. Então é uma dificuldade muito grande da cooperativa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão do incentivo fiscal. Como os índios não têm condições de fazer esses financiamentos, seria importante estender os benefícios que tem hoje na renda indígena, mas essa renda indígena só é trabalhada dentro da Funai. Aí lá tem isenção dos impostos, dos tributos. Isso aí, se fosse colocar isso, estender esse benefício para as cooperativas indígenas, ajudaria muito, porque só aos parecis aqui, em questão de imposto, custa em média de 2 a 4 milhões, que saem do caixa só para pagar os impostos do Governo.

Mas uma coisa eu queria pedir muito aqui para vocês, e é tudo legal, mas a gente não consegue, isso é de conhecimento de todos os órgãos, é do conhecimento do Governo... Por exemplo, os índios aqui produzem 1 milhão de sacos de soja, mas não podem vender a soja. Então, não é justo, não é certo, porque está legalmente correto, todas as questões legais, com conhecimento da Funai, do Ibama, do Ministério Público, de todos os órgãos. Ainda assim, não tem ilegalidade nenhuma, paga todos os impostos e não pode vender a sua produção. Como é que é? A gente não consegue resolver isso.

Então, o Senado poderia, junto com a Câmara dos Deputados, a gente tentar encaminhar isso. Os índios são invisíveis; então, produzem 1 milhão de sacas, mas eles são invisíveis. Não podem vender, e aí têm que vender isso aí como se fosse escondido e diluir nas empresas. Isso está certo? Isso está errado! Se está tudo legal, por que tem que fazer escondido?

Então, isso aí é um apelo, uma colocação, porque eu acho importante a gente romper isso.

No mais, quero agradecer aqui a oportunidade que tive e dizer que a luta aqui é muito grande. Os pareci têm sempre esta preocupação: todas as reuniões importantes, depois vem um contra-ataque pra cá. Então, por isso, há muita cautela no que se fala, no que se coloca, porque sempre vêm reações pra cá.

No mais, eu acompanho todo o projeto pareci há 37 anos. Então, eu estarei à disposição pra outras colocações, outros encaminhamentos aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Carlos, não só pelo seu conhecimento, mas, acima de tudo, pela coragem de poder, de peito aberto, ajudar a quem precisa.

Olhem só a hipocrisia de que a gente tanto fala, que a gente tanto combate. Vou citar aqui, vou ceder a palavra a cada Senador um minuto pra cada um, e a gente encerra.

O ISA (Instituto Socioambiental) vende os cogumelos dos ianomâmi, vende a pimenta baníua lá dos baníua do Alto Rio Negro. Quer dizer, eles podem! E vendem lá fora, eles vendem no estrangeiro também.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, uma ONG pode usar o nome de vocês, a cultura de vocês e vender mundo afora, e vocês, que produzem de forma honesta, leal, legal, não podem.

Nós estamos ao lado de vocês. Nós vamos tentar, sim, com o poder que a gente tem, que é dado por vocês... A gente vai tentar conseguir. Eu assumo, em nome de toda a CPI, em nome dos Senadores que aqui estão, um compromisso com os senhores, sim, de a gente buscar e lutar por isso.

Eu pediria... A gente está... Nosso anfitrião Jayme... Acho que um minuto é suficiente para cada um, não, Jayme? Em nome do Jayme...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Alguém quer falar? Posso usar a...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Olhem aí: o Mauro...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu quero usar a prerrogativa e encerrar isso aqui agora...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Primeiro, é apenas para agradecer, pois foi por meu intermédio que surgiu essa conversa junto com a CPI, por intermédio do Senador Plínio Valério, por intermédio do Senador Marcio Bittar.

Quero agradecer muito ao povo pareci por ter proporcionado ao Senado Federal esta recepção, para que o Senado Federal tome conhecimento da história do povo pareci, como eles iniciaram, quais dificuldades que tiveram e a coragem que tiveram de fazer todos os enfrentamentos.

Quero agradecer também a todos os Senadores que estiveram aqui, Senador Jayme, Margareth, Styvenson, e agradecer ao Marcio Bittar, que eu já falei.

E um agradecimento especial ao nosso Vice-Governador, Otaviano Pivetta, que está aqui presente, representando o nosso Governador Mauro Mendes, que proporcionou toda esta estrutura para que o Senado Federal fizesse esta visita aqui, hoje, nos pareci.

Quero agradecer a parceria do Sebrae, agradecer os fornecedores aqui da etnia pareci.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou muito feliz com esta oportunidade que todos nós tivemos aqui hoje, adquirindo mais conhecimento da cultura indígena e da produção indígena.

Muito obrigado a todos, e que Deus os abençoe. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Cabe a mim fazer o encerramento.

Obrigado ao Vice-Governador Otaviano, obrigado mesmo por proporcionar isso.

Obrigado a todos vocês pela aprendizagem, pelo conhecimento, pela troca.

Eu vou só discordar de duas coisas que foram ditas aqui. É o três... Vocês não querem ser referência. Está bom, mas eu vou desrespeitar. Vocês são um exemplo, um exemplo que nós vamos carregar Brasil afora. *(Palmas.)*

Nada mais a discutir, está encerrada a nossa sessão da CPI das ONGs aqui nos pareci.

Muito obrigado mesmo.

Paz de Cristo a todos. *(Palmas.)*

(Iniciada às 16 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 37 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e dezoito minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS. Passa-se à apreciação da pauta: **Depoimento. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Mauro Oliveira Pires, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, em atendimento ao requerimento 133/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/10/31>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

Bom dia a todos, agradeço pela presença dos que aqui estão e dos que estão nos acompanhando pelo YouTube.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião tem o objetivo de colher o depoimento, como convidado, do Sr. Mauro Oliveira Pires, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio, conforme Requerimento nº 133, de 2023, aprovado por este Colegiado.

Antes que eu peça que o nosso convidado entre, eu queria mostrar pra vocês o que a gente vai tratar aqui, do drama criado no país por essa questão, exatamente, da demarcação de terras, de reservas extrativistas, de reservas ambientais e da expulsão de quem lá já morava há décadas.

Esse vídeo, o vídeo 9, Renata, demonstra tudo isso que nós estamos falando aqui. Olha só o que esse pai de família diz e está disposto. É no interior do Pará.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está aí, vocês viram aí, olha só a casa... Ah, tem mais. Olha só...

(Continua a exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Gente, isso aí... Pode parar.

Isso aí está acontecendo, a gente já mostrou aqui, está acontecendo hoje, vai continuar amanhã... São áreas de onde os pequenos agricultores, que moravam há 10, 20, 30, 40, 50 anos, estão sendo expulsos, dessa forma aí. A Guarda Nacional de uma nação chamada Brasil sendo utilizada contra seu próprio povo.

E o pai da família está disposto a morrer, disposto a matar, porque lhe tiraram tudo, estão tirando tudo.

Também é bom mostrar pra vocês aqui, mais uma vez, o vídeo, imagem... Aqui está imagem 1. Eu acho que é isso aqui. Mostre aqui, Reinilson. Isso aqui é um atendimento médico lá em São Gabriel da Cachoeira. Olha esse atendimento odontológico em São Gabriel da Cachoeira, área dominada pelas ONGs, onde o ISA reinou por 14 anos e deixou lá a ilha. Olha só o atendimento. Esse é atendimento de urgência, dentro de uma canoa de alumínio, improvisando aí. É um pessoal que não tem direito a nada, embora eu more num lugar rico.

Então, a gente quer sempre escancarar mesmo. A gente quer escancarar isso, jogar, pra que o brasileiro e a brasileira que estejam vendo agora saibam como os nossos irmãos são tratados. São dois polos, não é? Um estava ali no Pará e o outro lá no Alto Rio Negro – esse atendimento odontológico de urgência. Eles não têm posto médico nas aldeias, não têm nada, porque não é da cultura indígena tratar do dente – segundo as ONGs.

Peço à Secretaria que conduza o Sr. Mauro Oliveira Pires...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Só um comentário aqui...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não, Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Por ter vivido aí nessa região, nós fazíamos inúmeras operações para levar o socorro de saúde às comunidades indígenas – naquela região de São Gabriel da Cachoeira são mais de 600 comunidades.

E realmente a questão odontológica lá é terrível, terrível mesmo. A gente subia o Rio Negro ali, com um barco, levando quatro, cinco dentistas, mais os gabinetes odontológicos, para poder atender, e sempre era uma situação extremamente difícil que você encontrava na comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – General Mourão, hoje Senador, que viveu e conviveu muitos anos lá no Norte e conhece muito bem.

Senador Mourão, eu tive a oportunidade de apresentar uma emenda parlamentar de R\$600 mil para o hospital do Exército lá em São Gabriel da Cachoeira, para amenizar essa situação – na realidade, só ameniza.

Nós estamos mostrando aí onde as ONGs dominam, como é que a nossa população é tratada.

Peço à Secretaria que conduza o Sr. Mauro Oliveira Pires para compor a mesa conosco. Pode trazer, sim, o seu advogado para acompanhá-lo. *(Pausa.)*

Eu vou reiterar o que nós dissemos – Mourão, Jaime, Marcio e eu – ao nosso convidado lá na sala, "isso aqui não é uma inquisição, isso aqui não é um tribunal do júri". Ele não é réu aqui, ele é nosso convidado. E a gente agradece por ter aceitado esse convite.

Algumas perguntas, Sr. Mauro, parecerão pessoais, mas não são. Podemos afirmar que não serão perguntas pessoais. Fique à vontade. Normalmente vai de 25 a 30 minutos a exposição. Fique à vontade.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Olá, bom dia a todos. Queria agradecer essa oportunidade de estar aqui na Casa da Federação, representada pelos Srs. Senadores, trazer aqui um pouco das informações a respeito do ICMBio.

O ICMBio é uma autarquia federal, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, criada em 2007.

Eu vou pedir aos meus colegas para ver se é possível... Vou fazer uma apresentação, Senador, começando com um pequeno vídeo que dá um panorama sobre a importância das unidades de conservação no Brasil, o trabalho do ICMBio. E, logo em seguida, apresento algumas informações pra



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

facilitar o entendimento de todos sobre o que é essa instituição, qual é o seu mandamento legal e, assim, contribuir pros debates. Então, se eu puder começar apresentando um vídeo...

Acho que está carregando, não é? É um vídeo rápido, apenas pra dar um panorama sobre o nosso trabalho.

Acho que está sem som.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Bom, esse vídeo era apenas para dar um panorama sobre as unidades de conservação no Brasil.

Então, vocês reparem ali que fala de alguns números, a quantidade de unidades de conservação – de 2 mil, se eu não me engano –, porque aí está se falando de todas as unidades de conservação do Brasil, não só aquelas administradas pelo ICMBio, portanto criadas pela União, como também pelos estados e municípios, e também as RPPNs, que são as reservas particulares do patrimônio natural. E é sobre isso que eu gostaria de comentar.

Começando aqui, então, sobre o ICMBio, que é o órgão de que eu tenho a honra de ser Presidente, eu sou servidor público, servidor concursado, entrei no ICMBio por meio de concurso em 2009. O ICMBio foi criado em 2007, então, quase já do seu início até hoje eu venho acompanhando a evolução dessa instituição, e agora cheguei a essa posição de Presidente da autarquia, que acho que é para mim uma enorme honra, e tenho certeza também de que é para todos aqueles que acreditam num serviço público consistente, um serviço público baseado na lei, tentando fazer o melhor para a sociedade, para a população brasileira.

Bom, o ICMBio, como eu falei, foi criado pela Lei 11.516, de 2007. É uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, e a lei que o criou já diz que ele é um órgão executor da Política Nacional do Meio Ambiente. Quer dizer, o que é um órgão executor? Existe a política, existem as leis, e nós temos as instituições que as executam dentro do Poder Executivo. Então, o ICMBio é um daqueles que executam a política ambiental, assim como a gente tem os órgãos da saúde, que executam a política de saúde, assim como a gente tem os órgãos da educação, que executam as políticas de educação. Ele é responsável, como eu disse, pelas unidades de conservação federais.

A missão do instituto é promover... proteger, melhor dizendo, o patrimônio natural, que são os recursos naturais que o Brasil possui, e promover o desenvolvimento socioambiental. Então, veja que já na missão do instituto a palavra desenvolvimento aparece, porque nós acreditamos que trabalhar para a qualidade de vida, trabalhar para a conservação dos recursos naturais é uma forma de contribuir para o desenvolvimento nacional. Então, acho que esse é um aspecto muito importante e que é o que orienta o trabalho do instituto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A lei que criou o ICMBio, a Lei 11.516, estabeleceu aí essas atribuições, então: executar a política, as ações da política nacional das unidades de conservação; executar as políticas de uso sustentável – não sei se vocês perceberam, no vídeo tinha algumas atividades de uso sustentável, vinculadas às comunidades tradicionais, o uso público, por exemplo –; fomentar e executar programas de pesquisa – o instituto também é um órgão que realiza pesquisa aplicada –; proteção, preservação e conservação da biodiversidade. Ele também exerce o poder de polícia ambiental – isso está na própria lei –, associado à conservação da biodiversidade, e também promove e executa, em articulação com os outros órgãos, programas recreacionais, portanto, voltados a beneficiar a comunidade, de uso público, ecoturismo... Isso, evidentemente, dentro das unidades de conservação.

Aqui, só para ter um panorama, esse mapa do Brasil, as unidades de conservação: nós temos 336 espalhadas em todo o território, em verde são as unidades de conservação de proteção integral e em amarelo são as de uso sustentável. Essas 336 somam quase 81 milhões de hectares e somam também 92 milhões de hectares, mas aí é da parte do mar territorial, são essas duas bolinhas em amarelo que foram unidades de conservação criadas pelo Presidente Temer, ainda em 2017 ou 2018, não lembro agora, destinadas a proteger, em apoio – a gente recebe o apoio direto da Marinha pra esse trabalho –, as ilhas marinhas que fazem parte do território brasileiro.

Além disso, o ICMBio também possui 14 centros de pesquisa. Como eu disse, é um instituto de pesquisa. Então, nós temos, por exemplo, o Cecav, que cuida das cavernas; o Cemave, que cuida das aves; e assim por diante.

Bom, onde o ICMBio lastreia a sua atividade? Bom, é importante lembrar que, primeiro, é na nossa própria Constituição. No art. 225, a Constituição diz o seguinte: olhe, pra assegurar a efetividade desse direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, é necessário, então, definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos. Então, veja que o mandamento da Constituição já estabelece pra todo o país a importância de ter espaços territoriais dedicados à conservação da natureza.

Além disso, nós temos a lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação provém da Lei 9.985, de 2000, que foi sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e foi debatida por dez anos aqui no Congresso Nacional, tanto no Senado quanto na Câmara. Repare que já o quinto artigo desse sistema diz que, entre as diretrizes pra execução da política de conservação da biodiversidade, é necessário assegurar a participação efetiva das populações locais, como também é fundamental buscar o apoio e a cooperação de organizações não governamentais, organizações privadas e pessoas físicas pro desenvolvimento das diferentes atividades e também é fundamental incentivar a participação das populações locais e das organizações privadas na gestão compartilhada dessas unidades.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, já falamos, no vídeo, que as unidades de conservação estão divididas em dois grupos. Então, vou passar mais rápido, não é? Proteção integral de um lado e uso sustentável de outro.

Aqui, nas de proteção integral, nós temos os parques nacionais – aqui mesmo em Brasília, nós temos o Parque Nacional de Brasília, que é mais conhecido pela população local como Água Mineral, porque é visitado pelas pessoas que sabem da importância daquilo pra sua qualidade de vida –, temos estações ecológicas, temos reservas biológicas, refúgios da vida silvestre e também os monumentos naturais.

Nas de uso sustentável, um pouco maior o número de categorias, nós temos... Eu vou falar da reserva extrativista, mas nós temos, além disso, as florestas nacionais – no vídeo, até aparecia uma das florestas nacionais –; as reservas de desenvolvimento sustentável, que em certa medida são parecidas com a reserva extrativista, mas têm algumas diferenças no que se refere, sobretudo, à área de domínio, se público ou privado; nós temos diversas outras categorias, como a área de proteção ambiental – aqui mesmo, Brasília é cercada por áreas de proteção ambiental, algumas federais e outras no nível do Distrito Federal –; e assim vai.

Eu só queria chamar a atenção um pouco aqui sobre a reserva extrativista. O que diz a lei referente a esse tipo de unidade de conservação? O art. 18 da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação diz o seguinte: olha, reserva extrativista é a área utilizada por populações tradicionais, populações extrativistas tradicionais cuja subsistência se baseia no extrativismo e complementarmente também na agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte.

Ela objetiva proteger os meios de vida e as culturas dessas populações. É uma área de domínio público, ou seja, ali a terra tem que ser pública, pode ter a posse privada, mas o domínio é público e, portanto, aquelas áreas que têm o domínio privado devem ser indenizadas, desapropriadas, quando é o caso. E ela é gerida por um conselho deliberativo que é formado de forma paritária entre membros do Governo – e nesse caso não é só o Governo Federal, participam também os estados, os municípios – como também representação da sociedade civil, do setor empresarial, do setor produtivo e organizações locais.

Além disso, a reserva extrativista também é permitida à visitação pública e à pesquisa, mas é proibida a exploração dos recursos minerais, assim como também a caça amadora ou profissional. A caça para subsistência, como nós sabemos, pela lei de crimes ambientais, a Lei 9.605, é autorizada para as populações que dependem desse recurso. Então, a caça de subsistência é parte inclusive de um conjunto variado de prática das populações e isso é permitido, o que é proibido é essa caça profissional. E a exploração dos recursos madeireiros pode acontecer de forma complementar e dentro do que dispõe a legislação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aqui só para ter uma ideia do que é o manejo florestal, que é uma das atividades dentro da reserva extrativista ou dentro da floresta nacional. Do lado esquerdo, nós estamos vendo ali a coleta de açaí, um produto florestal não madeireiro, todo mundo conhece, e do lado direito já é uma concessão florestal dada à iniciativa privada, por meio da... Nós temos a lei de gestão de florestas públicas, que estabelece a possibilidade de execução do manejo florestal para gerar renda, gerar economia e contribuir para o desenvolvimento nacional.

Então, daquele lado direito ali é uma atividade explicando como é feito o plano anual de ordenamento, de planejamento da atividade do manejo.

Aqui também outra atividade importante. Aí uma correção naquele vídeo, quer dizer, os nossos dados mais recentes mostram que de cada real que é investido em unidade de conservação, acaba voltando para a economia em torno de R\$15. Então, repare que essa relação é uma relação positiva, na medida em que se dinamiza a economia dos municípios, a economia dos estados. Nesse caso, nós estamos vendo aí, por exemplo, o manejo do pirarucu, sobretudo no Estado do Amazonas, bastante conhecido, e de outro lado, nós estamos vendo ali os pescadores já na área marinha. Nós temos também diversas unidades de conservação na área marinha.

O extrativismo, como eu falei, ali do guaraná, do próprio açaí, da castanha.

O ICMBio também realiza as atividades...

(Soa a campanha.)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – O Senador aqui me concedeu mais cinco minutos, então já estou partindo para a conclusão.

Veja que aí se trata da proteção, o manejo integrado do fogo, que é uma forma de contribuir para evitar as chamadas emergências ambientais.

As atividades de fiscalização, fiscalização tanto na parte marítima quanto também dentro do continente.

Aqui o uso público... Veja, por exemplo, nessa imagem central, está mostrando ali Iguaçu. Na verdade, na foto de hoje cedo, eu vi que está bastante inundado em razão das enchentes que vêm acontecendo naquela região.

E, do lado direito, uma foto que é bastante emblemática, quando se fala do Brasil, que é o Cristo Redentor. O Cristo Redentor está dentro de uma unidade de conservação. E o curioso é que, mesmo sendo uma unidade de conservação, lá trabalha o município, através da sua prefeitura, hoje comandada pelo Prefeito Eduardo Paes; lá trabalha o estado, nesse caso comandado pelo Governador Cláudio Castro, sobretudo nas ações relacionadas a saúde, educação e segurança; como também trabalha o ICMBio de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma conjunta. E isso acaba gerando... Isso é um grande cartão postal que não pertence ao ICMBio; é um grande cartão postal que pertence ao povo brasileiro.

Aqui também, nessa foto do lado esquerdo, é Fernando de Noronha, para aqueles que tiveram a oportunidade de conhecer. E, do lado, embaixo ali, aquela lagoa são os Lençóis Maranhenses.

Nós temos avançado em termos de visitação. Veja que esse número já apresenta aí, com os dados coletados até 2022, quase 22 milhões de pessoas visitando essas unidades de conservação, que nós temos o registro. Na área de pesquisa, são 43 mil, quase 44 mil solicitações de autorização de pesquisa em todas as unidades de conservação.

O ICMBio também realiza os chamados Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção. Hoje nós temos aí 46 planos de ação nacional para essas espécies, abrangendo aí um pouco mais de mil espécies ameaçadas. Isso para evidenciar como o instituto também tem um grande... enfim, tem uma atribuição bastante ampla.

Aqui, apenas algumas fotos para ilustrar o que são esses planos de ação nacional. Ali está mostrando a segunda foto, à esquerda, abaixo ali, a ararinha-azul-de-lear, de que, se não me engano, no domingo ou sábado, felizmente nasceu um novo filhote. Como vocês sabem, essa é uma espécie bastante ameaçada de extinção e está sendo repatriada para o Brasil. E, nesse trabalho de repatriação, agora acabou de nascer um filhote, o que eu acho que é importante para todos nós.

Bom, eu vou só trazer um dado aqui importante que se refere às emergências ambientais que estão cada vez mais presentes no nosso cotidiano.

Ali, em amarelo, são os brigadistas do Ibama e do ICMBio embarcando no avião da FAB para apoiar o Governo do Estado do Amazonas naqueles incêndios que aconteceram há umas três ou quatro semanas, enfim, duas ou três semanas atrás, que estavam prejudicando, levando bastante fumaça para cidade de Manaus. E, após a solicitação de apoio, o ICMBio e o Ibama mandaram as suas equipes de brigadistas para trabalhar em conjunto com o estado a fim de enfrentar aqueles problemas.

Embaixo, infelizmente, mostra-se aí o trabalho de avaliar a situação dos botos no Lago de Tefé, em que infelizmente acabaram chegando à morte vários indivíduos, o que é um prejuízo para todos nós, mas, pelo que se sabe, tem a ver com o aquecimento das águas, tanto o rebaixamento dos rios quanto também o aquecimento da própria água.

Do lado direito, uma ação também associada à gripe aviária. O ICMBio trabalha junto com o Ministério da Agricultura, com o Ibama, com os órgãos de saúde, exatamente pra fazer frente, quando é o caso de crises, como essa da gripe aviária, que vem acometendo o litoral brasileiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, como vocês viram nas atribuições do ICMBio, também são feitas articulações interinstitucionais pra facilitar o apoio pras populações que dependem do poder público pras suas atividades.

(Soa a campanha.)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Então, a gente trabalha com diferentes órgãos. Aqui é apenas ilustração. Só queria chamar a atenção dos órgãos estaduais e municipais, sobretudo na parte de educação, saúde e infraestrutura.

Eu vou parar por aqui, Senador, em razão do tempo, mas agradeço aqui a oportunidade pra...

Ah, sim! Só essa informação, se o senhor permitir: o ICMBio hoje tem 1.527 servidores efetivos. Então, apesar de todas aquelas suas atribuições, isso é feito por esse conjunto de 1.527 servidores. Nesse número, a gente tem alguns agentes temporários, mas o agente temporário só fica por dois anos. Então, mostra que é um trabalho muito grande.

Só queria chamar a atenção para essa moça que está de costas aí na foto, que ela era uma voluntária, a Lara, e hoje é membro, como analista ambiental do ICMBio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Muito obrigado pela exposição. O senhor terá oportunidade, nas perguntas, de sempre expor.

Antes de obedecer ao rito, de passar pro Relator, o Senador Marcio Bittar – me permita, Marcio, só uma observação –, eu anotei aqui as palavras: gestão participativa, desenvolvimento nacional. Eu não posso, sob pena de omissão e mesmo de ficar o dia todo ruim no final do mês... Porque nós seguimos o conselho que foi dado naquele vídeo, Senador Mourão, Senador Jaime. Nós seguimos o conselho e fomos visitar uma reserva. Aquele vídeo diz: "Visite". Nós visitamos. E nós voltamos de lá, Sr. Mauro, assustados.

Então, eu vou colocar um vídeo aqui. Esse vídeo é um lado, e a exposição do Sr. Mauro é o outro. Em seguida, vamos começar a nossa sessão de perguntas.

Por favor, o vídeo nº 2. Isso lá na Reserva Chico Mendes, que o ICMBio comanda.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso aí, Sr. Mauro, é uma moradora, a Sra. Rosângela de Oliveira, ela não tem o direito de criar uma vaca. Ela não tem direito de botar a criança na escola, porque o ICMBio não deixa o Prefeito de Eptaciolândia construir uma escola lá dentro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é para se contrapor ao vídeo que foi mostrado.

Com a palavra, o nosso Relator, o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bem, bom dia a todos.

Sr. Mauro, muito bem-vindo.

Não preciso repetir as palavras que o Presidente Plínio já lhe disse, com a minha presença ali na antessala, mas o objetivo da CPI é fundamentalmente focado na Amazônia brasileira, que é imensa, e no papel das ONGs e do Governo brasileiro nessa relação. Portanto, não tenho pergunta pessoal, mas é preciso a gente esclarecer um assunto que mexe com mais da metade do Brasil, particularmente na Amazônia.

Sr. Mauro, o senhor ou membros da sua família já fizeram turismo na Serra do Divisor?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Olá, Senador! Muito obrigado pela pergunta.

Antes de responder, eu queria me solidarizar com a população do Acre em razão daquele acidente de avião que aconteceu há dois, três dias e chocou a todos nós. Não sei se eram pessoas do Acre ou do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eram seis conterrâneos meus, da cidade de Eirunepé, do Juruá.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Meus sentimentos, Senador.

Não, não conheço a Serra do Divisor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A pergunta tem por objetivo... Eu tenho um grande amigo que é pesquisador, cientista, ele faz todo tipo, ele coordena todo tipo de pesquisa e foi dele que eu escutei, há muitos anos, a frase – não é *ipsis litteris*, mas a frase – de que dados são manipuláveis. Então, toda pesquisa pode ser manipulada.

O vídeo que o ICMBio mostra a visitação turística em áreas que não são na Amazônia; é na beira do mar, são os Lençóis Maranhenses, são áreas que têm algum tipo de acesso facilitado, comparado com a Amazônia, que já eram visitadas e que agora continuam sendo visitadas. Mas, na Amazônia brasileira, se tem um lugar que atrai um grupo de turismo, é o Amazonas, particularmente Manaus, o Rio Negro, o encontro das águas, mas, mesmo assim, quando você vai ver no PIB do Amazonas o que é que significa o turismo no Estado do Amazonas, não significa praticamente nada. Então, falar de ecoturismo, seja em reserva florestal, extrativista, o que for, na Amazônia brasileira, quando nem as pessoas que falam disso visitam essa região, fica como uma questão do extrativismo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu dei várias palestras no Acre falando por que que o extrativismo vegetal, notadamente o da borracha, havia se acabado. E, depois, no final, Senador Mourão, eu disse assim: "Se tudo que eu disse não serviu de nada, eu vou fazer três perguntas. Quem da sala de aula deseja ser seringueiro levante a mão". Ninguém nunca levantou. Segunda pergunta: "Quem deseja pro seu filho, no futuro, ser seringueiro ou extrativista levante a mão". Ninguém levantou. Última pergunta – isso há 30 anos –: "Quem tem aqui pai, mãe, avô, avó que vieram do seringal?". Muitos levantaram a mão. "Quem deseja vencer na vida e levar seu pai, sua mãe, seu avô ou sua avó para voltar para o seringal levante a mão." Ninguém levantava a mão. Se a reserva extrativista, notadamente aquela que, em tese, vai viver da borracha fundamentalmente, se isso fosse uma atividade econômica rentável, pelo menos alguns parentes, alguns amigos das ONGs, dos órgãos governamentais, que tanto dizem isso, alguma parte deles devia ter como opção econômica essa atividade, mas não tem. Essa é uma atividade para o filho dos outros, para os pais dos outros e para os outros, não é para si, não é para aqueles que propugnam isso.

A outra pergunta... Eu acho estranho quando as pessoas se declaram radicalmente contra o estupro, mas fazem amizade com estuprador. O vídeo que o senhor mostrou tem uma parceria com a Alemanha, com um banco alemão. Não lhe parece estranho o Governo brasileiro fazer, realizar um vídeo como esse que acabou de ser feito, com um órgão preocupado com a questão ambiental, ligado ao Ministério do Meio Ambiente do Brasil, e, ao mesmo tempo, manter uma parceria com aquele que é 40 vezes menor do que o Brasil e que joga mais CO₂ no planeta do que o Brasil, já no ano passado, e que este ano está aumentando porque está queimando carvão? Não lhe parece uma contradição?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Olá, Senador.

Se eu estou entendendo a sua pergunta, aproveito para fazer um esclarecimento sobre esse vídeo. Esse vídeo foi feito em 2021 ou 2022 no máximo, portanto, ainda na gestão passada, mas se dá em razão de uma cooperação que existe entre o lado brasileiro junto ao lado alemão. Essa cooperação é regida pelas leis. Aliás, isso acontece há bastante tempo. A cooperação do Brasil com diferentes países acontece há bastante tempo. Não tem como um país como o nosso prescindir desse tipo de trabalho. Estamos vendo, por exemplo, como é importante na conjuntura atual a cooperação internacional, dada a situação que encontramos. Então, creio que esse é o tipo de apoio que aconteceu, e eu acho que o vídeo, a finalidade dele é mostrar um pouco do que são as unidades de conservação no Brasil e quais são as suas possibilidades.

Evidentemente, nós temos dificuldades, isso eu acho que é importante dizer. A gestão das unidades de conservação enfrenta inúmeros desafios, mas eu creio que é trabalhando em conjunto que nós devemos trabalhar, executar para enfrentar essas dificuldades.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Bom, nós vivemos a era das versões, então eu tenho direito a ter a minha.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para mim, Presidente Mauro, isso é um cala-boca que a Alemanha faz costumeiramente. E cala a boca dos órgãos ambientais do Brasil e das ONGs que atuam no Brasil se dizendo preocupadas com o meio ambiente, porque nenhuma delas tem coragem de mirar os países que emitem mais CO₂ do que o Brasil inteiro, que dirá sobre a Amazônia, que é um pedaço – embora muito grande, mas é um pedaço – do Brasil. Pra mim, é uma contradição abissal os órgãos ambientais no Brasil, preocupados com a questão ambiental, com a tal mudança climática, ao mesmo tempo serem financiados, no vídeo – até no vídeo, serem financiados –, por país que, com eu disse e repito, está jogando, mesmo antes de queimar carvão, mais CO₂ no planeta, e agora mais ainda.

Algumas perguntas. Eu vou ler, Sr. Presidente Mauro, uma lista de nomes, e a respeito de cada um deles – vamos fazer aqui um pingue-pongue – eu gostaria que V. Sa. dissesse se conhece; se conhece, qual instituição representa ou faz parte; e qual a sua relação com o indivíduo, se houver. Vai ser aqui um pingue-pongue.

Adriana Ramos.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – É para...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sim, é pingue-pongue.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Sim, conheço.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Qual instituição representa Adriana Ramos?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Acho que é o Instituto Socioambiental.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O ISA.

Sueli Araújo.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Sueli Araújo eu conheço. Ela foi Presidente do Ibama e é professora, se não me engano, da Universidade de Brasília.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – José Pedro de Oliveira Costa.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – José Pedro de Oliveira Costa eu conheço também. Ele já foi Secretário do Ministério do Meio Ambiente por duas ocasiões distintas e é uma pessoa que trabalha bastante para a Mata Atlântica e outros biomas.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Um dos fundadores do SOS Mata Atlântica, não é isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Acredito que sim, não tenho certeza.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – José Carlos Carvalho.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – José Carlos Carvalho já foi Ministro do Meio Ambiente na época do Presidente Fernando Henrique.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Maristela Bernardo.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Maristela Bernardo foi Consultora Legislativa aqui do Senado Federal.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – E, por fim, Cláudio Carrera Maretti.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Cláudio Carrera Maretti foi Presidente do ICMBio, já foi Diretor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Há alguma ONG que o senhor conhece e de que ele faça parte? Nacional ou internacional?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – No exato momento, acho que ele está aposentado. Não sei se ele...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Ou de que ele tenha feito parte?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Ah, ele tem um longo currículo, né? Então, acho que já passou por diferentes organizações. Não me lembro agora exatamente de qual.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Teria passado pela WWF Brasil?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Acho que sim.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Bom, todos os nomes citados fizeram parte do Comitê de Busca. O Comitê de Busca foi uma criação da Ministra Marina. Através desse Comitê de Busca, chegou-se ao nome do Presidente do ICMBio.

Então, todos esses nomes que eu citei são de pessoas que militaram ou que militam ainda em ONGs, e muitas delas captam, como é o caso do ISA, recursos externos... Participou, inclusive, da elaboração do novo Censo brasileiro, que eu já disse aqui, em reunião, que é um absurdo total. Nenhuma ONG – a Alemanha, a Noruega, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha – vai aceitar que, recebendo um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recurso externo, participe da elaboração de uma pesquisa tão básica do seu país, que são os dados elementares, que é o Censo do seu país.

Então, todos esses citados fazem parte, são da relação... Pelo menos o Presidente do ICMBio os conhece. Todos eles fizeram parte desse Comitê de Busca do novo Presidente do ICMBio, que, ao final, recomendou o seu nome, Sr. Mauro.

Diante disso, pergunta-se: qual é o nível de ingerência que as ONGs têm no ICMBio?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, é importante essa sua pergunta, porque permite explicar como é que foi o processo do Comitê de Busca.

Bom, todo Governo tem o direito de indicar os seus representantes, os seus cargos comissionados. É assim, por exemplo, na saúde, na educação, etc. Nesse caso do ICMBio, a Ministra Marina Silva resolveu retomar a mesma iniciativa de quando foi escolhido o Presidente Rômulo, logo no início do ICMBio, que foi constituir um comitê. Esse comitê, tanto naquele caso quanto neste, recebeu propostas, convidou pessoas a apresentar propostas, e, com base em vários critérios, chegou-se, ao final, a uma lista – no meu caso, em torno de 18 pessoas participaram do processo – de três nomes. O comitê não indicou um nome, ele indicou três nomes, e esses três nomes seguiram para a decisão do Governo Federal.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Você veja, mais uma vez, como são as versões, não é? Evidentemente que a Ministra Marina, se for tocar no assunto quando vier aqui, ela vai dizer que é uma forma democrática, porque cria um conselho, etc. Só que o conselho é deles. A Ministra indica membros de ONGs, de ONGs de que ela própria fez parte ou de que faz parte: é um clube de amigos. Veja, você acha que esse clube de amigos vai indicar alguém que, por exemplo, discorda de que a reserva extrativista não tenha um grau de autonomia maior do que a que tem? A agenda está fechada.

O senhor não acha que é uma relação estranha, um tanto promíscua um comitê, basicamente de ONGs participarem diretamente da indicação de um órgão tão importante quanto o ICMBio?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, é importante esclarecer que esse comitê foi formado por sete pessoas, muitas delas que passaram pelo setor público. É o caso, por exemplo, de um ex-ministro, é o caso de um outro secretário de biodiversidade. Então, são pessoas variadas.

Eu queria lembrar que, no meu caso, Senador, eu sou servidor público de carreira. Então, acredito que esse é um fato que tenha contribuído para o meu nome chegar a essa lista tríplice, porque acho que é importante que a gestão de um órgão tão grande quanto o ICMBio, responsável por 336 unidades de conservação, seja por pessoas que têm conhecimento do assunto, que têm experiência. Acredito que esse fator é o que tenha levado a meu nome a figurar nessa lista.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O que eu quis dizer... Vou dar um outro exemplo. Imagine que tenha um nome, funcionário público de carreira, mas que entenda e que queira assumir o ICMBio e facilitar, através do ICMBio, as licenças para as obras de infraestrutura na Amazônia. Ele não será indicado. Então, vai ser indicado alguém do grupo. O ICMBio está por trás de muitas das inviabilidades, às vezes demorando a dar licença, que é até um outro problema no Brasil. O ICMBio não tem prazo, ou, quando tem prazo, não tem penalidade. Ao não ter penalidade, não tem prazo para soltar licenças. Então, não será...

Olhe só, a Ministra cria um grupo, e aparentemente: "Que coisa bonita, democrática!". Não, não é. O grupo é dela, é o grupo de amigos que vai indicar alguém que pensa exatamente como eles pensam. Isso, no meu modo de enxergar, é deixar com que forças externas se apropriem de estruturas do Governo brasileiro, como é o caso do ICMBio.

V. Sa. possui alguma relação com ONGs que não seja em razão do cargo que ocupa, que exerce?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, eu, como servidor público, trabalho com diferentes organizações que procuram parceria com o ICMBio ou procuram parcerias das diferentes formas, não é?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Tá, como eu disse, então, o senhor não possui nenhuma relação com ONGs que não seja em função do cargo que exerce.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Exato.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – V. Sa. já foi contratado direta ou indiretamente por alguma ONG?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, eu comecei a trabalhar na área ambiental ainda no final da graduação, em 1991 para 92, e logo no início eu trabalhei em associações da sociedade civil, mas, quando foi em 1999, eu cheguei ao Ministério do Meio Ambiente e, quando foi em 2009, resolvi o concurso pro ICMBio e, desde então, continuei essa carreira no setor público.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Então, pra ficar claro aqui pra nossa taquigrafia: o senhor, alguma vez, se licenciou do cargo de servidor público federal que ocupa no ICMBio para trabalhar como consultor em alguma ONG?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Sim, eu tive uma licença de três anos, é aquela chamada licença pra interesse particular, que é qual você não recebe salário.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas, nesse período, trabalhou como consultor de ONGs.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Nesse período fiz diferentes consultorias pro estado, inclusive pro Estado do Acre, do Amazonas... Fiz também para organizações da sociedade civil. Afinal de contas, eu precisava... Não tinha salário, e eu tinha que continuar pagando as minhas despesas.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Correto. Aliás, eu escutei, na aldeia parecis, e eu comentava com o Senador Plínio, como, às vezes, várias pessoas te dizem a mesma coisa, e aquilo não cola no seu cérebro. Lá, eu ouvi de um índio e colou no meu cérebro. Ele disse, com todas as letras: "Não há como preservar cultura de barriga vazia". E ele disse mais: "E, de barriga vazia, vai todo mundo embora da aldeia". Então, ou tem atividade econômica, ou não tem como preservar nada. Não preserva nem a aldeia. Então, claro que V. Sa. tem que trabalhar, tem que sobreviver, como todos nós.

V. Sa. conhece Ana Maria Carvalho Ribeiro?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Conheço.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Ela foi sócia, juntamente com o senhor, na empresa Canuma?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Canumã.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Canumã?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Exatamente. No período em que eu estava de licença, eu me associei a essa empresa, exatamente pra poder fazer os meus trabalhos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Ou seja, o senhor, como servidor público federal...

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Licenciado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... se licenciou, fez consultoria pra ONG, como também faz parte, com Ana Maria Carvalho, de uma ONG – ou fez parte.

Estou lhe fazendo essas perguntas pra mostrar como os órgãos ambientais do Brasil se misturam com as ONGs. As pessoas fazem parte de ONGs, criam ONGs, vão pro Governo Federal – isso se replica nos governos estaduais também –, ocupam cargos importantes, saem dos cargos importantes, voltam pras suas ONGs, ou mesmo, como eu disse aqui, o maior exemplo: a Marina, quando era Senadora, foi Ministra do Meio Ambiente; como Ministra do Meio Ambiente, junto com Capobianco, um dos fundadores do ISA, ajuda a captar recurso na Noruega pro BNDES e ajuda a decidir pra onde vai esse recurso, qual é a linha pra esse recurso ser aplicado, e as ONGs das quais fazem parte, ou fizeram parte, ou saíram e deixaram seus antigos colegas, são as ONGs que receberem esses recursos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a mesma coisa acontece com o ICMBio. Hoje, o Presidente do ICMBio – e quem deve julgar é a sociedade; eu tenho o meu pensamento – pede licença, ajuda a fundar uma ONG, é sócio de uma ONG, dá consultoria pra ONG, volta pro órgão, vira Presidente, e é pra aplicar uma linha, que é a que nós estamos vendo, particularmente, na Amazônia brasileira.

V. Sa., por meio dessa empresa, recebeu o dinheiro de alguma ONG, a empresa?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, é importante esclarecer que é empresa, não é associação civil. Essa empresa, chamada Canumã, tinha essa associação na qual eu entrei, mas essa empresa foi fechada, porque a Ana Lange se aposentou, e eu voltei a trabalhar no setor público.

Como eu disse, nós fizemos diferentes trabalhos, tanto pra empresa, na área de licenciamento ambiental, por exemplo, como também pra diferentes atividades que acharam interessante a nossa contratação.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Veja como é que é: a pessoa é funcionário público federal, faz parte de um órgão que autoriza ou não autoriza licença; se ausenta do órgão – legalmente, tem direito lá, pelos anos –; faz parte de uma ONG que ajuda a fazer pesquisa que orienta o Governo na licença ou não, ambiental, do próprio Governo, e depois volta para o Governo e acaba ocupando a Presidência. Ou seja, o que nós estamos dizendo? As pessoas elaboram a política, fazem as ONGs, ocupam espaço no Governo, que decide – na hora de decidir – que licença vai dar, se vai poder dar licença, baseado em estudos de ONGs de que a pessoa acabou de fazer parte, voltando, depois, para ocupar cargo no Governo.

Bom, o senhor já disse aqui, está subentendido, que, claro, nesse período, o senhor recebeu o dinheiro, até porque não tem como ficar... Saco vazio não para em pé, né?

V. Sa., por meio dessa empresa, só aparece ululante, mas de qualquer forma, especificamente, recebeu algum recurso do Fundo Amazônia?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Desculpa, Senador, pode repetir?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O senhor já disse aqui – e eu concordo – que saco vazio não para em pé, todo mundo tem que sobreviver. O senhor já disse isso, mas o senhor, especificamente essa empresa do... recebeu algum recurso do Fundo Amazônia?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Do Fundo Amazônia? Senador, eu não estou lembrado se tem recebido algum recurso, mas aproveito para fazer um esclarecimento: quando eu falei do licenciamento ambiental, a minha sócia, que é Ana Lange, é antropóloga. Então, ela era contratada, por exemplo, pela Eletronorte, para desenvolvimento daquelas ações decorrentes do processo de licenciamento ambiental. Então, era nesse sentido que havia o envolvimento com o setor empresarial. Não era sobre a licença em si, e, sim, em ações decorrentes do processo do licenciamento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Bom, sobre isso vou lembrar que... Mas, de qualquer forma, veja: uma ONG que, por um período, pelo menos, é ocupada por um funcionário público federal, que hoje vem a ser o Presidente do ICMBio – ele, a sua sócia –, enfim, essa ONG ajuda a elaborar as estratégias, as regras do licenciamento ambiental.

Vamos lembrar que as duas últimas usinas hidrelétricas criadas no Brasil, limpas, renováveis – muito mais do que a Alemanha, que está queimando carvão; muito mais do que a Noruega, que tem 51% do seu PIB em petróleo e está aumentando; muito mais do que a Inglaterra, que agora soltou cem novas licenças de estação de petróleo – demoraram mais de sete anos para receber as licenças e, pasmem, receberam as licenças... E aí, pessoas como ela, como essa organização do qual o senhor fez parte, ajudaram a fazer com que nós... o Brasil passasse quase sete anos, ou até mais do que isso, para poder receber a licença para fazer a hidrelétrica. E mesmo assim foi feita fio d'água, contrariando a própria lógica de uma hidrelétrica, que é armazenar água para, no período de menor chuva, ela não parar. Como não foi feito assim, cinco meses, até seis meses no ano, ela para.

Então, veja, as pessoas fazem parte do Governo Federal, se afastam, vão para ONGs que ajudam a elaborar para o próprio Governo, que vai dar a medida para o próprio Governo do licenciamento ambiental de uma empresa, e depois voltam a ocupar cargos como esse, agora Presidente do ICMBio.

Bom, isso aqui já foi.

Qual a relação de V. Sa. com o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, eu vou responder isso, mas deixe eu fazer um esclarecimento: essa empresa da qual eu fui sócio é uma empresa, não é uma outra organização. Ela fazia prestação de serviço. Como eu já havia explicado nesse caso, no caso da Eletronorte, era pra atividades decorrentes do processo do licenciamento. Então, é bem diferente de ONG, como foi comentado.

Com o Pnud, eu, como diretor...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas ela não é uma organização não governamental?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Não, é uma empresa, Senador. O senhor pode olhar na junta comercial. Aliás, a empresa está até fechada, porque, como eu disse, a minha sócia se aposentou, e eu voltei para o serviço público.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O.k., mas isso não altera fundamentalmente a minha fala. Sendo uma organização não governamental ou uma empresa, o fato é que há essa relação entre pessoas que estão do Governo ou que são do Governo, são funcionários públicos federais, saem, participam de uma empresa ou de uma ONG que ajuda a elaborar política de licenciamento ambiental que demora acontecer no Brasil e, interessadamente, sempre financiada, sempre



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por trás disso tem dinheiro internacional, botando, nesse caso específico que eu citei, colocando dificuldades pra se criar hidrelétrica, particularmente na Amazônia; e essas mesmas forças apostam na energia solar, que ocupa muito mais espaço, no lugar de uma hidrelétrica; ocuparia muito mais lugar, dezenas de vezes maior lugar, mas defendem uma energia que, pra nós, é muito mais cara.

Mas a pergunta é se a V. Sa. tem uma relação com o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Então, Senador, eu comecei a trabalhar no Ministério do Meio Ambiente em 1999. Hoje, estou com 53 anos. De 99 a 2023, nesse período por apenas três anos eu fiquei fora do serviço público; portanto, o resto do tempo, trabalhando com a agenda da política ambiental brasileira.

Dentro desses trabalhos, sim, já interagi bastante com o Pnud, assim como com outros organismos, como o ICA, enfim, outros organismos internacionais com os quais o Brasil tem cooperação. Lembrando que o Brasil é parte da Organização das Nações Unidas tanto que agora, por exemplo, preside o Conselho de Segurança.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu tenho mais perguntas, mas vou, atendendo à lógica e à orientação do Presidente, passar a palavra. Nós quatro queridíssimos colegas Senadores da República, os quatro aqui são de regiões, estados da Amazônia. Só não é da Amazônia, nascido lá, mas talvez conheça a conheça mais, como um todo, do que tanto eu quanto o Plínio. Mais que eu admito. Eu conheço mais o Acre, mas o Senador Mourão, pelas funções que ocupou, no geral, conhece mais a Amazônia brasileira do que eu conheço.

Depois temos o nosso Hiran, que é lá de Roraima; o Zequinha, que é do Pará...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone.*) – Sou do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Do Amazonas, de Tefé. É meu conterrâneo, é amazonense.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Está certo! Mas é Senador pelo querido Estado de Roraima. Ele migrou para Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós cedemos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – E o Senador Jaime, que nos acompanhou em audiências externas, representando o estado vizinho, o Estado de Rondônia.

Então, vou passar a palavra para os colegas para eles interagirem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Marcio, pelas perguntas. A gente vai ficar à vontade para acionarmos os nossos outros componentes.

Vai ser pela ordem de chegada, tá bom? Porque eu vi aqui, para que não haja nenhum problema entre nós – jamais: o General – não é pela patente, é pela ordem de chegada, viu General? –; depois, o Senador Jaime, o Senador Hiran e o Senador Zequinha.

Fique à vontade de fazer as suas perguntas, de esgotar; ou só uma, depois volta. Aqui nós podemos, em questão de perguntas, tudo.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Obrigado, nosso Relator, Senador Marcio Bittar, nossos companheiros aqui, Senadores, senhoras e senhores.

Dr. Mauro, bom dia. Só para descontrair, fica tranquilo, está bom? O senhor está meio igual a cachorro em canoa aí, então dá uma descontraída. *(Risos.)*

Vou ser muito objetivo nas perguntas que eu vou colocar aqui para o senhor.

A primeira delas. Uma das missões do ICMBio é participar do desenvolvimento socioambiental. Eu queria que o senhor definisse a sua visão de desenvolvimento socioambiental.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Desenvolvimento socioambiental significa trabalhar com os recursos naturais disponíveis de forma sustentável, trabalhando para gerar emprego, para gerar renda e apoiar o desenvolvimento do país.

De forma muito geral, é isso.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois é, então, gerar emprego e renda, viu, Marcio? Então, quando nós vemos a questão da Reserva Extrativista Chico Mendes, as pessoas que estão na busca de seu emprego e renda estão sendo tolhidas. Então, tem que buscar cumprir a missão do organismo o qual o senhor preside.

Em segundo lugar, o senhor conhece a Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Não conheço toda ela, Senador, mas eu conheço uma boa parte.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois é, essa floresta foi criada no ano de 2006. Naquela ocasião, o senhor ainda pertencia ao Ibama, o ICMBio não funcionava – o senhor era, vamos dizer assim, um dos precursores do ICMBio. E, quando se instala essa floresta, dentro de uma política desenvolvida pelo governo de então de instalar unidades de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conservação, havia – e ainda existem – mais de 3 mil famílias que ocupam aquela região, que para lá se deslocaram nos anos 70.

O senhor tem algum planejamento em relação aos problemas existentes na Floresta Nacional do Jamanxim?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, muito obrigado pela pergunta, porque permite explicar como é que funciona, qual é a lógica de uma floresta nacional.

A floresta nacional, assim como havia apresentado anteriormente, ela possui um conselho, formado por órgãos públicos e também por representantes da localidade em que ela está inserida, seja setor empresarial, seja município, sejam associações representativas.

E, no caso da floresta nacional, ela tem a finalidade de, dado o próprio nome, facilitar o manejo florestal sustentável. Então, quando essa unidade foi criada, ela tinha exatamente esse objetivo de apresentar uma alternativa econômica, aproveitando a própria floresta. Então, isso significa trabalhar com o manejo florestal, que é uma técnica que mantém a floresta como tal, mas permite a extração de alguns indivíduos, algumas árvores, exatamente para gerar benefícios.

Então, essa é a lógica do manejo florestal comunitário para o qual essa floresta nacional foi constituída.

Ela está em frente à BR-163, então evidentemente que ela sofre da pressão que existe naquela região, e é importante esclarecer que, como floresta nacional, ela é de domínio público.

O que quer dizer isso? Quer dizer que a terra é pública e ela foi criada, salvo engano, exatamente porque toda aquela área no entorno da BR-163, se não me engano no Governo militar, estabeleceu-se que era uma área de terra pública federal. Então, para a destinação dessas áreas é que o Governo de então resolveu constituir algumas unidades de conservação, resolveu criar assentamentos de reforma agrária e, nesse caso, levou à criação da Floresta Nacional do Jamanxim.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bom, o senhor tem conhecimento, então, dos problemas que estão ocorrendo lá dentro. E a pergunta que eu coloquei para o senhor é exatamente esta: como solucionar o fato de que o senhor tem uma unidade de conservação em cima de pessoas que já estavam instaladas na região e que até hoje continuam lá e é um foco permanente de tensão em relação a desmatamento e queimada?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Sim, eu tenho um conhecimento razoável, não posso dizer que é profundo porque seria leviano da minha parte, mas essa é uma das nossas preocupações, exatamente como o senhor mesmo comentou, o desmatamento que existe nessa área. Como eu disse, aquela terra é pública, federal, foi assim definida pela legislação de então, se não me engano, no ano de mil novecentos e... Enfim, agora não vou lembrar exatamente o ano, mas ela foi...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Em 2006 é que foi criada a floresta, não é?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – É, a Floresta Nacional em 2006, mas a lei que definiu que aquela porção da Amazônia era terra pública federal foi anterior, foi do regime militar. Mas, de qualquer forma...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Foi de 64, não é?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – É, acredito que é isso. Obrigado, Senador.

De qualquer forma, como eu disse, é importante... (*Pausa.*)

O advogado estava me mostrando aqui.

É importante dizer o seguinte, que uma floresta pública é de domínio público. Então, aquelas pessoas que têm título ou que têm a posse mansa e pacífica e cumpriam a legislação na época, evidentemente que elas vão ser totalmente indenizadas, vão ser desapropriadas de acordo com o que a própria legislação estabelece.

Queria lembrar que esse é um dos temas mais importantes para a gestão de unidades de conservação. Tem toda uma legislação dedicada a tratar desse tipo de situação, quando há o caso de a unidade de conservação ser de domínio público, mas eventualmente tem os títulos privados. Então, a legislação trata disso, é bastante sólida nesse sentido, legislação inclusive aprovada aqui pelo Congresso Nacional e que é referência para resolver situações como essa.

No caso do ICMBio, como eu disse, no que se refere à regularização fundiária de uma unidade de conservação de domínio público como uma floresta nacional, ele trabalha exatamente para verificar a titularidade daqueles títulos, a veracidade daquilo. Tem que fazer uma análise de cartório, tem que fazer uma análise em campo, etc. É um trabalho bastante detalhado, cauteloso. Inclusive, o servidor que assina esses processos está sujeito à própria legislação, tem que ser um trabalho realmente muito dedicado e é um trabalho que envolve uma série de pessoas exatamente para promover, tornar aquela unidade de conservação totalmente de domínio público.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bom, na sua apresentação, o senhor colocou que o seu efetivo é de 1.527 servidores. Quantos destes servidores estão no terreno efetivamente realizando a atividade fim e quantos estão no ar-condicionado?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, nós temos 1.527 servidores espalhados em todo o território nacional. Alguns estão nas áreas marinhas, alguns estão no litoral, por assim dizer – nós temos parques, nós temos reservas –, alguns estão aqui em Brasília e alguns estão na Amazônia. Enfim, ele



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está... O nosso efetivo está bastante distribuído em diferentes lugares. E é evidente que, em alguns lugares, a carência de pessoa é maior, não é?

Aliás, é até importante dizer que o trabalho feito por esses servidores é o que garante o serviço que o ICMBio presta pra sociedade. É um trabalho muito exaustivo, é um trabalho que envolve técnica, envolve conhecimento de campo e envolve presença no território, seja na fiscalização, seja no que se refere ao manejo integrado do fogo, seja no uso público, como a gente havia apresentado.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Esse efetivo é suficiente?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Não, servidor. Senador, desculpa. Esse efetivo, na nossa opinião, precisa ser incrementado, porque, como eu disse, é um trabalho muito intenso, muito complexo e precisa-se ampliar. Recentemente, a gestão atual resolveu chamar, convocar aquelas pessoas que haviam passado no concurso realizado, se não me engano, em fim de 2021 ou início de 2022. Aquele cadastro de reserva foi agora chamado. Então, isso incrementou em torno de 155 novas pessoas, a coisa de um mês, dois meses atrás. Então, isso ampliou a nossa capacidade, mas evidentemente ainda é necessário ampliar ainda mais.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito bem. Estou satisfeito aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado. Obrigado, Senador Mourão. Pode intervir quando quiser.

O Senador Marcio gostaria de perguntar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Só quero deixar uma pergunta, porque, inclusive, se o Presidente do ICMBio, Sr. Mauro, não se lembrar, ele pode... Os seus assessores terão tempo pra fazer essa resposta.

É só esta pergunta: o ICMBio possui alguma relação com a ONG SOS Amazônia, que é uma ONG que atua no Acre, particularmente com relação ao Parque Nacional da Serra do Divisor?

Se o senhor não souber agora, pode, na sequência, alguém do seu...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k. Depois, então.

Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Bom dia a todos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente das ONGs, Plínio Valério...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Da CPI das ONGs.

Cumprimento o nosso Relator Marcio Bittar e o Presidente do ICMBio, Mauro Oliveira.

Sr. Mauro, eu queria dizer pro senhor que nós acompanhamos essa missão lá na Reserva Chico Mendes e o que a gente viu lá não é só esse depoimento dessa senhora, uma mãe de família que queria ter o direito de ler, aprender a ler e escrever, ter direito de que os filhos tivessem acesso à escola, à educação. Eu queria dizer pro senhor o seguinte: quando o senhor falou que... Na sua apresentação, você fala que tem quase 81 milhões de hectares no Brasil de área de preservação. E essa Reserva Chico Mendes é quase, em torno, pra próximo de 1 milhão de hectares. Então, teriam 80 vezes – é isso? – 80 vezes, mais ou menos, a Reserva Chico Mendes.

Eu queria perguntar para o senhor o seguinte: o senhor acredita, na sua mente, que o senhor conhece a reserva? O Senador Mourão fez uma pergunta aqui e o senhor respondeu que tem em torno de 1.507, hoje, colaboradores, dentro do ICMBio. Quantas pessoas hoje estão lá, só do ICMBio, lá na Reserva Chico Mendes, lá do Acre? É uma das perguntas que eu queria fazer.

Uma outra pergunta que eu queria fazer para o senhor é a seguinte: você acredita, você acredita, dentro de si mesmo, que um seringueiro, caminhando sete, oito quilômetros por trilha... E olha que eu conheço, eu sei o que que é mata, sei andar dentro da mata. O senhor acredita que ele tenha condição de sobreviver do extrativismo, recebendo R\$30, R\$40 por dia? O senhor acredita que ele tem condições? Isso é um trabalho digno, quando recebe, quando ele faz isso?

Eu queria que o senhor conseguisse me responder. O senhor fala em 52 mil famílias vivendo do extrativismo, nas reservas, dentro dessas reservas; 52 mil famílias, pelo que eu vi na sua apresentação. Vocês têm a relação, pelo menos, dessas 52 mil famílias que estão lá? Quantas que recebem Bolsa Família? Porque se isso é... Ele tem uma atividade rentável lá dentro, ele tem que ter uma condição digna de sobreviver.

Eu queria dizer mais, Sr. Mauro, é muito fácil, é muito simples as pessoas estarem no ar-condicionado, estarem vivendo bem, numa situação ótima, e você ter conhecimento, quando você chega lá e tem conhecimento da maneira que aquelas pessoas vivem.

Eu até agora estava numa outra Comissão, a Comissão de Meio Ambiente, e cheguei até a levantar essa situação lá. Eu só falo uma coisa pro senhor, do jeito que a gente viu essa situação lá na Reserva Chico Mendes, eu falo pro senhor, se fosse uma empresa da iniciativa privada que estivesse administrando aquilo, realmente uma empresa que tivesse ganhado uma concorrência, uma licitação, para



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele administrar uma reserva daquela, a hora que o Ministério do Trabalho chegasse pra ver a situação das pessoas que estão lá, o senhor pode ter certeza, o administrador sairia algemado. Ali é trabalho escravo!

Olha que eu estou falando uma coisa pro senhor que eu conheço, moro naquela Amazônia há quase 50 anos. O senhor fala muito aí em plano de manejo florestal. Isso é uma área que eu conheço, Senador Hiran, igual à palma da mão, sou neto de madeireiro. Realmente, vocês têm razão, nesse quesito. O plano de manejo florestal é uma sustentabilidade pra você manter a mata de pé. Só que ele dá resultado até um certo ponto. Agora, da forma que fizeram, pra as pessoas fazerem o plano de manejo e tirarem essa madeira lá na Reserva Chico Mendes, não dá resultado pra eles. Eu fui lá, eu vi de perto. Então, eu queria que você explicasse para nós se vocês acham que essas pessoas podem continuar vivendo nessas condições que elas estão lá, porque eu digo para o senhor: aquilo é um verdadeiro trabalho escravo que existe no Brasil.

Obrigado.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Senador Jaime, muito obrigado pela sua pergunta, porque permite a gente... Acho que tem que reconhecer a dificuldade que é fazer a gestão das unidades de conservação. O senhor sabe que a realidade do interior é muito difícil, nem sempre os serviços públicos chegam a todos que necessitam. Isso acontece na Região Norte, acontece na Região Nordeste, enfim... Aliás, até nas grandes cidades, acontecem as dificuldades de as políticas chegarem. Então, isso também, infelizmente, acontece em todo lugar. Agora, nós devemos trabalhar para exatamente diminuir essas dificuldades.

O ICMBio, como órgão responsável, um órgão gestor das unidades de conservação, tem um papel, mas esse papel é limitado. Então, é fundamental que as outras instituições também trabalhem exatamente para oferecer política pública de segurança, política pública de educação, política pública de saúde e assim em diante. Acho que é fundamental essa parceria para que as populações que estão dentro das reservas extrativistas sejam beneficiadas.

O manejo florestal, como o senhor bem comentou, é um tipo de atividade que tem o seu potencial e vem se desenvolvendo, mas ainda, efetivamente, precisa ser ampliado, precisa ser dinamizado. Nós precisamos ampliar esse tipo de frente. E outras atividades... Ali a gente mostrava, por exemplo, o manejo do pirarucu, que acontece em algumas comunidades da Amazônia, dentro de unidades de conservação, de reserva extrativista, mas também fora de reserva extrativista. É uma atividade também que vem acontecendo já com bastante conhecimento, inclusive das próprias populações, e que vem dando resultado muito significativo, a ponto, por exemplo, do pirarucu já ter sido levado para a cidade do Rio de Janeiro para mostrar como esse peixe da Amazônia pode beneficiar as comunidades e pode ampliar, inclusive, o nosso cardápio de oferta.

Então, eu creio que nós devemos trabalhar para que essas dificuldades sejam superadas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à pergunta do Senador Marcio Bittar em relação a SOS Mata Atlântica...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – SOS Amazônia.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Desculpa, SOS Amazônia.

Sim, nós temos o ICMBio junto com um projeto... Por meio do projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia, foi feita uma licitação, um processo seletivo, e essa instituição foi chamada para trabalhar a implantação participativa de 102 hectares de sistemas agroflorestais dentro da reserva extrativista.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – O senhor poderia dizer qual o valor desse contrato?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – O nosso advogado está me lembrando aqui que essa seleção não foi feita diretamente pelo ICMBio, porque o ICMBio não é o gestor desse contrato. O valor eu vou procurar aqui e informo para o senhor daqui a pouco.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Apenas para... Por favor, depois me passa o valor. Passa para a Comissão o valor.

Você veja como são as coisas: SOS Amazônia, uma ONG. Essa ONG recebeu do Governo do estado R\$4 milhões em dois anos. E eu tinha a informação, agora confirmada pelo Presidente do ICMBio, de que ela é uma ONG que também foi contratada pelo ICMBio, claro, processo de licitação, etc., como eu sempre digo, é um processo de licitação árduo, mas, entre eles, são ONGs que pensam aquilo que é comum de todas elas e tal. Aí ela é contratada pelo ICMBio pra ajudar a administrar, enfim, a Reserva Serra do Divisor. Essa ONG é uma das que entraram na Justiça, no Ministério Público Federal, e o Ministério Público Federal, atendendo essas ONGs, entre elas a SOS Amazônia, está, na prática, proibindo que a BR-364 tenha sua continuidade ligando o Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru, do lado de lá, isolando eternamente essa região e, em mantendo essa decisão, condenando à pobreza, que é pobre, pro resto da vida, porque não há nada que aquela região possa produzir pra tirar pra Rio Branco ou pra Porto Velho, Rondônia, porque o frete já inviabiliza tudo.

Então, veja, ONGs que recebem recurso do Estado brasileiro entram no Ministério Público Federal, que é outro objeto do estudo da CPI, entram no Estado brasileiro, entram no Ministério Público Federal, que acaba executando política pública mais até do que os Prefeitos, Governadores e até o Presidente da República, financiadas com dinheiro público.

Depois que o senhor tiver o valor, passe pra CPI, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Senador Jaime quer complementar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu só queria... Sr. Mauro, se o senhor pudesse só responder quantas pessoas o ICMBio tem lá na Reserva Chico Mendes. E se o senhor... Eles têm lhe informado de que maneira aquelas pessoas que estão vivendo do extrativismo, qual a maneira como aquelas pessoas... Se estão vivendo de forma correta ou incorreta, como é que está, o que tem que fazer com aquelas pessoas?

Obrigado.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Faltou eu esclarecer esse ponto, Senador.

Eu vou checar o número exato de quantos servidores o instituto possui, porque lá nós funcionamos por meio do Núcleo de Gestão Integrada, então, são duas unidades de conservação geridas de forma conjunta. Então, eu vou arriscar um número aqui, que pode ser, depois eu confiro, em torno de seis pessoas, seis servidores, talvez seja mais. E nós temos também, além desse número, aqueles agentes temporários, que são os agentes temporários, como, por exemplo, os brigadistas, que nos apoiam nas diferentes ações. Eles são servidores temporários, assim que diz...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Estou sendo alertado aqui que, no caso do Chico Mendes, nós temos 15 servidores efetivos, mais um com cargo eletivo e tem também aqueles que são os agentes temporários. Essa é a equipe que faz o trabalho do dia a dia, lá dentro da unidade de conservação.

Em relação às condições...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Oi?

O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO *(Fora do microfone.)* – São 30 temporários.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – São 30 temporários. Estou sendo... Ainda bem que o Dr. Daniel está aqui me dando as informações.

Então, são 15 servidores permanentes e 30 servidores temporários, são agentes temporários ambientais. Eles trabalham exatamente pra conservação daquela área, pras diferentes frentes de ação que existem dentro da unidade.

Em relação à situação das famílias, a Reserva Chico Mendes, como o senhor mesmo comentou, é uma área de quase 1 milhão de hectares. A nossa estimativa é de que nós temos ali em torno de 3 mil famílias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é difícil eu dizer para o senhor aqui quais são as famílias que estão mais ou que estão menos atendidas. Eu tendo aí a perceber que, como é no interior do Brasil, tem muitas dificuldades para essas famílias, mas eu acredito também que a gente tem que trabalhar para superar esses gargalos. Então, o ICMBio, por exemplo, trabalha com a implantação de sistemas agroflorestais...

Aliás, Senador, já respondendo à sua pergunta sobre a SOS Amazônia, ela não é contratada pelo ICMBio, não é recurso do Orçamento Geral da União que foi repassado por essa organização. Isso veio por meio de um projeto, o projeto GEF, e aí, sim, ela foi contratada por meio desse processo. E é exatamente para fazer a implantação de sistemas agroflorestais num total aqui previsto de 102ha.

Então, eu acredito que atividades como sistemas agroflorestais, a diversificação da agricultura, o incremento de atividades como, por exemplo, aquela que provém da pesca... Aqui mostrava um caso do pirarucu, mas tem outras, tem diferentes outras atividades. Eu acredito que uma área como a Reserva Chico Mendes tem diferentes oportunidades e podem ser úteis exatamente para melhorar a qualidade de vida dos seus moradores. Mas, como eu disse, as dificuldades existem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Certo.

Senador Jaime, me permita, na sua pergunta, fazer um pedido ao Presidente do ICMBio: pelo amor de Deus, não aumente o número de fiscais na Reserva Chico Mendes, não – pelo amor de Deus, não aumente. Olha só o motivo: poucos que tem lá já fazem isso, imagina se aumentar.

O vídeo número 4, por favor.

Se aumentar, está todo mundo ferrado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Fuzil é 47. Imagina se aumentar o número de fiscais, Jaime. No final, a gente vai apresentar outras soluções que não aumentar os fiscais, que são...

Sinceramente, Sr. Mauro, eu esperei esse tempo todo e ia esperar até o final... A minha mulher não resistiu e passou uma mensagem aqui. Eu pensei que o senhor fosse me dizer alguma coisa para eu falar para aquela Sra. Rosângela, algum recado que a gente pudesse... porque ela partiu os nossos corações, de todos nós, de todos nós que estávamos lá. Eu esperei, eu achei que o senhor ia dizer: Ah, a Sra. Rosângela... Eu já esperei bastante. O senhor não tem nenhuma coisa para dizer para a Sra. Rosângela nem para esse rapaz? A gente só fala da mão que pune. É o tempo todo: só a mão que pune, a mão que humilha, a mão que esmaga, e a gente não tem uma mão que doa, que dá, que fale de solução. Então é exatamente isto que a gente vai trabalhar no nosso relatório: soluções, luz nessa escuridão. Eu não pude esperar. Eu ia esperar até o final, mas vi que realmente o ser humano não vale nada para o ICMBio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu vou passar a minha vez, eu vou inverter com o Senador Zequinha, porque ele tem...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, sim. Vocês sinalizaram, e eu não entendi.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... uma pauta noutra Comissão. Eu vou inverter com ele.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Zequinha, sempre participando. Obrigado mais uma vez pela sua presença, Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente. Gratidão, Senador Hiran, por entender a nossa correria, muito obrigado.

Saudações ao Dr. Mauro, ao seu assessor, a V. Exa., que preside esta Comissão, ao Senador Marcio Bittar pela relatoria e pelo empenho em buscar a essência das coisas.

Presidente, eu tenho aqui algumas colocações, mas eu me sinto contemplado nas interrogações já feitas até agora.

Só quero repetir muito pouca coisa, mas eu gostaria de tentar um acordo com o senhor aqui para o senhor nos receber administrativamente no instituto.

Por exemplo, o meu primeiro ponto é com relação às reservas extrativistas, as Resex. Lá no Pará – e eu não quero aqui... O problema é nacional, depois tem a Amazônia, mas, dentro da Amazônia, o Estado do Pará, que já é muito grande, lá já tem problemas sobrando. As Resex do Pará, não está dando para sobreviver da atividade extrativista. E eu quero tratar com o senhor. Não sei se teríamos que alterar a Lei do Snuc, alguma coisa, mas a gente precisa permitir, dentro da filosofia do extrativismo, acrescentar mais alguma coisa em termos de produção. Não dá para sobreviver, assim como na Chico Mendes e em N outras por aí fora, lá no meu estado, você não tem uma Resex que dê viabilidade de sobrevivência para a população. E tem umas piores do que as outras. Então, eu quero ser recebido por V. Exa. para tratar disso.

Segundo ponto. Gostaria muito de também, nessa mesma reunião, tratar sobre a organização dos conselhos; tratar sobre a organização dos conselhos gestores – é como se chama, não é? –, do conselho constituído lá pela comunidade e por outros órgãos para funcionar. Esses conselhos, aqui e acolá, são muito – no meu linguajar interiorano – muito perrengues, mas tem outros que são políticos e que excluem os habitantes, os moradores, e não podem fazer isso. Eles não podem ser partidários; eles precisam ser ali



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institucionais para que contemplem a necessidade e a demanda de todo mundo que mora dentro. Então, além de a gente tentar uma forma de ir lá e regularizar e atualizar...

Já foi falado aqui, no Pará, na Flona Jamanxim, que é o último assunto que eu quero tratar com o senhor.

Mas nós temos, por exemplo, a Terra do Meio, São Félix do Xingu – já ouviu falar? Essa região tem muita coisa ali. E aquilo nunca se terminou, nunca tem alguma coisa definida. Fica aquele negócio no meio da estrada, não vai nem vem, quer dizer, a gente precisa dar um... administrativamente, resolver aquilo e criar os conselhos e ajeitar, não é?

E, por último, um assunto que também quero levar a V. Exa. é a Flona Jamanxim. Como paraense, eu tenho a obrigação de conhecer a realidade de cada buraco do meu estado. Quando foi criada a Flona Jamanxim, teve uma discussão, se seria 50km afastada da rodovia, da BR, se não seria. Terminou-se criando nas margens da BR-163. E pegou, não sei lhe dizer exatamente o número, mas foi um número significativo de propriedades. Se eu estou falando de floresta, porque é que eu pego fazenda de capim braquiarão? Eu vou só me meter com problema, não é?

Porque o cara está ali, o cara foi levado pelo Governo há uma década, não sei quando aí atrás, 80, 70, 90... Quando o Governo gritou, levou todo mundo, botou ali, jogou, abandonou e foi embora. Aí hoje vem uma Flona, em 2006, cai na cabeça desse povo, e amanhã eles aparecem na mídia como invasores de reserva ambiental, e isso é crime! Então, o cara anoitece um cidadão normal, com o nome limpo, e amanhece um criminoso.

O que nós discutimos muito ali, e já avançamos bastante aqui... O Presidente Temer, em 2017, quase resolveu aquele problema. Era um projeto de lei que está pronto aqui – foi abandonado naquela época – que exatamente tirava as fazendas que são capim, não é floresta, é capim, pasto pro gado... Esses caras estão lá não é de ontem, não, estão lá há tempo. Então, tirar essas fazendas do meio, e o resto, já que não pôde fazer o que foi debatido na época, afastar 50 quilômetros e passar a linha reta, que seria a medida mais inteligente, menos encenqueira, acho que não tinham que discutir... Mas, quando eu jogo uma reserva, uma Flona em cima de uma fazenda, vou arrumar briga na mesma hora, porque o cara diz: "Não, eu cheguei aqui em mil novecentos e não sei o quê, foi meu pai que me passou isso". O outro: "Foi meu avô, e agora o Governo que me trouxe pra cá. Eu era gaúcho, eu era não sei o quê, era paranaense, era da Bahia"... Quer dizer, a gente arruma uma briga desnecessária.

Então, seria muito importante, racionalmente, a gente ver como tratar esse povo, porque parece que a Lei 9.985, de 2000, manda indenizar, não é? Manda indenizar, e ninguém indenizou.

Essa turma lá sobrevive, porque eles são duros e não têm pra onde ir, mas o que esse povo pega de pancada, de polícia, de tudo que acontece ali é um negócio de louco – é um negócio de louco.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de tratar, e tenho certeza de que outros Senadores aqui... Cada um tem a sua dor no seu estado e tem casos – eu tenho certeza – semelhantes. Vamos usar a lógica, o raciocínio pra não ficar dando problema pra quem já estava ali na luta pra sobreviver.

"Ah! A terra é pública." É. Por que a terra é pública? Porque o Governo que levou e distribuiu esse povo ao longo da 230 e da 163 esqueceu que botou gente lá e que esse povo precisava trabalhar e ter direito na sua terrinha. A única coisa que o Governo fez lá foi dizer: "Olha, tem que desmatar a metade. Quanto é que você vai pegar aqui?". "Olha, vou pegar aqui cem alqueires", que é o linguajar nosso lá. Um alqueire é 4.84 hectares. "Pega cem alqueires, e tem que desmatar 50, senão nem fala comigo sobre regularização." Essa era a concepção daquele tempo. As coisas mudam. E o cara abriu, né? Não regularizou, não tem título, porque não tem título, não se faz título nem lá e nem na Lua. Se tivesse, o cara tinha ido atrás.

Então, eu queria discutir com o senhor racionalmente, tranquilamente. Isso não é um problema de partido, não é um problema disso, de ser... Não, isso é uma questão de gestão.

Eu sei que o instituto é o que toma conta, não é ele que cria a reserva, não é? Não é ele que cria a reserva. Ele toma conta das reservas criadas, mas aí, junto com essa reserva que foi criada pelo mesmo Governo aqui, vai o problema, e esse problema cai no colo dos senhores lá, que precisa ser pensado, não é? Precisa ser trabalhado, eu não sei de que forma. Mas eu entendo que o Governo também precisa desse sentimento social que abarca a vida do cidadão que está lá na luta para sobreviver.

Então, eu queria pedir ao senhor que nos receba. Nós vamos levar essas três coisas para lá, para ver de que forma a gente encaminha... Posso trazer lideranças, posso trazer pessoas, posso trazer quem o instituto quiser para a gente conversar e para a gente achar o encaminhamento dessa solução, que de repente não é rápida, porque... Mas é possível.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sr. Mauro.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Senador Zequinha, vou aproveitar para dizer que o senhor sempre será bem-vindo lá no ICMBio. Já tivemos a oportunidade de nos encontrar e tratar de assuntos relativos ao próprio instituto. Estaremos abertos, assim como aos demais Senadores e Parlamentares que queiram discutir os assuntos que se referem ao próprio ICMBio.

Aliás, isto é importante dizer: nós, como servidores públicos, nós trabalhamos de acordo com a legislação, não somos nós que fazemos a legislação, nós trabalhamos com os procedimentos, com as normas. Então, por exemplo, no caso da indenização, já tem todo um regramento que diz, então, se eventualmente, no caso da Floresta Nacional do Jamanxim, alguém possuir título, alguém possuir aquela posse, e isso está lastreado no processo de regularização fundiária, ele vai ser indenizado, vai poder...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, se ele eventualmente recorrer à Justiça – e às vezes isso acontece –, vai ser o Poder Judiciário que vai deliberar sobre os recursos.

Então, essa é uma das atividades, como eu falava, das mais, digamos assim, bastante normatizadas, porque, como se refere a algo que tem a ver com recurso público, não poderia ser diferente. Isso é para o ICMBio, mas é também para os demais órgãos que trabalham com a questão fundiária em todo o Brasil.

Mas o nosso interesse é exatamente trabalhar para que a gestão da floresta seja a melhor possível, que aquilo se transforme num polo de desenvolvimento para aquela toda região. Por isso é que, quando essa floresta nacional foi criada, está lá no objetivo dela dizendo o interesse de investir no manejo florestal, permitir o mecanismo das concessões florestais, que é um mecanismo em que as empresas privadas podem concorrer; e, uma vez ganhando a licitação, elas trabalham para o manejo daquela área, isso gera emprego na região. Ali era, inclusive, para ser um chamado polo de um distrito florestal sustentável, que eu acho que é exatamente na linha do que o senhor acabou de comentar.

Então, vai ser de nosso total interesse a gente trabalhar junto para enfrentar problemas como esse, como também da Terra do Meio, que o senhor acabou de comentar. Ali nós temos um conjunto grande de unidades de conservação, estações ecológicas, temos APA (área de proteção ambiental), temos reservas extrativistas. Isso só evidencia, Senador, como o trabalho do ICMBio não é um trabalho simples. São 1.527 servidores somados àqueles agentes temporários. Aliás, é importante reconhecer o trabalho desses agentes temporários, que têm ajudado bastante, mas é um trabalho de apoio. O trabalho típico mesmo, do dia a dia, assim, digamos, da gestão é feito pelos servidores permanentes, que enfrentam as dificuldades, como foram comentadas aqui.

Agora, o nosso objetivo é o de trabalhar para que os conselhos das unidades de conservação tenham a melhor participação possível. Aliás, isso está na lei, não é nem desejo. Isso é obrigação legal que nós devemos trabalhar pra cumprir.

Eu queria aproveitar, Senador, pra fazer uma referência... Eu vi o vídeo ali, e apareceu o nome da pessoa chamada Romário, dizendo que um servidor do ICMBio havia apontado um fuzil ou AK-47... Bom, não entendi, mas, de qualquer forma, eu queria só esclarecer que, dentro do ICMBio, nós não possuímos esse armamento pesado. Isso não acontece. Agora, em atividades de fiscalização, a depender das circunstâncias, exatamente pra evitar alguma situação de conflito, às vezes, os órgãos de segurança também participam: ora é a Polícia Federal, se há indícios, por exemplo, de ilegalidade; ora é a polícia do estado – é assim feito, por exemplo, com a polícia do Estado do Acre, com a polícia do Estado do Amazonas –; ora é a PRF. A PRF também é um organismo que sempre tem trabalhado em conjunto. E, claro, aí, sim, eles possuem o armamento. Mas não é do nosso armamento, digamos assim, um fuzil e muito menos enfrentar essa situação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não posso dizer, não conheço o caso concreto, mas queria dizer que também o ICMBio possui diferentes órgãos, instâncias de governança, exatamente pra coibir qualquer excesso. Nós temos a nossa auditoria, nós temos a corregedoria, nós temos, enfim, controle tanto dentro como também controle externo. Temos a CGU, temos o próprio Parlamento, por meio do Tribunal de Contas da União ou diretamente, e eu acredito que essas instâncias, em havendo alguma irregularidade, em havendo algum abuso, creio que isso pode ser resolvido, porque esses mecanismos são criados exatamente pra fortalecer a governança e o trabalho do ICMBio, que é, como eu disse, de promover o desenvolvimento socioambiental, trabalhar pra consolidação dessas unidades de conservação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tem também o depoimento de fiscais do ICMBio, com foto, serrando ponte construída pelos comunitários.

Nós vamos entrar em contato, mais cedo ou mais tarde, com a Sra. Rosângela. Tem algum recado pra ela? Ela vai poder criar uma vaca pra tirar leite pra dar pro filho? E o Prefeito Sérgio Lopes, de Epitaciolândia, que está há um ano querendo construir uma escola lá dentro também, e o ICMBio não deixa. Tem alguma coisa pra dizer pra eles? Eu vou visitá-los, eu vou telefonar pra eles... Tem algum recado que eu possa dar, senhor?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, em relação à escola, por acaso, eu tenho aqui um ofício do dia de 7 de dezembro de 2022, assinado pelo Prefeito Sérgio Lopes de Sousa, Prefeito de Epitaciolândia, fazendo exatamente esse pedido pra construção de uma nova escola numa área em que já havia uma escola. Pelo menos é o que ele escreveu aqui, ó: "Frisamos que já existe uma escola construída no local, de nome José...".

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Que atende a 70 alunos. Fica a 20km lá da Sra. Rosângela.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – "Frisamos que já existe uma escola construída no local, de nome José Joaquim Meireles. Porém, por ser muito pequena e sem estrutura, inadequada para atender à grande quantidade de crianças, jovens e adolescentes da comunidade, é que surgiu a necessidade de um novo pedido."

Então, esse pedido foi, como eu disse, dia 7 de dezembro, ele está sendo tratado pelo instituto. Recentemente, a prefeitura já apresentou nova documentação, e eu acredito que agora, em novembro, já será feita a vistoria *in loco* onde será construída essa escola, e o município terá, estando tudo de acordo com a própria legislação, o município terá essa escola.

No caso da D. Elisângela, eu, infelizmente, estava ali, na outra sala, e não escutei exatamente o que foi dito, mas, pelo que o senhor resumiu, está se falando da questão de criação de vaca, para alimentar a criança, uma coisa assim. Eu queria dizer que dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes é possível desenvolver uma série de atividades, cada... De acordo com o plano de utilização aprovado em 1995, se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu não me engano, diz que cada colocação pode ter até 30ha – ali da sua colocação. Colocação, digamos assim, é o tipo de arranjo fundiário, por assim dizer, entre as famílias. É possível, dentro dessa área, fazer a criação de bovinos. Então, assim, isso não é problema.

O problema que nós temos percebido é que o desmatamento cresceu vertiginosamente nos últimos anos. Aliás, nem somos nós, é o próprio Governador Gladson – não é? –, Governador Gladson Cameli. Ele recentemente assinou um decreto dizendo, estabelecendo emergências ambientais nos municípios do Acre, exatamente por causa do aumento do desmatamento acontecido nesses últimos tempos. Eu faço questão de pegar – porque eu acho que ajuda a mostrar como a situação é um pouco preocupante, né? –, aqui, o Decreto 11.271, de 4 de julho, Senador, de 4 de julho de 2023, assinado pelo Governador do Acre, Gladson de Lima Cameli, em que ele diz claramente o seguinte: "Declara situação de emergência ambiental em decorrência do desmatamento ilegal, queimadas, incêndios florestais e degradação florestal nos municípios de [vários municípios, alguns deles dos quais a Reserva Extrativista Chico Mendes faz parte, entre eles] [...] Brasileia, [...] Sena Madureira [...] e Xapuri". Ele diz aqui claramente... Olha o dado que ele nos apresenta. Isso aqui são palavras do Governador, escritas no *Diário Oficial do Estado*: "[...] o incremento do desmatamento no [...] Acre no último quadriênio [...], em relação ao anterior, foi [de] 127% [...] [a mais do que no período anterior]".

Então, isso evidencia que essa preocupação em relação ao desmatamento dentro da reserva extrativista é algo que merece atenção de todos nós. E é por causa disso que o ICMBio tem, neste ano, incrementado a atividade, a sua presença no território, exatamente porque a reserva extrativista tem uma razão de ser, e a razão de ser dessa reserva é aquilo que foi falado, o que eu falava ali logo no início, quer dizer, beneficiar as famílias extrativistas dentro da área. Então, esse tipo de ocupação desordenada acaba levando prejuízo para aquela própria coletividade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É uma pena que eu não tenha trazido a cartilha do plano de utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes. A gente conseguiu um exemplar, não tem como... Está aqui.

Pode tudo, desde que o ICMBio aprove. A família tem que ter plano de manejo, tem que contratar... Imagina só: o seringueiro, Senadora Damares... É R\$3 o quilo da seringa. Ele colhe, no máximo, 5kg por dia. Aí vem o subsídio, que não chega. Ele vai poder contratar alguém para fazer seu plano?

O ICMBio permite, mas ele... Lá, eu acho que é no 40... Isso aqui não é a minha cartilha. É no 40, Antônio? Eu acho que o art. 40 diz que tem que fazer isso, isso, isso, isso e aquilo. E a pessoa que ganha R\$15 por dia, se não estiver doente – se não estiver doente –, não tiver a infelicidade de adoecer, porque lá da reserva só sai doente se for na rede, carregando na rede.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sai de carro, não sai de motocicleta nem de bicicleta, tem que carregar na rede, mas o desmatamento tem mais atenção. O Sr. Mauro está dizendo isso, que tem que olhar o desmatamento, mas não tem que olhar o ser humano não; ele pode morrer numa picada de cobra sem direito de sair.

Aqui eu não estou encontrando o artigo que diz onde eles podem tudo. Eu vou localizar até o final. Pode tudo, como ele está dizendo, desde que o ICMBio aprove. E é um negócio – depois localiza para mim – de louco. Eu acho que entre essa... São dois mundos. Dr. Hiran, já estou passando, vai falar, Zequinha... São dois mundos: o mundo de quem senta à minha esquerda aqui, na CPI, e o mundo nosso aqui à direita, com todas as contradições.

Nós temos o Senador Dr. Hiran, o Senador Beto, o Senador Weverton – saudando-o aqui, que não é membro da Comissão; obrigado pela presença – e a Senadora Damares, que é o nosso mais recente membro da Comissão.

Zequinha, você quer finalizar para eu passar para o Dr. Hiran?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Só para complementar, rapidamente, Presidente.

Uns de mais, outros de menos: Marajó tem uma reserva. O pessoal precisava construir uma igreja. O cara não permite, não deixa construir uma igreja, porque aqui... Olha o tamanho do terreno para se construir uma pequena igreja! Mas, do outro lado, ele deixa o cara desmatar. Então, precisa dar uma regulada em quem toma conta disso e dar transparência nessas... É por isso que eu digo: é um assunto administrativo que precisa ser colocado em prática, porque, se o cara vai desmatar, dificilmente ele desmataria se não tivesse a aquiescência do cara que toma conta da unidade, porque senão ele gritaria, iria no Ministério Público, faria aquela zoadinha danada pro cara não desmatar.

O outro aqui quer construir um trequinho, digamos 30 por 15, e não tem como fazer isso, que é pra comunidade Resex ali poder se congregar. Tem uns que acham que não tem alma, mas a grande maioria acha que precisa temer a Deus ou cultuá-lo e assim por diante. Isso é uma necessidade básica do ser humano. Então, é importante que a gente regule isso, pra evitar constrangimentos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Dr. Hiran, por favor.

Depois, Senador Beto.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Presidente Plínio, Senador Jaime Bagattoli, Presidente Mauro, Senadores e Senadoras aqui presentes, minhas saudações.

Eu quero primeiro fazer um questionamento de maneira mais geral, Presidente Mauro. Nós, há pouco tempo, tivemos a publicação dos nossos investimentos no Plano de Aceleração do Crescimento do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso país. O PAC vai investir, lá em Rondônia, R\$29,6 bilhões, e, surpreendentemente pra todos nós, as obras de recuperação da 319 ficaram de fora do PAC. Eu e meu querido amigo Plínio, nós lembramos de 1977, 78, que nós íamos de Manaus a Porto Velho numa estrada absolutamente asfaltada, e essa estrada se deteriorou ao longo do tempo por pressão de órgãos ambientais pra que a gente não conseguisse mantê-la. E isso determinou a condenação dos nossos Estados do Amazonas e de Roraima a não estarmos integrados, Presidente, ao nosso país hoje.

A minha primeira pergunta é se o senhor tem consciência – o senhor conhece bem a Amazônia, o senhor tem consciência – de que o Ministério do Meio Ambiente e o ICMBio têm atrapalhado deliberadamente os investimentos de recuperação nessa rodovia, que, eu volto a dizer, é fundamental, é a única maneira de nós nos integrarmos ao Brasil? Nós estamos condenados ao isolamento, assim como nós fomos condenados ao isolamento também, Presidente Plínio, Bagattoli, Senadores e Senadoras, quando nós fizemos uma licitação para a interligação da nossa Hidrelétrica de Tucuruí com Roraima, porque lá nós gastamos uma hidrelétrica por ano com diesel, e nós fizemos uma licitação há 13 anos, e nós tivemos o retardamento dessa obra por questões ambientais e indigenistas. Só agora, no ano passado, nós conseguimos destravar o início da construção desse linhão.

Então, a primeira pergunta a V. Exa.: o senhor tem convicção, porque isso já foi dito, inclusive eu posso até colocar aqui, pelo próprio Governo, de que a 319 não foi colocada no PAC por conta de problemas ambientais que se iriam encontrar na política de preservação dessas áreas através do Ministério do Meio Ambiente e do ICMBio?

Essa é a primeira pergunta. O senhor pode me responder, por favor?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Por dever de ofício, é importante esclarecer que o ICMBio não é um órgão licenciador. Nesse caso, como o Senador está se referindo à BR-319, essa é uma obra licenciada pelo Ibama. Até onde eu sei, Senador – posso estar equivocado, porque eu não acompanho totalmente –, essa obra está dentro do PAC, para análise de estudos, uma coisa assim.

Mas, de qualquer forma, seja de uma forma ou de outra, o ICMBio não é o órgão que cuida dessa matéria. Essa é uma atividade a ser licenciada, e, portanto, é preciso verificar o que é que tem acontecido ao longo desses anos. Como se trata, como o senhor mesmo comentou, de uma obra já de algumas décadas, provavelmente devem ser algumas dificuldades que ainda não foram superadas. Eu acredito que, uma vez superando esse tipo de situação, o processo de licenciamento deve seguir normalmente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Essa é uma luta nossa de mais de 40 anos, meu Presidente. Essa questão ambiental tem atrapalhado, de maneira deliberada, a manutenção e reconstrução dessa rodovia. É bom que fique claro isso aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também perguntar a V. Exa.: esta CPI recebeu uma denúncia de que o ICMBio não atualiza o cadastro dos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre, desde 2009. O senhor poderia explicar por que e se o senhor não acha que essa omissão constitui uma ilegalidade importante, Presidente?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Obrigado, Senador, pela pergunta, porque permite fazer um esclarecimento sobre o cadastro.

Como é que funciona uma reserva extrativista, de acordo com a legislação? Então, uma vez criada aquela instituição, uma vez, naquela unidade de conservação, instalado o seu comitê, o seu conselho deliberativo, que é formado por prefeituras, formado por órgãos do estado, do próprio Governo Federal e também por representação local, aí, sim, se parte.

Então, nós temos uma instrução normativa, que é a Instrução Normativa 35, de 2013, que estabelece como que deve ser o perfil dos comunitários. Esse perfil é uma discussão feita pelas próprias associações, pelas próprias famílias, que decidem de que tipo de perfil são as famílias a serem beneficiadas. Então, define-se, é uma discussão muito local. Uma vez definido pelo... Enfim, se chega a essa proposta, depois ela é aprovada no próprio conselho, é aprovada no ICMBio, passa pela Procuradoria federal da República para saber se ela está realmente de acordo, e aí, uma vez aprovado o perfil, é que vem, então, o levantamento das famílias que se adequam àquele perfil.

No caso da Chico Mendes, tem razão, o cadastro que nós temos é de 2009. Foi feito um outro levantamento entre 2018 e 2019, mas, recentemente, conversando com os nossos servidores, nós conseguimos avançar nesse processo. O Conselho Deliberativo vai se reunir agora, já no fim de novembro, se não me engano na data do dia 29, e vai deliberar sobre esse perfil. Uma vez aprovando, nós temos as condições de aprovar exatamente o novo cadastro, que eu acredito que, logo nos primeiros meses de 2024, estará concluído, Senador.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

No cenário do meu estado, Presidente, o senhor conhece muito bem, já que o senhor conhece a Amazônia, Roraima tem 10,365 milhões de hectares, isto é, 46% do nosso território são reservas indígenas, 33 reservas indígenas demarcadas. Eu volto a dizer, eu não estou enganado – o senhor não está ouvindo mal, não, viu, Senador Bagattoli? –: 46% do nosso território são reservas indígenas. Mas não é só isso. Mais 4,365 milhões de hectares são áreas de conservação consolidadas. Considerando essas áreas de conservação, essas áreas indígenas, subtraindo as reservas legais, áreas de preservação permanentes, núcleos urbanos e áreas inapropriadas, o estado tem, Senador Bagattoli, Senador Weverton Rocha, 9% do seu território, só, apto a atividades agropecuárias, que são a nossa atividade mais importante, depois, o setor de serviços.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu perguntaria ao senhor: o ICMBio, recentemente, emitiu um parecer favorável à expansão de áreas de conservação no Estado de Roraima. Quais foram os critérios que foram utilizados nesse parecer? E se o senhor tem noção do impacto disso, e quantas famílias foram afetadas por essa decisão?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador Hiran, o ICMBio se manifestou sobre a criação ou ampliação de unidades de conservação no Estado de Roraima que foram criadas ou expandidas há pouco tempo. Se eu me lembro aqui, de cabeça, no caso, era a Floresta Nacional... Bom, agora me fugiu o nome, mas era uma floresta nacional criada ainda nos anos 60.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vou lembrar ao senhor: Floresta Nacional do Parima.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Parima, exato.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E Estação Ecológica de Maracá e Viruá.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Viruá, exato. Obrigado.

Então, essa Parima era uma reserva florestal – este era o nome: reserva florestal – criada ainda nos anos 60. A lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação estabelecia que aquelas unidades que não se adequavam a esse novo sistema, enfim, deveriam ser adequadas, não é? E foi o que aconteceu agora com essa antes reserva florestal e agora, portanto, Floresta Nacional do Parima. Aquela área que era terra indígena foi excluída e o remanescente, portanto, se tornou a Floresta Nacional do Parima.

A outra coisa que houve foi a ampliação da Estação Ecológica de Maracá, conforme o próprio Senador comentou. Essa expansão da estação ecológica fica muito próxima da... Aliás, ela fica colada à Terra Indígena Yanomami e vai servir, inclusive, de proteção da terra indígena, que, como todos nós sabemos, sofreu e vem sofrendo um problema de ocupação bastante irregular, colocando a segurança alimentar dos indígenas bastante crítica. Então, essa estação ecológica tem os atributos ambientais e, além disso, vai servir como uma espécie de proteção pra essa terra indígena.

Houve também a expansão do Parque Nacional do Viruá. O Parque Nacional do Viruá tinha sido criado alguns anos atrás e se limitava, a leste, com uma possível estrada que seria criada. Infelizmente, essa estrada se demonstrou inviável e não foi construída, porque, enfim, os técnicos, os engenheiros do setor de transporte concluíram que não fazia sentido aquela estrada naquele percurso. Portanto, o que houve agora foi a expansão do parque nacional naquela área que originalmente deveria ser o parque e não foi porque havia a previsão da estrada. Mas, em diálogo com o Governo de Roraima e, inclusive, com os Parlamentares do Estado de Roraima, fizemos uma vistoria em campo, junto com a Femarh, que é o órgão ambiental do Estado de Roraima, para exatamente verificar se essa expansão abrangeria alguma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade tradicional que pudesse ser afetada pela nulidade. Foram feitos os ajustes, essa proposta seguiu pra sanção presidencial, e essas unidades foram criadas, como eu disse, há pouco tempo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Essas ampliações, Presidente e Sras. e Srs. Senadores, impactaram aí na vida de quase 200 famílias que estavam lá instaladas há muitíssimo tempo.

Mas eu quero, antes de passar pra próxima pergunta, dizer a V. Exa. que eu não consigo entender a gente ampliar uma área como a Reserva de Maracá, que é uma área bem preservada – o senhor sabe disso –, pra que aquilo seja uma área de proteção da Reserva Yanomami. Isso, com todo o respeito, não me soa inteligente.

Nós estamos falando, Sras. e Srs. Senadores, de uma área indígena que é a maior área indígena do país, que tem 9,6 milhões de hectares. E eu não consigo compreender como é que a ampliação dessa área da Reserva de Maracá vai proteger a Reserva Yanomami, porque o acesso à Reserva Yanomami é feito, principalmente, pelo Rio Mucajaí, pelo Rio Couto Magalhães e pelo Uraricoera, que passa pela Reserva de Maracá, mas também a vigilância desse rio é muito difícil.

Nós estamos falando aqui, pessoal, de uma reserva, de uma reserva maior, Senador Plínio, do que Portugal, em que vivem cerca de 20 mil índios. Como é que nós vamos fiscalizar uma reserva desse tamanho se a gente não consegue às vezes fiscalizar algo tão pequeno? Então, ampliar uma área no meu estado, eu acho que significa mais prejudicar o extrativismo do que proteger comunidades indígenas.

Eu queria, por fim... O nosso Relator colocou, com muita propriedade, a questão da relação de ONGs financiadas por capital estrangeiro influenciando as políticas nacionais no meio ambiente. E eu queria perguntar a V. Exa. se o senhor não acha estranho que ONGs financiadas por capital internacional possam estar influenciando políticas públicas nacionais estratégicas para o desenvolvimento do nosso país? O senhor não acha que isso fere a nossa soberania?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, antes de responder a essa pergunta, é importante esclarecer que a ampliação daquelas três unidades de conservação já estavam previstas em lei. Ali eram terras públicas federais em que foi feito um acordo entre a União e o Estado de Roraima, em que a União repassou terras pro Estado de Roraima, à exceção daquelas áreas que deveriam ser criadas como unidade de conservação. Então, o que aconteceu recentemente, que foi a decretação dessas áreas, nada mais foi do que o cumprimento de uma lei anterior, se não me engano, lei de 2009, e depois referendada em 2015. Então, a ampliação já era um acordo que existia. E, como foi dito, se procurou ao máximo contemplar todos os interesses...

E quando eu falo que a estação ecológica serve como barreira, não quer dizer que esse seja o principal atributo, porque ali já existia a estação ecológica, mas havia razão de ser para a sua expansão, em razão exatamente dos recursos ali existentes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao capital estrangeiro, Senador, eu não sei se eu entendi exatamente a pergunta, mas eu acho que foge um pouco aqui do meu... do nosso trabalho do ICMBio emitir opinião sobre isso, uma vez que... Isso eu queria até deixar bastante claro, porque assim, o servidor público tem as suas convicções, mas essas convicções ficam fora. Quando a gente está dentro do serviço público, a gente tem que fazer aquilo que a legislação estabelece. Então, nós seguimos a legislação, nós temos instruções normativas, nós temos procedimentos pra tudo.

Então, essas... esse regramento é importante exatamente porque um dos princípios da administração pública é da impessoalidade. Então, isso serve como orientação e eu acredito que é assim que a gente deve trabalhar, por exemplo, no que se refere à gestão das unidades de conservação e também promoção do desenvolvimento socioambiental. Não é perfeito, temos problemas, eu fiz questão de deixar isso muito claro, mas o nosso empenho, o nosso esforço é de trabalhar pra superar todos os problemas, pra que essas unidades cumpram o seu papel, afinal de contas nós também somos... Não podemos compactuar com a ilegalidade.

Então, o que o serviço público faz, o que o ICMBio faz é exatamente seguir a legislação e as suas normas, pra garantir à sociedade brasileira um trabalho que seja digno.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A palavra será dada, Senador Beto. Permita-me só fazer uma observação. Será dada agora ao Senador Beto.

Ouvindo os relatos da associação, eles só podem castanha e borracha. E eles falaram que, se o ICMBio permitisse à família plantar 4 hectares de milho, a renda deles ficaria em torno de R\$5 mil. Hoje é em torno de R\$1,5 mil, R\$1,4 mil. Olhe o art. 38... Aí tem o 33 também – como eu digo, tudo é possível, conforme a vontade do ICMBio –: "Produtos da floresta como: frutos, cipós, raízes, cascas, folhas, sementes, plantas medicinais, óleos e essências poderão ser extraídos para consumo [...] [pelos] moradores e sua comercialização só poderá [...] [ser feita] mediante [...] [plano de manejo comunitário] que assegure a capacidade de produção sustentável, aprovado pelo ICMBio [...]". Aí o art. 33 é... Para toda benesse, para tudo que pode, tem o ICMBio aprovando ou não. E o ICMBio nunca aprova, leva um, dois, três anos.

Com a palavra, o Senador Beto, nosso representante do Pará, que conhece muito bem a nossa realidade.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente Plínio, nosso Relator substituto hoje, Jaime, demais Senadores e Senadoras, primeiro, quero saudar aqui o Presidente Mauro, do ICMBio, e pedir desculpas aqui, porque eu estava na Comissão de Meio Ambiente, presidindo uma audiência pública com o Presidente Mercadante, do BNDES. E, inclusive, muitos dos pontos que eu estou vendo sendo levantados aqui nós tratamos lá também, que é como financiar essa questão toda dos amazônidas todos, ampliar os recursos, inclusive ali para a região,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro de uma visão que preserve o meio ambiente e com que a gente possa influenciar decisivamente nessa questão das mudanças climáticas.

Conheço já um pouco o trabalho. Temos problemas que eu vou tentar aqui levantar.

Primeiro, eu não sei se o ICMBio tem – eu não vejo isto de conhecimento público – um estudo para ver a condição de renda, inclusive, das famílias antes da reserva e depois da reserva. Eu conheço experiências muito positivas pós-reservas no nosso estado. Então, seria bom a gente poder... porque, do ponto de vista ambiental, eu não tenho dúvida de que melhorou muito. Se a gente não avançou na preservação, na recuperação inclusive de áreas, pelo menos não se avançou tanto, como vinha, no desmatamento dentro dessas regiões.

Então, é necessário fazer um estudo do ponto de vista econômico. Não sei se o ICMBio poderia fazer ou, inclusive, cobrar de IBGE, quando faz o censo, de órgãos que fazem o censo, um processo em que a gente pudesse verificar efetivamente, porque, na verdade, essa pobreza que existe, como foi levantado aqui por vários Senadores, não é a partir da reserva, na minha avaliação. Ela não é a partir da constituição da reserva; tem um problema de pobreza dessas famílias que é anterior. Então, o mecanismo da reserva é um mecanismo que está efetivamente preservando, está melhorando a condição dessas pessoas, porque é uma coisa que nós temos, até porque, se não melhora, essas pessoas têm que sobreviver e elas acabam atacando cada vez mais a floresta. Então, acho que essa é uma questão que nós temos que levantar.

Há uma expectativa muito grande, viu, Presidente Mauro? Porque nós tivemos – e eu acompanhei – as reservas marinhas extrativistas criadas no Estado do Pará, e é um dos estados que mais tem, que atingem um número de famílias muito grande. Houve um período, nos primeiros Governos do Lula, na Presidenta Dilma, no primeiro Governo, principalmente, da Presidenta Dilma e nos Governos do Lula, de investimento dentro dessas reservas.

Em habitação, sistema de água e até estradas vicinais, melhorias em estradas vicinais, houve investimento, mas foi paralisado isso durante um período. E há uma expectativa muito grande da volta disso, desses programas. Eu queria ver, inclusive, como é que vocês estão tratando disso, porque o orçamento do Incra é muito pequeno, hoje é muito baixo. Eu não vejo... Esse orçamento nunca foi tratado, esses investimentos nunca foram feitos diretamente pelo ICMBio, até porque o ICMBio é novo diante das instituições, é muito novo diante das instituições. É o mais novo das instituições. Então, como é que vocês estão tratando disso?

Eu vejo, por exemplo, hoje a preocupação do BNDES em financiar os sistemas agroflorestais, os sistemas de reflorestamento produtivo, uma série de coisas. Como é que o ICMBio, que hoje é o responsável, vamos dizer assim, por essas reservas, está buscando, até em outras instituições políticas que possam lhe auxiliar pra fazer com que essas famílias possam ter uma renda boa e manter a preservação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um desafio, inclusive, aqui pro ICMBio, porque, no fim, acaba que as reservas vão ser, como está sendo dito aqui, responsabilidade de vocês. Se não se busca essa alternativa, como é que essas famílias vivem ali dentro? Nós precisamos manter... Há uma expectativa enorme nessas alternativas de renda, que só... E eu sou defensor, por exemplo, do Bolsa Verde, de uma série de questões, mas só isso não resolve, não resolve a vida efetiva dessas famílias, não resolve a vida dessas pessoas. É necessário que a gente possa avançar. E como é que vocês estão pensando nisso? Como é que vão captar recursos, inclusive, pra poder fazer esse investimento?

Acho que é necessário, e aí defendendo a posição dos pares aqui... Há uma necessidade de uma maior transparência nos atos, nas ações. Eu acho que é um trabalho muito mais educativo, Presidente. O senhor está iniciando um trabalho agora na Presidência do ICMBio. Nós precisamos fazer um trabalho educativo, antes até de fazer a punição. Está certo? Nós precisamos fazer isso. Tem muita gente, até que está dentro da reserva, que lutou pra preservar, até o jeito de eles produzirem ali sempre foi essa coisa, mas que não têm as informações, não detêm todas as informações, e aí, às vezes, acabam cometendo erro por desinformação. Tem muita gente que comete sabendo o que está fazendo, mas tem gente que cometeu equívocos por desinformação.

Então, um dos trabalhos que eu acho que teria que estar à frente do ICMBio era essa questão da informação: aqui pode, aqui não pode, o mecanismo, essa coisa, o que é que a gente tem que fazer efetivamente pra poder atuar? Uma conversa mais forte com os órgãos dos estados e dos municípios... Nós temos que estar mais colados nesses órgãos dos estados e dos municípios pra poder fazer um trabalho mais coletivo.

No meu estado, com todos os problemas que há, e há problemas, mas há solicitações de construção de novas reservas, e há solicitações pelas comunidades, por Prefeitos. Tem município que não tem diálogo muito com Prefeito, mas há muitas solicitações. Muitas não, mas há solicitações de construção de novas reservas. Até porque isso foi, durante um tempo, aqui, uma fórmula inclusive de os Prefeitos chegaram com investimento nessas áreas em que não eram feitos antes de se constituírem as reservas.

Os convênios que foram feitos pelo Incra no período passado para poder fazer estrada, para poder fazer água... O município não tinha o dinheiro para poder fazer isso antes da constituição das reservas. Então, foi uma fórmula também achada pelos Prefeitos, e há hoje solicitação nesse sentido. Agora, eles precisam fazer avaliação correta, dialogar com todos para que a gente não cometa erro em construção de reservas que são inadequadas ou deixe de fazer aquelas que são adequadas.

Queria, então, ressaltar isso e lhe dizer o seguinte: eu acho que há muita desinformação, inclusive no que efetivamente o ICMBio tem como missão. Acho que essa é uma coisa, até por ser novo... Hoje nós precisamos fazer bem mais nessa questão da informação, do diálogo, para ser mais transparente. Sobre esse modelo de reserva eu não vejo ainda documentos. Hoje nós temos tantos mecanismos de divulgação, de exposição para que a gente possa efetivamente atuar nessa reserva. Não há... Para mim, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferença existente aqui no Parlamento hoje... Não há para mim mais um debate de que há necessidade ou não da preservação dessa área. Isso aqui, para mim, é um debate... Nós temos que fazer isso. Nós temos que cobrar daqueles que não fizeram para poder ajudar a gente na região, inclusive, a estabelecer isso.

E o que eu avalio é que, com o orçamento que vocês têm, não resolve e, com o número de servidores que vocês têm, também não resolve, está certo? Não é só o caso do ICMBio. Nós tivemos um problema sério nesses últimos anos, porque os órgãos que deveriam fazer essas políticas chegarem à ponta, os órgãos de Governo, que deveriam fazer chegar à ponta, diminuíram.

Eu fui Superintendente do Incra, e não foi num período distante, na Superintendência de Belém, que tem hoje 104 mil famílias assentadas, 104 mil famílias em RB assentadas, uma única superintendência. No Pará, nós temos três. Nós tínhamos 450 servidores no período em que eu fui Superintendente. Agora, nós voltamos ao Governo e nós fomos ver... nós temos 120 servidores – 120 servidores –; dos 450, a gente tem 120. E olha que 40 não estão mais aptos para poder ir para campo, para poder fazer o trabalho, acabam ficando mais na sede do órgão trabalhando. Então, é impossível com aquele número.

Eu coloquei emenda agora para fazer estrada no Incra, por exemplo. Nós não temos mais os engenheiros do Incra que nós tínhamos no passado, inclusive para ir lá, olhar, verificar, preparar o projeto, fazer as ações. Então, houve uma diminuição nesse último período não só no ICMBio, que é novo, mas houve uma diminuição em vários órgãos. Nós precisamos fortalecer.

Eu vi os anúncios aí de um primeiro concurso, não sei se o ICMBio está incluído, mas, se não estiver e precisar de força e a gente puder ajudar, eu estou à disposição para poder trabalhar, porque eu sei a necessidade de ter um órgão para poder trabalhar isso, articular as políticas e levar as políticas para poder melhorar a vida daquelas pessoas e fazer com que elas possam, melhorando a sua vida, agredir menos o meio ambiente.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Senador Beto, muito obrigado pelos comentários e indagações.

Em uma delas, me permita esclarecer que, diferentemente das outras categorias, uma reserva extrativista só é criada... o primeiro ato que leva à criação é o pedido da comunidade. Não é o Governo que chega e diz: "aqui vai ser uma reserva extrativista". Não; é um pedido. E é assim desde o início. As primeiras reservas extrativistas foram em 1990: a primeira, Alto Juruá; a segunda, Chico Mendes, de que nós estamos falando aqui algumas vezes; e outras duas, a do Rio Cajari, no Amapá, e Rio Ouro Preto, em Rondônia. Todas essas unidades surgiram do pedido da comunidade.

Então, acho que é importante esse estudo que o senhor sugere, porque, realmente, eu acho que é interessante conhecer como era a realidade antes e como é a realidade depois. O ICMBio, quando fez um levantamento das famílias, entre os... enfim, se não me engano, de 2014 até 2018. E, depois, esses dados



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse levantamento foram trabalhados por uma pesquisadora, que é servidora também, mas fez um mestrado lá no Jardim Botânico. Ela apresentou uns dados que nos pareceram muito interessantes, porque uma das perguntas era exatamente essa. Era a família, a pessoa, então se perguntava: "Bom, qual é o seu grau de satisfação aqui com a reserva extrativista?". A média geral foi de 95% que falaram que estavam extremamente satisfeitas com a reserva extrativista, com todas essas dificuldades, muitas delas aqui comentadas, às vezes dificuldade de acesso, às vezes dificuldade de chegar à sede do município. Apesar de tudo isso, parece que a unidade de conservação, a reserva extrativista deu satisfação a essas pessoas.

No caso da Reserva Chico Mendes, o levantamento era de 84%. É claro, é um número, como eu disse, de um levantamento já de alguns anos atrás. É possível que a realidade de hoje seja bastante diferente disso. Afinal de contas, tivemos essa situação toda, tivemos uma pandemia no meio do processo, tivemos inúmeras dificuldades, o próprio ICMBio passou por muitas dificuldades ao longo desse período. Só na reserva extrativista nós tivemos a troca de seis gestores nos últimos quatro anos. Então, tudo isso, sem dúvida, dificulta o trabalho que chega até a comunidade.

Mas, de qualquer forma, estamos interessados em fortalecer. E aí, Senador, sim, nós estamos trabalhando com o Governo, e eu creio que o apoio do senhor é essencial, para que em 2024 haja um concurso ampliando o número de servidores do instituto, porque, como o senhor mesmo falou, é fundamental a gente investir no reaparelhamento dos órgãos – o ICMBio, o próprio Ibama, o Inkra, um parceiro de longa data.

Aliás, é importante dizer que o ICMBio está retomando a sua parceria com o Inkra. O Presidente César Aldrighi nos visitou há pouco tempo, e tem uma grande chance de nós garantirmos para diversas famílias, centenas e até milhares de famílias os novos créditos do Inkra que serão aplicados naquelas unidades de conservação, nas reservas extrativistas, porque elas são beneficiárias também do Programa de Reforma Agrária. Então, acredito que esse crédito vai ser um incremento na renda, vai permitir que as famílias façam as suas atividades, além, é claro, de receber o recurso do Bolsa Família, que também volta agora revigorado, como também do próprio Bolsa Verde, Senador.

Agora, recentemente, saiu um decreto estabelecendo as regras do Programa Bolsa Verde. O Bolsa Verde foi criado em 2011, foi interrompido nos últimos anos e volta agora com um benefício em torno de R\$600 para cada família que estiver cadastrada no CadÚnico. Antes era só de R\$300 e restrito àquelas famílias consideradas de extrema pobreza. Agora são todas as famílias que estiverem cadastradas no CadÚnico dentro de uma reserva extrativista.

Nós estamos na fase de implementação, porque isso não acontece já de imediato. As primeiras famílias já começaram a receber – não todas –, mas eu creio que à medida que a gente vai avançando na articulação, como o senhor mesmo sugeriu, vai avançar no desenvolvimento local, inclusive na área do reflorestamento, que é uma frente de trabalho muito importante, que pode empregar pessoas. O ICMBio tem algumas tecnologias sociais de reflorestamento envolvendo comunidades locais, e eu acho que essas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologias estarão à disposição para a gente avançar no trabalho de fortalecimento daquilo que é a missão do instituto que é promover o desenvolvimento socioambiental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Senador Jaime me chama a atenção aqui... (*Pausa.*)

Fique tranquilo, fique tranquilo.

O Senador Jaime me lembra aqui que a gente entrou pelo portal errado na reserva – nós fomos bater nos 14% que não estão satisfeitos com o ICMBio, lá na Reserva Chico Mendes – e sugere que, da próxima vez, entremos pelo outro lado.

Aqui tem uma curiosidade: quando a gente entrou na reserva, depois de passar na balsa, Senador Weverton, Senadora Damares, nós estamos na picafe, o Senador Styvenson veio na janela, falou algo. Em seguida, lá vem o Senador Styvenson com uma senhora e um senhor aqui do lado, pegando assim no ombro, e o senhor com a faca atrás, bêbado. Ele tinha batido na mulher, o Senador Styvenson percebeu a mulher chorando, foi ver o que era e acabou conciliando os dois, fazendo com que se abraçassem. Ou seja, o álcool entra ali. É proibido vender álcool, mas entra álcool ali. E a gente sabe que o ser humano, quando vive bêbado, passa o dia inteiro bêbado e bate na mulher, é porque ele perdeu a esperança de qualquer progresso na vida. Foi nesse portão que nós entramos na Reserva Chico Mendes.

Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Eu queria pedir uma audiência (*Fora do microfone.*) para a gente fazer com o outro segmento.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim, sim, nós vamos providenciar, o.k.?

Senador Weverton, agradecendo a sua presença e com a permissão da Senadora Damares, com a palavra.

Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Para interpelar.) – Presidente, logo quando soube da vinda do Presidente Mauro Pires, do ICMBio, eu não poderia deixar também de vir fazer aqui o meu cumprimento, o meu registro, e deixar nossas angústias.

Eu tive a oportunidade de, no mês passado, ser recebido por ele, por intermediação do Ministro do Turismo, Celso Sabino, que teve a oportunidade de visitar os Lençóis Maranhenses, e lá ele ouviu os reclames.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, há uns dois meses, eu mandei por escrito algumas solicitações e fiz a ele algumas reflexões de que é preciso... Eu tenho certeza de que ele deve... Eu tenho muita convicção e lhe confesso que até reacendeu a minha esperança de diálogo, porque realmente eu não vi, em nenhum momento, qualquer tipo de movimento, apesar de todos os reclames que nós fizemos durante todo esse período, nenhum tipo de vontade concreta de se procurar entender e se ajustar à questão do convívio dentro do Parque Nacional dos Lençóis, que, inclusive, está concorrendo a Patrimônio da Humanidade, natural da humanidade, é um patrimônio de todos, e eu tenho certeza de que, se explorar de forma sustentável, ele pode, sim, ser um vetor não só para os brasileiros, para todos nós conhecermos, mas também de ser um espaço para que se fomente a economia, porque, na hora em que você tem turista lá dentro, você tem dinheiro rodando, e todos sabem que o turismo gera emprego.

Nós tivemos aí várias dificuldades, e coloco, por exemplo, que, mesmo com algumas insatisfações, nós estamos tendo sempre a nossa postura muito correta e republicana. Agora mesmo estávamos eu e a Senadora Damares lá na Comissão de Assuntos Econômicos, eu sou o Relator do projeto que trata de alguns assuntos importantes e, dentre eles, a questão de remanejamento e organização de cargos do ICMBio, da Funai e de outros órgãos. Poderíamos nós aqui no Parlamento, em qualquer tipo de retaliação, estar discutindo e não votar essa matéria porque não se tem nenhum tipo de resposta dessas instituições. A Ministra do Meio Ambiente fez contato, eu registrei a ela – infelizmente ela está sendo muito boa para o mundo afora, mas, dentro do Brasil e dentro aqui de Brasília, ela não conseguiu ainda montar uma engrenagem que pudesse de verdade dialogar e entender que nós estamos já no ano 2023 e que se precisa conversar. E são conversas totalmente republicanas, até porque ninguém está indo lá pedir nada de errado, pelo contrário.

Quando se trata que nos Lençóis tem que se definir esse conselho, ele precisa funcionar, e precisam se definir rotas lá, tanto do quadriciclo, do UTV, da Toyota, se definir a questão do uso. Por exemplo, eu fui saber agora, recentemente, Presidente Mauro, que a proibição de... Na Toyota, você pode entrar lá com os turistas, dez, oito turistas, em cima daquelas jardineiras. Aí o dono da Toyota é o dono da cooperativa, ele tem a responsabilidade de deixar tudo limpo lá no local que ele for utilizar, a lagoa que ele for visitar. Aí ele vai para lá e ele pode colocar lá a lata de água, de refrigerante e de tudo, mas, se quiser botar uma cerveja ou três ou cinco Heineken lá para aquele grupo todo, não pode cerveja, porque, segundo o que me informaram – depois é até bom saber se é verdade ou não –, um dos diretores do parque algum tempo atrás, já bem algum tempo atrás, era evangélico e decidiu baixar a norma de que não podia entrar, sendo que existem outros parques em que você pode, com regra, é óbvio. Ninguém está dizendo para ir para lá com caminhão de bebida e tudo mais, mas, se você está dentro de uma Toyota, num sol daquele... Porque é bem pertinho o Sol, lá o Sol é mais perto do que em qualquer outro lugar, só perde para o Piauí, não é? São 35, 40 graus, e você não poder tomar uma latinha de cerveja lá dentro, ali onde você vai estar, eu acho que não é razoável.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou dando um exemplo simples, mas, por exemplo, a questão da criminalização do uso do UTV lá dentro. Eu disse: "Presidente, crie outra trilha só para eles". Por quê? Porque, o UTV, não se pode dizer que ele não é seguro. Verstappen veio para cá, para o Brasil, foi visitar os Lençóis Maranhenses logo depois que ele foi campeão da Fórmula 1, e, na hora em que ele foi fazer o passeio, a equipe dele consultou o seguro dele – se autorizava ele entrar ou andar num quadriciclo ou numa jardineira –, e o seguro não autorizou, disse que só podia passear lá se fosse dentro de um UTV, que tem cinto de segurança, tem a gaiola e tem proteção, ou seja, é reconhecido por seguros mundiais que é o carro mais seguro que tem para andar naqueles tipos de terreno. E, por uma decisão, sabe-se lá como, porque uma vez um ex-diretor de lá, que não sei se ele ainda continua lá no parque, decidiu dizer que era um brinquedo caro... Qual é o problema dele se é caro ou barato? Vai se criminalizar quem tem ou deixa de ter? É loucura um negócio desse. Tanto é que o próprio instituto – chegou a meu conhecimento – avalia a compra de UTVs para outras regiões, para outros parques, como Jeri e em outros lugares. Acho que até comprou já, não sei.

Então, de toda forma, eu já fiz essa reunião com ele, Presidente Plínio, e percebi no Presidente Mauro essa disposição de pelo menos responder às mensagens, de estar tendo esse respeito em dialogar e de estar conversando. Então, nós mesmos estamos lutando para aprovar esse projeto porque eu sei que: "Ah, o problema é funcionários?". Então é ajudar a organizar esses quadros, mas com regras, e com regras que sejam totalmente abertas, não de apenas um lado ou de uma cabeça.

Por último, eu lhe mandei e botei no grupo da bancada e gostaria de deixar aqui público novamente, para, depois que passar esse vídeo, perguntar a V. Exa. se foi tomada providência no que aconteceu no dia 10 de setembro, lá nos Lençóis Maranhenses, nessa Toyota lotada de turistas em cima, pessoas de todos os lugares, que ficam aí... O fiscal do ICMBio discutiu lá com o motorista se estava atrasada a carteira dele ou a permissão e tudo, mas se era o tratamento e a abordagem adequados para esse tipo de situação.

Eu queria passar aí novamente, pra que vocês tomassem conhecimento...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Ele, com a arma na mão, a arma ali, em punho... Ali do lado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Esse caso foi um caso registrado. Claro que teve vários, inclusive eu relatei ao Presidente aquele caso que é bem... Pra nós, ficou muito marcado. Claro que ele não conseguiu filmar quando... O filho do Nelson Piquet tem uma casa lá em Santo Amaro, ele com um empresário lá do estado. Acho que foi um sócio dele, dentro de um UTV de quatro lugares, andando lá dentro, também foi abordado, só que estava ele, a esposa dele e dois



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filhos, duas crianças atrás, e, nesse dia, eles estavam com arma longa. Então, eu até estranhei agora não poder, não ter arma longa o ICMBio, porque nesse dia eles estavam com arma longa e apontando pra eles e ele pedindo: "Abaixa a arma, que eu estou com criança no carro. Se tiver alguma autuação, alguma coisa a fazer, que se faça, mas não dessa forma, até porque ninguém aqui está inspirando nenhum tipo de perigo pra você poder reagir apontando uma arma pra uma família e tudo".

Então, enfim, já aconteceu várias vezes, não foi uma... O senhor não é o primeiro presidente para o qual eu trago esse problema, já outros presidentes ficam sabendo, mas quero, de verdade, aqui, dizer que a minha confiança é na pessoa do Presidente Mauro Pires, de que ele está tomando as providências e vai encaminhar as soluções que nós estamos pedindo ao parque e também a essas todas que trouxemos pro Brasil, e, segundo, pedir mais uma vez a todos os servidores que olhem, comecem a olhar com um outro olhar essa questão da relação com os outros atores do nosso país, porque não dá pra sempre uma opinião só prevalecer ou ela achar que é melhor do que todas as outras, porque, no final, não se converge. Até aqui tudo tem que ser conversado, tem que ser discutido, tem que ser convencido. E assim vai se conduzindo a construção de uma opinião convergente. Às vezes, eu não concordo, mas disse que aprendi aqui já, com vocês, que, quando os dois lados não estão satisfeitos, é porque é um bom acordo e é uma boa solução. Então, tem que se encontrar uma boa solução pra gente poder estar convivendo e, obviamente, explorando de forma sustentável esses espaços que estão lá.

Por último – não é de competência do ICMBio, mas eu vou lhe dar um outro exemplo –, eu estou aqui com a Equatorial, brigando de manhã, de tarde e de noite, que é a empresa de energia, por conta do Ibama, que também estava lá há não sei quanto tempo parado e nós, correndo, porque nós temos várias comunidades lá dentro do parque que não têm energia elétrica porque nunca tinha sido autorizado e esse processo acabou parando no Ibama. Eu até achava que era no ICMBio; a gente foi atrás, era no Ibama. Saíram agora algumas autorizações, mas ainda não foram para todos. Você imagine: famílias que estão vivendo lá, isoladas, sem energia elétrica, o tanto de doença que aquilo ali estimula. Por exemplo, tem gente que vai para a sede, pega lá o seu benefício, algum dinheiro que tem lá do seu programa, enfim, se é pescador, volta com a sua compra para lá e tem que segurar aquela mercadoria ali – carne, alguma coisa durante a semana – tudo no sal, Senador Jaime. Tudo lá é segurado no sal grosso. Você imagine só quais são os problemas lá de doenças de rins, de tudo que você imaginar, por conta do acúmulo que essas pessoas têm ali de uso de comida salgada! Então, há esse problema real lá dentro, e nós vamos precisar, de verdade, enfrentar, para poder resolver.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Obrigado, Senador Weverton, pelos comentários e pelas questões trazidas aqui.

Eu queria aproveitar para dizer que tenho total interesse de resolver os problemas como esses que o senhor comentou, lá no Parque Lençóis Maranhenses. O senhor mesmo lembrou: o parque agora está



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concorrendo a se tornar sítio do Patrimônio Mundial, com apoio do Governo do estado, com apoio das prefeituras. Tive a oportunidade de visitar a Prefeitura de Barreirinha e vi como aquele parque é importante para a economia local. O próprio Prefeito fez questão de dizer isso, os Vereadores. Mas tem dificuldades, né?

O Senador trouxe aqui algumas questões. Dessa situação da bebida alcoólica, eu realmente não estou a par. Deve ter sido já há algum tempo. Não sei, vou verificar.

Como eu disse no início, eu entrei agora em maio. Muito provavelmente, isso tenha sido uma decisão anterior. Agora, como qualquer unidade de conservação, ela tem que ter o seu plano de manejo. O plano de manejo é o documento que orienta as ações lá dentro, então, aquilo que está dentro do escopo. E como é um parque nacional... O que quer dizer um parque nacional? Parque nacional é uma área voltada para conservação, mas também para o uso público. Então, o Parque Lençóis Maranhenses tem uma importância muito grande, agora, tem que ter as regras. Nesse caso, a gente... Eu vou verificar, ver do que se trata.

Em relação à situação dos UTVs, já comentei com o senhor em outras ocasiões, nós estamos tentando trabalhar essa questão. O senhor mesmo comentou a dificuldade que nós temos. O parque tem 155 mil hectares, né? Em 2018, ele tinha cinco servidores.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Do tamanho da cidade de São Paulo lá.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Do tamanho da cidade de São Paulo.

Em 2018, eram quatro, cinco servidores. Infelizmente, nos últimos anos, acabou, e nós só temos hoje a chefe da unidade. É uma chefe que está lá, uma colega do próprio ICMBio. Então, a nossa principal dificuldade é de ampliar essa capacidade. Felizmente, nós temos os agentes temporários que estão apoiando esse processo, mas ainda estão muito longe do necessário. Precisamos ampliar essa força de trabalho para, inclusive, tratar dessas questões, como o senhor mesmo coloca; ou talvez uma trilha pra um determinado tipo de veículo e outra trilha pra outros.

Em relação aos casos de armamento, eu gostaria de reafirmar que, dentro do ICMBio, não possui armamento pesado. Pode ser que tenha sido alguma operação de fiscalização em que estava algum outro agente da polícia, mas nesse caso que o senhor comentou, do Nelson Piquet, se não me engano, eu acho que é algo que aconteceu há um ano, dois anos atrás.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Tem mais tempo, não é? Então, não estou bem a par dessa época, porque eu não estava na Presidência do instituto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse caso aí do servidor está em processo de apuração. Como o senhor sabe, a gente precisa dar toda a transparência, mas também precisamos entender exatamente aquela dinâmica. Pelo que eu vejo das imagens – posso estar equivocado; é por isso que o trabalho de apuração deve ir em conta –, o fiscal vai em direção ao carro e, se não me engano, o carro acelera em direção a ele. Eu acho que isso que o fez sacar a arma em direção ao motorista. Mas, como eu disse, é só o que eu percebi da imagem. Não quero ser leviano; só dizer que a minha impressão pode ser que não seja a mais adequada. Por isso que há uma instância de apuração pra verificar se esse caso está correto ou não está correto em relação a essa atitude. Mas, de qualquer forma, fica muito claro que não é... O nosso desejo é que o turista, a pessoa que vá visitar o parque tenha a melhor experiência possível. Neste caso, me lembro que aquela Toyota, o chamado "toyoteiro" não tinha – nós fizemos o levantamento – autorização pra estar dentro do parque. Então, pode ser que tenha sido essa a motivação que fez o motorista acelerar o carro. De qualquer forma, isso vai ser apurado pra gente... Como eu disse, o nosso interesse é o de proporcionar às pessoas que visitem as unidades de conservação uma qualidade de vida, que aquela experiência seja bastante rica pra sua própria vida.

Em relação à questão da energia, também vou me informar mais sobre. O senhor está dizendo que está no Ibama. Vamos conversar lá pra ver o que é que está acontecendo e buscar solucionar esses problemas. Como eu disse, a nossa situação, gente... É importante deixar isso claro: dificuldades, sim, nós temos. Nós temos inúmeras dificuldades, mas o nosso trabalho, o nosso compromisso é de buscar superar todas essas dificuldades, de tornar a gestão das unidades de conservação com as populações extrativistas, com as populações que habitam essas unidades a melhor forma possível. Eu acho que isso que é o grandioso de trabalhar em conjunto com a prefeitura, com o Governo do estado, com o poder público, com o Legislativo, com o Judiciário, enfim, pra que a gente possa atender aos anseios da comunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Acho que hoje não era um bom dia pra eu ter um encontro com o Sr. Mauro, não. Não era um bom dia.

Sr. Mauro, obrigada por estar nessa CPI. O senhor é um Presidente recente do instituto, mas o senhor está lá há muitos anos. O senhor é corresponsável pelos erros e acertos também desse instituto.

Eu quero trazer aqui só um aspecto. Não vou lhe fazer pergunta, não, Sr. Mauro, porque eu tenho ainda sete anos de mandato, eu vou acompanhar muito o ICMBio, vou acompanhar muito o trabalho de vocês e vou acompanhar sob a perspectiva da dignidade humana.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os objetivos sustentáveis e todas as suas metas, Sr. Mauro, têm como foco a dignidade humana, têm como foco a pessoa humana. E, quando o senhor olhou para ali, o senhor viu aquela imagem como um ambientalista, o senhor não viu como uma defensora de mulheres, o senhor viu um possível motorista com uma licença vencida, eu vi mulheres em situação de vulnerabilidade, tendo armas apontadas para elas. É a forma como a gente olha.

E o que eu tenho observado, nos últimos anos, Sr. Mauro, com relação ao ICMBio, é o seguinte: a dignidade humana tem sido deixada em segundo plano. Se eu tenho crianças de comunidades extrativistas, povos tradicionais que têm medo, pavor quando veem o símbolo do ICMBio, é porque tem alguma coisa errada com vocês. Eu tenho crianças que, quando veem a sigla do instituto, morrem de medo. Se eu tenho um órgão governamental que causa horror e pavor em crianças, eu acho que nós vamos ter que repensar a existência desse órgão no Brasil. Vocês não podem atuar mais... Eu respeito as atribuições do instituto, respeito a forma como ele foi criado, pensando na conservação da biodiversidade, mas a maior vida que nós temos que proteger lá numa área é a vida humana. O que eu vejo em operações com o envolvimento de servidores do instituto é um desrespeito ao direito da mulher, desrespeito ao direito da criança, desrespeito ao direito da pessoa idosa.

Eu vou ficar sete anos aqui, neste Senado, acompanhando vocês e torcendo muito, Presidente, para vocês acertarem, porque o que nós temos é uma coleção de erros, é uma coleção de problemas que vocês causam lá na ponta. Que o senhor seja um Presidente diferente.

Eu me coloco à disposição, Presidente. Não é o foco desta CPI o instituto. O foco, nós temos um objeto determinado, são as ONGs. Eu me coloco à disposição do instituto para conversar, dialogar e para que vocês acertem um por um, mas essa imagem aqui me tirou do sério agora. O que o senhor vê como uma possível irregularidade eu vejo como uma absurda violação de direitos humanos, eu vejo violência contra a mulher ali. E é o que eu tenho visto, infelizmente, muitas vezes, nas operações do instituto.

Que a gente possa acertar, Presidente. Que o senhor tenha sucesso, o senhor, seus assessores... Que o senhor tenha sucesso. O senhor já está lá há muitos anos, eu acho que o senhor já viu muitos erros e o senhor tem condição de colocar esse instituto no caminho certo, na rota certa.

É a minha observação.

Eu vou apresentar nesta CPI – fiz questão de vir para cá – todas as violações de direitos humanos que esta CPI está observando, provocadas por ONGs, por institutos e por órgãos governamentais federais, municipais, estaduais. Eu vou ter um foco nesta CPI. E, infelizmente, o ICMBio tem protagonizado cenas absurdas no meu país.

Que Deus te dê sabedoria, Presidente. Que Deus dê estratégia ao senhor e à sua equipe, mas não é o que a gente tem visto nos últimos anos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senadora Damares.

Como não houve pergunta, eu passo ao Senador Jaime, que é o nosso Relator *ad hoc* e tem uma pergunta a fazer.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Presidente Mauro, eu queria fazer uma pergunta ao senhor. A SOS Amazônia, que trabalha na Serra do Divisor, eu queria fazer duas perguntas ao senhor: quem paga e quem administra? O senhor podia responder?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, Sr. Mauro.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Senador Jaime, sobre a SOS Amazônia, eu não tenho... não é do meu conhecimento quem é que financia a instituição e quem é o seu administrador.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Jaime, vai continuar? (*Pausa.*)

Senador Mauro, nosso anfitrião lá em Mato Grosso, eu segui o seu conselho, fiquei mais um dia e fui lá na Chapada dos Guimarães. Visitei a Chapada dos Guimarães, fiz aquela trilha lá, percorrendo tudo, eu e a Aninha fizemos, e também vimos algumas coisas boas e más lá também.

Com a palavra o nosso... Não é integrante...

Obrigado, Senadora Damares, sempre inteligente sua participação.

Não é integrante, mas é participante e é Senador. A sua pergunta.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Presidente Senador Plínio Valério, Senador Jaime Bagattoli, Relator *ad hoc* desta CPI, Presidente Mauro Oliveira, do ICMBio, é justamente sobre o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães que eu quero falar. E quero entender, por parte do ICMBio, qual a estratégia que o ICMBio tem para o Parque Nacional da Chapada.

No Governo anterior, eu estive aqui como Secretário da Casa Civil, junto com o Governador Mauro Mendes, pedindo a delegação do Parque estadual da Chapada. Por que nós pedimos essa delegação? Pedimos essa delegação porque a Baixada Cuiabana... Nós não temos terras produtivas em volta de Cuiabá, e o Governo traçou um plano estratégico de um investimento grande na área de turismo da Baixada Cuiabana. Estamos construindo um parque, chama-se Parque Novo Mato Grosso. Nós



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teremos autódromo, kartódromo, espaço para eventos, espaço para um agrishow, espaço para *show* para mais de 100 mil pessoas, parque da família, maior roda-gigante do Brasil, maior Insano do Brasil, parque das nações, parque também das etnias indígenas. É um parque que ocupa 320ha, do lado de Cuiabá.

Fora isso, estamos fazendo investimento em todas as orlas, na orla de Santo Antônio do Leverger, Barão de Melgaço, fazendo os investimentos em Bom Jardim, Nobres e Rosário. O senhor não teve a oportunidade de conhecer, mas Bom Jardim, Nobres e Rosário são mais do que bonitas, são lindas, então, é um apelo muito grande ali, um apelo turístico daquela região.

E no ano passado, nas vindas que nós tivemos aqui, no Ministério do Meio Ambiente, no Ministério da Fazenda, na Presidência da República, nós estávamos solicitando a delegação do Parque estadual de Chapada... Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, com projetos de investimentos no Parque Nacional da Chapada de aproximadamente R\$206 milhões, trazendo dignidade e segurança e preservação ambiental, que é o foco principal do parque. Não conseguimos essa delegação. O Governo anterior colocou uma concessão no Ibovespa, em São Paulo, para fazer uma concessão do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

Naquele momento, estivemos aqui também pedindo, já no Governo atual, pra que cancelassem essa concessão, esse leilão do Ibovespa e fizessem a delegação pro Mato Grosso. Não foi possível, foi feito o leilão do Ibovespa; acabou que esse leilão foi anulado pelo Tribunal de Contas da União por irregularidade. E o que chamou muita atenção nesse leilão, Senador Plínio Valério, é que apenas uma empresa, Senador Jaime – uma empresa –, ganhou todos os leilões do Ibovespa com relação a parques de preservação ambiental neste país. É muito estranho apenas uma empresa ganhar todos os leilões, mas foi o que aconteceu. Mas, no caso específico do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, foi anulado esse certame.

Vimos de novo aqui, falamos com o Presidente Lula, falamos com o Ministro Padilha, falamos com o Ministro Rui Costa, falamos com a Ministra Marina Silva, falamos com o Presidente do ICMBio, Sr. Mauro, e ali colocamos de novo o interesse do Estado de Mato Grosso na sua delegação do parque, pra que a gente fizesse esses investimentos necessários. Também não foi possível, e nós colocamos ali naquele momento que...

E estava tramitando também, dentro do Senado Federal, um projeto da Senadora Margareth estadualizando o Parque Nacional da Chapada, do qual eu sou Relator, nesse projeto. Esse projeto, com todas as interferências do Governo Federal, foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente, e o que nos chamou muito a atenção, em todas essas discussões que foram feitas até o momento, é que o ICMBio de novo colocou esse certame no Ibovespa, em São Paulo. E ali, em algumas conversas que nós tivemos com o Governo Federal, foi até solicitado que fosse retirado esse projeto de lei de estadualização do Parque Nacional da Chapada. Nós falamos: "Tudo bem, não tem problema nenhum. Nós retiramos o projeto de lei desde que o ICMBio também retire o leilão do Ibovespa, nos mesmos moldes que foi o anterior". "Ah,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós não temos meios legais." Como não tem meio legal? O gestor público, a qualquer momento e a qualquer hora, por interesse público, pode tirar, sim, o edital que está publicado, mas esta foi a desculpa que nós tivemos: não tem ilegalidade. Ilegalidade existe, o problema é que não existe boa vontade e não querem fazer.

Agora, o que me impressiona é o seguinte: um parque que está indo pra uma concessão... Não é apenas a concessão. No caso do Estado do Mato Grosso, o ingresso seria simbólico ou nem seria cobrado. No caso dessa concessão, pode cobrar, em cinco anos, até R\$100. Você imagina uma família de cinco filhos pagar R\$500 pra entrar no parque. O que mais me impressiona: o investimento dessa concessão de 18 milhões, em 30 anos, dá R\$600 mil por ano. Não consegue nem fazer a limpeza do parque, porque, na hora que tem os desastres ambientais e incêndios, quem dá todo o apoio é o Governo do estado e o Governo Federal também. Então, veja bem, nós estamos investindo 206 e a concessão pede um investimento de 18, nós estamos falando em entrada franca e a concessão cobra até R\$100.

Então, cadê o investimento? Se esse parque é pra contemplação, pra preservação, que investimento é esse que terá... Terá exatamente o que o senhor viu lá, Senador Plínio: nenhuma infraestrutura. O lado mais bonito, que é o Morro de São Jerônimo, você tem que caminhar 11 quilômetros em subida, a pé.

O Governador Mauro Mendes esteve lá, o ano passado, de helicóptero, com a Polícia Militar, vendo alguma situação do parque, desceu lá, tinha três pessoas: um guia e um casal. Isso eram 10 horas da manhã. E o ICMBio fala que têm milhares de pessoas que visitam o parque.

Agora, o que mais impressiona na concessão é o seguinte: sabe o que vai poder ter nessa concessão? Exploração de estacionamento. Restaurantes, lanchonetes, bares e similares dentro do parque de preservação ambiental. Publicidade. Os senhores já imaginaram uma empresa de agrotóxico fazer um painel de propaganda do seu produto dentro do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães? Aí, o que foi respondido pra gente, dentro do Ministério do Meio Ambiente? "Não, nós não vamos autorizar". Mas está no edital, como que você não vai autorizar? Está no edital! Tem hotel que está dentro do edital. Poderá colocar um hotel dentro do parque. "Ah, nós não vamos autorizar". Mas está no edital! Ou seja, então você está enganando quem está participando dessa concessão?

Ó, coloca lá, coloca estacionamento, coloca bar, lanchonete, publicidade, hotel, mas só que nós não vamos autorizar; vamos enganar a pessoa que quer participar dessa concessão. Só pode ser isso! Porque se no edital contempla e você fala para um Governador do estado e para um Senador da República que você não vai autorizar, que engodo que é esse? Que engodo que é esse? Você coloca no edital e fala que não vai cumprir? Vai enganar quem vai participar?

Então, eu não estou entendendo... E nós pedimos, inclusive: quer que retire o projeto de lei? Nós retiramos. Faça a delegação por cinco anos apenas. O Estado de Mato Grosso se propõe a fazer esses 206



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de investimentos, depois de cinco anos nós devolvemos o parque pro Governo Federal e, aí sim, ele faz a concessão pra quem ele bem entender, ou mantenha.

Ah, o problema é que nós temos mais de 60 servidores no parque, que que nós vamos fazer com esses servidores? Foi falada aqui da dificuldade de servidor que tem do ICMBio no Brasil. Ele poderá ser remanejado e prestar um serviço melhor em outros parques de preservação. Então, o problema não é o servidor.

E o que eu gostaria... A pergunta que não quer calar, Presidente Mauro, é justamente o seguinte: por que o ICMBio é contra a estadualização ou a delegação do parque? É por interesse de ONGs, é por outros interesses escusos? Por que, se nós estamos fazendo um investimento pra beneficiar não só a sociedade mato-grossense, mas a sociedade brasileira e o turismo internacional com grandes investimentos, respeitando a preservação, respeitando o meio ambiente, trazendo dignidade pras pessoas que querem visitar o parque, trazendo renda, gerando emprego, gerando impostos, por que o ICMBio é contra? Ou são as ONGs que são contra? Porque o que foi demonstrado aqui, na aprovação do projeto de lei, foi uma articulação grande de ONGs que são contra a estadualização do parque.

Então, eu queria entender, por parte do ICMBio, o motivo de ele ser contra. O que a gente tem escutado é o seguinte: "Ah, o Governo pode investir em outros parques, por que quer investir no parque estadual da Chapada?". Porque nenhum outro parque tem o apelo turístico igual tem o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

Então, a gente não entende realmente se o Governo quer que a gente mantenha a preservação desse parque, mantenha realmente a contemplação para as pessoas que querem visitar uma das paisagens mais bonitas do mundo... Por que o Governo é contra? Porque justamente é o contrário: o Governo do estado é que quer empurrar os parques para o Governo Federal; nesse caso é o contrário, como foi a BR-163, que nós assumimos, e como foi a BR-174 também, que o Governo do estado assumiu.

Então, é isso, Presidente Mauro. Eu gostaria de entender realmente qual a posição oficial do ICMBio.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Senador Mauro, xará...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Exatamente. *(Risos.)*

Obrigado pela pergunta.

Sobre esse assunto, eu participei de uma audiência pública aqui, no Senado Federal, há coisa de um mês, dois meses, enfim, mais ou menos nesse período, que foi importante, porque, além do ICMBio, também estava presente o próprio Governador Mauro Mendes; tinha outros representantes... Acho que foi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma audiência de altíssimo nível, porque vimos que temos interesses bastante convergentes. E, depois, saímos daqui e fizemos uma reunião lá no Ministério do Meio Ambiente junto com a Ministra Marina. E, nessa ocasião, Senador, eu acho que ficou mais evidente ainda como é possível trabalharmos para melhorar, dar desenvolvimento a toda aquela região.

A Chapada dos Guimarães é muito grande. O parque cobre uma pequena área, pequena mesmo, em torno de 30 mil hectares, se não me falha a memória – 33 mil hectares. E nós vimos, quando a gente começou a olhar a região, que o Governo do estado tem uma área de proteção ambiental no entorno; ele tem uma estrada-parque, que é um dispositivo muito interessante e que, no Brasil, pode ser, inclusive, inovador.

Então, nós saímos de lá com um grupo de trabalho montado – e a primeira reunião vai ser agora, dia 8 de novembro –, exatamente para ver como é que o ICMBio, de um lado, o ministério e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado podem trabalhar para convergir esses interesses naquela região. Creio que é uma forma de cada um ir se somando em vez de subtrair, porque, se se estadualiza, significa que o ICMBio sai daquele local, mas trabalhar em conjunto é uma forma de a gente dinamizar toda aquela região, gerar emprego, gerar renda e também permitir que aquelas pessoas que queiram possam conhecer o Parque Nacional.

Em relação ao processo de concessão, queria deixar claro que é um processo, como o próprio Senador já comentou, que foi aberto no ano passado, e essa gestão manteve a proposta porque não identificou nenhuma irregularidade. Então, como servidor público, a gente segue aquilo que deve: se está o.k., se está correto, se está dentro das normas, nós vamos dar sequência independentemente das diferenças ideológicas, diferenças de signos partidários. Nós estamos trabalhando exatamente para implementar aquilo que a legislação estabelece.

Nesse caso, a licitação seguiu. Houve um erro material no edital, que o próprio Tribunal de Contas da União identificou e obrigou o próprio ICMBio a apresentar um novo edital. Então, o novo edital que está agora no Ibovespa comentado já atende exatamente à própria determinação. Veja que é uma determinação. Então, não havia condições de o ICMBio simplesmente dizer “não, não vamos seguir com esse processo”, porque é uma determinação do Tribunal de Contas, que, vale dizer, avalia, em toda concessão exclusiva de uso público, o Tribunal de Contas faz uma análise prévia daquele edital, exatamente pra verificar se está tudo conforme a legislação, conforme as normas e os procedimentos. Então, é isso que está em curso ou está dentro ainda do prazo pras instituições apresentarem as propostas.

Eu quero crer que o Estado do Mato Grosso também vai concorrer, porque ele concorreu na primeira ocasião, por meio da sua instituição, que é a MTPar, MT Participações, que é uma instituição, uma empresa vinculada ao Estado do Mato Grosso, que, inclusive, foi quem fez uma observação de que havia um erro material no edital. Então, eu acredito que é, inclusive, uma possibilidade de o estado, que tem interesse de fazer esse investimento, investir naquela região, concorrendo pelo uso público.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sr. Mauro, eu tenho algumas perguntas a fazer, eu sou sempre o último. Tenho algumas perguntas.

Eu tenho aqui algumas matérias de divulgação dando conta de que o Ministério Público Federal já obteve alguma coisa contra o ICMBio. "MPF obtém sentença que obriga ICMBio a promover regularização fundiária do Parque Nacional Grande Sertão Veredas".

Parque Nacional da Lagoa do Peixe: "Por constatar a omissão da Administração Pública, a 9ª vara...". Está aqui...

Tem também, Grande Sertão Veredas, já falei, falta de plano de manejo, morosidade injustificada...

Na ação civil pública ajuizada em dezembro de 2021, o [...] [Ministério Público Federal] ressaltou que, passados mais de 32 anos [mais de 32 anos] da criação do parque, até hoje seu processo de regularização fundiária não foi concluído.

[...]

Plano de manejo [...] também cobrou providências para a atualização do plano de manejo no Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

O Nacional da Serra da Canastra também tem problema. O Parque Nacional de Aparados da Serra tem problema.

E eu vejo que o ICMBio fez uma reunião urgente, não sei se foi de urgência, mas pra nós foi. O ICMBio prepara plano de regularização fundiária de unidades de conservação.

Nós temos uma lei que diz, a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, art. 38:

Art. 38. A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei e a seus regulamentos ou resultem em dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das unidades de conservação, bem como às suas instalações e às zonas de amortecimento e corredores ecológicos, sujeitam os infratores às sanções previstas em lei.

O ICMBio está sujeito a essa penalização aqui, porque há anos e anos não cumpre com o seu papel.

O Sr. Mauro está entrando agora, há dois anos, e esta reunião foi feita pra tratar dessas coisas aqui. Não há como a gente não, como CPI... Embora não seja o objeto, não tem como a gente não alegar isto no relatório final: o ICMBio não está cumprindo com o seu papel, está exigindo, está batendo, está espancando, está explorando, está humilhando, mas não cumpre com as suas obrigações, porque nós estamos falando aqui de 30, de 20, de 10 anos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é culpa do Sr. Mauro. Eu estou falando do ICMBio. O art. 38 da Lei 9.985, de 18 de julho, e o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, dizem também: "O órgão fundiário competente, quando solicitado pelo órgão executor, deve apresentar, no prazo de seis meses, a contar da data do pedido, programa de trabalho para atender às demandas de reassentamento das populações tradicionais, com definição de prazos e condições para a sua realização". É o que não está acontecendo. O pessoal está sendo expulso, não está sendo reassentado.

Na própria Chapada dos Guimarães, os que foram expulsos de lá não foram indenizados até hoje.

O senhor tem conhecimento dessa falta de cumprimento da lei?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Senador, assim, o senhor fez menção aqui a vários dispositivos do Ministério Público. Se eu entendi bem, um deles se refere a uma recomendação, um pedido, enfim, uma solicitação do Ministério Público referente a plano de manejo e regularização fundiária do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Essa é uma atividade em que nós estamos trabalhando exatamente para realizar, a partir de 2024, elaborar o plano de manejo. Na verdade, existe o plano de manejo do Parque Grande Sertão Veredas, mas o parque foi ampliado, e o plano é anterior. Então, é necessário o plano de manejo exatamente para cobrir a área adicional.

Então, é algo que nos preocupa e que queremos realmente enfrentar, porque é importante. Como eu estava comentando antes, o plano de manejo – é assim para qualquer unidade de conservação –, digamos assim, é o documento fundamental, porque é ele que estabelece o zoneamento, ele que estabelece quais são as regras, tudo nasce a partir daquele plano de manejo. Então, é importante, inclusive para fazer o uso público dessa área que é expandida do Parque Grande Sertão Veredas, é essencial a gente ter o plano de manejo, que inclusive vai estabelecer quais são as áreas em que é possível fazer uma determinada atividade...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós estamos falando de quanto tempo?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – O plano de manejo é uma atividade que depende de cada unidade de conservação, Senador. Eu não posso precisar aqui em quanto tempo ficaria pronto esse plano de manejo, porque, além dos estudos, a gente tem que fazer o levantamento mais detalhado dentro do parque, tem que olhar para o entorno dele e, depois disso, tem a fase também de deliberação. Isso vai ser submetido ao conselho do parque. Depois que é aprovado pelo conselho, vem para a sede do instituto, vai para a Procuradoria Federal especializada. Enfim, é um processo meio longo. Agora, o nosso interesse... E nós vamos até procurar o Ministério Público Federal para ele nos apoiar nesse processo, porque, como eu disse, é de nosso total interesse.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas o plano, o plano de ação tem que ser apresentado até em seis meses. Então, todos esses parques, quando se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solicita, quando se decreta que é parque, o ICMBio apresenta um plano de ação em seis meses? Tem apresentado esse tempo todo? Porque haja parque, tem mais de 300, e querem mais, mas não tem plano de ação ou, se tem, eu não tenho conhecimento, o plano de manejo, essas coisas todas. Ou seja, o ICMBio não está cumprindo com a legislação, não está cumprindo com o capítulo do reassentamento das populações tradicionais, inclusive que deve indenizar.

No Parque – que a gente acabou de falar aqui com o Senador Mauro – da Chapada dos Guimarães, o pessoal não foi indenizado. A turma lá do Pará, os coitados lá do Pará estão sendo expulsos e não estão nem sendo reassentados. A lei fala em reassentamento. É aquela forma da mão que pune, não é? Punindo sempre.

Aqui, olha, na Estação Ecológica Terra do Meio, em Altarmira, há seis meses, o ICMBio não deixa produtores rurais venderem os seus produtos – é o que diz a denúncia que eu recebi. Na última sexta-feira, o ICMBio publicou no *Diário* a Portaria ICMBio nº 3.522, de 25 de outubro deste ano. Na portaria, o ICMBio determina, entre outras situações, que cada família – essa que foi expulsa – somente pode vender, o que está isolado, somente pode vender dez cabeças de gado nos próximos seis meses – está na portaria, está na portaria –, ou seja, 1,6, Senador Jaime, que entende disso, de cabeça de gado por mês. A família vai matar nem dois bois por mês. Além de limitar o direito de ir e vir das pessoas. Lembrando que lá é uma estação ecológica criada há mais de 18 anos, e até hoje sequer houve o levantamento ocupacional.

Não se cumpre a lei e vão expulsando, com a ajuda da Guarda Nacional. Esse pessoal não teria tanta força se o Judiciário, parte do Judiciário não estivesse mancomunado.

Na Cláusula Sexta dessa portaria... Olha só o que diz aqui: até mesmo o estudo técnico-científico de tal estação ecológica – adivinhe, Senador Mauro – foi elaborado – ganha um prêmio quem acertar – por ISA, Vasco da Gama ou Feira de Santana? Quem foi que planejou essa coisa? Letra "a", ISA, que planejou isso. E diz o seguinte: "Durante os 6 (seis) meses de vigência deste Plano Específico Emergencial, será permitida a retirada/comercialização de 10 (dez) bovinos por ocupação familiar, mediante autorização do ICMBio". Já botou em portaria que só pode 1,6 por dia.

O que é que eu digo para esse pessoal, Sr. Mauro, que fez a denúncia?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, acho que todo brasileiro, todo cidadão tem direito de fazer denúncia baseado em fatos, então acredito que...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E de ter resposta das autoridades públicas.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – É; o que eu posso dizer é que, nesse caso da estação ecológica, como eu comentava antes, em resposta a uma questão do Senador Zequinha Marinho, ali, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estação Ecológica Terra do Meio é criada numa área que é de terra pública. Quando essa estação ecológica foi criada, de fato havia algumas famílias lá naquela região e que não eram famílias tradicionais, eram, digamos assim, pessoas que vieram de outro local. Acontece que esse número de famílias foi crescendo ao longo do tempo, e ao mesmo tempo também foram crescendo as dificuldades de gestão daquela área. Então, esse plano de emergência foi feito exatamente para permitir que aquelas pessoas que habitam aquela região tenham condições mínimas de fazer a extração do gado, *motu proprio*, de sua livre vontade, para inclusive auferir recursos para a sua sobrevivência.

O plano é emergencial, é voltado exatamente para esses próximos meses, não é uma coisa permanente, porque a legislação não dá nenhum instrumento para esse tipo de caso. A legislação, como diz aqui ou foi comentado, diz o seguinte: num parque nacional, portanto uma área de proteção integral que tem população tradicional, é necessário – esse é o texto da lei; eu não estou dizendo que concordo com isso ou não –, a lei diz que é necessário fazer o reassentamento. E o órgão fundiário tem até seis meses para apresentar essa proposta de reassentamento. Foi isso que aconteceu, por exemplo, no Parque Grande Sertão Veredas.

As famílias foram reassentadas no entorno, por meio de um assentamento – São Francisco, se não me engano o nome –, mas isso há 20 anos ou pouco mais do que isso. Então, nesse caso, já vem cumprindo.

Então, eu diria o seguinte: o Ministério Público Federal é um órgão que está sempre olhando exatamente para as atribuições do instituto. Para nós, é muito natural, é importante, inclusive, esse trabalho, porque nos ajuda a verificar a observância, verificar se as normas estão sendo seguidas e inclusive fazer avançar na consolidação das unidades. Eu entendo que, quando o Ministério Público Federal pede a regularização fundiária de uma unidade, nada mais é do que o pedido para que aquela unidade seja consolidada. Então, esse é o nosso total interesse, e a gente trabalha exatamente para cumprir com esses compromissos.

Como eu disse, nós temos... Isso não quer dizer que a gente tenha todos os elementos, a tempo e a hora, para atender a todas as necessidades, mas o compromisso é exatamente de avançar nesse tipo de agenda.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Diante desses problemas de que a gente está falando aqui – eu falo do não cumprimento, o senhor fala da dificuldade –, a pergunta é: o ICMBio pretende apresentar estudos para a criação de novas unidades de conservação no atual Governo?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, muito obrigado por essa pergunta, porque ela permite esclarecer um pouco do trabalho que o ICMBio realiza.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme a gente comentou sobre a Lei 9.985, de 2000, ela diz lá que um dos processos relacionados à unidade de conservação trata da criação. No caso do ICMBio, a lei que o criou diz que ele é o responsável por elaborar os estudos, para apresentar os estudos relativos a uma unidade de conservação. Então, quando o ICMBio olha para o território, ele olha a partir dessa sua atribuição. Agora, de onde vêm essas orientações? Essas orientações de criação de UC vem de cada Governo. Por exemplo, aquelas sobre as quais o Senador Hiran estava comentando foram unidades de conservação que estavam prontas para serem criadas. Infelizmente, não o foram, e, agora, nessa nova gestão, foram retomadas e foram criadas. Então, nós temos vários outros processos. A criação é um processo longo, não é algo que dependa, digamos assim, exclusivamente do instituto. Têm que ser feitas consultas, tem que se saber quais são os atributos, tem que se saber quais são as prioridades, porque é uma das atividades.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, não tem ideia de quantas – não tem ideia de quantas...

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Eu não tenho condições de responder para o senhor agora quantas unidades serão criadas, até porque, veja o senhor, o ICMBio realiza todo o processo, mas o ICMBio não é o órgão que cria a unidade de conservação. Essa é uma decisão do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas dá para se ter uma ideia de qual é a quantidade ou do percentual de unidades de conservação totalmente consolidadas? Eu falo totalmente consolidadas com a regularização fundiária finalizada dessas áreas de que a gente está falando, dessas de que é expulsa gente, dessas que estão totalmente dominadas. Dá para saber qual é o percentual dessas trezentas e poucas que estão definitivamente consolidadas, ou seja, legais?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Então, Senador, nós temos 336 unidades de conservação. Dessas 336, nem todas são de domínio público. Muitas, por exemplo, as áreas de proteção ambiental, são de domínio privado; pode ser público, mas, em geral, é de domínio privado. É o caso, por exemplo, aqui do entorno de Brasília.

Então, a consolidação de uma unidade como essa é diferente: ela não implica reassentamento, ela não implica desapropriação etc. Então, esse é o caso.

No que se refere à unidade de conservação de domínio público, aí, sim, tem um processo. Em muitas das áreas, nós vimos, nós temos um levantamento que mostra que a maior parte das terras dentro das unidades de conservação federais, das 336, pertence ao poder público, ou federal ou estadual ou, em pouquíssimos casos, municipal. E, em alguns casos, tem – aí, sim, de fato, é verdade – propriedades privadas. A essas que são de propriedade privada, a lei – o senhor acabou de comentar aqui um trecho do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispositivo – estabelece qual é a norma, qual é a regra para fazer a indenização e a desapropriação, e é esse o procedimento que é seguido.

Como eu disse, tudo que se refere à terra no Brasil é um trabalho bastante cauteloso, é um trabalho que exige ir aos cartórios, verificar a cadeia dominial, enfim, daquele imóvel, tem que ir a campo verificar se aquele título se refere exatamente a um determinado território. Enfim é um trabalho longo que precisa ser feito e vem sendo feito, e a gente tem avançado nesse trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Se o ICMBio não cumpre – e eu já li aqui o art. 39 do Decreto 4.340, 2002, que dá tempo a que o ICMBio cumpra, para fazer o termo de compromisso com os moradores de unidade –, já que não faz isso, não tem como flexibilizar a vida dessa gente, amenizar o sofrimento dessa gente, dessa gente que está sem casa, sem teto, sem chão, sem origem, sem destino? Não tem como?

Por exemplo, o que leva o ICMBio a achar que 1,6 cabeça de gado...? É por semana ou por mês?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por mês.

O que leva...? Que diabo de cálculo é esse que diz que não: que dá é 1,6, não dá 2, não dá 3, não dá 5? Quem é que calcula isso?

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senador, o senhor deve estar se referindo ao plano emergencial lá da Terra do Meio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso, ao que diz que a família só pode matar 1,6 cabeça de gado por mês.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – É porque é feito um cálculo levando em conta o período de seis meses, e isso é dividido por número de cabeças de gado. E, assim como acontece na agropecuária, às vezes o número sai dessa forma dividida, mas esse é o número, digamos assim, em razão do número de família vezes meses, vezes a quantidade de cabeças de gado.

Mas eu acho que o ponto fundamental que me parece necessário a gente discutir é que o interesse do instituto – é o nosso interesse – é o de trabalhar para a consolidação dessas unidades para que elas cumpram as suas atribuições. Então, no que se refere à reserva extrativista, à estação ecológica, ao parque nacional, cada um deles tem um tipo diferente de objetivo, e o ICMBio tem que olhar para todos eles, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente faz isso com o nosso trabalho. Evidentemente, como eu disse, há muitas dificuldades, muitos desafios que devem ser enfrentados no seu dia a dia, mas o propósito é de trabalhar para melhorar as condições de vida de todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então é nesse sentido que eu encerro.

E pedindo e recomendando não adianta, não é? A gente não tem como contornar, como juntar as duas visões de mundo. Todos que sentam a esta mesa têm uma visão completamente diferente. Eu nem vou fazer pedido nenhum para que leve em consideração o ser humano também. A Senadora Damares já saiu daqui sensibilizada, porque a gente fala, fala, fala, mas o ser humano é que se lixe. Até agora eu não tenho recado para a D. Rosângela, até agora eu não tenho recado para os pais que tiveram a ponte... Mostre enquanto eu falo, mostre a ponte serrada aí, a foto. A ponte serrada lá na reserva extrativista, para que as crianças não atravessem, para contornar 20km. Está aí, o ICMBio fez isso aí, derrubou a ponte construída pelos pais dos alunos para encurtar o caminho.

Foi lá e cortou. "Ah, era um agente que puxou a arma...". É o ICMBio.

Então, eu agradeço sua presença... Não tem como a gente conciliar, né?

Eu agradeço o senhor ter vindo, sua boa vontade, espero que o senhor tenha sido bem tratado, que o nosso objetivo aqui é esse, mas não tem como, são dois mundos diferentes. A gente faz uma pergunta, a resposta é do outro mundo. Aí ele responde, a pergunta é do outro mundo. Então, a gente estava habitando dois mundos paralelos, o mundo das ONGs e o mundo da realidade, e a gente vai assim, pegando as perguntas, o Senador Jaime colocar no relatório nossas observações.

Tem uma característica: todos que sentam aqui têm um mundo diferente. Fica patente isso. O meu mundo é outro. O mundo que eu habitei e que eu habito é outro totalmente diferente. É aquele da D. Rosângela, é aquele do Romário, é aquele do meu pessoal, lá do Beiradão de... Esse é o mundo que a gente habita. É aquele que foi expulso, e não foi indenizado; é aquele que tem a cabeça de gado confiscada – tem um vídeo aí, o cara levando lá 20, 30 cabeças de gado pra doar pros vizinhos, porque ele não tem pra onde levar –; da pessoa lá de Autazes que foi expulsa com um título de 1904... Aí já é outra área, não tem nada a ver com o ICMBio, mas tem com ONGs.

Então, é esse o mundo que a gente habita, e a CPI veio pra isso.

O Senador Jaime tem uma participação grande na instalação da CPI.

Vamos continuar trazendo. Nós vamos trazer aqui a Ministra do Meio Ambiente, nós vamos trazer aqui o ISA e nós vamos, ainda, fazer uma diligência, talvez no Pará, em Tapajós. Nós vamos enveredar já, nessa reta final, sempre buscando a transparência...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse ao Seu Mauro, nada aqui é pessoal.

No final, Mauro, a gente vai apresentar leis, projetos de lei, de resolução, pra dar clareza, pra ajudar, quem sabe, o ICMBio a ser mais humano, a olhar mais o lado da pessoa.

Quanto à visita, na denúncia que vamos levar contra o ICMBio à Procuradora-Geral da República, nós decidimos aqui... Depois de dois dias não consegui conversar com ela, e nós decidimos aqui chamá-la, mas, antes que a gente fizesse isso, que fosse publicado, ela entrou em contato conosco, dizendo que foi um mal-entendido, e nós marcamos uma audiência com ela hoje, às 3h da tarde. Nós vamos lá entregar a audiência, pedindo punição ao ICMBio por maus-tratos e infringir várias leis, inclusive o regime de escravidão. E vamos ver se acata ou não.

É, Seu Mauro, o ICMBio fazendo o papel de ICMBio e nós fazendo o papel de Senador, que é o que nos cumpre fazer.

Nada mais a votar, eu coloco em votação as Atas da 22ª, 23ª e 24ª Reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

E outra coisa: lá, na visita aos índios parecis, ficou claro, patente a diferença entre etnias indígenas tuteladas por ONGs e indígenas não tuteladas. Foi grande. E esse exemplo dos parecis será levado principalmente a nós, da Amazônia. Vou estar em contato, pra que eles ensinem, mostrem o caminho pros nossos indígenas lá da Amazônia, pra se libertarem de vez das amarras, dos cadeados que as ONGs nos impõem.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Fiquem todos em paz, a paz de Cristo a todos.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 50 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e seis minutos do dia sete de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Beto Faro, Chico Rodrigues, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Esperidião Amin, Angelo Coronel, Mecias de Jesus, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, em atendimento ao requerimento 14/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 149 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, informações sobre o projeto de conservação ambiental liderado pela Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ) no Acre, financiado com recursos do Fundo Amazônia." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 150 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Aloizio Mercadante, informações sobre o projeto de conservação ambiental liderado pela Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ) no Acre, financiado com recursos do Fundo Amazônia." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 151 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, informações sobre o projeto de conservação ambiental liderado pela Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ) no Acre, financiado com recursos do Fundo Amazônia." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/11/07>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de colher o depoimento, como convidado, do Sr. Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o nosso conhecidíssimo Ibama, conforme Requerimento nº 14, de 2023, aprovado por este Colegiado.

Antes de chamar o nosso convidado, como sempre nós fazemos aqui, Marcio e eu selecionamos alguns vídeos, porque é obrigação nossa, como cidadãos brasileiros, divulgar o que está acontecendo no interior do Pará.

A grande mídia ignora e esse silêncio ensurdecador também nos incomoda. Portanto, como cidadãos brasileiros, nós estamos fazendo a nossa parte.

O primeiro vídeo é de um repórter local do SBT. Ele mostra produtores rurais sendo expulsos da Vila Renascer, na Extensão Aptyterewa, no Pará. Mostra a turma sem destino, procurando refúgio até em quintais.

Vejam esse vídeo, é o nº 2, é o vídeo nº 2.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso aí a gente faz e faz de propósito e vai continuar fazendo, tanto nas nossas redes sociais como aqui na CPI. O Brasil precisa tomar conhecimento disso.

Esses dois... São só dois, mas tem centenas iguais a eles, sendo abandonados e ameaçados.

Olhem só a que ponto chegou a nossa Guarda Nacional! Se ela está lá, é cumprindo determinação do Judiciário. Olhem só a prisão, algemando um senhor que, pelo aspecto, já deve ter uma idade avançada. Olhem a valentia da Guarda Nacional para cima de um cidadão completamente indefeso – é o vídeo nº 4 –; a truculência da Guarda Nacional, ameaçando.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que bom se fizessem isso com um narcotraficante, mas fazem isso com um pai e um avô de família.

Olhem só.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Esse vídeo aí a gente já mostrou. É aquele em que a criancinha fala da polícia boazinha, que ela não acreditava em polícia e via que nem toda polícia é boa.

Por último, é o vídeo que mostra o depoimento aqui de uma mulher.

Sempre as mulheres assumindo o papel importante na história, porque isso vai ficar marcado na história como uma mancha, como uma nódoa.

O que está acontecendo em São Félix do Xingu, no Pará? Ela diz: "Aqui podemos perder a vida, mas não abrimos mão do nosso direito".

Olha só o que essa senhora fala. Vídeo 5.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por mais que a avestruz enfie a cara na terra pra não ver, isso está acontecendo no Brasil.

Isso é Brasil, isso é brasileiro, isso é brasileira sendo humilhados.

Esses dias, um cidadão sendo algemado pela Guarda Nacional; cinco, dez guardas para algemar um cidadão de bem. Isso está acontecendo, e a gente tem que tomar alguma providência. E essa providência a gente tem que antecipar, assim como a gente fez com a questão lá da Reserva Extrativista Chico Mendes.

Outros vídeos têm por aí, mas eu falo muito mais para quem está assistindo agora, para que você tome conhecimento disto: Brasil, Pará, as pessoas sendo expulsas de uma área que é uma extensão de uma área indígena pretendida – pretendida, não está consolidada, não está legalizada.

E é isso que nós vamos ouvir, daqui a pouco, do Presidente do Ibama, são as questões que nós vamos colocar, para que ele nos responda a essas inúmeras perguntas que nos incomodam, nos revoltam, nos humilham e nos deixam tristes.

Peço à Secretaria que traga o nosso convidado, o Sr. Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, para compor a mesa aqui conosco. *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo ao Presidente do Ibama, o Sr. Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, por ter aceitado o nosso convite para responder às perguntas que certamente faremos.

Hoje temos aqui o Senador Styvenson, o Senador Marcio e eu para fazer as perguntas e reforçar aquilo, Presidente do Ibama, que eu disse lá dentro: isso aqui não é uma inquisição, isso aqui não é um tribunal do júri. Aqui o senhor não é réu. Responde ao que quiser, da forma que quiser, e nós faremos as nossas perguntas. Algumas poderão parecer pessoais, mas lhe afirmo que não são. Nós estamos aqui tratando com o Presidente do Ibama e não com um cidadão, um pai de família ou um marido. A gente está tratando com o Presidente do Ibama.

O senhor fique à vontade.

Normalmente, a gente vai de 20 a 30 minutos. Quando estiver em 25 minutos, a gente o avisa, e tem mais cinco para concluir.

Eu não sei se o senhor trouxe uma exposição ou se quer falar...

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (*Fora do microfone.*) – Eu tenho uma pequena exposição.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k. O.k.

O senhor tem até 30 minutos, se quiser.

Com a palavra, então, o Presidente do Ibama.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Para expor.) – Senador Plínio Valério, Presidente da CPI das ONGs, Senador Marcio Bittar, Relator, demais Senadores e Senadoras.

Quero dizer que eu, que já fui Deputado Federal por quatro anos, para mim é sempre uma satisfação estar ou na Câmara ou no Senado, enfim, onde se exercita, na sua plenitude, a democracia.

Eu tenho uma pequena apresentação institucional sobre o Ibama, um pequeno PowerPoint, enfim, que já está ali posicionado, no qual a gente vai tratar um pouquinho da instituição.

O Ibama tem 35 anos, foi criado em 1989, depois, obviamente, de um momento em que a gente tinha um desmatamento muito intenso no Brasil, houve todo um calor popular, no sentido de que o governo precisava se organizar. A gente já tinha algumas estruturas, a gente tinha o IBDF, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, tinha a Sudepe, que era a Superintendência da Pesca, tinha a antiga Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) e a Sudeb, que era a Superintendência da Borracha. Juntaram tudo e fizeram o Ibama.

O Ibama chegou a ter 6 mil servidores e é o principal órgão executivo da Política Nacional do Meio Ambiente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A política está estabelecida na Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. A política é de 1981, mas o Ibama foi criado apenas em 1989 e completa, no ano que vem, 35 anos.

É uma autarquia federal, a gente tem uma lei própria, exerce o poder de polícia ambiental, executa as ações da Política Nacional do Meio Ambiente e executa ações supletivas de competência da União, de acordo com a legislação ambiental.

A gente trabalha muito em articulação tanto com órgãos da administração pública federal, então, trabalhamos muito com Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional e trabalhamos muito com os estados.

A maior parte das atribuições, em 2011, foi repassada para os estados, com a Lei Complementar 140, de 2011, que definiu as competências em matéria ambiental, notadamente de licenciamento.

Trabalhamos também com os municípios e temos uma atuação muito forte em todo o âmbito do Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente).

Esse gráfico mostra a situação dos servidores do Ibama. A gente, como eu disse, chegou a ter mais de seis mil servidores. Estamos aí... Esse dado é do começo do ano, mas a gente tem uma previsão de aposentadoria, nos próximos dois anos, de 750 servidores. Então, a gente está tendo que trabalhar com o uso de muita tecnologia, enfim, para poder, de certa forma, compensar um pouco a perda de servidores.

Por conta da perda de servidores, muitas unidades técnicas em todo o país foram fechadas. No Estado do Amazonas, por exemplo, nós perdemos quatro unidades técnicas que foram fechadas, então, o Ibama perdeu muito capilaridade, e isso é um problema. A maior parte das atividades do Ibama pode ser feita com o uso de internet, mas a gente sabe que, na sociedade brasileira, tem muitas regiões onde não se faz... não tem acesso à internet, o que dificulta muito o acesso da população ao órgão ambiental e, muitas vezes, a população precisa do trabalho do órgão ambiental.

A gente está trabalhando bastante com outras estratégias. Uma que a gente está trabalhando de maneira muito forte é a estratégia de restauração florestal, que é um tema que o Ibama... Obviamente, o Ibama trabalha na ideia de você recuperar os danos ambientais, então, a pessoa que desmatou ilegalmente, além da conta, que ela repare esse dano para poder ter o desembargo, então, a gente está trabalhando muito com restauração florestal.

Temos vários sistemas importantes que são compartilhados com os estados, é o caso do Documento de Origem Florestal, do Sinaflor, para que a extração de madeira seja feita de forma regular. Então, a gente trabalha aí com muitas outras situações.

A gente tem um trabalho forte com fauna. A gente recebe, infelizmente, nos Cetas do Ibama, cerca de 60 mil animais até hoje. Normalmente animais atropelados, animais que são encontrados nas residências, animais que são encontrados perdidos, animais frutos do próprio desmatamento. Então, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa está desmatando, cai uma árvore, tinha ali um ninho de pássaros, leva os filhotes lá para o Ibama, enfim. A gente tem hoje 24 unidades distribuídas pelo país e 60 mil animais. Nós estamos trabalhando para reformar cada uma dessas unidades, muitas delas foram sendo sucateadas ao longo do tempo.

Pouca gente sabe, mas o Ibama é uma das principais instituições da América do Sul, do ponto de vista de autoridade na área de segurança química. Então, naquelas cinco convenções que estão ali – Protocolo de Montreal, Convenção de Basileia, Convenção de Roterdã, Convenção de Minamata e Convenção de Estocolmo –, que são acordos internacionais de segurança química que foram internalizados no Brasil, o Ibama é o responsável. É o Ibama que elabora as notas técnicas. Então, nessa área de qualidade ambiental, a gente é o responsável por autorizações, licenças de produtos químicos, de agrotóxicos.

Estamos analisando hoje o registro de 2,2 mil produtos de agrotóxicos no país neste momento; as autorizações para entrada e saída de resíduos químicos no país, notadamente resíduos, tudo que pode ser de resíduo, o Ibama é o responsável por controlar isso, além de uma série de outros programas, como o Programa de Controle de Poluição veicular (Proconve), gases de refrigeração, pneumáticos, então, a gente tem uma relação com o setor empresarial no Brasil muito forte na área de segurança química.

Licenciamento ambiental é uma outra área em que o licenciamento ambiental federal é de competência do Ibama. Em algumas situações extraordinárias, o Ibama delega aos estados – estamos aí hoje com 300 processos em delegação para os estados de situações de menor impacto ambiental; mas a gente licencia mineração, energia nuclear, térmica, as eólicas *offshore*, toda a área... licenciamento de agropecuária, portos, aeroportos, estradas, ferrovias. Então, hoje a gente está com 3,4 mil processos ativos de licenciamento ambiental pra cerca de 200 servidores. Então, esse é um gargalo importante que a gente precisa superar, para que o Brasil obviamente possa crescer, e crescer respeitando o meio ambiente, com sustentabilidade.

Uma outra ação, que é a ação em que o Ibama acaba tendo que fazer um enfrentamento maior, são as questões de fiscalização ambiental. Então, a gente tem um primeiro grande desafio, que é o desafio de combater o desmatamento ilegal. O Ibama é bom no combate ao desmatamento ilegal. Nós tivemos aí, no ano passado, um desmatamento de 2 milhões de hectares de vegetação nativa. É algo totalmente insustentável perder 2 milhões de quarteirões de florestas e demais formas de vegetação nativa. Então, o Ibama está trabalhando de maneira muito forte. Na Amazônia, em que quase todo desmatamento não é autorizado, o nosso trabalho tem resultado... tem conseguido bons resultados: reduzimos em praticamente 50% o número de alertas. Em alguns estados a gente reduziu mais; em outros, menos. Mas é um grande desafio. No Cerrado, em que a maior parte do desmatamento é autorizado pelos estados, a gente não tem o mesmo resultado.

O Ibama obviamente entende que não é só o comando e controle para combater desmatamento, precisamos de outras estratégias; mas as outras estratégias não estão na esfera de competência do Ibama.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente precisa estimular a bioeconomia, mercado de carbono, concessões florestais, pagamento por serviços ambientais. Então, tem um conjunto de outras medidas importantes e necessárias, mas que não estão, obviamente, na esfera do Ibama. O Ibama trabalha com algumas ações de rastreabilidade, notadamente a rastreabilidade da madeira, que também é algo importante.

Além do combate ao desmatamento, tem outras ações de fiscalizações que o Ibama faz. O Ibama fiscaliza... O Ibama combate a pesca predatória, a caça ilegal, o tráfico de animais, a mineração ilegal, a extração ilegal de madeira. Só este ano, nós tiramos do sistema do Ibama 100 mil caminhões de madeira ilegal, que estavam sendo extraídas de unidades de conservação, terras indígenas, sem autorização. Então, é uma situação muito grave e que o Ibama fica trabalhando o tempo todo para tentar combater.

Nós tivemos várias operações este ano, e algumas delas, notadamente, foram o combate à extração ilegal de madeira, ao tráfico de animais, ao garimpo ilegal. Nós já tivemos um histórico no Brasil de uma queda significativa de desmatamento. O desmatamento voltou a crescer, e agora a gente tem a meta de desmatamento zero até 2030. O Ibama vai trabalhar para perseguir esse dado, mas a gente tem clareza de que não basta apenas ações de comando e controle. Do ponto de vista de alertas, a gente teve uma redução de quase 50%, e nós teremos, nas próximas semanas, provavelmente, a divulgação dos dados do Prodes, que é o dado mais consistente, que não é apenas o dado de alerta e é aguardado, para as próximas semanas, que esse número acabe saindo.

Fiscalização em terras indígenas. A gente fiscalizou 85 terras indígenas este ano. A Funai não possui poder de polícia ambiental. A maior parte dos crimes ambientais em terras indígenas dizem respeito a desmatamento.

Terra indígena é área federal. O território indígena é área da União. Então, o Ibama acaba sendo responsável por agir nessas áreas. Então, se a gente incluir as áreas de entorno, outras terras, a gente está falando de 109. Foi um número grande de ações de fiscalização, em que a gente trabalha com várias estratégias para poder alcançar os nossos resultados.

Nesse caso de terras indígenas, a gente está trabalhando muito com demandas judiciais também. A gente tem agora a ADPF 709 e mais outras 50 decisões judiciais para cumprir, relacionadas a crimes ambientais em terras indígenas.

Um outro tema muito forte é o tema de incêndios florestais.

Os dados do nosso sistema, o Sisfogo, apontam que, até agora, 73% do fogo no país têm ligação direta com áreas desmatadas. Então, é fogo em área que foi desmatada, um ano atrás, seis meses atrás, dois anos atrás, uma média em torno de cinco anos.

Uma área desmatada, a floresta tenta regenerar, e as pessoas vão colocando fogo, aproveitando que a gente está num período de muito calor. Então, a gente está com esse grande desafio aí.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de focos de calor, houve uma redução, mas, provavelmente, acompanhou uma redução do desmatamento. Cai desmatamento; normalmente, cai fogo. Essa é a análise que a gente tem.

Existe um outro problema, que, no caso da Amazônia, a gente tem que 20% da Amazônia já foram desmatados com corte raso, mas o que sobrou da Amazônia, a gente tem aí de 30% a 40% de área degradada. É floresta, mas é floresta degradada: é floresta que já tirou madeira, é floresta que tem capim já dentro da floresta, e essas áreas queimam, as pessoas colocam fogo. Então, isso também é um outro grande desafio que a gente tem.

Gradativamente, está aumentando o número de florestas em pé queimando por conta de degradação florestal.

Então, esses aí são os dados.

Neste ano, a gente ampliou o número de brigadistas em 18%. São 2,1 mil homens trabalhando no Brasil inteiro no combate a incêndios.

Tem bases de brigadistas que são fixas, e outras que são volantes, a gente pode direcionar os brigadistas de uma região para outra. Então, normalmente, é assim que a gente trabalha.

Acho que já estamos concluindo.

Eu queria apenas dizer que o desafio do Ibama é um desafio muito grande. É uma instituição que perdeu capilaridade, perdeu estrutura. É uma instituição que foi sendo informatizada aos poucos, porque, para informatizar, você precisa de recurso, e, como ela foi sendo informatizada aos poucos, hoje a gente tem 73 sistemas; isso é bastante confuso. Então, a gente precisa, literalmente, de um banho de loja.

A gente já se modernizou, do ponto de vista de informatização, mas a informatização foi sendo feita de forma gradual. Se a gente tiver uma estrutura melhor, a gente consegue, por exemplo, uma maior eficiência nas autorizações, nos licenciamentos, nos planos de manejo.

O Ibama não é apenas uma instituição de comando e controle, embora, muitas vezes, a gente seja visto como instituição exclusivamente de comando e controle. Então, a gente está trabalhando de maneira muito forte e presente.

É uma administração bastante participativa. Então, a gente ouve toda a sociedade, a gente recebe desde instituições da sociedade civil, movimentos sociais, setor empresarial. Todos os dias, setores empresariais estão sendo atendidos no Ibama. Isso pode ser verificado pela agenda nossa, que é uma agenda pública, porque a gente trabalha ouvindo a sociedade.

Agora, a gente trabalha também no estrito cumprimento do dever legal. Um dos princípios da administração pública, expresso no art. 37, é o princípio da legalidade. Então, a gente trabalha o tempo todo perseguindo a legalidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algumas outras ações que a gente vem fazendo, estamos investindo pesado em treinamento, em capacitação, para que a gente erre menos. Estamos trabalhando de maneira muito forte a organização de processos, o planejamento estratégico da instituição.

É orientação da Ministra Marina Silva que a gente trabalhe em cooperação. Então, estamos trabalhando de maneira muito forte ações em cooperação com outros órgãos da administração pública federal e estadual e municipal.

Então, Presidente, quero dizer que eu tenho um orgulho muito grande de hoje estar à frente do Ibama. Eu, na minha adolescência, fui estagiário do Ibama. Enfim, e eu tenho um carinho muito especial. A unidade técnica em que eu trabalhei na adolescência não existe mais, foi fechada, foi uma das que foram fechadas.

E isso é bastante desafiador. Nós precisamos da capilaridade, nós precisamos estar onde a população está. Nós precisamos, obviamente, de uma estratégia conciliatória, nós precisamos reduzir os crimes ambientais para que a gente possa ter outras estratégias de desenvolvimento econômico.

Enfim, eu acho que esse, talvez, seja um dos grandes desafios que a gente tem, como conciliar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade, como fazer com que o Brasil, que é um país megadiverso, é o país que tem a maior biodiversidade do mundo...

Nós temos 116 mil espécies de animais, nós temos 46 mil espécies de plantas, mas, infelizmente, a gente também é o país que tem o maior número de espécies ameaçadas. Nós estamos perdendo espécies num ritmo acelerado.

A gente é o país que mais perde floresta, mesmo com a redução do desmatamento que a gente teve este ano, uma redução, do ponto de vista de alertas, em 50%.

A gente ainda é o país líder. O segundo país no *ranking* mundial é o Congo, o terceiro é a Indonésia. Provavelmente, a Bolívia deve assumir a segunda posição. Muita gente do Brasil foi para a Bolívia em busca de desmatamento.

Então, assim, a gente tem esse grande desafio aí pela frente.

O mundo inteiro trabalha numa perspectiva de combater algumas grandes crises ambientais, e a maior de todas é a crise das mudanças climáticas.

Essa redução de desmatamento, este ano, coloca o Brasil na condição de ser o país que mais reduziu emissões de gases de efeito estufa. Uma estimativa bem superficial aponta uma redução já de 200 milhões de toneladas de CO₂ equivalente.

A gente tem a crise da biodiversidade, da perda de espécies. A gente tem a crise da poluição, da segurança química, em que o Ibama também atua.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, como palavras iniciais, eram essas. Eu me coloco totalmente à disposição dos senhores para que a gente possa esclarecer qualquer ponto necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Presidente do Ibama, Sr. Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, que fez sua exposição.

Eu pedi permissão do nosso Relator, o Marcio, a quem eu deveria dar a palavra agora, para exibir um vídeo e, a partir daí, fazer algumas perguntas, se não numa forma cronológica, mas pelo menos trazer à baila o que a gente vai tratar aqui.

É o vídeo nº 8. É no interior do Pará – eu não sei se apyterewa ou itatá.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tem as imagens 3 e 4, imagem de jornal resgatada, de 2005, mostrando que esse conflito aí já existia e nunca ninguém procurou solucionar de forma coerente, imagens 3 e 4.

De 2005, eu acho, esse jornal, mostrando que realmente é uma crise anunciada, principalmente em torno do que está acontecendo.

A pergunta então que eu faço, pedindo permissão – nessa imagem não – ao nosso Relator: quem é que pede, que solicita, no Judiciário, a ação dessa desintrusão? Quem é que leva o Judiciário a acionar a Força Nacional para ir até lá, no conflito? É o Ibama, é o ICMBio, é uma ONG?

Alguém pede ao Judiciário. O Judiciário não vai só ele determinar para a Guarda Nacional ir lá. Partiu de algum setor do ICMBio ou Ibama?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Senador Plínio, nesse caso específico da Terra Indígena Apyterewa, existe uma ação judicial que tramita no Supremo Tribunal Federal. Eu não conheço a petição inicial da ação, mas obviamente é uma ação em que nós fomos compelidos a fazer a desintrusão de diversas terras indígenas. Foram dez terras indígenas que estão contempladas.

A Terra Indígena Apyterewa é uma terra indígena que teve um desmatamento de 43 mil hectares. É o maior desmatamento em terra indígena que a gente tem no país.

Por sistema de satélite, imagens de satélite, a gente localizou pelo menos 60 mil cabeças de gado dentro dessa terra indígena. Então, é uma situação que realmente... É uma região que fugiu de controle.

Independente da decisão judicial, da ação judicial, nós temos o dever de ofício de atuar em situações como essa. Então, existe a decisão judicial, a gente tem que cumprir, decisão judicial não se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discute, mas isso não quer dizer que as pessoas devam concordar, mas decisão judicial deve ser cumprida...

Agora, esse é um tema bastante desafiador para a gente, enfim, não tenho dúvida nenhuma em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas é uma decisão judicial provocada pelo Ibama?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Muito provavelmente, nesse caso, não foi uma... Eu, eu...

A medida judicial que resultou na ADPF foi proposta pelo Ministério Público Federal. O Ibama tem autos de infração antigos...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Ministério tomou a atitude sozinho.

O Ministério Público tem que ser provocado, que eu saiba.

Eu só quero dizer isso, Presidente, para perguntar se o Ibama não acompanha e não se sente, até certo ponto, responsável ou pelo menos sensibilizado com esse vídeo que mostrou o gado morrendo, ou seja: o Ibama teria autoridade ou pretende autuar o Governo Federal por crimes de maus-tratos aos animais? Se isso pede uma ação, naturalmente o Ibama não pede uma ação dessa natureza, não é? Ele pede desintrusão para fazer, mas não manda matar gado, não manda prender, e estão matando gado e estão prendendo.

O Ibama pretende tomar alguma medida em relação a isso, a boi, bezerro, galinha, porco, macaco, que estão morrendo por conta do exíguo prazo de desintrusão que foi dado? O Ibama não vai fazer nada? Vai ficar lá, não pretende fazer nada em relação a essas mortes dos animais?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Bem, vamos lá!

Senador, o Ibama notificou todo mundo dentro da terra indígena para que fizessem a retirada antes de a gente entrar e, de fato, iniciar o processo de desintrusão e apreensão do gado existente dentro da terra indígena.

Então, foi dado um prazo; a decisão judicial não é de agora; as pessoas sabiam que, num determinado momento, teriam que retirar o gado...

O Ibama não tem interesse nenhum em que esse animal morra, que esse animal sofra maus-tratos. A lei dos crimes ambientais é muito clara no art. 32, da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, do ponto



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vista de que maus-tratos é infração administrativa, maus-tratos é crime ambiental. Então, nós não temos interesse nenhum de que situações como essa aconteçam.

Houve a notificação. As pessoas acharam que não sairiam de lá, e a gente está hoje nessa situação, que é uma situação de conflito, enfim...

É uma área onde existem invasões antigas e existe uma ocupação muito forte também recente. Então, tem tanto pessoas que ocupavam a área há mais tempo quanto ocupações mais recentes. Como eu disse, nós temos ali 43 mil hectares de áreas desmatadas dentro da terra indígena.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, fica claro, o Ibama não vai tomar nenhuma atitude para denunciar os maus-tratos aos animais. Nessa política, nessa narrativa do império do bem, os animais valem mais do que ser humano, mas nem os animais também vão ser protegidos nessa ação, estão sendo protegidos nessa ação.

Na realidade, o Ibama, a truculência do Ibama não é de hoje. Não é só com o Sr. Agostinho... Ela já vem de muito tempo.

Tem aquela imagem de Altamira, há uns dez... Quando o Ibama toca fogo nas casas, no maquinário. Eu vou resgatá-la para mostrar isso então.

Eu passo a palavra ao nosso Relator, o Senador Marcio Bittar, e, depois, assim que o Marcio liberar, ao Senador Styvenson.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia a todos.

Bom dia, Presidente; bom dia, Styvenson – já nos encontramos hoje bem cedo, pela manhã, na academia, fazendo atividade física –; bom dia, Presidente Agostinho. Sejam bem-vindos o senhor e a – acho que é uma advogada – Karina, que o acompanha.

A minha preocupação... Eu acho que a nossa preocupação, na ONG, não é... Alguém me perguntou: "Vocês vão indiciar alguém, vão quebrar sigilo bancário?". Eu disse: "Não. A questão, fundamentalmente, não é essa". Pelo menos não me parece, até o momento, que seja essa, mas, sim, chamar a atenção do Brasil, pelo menos de uma parte do país, que acha que conhece a Amazônia...

Aliás, eu estava dizendo ontem: a pessoa fala de ecoturismo na Amazônia como se a Amazônia fosse Pirenópolis. Você vai ali, em Pirenópolis, é uma cidade bem aqui pertinho, a 150km, a cidade é uma cidade de 300 anos, bem bonita e tal, bem bacana, tem dezenas, centenas de pousadas, e você fica numa pousada daquela e vai ali, num raio de 15, 20km, você vai para dezenas de cachoeiras. A Amazônia é mais da metade do Brasil. Então, veja como as pessoas falam muito de Amazônia, mas não a conhecem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que me parece óbvio, Presidente Agostinho, é a relação promíscua de ONGs, fundações internacionais, como Rockefeller, Ford, George Soros, países como Noruega, Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Inglaterra, que estão decidindo sobre áreas imensas do Brasil, o que nós podemos ou não podemos fazer. Para mim está clara a relação absolutamente promíscua.

A Ministra do Meio Ambiente vai para o Ministério, em 2003 – vou dar um exemplo –, cria-se o Fundo Amazônia. Aí ela, como Ministra, com o Capobianco – que voltou para o ministério agora e foi um dos fundadores do ISA –, receberam, em dois anos, R\$147 milhões, 80% dos quais é dinheiro de fora, estabelecem as diretrizes e, portanto, para onde pode ir o dinheiro do Fundo Amazônia. E as ONGs ligadas a eles recebem esse dinheiro. Isso, para mim, é uma relação absolutamente promíscua. Como é que países estrangeiros têm esse nível de influência no Brasil?

Agora, um exemplo concreto. Como se não bastasse a SOS Amazônia, que recebeu do Governo do estado R\$ 4 milhões e que agora executa um projeto para o ICMBio, para o Governo Federal, dentro da unidade de preservação total, que é a Serra do Divisor, que muitas pessoas dizem que é uma área que pode receber turistas, mas não vão para lá... A Ministra Marina é um caso, ela é acriana de nascimento. Eu perguntei para as ONGs que vieram aqui: "Respondam-me com honestidade, algum de vocês está indo para a Serra do Divisor fazer turismo?". Ninguém vai. A SOS Amazônia, uma ONG, agora está recebendo dinheiro para fazer um trabalho dentro dessa unidade de conservação, uma unidade que está numa escala que, se tiver pedra... E o Acre não tem pedra. O Acre, para fazer uma estrada, busca pedra brita de Rondônia. De Cruzeiro do Sul a Rondônia, na divisa, vão dar mil e tantos quilômetros. Imaginem o preço que se paga para chegar uma brita dessas. Se tiver pedra na Serra do Divisor, pela categoria da unidade de conservação, nós estamos proibidos de tirar. E agora, a Ministra Marina, com todo o *staff*, acho que inclusive o senhor, foi a Cruzeiro do Sul levar quase R\$35 milhões para uma outra ONG, a Organização dos Povos Indígenas do Juruá.

O que me chama a atenção em todos os relatórios que eu leio é a fluidez. O índio que é o líder dessa organização e que foi quase oito anos Secretário de Estado do Governo Jorge Viana, do PT do Acre, foi denunciado, respondeu a processo, inclusive – parece que se livrou disso –, por estupro. Quando ele fala da função dos R\$34 milhões, é sempre assim: primeiro, é para recuperar a sede da entidade; depois, é para fazer o trabalho de estruturação. É preciso que as pessoas entendam, quem não conhece a Amazônia, o que é que você vai fazer na Amazônia brasileira, que não tem estrada, que não tem porto, que não tem hidrelétrica suficiente, que não tem energia suficiente? Não tem o que fazer. Então, é dinheiro jogado fora. Só não é jogado fora porque a Noruega está pagando pelo nosso silêncio. Ela paga para uma entidade como aquela entrar na Justiça, no Ministério Público Federal, e proibir a nossa ponte, proibir a nossa estrada.

O senhor, a Marina, eu escuto muito, vivem dizendo isso: "Olha, é um tipo de desenvolvimento, nós temos que conciliar uma coisa com a outra". Vocês são contra estradas, rapaz! O Governo do Lula, da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marina, tirou a 319 do mapa, "não pode asfaltar". Ela acabou de dizer, agora há pouco, "pega uma estrada...". Claro, você vai desmatar onde? Onde não tem estrada? Claro que é na estrada. Aí pega o exemplo de uma estrada ou outra estrada, e aí diz assim: "Onde aumentou o desmatamento foi na beira da estrada". É claro, você vai aumentar e fazer um buraco numa colônia onde? A mil metros de uma BR? Claro que não. Agora, como? Vou repetir algo que eu já disse muitas vezes, Chico: a reserva ianomâmi é maior do que Portugal. O que é que as ONGs ensinam dentro de uma reserva dessas se não tem estrada? Não há atividade econômica nenhuma. As entidades que receberam o dinheiro agora do Fundo Amazônia são contra ligar Taumaturgo a Porto Walter e Porto Walter a Cruzeiro do Sul, condenando a região à eterna pobreza, e entraram na Justiça, no Ministério Público Federal, para proibir, e o Ministério Público Federal acatou, a construção de uma ponte sobre o Rio Juruá e a continuidade da BR-364, ligando Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru.

Então, para mim, Presidente Agostinho, eu não preciso ver mais nada para identificar que capitais estrangeiros de fundações internacionais atuam no Brasil de forma que nenhum país delas aceitaria que nós fizéssemos a mesma coisa lá no país delas, jamais. E a hipocrisia é tão grande...

E agora vai ter outra COP, Chico, e eu fico vendo os governos dos estados se preparando, Presidente Agostinho, para prestar conta na COP. Vai lá prestar conta, como o senhor fez aqui agora há pouco: "Olha, nós estamos aqui...", "o crime ambiental nós temos que conter...". Então, vamos para a COP prestar conta para o mundo.

Me desculpe a franqueza, mas eu tenho vergonha desse comportamento de vocês. Eu tenho vergonha disso. Sabe por quê? Porque eles não têm lição para dar para o Brasil. Nós temos lição para dar para eles. E a hipocrisia é tão grande... Eu quero saber se a Marina Silva vai ter coragem, lá em Dubai, de criticar aquele país, que é bilionário, e é bilionário a troco de quê? De petróleo e gás. Eu tenho dúvida se vocês de fato acreditam que o CO₂ é o vilão, porque, se vocês acreditam que o CO₂ é o vilão, então o vilão é a China, e ninguém critica a China. A China não está eleita como vilão da humanidade. Me parece que é uma potência econômica que faz, que também não liga... Se alguém falar ou deixar de falar, vai dar no mesmo.

A Alemanha é preocupada com o CO₂? Se ela fosse preocupada com o CO₂, ela não estaria queimando carvão este ano.

A Noruega é preocupada com o CO₂? Ela mandou aumentar a extração de petróleo no Mar do Norte.

A Inglaterra é preocupada com o CO₂? Ela soltou cem novas licenças de extração de petróleo.

Os Estados Unidos, o Joe Biden mandou tirar petróleo de novo no Alasca, como fez o Barack Obama.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui a Nova York. Lembrei muito do Plínio, porque, de fato, é preciso ter estômago.

Então, o Brasil, de novo... Eu vou falar disto hoje à tarde, na tribuna do Senado. O Brasil vai de novo lá, Governadores, prestar conta, dizer o que estão fazendo para conter. E eu queria saber... Se eu tiver estômago, eu vou acabar indo para ela. Eu queria ver, porque eu estive em Nova York... Eu assisti a uma alemã, da área ambiental da Alemanha, falar de meio ambiente do planeta, menos da Alemanha, que está aumentando a missão de CO₂. Calou a boca, não falou nada, e nem o Brasil criticou.

Eu vi, na mesma semana, a Inglaterra, de que o príncipe, que o rei disse ao Presidente do Brasil "cuide da Amazônia!". E se o Brasil tivesse, perdão, vergonha, hombridade, diria para ele: "Cuide vocês da Inglaterra, porque vocês não sabem sequer o que é APP". Sabem, mas não praticam, quanto mais Reserva Legal. E mandou soltar. Na mesma semana, o que disse a Inglaterra? "Nós não vamos cumprir as metas estabelecidas nas COPs." As metas são para o Brasil cumprir, é para os países pobres que ela as mencionou – o Brasil, o Congo –, e não é para a Inglaterra cumprir. Na Semana do Meio Ambiente, em Nova Iorque, ela anunciou que não vai cumprir as metas que ela própria ajudou a estabelecer, como fez a França, que não cumpriu aquilo que foi tratado na COP de Paris.

Então, para mim, Presidente...

E aí há uma outra armadilha. Quando você vai questionar o Ibama, o ICMBio, a resposta sempre é a mesma: "Nós precisamos cumprir a lei." Primeiro, vamos ser sinceros: esse arcabouço que foi construído no Congresso Nacional foi uma armadilha de que os povos da Amazônia não tiveram condições de participar. Eu leio sobre isso. As ONGs financiadas... A Embaixada da Noruega fazia – e deve continuar fazendo – reuniões com órgão estatal da Noruega financiando ONGs para influenciar a nossa Constituição. Então se criou uma quantidade de leis no Snuc que hoje é uma armadilha.

Esse povo que mora na Amazônia, quase 28 milhões de pessoas, foi pego no contrapé. Eles não foram consultados. Consultadas são as ONGs. Quem é que tem tempo? Quem é que tem dinheiro para ir para reunião, para se deslocar na Amazônia, que é um universo? Nós fomos para o Amazonas e houve pessoas que para ir nos ver demoraram 14 dias! Foram 14 dias para chegar! Então, quando se diz assim: "Nós consultamos..." Consultou o militante, aquele que tem recurso numa ONG para poder pagar uma passagem de avião, para poder ter um carro. Mas a verdade é que esses milhões de brasileiros foram pegos de surpresa. E mesmo assim, mesmo assim, quando se percebe na prática que a lei não funcionou, muda-se a lei. Mas o Governo não quer mudar essa lei: os entes não podem explorar o seu subsolo e vivem miseravelmente, vivem pobres, porque não podem usar o seu subsolo. Não podem transformar uma parte da sua reserva em agronegócio, porque senão vão pegar multas, vão pegar processos.

É como a única experiência que nós temos no Mato Grosso, de que eles têm receio até de falar. Disseram isto lá, eles disseram isto: que estavam medindo as palavras. Por quê? Porque não têm como



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acessar crédito, porque não são donos da terra, não podem vender para fora, e acabam tendo que vender para atravessador no mar total da insegurança.

É a mesma coisa: não deu certo para o índio, que continua pobre. Tirando o índio cacique, que recebe o dinheiro, como recebeu lá agora – R\$34 milhões –, que vão passar a receber, a realidade do índio é de pobreza, é de miséria, é de escassez. Com as reservas extrativistas é a mesma coisa. Eu disse e vou repetir: você pergunta para o acriano se ele quer o filho seringueiro extrativista e ele vai dizer que não. Pergunta para ele se ele quer se formar e ser seringueiro extrativista. Ele vai dizer que não. Pergunta se ele deseja se formar e levar os pais para o seringal extrativista. Ele vai dizer que não! Ou seja, é uma atividade desumana você ficar no meio da floresta, longe de um posto de saúde, longe de uma escola, longe de um acesso, vendo parentes seus morrerem, como eu já vi, porque não tem tempo de levá-lo para a cidade! Tem que levar na rede, porque, na maior parte do tempo, a estrada fecha e, mesmo quando ela é aberta, como nós vimos na Reserva Chico Mendes, não passa carro, não tem ônibus. Então, a gente assiste a mesma coisa que assistia anos atrás.

Então, se a lei não está funcionando, qual é a proposta da Ministra Guajajara lá em Cruzeiro do Sul? "Vamos criar mais reserva". Amigo, não resolveu o que tem! O Brasil tem 14% do seu território nacional em reserva indígena. Sabe do que o índio precisa? Ganhar independência verdadeira, deixar de ser tutelado por ONGs bancadas pelo capital externo, poder explorar seu subsolo. É disso que eles precisam.

Agora, a outra coisa, para terminar essa exposição, Sr. Agostinho, que me chama atenção quando eu escuto o que eu escutei do senhor, da Marina, do ICMBio, é impressionante como é que o Brasil vai, com uma força avassaladora – desintrusão –, vai tirar todo mundo na marra. Agora, ali não tem ninguém rico – não tem ninguém rico. É tudo pobre. Você vê pelas roupas. Você vê pela vestimenta. Nos seringais, por exemplo, que foram modelo para os outros, não para quem prega, como disse uma Deputada no Acre, na sessão da CPI, quantas vezes a gente sobe o barranco do rio e a mulher não sai do quarto para nos atender? Sabe por que ela não sai do quarto? Porque ela não tem uma roupa que não tenha buraco. Essa é a realidade da Amazônia! Essa é a realidade que a gente assiste!

Eu também nasci em São Paulo, Presidente. Eu nasci em Franca, uma terra rica, como é Bauru, que o senhor teve o privilégio de governar por dois mandatos, mas, por onde eu ando, eu não consigo, por mais que eu queira, eu não consigo tirar as imagens da Amazônia da minha cabeça. Não saem! Eu vou para qualquer lugar, eu vejo vocês falando que cinco ONGs passaram por aqui, pegaram R\$2 bilhões! Para onde foi esse dinheiro? Que finalidade...

Ele vai... Como... Agora, por exemplo... "A Alemanha nos deu 100 milhões". É para calar a boca. Você pega dinheiro de um país e diz que ele está queimando carvão? Claro que não!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí você não vê essa força do Estado brasileiro lutando contra o narcotráfico. Aí você não vê. Mas quando é para promover a desintrusão de pessoas humildes, pobres, que não têm alternativa para onde ir, aí você vai ver Ibama, ICMBio, Polícia Federal, Ministério Público, toda a força do Estado brasileiro oprimindo essas pessoas! Mas contra o narcotráfico, que se instalou na Amazônia, que hoje emprega mais, em vários municípios da Amazônia do que a Prefeitura, do que o órgão público, que era o primeiro maior empregador da Amazônia...

Então, para mim, o que fica claro, cada vez mais: os países estrangeiros pagam, financiam ONGs, no Brasil, para travar o nosso desenvolvimento. Eu tenho... Esse é o tema que mais me comove e que mais me causa indignação. Eu não vejo como é que brasileiros aceitam isso que nós aceitamos na Amazônia? E eu sou do Acre, paulista de nascimento, mas sou acreano.

O Acre deu a possibilidade à Marina, a Jorge Viana, e disse o seguinte: "Tome, aplique a sua fórmula". Vocês não dizem que tem outra fórmula, que, em harmonia com o meio ambiente, etc... Tome. Pegaram o Governo do Estado, os três Senadores, a ONU, as instituições internacionais, tudo do mesmo lado. Trinta anos depois, entregaram o Acre mais pobre e muito mais violento.

Então, a história de... Não, por exemplo, a SOS Amazônia, uma que tem dinheiro de... uma ONG que é financiada... E sempre é assim – eu conheço isso há 40 anos –: vocês são contra a estrada que ligará, ou que pode ligar, a Santa Rosa do Purus a Manoel Urbano? "Não, nós não somos contra, é que nós precisamos fazer um estudo", e esse estudo não acaba nunca. Esse estudo não acaba nunca.

É como a licença. O Estado tem prazo para dar licença ambiental? Tem, mas ao não cumprir, acontece alguma coisa? Não. Então, não tem prazo. Então, na prática, não existe prazo. Na prática, ele faz quando ele quer, e aí as pessoas, como na Reserva Chico Mendes, por exemplo, se sentem escravizadas. Porque está lá no ICMBio, as pessoas pedem licença para construir uma escola, tem quatro anos que o ICMBio não dá e não sofre consequência nenhuma disso.

Então, Sr. Presidente, Presidente do Ibama, eu costumava dizer... Eu não sei se isso o orgulha. O senhor disse que tem orgulho, já trabalhou no Ibama e tal. Eu não sei se eu teria esse orgulho, porque, na Amazônia, na área rural, se você chegar de madrugada, sem avisar e gritar "Ibama!", quem tiver problema cardíaco talvez não acorde, porque é o órgão que mete medo, pavor. Você falar de Ibama no interior da Amazônia, falar de ICMBio no interior da Amazônia é uma coisa que causa pânico, causa pavor.

Vou terminar pelas palavras do Plínio. O morador da Amazônia conhece muito a mão forte do Estado: "Não pode! Não pode!". Nas ele não conhece a mão do Estado que diga: "Vamos por aqui, essa aqui é a alternativa". Sempre fica no proselitismo, sempre fica na retórica. Tem 50 anos e isso não acontece.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para mim, não é um caso de polícia. Para mim é um caso claro, flagrante, de interesses de fundações – como a Rockefeller, como a Fundação Ford, como a George Soros – e países – como Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, etc. – pagando ONGs no Brasil para determinar a política pública aqui no território nacional, e com conivência de um monte de gente da política, etc.

O Presidente do ICMBio, que esteve aqui na semana passada, foi indicado ao cargo por uma comissão formada por dirigentes de ONGs. A indicação de V. Sa. ao cargo de Presidente do Ibama se deu de forma parecida? Ou seja, houve indicação, apoioamento de uma ou mais ONGs?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Para expor.) – Senador Marcio Bittar, eu não tenho conhecimento de nenhuma instituição que tenha indicado o meu nome.

Eu tenho um currículo vasto na área ambiental: eu fiz mestrado em Ciência e Tecnologia, com ênfase em Biologia da Conservação, Ecologia; tenho pós-graduação em Botânica, em Zoologia, em Ecologia; tenho pós-graduação em Climatologia; tenho pós-graduação em Gestão Estratégica.

Eu tenho um longo currículo na área ambiental: fui secretário municipal do meio ambiente, fui Vereador por dois mandatos, fui Prefeito por dois mandatos, fui Deputado Federal um mandato. Eu não tenho dúvida de que eu tenho o currículo necessário para estar no cargo que estou.

Eu não tenho conhecimento de que alguma instituição tenha indicado meu nome, não sei exatamente se houve alguma indicação formal do meu nome à Ministra, mas o meu cargo foi uma nomeação, é um cargo de confiança da Ministra Marina Silva.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – O senhor merece o meu respeito, o seu currículo merece o meu respeito. Eu só digo ao senhor que há muitos anos deixei de me impressionar com currículo porque tem de tudo, tem cientista que apoiou, apoia Maduro, apoia Cuba, apoiou Stalin, apoiou Hitler, tem de todo jeito, e quando a gente pega nossas universidades, nosso ensino e vê o *ranking* que eles estão, um país que gasta 6,5% do PIB, que é mais do que a média de toda Europa Ocidental, e está entre os 20 piores países do mundo, então o senhor me perdoe. Eu respeito, o senhor merece todo respeito e consideração, tenho respeito por isso, mas isso não me impressiona. Eu sou rodeado, inclusive, de irmãs com doutorado, pós-doutorado, morou na Itália, na Inglaterra, etc., e, na brincadeira com as minhas irmãs, eu digo a elas: o mestrado que vocês fizeram, o doutorado que vocês fizeram, no Mato Grosso do Sul, que vive de agronegócio, contribuiu para quê? Aliás, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul tem o que a ver com o fato de que a Região Centro-Oeste explodiu no agronegócio? Nada, mas está lá um monte de gente com currículo invejável.

V. Sa. trabalhou no Instituto – se eu pronunciar errado, o senhor me corrija – Arapyaú, conhecida ONG que atua no ramo ambientalista, financiada inteiramente, em 2022, pelo grupo Maraé, pertencente a Guilherme Leal. Guilherme Leal, do grupo Natura, foi cofundador do grupo Natura, que inclusive foi o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vice da candidata Marina Silva em 2010, como também foi, e não é pecado nenhum, fez curso, pelo menos é a informação que eu tenho, fez curso financiado pela Fundação Rockefeller.

Além do Instituto Arapyáú, V. Sa. trabalhou em mais alguma ONG, se trabalhou, o senhor pode citar o nome?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Senador, na minha adolescência, eu atuei em instituições da sociedade civil, totalmente como voluntário, eu tinha um interesse muito grande na recuperação ambiental da minha região, trabalhei com educação ambiental como voluntário, trabalhei com animais em fauna também como voluntário. Muitas vezes, para quem é apaixonado pelo meio ambiente, a área que tem para você poder atuar são as entidades da sociedade civil, mas eu sempre atuei de forma voluntária, até que, com 22 anos de idade, eu assumi o cargo de Vereador na minha cidade. Na época, eu presidia, também voluntariamente, uma instituição local que atuava na área ambiental. Então, de entidade ambientalista, eu nunca recebi nenhum valor econômico – nunca recebi nenhum valor econômico. Aí fui Vereador dois mandatos, fui secretário de meio ambiente, fui Prefeito por dois mandatos, terminei meu mandato de Prefeito em 2016, e aí eu recebi convite para trabalhar numa instituição de filantropia, que não trabalha apenas na área ambiental, não é uma entidade ambientalista, é uma instituição que trabalha com filantropia em várias áreas, e eu assumi a gerência de cidades.

Lá eu coordenei, que é o Instituto Arapyáú, lá eu coordenei projetos, planos de desenvolvimento econômico sustentável para cidades, de Curitiba, Três Lagoas, Sobral, enfim, várias cidades brasileiras que estavam recebendo recursos para a elaboração de seus planejamentos estratégicos. Então, eu trabalhei no Instituto Arapyáú, sendo gerente de cidades, com a temática de cidades. Essa é a minha participação na sociedade civil. Eu fiquei um pouco mais de um ano no Instituto Arapyáú e logo em seguida saí, para poder me dedicar à campanha para Deputado Federal.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Na sua *expertise* é possível que ONGs ou financiadores delas consigam influenciar na indicação ou determinar que alguém seja indicado a algum cargo no Ministério do Meio Ambiente e nas autarquias ligadas a ele?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Eu não posso falar, Senador, pela Ministra. Eu posso falar sobre a minha atuação dentro do Ibama.

Agora, eu acho que é do processo democrático, quem está à frente de um ministério, de uma secretaria... É do jogo democrático que as pessoas acolham indicações, sugestões políticas para os cargos de livre nomeação, de livre provimento. Então é natural que isso aconteça. No caso específico do Ibama, o Ibama tem cinco cargos de diretores. Os cinco diretores são servidores de carreira da instituição, e um deles é servidor de carreira da Polícia Federal. Então, todos eles são servidores de carreira. Infelizmente –



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu falo isso com muita tranquilidade –, infelizmente eu não consegui levar ninguém da minha estrutura, do meu mandato de Deputado, da minha equipe. Eu não consegui levar ninguém para trabalhar no Ibama. Na estrutura hoje do Ibama, quase que 100% dela, os cargos são apenas para provimento dentro da própria casa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Mas o senhor tem conhecimento que, no caso específico do ICMBio, a Ministra Marina criou uma comissão do terceiro setor para fazer a indicação. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – O ICMBio, quando foi criado em 2007... Eu falo isso com muita tranquilidade, porque naquela época eu cheguei a me manifestar publicamente – a Ministra sabe disso – contrário à divisão entre Ibama e ICMBio.

Existia um entendimento muito forte dentro dos servidores do Ibama de que a gente estaria enfraquecendo a instituição. Tempos depois, essa estratégia se mostrou uma estratégia acertada, de você tirar a gestão das unidades de conservação e os programas de pesquisa de dentro da estrutura do Ibama. Mas existe uma tradição dentro do ICMBio de se buscar um consenso com a sociedade, de quem seria a melhor indicação.

O servidor público federal Mauro Pires é uma das pessoas mais brilhantes que eu conheço na área ambiental, é um servidor de carreira. Na comissão que escolheu o nome dele, a gente tinha ali ex-ministros, ex-presidentes do Ibama, a gente não tinha apenas pessoas da sociedade civil. O ex-Ministro José Carlos Carvalho foi Ministro do Meio Ambiente, por exemplo, do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Então, ali a gente teve um quadro muito seletivo de pessoas da sociedade, e acabaram indicando três nomes para a Ministra Marina Silva, e um deles foi o nome do servidor público federal Mauro Pires.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Ou seja, o senhor tem conhecimento que na indicação do ICMBio, por tradição – enfim, isso não importa, na ordem dos fatores, isso não importa, mas o senhor tem conhecimento –, que, no caso do ICMBio, houve uma consulta a um grupo de notáveis do terceiro setor, tem conhecimento disso.

O senhor não acha que há uma pequena hipocrisia nisso? Quando a gente faz essa pergunta ao próprio Presidente do ICMBio, que aqui esteve, ele diz a mesma coisa que o senhor: "Não, porque é uma consulta, isso é uma questão democrática, etc." Mas imagina se você reunisse... E, quando o senhor menciona que teve pessoas do Fernando Henrique Cardoso, nessa questão sobre a Amazônia, o único Presidente do Brasil que foi um pingô fora da curva chama-se Jair Bolsonaro. Os outros todos são iguais, fazem parte das mesmas ONGs, incentivam as mesmas ONGs. Fernando Henrique Cardoso foi o Governo que criou o Snuc – e, repito, a população da Amazônia não teve conhecimento disso. Foi criado aqui, com pressão de ONGs, com pressão de organismos internacionais financiando ONGs.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a consulta é democrática quando ela é feita por vocês, aí ela é democrática, e nós temos que respeitar. Agora, imagina se fosse o contrário: você, num conselho desses, num outro governo, com outro ministro, chamasse para ocupar um grupo desse, que vai optar sobre a lista tríplice, que, depois, vai dar ao ministro ou à ministra a escolha, imagina que fosse composta por todos eles, pessoas que querem as estradas da Amazônia, que querem os portos da Amazônia, que querem as licenças para os indígenas poderem explorar seu subsolo. Com certeza, isso seria dado pela esquerda, na mídia, como um escândalo, como se estivéssemos instrumentalizando o órgão.

Então, eu acho que há dois pesos e duas medidas, porque, quando é de vocês, é democrático, a consulta é democrática; mas, se não fossem pessoas que pensassem igual a vocês, aí não seria democrático, aí não seriam chamados.

É como lá no Juruá, onde vocês foram agora. Lá tem uma entidade, que foi criada... Não sei nem se ela está legalizada, porque eu não sei nem se eles tiveram como fazer isso. Existe, não sei se legalmente, mas ela existe. É da sociedade civil pró-ponte e pró ligação de Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru. Pergunta se ela vai ter financiamento. Não vai ter. O líder, o cacique, que vive muito bem, viaja o mundo inteiro inclusive, que é o chefe daquela organização, que recebeu agora R\$34 milhões, só recebeu porque ele comunga da mesma agenda que vocês. Se, porventura, ele se colocasse como morador da região, levando em conta a aspiração da própria comunidade que ele diz representar, se ele fosse a favor da estrada que liga Thaumaturgo, Posto Walter, Cruzeiro do Sul, se ele fosse a favor da ponte sobre o Rio Juruá e da continuidade da BR-364, de Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru, que não tem outra alternativa para aquela região... Aquela região estará eternizada como pobre se ela continuar isolada num canto de parede como ela está. É condenação à pobreza eterna.

Se aquela ONG defendesse essa agenda, jamais ela receberia R\$34 milhões, que passa pelo BNDES, mas é da Noruega. O BNDES é só o carimbador. Quem decide são as comissões que estão lá dentro, uma do terceiro setor e a outra dos órgãos governamentais, todos eles instrumentalizados. Então, eu acho que são dois pesos e duas medidas: quando é o Governo, esses órgãos, todos eles ligados uns aos outros, aí é democracia; se chama o outro setor, aí não, aí vai ver que é um escândalo, não é?

Uma das razões alegadas pelo Ibama para negar, pelo menos por enquanto, a licença para a prospecção de petróleo da costa do Amapá é a existência de corais na região. A suposta existência desses corais foi atestada pelo Greenpeace, no entanto um pesquisador da Universidade Federal do Pará já comprovou que essa é uma afirmação mentirosa.

Por que o Ibama prefere acreditar em uma ONG internacional, e também teve 80 ONGs que assinaram um documento pedindo para não soltar a licença – 80 ONGs –, em detrimento de um pesquisador brasileiro e da realidade da própria região?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Bem, vamos lá, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre as razões, entre os motivos técnicos para negativa do licenciamento ambiental do lote Foz 059, em que a empreendedora é a Petrobras, não consta a questão dos corais. Os corais, de fato, existem; eles estão lá e foram detectados, a primeira vez, em trabalhos científicos nos anos 70, mas eles estão instalados... A faixa onde existem esses corais é uma faixa muito próxima da costa. É uma faixa onde, no passado, ocorreram quase cem perfurações, naquele local. A Petrobras, no passado, já buscou petróleo naquela região, nós tivemos quase cem perfurações; eram perfurações muito próximas da costa, algumas delas nas regiões onde estão esses bancos de corais.

As razões pelas quais – isso está na nota técnica... As razões são outras, as razões são inúmeras inconsistências que foram encontradas no Plano de Emergência Individual, nas modelagens hidrodinâmicas daquela região, no Plano de Comunicação Social e numa série de outros pontos, que o Ibama aponta que poderiam ter sido esclarecidos se a gente tivesse para aquela região um estudo um pouco mais amplo.

A Petrobras é um orgulho dos brasileiros, é a instituição que mais recebe licenças do Ibama. A última...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Multas também.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – E de multas também. As últimas licenças que a Petrobras recebeu do Ibama são na costa do Rio Grande do Norte, na região também conhecida como Margem Equatorial.

O Ibama está licenciando pra Petrobras a Fase 4 do pré-sal, em que estão previstas cerca de quase 2 mil perfurações de petróleo. Neste momento, o Ibama está analisando quase cem processos de exploração de petróleo. A Petrobras fez um pedido de reconsideração, esse pedido está sendo analisado, novos estudos foram apresentados pela Petrobras.

De maneira muito clara, um dos pontos centrais dessa história é que, apesar de a gente estar falando de algo que está distante, algo em torno de 180 quilômetros da costa brasileira, se a gente for medir o ponto do poço da perfuração de exploração do Município de Oiapoque, toda a base logística de socorro, de atendimento a um eventual acidente foi colocada em Belém. E a gente entende que a gente estaria colocando um eventual atendimento a uma emergência a pelo menos 48 horas de barco de Belém, e essa é uma situação que, para o Ibama, é uma situação muito complicada.

Então, o Ibama continua analisando o pedido da Petrobras. Não foi por conta dos corais, não foi por conta do Greenpeace. Os corais de fato existem....

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Então, o senhor não nega que eles pediram.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – A sociedade civil é livre para se manifestar a favor ou contra qualquer tipo de empreendimento, eu acho que isso faz parte da nossa democracia. Agora, o Ibama...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Claro, não, só... Me perdoe, claro, eu lutei contra a ditadura militar, então todo mundo tem livre manifestação, embora hoje no Brasil tenha os que podem e os que não podem.

Agora há pouco acabei...

Enfim, têm uns que podem e uns que não podem. Mas a questão não é essa. A questão é um Greenpeace emitir uma opinião tão peculiar na política nacional. Poder falar ele pode. Agora imagina a Petrobras ir à Inglaterra emitir ou uma ONG brasileira ir à Inglaterra fazer crítica ao Governo da Inglaterra, do Reino Unido, que autorizou agora novas cem licitações... Licitações não; perfurações de petróleo? Não estou querendo tampar a boca de ninguém, não. O Greenpeace se posiciona, e eu diria ao Greenpeace: cuide do seu terreiro – eu diria – que do Brasil cuidamos nós. Ninguém quer tampar a boca de ninguém, não. Mas o Greenpeace, que é uma ONG internacional, participa ativamente e emitiu opinião contrária a que o Ibama fornecesse a licença e outras 80 ONGs.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – O Ibama atua de maneira bastante impessoal. Algo que eu já disse, inclusive aqui no Senado, foi que o Ibama não faz política energética. Então não é o Ibama que vai decidir se vai ter petróleo aqui ou ali. O Ibama analisa os estudos, analisa as situações. Diferente da costa da Bacia de Campos, da Bacia de Santos, onde estão mais de 90% da produção de petróleo brasileira e todo o pré-sal.

Ao longo da costa das Bacias de Campos e de Santos, a gente tem praias de areia, que é muito mais fácil você recolher com uma pá, enfim, em um eventual acidente, uma mancha de petróleo, enfim. O Ibama tem um setor de emergências ambientais, e no ano inteiro a gente atende eventuais situações como essa.

Naquela costa da Foz do Amazonas, conhecida como Foz do Amazonas, enfim, uma área sob influência da maior bacia fluvial do mundo, a costa é toda entrecortada por áreas de manguezais. Então o Ibama, de fato, é mais exigente por conta da situação que a gente tem no local. Agora, isso não quer dizer que o Ibama vai aprovar ou deixar de aprovar. O Ibama vai analisar tecnicamente, deve emitir opinião, independentemente das manifestações da sociedade. Essa é a garantia que eu posso deixar para vocês.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu já vi fazendo essa resposta, argumentando que o Ibama age pela questão técnica e tal. Mas ele colocou na Presidência alguém com uma carreira política, que vem de dois mandatos de Vereador, de dois mandatos de Prefeito e um mandato de Deputado Federal. Então é impossível separar uma coisa da outra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A costa do Amapá, que o senhor já falou que fica quase a 180 quilômetros da costa do Amapá e a mais ou menos 500 quilômetros da Foz do Amazonas, há uma diferença muito grande entre essa região e a região das Guianas? Entre a Guiana e a Guiana Francesa? Se o senhor tem conhecimento, não é?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Eu tenho conhecimento empírico. Eu não me debrucei sobre nenhum estudo ambiental sobre a biodiversidade dessa região. O que eu posso dizer é que é uma das regiões com maior biodiversidade costeira no mundo. Faltam informações sobre a biodiversidade nesse local. É um ambiente bastante sensível, é um ambiente bastante hostil.

Na última tentativa de exploração de petróleo desse lugar feita pela Petrobras, a Petrobras perdeu a sonda. As correntes marinhas empurraram o equipamento de exploração, e a sonda se rompeu. Poderia ter acontecido um acidente muito grave, e a Petrobras conseguiu conter. A Petrobras demorou dias para localizar aonde a sonda foi parar. Então, assim, já existe um histórico na região. Então, por isso, toda a precaução e a prevenção das equipes técnicas do Ibama.

Como eu já disse, o Ibama continua analisando e, num determinado momento, poderá chegar a uma conclusão.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – As informações que a gente tem são de que a região não é muito diferente. É uma região onde o Ibama, por enquanto, negou a licença; pode reverter isso, com os estudos que pediu. Não seria muito diferente lá da Guiana – que foi Guiana Inglesa e hoje é um país – e da Guiana Francesa.

Só para vocês terem uma ideia, hoje, é o país cujo PIB mais cresceu no mundo. Eles tinham... A renda *per capita* era de US\$11 mil, em 2015, e passou para US\$60 mil agora. Quer dizer, é o país que mais cresceu. Então, eles tiram.

Agora, é incrível que aquele que foi recebido no Brasil... Por isso é que eu disse que a democracia, hoje, no Brasil, está meio relativizada, Sr. Agostinho. Há aqueles que podem falar e os que não podem falar. Se o Presidente do Brasil, que é da esquerda, recebe o Maduro aqui, um ditador que, agora, está ameaçando, inclusive, fazer um plebiscito no seu país, para decidir se entra em guerra com a Guiana, que é um país independente... Então, ele é recebido com honras de Estado... Isso pode acontecer.

O que chama atenção, além da Guiana, que foi a Guiana Inglesa, é que ela está tirando, e tudo indica que é, mais ou menos – mais ou menos –, a mesma região, não teria tanta diferença entre uma coisa e outra. Eles estão podendo fazer isso, e nós, por enquanto, lá, na costa do Amapá, não podemos ainda.

Sr. Agostinho, eu vejo muito... e o senhor mesmo falou, agora há pouco, das queimadas na Amazônia brasileira, o que é uma verdade, como é verdade a queimada no Canadá, e nem por isso ninguém faz movimento internacional para relativizar a soberania do Canadá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, outra pessoa que eu vi, na Semana de Nova York do Clima, foi um canadense, do lugar do fogo, que falou do meio ambiente e do planeta, menos do Canadá. Eu pensei que ele fosse até dar uma... Como eles mentem sempre, não é? Prometem 100 bilhões e não dão nada, dão migalha e tal. Podia... Eu pensei que ele ia, pelo menos... "Ah, ano que vem, nós vamos fazer alguma coisa..." Não, não falaram nada! É como se não existisse o fogo que atingiu mais de cem milhões de pessoas. Foi tão grande a fumaça que cidades como Washington e Nova York foram encobertas. A fumaça atravessou o oceano, mas, sobre isso, as ONGs que atuam no Brasil e o senhor mesmo, que já prestou serviço voluntário para ONGs como a Natura...

A Natura faz parte de um grupo de ONGs que sabe que a sua ação não resolve o problema de ninguém, mas é uma coisa pontual, é um nicho. Na verdade – aí, claro, é uma interpretação –, são algumas empresas que sabem que associar o seu nome à causa verde é bom resultado econômico, porque há as pessoas que associam o nome à causa ambiental, à causa verde, porque isso é bom para a economia e para a venda dos seus produtos. Quando você vai na Amazônia, você vai ver que efeito teve a ação, não é nada, são nichos apenas e mais nada.

Mas sobre a contenção do fogo, o senhor deve ter conhecimento, porque já trabalhou no Ibama, lá atrás, e, agora, voltou, como seu Presidente, o senhor tem noção de que o grande proprietário, aquele que está documentado legalmente, dificilmente vai fazer um fogo ilegal?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Nos nossos estudos, a gente tem hoje um sistema bastante avançado – deixo aqui o convite para quem quiser conhecer –, a gente tem um sistema chamado Sisfogo. No Sisfogo, a gente cruza os dados, a gente vai cruzando várias camadas de imagens.

O último dado que a gente teve é que 73% se deu em áreas desmatadas. Então, a área está desmatada, só que a floresta tende a regenerar. As pessoas muitas vezes usam o fogo para abrir as áreas. Então, o fogo vai degradando a floresta. Isso vai matando as árvores.

O que a gente tem é que a maior parte do desmatamento se dá em áreas de desmatamento. E na Amazônia, infelizmente, quase todo desmatamento é ilegal. Em alguns estados da Amazônia, o processo de regularização fundiária avançou mais do que em outros.

Vou dar um exemplo. No caso do Mato Grosso, uma boa parte do desmatamento do Mato Grosso se dá com licença do órgão ambiental. Em outros estados, a maior parte são glebas federais e aí o desmatamento acontece sem autorização e, por conseguinte, o fogo também acaba sendo uma situação de ilegalidade.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Não, a pergunta não foi essa, Sr. Agostinho. A pergunta é se o senhor tem noção...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, por falar em regularização fundiária, na Amazônia a Ministra Marina Silva é contra. Já disse isso textualmente numa reunião em que o senhor estava inclusive. Aliás, não ela pessoalmente, mas o Capobianco. Porque eles acham que a regularização fundiária na Amazônia vai contribuir para o aumento do desmatamento e da queima.

Então... mas a pergunta que eu lhe fiz é se o senhor tem noção de que o grande proprietário, porque ele é muito demonizado... A esquerda vive do sistema, mas adora criticar o sistema. E aí, demoniza o fazendeiro. Então, eu estou lhe perguntando seguinte: o senhor tem noção de que o grande proprietário na Amazônia, que está legalizado, que tem documento, dificilmente vai botar fogo na sua propriedade?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Essa é uma informação que faz muito sentido. A pessoa que tem título sabe que vai ser responsabilizada.

Hoje, com a utilização de imagens de satélite, a gente faz os cruzamentos com as bases cadastrais, os cartórios estão sendo digitalizados em todo o Brasil, existe o Cadastro Ambiental Rural. Então, quem tem título obviamente vai evitar esse tipo de situação, mas também tem aquele que tem título e acaba sendo vítima do vizinho.

Então, a gente tem todo o tipo de situação. Eu falo isso com muita tranquilidade porque a gente recebe proprietários rurais o tempo todo no Ibama que vêm apresentar as suas condições, as diferentes situações que a gente tem.

A gente está tendo muito fogo inclusive em floresta degradada, o que é uma situação também bastante peculiar. Então, essa é uma situação que de fato vem acontecendo.

Eu queria apenas falar mais um ponto em relação a isso. Uma das estratégias que está no PPCDam, que é o Plano de Prevenção e combate ao Desmatamento da Amazônia, é a regularização fundiária. Então, isso está dentro do PPCDam, é uma das estratégias.

O que obviamente a gente fica tentando evitar é a contínua ocupação das glebas públicas federais. A gente sabe que muitas pessoas foram para a Amazônia ano passado, foram chamadas pelo poder público para ocupar determinadas áreas e existem áreas que de fato precisam ser regularizadas.

O que a gente precisa obviamente é das regras adequadas para que não seja um contínuo processo de ocupação de terra pública federal, um contínuo processo de desapropriação de um bem que é de todos nós, que são as terras públicas federais.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Mas, quando é o MST que invade, inclusive propriedade privada, documentada, etc. e tal, aí a mídia e a esquerda de forma geral, que o protegem, são parceiros de atividade – aliás, viaja com o Presidente da República pelo mundo afora, propondo negócios –, aí é uma terra que tem que ter o fim social.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quando um pobre coitado da Amazônia, para sobreviver – as fotos dizem por si só, os vídeos dizem por si só, a vestimenta, a casa; são pobres lutando para sobreviver –, aí ele se se choca com o império da lei; aí é um contraventor.

Mas o senhor respondeu à pergunta, e é isso. Só que, com relação à regularização fundiária, ela está na escrita, como estão outras coisas que nunca acontecem. O fato é que a Ministra Marina Silva, assim como seu secretário-executivo, entende que a regularização fundiária na Amazônia contribuiria para o aumento do fogo e da queimada, o que eu acho uma imbecilidade, com que o senhor mesmo concordou. Como é que o grande proprietário vai colocar fogo na sua fazenda? Ele sabe que vai ser pego. Ele não tem como escapar.

E a outra coisa é o seguinte: imagine um sujeito, como aqui meu amigo Jaime, que gastou suor e tem uma plantação de soja. Quando ela estiver pronta, você vai lá e bota fogo? Claro que não! Você vai colocar fogo no seu pasto? Vai colocar o gado onde? Na cabeça? Claro que não.

Por que eu fiz essa pergunta, Presidente? Porque quem utiliza o fogo é o pequeno proprietário rural. Por quê? Porque ele não tem escala.

Eu não estou falando aqui do bandido, bandido é contra a lei e tal. Estou falando do pequeno proprietário rural, que não sabe o que é dinheiro no bolso, porque não tem. Então, ele usa esse instrumento, porque... Você vai falar para o pequeno proprietário – são mais ou menos 1 milhão de pequenos proprietários rurais da Amazônia –, vai dizer para um produtor desses – para ele – mecanizar a sua terra? Você está xingando ele. Não existe possibilidade no mundo, ele não tem recurso para isso.

Então, o pequeno proprietário, por falta de outra alternativa, ele acaba encoivarando – do que a gente chama isso na Amazônia – e queima para limpar a sua terra, para poder plantar de novo.

Então, a pergunta é a seguinte: Existe...

Porque eu imaginei que, quando a Ministra Marina foi para a pasta na primeira vez, eu imaginei que ela faria uma campanha internacional para arrecadar dinheiro, porque ela sabe que o pequeno produtor rural põe fogo porque não tem alternativa; e, se você quer ajudar a conter fogo na Amazônia, se isso não é só um discurso, se isso é verdade, esse pequeno proprietário rural tem que ter a ajuda do Estado. Ele não tem como resolver sozinho.

Então, eu imaginava, lá em 2003, que a Ministra iria promover, pelo prestígio internacional que ela tem...

Aliás, antes, Agostinho, você disse – Sr. Agostinho – que o mundo inteiro está preocupado. Que mundo, cara pálida? Porque o mundo da Índia não está; o mundo da Ásia não está. Você fala da Europa Ocidental e da América do Norte. Porque, se você pegar a Índia e China, que têm 3 bilhões de pessoas,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles não aceitam nem palpite lá dentro. Se você pegar o Oriente Médio, idem, mesma coisa. Aliás, o único país lá dentro que tem democracia é o que foi atacado pelo grupo terrorista Hamas.

Então, dessa vez...

E essa campanha internacional, que eu imaginei que ela faria para arrecadar dinheiro para ajudar o pequeno proprietário da Amazônia a conter o seu fogo, não foi feita.

Dessa vez, existe alguma campanha – já que há uma relação muito próxima ao terceiro setor, que se liga a essas fundações, que se liga aos países estrangeiros que ajudam essa dinheirama toda a vir para ONGs no Brasil –, existe alguma campanha... O Ministério do Meio Ambiente, o Ibama tem conhecimento de alguma campanha que vise arrecadar recursos nacionais e internacionais para ajudar o pequeno proprietário rural a mecanizar?

Mas não é nicho, Agostinho, porque nicho a gente já conhece. O camarada vai lá, mecaniza 2ha, 3ha de terra, de quatro, cinco proprietários, coloca aquilo na mídia como se aquilo tivesse uma escala gigantesca. Estou falando da Amazônia brasileira.

Existe alguma campanha de que o Ibama saiba para, usando o prestígio da Ministra do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, arrecadar recursos para ajudar esse pequeno para ele deixar de colocar fogo?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Bem, o Fundo Amazônia está aberto para a apresentação de projetos, de propostas. Eu acho que é bem possível que haja a possibilidade de um projeto em relação a isso. O Fundo Amazônia está aberto para esse tipo de situação.

Eu, como Deputado, já fiz emendas, por exemplo, para a Embrapa. A Embrapa é uma instituição importante e, na Amazônia, a Embrapa vem ampliando as suas ações do ponto de vista de sustentabilidade, então, eu acho que a gente tem aí um grande desafio pela frente.

Sem sombra de dúvida, algo que é muito importante na esfera que foge ao Ibama, que é a esfera fora do comando e controle, uma das principais estratégias é a assistência técnica. Infelizmente, em grande parte do país, as chamadas EMATERs, as Casas da Agricultura, foram desmontadas. Nós precisamos de assistência técnica para que a gente possa trazer outras soluções que, de fato, substituam as práticas convencionais que levam ao desmatamento e ao fogo.

Eu não tenho dúvida de que uma das principais estratégias para que a gente possa conter desmatamento é a assistência técnica aos pequenos, sejam eles ribeirinhos, assentados, enfim, comunidades amazônicas. A assistência técnica é um instrumento importantíssimo para apresentar uma série de situações. Ninguém nasce sabendo fazer uma agrofloresta, plantar cacau, plantar café sombreado, enfim, ninguém nasce sabendo fazer manejo florestal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, sem sombra de dúvida, a assistência técnica é algo bastante importante e o Fundo Amazônia está à disposição para receber, acolher propostas de projetos das mais variadas fontes que levem ao combate aos incêndios florestais e ao desmatamento.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu vou passar a palavra, me dando por satisfeito, mas antes fazer apenas um último comentário.

O Fundo amazônico, em tese – porque o que o senhor acabou de dizer é uma tese –, está aberto. Eu posso criar uma ONG amanhã e apresentar para o Fundo amazônico ou para o Fundo Amazônia um projeto de qualquer que seja, inclusive de reflorestamento das áreas urbanas, porque a Amazônia precisa reflorestar a área urbana.

Eu costumo dizer que o estado natal da Ministra Marina Silva tem uma capital que é a menos arborizada das capitais do Brasil – a menos arborizada das capitais do Brasil!

Então, em tese, eu posso apresentar com uma ONG um projeto para o Fundo Amazônia, mas, o sol que sai... E aí me chama a atenção: quem mais do que a Ministra Marina é a estrela maior na questão ambiental? Se ela não se moveu até hoje, já que ela defende com a equipe dela o combate aos incêndios, por que ela não se movimentou para pegar uma parte do dinheiro do Fundo Amazônia e transformar em ajuda para o pequeno produtor rural da Amazônia, em escala?

Não são aqueles experimentozinhos que só servem para, como diria um velho conhecido meu, conversa de bêbado para o delegado, enganar as pessoas, pega um negócio desse tamanhinho e mostra como se aquilo tivesse escala para a Amazônia, quando não tem.

Então, por que é que as pessoas que comandam, que determinam as linhas de ação do BNDES, já não fizeram, até hoje, uma canalização para que parte desse recurso servisse para alguma coisa concreta, que é para recuperar solo degradado na Amazônia?

No mais, Sr. Presidente Plínio, eu quero agradecer aqui a presença do Styvenson, da nossa Deputada Federal Silvia, do nosso Jaime, que acompanhou a gente em algumas andanças, e do Chico, também lá de Roraima e que tão bem representa aquele estado.

E dizer, Chico, para terminar, que para mim está cada dia mais claro, é um assunto que me causa profunda indignação.

E o que mais me chama a atenção, Sr. Agostinho, é como vocês... Chama-me muito a atenção como vocês acham que tudo o que fazem é normal, é democrático, e que está tudo certo. É incrível! Você pega... Eu disse aqui: Marina Silva, até um dia desses, figura como membro de uma ONG. Vai para o Ministério do Meio Ambiente, em 2003, leva o Capobianco, determina lá onde serão investidos os recursos do Fundo Amazônia, e as entidades que eles têm, um grupo de amigos, recebem esse dinheiro. Isso, em qualquer lugar, seria um escândalo, mas, aqui no Brasil, parece que não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E claro está que as ONGs são a ponta de uma guerra econômica; não é preocupação ambiental. Porque eu disse aqui um dia, Sr. Agostinho, que isso é como você... Eu perguntei para alguém se ele não ficava acanhado de receber dinheiro da Alemanha. E ele disse que não. Claro, 68 milhões – 78, não é? Ele não fica acanhado. Eu disse que isso parece com o sujeito que condena o estupro, faz campanha para endurecer a lei contra o estupro, mas é amigo do estuprador. Para mim é mais ou menos igual a você receber dinheiro de quem joga muito mais CO₂ no planeta do que o Brasil. Para mim, há uma relação absolutamente promíscua e o Congresso Nacional precisa aperfeiçoar uma legislação que coíba a continuidade dessa relação, que a mim me parece muito promíscua.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Marcio, nosso Relator.

Eu passo já a palavra pela ordem – a nossa ordem, aqui, é até de presença, de chegada: Senador Styvenson, Senador Jaime, Senador Chico Rodrigues, a nossa Deputada Damares... a nossa Senadora Damares, e a nossa Deputada Silvia – é que eu ia passar para a Silvia, você chegou na hora, e eu troquei. Aí eu segui a hierarquia; eram duas mulheres, e eu tive que optar.

Eu queria só falar, Presidente do Ibama e Marcio, duas coisas, traduzindo o que o Marcio falou nas últimas falas dele.

Na semana passada, a gente foi entregar, de uma emenda parlamentar, uma patrulha mecanizada ao Município de Iranduba... de Manacapuru. Tem cento e poucos mil habitantes, e era para cinco comunidades – aqui traduzindo o que você falou. E o Prefeito, na fala dele, disse assim: "Portanto" – são cinco comunidades rurais – "Portanto, a partir de agora, vocês não vão mais queimar, porque agora a patrulha vai ajudar vocês a fazerem o serviço". Olha a solução! Olha a solução, cara! Uma frase, Marcio, na entrega da... Olha a solução: "agora vocês não precisarão mais queimar, porque a Prefeitura vai mandar a máquina para lá para isso". É só isso. É só isso.

E a outra é aquela escolha, não é? Aquela conquista, aquela escolha dos dirigentes do Mistério do Meio Ambiente, Ibama, Funai e ONGs. É como se eu desse a opção, lá em casa – eu já falei isso aqui –: "Minhas filhas, vocês vão ter que escolher um time para torcer. Vocês fiquem livres para escolher. Estão aqui: Flamengo, Itapipoca e Quixeramobim". É essa a opção que eles dão, a óbvia ululante. São observações do Fundo Amazônia, Marcio. Pode sim, como o Sr. Agostinho diz; qualquer um pode apresentar, desde que a mão sirva para a luva que vem, ou desde que a luva sirva para a mão. Ali é colocado com a mão. Ali quem manda não é o BNDES, é a comissão que vai analisar os projetos. E todos os projetos têm um objetivo, que são as mudanças climáticas; contribuiu... a organização já contribuiu para aquilo. Realmente, o Fundo Amazônia é uma enganação por isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós não somos contra ele não, ouviu, Agostinho? A gente vai apresentar projetos de lei para aperfeiçoar, para tornar claro. Ninguém é contra o Fundo Amazônia. A gente é contra ONGs estrangeiras tomarem a rédeas e conduzirem o nosso destino. A gente só quer ser dono do próprio nariz.

Com a palavra o meu amigo, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Senadores, todos que estão nos assistindo. Obrigado pela presença, Sr. Rodrigo Agostinho.

As falas, quando o Marcio Bittar, o nosso Relator, o inquiria e fazia as suas perguntas... a gente tem algumas perguntas, mas vai criando curiosidade pela própria fala que o senhor... já quando está se expressando.

Eu não consegui localizar aqui dentro da minha pesquisa temporal – o currículo do senhor é extenso, é até difícil de ler porque é muito longo... O senhor disse que fez parte de uma fundação filantrópica, Arapyuá – é assim, "arapiuá"? –, em 2016. O senhor entrou em que data? O senhor foi diretor-executivo dessa fundação em que período? Em 2016, entrou em que dia?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Para expor.) – Em 2017.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ah, foi em 2017.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Eu concluí o meu mandato até o dia 31 de dezembro de 2016, o mandato de Prefeito, e aí, por volta de fevereiro de 2017, até fevereiro, março do ano seguinte, de 2018, eu exerci o cargo de gerente-executivo do Instituto Arapyuá.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito. Porque eu acho que eu escutei errado. O senhor disse que em 2016 tinha sido diretor-executivo, e eu não vi nada, pesquisei para ver se a fala do senhor estava coerente, mas parece que está coerente, não é? Em 2017, o senhor já poderia fazer parte dessa organização.

Por que eu estou perguntando isso? Porque existe uma relação, e eu acho que o objetivo, o propósito desta CPI é buscar justamente essa separação do que é público e do que é interesse privado. E eu percebo dentro do currículo do senhor que, desde cedo, o senhor foi com sua tia – acho que tinha uns 12 ou 13 anos, adolescente ali, uma criança ainda – para a ECO 92, já participava, já era bem ativo ali, e percebo que isso está no sangue do senhor, não é? O meio ambiente e a proteção intransigente dele.

Eu vi que a fundação da qual o senhor fez parte como diretor-executivo, durante – eu acho que o senhor sabe melhor do que eu... Lá em São Francisco, quando 17 fundações filantrópicas, entre elas a Ford, essas que financiam hoje o fundo amazônico de forma tão benevolente... Eles criaram lá umas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioridades. Dentro das cinco prioridades estava lá a demarcação de terras indígenas, o combate lá à degradação ambiental, tudo isso que a gente já conhece. Aí eu pergunto pro senhor: durante algum período o senhor fez algum curso de liderança, quando uma dessas empresas fez, custeou, pagou ou, senão, promoveu um tipo de curso de liderança, quando o senhor, lá atrás, ainda era aquele adolescente que acreditava?

O senhor acha... Se o senhor o fez, o senhor acha que houve, claro, uma influência dentro dessa formação de líderes, feita lá em Londres, por essas empresas que financiaram? Eu vou dizer uma fala aqui para o senhor de um deles. Eles disseram assim: "Já que o público não o faz, ou faz de forma bem lenta...". Foi o fundador da Ford, da instituição Ford, o Henry Ford... não, o Darren Walker, Presidente da Ford, que disse assim: "Ah, como o poder público demora a agir, vamos agir nós mesmos pela filantropia".

O senhor fez esse curso – não fez? – de liderança? Só "sim" ou "não".

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Eu fiz dezenas de cursos, dezenas de cursos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas esse, o senhor se lembra desse?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Um dos cursos que eu fiz, que talvez seja esse, é o do programa LEAD.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – LEAD.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Liderança para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – De quem? Da Rockefeller?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – A Fundação Rockefeller é uma das financiadoras desse programa, sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Que financiou também isso que eu estou falando? Que financia também o Fundo Amazônia?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Eu não sei se ela financia o Fundo Amazônia, eu não faço parte do Cofa...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não financia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ah, é? Mas financia causas na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, sim. Claro.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Tem interesse na Amazônia; não só na Amazônia, como na Malásia e em outros lugares do mundo. Claro, dentro da filantropia.

O meu questionamento, como é o propósito desta CPI, é essa relação entre o público, o privado, entre o Ministério Público Federal, entre Ibama, entre algumas organizações públicas que têm essa estrita ligação com as ONGs ou com fundações como essa. Então, o senhor me esclareça se existe ou não alguma forma de ligação, de influência entre os órgãos públicos por parte de fundações como essa, que financiam cursos, que dão doutrina, que pregam ali, querendo ou não, o que eles acham que deve ser feito pelo poder público.

Hoje, o senhor, formado por essa LEAD, financiada pela Rockefeller, o senhor tem esse conhecimento. O senhor se acha influenciado?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Nunca... Senador, com muito respeito, nunca eu recebi qualquer tipo de orientação ou tive qualquer tipo de diálogo com qualquer diretor dessa fundação. Essa fundação, quando eu tinha 18 anos de idade, ela selecionava lideranças ambientais pelo mundo todo...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, nunca teve influência?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – ... e eu fiz um curso da fundação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Apenas um curso?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Apenas um curso, como eu fiz outras centenas de cursos de licenciamento, de direito ambiental.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Como tem a Raps, não é? A Raps, hoje, que forma políticos.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – A Raps é diferente. A Raps...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ah, é diferente.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – A Raps não é um financiador. A Raps é uma rede, uma articulação de lideranças políticas. Nós temos aqui no Senado diversas lideranças políticas que fizeram cursos e participam da rede Raps, assim como Deputados Federais.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não conheço.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Não tem absolutamente nada a ver com cursos; enfim, não é, necessariamente, um programa de formação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito. Entendi.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – É uma rede de pessoas que buscam conhecimento e participam.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O senhor tem conhecimento se chegou esses US\$500 bilhões... US\$500 milhões dessa convenção de São Francisco? Disseram que eles iam... Porque a fundação de que o senhor fez parte, em 2016, 2018, esteve presente. Eu não sei se chegou ou não esse recurso e se houve ou não essa execução.

E uma pergunta é: as demarcações que existem hoje na Amazônia por terras indígenas obedecem a esses critérios que eles colocaram como cinco quesitos? E um dos quesitos é bem claro, que são as cinco prioridades compartilhadas: uso da terra e financiamentos que ajudem a atingir metas climáticas ambiciosas, que contribuam para o desenvolvimento sustentável; política que projete e reconheça o papel da floresta; uso sustentável da terra; apoio ao meio ambiente, subsistência rural, alívio à pobreza – alívio à pobreza; eles querem reduzir a pobreza também –; direito à terra dos povos indígenas.

Eu fico com dúvida se essa política tem influência ou não com as demarcações de terras hoje no nosso país.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Senador Styvenson, o Ibama não atua em demarcações de terras indígenas...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu estou perguntando ao senhor como conhecedor...

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – ... nem na criação de unidades de conservação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... não perguntei como Diretor do Ibama, não. Perguntei como o senhor...

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – E, em relação aos recursos do Fundo Amazônia, a gente também não participa do Cofa. Então, eu não tenho essa informação. Acredito que a melhor instituição para responder a esse tipo de pergunta é o BNDES.

Obviamente que a gente, tendo um fundo ativo, um fundo que financie propostas as mais diferentes na Amazônia, todo recurso é bem-vindo...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Tá.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – ... agora, não tenho informação sobre os eventuais aportes, enfim. As informações que eu tenho são informações obtidas junto à mídia, como qualquer outro cidadão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito. Obrigado.

Hoje, o senhor tem... Como gestor do Ibama, o senhor acredita na iniciativa privada e pública; fez parte das duas – filantrópica, querendo ou não, terceiro setor, e também da pública, não é? O Ibama tem alguma ONG, alguma filantrópica que preste algum serviço, dá algum material, de uma forma ou de outra instrui por qual caminho o Ibama deve seguir?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – O Ibama está no momento fazendo seu planejamento estratégico. Todas as diretorias... Esta semana está sendo o Planabio, que é o plano da Diretoria de Biodiversidade e Florestas. Os planejamentos são feitos dentro da própria estrutura do Ibama. Nós não recebemos orientação de ONGs...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, tudo bem...

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – O Ibama, ao longo da sua história, já fez muita cooperação internacional, muita cooperação nacional; fez muita cooperação, por exemplo, com o fundo de direitos difusos. Agora, o planejamento é algo que é da instituição, e a gente não recebe nenhuma cartilha ou orientação de quem quer que seja em relação a isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Tá. Eu fiquei pensando, porque o senhor disse que estava com problema de efetivo meio reduzido. Aí eu achei que, já que essas ONGs recebem esse tipo de recurso para fazerem um tipo de trabalho, um tipo de orientação estratégica, de conhecimento para órgãos públicos, como o Ministério Público, achei que o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ibama também receberia qualquer tipo de documento, mesmo informal, que induzisse ali o pensamento. Mas não.

Bom, deixa eu perguntar sobre o Ibama agora especificamente. Qual a política que o senhor tem para conter a proliferação de plantações de drogas dentro dessas áreas de reserva ou dentro da área do Ibama de atuação?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – O Ibama não atua no combate ao tráfico de drogas...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, plantação. Plantação.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – ... porém, toda vez que o Ibama encontra uma situação como essa, o Ibama comunica à Polícia Federal e às demais autoridades.

O Ibama, como um órgão público federal, toda vez que se depara com um ilícito, mesmo que não seja da sua atribuição, ele tem obrigação legal de informar às demais autoridades. Nas nossas operações de fiscalização, é muito comum – é muito comum – a presença de agentes da Força Nacional, que são, normalmente, policiais dos estados ou bombeiros estaduais, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal. Então, quando a gente já tem a presença deles, obviamente, na hora em que a gente se depara com um eventual ilícito, mesmo que não seja atribuição do Ibama, obviamente, providências são tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Styvenson, permite, irmão? Porque, no começo... Foi exatamente a minha pergunta no começo: diante de uma atitude ilícita, maus-tratos aos animais, o que o Ibama faria. Eu perguntei lá no começo, Presidente, se o Ibama tomaria alguma atitude em relação aos maus-tratos aos animais. E o Ibama não vai tomar. Mas o senhor me disse agora que, quando depara com atos ilícitos, toma providências. Por isso que eu tinha esperança de que o Ibama denunciasse, o Governo Federal denunciasse quem está executando aqueles maus-tratos ali.

Styvenson, devolvo a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Era por aí. Meu raciocínio estava nessa linha, Senador Plínio, Presidente, mas eu queria ver a mesma ação, a mesma efetividade, a mesma atitude que tem com alguns produtores rurais, que tem com esses plantadores de erva que alguns dizem medicinal, que entorpece, vende e dá muito lucro ao narcotráfico.

Eu estive lendo, como eu disse para o senhor, o seu currículo. Agora, uma coisa que não é pessoal, que é curricular, pela cadeira que o senhor ocupa. O senhor foi Prefeito de Bauru, e o currículo do senhor é muito limpo. Ele é extenso e muito, muito limpo, mas tem uma pequena sujeira, que foi durante os seus



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandatos, oito anos. O senhor sabe do que eu estou falando. Por quê? Porque toda a imprensa já noticiou isso aí.

Uma empresa de engenharia, COM Comércio Ltda., foi contratada por R\$129 milhões para a construção de uma estação de tratamento de esgoto. E essa mesma estação, que não foi concluída, pelo menos dentro do seu mandato – é o que aqui diz a reportagem... Se eu estiver errado, o senhor me corrija. Eu peguei dos meios de comunicação –, que deveria ser entregue em 2015, foi abandonada, ela chegou ali a poluir os rios, as nascentes, durante o seu mandato.

O senhor não acha – pelo menos, eu acho – meio incoerente para um currículo tão bom, desde criança, o senhor atuando dentro do meio ambiente, o senhor ocupando essa cadeira do Ibama, ter, dentro do currículo do senhor, algo parecido com isso, uma pequena sujeira ao meio ambiente no currículo do senhor?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Senador Styvenson, vamos lá!

Eu, com 16 anos de idade, e aí a gente está falando de 20 anos atrás, eu fiz a minha primeira representação ao Ministério Público. Foi onde, naquele momento, eu decidi que iria prestar vestibular de Direito. Todo mundo achava que eu iria fazer primeiro Biologia, porque eu não saía do zoológico da cidade, não saía do meio do mato, enfim. Mas eu decidi fazer Direito porque eu queria enfrentar o problema de saneamento da minha cidade. Assim como a minha cidade tem um problema sério de saneamento, uma grande parte das cidades do país também tem. E eu fiz uma representação ao Ministério Público estadual. O Ministério Público entrou com uma ação civil pública contra a Prefeitura. E, tempos depois... Quando eu fiz a representação eu tinha 16 anos. Tempos depois, com 30 anos de idade, eu me torno Prefeito da minha cidade. Uma das primeiras coisas que eu fiz, ainda antes de tomar posse, foi buscar recursos aqui em Brasília para tentar resolver o problema de falta de saneamento da minha cidade.

Vim para Brasília, com recursos próprios ainda, eu não tinha tomado posse ainda como Prefeito, e fui buscar recursos do PAC. E, no primeiro momento, eu me deparei com um problema que também é um problema de muitos municípios quando a gente fala de saneamento: faltava o projeto. Então, entrei na prefeitura, contratei o projeto, o projeto foi feito por uma das maiores empresas de projetos do país, naquela época... Ao mesmo tempo, com recursos próprios, eu fui fazendo a canalização de todo o esgoto da cidade. Foram mais de cem quilômetros de redes de esgoto. Eu tirei o esgoto de todos os córregos da cidade, um por um: Água da Ressaca, Água da Forquilha, Córrego da Grama, Córrego Barreirinho, Água do Castelo... Fui retirando esgoto de um por um dos córregos da minha cidade. Minha cidade tem pouco mais de 400 mil habitantes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consegui os recursos do PAC. Depois, eu tive um desafio, que é um desafio que eu enfrento hoje dentro do próprio Ibama: eu tive que licenciar essa obra. Foi mais um ano licenciando essa obra. Consegui as licenças ambientais. Fui fazer a licitação dessa obra; também demorou mais um pouco.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É difícil conseguir uma licença ambiental no país? Pra fazer uma obra como essa?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Um ano foi um prazo bastante razoável, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Razoável?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Bastante razoável.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Um ano é...

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – É um recorde. Um ano é um recorde.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mais oito anos pra concluir uma obra?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Nós começamos a obra, deixamos a obra num estágio bastante adiantado. Nós tivemos aquele momento da interrupção do mandato da ex-Presidente Dilma; houve interrupção de pagamentos por conta do próprio Governo Federal; a construtora começou a ter bastantes dificuldades em conduzir a obra feita com recursos do Governo Federal; e acabou meu mandato.

De lá até aqui, já se passaram oito anos. Já faz oito anos que eu deixei a prefeitura, era tempo mais do que razoável pra que essa obra fosse concluída. Esse é um problema que, de fato, a gente tem no país. Era um grande sonho da minha vida ter entregue essa obra; eu lutei bastante atrás do projeto, depois atrás dos recursos, depois pra licenciar a obra, depois pra contratar a obra e depois pra executar a obra. E esse é um problema, de fato, que existe e é algo pelo qual eu me penitencio. Eu adoraria ter entregue essa obra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E o que não permitiu o senhor entregar? Não ficou claro ainda.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Houve uma quebra...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Faltou dinheiro?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Na verdade, não houve dinheiro, houve uma quebra de continuidade de pagamentos. A construtora, o tempo todo, queria aditivos. A gente tem limites quando a gente é gestor público, e a gente trabalha com esses limites impostos pela legislação.

Mas, como eu disse, nem sempre uma obra é concluída dentro do seu próprio mandato. Era muito importante que essa obra tivesse continuidade nos anos seguintes. Já se passaram oito anos. Agora, esse é um problema que não é só restrito à minha cidade, infelizmente. O problema de saneamento é um problema presente em muitas cidades brasileiras. E a quebra de continuidade, quando um gestor seguinte não dá continuidade a uma obra do gestor antecessor, também é um problema político grave neste país, e eu acho que a gente precisa enfrentar, com muita transparência.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu fiz uma...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vou atrapalhar, mas não posso resistir, irmão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu não posso resistir. O Presidente Agostinho falou em quebra de continuidade. A nossa famosa BR-319, depois de muita luta, tinha conseguido licença prévia do Ibama; e a quebra de continuidade foi assim que eles assumiram. Foi cassada a licença prévia que o Ibama havia dado. Houve quebra de continuidade aí.

Você pode até deixar para depois, não queria atrapalhar o Styvenson, é que eu não posso, eu não posso ver isto: depois de muita luta, saiu a licença prévia do Ibama; quando mudou de Governo, essa licença sumiu. Houve uma quebra de continuidade. O que explica o caso lá em Bauru também. Eu acho, Styvenson, que você estava falando desse vídeo nº 1, que a gente tem; eu acho que você estava falando dele.

Você pode pôr o vídeo nº 1?

Eu acho que você estava falando também dessa questão de licença ambiental em Bauru.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso aí eu queria até perguntar, porque pode ser *fake news*, não é, Sr. Agostinho? Isso aí, o que consta na divulgação é de que é o esgoto sendo jogado no Rio Bauru quando o senhor era Prefeito. Eu queria ouvir se isso é *fake news*, porque hoje tem muita *fake news*, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Senador Plínio, eu disse aqui que essa obra não foi concluída. Esse vídeo não é uma *fake news*.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tá, é aquela obra que não foi concluída.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Mas eu também tenho um dever de ofício de dizer que o Ibama não cassou a licença prévia da BR-319...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Que boa notícia!

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – ... e que o empreendedor Dnit ainda não entregou os estudos pra que o Ibama possa analisar a possibilidade da licença de instalação.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Ela só ficou fora...

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – É importante a gente fazer esse esclarecimento, porque se existe uma informação correndo de que o Ibama cassou a licença prévia, isso é *fake news*. O Ibama aguarda ainda a entrega pelo Dnit dos estudos ambientais para que possa dar continuidade ao licenciamento da estrada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A licença prévia está valendo então?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Está válida.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Que boa notícia. Está vendo?

Mas é aquela história: "desde que". É aquela história do ICMBio. Lá na reserva extrativista pode tudo, desde que o ICMBio permita. No caso, ele pode tudo, desde que o Ibama permita.

Mas a gente estava lá e eu só queria ter a oportunidade. Daquilo ali eu lhe confesso: estou mostrando o vídeo, mas não sei se é *fake news*. Então é naquele tempo que o senhor ia consertar, e não deu tempo. É aquela questão. Está explicado então.

Styvenson, desculpe-me interrompê-lo por duas vezes, irmão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O senhor pode interromper a hora que o senhor quiser. O senhor é o Presidente. Então, obedecendo o presidencialismo e à democracia também.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz essas perguntas – vou chamar o senhor de Ministro, o.k.? – porque, pelo conhecimento, o senhor deveria estar ocupando aquela cadeira. Eu faço isso é para o senhor ver a dificuldade que tem qualquer empreendedor brasileiro realizar qualquer tipo de obra que envolva meio ambiente. Eu digo que isso é para os estados, para os municípios, em qualquer lugar. O senhor como gestor e conhecedor passou por essa dificuldade, está passando, porque está lá há oito anos e o problema é o mesmo. O senhor deveria pensar: "Vamos tentar corrigir isso aí de alguma forma."

Imagine que nós votamos aqui em 2020 o marco do saneamento. Eu não sei qual foi o posicionamento do senhor na Câmara. Não sei. Mas eu sei que o senhor veio da iniciativa, do terceiro setor, da filantropia, que realiza a coisa rápido. Como diz ali na convenção de São Francisco: já que o Estado não faz e faz com lentidão, vamos para a iniciativa privada.

Eu não sei por que existe ainda essa dificuldade quando se trata de saneamento básico, como foi visto aí pelo senhor. Deveria ter uma resistência para que a iniciativa privada o ocupe. Mas não é o tema de pergunta aqui. Não vou fazer essa pergunta. Mas dentro da área ambiental e dentro do currículo do senhor, encontrei outra poeira, uma poeirinha, que vou até tirar aqui: foram as construções de conjuntos habitacionais em áreas de proteção ambiental.

No início da fala do senhor, o senhor disse que utiliza muitos recursos tecnológicos. Eu percebi que, em uma fala do senhor, durante o mandato de Prefeito, quando autorizou a construção de dois empreendimentos habitacionais em gleba, que integravam a área de florestas, em depoimento à Comissão Especial na Câmara, o senhor, Rodrigo Agostinho, afirmou que não fez pessoalmente qualquer tipo de vistoria. Mas, de acordo com imagens aéreas, não havia vegetação nativa. Bom, são coisas que querendo ou não maculam o currículo de uma pessoa da envergadura do senhor.

Estou lendo aqui... Infelizmente estou lendo, por quê? Porque o que nós buscamos aqui no mínimo é coerência. No mínimo é uma coerência entre o que fala, o que se prega, o que se cobra dos outros e o que se fez. Se foi certo ou se foi errado, se foi condenado ou não, está aqui, está guardado.

E o pior de tudo é que, dentro dessas outras coisas que existem – valor superfaturado de 34 milhões pago pela Prefeitura em floresta urbana; de 1,6 milhão encontrado em dinheiro na casa do então Presidente do órgão, da Cohab de Bauru –, tudo isso, querendo ou não, mancha um currículo especial como o do senhor. Não sou eu aqui que vou degradar isso. A gente já tem meio ambiente degradado demais para sujar um currículo de uma pessoa.

Mas as minhas perguntas, Senador Plínio, Marcio Bittar e Senadores, são para mostrar que muitas vezes, quando o senhor lê o currículo do senhor e diz que está pelo currículo, eu não sei se coisas como essa são levadas em consideração, porque o que eu vejo é um exagero de órgãos ambientais. Eu vi isso *in loco*, quando as pessoas não fazem o cadastro de uma reserva extrativista e chega lá a força, ou é do Ibama, ou é da Força Nacional, ou é da Polícia Federal, ou de qualquer órgão, PRF, pega lá a pessoa, que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por motivo de não ter feito um cadastro porque uma ONG não realizou, e é tratado de uma forma pior do que bandido.

As perguntas, ou se não é o nosso interesse de buscar essa relação de público e algumas ONGs, são para poder separar o que é de interesse público mesmo e o que é de interesse de terceiros. O que é de interesse de outras pessoas que buscam proteção, preservação ao custo de estupro de crianças, plantação de droga, miséria de um povo.

Eu acho que o senhor, mais estudioso que qualquer outro aqui nesta sala dentro do meio ambiente, há de concordar que pode existir, sim, desenvolvimento, pode existir, sim, distribuição de renda dentro daquelas terras sem degradação.

E, hoje, os meios de tecnologia, que o senhor mesmo já mencionou, deveriam ser aplicados e não manter o povo, pelo menos que eu vi, eu presenciei junto com outros Senadores, de uma forma miserável. É lastimável, é lastimável a gente ver fundações como essas, 500 bilhões, e não dar o mínimo.

O senhor falou de saneamento básico. Eu fui urinar numa casa de um extrativista, eu fiz xixi e caiu ali no chão, mas eu não posso arrancar um pé de mato na beira do igarapé que eu posso ser preso.

Dentro das próprias reservas que o Ibama deveria fiscalizar está acontecendo tudo isso que o senhor narrou, esses crimes ambientais, feitos por pessoas que estão lá, muitas vezes, abandonadas, sem instrução nenhuma. Se der um pedaço de papel, o cara não sabe nem ler, nem educação tem, porque não pode permitir uma escola.

Então, é mais um alerta para o senhor que ocupa hoje esse cargo, o senhor que tem um currículo bacana, que tem um currículo bom, que é preocupado com o meio ambiente, mas o meio ambiente não é feito sem o ser humano não, e o ser humano que está lá precisa de alguma coisa pra se sustentar.

Não tenho mais perguntas não, Senador Plínio.

Obrigado.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Eu acho que é importante só um reparo e agradeço as colocações do Senador Styvenson.

Eu fui Prefeito durante oito anos e durante oito anos todas as minhas contas foram aprovadas. Passados oito anos que eu deixei o meu mandato, eu nunca tive nenhuma condenação.

Agora, eu era Prefeito de uma cidade de 400 mil habitantes e as coisas acontecem nas cidades. O gestor da cidade não necessariamente é responsável por tudo o que acontece na cidade. O que eu posso dizer é que eu fui reeleito com 82% de aprovação e dois anos depois que eu deixei o meu mandato eu fui eleito Deputado Federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, eu tenho um carinho especial pela minha cidade. A grande paixão da minha vida é a minha cidade e eu trabalhei muito para poder entregar o melhor.

Agora, problemas acontecem, não necessariamente os problemas são do poder público. Vou dar um exemplo, nós estamos enfrentando diariamente o problema dos incêndios, mas não é o Ibama que vai lá colocar fogo.

Agora, problemas acontecem, não necessariamente os problemas são do poder público. Vou dar um exemplo, nós estamos enfrentando diariamente o problema dos incêndios, mas não é o Ibama que vai lá colocar fogo, então, o que a gente tem é o dever de ofício de ir lá, de tentar combater, de acionar o órgão estadual quando é um incêndio de atribuição estadual, colocar os brigadistas para trabalhar, se desdobrar para arrumar um helicóptero. Isso, sim, é atribuição nossa. A gente só precisa ter clareza disso.

Então, não dá para a gente simplesmente culpar qualquer Prefeito por uma invasão de terra que tenha na cidade. Não dá para a gente atribuir ao Prefeito qualquer problema que exista no município. Existem problemas que são pessoais, são de ordem pessoal, sim, e esses precisam ser compelidos.

Então, eu agradeço essa oportunidade, Senador, para poder fazer esses esclarecimentos necessários.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Senador Plínio, eu só preciso deixar claro que eu não culpei ninguém. Eu não fiz nenhuma culpabilidade a ninguém. Pelo contrário, eu só perguntei das dificuldades que é fazer uma obra como essa que o senhor tanto defende, dentro do meio ambiente.

E o senhor hoje, na cadeira que está, com certeza, amando a cidade pela qual o senhor foi eleito duas vezes, a qual o senhor defende, com certeza o senhor vai sair daqui e vai tomar alguma providência com essa obra parada. Está dentro do Governo, um Governo que foi com o PAC, deve ser restabelecida a proteção ao meio ambiente. Mas eu não culpei o senhor de nada, pelo contrário, fiz elogios ao seu currículo. Infelizmente existem essas poeiras dentro do currículo que o senhor defende. Está bom?

E foi uma atenção, uma observação para falar ao senhor do que eu vi, pelo menos eu vi pessoalmente, dentro de áreas que é de reserva, que é de proteção, que é de responsabilidade do Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Styvenson, o povo realmente é generoso. O povo nos perdoa por eventuais erros e nos elege. Ele eleito Deputado Federal. Eu devo ter cometido inúmeros erros Senador da República. Mas esse mesmo povo, quando ele assume o cargo de chefia e de poder, ele não tem a mesma compreensão e nem o poder de perdoar.

Volto lá para a reserva extrativista, voltamos para o Pará. O colono está lá, coitado. Não está documentado não é porque ele não quer não. Ele não está documentado porque não deram o documento para ele. Ou seja, ele não tem culpa, mas ele é escorraçado, humilhado, expulso e assassinado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse mesmo povo que nos perdoa pelos nossos erros e nos elege é aquele que, quando assume autoridade, comete o que estava cometendo lá. É essa compreensão que a gente pede também em relação àqueles colonos que estão ali há 30 anos.

Eu conheço, Sr. Agostinho, lá em Autazes, uma família que tem um título de 1904 e foi expulsa. Quinze cabeças de gado tiveram que expulsar. Quer dizer, falta essa... E aí, essa busca que a gente vai contando com a atribuição de quem está no poder. Essa mesma compreensão em relação aos invisíveis, aos indefesos e aos excluídos. A gente busca isso.

Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero cumprimentar aqui o Senador Plínio Valério, Presidente desta CPI; o nosso Presidente do Ibama, Sr. Rodrigo Agostinho. E dizer para você, Presidente Agostinho, que seu currículo realmente é muito bom. O senhor entende realmente do meio ambiente.

Eu estive conversando com você algumas vezes, inclusive até sobre plano de manejo florestal, como deveria fazer para preservar realmente as reservas, as terras que são ainda áreas grandes devolutas de terras da União, o que poderíamos fazer dentro de reserva indígena. Mas dizer para você o seguinte. Por que, aqui o senhor foi gestor, o senhor foi Prefeito de Bauru. Quando o senhor senta... porque é muito fácil e muito cômodo, e o senhor sabe disso, quando a gente senta e está do lado de cá da mesa, e, quando senta para o outro lado de lá para ser um gestor, a situação é bem diferente.

Infelizmente, no nosso país, nós temos muitos mandatários, mas temos poucas ações realmente concluídas no final. O problema disso tudo, quando o senhor fala aí, principalmente dessa rede, dessa situação do saneamento básico, esse problema está em mais de 80% dos municípios brasileiros.

Senador Marcio Bittar, Relator desta CPI, você pode pesquisar isso aí. O meu município é um município de 100 mil habitantes, nós temos zero. O município que não tem água potável, não vem de rio... São 100% – acho que são poucos os municípios que eu conheço – poços artesianos que abastecem uma cidade de 100 mil habitantes, porque não existe... É tudo nascente d'água. Para captar água precisaria buscar a 40, 50 quilômetros. Não existe nem a rede, não existe tratamento nem da água potável, do jeito que sai do poço é consumida.

Mas quero dizer para você o seguinte: por que, Agostinho, eu vejo ... Eu quero fazer uma pergunta: por que tanto entrave entre o próprio Ibama, o Ministério do Meio Ambiente? Vamos falar da BR-319. O senhor fala que está só esperando agora algumas conclusões de que isso vai ser, de que tem grande possibilidade de ser licenciado, mas licenciar o quê? Eu pergunto a vocês. É uma BR já existente. Olha, ela nem foi colocada agora no PAC dos novos investimentos, ela não está. E não é uma questão... Porque era o antigo Presidente ou porque o outro Presidente era um Presidente... Nós não estamos aqui falando em Presidente de direita, de centro, de esquerda, nada disso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a mesma coisa da situação desta nossa CPI das ONGs. Estamos fazendo esta CPI não é para investigar o Governo, qual o Governo que esteve no mandato, nós estamos investigando para ver onde esse dinheiro está sendo jogado, onde esse dinheiro realmente está sendo gasto. Porque naquilo que realmente é para ser gasto nós sabemos que esse dinheiro não está chegando.

E aí eu faço outra pergunta para o senhor: quando falamos em regularização fundiária... Você vê que a Ministra – nós já tivemos reunião com a própria Ministra – é muito contra a regularização fundiária. E nós sabemos que o único mecanismo que nós temos para ajudar o nosso pequeno produtor do Norte... Eu nunca falei nem no médio e nem no grande produtor, eu falo no pequeno produtor, que são mais de 85%. Eu tenho certeza, Presidente Agostinho, de que se esse pequeno produtor tivesse a sua regularização fundiária seria igual ao médio e ao grande. Quando o Senador Marcio Bittar fala aqui que o pequeno produtor... Realmente não tem condição, ele precisa de ajuda do Governo, de uma assistência melhor para poder fazer aquilo dentro da sua propriedade. Ele precisa, ele não tem recursos. Mas eu tenho certeza de que mesmo o pequeno produtor... Porque eu conheço o pequeno produtor do Estado de Rondônia, que são mais de 80%. Todas as pessoas que têm regularização fundiária, que têm o documento da sua propriedade, você pode ter certeza de que não vão tocar fogo na sua propriedade – não vão. Eles não vão causar nenhum crime ambiental.

E aí, eu digo para você, Presidente Agostinho: nós temos que chegar – neste país, nós temos que chegar – a um denominador; nós temos que dar uma solução para o povo brasileiro, porque, realmente, isso que aconteceu na sua cidade, lá em Bauru... Não sei se isso que hoje passou aqui – que nem disse o nosso Presidente – se isso é *fake news* ou não, mas o senhor pode ter certeza que está acontecendo, em mais de 70% dos municípios brasileiros – está acontecendo isso.

Então, eu passo e deixo aqui a seguinte pergunta. Nós temos muitas entidades para cuidar do meio ambiente. Nós temos as ONGs, que falam que são protetoras do meio ambiente; o ICMBio; nós temos o Ibama, que... o Ibama, quando o Marcio Bittar fala aqui que um produtor rural tem medo na hora em que ele chega, você tem razão. O produtor rural, se ele vir uma caminhoneta do Ibama, se ele pudesse fugir da propriedade dele, ele fugiria da propriedade dele, mesmo com o documento. Até aquele que tem documento tem medo, entendeu?

E você pode ter certeza de uma coisa, Presidente Agostinho: aqueles que são invasores de terra, esses não têm medo de nada. Esses tocam fogo na propriedade, esses tocam fogo na mata, eles derrubam a mata, eles fazem... Porque, com essas pessoas, você há de convir conosco, você há de convir com esta CPI que, com essas pessoas, não aconteceu nada; não acontece nada com essas pessoas. Agora, com quem está regularizado realmente, com as pessoas que estão regularizadas, com essas pessoas acontecem.

Então, eu queria, assim, que você esclarecesse para nós essa situação da BR-319, se isso o Ibama... Porque a Marina Silva já se manifestou que é contra a rodovia, e vocês viram o que aconteceu agora com a cidade de Manaus, com o Município de Manaus, que é a cidade do nosso Senador Plínio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está acontecendo lá hoje? Nós poderíamos estar com essa BR funcionando, essa BR... e agora eu recebi, hoje, mais umas imagens sobre o que está acontecendo dentro da BR-319. É o maior absurdo aquilo lá, e aquilo lá, na minha concepção, aquilo lá não tem muito estudo para o Ibama fazer. Aquilo lá já existe, é uma rodovia que foi construída há praticamente quase 50 anos.

Eu queria que você desse um esclarecimento para nós. De 1 a 10, há a possibilidade de nós ajudarmos não só o povo que mora nos municípios da BR-319, mas ajudar... Porque aquilo ali vai favorecer muito o Estado do Acre, o Estado de Rondônia, principalmente o pessoal da agricultura familiar, hortifrutigranjeiro, e vai beneficiar muito o Estado do Amazonas.

Obrigado.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Para expor.) – Senador Jaime, antes de mais nada, eu queria lhe agradecer as várias informações que V. Exa. me passou sobre o manejo florestal quando a gente teve a última reunião nossa. Para nós, é sempre muito importante ouvir quem está trabalhando lá na ponta, quem conhece as coisas, sabe como as coisas são feitas. Foi uma conversa bastante produtiva a nossa última reunião.

Em relação à BR-319. O licenciamento, no Brasil, de grandes obras, de grandes atividades, empreendimentos é um licenciamento trifásico. Então, você tem uma primeira fase, que é a fase da licença prévia. A licença prévia é basicamente a viabilidade ambiental do empreendimento. A segunda é a aprovação do projeto em si. Então, você tem ali uma fase onde você tem uma avaliação de estudos muito mais elaborados, muito mais apresentados. Depois que a obra está pronta e ela vai começar a operar, aí a gente tem a última licença, que é a de operação, que é quando vai se verificar se as condicionantes que foram colocadas no licenciamento foram cumpridas. Isso é lei no Brasil desde 1981.

Nesse caso específico da BR-319, no Governo passado, houve a emissão da licença prévia, que é a primeira licença. Quando acontece isso, o prazo passa a correr para o empreendedor. Então, o licenciamento é como se fosse um pêndulo: uma hora ele está com o poder público, outra hora está com o empreendedor. E, nas últimas reuniões que o Dnit teve com a gente, o Dnit vem assumindo o compromisso e vem informando que, nos próximos meses, deve entregar o restante dos estudos de impacto ambiental, para que o Ibama possa fazer a avaliação. Então, a fase que estava com o Ibama, que era de licença prévia, já foi cumprida.

O que é a grande preocupação com estradas da Amazônia? Eu acho que a gente precisa ser bastante transparente. O grande problema é porque, historicamente, toda estrada na Amazônia significou desmatamento ao longo da estrada. Nós não estamos falando apenas do desmatamento para a construção da estrada. Nesse caso específico, a estrada já está pronta, mas o que a gente vem assistindo ao longo dos últimos anos é um aumento do desmatamento e da ocupação de terra ao longo da estrada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso... Normalmente, eu não faria isso, mas, como eu converso bastante com a Ministra Marina Silva, preciso também deixar claro: a Ministra não é contra a regularização fundiária. O que a Ministra tem se posicionado contra é a contínua ocupação de terra pública.

O que a gente tem feito ao longo da história no Brasil? A gente tem mudado, de tempos em tempos, as leis de regularização fundiária ampliando prazos. Então, toda lei de regularização fundiária colocava um prazo e, aí, a gente vai ampliando o prazo e vai colocando para dentro as novas ocupações. Esse processo de contínua ocupação de terra pública é sobre o que a Ministra tem se manifestado de forma contrária e é com o que eu também comungo. Uma coisa é a gente regularizar o passado, as pessoas que estão lá há muito tempo na terra. São áreas consolidadas, são áreas onde os atributos ambientais, inclusive, muitas vezes, até já se perderam.

Tanto isso é verdade que, no PPCDAm, uma das estratégias centrais é, de fato, fazer a regularização fundiária, é que as pessoas possam ter o título das suas propriedades. Para isso, a gente precisa de um Incra forte.

Hoje, a situação do Incra é muito pior que a do Ibama. Então, a gente precisa de instituições fortes que possam fazer essas entregas para a sociedade. A gente precisa que os institutos de terras dos estados tenham capacidade de fazer regularização fundiária. Hoje, a legislação já permite a regularização de muita gente – a legislação que a gente já tem hoje. Então, eu acho que a gente tem esse desafio.

Agora, em relação à BR-319, o Dnit deve entregar os estudos e, aí, o Ibama vai fazer a análise. Com muita sinceridade, eu não posso antecipar nem dar um percentual, se tem mais chance, menos chance, de zero a dez.

Não posso e não vou fazer isso porque seria bastante deselegante com a equipe técnica que trabalha lá na ponta e que vai analisar os estudos que o próprio Dnit um dia deve apresentar. Então, eu preciso ser muito transparente também em relação a isso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Pedindo permissão ao Senador Jaime, posso fazer uma participação nessa pergunta?

Veja, o Presidente do Ibama está aqui dizendo o que eu já ouvi. Nós não somos contra a regulação fundiária, mas é preciso ter órgão forte. Hoje o Incra está sucateado; na prática, não funciona. Eu respeito a sua fala, Agostinho, mas eu ouvi, na sua presença, o Capobianco, que esteve com a Ministra Marina no primeiro mandato e está agora de novo, dizendo exatamente isso: "Da regulação fundiária [ele dizia] eu tenho receio porque ela vai aumentar a derrubada e aumentar a queima". Mas, claro, quando você aperta, ninguém vai dizer: "Eu sou contra a estrada", mas, precisa ter órgão forte, precisa fazer isso, e isso não acontece.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que é interessante, Jaime, é o seguinte – você mencionou isso –: nos países que sustentam essas ONGs, das quais vocês já fizeram parte, fazem parte, pegaram curso gratuito, outros recebendo muito dinheiro... nos países que bancam esse dinheiro, essa exigência do Ibama não existe, não existe. O Barack Obama, comemorado como o grande cara de esquerda e tal, mandou tirar petróleo no Alasca. Aliás, as ONGs chegaram a ensaiar uma crítica amarela, envergonhada, acanhada, covarde ao Barack Obama, porque tirar petróleo de xisto, segundo eles, ia causar dano ambiental. O Barack Obama não deu bulhufas e mandou tirar, e foi por isso que, no final do Governo dele, os Estados Unidos chegaram a autossuficientes em petróleo e gás. A Inglaterra, que financia, acabou de soltar cem novas licenças de petróleo. A Noruega, que é a financiadora do Fundo Amazônia, que corrompe, que constrói militância na Amazônia para ser contra todas as obras de que a Amazônia precisa para combater a miséria, a fome... essas ONGs se juntam para serem contra, e sempre com esse mesmo discurso: "Precisamos, primeiro, isso; primeiro, aquilo", e isso já tem 50 anos.

Então, essas demoras, essas exigências... Você mesmo disse: "Ora, licença para quê? A estrada já existe". E, mesmo o Presidente do Ibama dizendo que não é contra a estrada, ele deixa escapar o que eu sei que corre no meio deles: "Não, mas a estrada faz o desmatamento". Claro! Óbvio! E até porque – é bom que se diga – você substituir vegetação nativa, uma parte dela, por plantação, só é devastação no Brasil, Senador, só é devastação aqui. No estado dele de origem, que é o meu também, lá não é devastação, mas, se você for pegar o percentual do Estado de São Paulo que está entregue ao agronegócio, proporcionalmente, é infinitamente maior do que a Amazônia, mas, na Amazônia... É óbvio que, se você faz uma estrada, o cara vai abrir onde? No seio da mata? Ele vai preferir a estrada. Isso é devastação? É no Brasil que é devastação; no mundo inteiro, não é, nem no próprio Estado de São Paulo.

Aliás, uma vez eu perguntei para uma Deputada, amiga minha, de São Paulo, ela dizendo: "Não, não pode mexer na Amazônia, porque é o clima ambiental do planeta, vai alterar se você mexer na Amazônia", e tudo mais. Eu digo: "Bom, então, nós não podemos mexer na Amazônia por conta de vocês?". Nós temos que levar em conta como é no mundo, mas no Brasil, também. E ela, Deputada, minha amiga, de São Paulo, de Barueri, uma cidade milionária, disse: "É, é verdade". "Mas, então, vocês aceitam dividir o PIB de vocês com a Amazônia? Já que nós não podemos fazer na Amazônia o que vocês fizeram, você aceita dividir o PIB do Estado de São Paulo com 28 milhões de pessoas? Não aceitam, como a Europa também não aceita. Eles vivem falando em compensação, que nunca chega, o que chega é dinheiro para ONG.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente Agostinho, você sabe que muitas coisas, muitas situações acabam parando no Supremo Tribunal Federal. Você vê a situação das ferrovias. Se não me falha a memória, a Ferrogrão tem uma situação de uma reserva. Quando o senhor fala que, se vai abrir uma estrada, vai se fazer uma ferrovia, se vai desmatar. Quem é o louco que vai lá desmatar dentro de uma reserva se só vai cruzar a estrada de ferro? Ela vai passar ali... Para vocês entenderem, para quem é conhecedor de logística, de como funciona transporte, hoje essas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

locomotivas modernas... duas locomotivas dessas aí, vão transportar, vão empurrar os vagões por mais de 250 caminhões. Aí eu pergunto, aí você está tirando... você quer diminuir o impacto ambiental, diminuir o consumo de combustível, mas todos nós sabemos que quem é o maior poluidor é o combustível fóssil, nós sabemos disso; não é desmatamento, não é fumaça, não é nada, é o combustível fóssil. Aí por que o Ibama não intervém mais nessa situação? Porque isso aí, sim, é cabível para o Ibama fazer uma análise e fazer um estudo de um impacto ambiental e entregar essas licenças. Tudo isso acaba parando no Supremo e vão anos e anos para liberar.

Eu digo mais outra coisa, quando o senhor fala assim que, se abrir uma estrada, as pessoas vão invadir as propriedades, o que nós vamos fazer com quase 30 milhões de pessoas na Amazônia? Eu quero deixar mais uma vez um ponto de interrogação aqui. Vamos levar 80% dessas pessoas para o Bolsa Família? Porque, se não fizer regularização fundiária, se nós não chegarmos a um denominador... o que está acontecendo agora? Estão tirando essas pessoas do campo, as pessoas estão sendo expulsas de lá, pessoas que moram lá há mais de 25, 30 anos, onde o Incra deu um início de assentamento, e essas pessoas hoje estão sendo retiradas. Como que vai acontecer? O que vai acontecer com isso? Qual a dignidade que vai ter o povo que foi chamado para a Amazônia? O que esse povo vai fazer? Porque, da forma que está, estou vendo o povo da Amazônia, porque... saneamento básico não tem, direito a rede de água potável não tem, nada tem, nada pode ser feito mais na Amazônia, então o que nós vamos fazer com quase 30 milhões de pessoas lá? Vamos expulsar essas pessoas de lá? Inclusive eu faço parte... eu moro lá há 50 anos, tenho conhecimento daquela região e conheço praticamente todos os estados da Amazônia. Onde mais se protege é na Amazônia.

Agora, nós sabemos que não podemos devastar, sabemos que não podemos derrubar tudo, nós queremos preservar. As terras que são da União têm que ser realmente preservadas e, se fizer algum assentamento de reforma agrária, têm que ser hoje analisadas e olhadas só as terras que são produtivas e realmente dadas para o pequeno produtor, mas, pelo que eu vejo aí, não se regulariza nem as que já estão e muito menos as pessoas vão ter um futuro decente na Região Amazônica.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Senador Jaime, o Ibama não elabora a política pública ambiental, ele executa a política pública ambiental. A política pública é elaborada pelos ministérios, e aí você tem as autarquias, os órgãos que estão abaixo, que são os executores dessa política.

No caso específico da Amazônia, foi elaborado, ao longo deste ano, e apresentado em junho o Plano de Prevenção e combate ao Desmatamento da Amazônia. A gente tem hoje, dentro da Amazônia, 60 milhões de hectares de áreas já desmatadas. Uma grande parte dessas áreas desmatadas abertas estão, notadamente, no Mato Grosso e no Pará, que são estados grandes, de ocupação mais antiga, onde se concentra a maior parte dessas áreas já ocupadas. A gente sabe também que a maior parte da população da Amazônia vive nas grandes cidades, como Manaus, Belém, Boa Vista, enfim, Rio Branco; não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessariamente as pessoas vivem esparramadas, espalhadas ao longo de toda a floresta. A gente sabe que, no caso da Amazônia, a gente tem situações que, obviamente, criam uma dificuldade um pouco maior nos processos de licenciamento. Nós temos áreas com grande biodiversidade, nós temos muitos povos tradicionais, muita população indígena. Então, isso tudo, obviamente, cria um grau de dificuldade um pouco maior do que situações de países que têm uma paisagem muito mais consolidada. Então, isso também é um fato.

O que eu posso deixar muito claro é que nem o Ibama, nem o ministério, enfim, a gente não tem absolutamente nada contra a população amazônica. A gente trabalha, obviamente, no cumprimento da legislação. Hoje, a legislação ambiental, ao mesmo tempo que ela proíbe desmatamento, a gente sabe que não tem ninguém preso no Brasil por desmatamento. A gente pode ter gente presa por crime ambiental que tenha praticado fraudes, falsificação de documentos, emissão de licenças falsas, mas, exclusivamente por desmatamento, ninguém foi preso no Brasil até hoje. Uma grande parte dessas pessoas sequer pagam as multas que são impostas. Então, a gente tem uma situação também, obviamente, de muita impunidade.

No ano passado, nós perdemos praticamente 2 milhões de hectares de vegetação nativa, mais ou menos 1 milhão na Amazônia e 1 milhão no Cerrado. Então, a gente tem uma dificuldade, obviamente, e parte dessa dificuldade está presente na legislação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Jaime, continuando.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Última pergunta só: 60 milhões de hectares é o que tem total de desmatamento da Amazônia – não é isso?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (*Fora do microfone.*) – Acumulado até aqui.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Acumulado até aqui, 60 milhões. Olha o que ele está falando, Marcio. Os Senadores que estão aqui e as pessoas estão ouvindo.

O Estado de Rondônia tem 240 mil quilômetros quadrados. Então, seriam 24, 25 milhões de hectares. Nós temos desmatados, na Amazônia inteira, duas vezes... não dão duas vezes e meia o Estado de Rondônia. Isso seria em todo o território da Amazônia, que corresponde a 58% do território nacional, 57%, 58% – não é isso? –, 57%, 58% do território nacional correspondem à Amazônia Legal; acho que não chega próximo de 60% aí. Então, se isso... se nós não conseguirmos nem isso: documentar e regularizar essa situação, olha, seriamente, eu não digo mais nada o que fazer, porque isso não é o absurdo que se fala por aí, pelo mundo afora, e a gente sabe o que eles querem lá. As grandes potências não preservaram nada das suas propriedades, nada, nem o agricultor nos Estados Unidos e muito menos na Europa. E nós temos que pagar essa conta. É difícil. Está difícil para nós.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Chico Rodrigues, antes de passar a... Marcio, olha só por que é que o pessoal tem medo do Ibama.

Você pode mostrar o vídeo? São três fotos só.

Olha o que o Ibama faz com o que ele encontra na frente. Toma e, ao mesmo tempo, comete um tremendo crime. São os agentes do Ibama. São fotos, são três fotos. É o 11, aquele que está dizendo que o pessoal corre, com medo do Ibama. É por isso aí, olha, eles apreendem, não é? Está aí, apreenderam.

Cadê a segunda foto? São três fotos.

Aí eles tocam fogo. Olha só o crime ambiental aí, o Ibama tocando fogo nos bens que eles apreendem. Por isso, Marcio, que o pessoal, "o Ibama está vindo aí. Corre. O Ibama está vindo aí." Como se fôssemos todos nós marginais.

E sobre, me permita, Chico, eu sei que você vai falar sobre a nossa BR, mas olha só o reconhecimento não só do Ibama, mas das autoridades do Governo Federal, da sua incapacidade de fiscalizar, de chegar ao local. "Ah, o entorno", eu vejo a maioria dizer, "o entorno vai ser invadido, terras contínuas", e aí começa essa coisa toda, essa falácia toda. Se hoje a BR estivesse asfaltada, Senadora Damares, qualquer foco, qualquer denúncia, poderia chegar lá de helicóptero na pista, carro, mas hoje não chega, porque não está asfaltada.

Então nós lidamos com o reconhecimento do Governo Federal de sua incapacidade de fiscalizar e de fazer com que a lei chegue lá. Sabendo que essa também é uma desculpa, balela, porque na realidade, eles não fazem porque a política que permeia, que domina e que manda que o Ibama execute, e aí não tem culpa, porque é executor, é uma política traçada e direcionada pelos grandes fundos internacionais, via ONGs.

Senador Chico Rodrigues, de Roraima.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Meu caro Presidente Plínio Valério, da CPI, meu caro Senador Marcio, que é o Relator e inclusive tem se debruçado muito sobre essa questão desse tema das ONGs... Agostinho, todos que me antecederam reconhecem o seu preparo, a sua formação e veem, na verdade, você como um grande quadro do país hoje, não é? Isso aí, na verdade, é incontestável.

E hoje, logicamente ocupando uma função no Governo, como Presidente do Ibama, tem toda essa responsabilidade para conduzir uma instituição que hoje tem repercussões na sociedade brasileira e em todos os sentidos.

Mas eu queria me ater somente ao caso específico da Amazônia e do nosso estado, o Estado de Roraima, que é um dos que mais padecem, em função dos problemas, apesar de uma população pequena



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em relação ao território. São 222 mil quilômetros quadrados para uma população de 700 mil habitantes, aproximadamente. Mas pela sua localização geopolítica e geoestratégica, nós temos hoje mil quilômetros de fronteira com a República Bolivariana da Venezuela e 1,1 mil quilômetros de fronteira com a República Cooperativa da Guiana, aliás, a nova Dubai, como todos estão acompanhando aí, pela descoberta de petróleo na sua costa.

O Ibama, eu não sei se há algum estudo, algum *marketing* que pudesse modificar, aos olhos da sociedade, a imagem que se tem realmente do Ibama – não de agora, do Governo do Presidente Lula; tem que se olhar pelo retrovisor, pelos outros Governos também. Mas é uma imagem dura, agressiva, impiedosa. Depois que armaram os agentes do Ibama, praticamente é o grande temor, como a turma chama, é o temor da floresta, pelo menos no nosso estado; são os agentes do Ibama. Então, se não haveria uma possibilidade, dentro de um plano estratégico do próprio Ibama, de começar uma nova doutrina, de instalar, suprir, manter todas as ações, mas com um pessoal que não fosse meio troglodita, como tem sido hoje. E eu posso dizer isso com muita propriedade, porque testemunho no meu estado ações duríssimas, muitas vezes desnecessárias, outras vezes necessárias, pra conter aqueles mais impulsivos, aqueles que vão sempre contra a lei.

Essa é apenas uma sugestão que nós estamos dando aqui para mudar, para melhorar, inclusive, essa imagem. Isso é interessante mesmo. Nós estamos na base. Eu acho que a gente quer mudar a cara da instituição, para, enfim, exercer o seu papel com absoluta presença, mas, de certa forma, menos rejeitada pela sociedade.

É interessante, no nosso caso, lá na região... e aqui, quando o Senador que me antecedeu falava da questão de que Rondônia representa, talvez toda a Rondônia, o que já foi desmatado na Amazônia, eu diria que, se considerarmos a Amazônia Legal, que é o foco das tensões e das cobiças internacionais declaradas, inquestionáveis, visíveis como uma janela sem vidro, porque todas as ações levam exatamente a isso, aproximadamente – o que é muito, não estou aqui, na verdade, querendo diminuir a importância do não desmatamento – representa apenas 12% de todo o território amazônico. Dos 520 milhões de hectares, 60 milhões de hectares, na verdade, representam mais ou menos esse percentual.

Acho que o Estado brasileiro tem que ter uma força que possa orientar, que possa até doutrinar também para a importância da preservação ambiental – e esses trabalhos são feitos pelos estados, pelos municípios –, mas principalmente uma campanha forte nacional para evitar esses choques.

E uma coisa que me chama muito a atenção em relação à questão da BR-319, Marcio... Veja bem, a BR-319 é uma rodovia que, na sua plenitude, vai da Patagônia ao Canadá, e o único ponto de trafegabilidade impedido atualmente – porque no passado ele já foi, precariamente, mas já foi, asfaltado – é o trecho dentro do Estado de Rondônia e no Estado do Amazonas, aproximadamente 700km. E, veja, são 400, tirando o trecho que está asfaltado, não é? Mas, veja, é uma rodovia intercontinental. Você sai hoje da Patagônia, você corta o Brasil, você corta a BR-319, você sobe à Venezuela, você vai, faz todo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse trajeto – eu estava vendo aqui –, vai pra Colômbia, passa no Panamá, Costa Rica, Nicarágua, México, Estados Unidos e Canadá. Esse trecho é fundamental como um eixo de integração inter-regional, não apenas... O meu estado seria beneficiado demais. Agora, com a questão da seca do rio, a questão do El Niño, nós estamos com problema já de abastecimento de combustível e alimentação, porque vai via Manaus. Se a BR-319 existisse de fato e de direito, asfaltada, com trafegabilidade 24 horas etc., seria uma forma exatamente de você não estar sendo submetido ao processo do El Niño que hoje nós estamos vivendo.

Então, assim... Acho que isso é um projeto de Estado, não é um projeto de Governo. É tanto que nos preocupou muito quando, no PAC, não houve nem a citação da inclusão da 319 no PAC. Então isso aí, na verdade, mostra que... E aí, gostaria até de... não é uma pergunta, mas uma espécie de esclarecimento do Dr. Agostinho, de como é que ele vê realmente essa dificuldade. Ele explicou tecnicamente: os estudos ambientais, relações de impactos ambientais, o Dnit está ainda em fase de elaboração, mas... De qualquer forma, nós queríamos uma informação mais determinada, mais forte de: aos seus olhos, o que é que você acha, e o que é que acha da importância dessa BR como fator de integração nacional também e internacional.

E eu gostaria... Já foi perguntado, já foi falado, já foi provocado, já foi elogiado etc. Hoje aqui está sob fogo cruzado, Agostinho, mas tem se havido muito bem, pelo seu jeito, não é? Mas, de qualquer forma, Presidente Agostinho, eu gostaria apenas de pedir que... Nós vamos inclusive cobrar, de uma forma mais dura agora, também do Dnit esses estudos ambientais, porque a licença prévia já existe, a aprovação do projeto em segundo momento, e depois a licença de serviço ou licença de operação, para completar esse ciclo de autorização, porque realmente a BR-319 é fundamental como fator de integração regional e também intercontinental, porque... Mostrei agora exatamente o que ela representa como esse fator.

E é lógico que o Brasil não pode ficar enrolando. Há quantos anos vem enrolando? Na época dos governos militares, quando a estrada foi aberta, ela foi asfaltada, não é? Agora, é claro que o pavimento naquela época, segundo explicam os engenheiros rodoviários, foi um pavimento que foi feito com baixa qualidade, porque chove muito na Amazônia, e nós temos o problema lá na reserva dos waimiris-atroaris, onde têm que ser refeitos aproximadamente 125km, de dois em dois anos, de três em três anos, por conta da umidade – a evapotranspiração é muito forte por causa da temperatura, também muito forte. E, aí, eu gostaria de ter essa resposta sua para esclarecer e facilitar essa nossa discussão com o Ministério da Infraestrutura e, obviamente, com o Dnit.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Para expor.) – Senador Chico, como eu já disse, nós estamos aguardando os estudos do Dnit.

É muito comum as pessoas acharem que é o Ibama que faz os estudos, e, na verdade, o Dnit contrata esses estudos, normalmente por licitação. Às vezes, a licitação, por ser uma licitação



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normalmente de menor preço, acaba tendo como vencedoras empresas que não necessariamente entregam bons resultados, estudos que, de fato, são abrangentes. Então, acaba numa situação de, muitas vezes, uma baixa qualidade de estudo, implicando uma dificuldade no licenciamento.

Nesse caso específico, a gente ainda não recebeu os estudos do Dnit. O Dnit tem hoje algo em torno de umas dez estradas em licenciamento no Ibama. A maior parte dos licenciamentos do Dnit estão com os estados, são trechos dentro de cada estado, enfim, mas esses trechos nós estamos aguardando, para que o Dnit apresente os estudos e a gente possa tomar uma decisão.

Então, com muita sinceridade: recentemente, em uma outra audiência aqui, na Casa ao lado, a gente tratou desse assunto, e houve, enfim, um entendimento no sentido de buscar essas informações de forma mais adequada junto ao Dnit.

Nós não temos essa única estrada em licenciamento no Ibama. Nós soltamos, recentemente, duas licenças importantes na Região Centro-Oeste, para dois trechos importantes de estradas.

Obviamente, a integração do nosso país é algo importante, relevante, necessário, isso ninguém discute, mas, obviamente, a gente fica muito preso: eu não consigo emitir uma licença sem ter a análise dos estudos. Então, nós estamos à disposição para qualquer eventual esclarecimento sobre esse assunto.

Eu já passei, já andei pela estrada inteira, enfim, no passado, obviamente no período de seca, no período seco, porque, no período úmido, é praticamente impossível. Então, de fato, esse é um problema que a gente tem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu... Ah, não. Chico.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Só para encerrar, eu gostaria de pedir só para o Dr. Agostinho falar sobre a possibilidade de o Ibama rever esse tipo de imagem que o Ibama tem no Brasil, como órgão coercitivo, punitivo, agressivo, etc., e melhorar a imagem, porque, afinal de contas, é um órgão de Estado.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Agradeço a observação, Senador.

O Ibama atua no comando e controle. O que nós estamos trabalhando agora no planejamento estratégico é que o Ibama volte a fazer também a educação ambiental. Isso não quer dizer que a gente vai passar a mão na cabeça de ninguém – eu acho que é importante dizer –, agora, obviamente, no nosso trabalho de fiscalização, de proteção ambiental, a gente tem que ser cortês, a gente tem que ter clareza do nosso papel, a gente não pode perder a mão, a gente tem que cumprir com o nosso papel de combate àquilo que é ilícito: o desmatamento ilegal, enfim, a extração ilegal de madeira, tudo isso que acontece de forma errada, o tráfico de animais, a pesca predatória; tudo isso o Ibama combate. Agora, obviamente,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem forma de combater. Então, para isso, a gente tem feito muitos cursos com a nossa equipe de fiscalização para que, de fato, a gente possa fazer um bom trabalho, com bastante eficiência, de forma bastante assertiva e, obviamente, respeitando todo mundo. Então, esse é um ponto muito necessário.

Sem sombra de dúvida, o Brasil precisa, além do comando e controle, nós precisamos de outras estratégias. Se a gente quer manter a floresta em pé, nós precisamos de um cardápio enorme de outras medidas. Nós temos que ter pagamento por serviços ambientais – a lei já está aprovada, mas não tem uma fonte sólida de custeio. Nós precisamos que o mercado de carbono, de fato, internalize recursos para o nosso país, tanto do desmatamento evitado quanto da restauração florestal. Nós precisamos de uma estratégia nacional de agrofloresta. Nós vamos voltar a criar áreas protegidas e ter um bom manejo dessas áreas. A gente precisa de um conjunto enorme de ferramentas; não é uma única estratégia, não é um único produto da Amazônia que vai resolver os desafios que a gente tem na Amazônia. E não são só o comando e o controle. O comando e o controle hoje estão conseguindo baixar os dados de desmatamento, estão conseguindo reduzir o desmatamento, mas, obviamente, a gente precisa de um conjunto de estratégias. Uma parte significativa dessas estratégias estão hoje no PPCDAm. Nós precisamos que exista assistência técnica para buscar alternativas. Em algumas regiões da Amazônia, o açaí é uma boa solução, mas eu conheço regiões que estão derrubando floresta para plantar açaí. Então, obviamente, ao compatibilizar as coisas, a gente ter o devido equilíbrio é algo mais do que necessário.

E, obviamente, no caso específico dos órgãos ambientais – e isso inclui o Ibama –, é a gente retomar a nossa agenda de educação ambiental. Educação ambiental é muito importante do ponto de vista de as pessoas entenderem o papel, enfim, e a necessidade da conservação ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu passo a palavra para a Senadora Damares.

Só me permita um comentário de 30 segundos, Senadora Damares.

Essa questão do controle, eu vou continuar rezando, Sr. Agostinho, de pé junto e o joelho no milho, para que vocês incluam o ser humano nessa política, nessa estratégia.

E a outra é que as ONGs já pegam dinheiro para a educação ambiental. ONG pega milhões e não é para financiar comunidades, não; é para pregar a educação. ONG não financia, ONG educa. Então, já que o Ibama vai fazer isso, é porque as ONGs não estão sequer cumprir esse papel educativo. Na realidade, eles treinam as pessoas para fazerem o jogo que eles querem.

Eu estou usando da prerrogativa de ser Presidente – viu, Damares? –, sempre comentando antes de passar a palavra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, a Senadora Damares, agradecendo a presença do Senador Amin, mas avisando a ele que, antes dele, vai vir a nossa Deputada Federal Silvia e que ele, eu espero, se comporte hoje e nos obedeça.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Apesar da companhia, não é?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpar.) – Obrigada, Presidente.

Eu só lamento, Presidente Rodrigo, não ter chegado antes para ouvir toda a sua apresentação. Hoje foi um dia – está sendo – bem complicado para todos nós Senadores, muitas brigas do lado de lá do corredor, e foi difícil chegar aqui. Mas eu vou assistir à sua apresentação. Isto acontece muito nesta CPI, a gente às vezes não está presente, mas a gente tem as madrugadas. Afinal de contas, dormir para quê, não é?

Eu queria explicar para o Senador Esperidião Amin – acho que ele não leu, não sei se ele leu a biografia do Presidente Rodrigo –: ele foi Prefeito da cidade de Bauru. Para quem não conhece bem a geografia de São Paulo, Bauru fica ali na Grande São Carlos. Naquela Grande São Carlos maravilhosa, tem um pedacinho ali atrás que é Bauru. E acompanhei seu trabalho como Prefeito...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, eu sou de São Carlos. Eu acompanhei seu trabalho...

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Uma cidade muito bonita.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente Rodrigo, as nossas intervenções aqui... que o senhor não receba nada como algo pessoal, mesmo porque toda a construção desta CPI foi até mesmo anterior à sua gestão. A gente tem aí dados, elementos. É uma briga do Senador Plínio antiga. E este ano ele encontrou aqui um time bom, e a gente conseguiu instalar esta CPI.

E nós estamos aqui muito preocupados com o senhor daqui para frente. Daqui para frente, nós vamos acompanhá-lo muito. Esta CPI não vai só investigar a atuação indevida de ONGs, mas ela vai propor também: nós vamos apresentar propostas de legislação, nós vamos apresentar outras propostas de fiscalização, nós vamos acompanhar.

O senhor disse que está agora, em outubro, construindo o seu plano estratégico. Lá se foi um ano. É assim mesmo. O senhor foi gestor antes, é assim mesmo: a gente não consegue realizar todos os nossos sonhos numa gestão. O senhor contou aqui – e o senhor teve um tempo para se explicar – essa notícia que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está veiculada hoje sobre a não concretização de uma obra na sua gestão. Mas o senhor tem aí como uma meta, pelo menos é o que a gente ouve falar, que o Ibama seja desmatamento zero. E o senhor deve estar construindo um plano, trabalhando nessa direção.

Aí o senhor nos informou que o senhor perdeu... que o Ibama perdeu muito efetivo nos últimos anos. Parece-me que saiu de 6 mil, e vocês estão com em torno de 2 mil servidores. É um número realmente assustador, de 6 para 2.

Nessa construção do plano estratégico, Presidente, o senhor já está prevendo uma atuação maior das ONGs para ajudá-lo a desenvolver as políticas públicas? Isso nos preocupa – eu estou lhe fazendo essa pergunta e já vou lhe dizendo que isso nos preocupa. A gente sabe que o terceiro setor tem nos ajudado muito no desenvolvimento de políticas públicas. É o que a gente faz, a gente precisa. A gente sabe que o terceiro setor, a iniciativa privada, na parceria de políticas públicas, pode chegar a lugares aonde o Estado não consegue chegar, especialmente em uma situação dessa, de 6 cair para 2 mil o efetivo. Nessa elaboração do seu plano estratégico, eu acredito que também do PPA, vocês estão trabalhando na perspectiva de trazer mais ONGs para desenvolver a política pública? Nós vamos poder ficar tranquilos com relação a isso? Porque, Presidente, nas áreas em que o senhor trabalha, na sua grande maioria, está muito envolvida a questão da soberania nacional. E a gente viu muito que ONGs avançaram em algumas áreas nesta nação e em algumas atuações pela total ausência do Estado. Assim foi em áreas indígenas, assim tem sido em algumas áreas de preservação no Brasil: a presença de instituições pela total ausência do Estado. A minha pergunta é... A gente vai continuar acompanhando o seu trabalho enquanto este Governo estiver Governo – não sei se vai demorar muito, mas ele ainda é Governo. Enquanto o desgoverno permanece, a gente vai acompanhá-lo; mas a gente sabe que o senhor é uma pessoa muito bem-intencionada. Quem o acompanha sabe disso. A pergunta é: no seu plano estratégico, devido ao baixo efetivo, o senhor está trabalhando na perspectiva de mais ONGs virem desenvolver política pública com o senhor? Está considerando, Presidente, que muitas das áreas da atuação do Ibama são áreas de fronteira? E a gente tem – e esta CPI vai provar isto – colocado muitas vezes em risco a nossa soberania nacional por entregarmos a ONGs ações que eram ações de Estado?

Essa é a minha pergunta. Se o senhor puder responder, tudo bem. Se não tiver condição de responder, pode me mandar por *e-mail*, a gente conversa depois.

Eu vou bater muito na sua porta, muito. E aí eu vou dizer por que e eu encerro a minha intervenção aqui.

Nós estamos vendo o Ibama como um dos violadores de direitos humanos no Brasil. Semana passada eu fiquei, inclusive, muito irritada, e a minha fala foi uma fala de muita irritação com o Presidente do ICMBio, quando a gente viu imagens terríveis, mas as mesmas imagens eu vejo lá na ponta, com o Ibama. Quero ajudá-lo, Presidente; a gente sentar, conversar: de que forma vocês podem desenvolver a atribuição que é dada por lei a vocês, sem violar direitos humanos? Quando a gente ouve



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares aqui dizerem – e eu sei que a Silvia vai falar também – que crianças têm medo quando veem o símbolo do ICMBio, que pessoas têm medo quando veem o símbolo do Ibama, instituições de Estado que causam medo, pavor, terror, a gente precisa repensar a existência dessas instituições. Mas eu quero muito, eu vou fazer esse caminho, não vou esperar só esta CPI. Eu vou bater muito na sua porta: de que forma vocês podem estar atuando lá na ponta, sem violar direitos humanos nesta nação?

Fica a minha pergunta. Se se sentir à vontade em responder ou se quiser falar comigo depois, eu também me dou por satisfeita.

Obrigada, Presidente.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Para expor.) – Senadora Damares, vamos lá. Primeiro, quero dizer que eu tenho um carinho especial para São Carlos, tenho primos muito queridos em São Carlos. São Carlos é uma cidade muito próxima de Bauru, mas São Carlos tem ar-condicionado, (*Risos.*) algo que falta na minha cidade. A temperatura é muito mais amena em São Carlos. É uma cidade com um parque industrial maravilhoso e com remanescentes de Cerrado ali entre São Carlos e Itirapina também maravilhosos, com muita biodiversidade.

O Ibama não trabalha com ONGs, eu acho que é importante a gente deixar claro isso. Por quê? Porque a atividade principal do Ibama é a atividade finalística. Na atividade finalística eu não consigo e não posso, obviamente, colocar uma ONG para fazer poder de polícia. Não posso colocar uma ONG para emitir um auto de infração. Não posso colocar uma ONG para emitir uma licença ambiental, para fazer uma autorização de transporte de uma carga perigosa. Então, o Ibama não trabalha dessa forma. É muito limitada, inclusive, a possibilidade de o Ibama terceirizar serviços. Então, o Ibama consegue terceirizar em situações muito *sui generis*, como serviços de portaria, por exemplo. Eu não consigo... É bastante limitada a nossa possibilidade, porque a gente exerce uma atividade finalística.

Onde a gente pode ter uma participação da sociedade civil é em ações totalmente indiretas. O Ibama, no passado, recebeu recursos de cooperação nacional, internacional, enfim. Recebemos agora, recentemente, da ONU Drogas e Crime vários computadores, enfim, uma doação de computadores. É cooperação; não é absolutamente nenhuma... nesse caso específico, não é nenhuma ingerência. Onde a gente pode trabalhar também? Talvez com editais na área de restauração florestal, em áreas onde existem instituições fazendo o trabalho de restauração florestal.

Mas o que eu posso tranquilizar é que o Ibama não pretende, obviamente, terceirizar a sua atividade finalística. A atividade de fiscalização é uma atividade do próprio Ibama. E o Ibama está investindo muito em treinamento, em capacitação, para que a gente possa exercer, com o mesmo rigor, o cumprimento da legislação, sem que a gente desafie nenhum direito humano. Acho que isso que a senhora colocou é muito importante. A gente precisa de todo órgão que faz comando e controle, a gente precisa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos órgãos de segurança pública, enfim, todo mundo com o rigor da lei, mas, obviamente, sabendo os limites da sua atuação.

O Ibama tem uma comissão de ética para poder avaliar eventuais desvios de conduta. O Ibama não tem, enfim, compromisso nenhum com o erro. A gente tem uma corregedoria, inclusive superabarrota de processos. A gente tem hoje... Para 2,5 mil servidores, a gente tem quase 5 mil processos administrativos disciplinares dentro da nossa corregedoria. Então, é bastante desafiadora essa situação, mas o Ibama vem trabalhando muito para aprimorar o seu trabalho. Nós temos instrutores hoje do próprio Ibama conduzindo os cursos para que a gente possa aprimorar sempre, para que a gente possa trabalhar, inclusive, com o uso de outras estratégias, de outras técnicas.

Agora, é um trabalho de fiscalização que não é um trabalho simples. A gente é muitas vezes recebido a tiros, recebido à bala em muitas áreas. A gente sabe que, em alguns rincões deste país, o crime organizado vem tomando conta. É por isso que, a alguns lugares, a gente vai acompanhado da Polícia Federal, da Força Nacional ou mesmo da PRF, da Polícia Rodoviária Federal.

Então, é apenas para deixar claro que não é interesse do Ibama nenhum terceirizar nenhuma atividade finalística nossa para a sociedade civil, exceto, obviamente, em situações muito extraordinárias de cooperação ou mesmo de restauração florestal.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nossa convidada de sempre, Deputada Silvia.

A SRA. SILVIA WAIÁPI (PL - AP. Para expor.) – Bom, agora já é boa tarde. Boa tarde, Srs. Senadores.

Muito obrigada pela deferência e pela oportunidade.

Sr. Presidente do Ibama, o senhor é natural do Sudeste brasileiro, o senhor nasceu em São Paulo, um estado totalmente desenvolvido, com um grande poder econômico, cujo IDH é um dos melhores do Brasil. O senhor estuda a questão do meio ambiente desde a sua breve juventude – porque hoje o senhor ainda é jovem. O senhor tem um currículo fantástico.

Eu sou uma mulher do Norte, uma mulher indígena, uma filha do Amapá, uma herdeira da Amazônia brasileira. Eu também tenho um currículo fantástico. Dentro dessas minhas formações, uma delas é transporte aeromédico e tive a oportunidade de ser Secretária Nacional de Saúde Indígena. E uma das minhas principais atuações foi homologar pistas de pouso – foram 28 pistas em seis meses – para que eu pudesse levar saúde para povos indígenas, para que eu pudesse levar equipes e para poder transportar e tirar esses indígenas dessas terras, para que eles pudessem ter dignidade de atendimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O seu currículo é fantástico, mas eu queria saber quando o seu currículo vai ser utilizado para salvar o povo do Norte brasileiro, porque até então todo esse processo tem sido utilizado contra o povo do Norte e ele não cumpre com o interesse da nossa população.

Eu falo como uma mulher da Amazônia que vê meninas sendo vendidas, meninas sendo abusadas sexualmente, mulheres se vendendo à prostituição, porque nós não temos condições econômicas para sobreviver. Só para eu chegar da Aldeia Aramirã até a Aldeia Itapé, no Amapá, se eu tiver que ir andando, eu vou levar 18 horas andando no mato. Para eu poder retornar, Sr. Presidente, caso eu queira ou utilize um barco, eu vou levar oito horas. E, se eu não tiver esse barco e estiver doente, eu morro, como minha sobrinha morreu.

Agora no Dia das Mães, em maio, durante o parto, sim, uma mulher indígena teve que morrer no parto, porque nós não tínhamos como tirá-la da aldeia. Nós não temos saneamento básico dentro da aldeia e nem no Norte brasileiro. Se eu estiver dentro da aldeia e tiver que fazer, sim, as minhas necessidades fisiológicas, eu vou ter que ir para dentro do rio, cumprir com o rito de fazer xixi e cocô dentro do rio, na água, porque vocês nos condenaram à miséria, porque vocês nos trancafiaram em 1500. Esse tipo de política serve para a Europa, para os países desenvolvidos, porque eles utilizaram todas as suas riquezas, mas eles impõem sobre nós, povos do Norte, homens e mulheres e crianças da Amazônia brasileira, o jugo da pobreza e da miséria.

Eu falo isso, Sr. Presidente, porque eu quero que haja uma reflexão não somente sua, mas de todo o povo brasileiro, para que nós povos do Norte e da Amazônia brasileira não venhamos mais a pagar o alto preço para manter a estabilidade de outros países, enquanto nós pagamos isso com a nossa própria vida.

Então, é apenas para refletir que nós precisamos colocar o ser humano dentro das políticas públicas, porque até então nós vimos uma grande atuação para preservar o meio ambiente e a árvore, para nós, mulheres, sermos estupradas debaixo dela. O Ibama, infelizmente, tem atuado – é apenas para uma reflexão, mas isso é um concorde de todo o povo da Amazônia – contra a soberania nacional, contra a soberania brasileira e contra a dignidade do povo brasileiro. Somos nós que pagamos essa conta em nome do interesse internacional.

Obrigada.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Para expor.) – Deputada Silvia, antes de mais nada, meus sentimentos pelo ocorrido, que V. Exa. relatou aqui agora, relacionado à morte no parto. É muito triste essa situação que a gente tem e que a gente vê se repetindo todos os dias em nosso país. Então, eu quero só prestar solidariedade à senhora e dizer que, quando a gente atua na conservação ambiental, a gente também está de olho no ser humano. Quando a gente quer controlar as mudanças climáticas, a gente quer justamente controlar situações como as que gente está vendo hoje, da seca prolongada na Amazônia, das enchentes no sul do país, que também levam vidas embora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na conservação ambiental, muitas vezes o ser humano está no centro desse debate. Se a gente deixar se agravar a situação das mudanças climáticas ou mesmo da situação da crise hídrica, enfim, a gente está colocando uma parte significativa da população que não tem alternativa numa situação muito perigosa.

A gente sabe que as populações mais pobres, as populações ribeirinhas serão as mais vulneráveis em relação a qualquer tipo de situação climática. O combate ao desmatamento não é apenas e tão somente pra conservação da própria biodiversidade em si, é pra que a gente possa manter a regularidade das nossas chuvas, pra que o restante do país possa ter chuva, possa ter água, pra que a própria Amazônia possa ter água.

Nós estamos tendo não apenas o agravamento do El Niño, estamos tendo o degelo dos Andes, que formam o Rio Madeira, que formam uma boa parte da nossa própria Bacia Amazônica. Então, o debate está todo conectado, e o ser humano, de fato, está no meio, no centro desse debate. E é um desafio de todos nós, não é um desafio apenas do Brasil, é um desafio de todo o mundo, obviamente, na medida e na responsabilidade diferenciada de cada um. Então, acho que esse é um dos grandes desafios que a gente tem. Sem sombra de dúvida, a questão ambiental obviamente coloca o ser humano no centro do debate, até porque o que se desenha daqui pra frente no âmbito das mudanças climáticas não é nada nem um pouco perto do que a gente poderia dizer de razoável.

O Brasil é um país que tem trinta e poucos por cento do seu PIB baseado na agricultura, e essa agricultura é dependente da chuva da Amazônia. A gente... Uma boa parte da população do Sudeste bebe água que vem das chuvas da Amazônia. Está tudo conectado. Então, pra nós é muito importante que, de fato, a gente faça essas conexões, que, de fato, a gente saiba valorizar, enfim, as pessoas que vivem na Amazônia.

O seu estado é um estado belíssimo, é um estado abençoado, é um estado que tem muitas riquezas naturais, que tem uma só sociobiodiversidade gigantesca e, obviamente, carrega o peso de tamanha responsabilidade do ponto de vista de como, obviamente, implementar um desenvolvimento sustentável. Então, o Ibama tem a compreensão desse tipo de desafio e do tamanho do desafio que a gente tem pela frente, porque não se esgota aqui.

Então, eu queria apenas me solidarizar em relação a esse tipo de situação.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Bom, Sr. Presidente, é apenas para falar agora sobre o meu estado, o Estado do Amapá, ali naquela região onde se cogita a liberação da exploração do petróleo na foz do Amazonas, que, como já foi dito, são mais de 500km da foz especificamente e que faz fronteira com a Guiana Francesa, que explora o petróleo na região.

Eu, quando criança e adolescente, atravessava a nado pro lado francês. Então, nós somos muito próximos, os catraeiros fazem transporte de pessoas para o outro lado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É engraçado que aquela Guiana está explorando o petróleo naquela região, e o Brasil proíbe, ou alguns órgãos estão tentando impedir novamente o desenvolvimento econômico naquela região.

Como eu disse, eu já atravessei a nado para o outro lado. Por que o outro lado pode explorar o petróleo, e nós, não?

As consequências do aumento da pobreza na região principalmente agora... A Polícia Federal – eu até desafio todos a procurarem na internet – fez uma prisão de nove integrantes de uma organização criminosa que vendia meninos para serem abusados sexualmente, meninos de dois anos, porque o crime organizado se aproveita da pobreza na região. Tudo porque alguém e outros interesses nos condenaram à miséria.

Então, antes de haver qualquer tipo de objeção sobre qualquer tipo de desenvolvimento econômico em solo brasileiro, deve-se levar sempre em questão a dignidade do povo que mora ali e que tem sido impedido de se desenvolver economicamente ou de ter acesso ao desenvolvimento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Fiquei curioso agora, Sr. Agostinho, porque eu li outro dia, e eu não entendo muito disso, porque eu ouvi que as chuvas do Sudeste vêm do mar, e o senhor acaba de dizer que vêm da Amazônia. Dê uma aula aqui para mim, porque eu li outro dia que é do mar – aquecimento ou não –, que a Floresta Amazônica realmente não tem participação nessa questão de chuva.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Para expor.) – Bem, vamos lá! Vamos por partes.

Deputada Sílvia, só um esclarecimento: o Ibama não proibiu a exploração de petróleo em lugar nenhum. O Ibama negou a concessão da licença com base naquilo que foi apresentado pela Petrobras. A Petrobras tem feito novos estudos, tem feito uma série de observações, pediu reconsideração, já apresentou um novo plano de emergência individual. Então, eu acho que é importante fazer esses esclarecimentos necessários.

Na Guiana Francesa, houve pesquisa de petróleo, mas ainda não tem produção. Na Guiana – na Guiana, sim –, existe produção de petróleo. Agora, cada país tem as suas regras – a gente fala muito de soberania –, cada país tem a sua legislação e as regras são diferentes em cada país. Tem país que não tem licenciamento ambiental, tem país que tem licenciamento ambiental, tem regras diferentes. A própria agência de proteção ambiental americana tem o dobro de servidores do próprio Ibama.

Em relação às chuvas, o Sudeste se beneficia de várias frentes: ele se beneficia muitas vezes de massas de ar que vêm do Sul; ele se beneficia da chamada chuva orográfica ou chuva de relevo; chuva convectiva, que é a chuva do litoral, que é, na hora em que bate a umidade da corrente do Brasil em



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direção à Serra do Mar, nós temos a chuva acontecendo em São Paulo; mas, de maneira muito significativa, nós temos aquilo que popularmente está sendo conhecido como rios voadores: massas de ar que descem da Amazônia, então elas entram pela foz do Amazonas movimentadas pelos ventos alísios, chegam na Foz do Amazonas e a gente começa a ter uma chuva interna dentro da própria Amazônia em direção aos Andes, na região dos Andes, é formada ali a bacia, as cabeceiras de grandes rios amazônicos. Obviamente que o pessoal fala da nascente, que é no Lago Titicaca, mas a gente tem muitos rios no Peru, na Colômbia, que drenam pra Bacia Amazônica, no próprio Equador, na Bolívia. E essa chuva vem descendo, vai formando o Pantanal, a bacia do Rio Paraguai, vai descendo e abastecendo uma boa parte da América do Sul.

Então, o que a gente tem é uma mistura de fenômenos climáticos onde as chuvas da Amazônia são parte significativa. Existem estimativas que falam de mais de metade da chuva da América do Sul oriunda justamente da maior floresta tropical do mundo. Uma boa parte da chuva do Centro-Oeste, que mantém a nossa agricultura e que mantém a nossa economia vem, obviamente, da Região Amazônica, e eu acho que isso é algo que o restante do Brasil precisava valorizar, obviamente, um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu fico com a consciência tranquila de saber que nós não somos os únicos responsáveis pelas chuvas, que a Amazônia, que é tão penalizada porque é responsável por isso e por aquilo, também não é única: é uma mistura de fenômenos climáticos. Legal a sua observação, para que eu possa ficar aliviado.

Sempre jogam a culpa na Amazônia; a gente não pode fazer nada na Amazônia por isso. A Amazônia já foi o pulmão do mundo; já passou essa balela, já passou... Muita gente, nos Estados Unidos, que acreditam, na Alemanha, na Noruega, que acreditam nisso. Então, folgo, Marcio, em saber que nós, da Amazônia, não somos os únicos responsáveis pelas chuvas no Sudeste.

Eu também fiquei alegre quando falou que o ser humano é o centro da política ambiental. O ser humano lá fora – o ser humano lá fora; na Amazônia, no Amazonas, não tem isso. Quando a Deputada Silvia fala, Sr. Agostinho, que ela reclama essa atenção, nós realmente precisamos...

Eu, um dia desses, talvez tenha sido o senhor... Estou vendo agora, lá, no Aeroporto de Manaus, com uma mochila nas costas, estava sozinho, vendo. Então, a gente vê que se trata de uma pessoa que quer ir ver, que vai mais ver de perto. Então, o senhor deve ter visto quanto vive nossa população.

E essa questão de mudança climática, de imposições, de jogar nódulos ambientais no nosso corpo, de jogar pecado ambiental na nossa mente, no nosso coração, nos leva a estar mostrando essas coisas. Nós não somos os culpados disso. Olha só, e também, se preservar fosse o melhor dos mundos, o Amazonas não teria 56% da sua população vivendo abaixo da linha da pobreza, porque não tinha R\$11 por dia. Por que eu digo isso? Porque, no Amazonas, nós ainda estamos conseguindo preservar de 96% a 97%, mas o preço é caro – o preço é caro, é desumano. Mais da metade da população vive abaixo da linha da pobreza,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e aqui muito se falou em punição, em legalidade. Não é permitido... Porque, na Amazônia, nada é permitido; tudo na Amazônia é ilegal. Porque nada é permitido... Então, onde não se permite nada, se pode tudo, e é isso que a gente quer para a frente.

Por isso eu te explicava, lá na sala e aqui: aqui não é nada pessoal, aqui ninguém vai chamar de mentiroso, pedir polícia. Não tem isso aqui; a gente quer chegar a coisas boas, e uma delas é o Fundo Amazônia, para que o Fundo Amazônia também aceite, de verdade, na prática, que municípios participem, que os estados... Ah, mas tem projetos – tem sim – da Amazônia lá: 9 milhões, 14 milhões; e para Fundação Amazônia Sustentável, 54.

Então, a gente quer que seja mais democrática essa distribuição das esmolos que o Brasil aceita, e recebe, e aceita as imposições. Quando o Marcio diz que a Eco vai ser prestação de contas, muito mais do que isso, Marcio, vai ser novamente um caderno com as novas... com o dever, com as lições que vão nos impor. Vão nos impor novas lições, deveres de casa, e nós, humildemente, vamos fazer. Por quê? Porque quem controla esses órgãos, infelizmente, pertence aqui à "colônia", como eles nos tratam, mas eles se julgam colonizadores, porque foram lá fora aprender que nós é que somos os colonizados, nós somos errados, nós poluímos os rios, nós fazemos isso e aquilo.

Então, a gente quer, sim, continuar nessa amostragem que estamos fazendo em relação às ONGs, esse relacionamento que existe e que realmente é condenável.

Eu tenho uma pergunta a fazer antes de encerrar, Marcio.

Nós provamos aqui e mostramos, Sr. Agostinho, que o ICMBio descumpra aquilo que a gente chama – não sei se a pronúncia é Snuc, que é o conjunto de normas... Ele não apresenta o plano de manejo, o plano de ação em tempo hábil, porque lá dá seis meses o plano de ação... Nós provamos aqui que o ICMBio não cumpre. Então, a pergunta que fica é se o Ibama pode, como agente fiscalizador, fazer alguma coisa em relação ao ICMBio, porque foi provado: ele não cumpre. Ele exige, mas não cumpre. Não adianta o Sr. Mauro dizer que cumpre, que não... Aliás, ele não disse. Não cumpre mesmo. Não tem. Principalmente essas unidades de conservação.

O Ibama pode fazer algo com esse crime? Porque isso é crime, descumprir a Constituição é crime.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – A Lei do Snuc, aprovada em 2000... A Lei do Snuc é porque Snuc é uma sigla, sigla de Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Unidades de conservação, como o próprio Presidente do ICMBio já disse, são o conjunto de áreas protegidas no Brasil. Existiam mais de 80 nomenclaturas, o Snuc simplificou isso, dividiu em dois conjuntos: as de uso sustentável, em que a atividade econômica é permitida, e as de proteção integral, com muito mais restrição.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cada unidade de conservação precisa ter o seu plano de manejo. O ICMBio, ao longo das últimas décadas, construiu uma parte significativa dos planos de manejo, e houve uma redução também do custo da elaboração desses planos.

Num momento inicial, os planos eram feitos com diagnósticos muito robustos, e uma parte significativa desses diagnósticos pode ser feita *a posteriori*. O que a gente tem de desafio, talvez, é que os planos precisam ter um plano de ação, talvez, muito maior do que a fase inicial, que é uma fase de diagnóstico, mas as atribuições são separadas. O Ibama não cuida mais de unidade de conservação desde 2007.

O descumprimento eventual de um plano de manejo, aí, sim, a gente entra numa situação complicada, porque a Lei dos Crimes Ambientais, a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, ela estabelece os crimes contra a administração ambiental, que é deixar de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Perfeito.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Mas eu acho, Senador – apenas pra encerrar –, que, de fato, a gente pode ajudar em algumas coisas...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Se eu entrar com uma denúncia, mostrando, acusando o ICMBio de descumprir o Snuc, posso fazer isso junto ao Ibama?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – O Ibama não tem atribuição de fiscalizar o outro órgão, mas obviamente que um eventual descumprimento – e isso não vale só pro ICMBio; isso vale pro próprio Ibama – sujeita o órgão a ser responsabilizado.

A gente já foi responsabilizado, no passado, ao autorizar planos de manejo em desacordo com a legislação ambiental. Então, assim, ninguém... Obviamente, ninguém, na administração pública, está imune ao cumprimento da própria legislação.

Então, o que eu acho é que talvez o Ibama possa ajudar um pouco mais, e é um esforço que a gente vem fazendo, porque as licenças ambientais produzem recursos de compensação ambiental e que são dirigidas para as unidades de conservação, num primeiro momento, pra regularização fundiária e, num segundo, pra elaboração dos planos de manejo.

Então, numa eventual situação em que uma unidade não tenha plano de manejo, ela pode pleitear recursos junto à compensação ambiental. E, nisso, o Ibama pode ajudar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, cada órgão tem a sua autonomia, cada órgão tem a sua responsabilidade. Existe legislação específica. Nós estamos falando de duas autarquias públicas federais, ambas vinculadas ao mesmo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, Marcio, é Ministério Público Federal mesmo. Nós já estivemos no Ministério Público Federal para denunciar e pedir apuração das denúncias que fizemos do que vimos lá na Reserva Extrativista Chico Mendes: maus-tratos, regime escravagista e tudo.

É verdade que a licença de Belo Monte está vencida desde 2021?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – É, no Brasil, quando o empreendedor entrega os estudos pra renovação dentro do prazo, a gente tem a renovação automática da licença. Então, ela está com uma licença, está com uma licença válida, embora, de fato, tenha vencido em 2021. O Ibama está analisando uma série de documentos que foram colocados. No caso específico de Belo Monte, existe, de fato, o descumprimento de muitas condicionantes iniciais, enfim, que foram estabelecidas no licenciamento inicial, e existe um conflito pelo uso da água no local. Ninguém discute a importância da hidrelétrica, ninguém discute a importância da geração de energia no local, e o Ibama está trabalhando nesse tema com muito bom senso. O Ibama não vai tomar nenhuma medida sem, obviamente, observar toda a legislação e trabalhar com bastante bom senso. Nesse caso específico, a hidrelétrica tem licença, porque existe a renovação automática.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas é verdade que Apyterewa e Ituna-Itatá são condicionantes da Belo Monte? Existe algum documento assim?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Não, na verdade, o Ibama nunca pede como condicionante de licenciamento questões que não estão afetas nem ao empreendedor nem ao próprio Ibama. A demarcação de terras indígenas é atribuição da Funai, as terras indígenas são terras da União, isso não faz parte, obviamente, como condicionante do licenciamento ambiental...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas Apyterewa e Ituna-Itatá estão ali por perto de Belo Monte? Eu nunca fui lá. Estão perto?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Estão localizados na Bacia do Xingu, obviamente. Agora, de maneira muito clara, nunca foi imposta uma condicionante de licenciamento obrigando a se criar uma determinada terra indígena. Isso eu posso de maneira muito tranquila...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quer dizer que esses colonos que estão lá em Ituna, em Apyterewa não seriam coisa ruim para Belo Monte? Não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejudicariam a atividade da Belo Monte de nenhum jeito, seja com poluição, seja com a convivência ali por perto?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Senador Plínio, vamos lá. Altamira é um dos maiores municípios do mundo, Belo Monte está dentro do Município de Altamira. Ao mesmo tempo, Altamira também é um dos municípios com maior estoque florestal do mundo. Depois da construção de Belo Monte, houve, obviamente, um novo ciclo de desenvolvimento naquela região, também acompanhado de um ciclo muito intenso de desmatamento. Então, normalmente, as condicionantes tentam evitar situações como essa, que você possa ter como condicionante o estabelecimento de uma governança ambiental na região que, de fato, minimize esses efeitos perversos de uma obra que, de fato, é de interesse social, é de utilidade pública.

Então, a grande situação que a gente tem ali é essa.

Agora, o território indígena é uma outra situação. O território indígena está previsto na Constituição, no art. 231. São terras federais. E não é o Ibama que determina a criação ou não de uma terra indígena. É um processo de demarcação que é feito pela Funai, pela equipe da Funai, enfim, de uma forma totalmente autônoma.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Ministério Público Federal fez algumas recomendações, me parece, ao Ibama sobre questões lá de Altamira. Essas recomendações foram cumpridas?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Como o próprio nome diz, são recomendações.

Em quase todo o processo de licenciamento sensível, o Ibama recebe recomendações, recomendações do Ministério Público Federal, que o Ibama, a equipe técnica avalia, sob a ótica técnica, se, de fato, aquelas recomendações fazem sentido ou não fazem sentido.

Então, o Ibama, sim, recebe diversas recomendações.

Nós temos, inclusive, a Advocacia-Geral da União, aqui representada pela Procuradora Karina, que é a procuradora federal especializada, analisa essas recomendações. A equipe técnica de licenciamento também avalia as recomendações e avalia a pertinência ou não do cumprimento daquela recomendação.

Então, não é algo obviamente estabelecido na legislação. Obviamente, tem os seus fundamentos. Aí o Ibama, obviamente, vai avaliar em caráter discricionário, sempre observando a legislação, se faz sentido ou não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem, obviamente, uma judicialização antiga que data do licenciamento de Belo Monte. Existe uma judicialização antiga que, volta e meia, enfim, acaba sendo pautada pelo Supremo, que ainda está sendo avaliada e que discute, inclusive, o licenciamento lá detrás.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, quer dizer que recomendações do Ministério Público Federal são simplesmente recomendações.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – O próprio nome diz, Senador, que são recomendações. Não é uma determinação judicial.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quando o Ministério Público Federal recomenda para o cara que está lá desassistido, a polícia chega...

Eu não conheço aquela região, mas eu pensei que Belo Monte ficasse na Vitória do Xingu. Eu preciso até ir lá. Não é em Altamira.

Isso não é relevante, não. Eu só estou dizendo que eu pensei que ficasse em Vitória do Xingu.

Marcio, vamos encerrar?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Vamos.

Apenas um comentário.

A Amazônia já foi palco de várias sandices. A primeira de que eu me lembro é a de que a Amazônia iria de desertificar. Passaram-se os anos, isso acabou. Ninguém fala mais nada, ninguém faz autocrítica das afirmações que fizeram durante muito tempo.

Não é a floresta que traz a chuva. É a chuva que traz a floresta. Se o homem conseguir levar a chuva para o Deserto do Saara, ele vai deixar de ser deserto logo, logo.

Pararam de dizer isso, ninguém fez autocrítica de nada, e depois, passou para "pulmão do mundo", uma piada que essas ONGs, grupos ambientalistas divulgaram por décadas. Como era o pulmão do mundo, nós tínhamos o pulmão do mundo. E o mundo, para respirar, precisaria da Amazônia. Portanto, nós precisaríamos de abrir mão de coisas como progresso, prosperidade, explorar os recursos naturais, porque isso comprometeria o pulmão da humanidade.

Também passou. Ninguém fez autocrítica disso. Passou.

Agora, são rios voadores. Quer dizer, a Amazônia produz rios voadores. A Amazônia produz água, ela vai para a atmosfera e aí vem aqui para o Sul, para o Sudeste. Então, se a gente mexer na Amazônia, nós vamos comprometer o ciclo das chuvas aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos oportunidade... E eu leio, eu estudo climatologistas – que é a área, que é o ramo –, livros, teses publicadas. Por isso que eu falei: tem teses de todo lado. Então, a tese dos rios voadores, na minha avaliação e do que eu leio e estudo, é outro devaneio. A Floresta Amazônica recebe uma carga de água que vem do oceano – no caso, o Pacífico –, e para ali. Estudos dão conta, em décadas, de que ele é autossustentável, ele é um ciclo: nem sobra, nem falta. Se sobrasse, ia inundar; se faltasse, ia secar. Então, ele é um ciclo altamente renovável.

Mas foi esta afirmação que eu fiz para a amiga Deputada Federal de São Paulo: "Bom, mas, então, se nós somos os responsáveis pelo ciclo da chuva, ou não, no Sul e no Sudeste, e aí nós não podemos fazer o que vocês fizeram por isso, então vocês teriam que dividir a fortuna de vocês conosco".

No mais, o que sobra são, assim, grupos milionários – Fundação Rockefeller, Fundação Ford, George Soros –, países que fazem e não dão nem bola. Aqui, o Ibama, o ICMBio – nossa! – passam um século, são uma burocracia. No fim das contas, está todo mundo pobre na Amazônia, não tem água, não tem luz, não tem comida. Se não fosse o Bolsa Família... Dezesesseis milhões de pessoas na Amazônia não sobreviveriam sem o Bolsa Família. É uma burocracia imensa e tal.

Mas os países que financiam as ONGs, que influenciam o governo não precisam. Alguém aqui fez uma pergunta: se o Ibama faz convênio com ONG. Não, não faz. Não precisa, o Ibama já é uma ONG, o Ministério do Meio Ambiente. É tudo o mesmo time, é tudo o mesmo grupo. Quando dizem assim: "Uma ONG, para acessar um recurso, concorreu". Concorreu com quem, irmão? Concorreu com o mesmo grupo. Daqui a pouco, vão todos para Dubai cumprir um papel que me envergonha – me envergonha mesmo –, vão cumprir o papel de vassalos. Vão chegar lá em Dubai e prestar contas: "Olha, nós estamos fazendo isso para conter o desmatamento, isso, aquilo". E os países que produzem o que eles dizem que é o problema, que é o aquecimento global, provocado pelo excesso do CO₂ – há controvérsia –, ninguém cobra. Eles não vão para lá. O Governo brasileiro, as ONGs que atuam aqui na Amazônia, eles não vão para lá para cobrar a Alemanha, cobrar a Inglaterra, cobrar os Estados Unidos, não.

E dizem com a maior sem cerimônia do mundo: "Não, mas todo dinheiro é bem-vindo". O dinheiro que compra a soberania nacional é bem-vindo? Dinheiro como o que deixaram agora lá no Acre, pagando a ONG que entra na justiça contra ponte, contra estrada? Quer dizer, não há milagre. Todas as obras de infraestrutura necessárias para a Amazônia, sem as quais é impossível combater a miséria, o desemprego, a fome, a violência na Amazônia, unanimemente, essas ONGs, financiadas por capital externo, com apoio de todos os órgãos ambientais do Governo, trabalham sempre contra: não pode fazer estrada, não pode fazer ferrovia.

E o que mais chama a atenção: quem financia isso externamente vive disso. Eu tenho dúvidas – dúvidas mesmo – se eles acreditam que é o CO₂ o problema do planeta. Primeiro, porque, se eles acreditassem mesmo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imagine a pessoa que tem absoluta confiança de que a produção de CO₂ em excesso vai aquecer o planeta e colocar em risco a vida humana no planeta. Se a pessoa tem essa convicção, toda a militância dele devia ser contra quem? Contra a China. Ela produz um terço do CO₂ do planeta. Está bom, mas não quer envolver a China? – porque lá tem o Partido Comunista que manda e não está nem aí pra ninguém, pra dar opinião, pra nada. A Europa. A gente fica aqui disputando quem é mais rígido pra cumprir a lei na Amazônia, contra o pequeno, o médio, o grande, enquanto a Alemanha sozinha, que ajuda a financiar essas ONGs, joga mais CO₂ no planeta do que o Brasil inteiro – 40 vezes menor do que o Brasil. A Noruega, que financia o Fundo Amazônia... E todo mundo diz assim: "Todo dinheiro é bem-vindo!". Não, eu não acho isso. Dinheiro que compra a soberania brasileira, que interfere na política nacional? O ISA, que foi fundado pelo... Um dos fundadores é o Capobianco, que é o Secretário-Executivo da Ministra Marina Silva, estava com o IBGE fazendo o novo Censo brasileiro. Uma organização que recebe 80% do capital externo, ajudando a elaborar e mudando as perguntas, a forma, o foco, as perguntas, o que ocasionou quase o dobro da população indígena no Brasil, o que substancia o pedido de novas criações de novas reservas indígenas – uma ONG que recebe 80% do recurso de fora. Então é isso que salta aos olhos.

No fim das contas, o que fica é aquilo, Plínio, que eu ouvi você falar na reunião lá no ministério, inclusive, em que estava o Presidente do Ibama: o povo da Amazônia, ele conhece muito a mão forte do Estado: "Não pode, isso aqui é proibido, isso aqui dá multa, é a lei, é o rigor da lei que tem que ser cumprido". Como eu disse naquela mesma reunião: por que não aplica o rigor da lei com entidades como o MST? – que para mim é contraventor, é fora da lei e tal. Mas não aplica, é só com eles lá dentro. E fica isso cada vez mais claro.

Mas, de qualquer maneira, essa discussão sobre o que é que faz o clima aumentar ou não, eu acho que o fator principal é o Sol, porque às vezes a gente esquece que o sistema é solar e que o Sol responde por mais de 99%... Ele é um organismo vivo, a movimentação dele faz aquecer ou menos aquecer a Terra. Nós já tivemos períodos na Terra que não tinham atividade econômica nenhuma, e houve gelo. Rios da Europa foram congelados. Depois, enfim...

Mas esse não é o foco, embora seja um tema fascinante, mas não é o foco da CPI. O foco da CPI é analisar milhões de ONGs que recebem bilhões, e o povo da Amazônia não sabe para que serve ou onde foi parar esse recurso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quero agradecer ao Sr. Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, Presidente do Ibama, e à Procuradora Karina, pelo convite. Vieram aqui, é cansativo, mas é necessário. As pessoas, não sei se são milhões ou milhares, nos assistem também pela TV Senado, e todos nós estamos aqui aprendendo sempre. Eu, por exemplo, na minha ignorância, eu achava que planta não produz água, porque lá em casa eu vejo a Aninha jogar água



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na planta todo dia, e, se não jogar água, ela morre. Mas isso é coisa que eu não entendo, não é? E nem vamos entrar nessa discussão. A gente quer liberá-los, ficaram aqui direto, sem sequer irem ao banheiro, está bom? Agostinho e Dra. Karina, obrigado por terem vindo. Estão liberados, a gente vai encerrar a reunião aqui – só nós, está bom?

Obrigado.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Boa sorte.

Procuradora, boa sorte.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Até logo, Presidente. Prazer em revê-lo.

Até logo, Procuradora. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a anuência do Plenário, coloco em votação os seguintes requerimentos extrapauta.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Ei, e não esquece que a Marina é de lá, e não fez nada até hoje. Nem desassorear o rio ela conseguiu fazer.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Requerimentos 149 e 150.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 149, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, informações sobre o projeto de conservação ambiental liderado pela Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ) no Acre, financiado com recursos do Fundo Amazônia.

Autoria: Senador Marcio Bittar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 150, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Aloizio Mercadante, informações sobre o projeto de conservação ambiental liderado pela Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ) no Acre, financiado com recursos do Fundo Amazônia.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Requerimento 151...

Vocês vejam: já são 151 requerimentos aqui na nossa CPI. Claro que não vamos trazê-los todos, mas ficamos com um bom leque.

E o próximo – ou quase próximo – será a Ministra Marina Silva. A gente já está vendo qual vai ser o dia, mas certamente não passará da primeira semana de dezembro.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 151, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, informações sobre o projeto de conservação ambiental liderado pela Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ) no Acre, financiado com recursos do Fundo Amazônia.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Temos mais três requerimentos. Nós vamos ter que nos reunir para traçar a nova agenda, a nova pauta, e também decidir se a gente faz a reunião na terça-feira – quarta-feira é feriado, a gente sabe que o Senado é meio lento. Por mim, estaremos aqui mesmo na terça-feira, mas vamos decidir isso agora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação a Ata da 25ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Antes de encerrar... Fica claro sempre, como vocês vão ver aqui, desses órgãos ambientais, ou das grandes ONGs, o mesmo comportamento, as mesmas coisas: o mundo perfeito. Eles vivem num mundo perfeito, ou beirando a perfeição. E ainda bem que a gente tem Senadores como o Marcio, o Styvenson, o Chico Rodrigues, a Senadora Damares, o Jaime, que compõem essa CPI e que podem contra-argumentar e mostrar. Você vê que tem perguntas aí em que se enrola. E vai: para Belo Monte toda a compreensão do mundo, todos os favores da lei; e para o coitado lá na Itatá todos os rigores da lei. É muito fácil – é muito fácil – você ser leão com o pobrezinho. O difícil é ver essas pessoas: são gatinhos com os poderosos e querem ser leões fora, longe dos poderosos.

Vamos continuar com a nossa missão. A CPI das ONGs continua. Abrimos a caixa-preta e temos a responsabilidade de seguir adiante.

Então, nós estamos na fase quase que final, não é, Marcio?

Só lembrando: os indígenas, os líderes indígenas, os invisíveis, vieram aqui e deram seu depoimento, contrapondo-se à narrativa das ONGs de que os índios vivem no paraíso. Depois, trouxemos estudiosos para confirmar o depoimento dos indígenas. Depois, mostramos comunidades indígenas tuteladas pelas ONGs e comunidades indígenas não tuteladas, a diferença de uma para a outra: como vivem as tuteladas, beirando a linha da pobreza – não pobreza; beirando a linha da miséria –, e as não tuteladas, prósperas, com tudo farto. E, agora, estamos na fase dos órgãos governamentais, ICMBio, Ibama... Não sei qual a próxima ONG que a gente vai trazer aqui. E vamos culminar, sim, com o ISA e com a Ministra Marina Silva, que nos deve explicações – não serão acusações.

Hoje perguntaram qual a acusação contra a Ministra. Eu falei: "Não tem acusação; tem perguntas, tem dúvidas, que a CPI vai tirar". E vai fazer as suas investigações, e o Marcio no relatório vai apontar.

Dever cumprido, nada mais tendo a discutir, agradeço a presença de todos, desejando paz de Cristo a todos.

(Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 52 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dezessete minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Lucas Barreto, Beto Faro, Chico Rodrigues, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Jorge Seif, Cid Gomes, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Angelo Coronel, Mecias de Jesus, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas, Cleitinho, Soraya Thronicke, Paulo Paim e Esperidião Amin, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, em atendimento ao requerimento 34/2023. **Resultado:** Oitiva não realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 152 de 2023** que : "Convoca Sônia Bone de Sousa Silva Santos (Sonia Guajajara), Ministra de Estado dos Povos Indígenas, para prestar informações a esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado, com alteração para convite.. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 154 de 2023** que : "Requer a convocação da Senhora Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado, com voto contrário do Senador Beto Faro.. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/11/21>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião estaria dividida em duas partes: a do depoimento da Ministra Marina Silva e da deliberação de requerimentos.

Eu tenho um comunicado, uma explicação a fazer e, em seguida, a gente vai para deliberação de requerimento.

Agradeço a presença dos Senadores e dos que deram presença também, dos assessores e de todos que aqui compareceram para a gente tratar dessa reunião.

Uma explicação a todos, porque são pessoas, gente de todo país perguntando.

A Ministra Marina Silva, que a princípio havia concordado em aceitar o nosso convite – e foi acordado aqui com o Senador Beto que nós transformaríamos tudo em convite. Em não aceitando o convite, a gente então convocaria –, deu as explicações dela e não nos deixou nenhuma alternativa de data. A Ministra Marina Silva colocou a data que ela está no Brasil, a data que ela viaja, a data que ela pode.

Isso aqui é uma CPI, nós não podemos, por mais compreensão que tenhamos – e eu tenho. A gente conversou com o Líder Jaques Wagner até esgotar, conversando de todo jeito, insistindo para que fosse convite –, só dependeu da resposta dela, e a gente continuaria como convite, mas a resposta não foi convincente. Ela nos deixa, a véspera de encerrar a CPI, como data pra ela poder vir aqui.

Eu quero... eu vou dar a palavra porque o Beto representa aqui... é do PT, e nós fizemos aquele acordo, Beto, seguindo a sua sugestão, de que seria convite. E acredite: nós fomos até o último momento pra transformar em convite – pra transformar em convite. Não é mais possível.

Há um requerimento do Senador Marcio Bittar e, a pedido do Senador Chico Rodrigues, que tem agora um compromisso... tem agora um compromisso inadiável... O Senador Chico Rodrigues quer falar antes da votação. Pergunto se o Beto tem alguma sugestão a dar, mas lembro, Beto, o nosso acordo, que foi cumprido.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Vou falar de tudo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, porque é o seguinte... Sim, mas eu queria colocar em votação, porque o Senador Chico precisa... O requerimento de convocação da Ministra, conforme...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Da Marina?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Da Marina.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ah tá.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sem data. Deixando a gente ver a data, conversa com ela...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Deixa eu só, deixa eu só fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só por causa do Chico, tá?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Tudo bem, mas então me deem dois minutos, Chico, que o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidente, Relator e demais Senadores, inclusive, falando dos dois temas. A Ministra Sonia todo mundo sabe que tem toda essa agenda da COP... Eu, inclusive, estou indo, COP 28, tem... A Ministra está hoje no Sul, reunião amanhã com o Governo... Tem Paraná, tem Governo de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul. Como é o primeiro requerimento dela, no caso do... Está aqui colocando convocatória, estou esperando que a gente... Referindo ao convite, ela está se dispondo. Ela chega no dia 12, aqui em Brasília, de volta da COP...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está falando da outra Ministra?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Da Ministra Soninha Guajajara. Ela chega no dia 12 e ela se propõe, do dia 13 ao dia 15, qualquer um dos dias. Do dia 13 ao dia 15, em qualquer um dos dias ela se propõe a vir aqui.

A Ministra Marina, segundo informações, eu vou passar aquilo que eu tenho de informação. Ela estava... Hoje, ela, inclusive, está na Câmara. Ela tem uma sessão, tem uma convocação dela na Câmara de Deputados hoje. A Ministra Marina, com todos os problemas que nós possamos ter – e eu sei quais são as diferenças, divergências, todas as ações que tem aqui... Recentemente, ela esteve, inclusive, numa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sessão na Comissão de Meio Ambiente, aqui, do Senado, expondo também – não sobre a CPI, obviamente –, mas expôs sobre vários temas. Ficou a manhã e parte da tarde com a gente lá, o que demonstra que tem apreço pela Casa e que respeita. Está se propondo – aí, claro que tem um problema da nossa agenda –, está se propondo a vir – por conta dessas outras agendas –, se tivesse como fazer ou nessa sexta, ou no dia 18, ela está se propondo, porque aí é quando ela chega, efetivamente. Eu acho que, inclusive, por conta do que eu já conversei com o Presidente Plínio e com o Senador Marcio, aquela última semana, para que a gente apresente relatório, para que a gente possa deliberar, vai ter que ter um trabalho... Nós ficamos, até hoje... Só em umas duas semanas, eu acho que teve duas sessões da CPI. Vai ter que ter uma semana em que nós vamos ter que dar uma... Vai ter que fazer mais sessões, até para a gente poder dar conta de tudo aquilo que tem ainda para se estabelecer na CPI.

Então, o apelo aqui da Soninha, primeiro, para que a gente transforme, como nós aprovamos, e trabalhemos...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O da Ministra Sonia até reforça o que nós vamos fazer com a Ministra Marina, porque a Ministra Sonia está sendo muito gentil em dizer isso, o que nunca foi o caso da Ministra Marina.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sim, a Ministra Sonia, então, transformaríamos em convite.

E eu apelo aqui, já que a Ministra Marina hoje está nessa sessão da Câmara, se fosse possível, a gente dialogar essa data efetivamente com ela. Acho que possível dialogar uma data com ela, também com a Ministra Marina para vir aqui. E a gente... Nós fizemos todas, até hoje, por convite, todas com convites...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Conforme o nosso acordo, não é, Beto? O acordo que nós fizemos aqui de cavalheiro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu sei, perfeito. Eu sei que esse foi cumprido o acordo. Vieram todos por convite. A gente quebrar isso... Está chegando no momento da reta final, e espero que a gente possa aprovar um relatório aqui, por todos nós e tal.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tá, então, vamos...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Aqui, entendendo a necessidade.

Então, eu apelaria para que a gente pudesse transformar também o da Marina em convite e que a gente garantisse... Claro que sexta eu não sei se é possível para nós aqui, porque muitos de nós viajam. Se não, no dia 18, como ela está sugerindo. Ou até, eu me comprometo a ir junto a ela hoje, ir lá à Câmara,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para tentar forçar para ver se, antes do dia 18 ali, nessa semana também do dia 13 ao dia 17, na volta dela, a gente pudesse fazer.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k., beleza, Beto.

Eu quero ouvir o Senador Chico Rodrigues, depois do Senador Styvenson, mas, em consideração... O Senador Chico Rodrigues pretende sair?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E, em seguida, colocar em votação.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Inicialmente, eu gostaria de solicitar a V. Exa. que, se for o caso, em não havendo acordo, coloque em votação a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso. Nós esgotamos, Senador Chico... Até conversei muito... Não tem como. Se o ofício da Ministra Marina tivesse sido mais maleável, mais disponível, se a gente pudesse ter alguma coisa, e não tivemos. A opção que nós temos, na prévia, conversando com o Jaime, o Zequinha – faltou conversar com Hiran –, é colocar em votação, transformando o convite da Ministra Marina em convocação.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Coloque em votação logo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Podemos colocar em votação?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas espere aí. Presidente, ela está sugerindo ou nesta sexta ou no dia 18, podendo... Ela chega no dia 16. Poderia, inclusive, combinar...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Olha, a convocação vai em branco. Portanto, ela combina essa data com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ela bota uma data.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Ela foi convidada e não veio. Ela prefere ir para a COP, como eu já vi, lá em Nova York, dar prestação de contas do Brasil, de uma maneira...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Imagine só se a Ministra do Meio Ambiente não vai à COP, não é? Não é porque ela quer ir.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Então, como eu vi... Vai... Então, já foi convidada. Agora, é convocação em voto. Ora, a maioria é que manda.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Deixa... Eu vou sentir a maioria.

Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Sr. Relator, Sr. Presidente, eu acho que a CPI tem uma programação prévia, tem um prazo para dar encerramento. Hoje, que deveria ser uma sessão para escutar as pessoas que são convidadas; se não vêm, é um dia perdido. É um dia perdido que se coloca para um outro dia, a critério de quem quer ser ouvido, ou de quem deve ser ouvido, e isso compromete até mesmo a organização...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... da própria CPI.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, a favor de votar.

Jaime... Colocar em votação ou não – é o que a gente está discutindo – a convocação.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu acho que tem que colocar, porque acontece o seguinte: ela foi convocada com bastante antecedência, não foi?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim, convidada.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Foi feito com bastante antecedência, combinado.

E eu acho o seguinte: se nós continuarmos aqui, daqui a pouco nós vamos entrar no recesso do final de ano, e nós não vamos chegar à conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E nós precisamos entregar esse relatório dentro do prazo estipulado.

Obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Beleza.

Faltou ouvir o Senador Hiran, que não estava na reunião.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Vamos colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu vou colocar, depois do Senador Hiran.

O Zequinha eu já ouvi. Ele concorda com a votação – não é, Zequinha?

É só para a gente concordar para o Chico poder votar... Ou não, claro.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu estava ouvindo o Senador Beto conversando. Se ele ligasse para a Ministra agorinha e acertasse um dia... Ela vem... "Ministra, a senhora pode vir tal dia?" E acerta.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É uma sugestão.

Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vamos colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Votação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, a maioria quer que se coloque em votação.

Então, vamos colocar em votação.

Cadê o requerimento? Cadê os requerimentos? O que não tem a data, para mostrar que nós não somos...

2ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº 152/2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoca Sônia Bone de Sousa Silva Santos (Sonia Guajajara), Ministra de Estado dos Povos Indígenas, para prestar informações a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Senador Marcio Bittar

A gente então transforma o da Sônia Bone em convite – viu, Beto? –, que está como convocação, porque ela realmente se dispôs e deu uma data maleável.

Convida... Em lugar de "convoca", é "convida".

Então, estamos transformando a convocação em convite, baseado nos argumentos do Senador Beto.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Havendo a aprovação, vamos então para o item 154, Requerimento nº 154.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

Requerimento Nº 154/2023

Requer a convocação da Senhora Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Convoca, aí é convocação.

Autoria do Senador Marcio Bittar, nosso Relator.

Pergunto se algum Parlamentar deseja...

Bom, coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Registro o meu voto contra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Contra. Registrado o voto do Senador Beto, contra.

E aqui, Beto, atendendo também seus argumentos, a data fica em branco aqui no nosso calendário. E o nosso calendário vai até o dia 5 ou, quando muito, se o o Senador Marcio Bittar mudar, mais um dia.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Nós temos que cumprir o calendário. Está prevista a leitura do relatório dia 5 de dezembro, com a margem máxima, com algum imprevisto, dia 12, para que a gente possa cumprir, porque a CPI termina dia 19. Então, o ideal é que a gente leia o relatório no dia 5 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Marcio, a Ministra diz que está fora do país entre dia 28 agora e 13 do próximo mês.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Só para a gente acertar esse procedimento aí (*Fora do microfone.*) do final aí, do relatório. A previsão é de...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Dia 5 de dezembro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Cinco. Geralmente tem aquele pedido de vista coletiva...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É por isso que é dia 5.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Porque nesse período, inclusive, eu vou estar na COP.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Porque, veja bem, Beto, se a gente fizer no dia 13, quando ela volta ao Brasil, o Marcio teria que apresentar o relatório no dia 14. Aí, tem pedido de vista, tem não sei o quê...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Marcio pode apresentar, o Senador Marcio pode apresentar o relatório e complementa depois com alguma coisa que estiver no debate...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim, sim.

E a gente queria fazer tudo antes da COP, porque a gente sabe que o pessoal do Governo...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Se fizer modificação... Só para lembrar, se fizer modificação no relatório, abre prazo pra vista de novo, aí, estoura o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Chico, só pra... O senhor vai sair, a gente já votou, e vamos continuar aqui.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Presidente, na verdade, a Ministra não veio, mas temos alguns questionamentos pra fazer pra ela, nós temos uma série de indagações pra Ministra Marina, já falamos em outras oportunidades, mas tem problemas recorrentes em relação à questão do nosso Estado, o Estado de Roraima. Nós já temos, como todos sabem, a maior reserva, as maiores reservas demarcadas do mundo. Nós temos a Raposa Serra do Sol, com 1,5 milhão de hectares, e a área dos ianomâmis, com 9,5 milhões de hectares. Então nós... Ali tem uma complexidade gigantesca. E nós sabemos que o estado, que tem uma vocação agrícola, mineralógica e energética também importante, pra que possa se desenvolver, dar um grande salto no seu crescimento, teria que...

Nesse convite à Ministra Marina Silva, nós faríamos essas perguntas, assim como outras com relação ao papel das ONGs, a como é que as ONGs vão fazer essa gestão. Se a Ministra fala que Roraima tem que ser um Estado que possa tratar das questões indígenas de uma forma mais determinada, porque é o que tem a maior população, etc., etc., então, de uma forma muito clara, a gente queria saber também qual era a visão da política ambiental indigenista nacional do ministério, se teremos uma economia ambiental indigenista sustentável ou a maioria das comunidades indígenas vai viver, continuar vivendo na miséria, como tem vivido hoje.

Aqui nós ouvimos depoimentos chocantes de vários caciques, mostrando, na verdade, que a Funai praticamente é uma nulidade em termos de assistência pra eles. Com relação também ao problema que nós estamos vivendo hoje, como no Amazonas e no Pará, essas ações violentas, perpetradas pela Polícia Federal, Força Nacional e Ibama, para cumprir decisões da Justiça com argumento exclusivamente da desintrusão. Agora, na verdade, para onde vão esses brasileiros? A gente vê aí, nas imagens, o gado sendo tocado na estrada, sem pasto, sem condições, nem o gado, de sobreviver. Então, por que essas iniciativas estão sendo tomadas de uma forma tão agressiva assim? E a gente sabendo que a maioria, 90% ou mais dos territórios indígenas já comportam os interesses das comunidades indígenas.

Portanto, há uma preocupação nossa muito grande em relação a toda essa política do meio ambiente, à política indigenista, que há um confronto entre o desenvolvimento e o atraso, o retrocesso do nosso país. Então, ultimamente tem nos preocupado muito, porque, como V. Exa. tem acompanhado, o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relator Marcio também, de uma forma muito clara, tem cobrado posições que possam, efetivamente, ter um alinhamento em relação ao elevado potencial de desenvolvimento sustentável que nós temos, mas nós não podemos ficar agora...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Perfeito.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... circunscritos a essas decisões, que são decisões, no nosso entendimento, muito radicais e não são decisões patrióticas.

Eu acho, inclusive, Sr. Presidente, que política é a convivência dos contrários; não é exclusão dos contrários. Então, o pensamento, até a vinda da Ministra Marina, com a sua experiência, com a defesa de suas teses, suas crenças, etc... Mas é bom o debate. A participação dela aqui seria fundamental, até para o Relator, na verdade, ter um cabedal de informações extremamente seguro para fazer um relatório que seja fidedigno a tudo o que foi apurado aqui...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Perfeito.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... durante esses meses.

E, para concluir, a gente... A Ministra fez uma declaração, culpando o clima pelas queimadas na Amazônia e no Pantanal. Então, eu queria saber, tecnicamente – lógico, a explicação da própria Ministra Marina Silva –, quais são os dados técnicos que tem disponíveis para, na verdade, culpar o clima. O clima... Ninguém vai brigar com o El Niño. Como é que você vai brigar com o El Niño?

Então, são declarações que terminam criando um contraditório gigantesco, e nós ficamos realmente fragilizados. O Congresso tem que trabalhar, tem que decidir, e não pode ficar aqui numa ação inercial, por conta de algumas ações que têm sido tomadas, sempre contra tudo aquilo que nós defendemos, seja nesta CPI, seja em outra CPI, seja nas Comissões, seja em outros princípios, na verdade, que nós estamos defendendo aqui como representantes da população brasileira.

Portanto, eu gostaria de deixar aqui esse elenco de perguntas para V. Exa. incluir, inclusive no relatório. Caso a Ministra Marina Silva se disponha a vir, que ela possa responder, obviamente, uma a uma, para esclarecimento e enriquecimento também do relatório do Senador Marcio Bittar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Chico, obrigado. Perfeito. Assino embaixo do que o senhor disse.

Nós chamamos, agora convocando, a Ministra, exatamente por isso: órgãos como o Ibama e o ICMBio, que praticam atrocidades Brasil afora, estando sob a tutela da Ministra. Funai também –



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também. E a gente... Exatamente ela vai nos explicar sobre tudo isso. A data a gente vai definir, mas a convocação está feita.

Antes de passar a palavra aos Senadores, o nosso Relator tem um esclarecimento.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Uma questão de esclarecimento e encaminhamento. A gente respeitou a posição do Senador Chico, para votar logo, mas há uma claríssima compreensão de que, mesmo depois de 50 anos dessas ONGs financiadas muito pelo capital externo, a Amazônia piorou, e há uma clara ação delas, uníssona, para proibir toda obra de infraestrutura na Amazônia, como também para proibir toda possibilidade de extração de minério, tudo que está no subsolo da Amazônia. Portanto, é fundamental para a CPI que a Ministra Marina esteja aqui. Seria melhor que fosse como convidada, mas não é como convidada? Tem que ser convocada.

Ela prefere ir pra COP, como eu vi lá em Nova York. Sabe o que é que eles vão fazer lá, Styvenson? Fazer o papel de vassalo. Pedir bênção e dar explicação para países que, esses, sim, jogam CO₂ no planeta. Em momento nenhum – e eu já desafiei para isso – eu gostaria de ver a Marina, a Guajajara desafiando os países da Europa e América do Norte, esses, sim, que jogam CO₂ no planeta, e a Ministra Guajajara... Portanto, a vinda da Ministra Marina é absolutamente fundamental. Ninguém, no Brasil, é mais responsável pelas consequências do que a gente vê na Amazônia – obras paradas; população desempregada, dependente de Bolsa Família, mais da metade depende de Bolsa Família, mais da metade da força ativa desempregada... Ninguém é mais responsável por esse quadro do que a Ministra Marina Silva, e eu sugiro que seja marcada a data do dia 27... Sugestão. Dia 27 é segunda-feira. A gente vai e volta do Pará.

E a Ministra Guajajara... Por que é que eu apresentei de convocação? Porque não tem cabimento uma Ministra de Estado do Brasil pedir intervenção estrangeira num assunto nacional. Onde é que nós estamos, Hiran? Onde é que nós estamos? Uma Ministra de Estado brasileiro vai para a mídia conchamar as forças estrangeiras para interferir no Brasil, para pressionar Parlamentar, para derrubar o marco temporal... Onde é que nós estamos? Isso aí, no mínimo, é improbidade, claramente um atentado contra a soberania nacional. Imagine se isso seria possível... Inverta a situação: imagine uma ministra de Estado norte-americano fazendo um apelo à comunidade mundial para pressionar os Parlamentares norte-americanos, ou da Alemanha, ou da Inglaterra... Como é que nós aceitamos isso?

Portanto, eu sugiro, Presidente, por sua pura educação... Porque nós já tínhamos, sim, uma combinação: se não vir com o convite, convoca-se, mas ela ultrapassou os limites. Uma Ministra de Estado vem a público, na imprensa, pedir intervenção, pressão internacional sobre o Congresso Nacional. Isso é uma vergonha!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu, a sugestão que eu quero dar, concordando com V. Exa., como sempre, mas, se não tiver uma data... E tem que ser antes. Não pode ser dia 12. Dia 12 já acabou o relatório. Tem que ser antes. E, se não marcar antes, quando for na semana que vem, a gente a convoca. Essa é minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vai ser marcado, com certeza.

Antes de passar a palavra ao Dr. Hiran, se eu estiver errado, alguém vai ter que rir de mim, mas eu queria.. Se alguém, porventura, aí puder me explicar, e eu adoraria, porque na minha compreensão não entra. A Ministra Marina Silva está dizendo aqui que o desmatamento caiu 61% de janeiro a outubro – 61%. Eu não acredito, mas tudo bem. Aí o desmatamento, que é o vilão, está sendo controlado, e as queimadas aumentam. Deve ter alguma relação aí. Se alguém puder me explicar, eu agradeço mesmo. Vai ser em *off*, porque aí eu vou ter o que dizer em casa – que entendi esta mensagem aqui.

Com a palavra, o nosso Senador de Roraima Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, em relação à Ministra Sonia Guajajara, essa senhora, de vez em quando, fala algumas coisas que me assustam. Quando nós estávamos na nossa Comissão Externa sobre os ianomâmis, ela falou que todos os políticos de Roraima tinham envolvimento com garimpo. Aí nós fizemos uma convocação – aliás, o nosso Senador Chico Rodrigues solicitou, através do entendimento com ela de que ela iria em tal dia à Comissão, e a gente transformou em convite –, e, naquela ocasião, ela se retratou. Ela falou que não era aquilo que ela tinha falado, não se entendeu bem e tudo, mas o fato é que, de maneira reiterada, ela de vez em quando fala algumas coisas... Eu acho que ela deveria pensar um pouco mais nas consequências daquilo que se fala, porque ela é uma Ministra de Estado. E eu acho que você tem toda a razão, Senador Marcio, de marcar para que ela venha aqui esclarecer essa fala completamente fora de contexto, um desrespeito à soberania nacional. Eu acho que ela vai certamente se retratar, porque é como ela fez na nossa audiência de que ela participou lá no Senado, naquela época da Comissão aqui no Senado, onde ela falou que foi mal entendida, se retratou, enfim, mas é muito grave.

Em relação à Ministra Marina, eu acho que já passou foi da hora de ela vir aqui explicar para o país toda essa relação dela com o ambientalismo internacional que atrasa sobremaneira a nossa região. Eu estou lá há mais de 40 anos, estou lá há 41 anos trabalhando em Roraima. Nosso Presidente Plínio, se nós fizemos aí uma comparação com o Projeto Radam em relação às nossas províncias minerais na Amazônia, vocês vão ver que houve uma proliferação de demarcação de áreas exatamente onde estão nossas reservas, nossas reservas minerais. Isso não foi uma coincidência. Então, eu acho que ela tem que vir aqui explicar... Por exemplo, por pressão dela, nossa 319, tão fundamental para nos integrar ao Brasil, tanto o Amazonas como Roraima, ficou fora do PAC. É inexplicável que uma estrada, que já foi asfaltada, que é fundamental para o nosso desenvolvimento, fique fora de um projeto que é um projeto nacional de desenvolvimento nacional, de integração nacional, de desenvolvimento nas áreas mais longínquas deste



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país. Então, eu acho, eu tenho muita certeza de que as ações dessa Ministra estão num sentido contrário ao que a gente aspira para o bem do povo brasileiro. Então, realmente, quero parabenizar V. Exa., Presidente, e o Relator. Que nós possamos convocá-la aqui para que o Brasil fique sabendo desses movimentos que ela faz, dessas relações com ONGs que – a gente já viu aqui – são ONGs que não geram nenhum benefício, nenhuma melhoria de vida para a nossa população. Nós que conhecemos as populações dos nossos estados, que estamos lá todas as semanas visitando os municípios mais longínquos e as comunidades mais longínquas, sabemos que o impacto do trabalho e da presença dessas ONGs – claro, ressalvadas algumas honrosas exceções, a grande maioria não gera nenhum benefício, nenhum desenvolvimento e nenhuma melhoria de vida das nossas populações ribeirinhas, das populações lá do nosso Amazonas e da nossa Amazônia de um modo geral.

Então, quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho que vem fazendo, o nosso Relator também e todos os membros desta Comissão. Nós queremos ter essa oportunidade de mostrar ao Brasil essa movimentação que é extremamente nociva ao nosso país, que atrapalha o nosso desenvolvimento. É algo que... E fico muito surpreso que a repercussão na grande mídia sobre o trabalho que estamos fazendo aqui tem sido muito pequena, não está na dimensão exata do trabalho que todos nós temos feito aqui. Então, nós precisamos trabalhar para que a gente possa mostrar ao povo que realmente essa relação com essas organizações não governamentais em sua grande maioria é extremamente nociva ao nosso país, em particular à região em que nós vivemos e tanto defendemos aqui no Congresso Nacional. Parabéns, Presidente! Parabéns, Relator! E parabéns a todos os membros desta Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Meu amigo Senador Dr. Hiran, a CPI não teria dado certo se não fosse pelos senhores, pela participação, quando não presente, no telefonema com sugestões. Foi um trabalho conjunto. E, quanto a grande mídia não dar, é um sinal de que deu certo. Desde menino eu aprendi que a peneira não tapa o Sol. É o que está acontecendo. A gente sente, as pressões existem. Repito aqui: nenhuma violência, nenhuma repercussão, nenhuma retaliação, mas movimentos na peça do xadrez que a gente vai levando, sim. O Brasil tomou conhecimento dessa caixa-preta que foi aberta graças aos senhores.

Eu ouço a Senadora Damares. A gente tem o Styvenson e Jaime, se quiserem, depois.

E a gente vai votar a data. Aí a gente vai atender às sugestões de quem tiver data para sugerir. A gente pega aqui, Styvenson, e depois a gente vota a data.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se a Damares permitir... Não é muita coisa, não. É só para saber essa data mesmo, porque hoje é 21; na próxima semana vai estar no Pará; a entrega do relatório será dia 5. Só tem o quê? Poucos dias pra se ouvir quem? A Sonia, a Ministra Marina. Quem mais que vai ser ouvido?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A Funai mandou um ofício dizendo que não poderia vir, e a gente acatou. Depois mandou outro ofício dizendo que poderia vir, e eu falei que a gente marcaria outra data com a Funai. Eu acho bom a gente separar o ISA da Funai, e a primeira oportunidade que a gente tem de separar é aqui, porque eles são siameses. Então, a gente separa pelo menos aqui. Vai vir só um, e o outro vai vir depois. Amanhã vem o ISA.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Amanhã vem o ISA.

E a data a gente pode ver aqui. Damares, a gente está tomando a sua vez, não é? A Ministra disse que está de 28 a 13, mas ela viaja no dia 28 e volta no dia 13. Quem sabe a gente encontra uma data nesse meio, mas vamos certamente votar já, já, depois da intervenção dos Senadores.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, estou apresentando um requerimento à Comissão para ver se a gente consegue votar amanhã. Eu quero saber das comitativas da Ministra do Meio Ambiente e da Ministra Sonia na COP. Quero saber se essas ONGs estão acompanhando, se não podem vir aqui falar, mas vão se reunir com as ONGs que nós estamos investigando lá na COP. Quero saber o valor disso, quero saber o valor das duas comitativas, quanto está sendo gasto. Talvez a gente até estenda ao Governo como um todo, porque, pelo que eu estou percebendo, o Brasil inteiro vai para COP, o Brasil inteiro. A gente entende a importância de uma discussão dessa em nível mundial, mas eu quero saber quem está indo sendo financiado por verbas públicas.

Então, amanhã eu estou apresentando esse requerimento e eu, com certeza, vou ter surpresas.

Tem ONGs investigadas aqui que estão indo na comitiva do Governo Federal lá pra COP junto com eles.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senadora Damares, eu vou escrever pra senhora, vai ficar só entre a gente, o que vai sair dessa COP, o que essa delegação nossa vai chegar aqui dizendo. Vai repetir aquela narrativa da colônia e vai trazer novas lições, novos deveres de casa: que a nossa meta é isso, que o Brasil é aquilo. Com certeza, vai acontecer. Eu vou escrever e guardar isso, que é o que vai acontecer. A gente sabe o que acontece na COP. A COP é festival, a COP é exibição. Se estivessem preocupados, eles não se reuniriam nunca num lugar tão bom, com hotéis tão bons, e evitariam ir de avião, poluindo, acabando com a camada de ozônio. Pura cretinice, pura hipocrisia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou escrever pra senhora ver que o resultado vai ser exatamente o que a gente está prevendo, e o seu requerimento será encaminhado logo, logo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim. Eu espero que eles apresentem na COP também que já morreram 215 ianomâmis agora, em 2023, o que é uma pena. Apresentaram soluções, dizendo que aquele problema tinha sido criado pelo Governo anterior e pelos políticos de Roraima, e a gente falando: "Não é assim, temos que tratar isso com seriedade, sem essa questão cinematográfica que estavam fazendo, respeito aos ianomâmis. Existem ingredientes delicados". Não respeitaram. Mostraram para o mundo o genocídio, mas, infelizmente – não é uma guerra de número, não, Senador Marcio –, os números deles são assustadores. Espero que eles mostrem lá também que, infelizmente, não conseguiram resolver as mortes na região ianomâmi.

Eu estou, inclusive, pedindo amanhã, na Comissão de Direitos Humanos, uma comitiva: a Comissão de Direitos Humanos ir à área ianomâmi; não mais uma Comissão específica, mas toda a Comissão de Direitos Humanos.

Lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O seu requerimento será imediatamente encaminhado em busca dessas respostas.

Cadê o Senador Styvenson? Teve que sair? Era a vez do Styvenson. Quer falar antes de sair, Styvenson?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Não, eu já falei. Era só a data mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós vamos já decidir aqui, agora – está bom? –, depois da intervenção do Senador Jaime e da nossa presença ilustre, o Senador Jorge Seif.

Com a palavra o Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Presidente e Relator, eu só queria que, na presença da nossa Ministra, na hora em que ela estiver, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e também a Sonia Guajajara, elas nos dessem uma explicação – nós saímos agora, o Senador Jorge estava presente lá numa Comissão – sobre nós termos a maior jazida de potássio do Brasil – do mundo, aliás.

E digo para vocês: nós hoje somos reféns da importação da Rússia, somos reféns do Canadá e do Golfo, onde tem dois locais com conflitos de guerra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E dizer para vocês que ela tem que dar uma explicação, porque quem defende, Senador Marcio, Relator, e Presidente, quem defende tanto a pobreza... Nós não podemos ficar reféns. Nós já somos hoje importadores, passamos de 90% do potássio de fertilizante no Brasil. Qualquer gargalo que nós tivermos – e eu falei agora, acabei de falar lá na Comissão –, qualquer problema que nós tivermos com a Rússia e com o Golfo, nós vamos ter um problema. Se cair 40% a importação, se nós tivermos um entrave, porque nós estamos reféns... E, no Brasil, o que nós mais utilizamos de fertilizante nas terras de produção brasileira é o potássio.

Então, eu quero perguntar a ela o porquê desse entrave, o porquê do entrave das ONGs, até o ICMBio já esteve lá. Por que o entrave da questão ambiental? Simplesmente porque a nossa Ministra do Meio Ambiente é contrária. E isso vai favorecer a Amazônia.

E só para finalizar as palavras, eu quero dizer pra vocês que tinha representantes dos povos indígenas lá, estava o Kleber de Almeida, dos indígenas muras. Eu quero dizer pra vocês que eles são favoráveis à exploração de potássio lá no Estado do Amazonas. Infelizmente, a nossa questão ambiental, a nossa Ministra é contrária. Eu quero que ela dê uma explicação, se der, pra nós colocarmos isso como uma pergunta, pra que ela nos responda nessa audiência, se é que ela vai participar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Jaime, eu tive uma conversa semana passada com o Presidente da Potássio do Brasil – acho que é esse que estava aqui hoje –, pegando todos os dados. Pra começar, me assustou o volume já de gastos: 225 milhões até agora eles gastaram pra chegar...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – De dólares?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – De dólares, desculpa, de dólares. Gastaram até agora, Styvenson, US\$225 milhões para chegar aonde chegaram. E eu fiz a pergunta: se tudo estiver desentrevado, se tudo estiver bom, começando... Pode fazer isso hoje, daqui a quatro anos só que vão começar a produção. São quase 5 mil empregos diretos, são aí, multiplicando por 5, 25%, 20% a 25% do mercado nacional que será suprido pelo que eu chamo de buraco. Só que não é só Autazes; tem Silves, tem Itapiranga e tem Itacoatiara, ou seja, vai passar de 100% do que o Brasil consome. Agora, interessa ao Canadá, que exporta potássio para o Brasil?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E o Canadá está lá com as ONGs. Interessa à Noruega também, que não tem potássio, mas tem petróleo? Não interessa à Alemanha nem aos Estados Unidos. Então, é contra isso, viu, brasileiro? É contra isso,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro, que esses Senadores aqui lutam, contra esse paredão invisível com que a gente tem que tomar cuidado pra não dar de cara o tempo todo.

Então, quanto à Potássio do Brasil, eles têm um grupo muito forte, o grupo de investidores é muito forte, eles conseguem destravando. Mas basta, como disse o Marcio várias vezes aqui, que uma "onguesinha" qualquer entre com ação pedindo pra sustar... Aí que entra o coadjuvante, que na realidade é o grande astro desse filme, que é o Ministério Público Federal, a Justiça Federal, a Justiça local. Se não tivesse esses juízes, esses desembargadores, esses ministros, esses procuradores, as ONGs não teriam poder nenhum, porque o poder dessas ONGs é baseado exatamente no que eles vão conseguir no Judiciário, e conseguem sempre. E a gente tem que continuar naquilo a que se propõe, meu amigo Seif.

Com a palavra o nosso convidado Jorge Seif – nosso convidado, não precisa ser convocado, hoje o Seif veio.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Querido amigo Senador Plínio Valério, Presidente; Senador Marcio Bittar; mais uma vez uma demonstração de desrespeito ao Parlamento, de desrespeito ao Senado Federal, mas acima de tudo de desrespeito ao povo brasileiro. Esses ministros do desgoverno são fujões, porque não têm argumento, não têm defesa. Vai explicar por que parou de dar licença pra acabar com a praga que é o javali? Está aí o javali destruindo floresta tropical, passando doença pras pessoas, destruindo plantação, atacando pessoas. Se reproduzem pior que rato. Confusão.

Está lá o Amapá, um dos estados mais pobres do Brasil, querendo prospectar – não quer produzir, é prospectar – gás, que é um combustível renovável, que é um combustível sustentável, limpo.

Estamos lá embaixo com petróleo, com minério, com titânio, com tudo, mas o Brasil não precisa de inimigos. Nós somos os nossos maiores sabotadores, especialmente com pessoas que hoje estão de frente para esses ministérios.

Marina Silva não se elege mais no estado dela, teve que se mudar para São Paulo. Sabe por quê? Porque é muita conversa fiada, apoiadora de ONG – ela e o secretário-executivo. Pesquisem na internet, não é Jorge Seif que está falando... ONGs essas pagas com o dinheiro do Governo brasileiro, pagas por Noruega e Alemanha pra sabotar o Brasil, conforme disse, com sabedoria, o Senador Plínio Valério.

Então, nós precisamos enquanto Senado Federal... Olhe aqui os dados, pesquisa do ano passado. Olhem essa informação aqui, pasmem: o Brasil tem... Informação oficial da Agência Nacional de Mineração: o Brasil tem potencial de 2,9 bilhões de toneladas de potássio. Sabe quanto nós produzimos? Quinhentos e cinquenta mil. Sabe de quanto o agronegócio, a potência do agronegócio, que eles criminalizam, demonizam, fazem provinha para doutrinar nossa criança... Sabe de quanto? De 11 milhões de toneladas o agro precisa. Aí compramos da Rússia, da Bielorrússia e do Canadá. Legal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí dá guerra, para de se produzir comida no Brasil, sabotamos, destruímos; dá problema no navio, acabou; dá crise cambial, acabou; outro país precisa de demanda e paga mais do que o Brasil, acabou. E nós estamos hoje sujeitos a esse tipo de dependência, lambendo o chão dessa gente lá de fora com tudo dentro de casa. Nós temos...

Olhe, o Brasil, Marcio Bittar, é o único país em que produtor rural morre de fome, psicólogo morre de depressão e farmacêutico, de dor de cabeça, por conta de Ministério Público Federal, sabotador de Brasil, por causa de órgãos de meio ambiente.

Deixa eu te contar uma história. Não vale rir. Pescadores de Fernando de Noronha são proibidos de pescar sardinha em Fernando de Noronha, e a justificativa dos nossos queridos órgãos de meio ambiente: o tubarão vai passar fome. Não, tu estás de sacanagem comigo, meu irmão? Ou seja, o pescador... Aí sabe de onde vem peixe? Vem do Pernambuco. Os caras não podem pescar.

Roraima queima combustível 24 horas, porque não pode passar um linhão em terra indígena, como se terra indígena não fosse solo brasileiro, como se não tivéssemos autonomia e não fosse uma questão de soberania nacional, como se o indígena...

Acabamos lá. Como é que é o nome do rapaz? Kleber. Tinha que ver... Está aqui. Recomendo que vocês vejam o depoimento dele.

Já finalizo, Plínio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Era só pra dizer que o Cacique Kleber é aquele que denunciou aquelas coisas dentro da lata de querosene. Os caras de ONGs trazem lata e uma pessoa, uma criança carrega essa lata com manteiga, com óleo, sei lá, e, quando voltam, a criança não pode com essa lata. Eles levam que é para a lata não ficar poluindo o meio ambiente, só que ela vai lotada. Parabenizo-o pela sua coragem, viu? Muito obrigado pela sua colaboração. Nós exibimos esse vídeo aqui.

Era só para isso.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, eu recomendo que vocês vejam o depoimento ali, agora, na Comissão de Infraestrutura, presidida pela Ministra Tereza Cristina, para vocês verem mais um absurdo do Brasil, mais um absurdo. É o potássio que não podemos explorar e temos que trazer lá de fora. É ONG patrocinada com o nosso dinheiro e com o dinheiro de outros países para sabotar óleo, gás, petróleo, produção sustentável. É Roraima que não pode passar o linhão. É estrada onde não passa caminhão, não passa produção, que não gera emprego, que não gera nada, que não se pode asfaltar porque está dentro de terra indígena. É trem que não pode ser construído, encarecendo e poluindo... Não estão preocupados com o meio ambiente? Comparem o que os trens, o que o modal



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ferroviário e rodoviário fazem com a natureza e os custos com pneu, diesel, não sei mais o quê, distância...

Rapaz, pelo amor de Deus, o Brasil, Senador Marcio Bittar, pede socorro! Tem que tirar tudo... Nós não estamos falando de ideologia, não estamos falando para derrubar a Amazônia para fazer nem *shopping center* nem estacionamento, não! Estamos falando de desenvolvimento sustentável!

Perguntem ao indígena! Não perguntem à Funai, não! Perguntem aos indígenas, aos caciques, ao povo, se eles querem uma empresa para produzir lá o potássio ou o petróleo ou o linhão ou a estrada! Perguntem para eles!

Não perguntem, porque eles são feitos de massa de de um monte de ONG: "Ah, não. Eles não querem....". Eu ouvi, lá em Santa Catarina agora, sobre a questão do marco temporal de terra indígena, os indígenas queriam acordo e as ONGs foram: "Não, não, não!" –, e eles se dobraram!

Então, Senador Plínio, parabéns, não é? Vergonha, mais uma vez, para a Sra. Marina, para o Sr. Flávio Dino, Nísia Andrade... Fujões, fujões, que não vêm aqui responder a nós, que fomos eleitos, que somos a expressão perfeita da democracia brasileira, sobre os desmandos e decisões catastróficas que este desgoverno e suas equipes estão tomando contra o Brasil e, acima de tudo, contra o povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Seif, como sempre, colaborando, é um dos grandes colaboradores desta CPI, viu? O Seif está sempre dando apoio total, assinando e sempre nos colocando, levando para cima.

O Senador Styvenson está aqui, o Jaime e o Marcio... Nós estivemos na Reserva Extrativista Chico Mendes, e eu até ri, porque é o grande objeto de consumo deles, que eles divulgam lá fora: "A Reserva Extrativista Chico Mendes é o ideal, é o modelo ideal". Lá eles só podem produzir borracha e castanha. Foi mostrado aqui.

Mas o que eu quero dizer é que hoje, com a borracha, que já foi, há muito tempo, de um regime de escravagista, continua. A Tailândia, a Malásia – eu estava até aqui com os números –, produzem quase que 70% da borracha. O Brasil hoje é responsável por 1%.

Eu ouvi de um seringalista e de gente que já teve usina de borracha, lá no Amazonas: "Senador, pelo amor de Deus, isso não existe mais!". Manter a pessoa no extrativismo, colhendo, isso não existe mais! Isso é escravidão mesmo. Olha só, aí eles que "esse é o modelo ideal da produção da borracha!". A gente produz 1%. Os asiáticos têm borracha para décadas, décadas, décadas, décadas e décadas.

Essa mesmice, essa coisa de querer colocar a gente – sabe – como um país de quarto mundo, de último mundo, de colônia; esse é o sentimento que a gente tem dessa gente. É só você ver quem sentou aqui, é o mesmo depoimento. Você mostra o vídeo, a senhora chorando que não pode criar uma vaquinha porque o ICMBio não permite, e ele não diz nada, e ele não fala nada. Leva isso pro Ibama, leva isso pro



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IPÊ, leva isso pro Iphan, leva isso pro Imazon; são todos iguais, diferente de nós. Por isso que a gente tem que combater esse outro mundo, esse pessoal de outro planeta. É a isso que esta CPI se dispôs.

Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Senador Plínio, eu ouvi aqui atentamente os Senadores e me coloco na situação de quem fica nessa cadeira aí nesta CPI, o desconforto que é ter que enfrentar essas perguntas, esse debate, trazer essa visão que eles têm de um mundo que parece que só tem na cabeça deles, só existe no cérebro deles. Então, é uma visão de atraso pro nosso país, é um protecionismo maquiado de uma falácia que a gente já descobriu isso *in loco*.

Então, Senador Seif, é mais cômodo ir pra COP, é mais cômodo se reunir com ONGs, é muito mais cômodo porque não tem confronto, não tem questionamentos como esse, não tem perguntas que deixam ali desconfortável e trazem à tona o pensamento de gente como essa.

Então, Senador Plínio, tem que convocar e botar uma data porque a gente também não é tão folgado em tempo quanto esses ministros, não. Ministro não só ele tem ocupação, não; o Senador também tem: tem estado pra tomar conta, tem suas demandas, tem tudo. Por isso que, desde o início, eu falei que não pode deixar à vontade, tem prazo pra acabar isso aqui, e já foi prorrogado, e tem tudo. Se cada um ficar faltando, se a gente chama, convoca, convida – escolha a palavra que quiser – e não vem, a gente perde tempo, perde o dia, perde o que está fazendo, porque a gente se prepara para um ambiente como esse, se prepara para um dia como esse, e a pessoa não vem – porque foi avisada com antecedência – e, na hora H, diz: "Não, não vou poder ir". Entendeu? Por isso, a minha preocupação de colocar uma data já pra gente se programar porque eu queria ouvir as ministras, as pessoas que realmente pensam dessa forma responderem a todas essas perguntas. Por que eles querem tanto o atraso do nosso país?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Daqui a pouco, será colocada a data pra gente aprovar.

O nosso Senador General Mourão se apresentando agora; os soldados já estão aqui, mas chegou a cavalaria. Senador, nós votamos aqui...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Estou ciente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Resumindo, acompanhou tudo. Nós votamos a convocação, porque aquela história toda de cavalheirismo... Ah, está legal, então.

Com a palavra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Não, só queria complementar aí – Presidente Plínio; nosso Senador Marcio, Relator; demais Senadores aqui presentes; senhoras e senhores – que a Ministra deve estar preocupada realmente com a questão da COP, mas está preocupada por quê? Porque o Governo não tem nada pra apresentar na COP. Essa é a realidade, não é? O *lobby* da esquerda mundial passou os quatro anos do Governo do Presidente Bolsonaro nos detonando como destruidores do meio ambiente, destruidores da Amazônia. O que está acontecendo hoje? Temos queimadas – não é? – na Amazônia, temos queimada no Pantanal. Agora, procurem nas páginas da imprensa brasileira notícias sobre isso. Zero! Onde está a Greta? Onde está o DiCaprio? Onde está o Macron? Onde está aquela turma toda que sentava o dedo na gente? Não falam nada. Isso deixa muito claro o *lobby* da esquerda mundial, e a gente tem que enfrentar isso. Resultado...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Ninguém fala mais da morte de índio ianomâmi.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não, ninguém fala nada, morreu o assunto.

O Ministro da Justiça apresentou o Plano Amas, Amazônia segura, que ele vai instalar 34 bases na Amazônia. Eu tenho um requerimento na Comissão de Segurança Pública convocando o ministro – viu, Jorge? –, porque o Exército Brasileiro levou 40 anos pra instalar 32, com toda a capacidade que o Exército tem. Quero saber como é que ele vai instalar 34 bases na Amazônia, ao longo dos próximos quatro anos. Quem vai mobiliar essas bases, não é? Vai tirar gente da onde?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Das ONGs.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Vai vir a polícia do Rio Grande do Norte lá? Vai ser das ONGs? Onde é que vai ser isso aí? Como é que vai ser isso? Então, é importante que os representantes do Governo entendam que é responsabilidade deles vir ao Parlamento e se explicar, assim como nós Parlamentares nos explicamos pros nossos eleitores.

Até um tempo atrás, eu era Vice-Presidente da República. Eu fui convocado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e vim, pra falar sobre a questão da Amazônia. Normal, não é problema nenhum a gente debater – há discordâncias –, dentro da elegância e da educação que caracteriza todo mundo. A Ministra pode vir aqui tranquilamente, não é? É uma pessoa que a gente respeita, é uma senhora, que será tratada de acordo com a dignidade do cargo que ela tem.

Agora, tem que prestar contas sobre o que está fazendo e o apoio que ela sempre deu para essas organizações não governamentais. E é fundamental que se entenda o conceito de soberania. Eu já falei isso aqui, não é? Nós, se não nos prepararmos, no futuro, essa Amazônia que tanto querem colocar como



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algo intocável, será utilizada pelas nações que dominam o mundo. E nós vamos ficar a ver navios. É isso aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós já estamos chegando nesse ponto. As ONGs foram os cavalos de troia que invadiram, não é? Que invadiram... São os cavalos que invadiram Troia e derrubaram a muralha. Elas já estão infiltradas aí há mais de 40 anos, aparelharam tudo, tudo. Sempre há um momento de lutar, não é? E o momento é esse. Eu espero que a CPI tenha sido esse começo, General, dessa abertura da visão que as pessoas, que o brasileiro tem que ter.

Sempre que eu peço... E já passo, Marcio. Ele falou no Macron. Eu, lendo um livro – já falei isso aqui, mas vou completar... Os franceses têm um amor inexplicável pelo Brasil e pela Amazônia, não é? Martim Afonso, quando chegou aqui em 1530, mandado pelo rei de Portugal, deu de cara com dois navios franceses roubando pau-brasil. Prendeu dois navios em 1530.

E eu tenho aqui... Eu peguei numa leitura que eu estava fazendo... me permitam. É rapidinho, Marcio.

Os franceses gostam muito do Brasil e da Amazônia. Em 2005, o francês Pascal Lamy, Comissário Europeu, depois eleito a Presidente da Organização Mundial do Comércio, opinou que a Amazônia deveria ser um patrimônio administrado pela humanidade. Ele também se referiu às florestas tropicais mundiais como os "bens públicos mundiais", a serem submetidos a uma gestão compartilhada com outros países.

E não foi novidade: em 89, o então Presidente da França François Mitterrand sugeriu que o Brasil deveria aceitar a soberania relativa sobre a Amazônia. E o Ministro dele, Michel Rocard, também sugeriu que a Amazônia fosse dividida em troca da dívida externa.

Ou seja, isso aqui não é fantasia, a gente não está viajando na maionese. Isso existe desde os primórdios. Desde aquele roubo da semente de seringa, que saiu por Santarém, quando acabaram com o ciclo da borracha no Amazonas. Então, é isso que a gente quer mostrar.

Muita gente pergunta, Seif: "A CPI é como vocês esperavam". Sim, a gente abriu a caixa de Pandora, a gente abriu a caixa-preta. O relatório, que com certeza vai ser muito bem feito pelo Marcio, e também ele abre para que nós possamos sugerir, vai depender do Ministério Público Federal. Nós vamos apresentar ao Ministério Público Federal, mas, em paralelo, projeto de lei para clarear tudo isso. Esse dinheiro vem de onde? Por que deram? Como entrou? Para quem foi? O que foi feito? Simples assim. E nós vamos, sim, até o final da CPI, que vai ter que parar dia 19 de dezembro. Mas é o começo de tudo. Alguém tinha que começar. E eu só fiz essa demonstração aqui de que esse amor do Macron pelo Brasil, ele já herdou dos seus antepassados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o nosso Relator, Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Na verdade, quando eu vejo, Senador Jorge, você falar com propriedade sobre o drama do Brasil, e particularmente da Amazônia, sua fala foi perfeita, o que acontece é uma sabotagem, e essa sabotagem tem na Ministra Marina Silva o seu maior representante. Ninguém representa mais isso que acontece no Brasil – não vou repetir todos os casos que você mencionou –, ninguém representa mais isso do que a Ministra Marina Silva. A CPI, na minha opinião, quando consegue fazer com que colegas – até o General Morão, Senador do Rio Grande do Sul, mas conhece a Amazônia mais do que a gente... Eu conheço bem o Acre, ele conhece a Amazônia toda. Mas é normal que ele esteja aqui dominando o assunto, porque a vida deu a ele anos de atividade profissional na Amazônia. O Exército tem essa capacidade de conhecer muito a Amazônia e de ser patriota.

Mas quando eu vejo – e você está de parabéns, Plínio –, quando eu vejo colegas de outros lugares do Brasil, como você de Santa Catarina, dominar um assunto sobre a Amazônia e perceber que não é um assunto só nosso, esse é um assunto nacional... Na minha opinião, nada, nada, não tem assalto maior, ganha do mensalão, do petrolão, de longe. Quanto custa você ter uma região como aquela? Oitenta e um por cento do bioma amazônico hoje não nos pertence mais, 81% do bioma amazônico quem comanda é Marina e ONG. Quanto vale você imobilizar todo esse capital de potássio, de ouro, de minério, de petróleo, de gás? Quanto custa isso do agronegócio? Nós temos 8% do território nacional no agronegócio. Se o marco temporal acaba, onde é que vão querer criar mais reservas? É nesses oito. Os Estados Unidos têm 25% do território no agronegócio.

Então, eu quero parabenizá-lo e dizer que eu vi muito bem o que é que essas caravanas vão fazer agora lá em Dubai. Eles vão, como eu disse naquela época, quando aconteceu, Plínio, aquele levante da Polícia Federal com o Ministério Público, ICMBio na Amazônia, o rigor da lei, conforme você mencionou na reunião lá com o Ministério do Meio Ambiente, o Jaime também estava, a mão forte do Estado contra o colono. Em seguida, a Ministra foi para a China e eu perguntei da tribuna do Senado: "Ela vai ter coragem? Já que tem coragem de enfrentar o colono da Amazônia, vai ter coragem de enfrentar a China, que joga um terço do CO₂ no planeta?". Não. Essa COP vai tirar algum documento a respeito de Dubai, que vive de petróleo e gás? Não. Vai ter coragem de questionar o Canadá, que é o que vende potássio para o Brasil, que banca ONG, que interfere na soberania nacional? A Embaixada do Canadá realiza reuniões para destinar dinheiro de estatal canadense a ONGs brasileiras. No interesse de quem? Vão falar sobre o Canadá? Não. Vão interpelar a Alemanha? Essa caravana brasileira vai interpelar a Alemanha, que está queimando carvão? Também não. Vão interpelar a Inglaterra, que já disse que não vai cumprir as metas das COPs e que soltou cem novas licenças de prospecção de petróleo? Não. Vão ser vassalos. Vão lá prestar conta. Eles pagam; os estrangeiros, onde eles vão, eles pagam essa gente. Então, eles vão lá prestar conta para os patrões deles, a quem eles devem obediência, da tarefa, de como é que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles estão fazendo no Brasil. E a tarefa deles é o quê? Lacrar a Amazônia, sabotar o Brasil. É isso que eles fazem.

E dizer que, no caso da Ministra Guajajara, por que a minha iniciativa foi convocar de cara? Tem coisas que ultrapassam limite. Agora, por exemplo – eu já vi a sua posição –, agora morreu Cleriston. Esse sangue está na mão do Alexandre de Moraes. Está na mão dele! Está na mão do Supremo Tribunal Federal! Quer dizer, ultrapassou... Morreu uma pessoa que tinha laudo médico, que estava preso, como eles fizeram, no batelão. Estão julgando por lote. Então, está na mão deles.

A Guajajara também ultrapassou limite. Ela foi para a imprensa chamar os países estrangeiros para pressionar o Congresso Nacional. Cara, isso é um atentado à soberania, de uma Ministra de Estado.

Então, a minha sugestão, Sr. Presidente, já abrindo, já sendo bem benevolente com a Ministra Marina... Porque, como disse o Senador Styvenson, ela vir aqui incomoda, porque aqui nós vamos perguntar o que... Ela, como maior autoridade de todo esse assunto no Brasil perante o mundo, para explicar essa relação promíscua que ela própria tem. Ela dirige entidade. Ela vai para o ministério em 2003, ajuda a criar o Fundo Amazônia, capta recurso da Noruega, e vai para uma ONG ligada a ela. Isso não é promíscuo? Claro que é. É uma promiscuidade total. Agora, ela vai para COP, onde ela vai falar com amigos – é tudo o mesmo grupo. Então, ela vai ser ovacionada por entregar o serviço, que é, no caso, entregar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Verdade.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sugiro dia 27, que é uma segunda-feira, se os colegas concordarem, porque aí... Jaime, Styvenson, Senador Mourão, é preciso ver se eles estarão aqui na segunda-feira, e o próprio Presidente. Eu estarei. Então, se os membros da Comissão puderem estar, eu sugiro, já sendo bastante benevolente, mais ainda, a segunda-feira, dia 27.

E a Guajajara, como nós temos sessão amanhã de novo, então eu sugiro ao Presidente que marque com ela de hoje para amanhã. Se amanhã não tiver a data da vinda da Guajajara, nós votamos o requerimento de convocação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k.

Enquanto os Srs. Senadores pensam se têm uma outra data a apresentar, eu queria fazer uma homenagem aqui – acho que todo mundo aqui já viu este vídeo, mas não custa mostrar, pode ser que alguém não tenha visto ainda; até o Senador Zequinha falou que é a mulher do ano – àquela cozinheira lá dos garimpeiros, lá dos ianomâmi. Cara, essa mulher é fantástica! Tinha que ser uma mulher, não é? Sempre. Queiramos nós ou não, as mulheres, quando intervêm de forma... É o vídeo nº 2 que a gente vai mostrar aqui, Cléber – aí, atrás de você, tá? Essa mulher merece todos os elogios.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antônia Marques. Que coisa, né? Que coisa! (*Palmas.*)

Esse vídeo viralizou. Eu mesmo devo ter recebido de umas 60, de umas 60 pessoas diferentes. Isso traduz tudo, isso é tradução, isso é a tradução mais clara do outro lado da narrativa das ONGs, do "império do bem" que é comandado pelas ONGs. Isso aí é.... Eu acho – viu, Mourão, Styvenson e Jaime? – que não precisava nada, mas mostrar isso. Só que isso aí não é tão divulgado, e eles ignoram. Esse pessoal é capaz de ver isso aqui e ignorar, e ignorar como eles ignoram. Compete a nós, como Senadores... Deus me livre, eu levei, Seif, 36 anos – agora são 40 – para chegar no Senado – para chegar no Senado. Aí, de repente, a gente tem uma ministra, um ministro, alguém na Funai que quer ditar... Um ministro do Supremo que quer legislar no nosso lugar, e a gente aceitar calado? Jamais, jamais, jamais. A gente não pode, como Senador, como representante da população aceitar esse tipo de coisa.

Foi assim que nós contrariamos o Ministério Público Federal, a Funai e todos os outros. A gente segue em frente e vai seguindo. Imagina só o que é a gente vacilar. Imagina só o que é a gente ter medo, ter receio, e ver um vídeo desse, cara! "O meu nome é Antônia, eu estou disposta a ser presa, se for...". E a gente aqui acovardado jamais. Esses exemplos ficam para a gente para o resto da vida.

Alguém tem sugestão de outra data, os três Senadores que se encontram aqui? Porque a gente precisa estar presente nessa... Segunda-feira é um dia aperreado para todos nós, mas a gente acordar, vir aqui... Tem a terça-feira, que já é o 28, que ela disse que está fora. Ela vai... É mesmo, Marcio, ela vai viajar no dia 28; 27 é uma boa data; 26 é um domingo.

Eu pergunto aos três: vamos colocar essa data? O Styvenson, que está cobrando tanto...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Quem viria no dia 27?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A Marina, a Ministra Marina, já botar na convocação. Colocando...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – E segunda-feira é possível?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O problema é que é segunda-feira – o problema é que é segunda-feira. Temos que viajar no domingo.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Vou estar numa viagem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Mourão vai estar numa viagem. Seif, como nosso convidado?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Poderia vir.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Styvenson também já não pode.

Então, vamos conseguir a sexta-feira.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Quando ela volta de viagem?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Ela volta já...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Treze.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Vai passar uma semana bajulando a Europa...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Passeando.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Lá em Dubai.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Fazendo compras.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – É.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente poderia colocar para quinta ou sexta-feira agora. Não sei.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Pode ser.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Bom, eu viajo à meia-noite. Não tem como.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Também não pode, né?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Pega um dia como hoje.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Mas não tem como nos reunirmos todos, alguns.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim, a gente queria pelo menos o quórum, né? Eu, como Presidente, tenho que vir, tenho que estar em qualquer data.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Qual é o quórum?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Dia onze; seis, não é?.

A gente vai... Deixa consultar aqui. Reinilson, eu tenho que tirar a data oficialmente agora, ou, por exemplo, à tarde, amanhã de manhã eu ligar e marcar a data? Pode ser, oficialmente, sem nenhum... Porque, daqui para a frente, a gente não pode cometer um deslize. O Judiciário está aí para ser acionado. Então, a gente não pode cometer qualquer deslize que for.

Então, fica assim, Marcio, a gente vai consultar nessas duas datas e dar esse equilíbrio para, no dia 27, ver quantos se comprometem a vir, e a gente, então, coloca essa data.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Minha sugestão é que se eu não combinar contigo até a data...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aí a gente marca a data.

Olha só – eu vou aproveitar que está todo mundo atento – esse vídeo lá em Tefé, no Amazonas, da Funai. Como é que a Funai trata os índios em Tefé, no Amazonas? É o vídeo nº 1. Eles têm tanto dinheiro, defendem tanto os índios. Olha só como eles tratam os índios lá em Tefé, as mães grávidas morrem com crianças no colo. É o vídeo nº 1. Isso é a sede da Funai em Tefé.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está aí esse vídeo. Isso é Funai em Tefé. Índias grávidas, índias com neném no colo, sendo tratadas desse jeito.

Então, é importante, Mourão, a gente estar batendo aqui, mostrando, mostrando... É importante que o brasileiro que acompanha pelo YouTube, que acompanha pela TV, saiba disso, porque o que não pode mais é só ficar com a narrativa do colonizador, a narrativa do vencedor.

Eu tenho um vídeo aqui, Marcio, é outro. Eu acho que esse aqui completa, que mostra o gado de produtores rurais sem nenhum destino, e aqui não aparecem os protetores dos animais. Não aparecem.

Eu tenho um vizinho que, lá no corredor, foi atacado por um cãozinho, ameaçou chutar, foi processado. Os protetores dos animais correram, protegeram, ele foi condenado a pagar não sei quantas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cestas básicas. E aqui, no gado, até agora ninguém apareceu. E quem é culpado por essas mortes do gado senão aqueles que acionam o Judiciário?

"Ah, não somos nós, é a Força Nacional". E quem acionou a Força Nacional? É aí que entram o Ibama, o ICMBio e Marina.

É o vídeo 3.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É isso aí, é pra completar, é pra ver o que está acontecendo. Esse gado tinha capim até outro dia, tinha água até outro dia, tinha ração até outro dia, mas chegou a Força Nacional, acionada por Ibama, ICMBio ou seja lá quem for, e expulsou essa gente, destruindo casa, incendiando, desrespeitando... O quadro lá...

E nós vamos a São Félix do Xingu no dia 29 – a CPI vai. Eu acho que não tinha avisado ainda o Senador Mourão, o Senador Seif... Quem quiser ir conosco... A gente vai e volta no mesmo dia. A FAB está colaborando com a CPI, nos arrumando a aeronave pra isso.

O Marcio tem um vídeo pra mostrar, e a gente vai pro encerramento da nossa sessão.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – É um exemplo daquilo que a gente vem dizendo: da interferência – eu gostei muito da palavra –, da sabotagem feita na Amazônia. É um exemplo muito claro. A Ministra Marina, um dia desse, duas semanas, foi parar lá em Mâncio Lima e levou R\$34 milhões do Fundo Amazônia, que é ela que domina – estando no ministério ou não, é ela que tem a maior influência –, pra uma ONG.

Essa ONG é uma das que entraram na Justiça – o Ministério Público Federal –, e o ministério concedeu proibindo a licitação da parte executiva de uma ponte que é a continuidade, Senador Mourão, da BR-364. Ela nunca foi imaginada pra acabar em Cruzeiro do Sul, ela sempre foi imaginada – eu me lembro de quando era garoto, do lado do meu pai –, ela foi sempre imaginada como uma outra alternativa de saída no Pacífico. Então, ela para na beira do Rio Juruá. E aí o Ministério Público Federal, acatando essas ONGs, todas elas financiadas com recursos externos, proibiu a nossa ponte e a continuidade da BR-364, condenando a região ao eterno isolamento.

E, por coincidência, no dia que eu fui lá fazer a filmagem, a gente assistiu a uma cena de uma mulher – vocês vão saber do que eu estou dizendo – que acabou tendo um filho em cima da balsa. A travessia é balsa. Veio o Samu pra pegar, e aí, na hora lá, o cara fez um sinal, a gente até achou que alguém tinha morrido, mas, graças a Deus, não foi isso, foi a mulher que teve o parto em cima da balsa. Essa é a sabotagem, é o que sobra, é este o vídeo que a gente quer mostrar, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Só para terminar.

É isso. É um exemplo da sabotagem: 34 milhões vindos da Noruega, com a benção da Ministra Marina Silva, entregando para uma ONG, exatamente uma das que entrou na Justiça proibindo a realização da ponte e a continuidade da BR-364. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Para usar esse dinheiro para colocar na cabeça dos moradores que eles não precisam dessa ponte, que não faz parte do modo de vida deles. É de uma imbecilidade, de uma prepotência sem tamanho.

Coloco em votação a Ata da 16ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Não havendo nada mais, eu vou encerrar, mas, mais uma vez, pela enésima vez, eu vou colocar esse vídeo, com que a gente que foi lá, até hoje, quando vê, fica sensibilizado. E quem já viu vai ver de novo. Eu quero colocar sempre. Eu quero ver até onde, lá pela 100ª vez, se eu continuo tão indignado quanto fiquei, quanto estou.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião com o vídeo da Sra. Rosângela. *(Pausa.)*

Só um minuto.

Então, hoje acerta uma data, a gente comunica e faz um apanhado para ver quantos estarão presentes para a gente poder...

Seif, eu acho que você já viu esse vídeo. Eu queria mostrar esse vídeo que ela está armando ali.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não. É o da Sra. Rosângela. É porque não estava ainda no gatilho. Eu queria que vocês esperassem para assistir a esse vídeo.

Já está no ponto? *(Pausa.)*

Mais alguns segundos.

A gente já mostrou aqui, e o que me encantou foi que a gente mostrou pro Presidente do ICMBio e ele por três horas não comentou. E eu cobrei dele passada uma hora, Seif, alguma manifestação, e ele não tinha nada para comentar. Não teve nada, não é nada, não é? É só uma senhora lá que quer criar uma vaquinha para ter leite e não consegue.

Está difícil? Vai dar para ir? *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente encerra com ela.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está encerrada a nossa sessão de hoje.

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Zequinha Marinho, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Mara Gabrilli, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Esperidião Amin, Eliziane Gama, Marcos do Val, Angelo Coronel, Wilder Moraes, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Ciro Nogueira, Izalci Lucas, Paulo Paim e Magno Malta, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Márcio Santilli, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Socioambiental (ISA), em atendimento ao requerimento 128/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 155 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, informações sobre a delegação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para a Conferência do Clima das Nações Unidas - COP28." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 156 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, informações sobre a delegação do Ministério dos Povos Indígenas para a Conferência do Clima das Nações Unidas - COP28." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/11/22>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Agradecendo a presença de todos e ao pessoal que nos acompanhar pelo YouTube, pela TV Senado, vamos iniciar nossa sessão de hoje.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de colher o depoimento, como convidado, do Sr. Márcio Santilli, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Socioambiental (ISA), conforme o Requerimento nº 128, de 2023, aprovado por este Colegiado.

Antes de trazer o nosso convidado aqui, ao Plenário, eu queria prestar algumas informações.

Ontem, nós tivemos que cumprir com o nosso acordo de cavalheiros aqui. Todos os participantes da CPI seriam convidados, e foi assim que nós agimos até ontem. Como a Ministra do Meio Ambiente não pôde vir, alegou seus motivos, nós cumprimos, então, o nosso acordo de cavalheiros: nós a convocamos. Está marcado para segunda-feira, 11h, aqui, neste Plenário. Foi uma data até de comum acordo entre todos nós, Senadores, também, porque não é comum segunda-feira Senador estar aqui, como hoje, às 10h também. Normalmente, nossa sessão é às 11h. Hoje a gente está começando às 10h30.

Os Senadores estão, praticamente todos, na CCJ. Inclusive, eu e o Marcio deveríamos estar também por lá, mas nós vamos fazer a nossa sessão tranquilamente, como sempre, tratando os convidados como convidados. Já disse ao Sr. Santilli e repito aqui, agora, a todos vocês: aqui não é uma inquisição, não é um tribunal de júri. Ele será bem recebido, será bem tratado, vai falar e dizer o que quiser, como quiser, e nós também diremos o que a gente tiver vontade, para o nosso esclarecimento.

Já está pronto o vídeo?

Esse vídeo que nós vamos mostrar não tem nada a ver com o ISA hoje. Até tem, porque as ONGs sempre estão por trás dessas desintrações, dessas expulsões dos pequenos agricultores. Está acontecendo em São Félix do Xingu, e nós vamos lá, na quarta-feira, não é isso, Marcio, 29? Nós vamos a São Félix do Xingu comprovar essas denúncias que nos chegam, os vídeos que circulam na internet.

Mas eu queria que o Brasil tomasse conhecimento desse depoimento dessa senhora, que é comovente. Está acontecendo lá, e é para lá que nós vamos na quarta-feira. É um depoimento comovente, e a gente tem mesmo é que passar isso na cara de todos nós, para a gente entender, saber que está acontecendo no Brasil, no nosso nariz, e a gente praticamente não faz nada. Quando eu digo a gente, somos nós, brasileiros, que pensamos em ignorar isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já se fala tanto em eco, eco, eco para cá, todo mundo indo para a eco, e o nosso povo sofrendo no interior do país.

Por favor, o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso é só uma senhora. São centenas. Não tem nem pra onde ir. É expulsa de casa com o marido, tomam a moto dela, e ela não tem como sair. Quer dizer, ela é expulsa de casa, mandam dar um jeito, e ela não tem nem o direito e condições de sair. Estavam falando lá: "Pra onde nós vamos?".

A gente tem que jogar isso na cara dos brasileiros e das brasileiras, desse pessoal que finge...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Marcio aqui... Na COP ninguém ousa mostrar um vídeo desse, na COP ninguém vai falar disso. Só vão nos dar dever de casa, tarefas e nos tratar como sempre quiseram nos tratar, como colonizados, nesse neocolonialismo.

Tem outros vídeos aqui, mas nós vamos fazer durante o depoimento do Sr. Santilli, que diz respeito ao ISA, mas é importante. Eu não estou aqui apelando, nós não estamos aqui apelando, jogando esses vídeos. Nós queremos que o Brasil tome conhecimento dessa situação.

Olha a situação dessa senhora: foi expulsa de casa, não tem mais nada, não tem pra onde ir e não tem como ir. E a lei manda que essa gente seja indenizada, seja tratada como ser humano. Não é esse pessoal, que não tem o ser humano em conta.

Peço à Secretaria que conduza o Sr. Márcio Santilli para compor a mesa. *(Pausa.)*

Uma explicação a quem está nos assistindo hoje, quarta-feira, às 10h e pouco, é o dia em que a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) se reúne para assuntos de votação ainda hoje. Portanto, alguns Senadores não estarão aqui, pelo menos no início.

Temos a presença do nosso – não é conterrâneo, mas é companheiro de infortúnios ideais – Senador Zequinha, do Pará. Nós somos do Amazonas, e o Marcio, do Acre.

Obrigado por ter aceitado nosso convite, Sr. Márcio Santilli. Fique à vontade. Normalmente são 25 minutos, e a gente avisa quando chegar a 25 minutos, para a sua exposição.

O SR. MÁRCIO SANTILLI (Para expor.) – Muito bom dia a todos os Senadores, Senadoras e pessoas presentes aqui nesta audiência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero inicialmente agradecer pelo convite, Senador, recebido por nós como uma oportunidade importante para que possamos informar o Senado Federal sobre a atuação da nossa organização, o Instituto Socioambiental. E eu vou iniciar, então, uma breve apresentação resumida da atuação do instituto, para que depois a gente possa estar aqui à disposição dos Senadores, das Senadoras que queiram fazer perguntas e queiram esclarecimentos sobre alegações que tenham sido trazidas a esta Comissão acerca do Instituto Socioambiental.

O ISA – vou falar ISA, porque facilita – foi fundado em 1994, de modo que, no início do próximo ano, nós vamos estar completando 30 anos de vida da instituição, e iniciou seu efetivo funcionamento no início de 1995. Na sua fundação... A sua fundação resultou da união de alguns grupos preexistentes, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação, do Núcleo de Direitos Indígenas e da SOS Mata Atlântica, que eram organizações que existiram... A SOS continua existindo, mas as outras duas organizações existiram antes do ISA. E reúne quadros de diferentes formações profissionais, de diferentes trajetórias pessoais, de modo que foi uma organização que já nasceu com um sentido de junção de diferentes grupos para atuar na pauta socioambiental do nosso país.

Nós costumamos sempre repetir esta frase que está ali na apresentação, de que "socioambiental se escreve junto". Hoje, esta expressão "socioambiental" é uma expressão bastante disseminada. Nós a vemos frequentemente sendo usada na mídia, em publicações, em documentos de vários setores. Esses dias mesmo, eu lia um documento do Ministério da Defesa que usava essa expressão.

É um conceito que se popularizou, se disseminou, mas há 30 anos, Senador, essa era uma palavra desconhecida, era uma palavra que não era utilizada e, no entanto, ela representa a síntese daquilo que se procurava naquele momento em que o instituto foi criado.

Nós tínhamos antes, na sociedade civil brasileira, organizações que tinham uma especialidade de atuar como assessoras de movimentos sociais de um lado, de sindicatos, de vários movimentos da sociedade civil e, de outro lado, organizações ambientalistas que, naquela época no Brasil, eram organizações que tinham um perfil bastante assemelhado às organizações ambientalistas do primeiro mundo, onde se iniciou esse processo de formação de organizações ligadas ao meio ambiente, que tinham uma visão conservacionista e entendiam, via de regra, que a proteção do meio ambiente exigia a sua separação em relação às pessoas, que as pessoas, que os seres humanos, que a sociedade humana, que a sociedade contemporânea inevitavelmente eram impactantes do ponto de vista ambiental, e que, portanto, para conservar os ambientes, a gente deveria ter reservas que ainda não fossem acessíveis e uma ideia, uma noção de conservação desvinculada das pessoas.

No entanto, de outro lado, nós vivíamos um momento no Brasil muito importante. O Brasil tinha passado pela Eco 92, havia toda uma discussão forte sobre a agenda ambiental, que até então não tinha tido espaço no nosso país, e vários dos grupos que atuavam na assessoria de movimentos sociais passaram a entender a importância de incorporar essa dimensão ambiental ao seu trabalho, à situação, e, da mesma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma, pessoas e grupos que atuavam nessa perspectiva da conservação do meio ambiente passaram a entender que, em um país em desenvolvimento como o nosso, com tantas carências, com tantas dificuldades, seria imprescindível que a questão ambiental fosse tratada de uma forma organicamente vinculada à sociedade, a grupos sociais, aos povos da floresta e assim por diante.

Então, nós forjamos esse conceito do socioambiental, que nos dá o nome enquanto instituição, não como uma justaposição entre o social e ambiental, mas na busca de uma síntese orgânica, que seja consistente para passar essa visão de um ambientalismo apto a conviver com as dificuldades de um país em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Hoje essa expressão está mais disseminada, a gente a vê sendo muito utilizada por parceiros nossos de outros países da América Latina, mas é uma palavra que continua não tendo tradução para o inglês; é uma coisa complicada traduzir essa palavra para o inglês.

Eu queria inicialmente enfatizar o sentido desse conceito, porque ele é muito importante na definição do projeto de atuação do Instituto Socioambiental.

Nós temos aí, nessa imagem, um esquema básico da governabilidade, da estrutura de governança do instituto, que, em linhas gerais, não é diferente de outras organizações da sociedade civil, que são constituídas por uma assembleia geral de sócios, que elege um conselho diretor e um conselho fiscal, que, por sua vez, nomeiam uma secretaria executiva, que tem a responsabilidade da gestão cotidiana dos trabalhos do instituto.

De um lado, nós temos uma grade de programas, como nós chamamos: programa de política, programa de povos indígenas e programas regionais, que são definidos tendo como base bacias hidrográficas – no caso, o Rio Negro, envolvendo parte do Estado do Amazonas e do Estado de Roraima; o Xingu, envolvendo o nordeste do Mato Grosso e grande parte do centro do Estado do Pará; e o Vale do Ribeira, que é uma base hidrográfica situada entre Paraná e São Paulo, numa região de Mata Atlântica.

O ISA mantém oito escritórios, com equipes específicas, em algumas regiões do Brasil – São Paulo, Brasília e também nessas regiões que eu indiquei aqui, que são regiões onde funcionam esses programas regionais – e reúne, no momento, 201 colaboradores, funcionários, como já disse, de várias áreas de formação diferentes, de forma que a gente busca compor uma equipe com competências variadas, que possam interagir de maneira a desenvolver uma ação mais orgânica e mais consistente.

O instituto fechou o ano passado com um orçamento de R\$69,5 milhões, quase R\$70 milhões, e com um número total de 63 financiadores, 63 instituições diferentes, que contribuem com doações para compor esse orçamento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos os projetos do ISA são auditados – há auditorias que são mobilizadas pelos financiadores –, e nós trabalhamos regularmente com relatórios anuais, financeiros e de atividades, que sempre estão disponíveis – todos eles disponíveis – no *site* do ISA para conhecimento público.

Esse orçamento... Favor retornar. Esse orçamento é composto de 84% de recursos e doações estrangeiras e 16% de recursos e contratos com doadores nacionais, do Brasil.

Nós trabalhamos com o conceito de que todas as nossas equipes e os nossos quadros têm obrigações finalísticas, têm funções finalísticas, de modo que 88% desse orçamento é aplicado em programas e projetos que têm a ver com as atividades fins do instituto. A nossa folha de pagamentos corresponde a cerca de 40% do total do nosso orçamento.

O que faz o ISA? Nós temos quatro linhas principais de atuação, quatro frentes de atuação. A primeira delas diz respeito à produção de conhecimento, ao trato das informações mais relevantes sobre o nosso país que dizem respeito à agenda socioambiental. Nós temos uma segunda frente de atuação, que se concentra nos esforços de comunicação desses conhecimentos e de fatos e de documentos que são importantes em relação à nossa agenda; uma terceira frente, que trata da defesa de direitos no sentido amplo, de direitos socioambientais da população como um todo, direito de populações específicas, como povos indígenas, quilombolas, extrativistas e outros segmentos sociais; e uma quarta frente de atuação, que envolve fundamentalmente parcerias locais. Então, não são projetos especificamente do Instituto Socioambiental, mas projetos, iniciativas que são construídas no contexto de relações de cooperação de trabalho com organizações indígenas, organizações extrativistas, quilombolas, organizações representativas de produtores rurais e de outros segmentos da sociedade brasileira e que se concretizam basicamente nos projetos que são desenvolvidos nos nossos programas regionais.

Sobre o primeiro eixo de atuação, que envolve essa questão das informações e da produção de informações e de conhecimento, eu trago aqui alguns exemplos de *sites* e bancos de dados que são mantidos e disponibilizados publicamente pela instituição. Nós contabilizamos, de 2020 para cá, mais de 18 milhões de acessos, dentro e fora do país, a essas bases de dados, a esses *sites*, a essas informações que são produzidas, organizadas e disponibilizadas pelo Instituto Socioambiental.

Desde a nossa fundação, nós já colocamos na praça 283 publicações diferentes. Essa imagem traz as capas de algumas dessas publicações, são publicações que têm eventualmente circulação em campos específicos, outras são publicações de ordem mais geral. Eu destaco a publicação de *Povos Indígenas no Brasil*, que é uma série mantida já ao longo de todos esses 30 anos e que é considerada a principal publicação de referência que traz informações sobre povos indígenas, terras indígenas no nosso país. Além dessas publicações, livros, cadernos, etc., o ISA produziu, ao longo da sua existência, 382 outros estudos, diagnósticos, notas técnicas, pareceres, cartilhas, que também foram disponibilizadas pra grupos específicos ou para o público em geral, contendo análises consistentes sobre questões que são relevantes no trato da agenda socioambiental no nosso país.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na linha de atuação, com relação a ações locais no âmbito de nossos programas regionais, nós estamos atualmente com parcerias constituídas com 45 associações e entidades que são geridas por lideranças indígenas, por lideranças quilombolas, por lideranças extrativistas e de outros grupos sociais, com os quais nós mantemos relações mais permanentes de cooperação, execução de projetos e de outras iniciativas afetas ao nosso mandato institucional e que respondem a demandas que nos são trazidas por esses grupos sociais através das suas associações.

Esse eslaide faz referência a uma campanha que foi coordenada pelo ISA no nordeste do Estado do Mato Grosso e que reuniu representações indígenas, especialmente do Parque Indígena do Xingu, da Terra Indígena do Xingu, como é hoje chamada, assentados da reforma agrária, proprietários rurais dessa região e também as municipalidades, os municípios. São mais de dez municípios que têm parte do seu território na Bacia do Xingu. E essa campanha teve como objetivo central a proteção e a recuperação de nascentes de matas ciliares na região das cabeceiras do Rio Xingu no Estado do Mato Grosso.

Essa é uma região que, nas últimas décadas, passou por um processo de ocupação, de expansão da fronteira agrícola, de ocupação do território bastante intenso. Enfim, eu não tenho um mapa aqui, mas a Terra Indígena do Xingu fica localizada no centro da bacia, e todos os rios que são formadores do Xingu nascem fora do território indígena e correm pra dentro do território. E, diante da intensidade do processo de ocupação do entorno desse território indígena, nós passamos a ter casos importantes de contaminação da água por agrotóxicos, de sedimentação, de lixo, de modo que os grupos indígenas nos solicitaram que procurássemos os produtores rurais, as prefeituras dos municípios daquela região pra que nós pudéssemos juntar as forças e desenvolver um conjunto de ações que minimizasse esses impactos que estavam sendo sentidos no território indígena.

Então, a proteção do território indígena e das matas ciliares era a demanda principal dos povos indígenas. A demanda dos proprietários rurais da região era de que nós os ajudássemos a fazer restauração florestal de nascentes e matas ciliares a um custo mais baixo, que nós trabalhássemos pela redução do custo das atividades de restauração florestal.

Nas áreas onde havia assentamentos da reforma agrária, a demanda dos assentados era pela implantação de sistemas agroflorestais, que, ao mesmo tempo em que permitissem a recuperação das áreas, também resultassem na produção de alimentos para sua subsistência, para a geração de renda. E do ponto de vista dos municípios, a demanda era de diagnóstico. Foi feito um diagnóstico, na época, a pedido de todos os participantes dessa campanha, que foi feito pelo Ministério das Cidades, procurando quantificar e qualificar as demandas de saneamento básico de cada município. Esse foi um estudo importante, porque era um estudo oficial e deu a esses municípios elementos, informações, para que eles pudessem construir projetos nessa linha de atender às demandas de saneamento básico desses municípios.

Dessa campanha resultaram muitas iniciativas, como a criação da Rede de Sementes do Xingu e do Araguaia, que foi uma experiência... É ainda uma experiência muito interessante, porque as comunidades



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas interessadas, os assentados da reforma agrária que também têm esse interesse, fazem a coleta de sementes de várias espécies nativas daquela região, e o ISA desenvolveu, juntamente com os proprietários, técnicas de restauração florestal baseadas no uso intensivo de sementes em vez de mudas, do plantio de mudas, isso porque naquela região do nordeste do Mato Grosso era muito difícil encontrar viveiros, a não ser os viveiros das prefeituras, que fazem uma arborização das áreas urbanas, mas era muito difícil se encontrarem mudas em quantidade suficiente para poder fazer restauração de grandes áreas rurais. E a solução encontrada para baratear os custos e promover uma restauração florestal consistente foi esse uso intensivo de sementes.

Então, os coletores indígenas ou assentados da reforma agrária faziam a coleta e vendiam – vendem ainda – essas sementes para os produtores rurais que tenham interesse em fazer restauração florestal nas suas propriedades. E dessa forma nós conseguimos derrubar para menos de um terço o custo da restauração florestal, que aproveita o próprio maquinário dos produtores, as plantadeiras de soja, as plantadeiras de capim para fazer o plantio direto de sementes de forma intensiva, de várias espécies, o que tem um resultado muito bom do ponto de vista da diversidade de espécies, nessas experiências de restauração florestal.

O ISA diretamente, especificamente, foi responsável pela restauração florestal de 4 mil campos de futebol, são 4 mil hectares, nessa região do nordeste do Mato Grosso, atendendo demandas de 300 propriedades rurais, de 15 municípios do estado.

Posteriormente, essa experiência gerou muitos desdobramentos e hoje a gente tem rede de sementes e de coletores de sementes em praticamente todo o país.

Existe uma rede de redes, inclusive, com 24 redes que mobilizam hoje mais de mil famílias que são coletoras de sementes, em todo o país, e que, nos últimos dois anos, produziu mais de 46 toneladas dessas sementes nativas, que alimentaram 47 processos de restauração florestal no Mato Grosso e em outras regiões, totalizando mais de 8 mil hectares restaurados. *(Pausa.)*

Eu vou passar aqui para vocês, rapidamente, um pequeno vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Mais cinco minutos, tá? Mais cinco minutos.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Vou apressar o passo aqui. Logo, logo estou chegando ao Rio Negro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – É bom...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Termina no Rio Negro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Tem a ponte, mas é bom a gente... Vai que a gente tem problemas.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Isso.

O vídeo não está passando? (*Pausa.*)

Olha, infelizmente, a transmissão aqui parece que não contemplou o vídeo que nós usamos, mas, enfim, era um vídeo que se reportava a essa experiência da restauração florestal, para vocês terem uma ideia de como é feito esse trabalho fundamentado no uso intensivo de sementes.

Mas, vamos prosseguir.

Então, nesse trabalho nós temos o trato aqui das atividades que dizem respeito à economia da floresta. É bom lembrar que todos esses projetos que têm essa intenção de produção econômica, de produtos da floresta, são projetos das comunidades que são nossas parceiras, não são projetos do ISA. Não é o ISA que inventa essas iniciativas; são demandas que são trazidas pelos diferentes grupos com os quais nós trabalhamos.

No seu conjunto, esses projetos, nas várias regiões em que nós trabalhamos, beneficiam 4.450 famílias dessas várias regiões e geraram até aqui algo em torno de R\$15 milhões de receitas nos últimos dois anos, ou melhor, em 2021 e 2022 – nós não temos ainda o dado fechado de 2023.

Aqui era a roça...

Isso é o vídeo? (*Pausa.*)

Temos também apoiado as comunidades em várias iniciativas relativas à geração de energia solar. O custo do óleo diesel para essas comunidades é um custo enorme. Esse óleo diesel chega a um custo muito elevado nessas regiões remotas, então o desenvolvimento de plantas solares é muito importante do ponto de vista das demandas indígenas. E temos ali alguns números. No caso do Xingu: 120 aldeias solarizadas; 70 escolas, 47 unidades de saúde, 89 pontos de internet que foram implantados com geração própria de energia; formação de técnicos locais; e alguns milhares de pessoas beneficiadas. Estamos desenvolvendo também, em caráter piloto, em Roraima, na Terra Indígena Raposa Terra do Sol, algumas iniciativas gerando energia eólica e solar e formação de eletricitistas. Porque isso é uma questão muito séria: não adianta você ir lá, implantar um sistema, levar tecnologia, os equipamentos, e não ter as pessoas devidamente capacitadas para poderem operar autonomamente essas tecnologias.

Aquilo é uma manchete da *Folha de S.Paulo*, tratando desse projeto no Xingu, e nós tivemos muita repercussão, nos meios de comunicação locais dessas regiões, relativamente a essas iniciativas.

Fazemos também o monitoramento do desmatamento ilegal nas regiões onde a gente atua. Esse é um monitoramento remoto, que produz relatórios regulares sobre a situação de ocupação do território



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessas regiões. E, no caso da Terra Indígena Yanomami, temos agora viabilizado, junto à Associação Hutukara, por demanda da Associação Hutukara, um aplicativo com sistemas de alerta que eles próprios podem operar.

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Quer dizer, eles já não dependem mais do ISA pra poder fazer esse monitoramento e podem fazer diretamente – eles próprios – esse trabalho, esse sistema de alertas sobre a situação sanitária e ambiental do seu território.

Prevenção de incêndios florestais. Várias iniciativas nesse sentido, notadamente na região do Xingu, do Mato Grosso, que é uma região de cerrado, sujeita a secas mais agudas e onde o problema do fogo tem sido um problema crescente nos últimos anos.

Aí está: planos comunitários; formação de brigadistas indígenas e de associações comunitárias que têm a nossa assessoria para fazer esse manejo e o combate ao fogo, especialmente no período seco.

Outras ações em relação aos ianomâmis têm a ver com o enfrentamento da crise sanitária. Acho que é importante ressaltar isso, porque, quando veio a pandemia, Senador, nós, evidentemente, tivemos muitas atividades, que estavam programadas, prejudicadas pela impossibilidade de acessar territórios indígenas e pela necessidade de isolamento. No entanto, nós conseguimos negociar a conversão de muitos recursos desses projetos em iniciativas, no financiamento de iniciativas associadas à crise sanitária.

Investimos 2,5 milhões em alimentação; viabilizamos cem concentradores de oxigênio no Território Yanomami, seis geradores de energia e a formação de microscopistas indígenas para fazer o combate à malária.

Outra ação no Rio Negro: o apoio à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e às associações locais no desenvolvimento dos planos de gestão ambiental e territorial das terras indígenas dessa região, numa parceria com a Funai, com o ICMBio e com as associações locais – 2,7 mil pessoas foram mobilizadas em mais de 50 eventos realizados na elaboração desses PGTA's, como nós falamos. Esse projeto foi realizado entre 2016 e 2022.

Nós apoiamos a criação e o desenvolvimento da Rede Wayuri de comunicadores indígenas; hoje isso é uma rede extensa. Eles próprios fazem a comunicação, o intercâmbio de informações, na região, que interessam a eles.

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRCIO SANTILLI – E a participação e o apoio do ISA, em parceria com a Secretaria de Educação de São Gabriel da Cachoeira, na estruturação do primeiro programa escolar indígena, na formação de professores e assessores pedagógicos, e no apoio técnico à estruturação de escolas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar, esse eslaide traz uma relação de prêmios que foram recebidos pelo ISA ao longo desses anos e que muito nos orgulham. E é com essa referência que eu gostaria de encerrar aqui essa apresentação.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado pela exposição, Sr. Santilli.

Nós vamos, daqui a pouco, começar nossas perguntas, com o nosso Relator Marcio, o Senador Zequinha...

Senadora Eliziane, obrigado pela presença. Sua presença é bem recebida e notada aqui. Fique à vontade, e vamos até o final.

Nós não estivemos na região do Xingu, não estivemos, mas nós estivemos em São Gabriel da Cachoeira, e o que a gente viu lá foi o que os índios nos mostraram. Eu queria voltar a mostrar aqui os vídeos à população brasileira do que nós – três dos vinte e poucos vídeos – colhemos na região do Alto Rio Negro, onde o ISA ficou por doze, quatorze anos mais ou menos. É claro que lá são muitas etnias, são locais distantes, mas onde nós estivemos... Por exemplo, aos baníuas, de que o ISA vende a pimenta Baniwa, eu tive que dar uma emenda parlamentar para um gerador de energia, eu tive que dar uma emenda parlamentar para um barco para a gente poder se movimentar.

Mas eu queria que os índios falassem por si só. Por favor, o vídeo 6. É de São Gabriel da Cachoeira, tá? Eu acho que é um índio tukano.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não tem como aumentar o volume?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sr. Santilli, esse é o conceito do ISA lá em São Gabriel da Cachoeira, é o que nós ouvimos. E nós estivemos lá e anunciamos. Teve etnia que levou 14 dias pra ir lá, em Pari-Cachoeira, para conversar conosco. E o senhor foi chamado aqui exatamente por isso. O ISA aparece em todos os depoimentos, ora sendo acusado de enganar com falsas promessas, ora com até a suspeição sobre a orientação e laudos antropológicos. O ISA aparece sempre como aquele que está ali antes da demarcação da área, antes da transformação de florestas. O senhor foi chamado aqui por isso.

Mas eu quero... Só tenho mais um vídeo aqui, que é pro senhor ficar à vontade e o Marcio começar as perguntas, porque é para que o brasileiro e a brasileira entendam, essa aqui não é uma questão pessoal. No fundo, nós estamos ouvindo. A CPI ouve denúncias, apura denúncias, provas, e encaminha o relatório



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

final ao Ministério Público da União, à Procuradoria-Geral da União, ao Ministério Público Federal, pra onde serão encaminhadas, e com eles a responsabilidade de punir ou não. No relatório, sim: se o Relator achar que sim, aí vão indicações de indiciamento, de pedido de investigações, para que o brasileiro não pense que nós da CPI temos o poder de punir, de julgar e punir. Não, não temos; mas temos o dever moral – moral – de mostrar essas coisas ditas pelos índios invisíveis, aqueles que não têm voz, que não são enxergados, aqueles que o mundo, aqueles que as ONGs, que o Brasil esqueceu.

Mais só um vídeo e o senhor vai ficar à vontade. É o vídeo nº 11. Também eu acho que é o de um kuripako, esse que levou 14 dias para chegar até a nossa sessão da CPI em São Gabriel da Cachoeira. É o vídeo nº 11.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É um dos motivos pelos quais o senhor foi chamado aqui. Se o senhor quiser falar algo a esse respeito... Porque eu vou passar a palavra para o Relator, Senador Marcio.

O SR. MÁRCIO SANTILLI *(Fora do microfone.)* – Eu quero sim.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quer sim?

Por favor, eu só peço brevidade para a gente começar as perguntas, está bom?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Só para esclarecer o seguinte...

Está sem som... *(Fora do microfone.)*

É apenas para esclarecer o seguinte, Senador: o senhor conhece essa região, acredito até que melhor do que eu. Nas terras indígenas do Alto Rio Negro, nós temos mais de 600 comunidades espalhadas ali por diversos rios formadores do Rio Negro e a própria calha do Rio Negro. É evidente que não é possível o ISA e nenhuma outra organização de apoio poder atender a demanda de 600 comunidades de várias regiões, de vários idiomas diferentes. E a forma de poder trabalhar do ISA nessas regiões é através de relações de parceria com as associações e as organizações indígenas locais. Não há outra forma de nós podemos atender demandas, ainda que legítimas, que venham de indivíduos, de famílias, e é muito importante que a nossa organização atue de uma maneira formal, clara, transparente, através de termos de cooperação com essas organizações locais.

A Federação das Organizações Indígenas tem 91 associações que são a ela vinculadas, organizações de base territorial específica, organizações profissionais, organizações de mulheres, organizações de comerciantes indígenas. E nós, evidentemente, temos a capacidade de atender uma parte, uma parte pequena, da demanda que nos é trazida, de uma região tão extensa, de uma população tão numerosa, de um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

número tão grande de comunidades, de modo que as pessoas que vivem nessa região e que, por qualquer razão, não atuam diretamente com essas associações locais...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu tenho resposta pra isso. Elas não atuam porque não deixam, porque isolam, porque as ONGs só manipulam aqueles que querem. Nós temos depoimentos aqui de índios que não deram a sua assinatura para a criação de associações. A Foim, por exemplo, fomentada e criada pelo ISA, é uma enganação. Vai a 40 minutos, se fosse de voadeira; vai de helicóptero, R\$18 mil uma hora de helicóptero. Eles têm dinheiro para helicóptero, mas não têm – e eu mostrei ontem aqui – para remédio.

Então, essa coisa, Sr. Santilli, me desculpe, as associações são todas manipuladas pelas ONGs. Quem está dizendo isso é quem conhece, não é o Senador, não. Quem está dizendo isso é o cidadão Francisco Plínio Valério Tomaz, que conhece *in loco*.

Eu passo a palavra para o nosso Relator, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia, seja bem-vindo Sr. Márcio Santilli.

Colaborando com o Senador Plínio Valério, o Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Alto Rio Negro é uma proposta para toda a região. Portanto, em tese, deveriam estar atendidas todas as comunidades indígenas daquela região.

Um comentário. Nós vamos, na semana que vem, ao Pará. E uma frase, uma palavra inventaram agora, porque a turma é muito pródiga em inventar palavra – difícil de resolver, de dar soluções a problemas, mas inventar palavra... –, e é uma palavra muito pesada, muito forte, "desintrusar", então, são intrusas pessoas pobres. Os vídeos mostram por si sós, não precisa fazer levantamento: pessoas pobres, humildes, muitas delas já estavam lá, colocadas pelo próprio Governo do estado, hoje são tratadas com essa palavra. Quer dizer, eles são considerados, pelo Estado brasileiro, intrusos. Então, tem que fazer a desintrusão na marra: tiram, tomam de lá. E vão, talvez, para a cidade, se somar ao exército de desempregados, dependentes do Bolsa Família da Amazônia.

Com todo o respeito, Sr. Márcio Santilli, eu acho que o intruso na Amazônia, aquele que deveriam fazer a desintrusão, é o das ONGs.

Vamos lá.

V. Sa – e pode dizer "sim" ou "não" –, V. Sa. é proprietário de alguma outra empresa? De alguma empresa?

O SR. MÁRCIO SANTILLI (Para expor.) – Eu sou – proprietário acho que não é bem a palavra, mas eu sou – sócio de uma empresa de consultoria, que presta consultorias inclusive para o ISA.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Consultoria Ambiental Ltda.?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – AM Consultoria Ambiental.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – V. Sa. Conhece Adriana de Carvalho?

Cumprimento o Senador Hiran, a Senadora Damares. Muito obrigado pela presença!

V. Sa. conhece Adriana de Carvalho Barbosa Ramos Barreiro... Barretto?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Conheço, sim. É minha colega de trabalho já há muitos anos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Além de ser colega de trabalho, sócia na empresa, quais são outras atividades da Sra. Adriana?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Ela, atualmente, é Secretária Executiva adjunta do Instituto Socioambiental.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Ou seja, ela participa também do ISA, né?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Sim, ela...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Por que a pergunta? A Sra. Adriana é membro titular do Conselho de Administração do Fundo Amazônia, alguém, então, que tem uma parceria com o Sr. Márcio Santilli. Aliás, é mais um convidado. E a impressão que eu tenho é de que é um novo tipo de dominação: é homem branco de novo, quase todos eles de São Paulo, dizendo, determinando o que é que os amazônidas podem ou não podem fazer, e, no caso do ISA, particularmente, os índios. São homens brancos como o senhor, de São Paulo, como os outros que já estiveram aqui, que praticamente determinam como é que pode viver e o que é que podem fazer 700 mil índios, porque, no próprio IBGE, de que vocês participaram como consultores – o que eu acho um escândalo –, constatam-se apenas 700 mil pessoas na área rural dos indígenas. E essa senhora, a Adriana, faz parte dessa consultoria, junto com o senhor, faz parte do ISA, e, ao mesmo tempo, ela participa do Fundo Amazônia, e, na condição de participante, como representante da sociedade civil para vaga no Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

Quais são os interesses de instituições internacionais e empresas globais investirem em sua instituição? Porque o senhor não acha que ter uma colega de trabalho, de consultoria, membro do ISA, que faz parte do conselho, como membro de ONGs, no Fundo Amazônia, que decide para onde vai o dinheiro do Fundo Amazônia, e, ao mesmo tempo, o ISA ser captador do recurso, o senhor não acha uma imoralidade?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO SANTILLI – De forma nenhuma, Senador.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não, de forma nenhuma.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O que o senhor acha da lei que o Congresso aprovou, portanto, é a vontade do Congressista, a lei da estatal, que previa três anos para a pessoa que exerceu um cargo importante não ocupar uma estatal, muito na esteira do escândalo do petróleo, em que roubaram milhões, bilhões de reais? O senhor acha que essa lei, a preocupação do Congressista estava errada?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Olha, Senador, vamos por partes aqui em relação às suas colocações, começando por informar ao senhor que a Adriana Ramos não pertence mais ao conselho consultivo do Fundo Amazônia, não é deliberativo...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas participou.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... não decide projetos, não decide a destinação de recursos. E ela é representante da sociedade civil brasileira, assim como nós temos, nessa mesma instância – e continuamos tendo –, representações da Confederação Nacional da Indústria, da academia, de vários outros setores da sociedade.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu sei da lista todinha.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Então, é uma...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – E ela continua aqui no *site* como membro, viu?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não é mais.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Então manda tirar do *site*. Mas, quando o ISA recebeu dinheiro do Fundo Amazônia, ainda era. E ainda continua aqui. Se ela não é, então está desatualizado, pode tirar.

Mas, de qualquer maneira, o senhor já respondeu. O senhor acha que não tem problema nenhum, moral, ético, de que você tenha uma pessoa do ISA, que, aliás, é também de uma consultoria com o senhor, que é membro, sim, de um conselho, porque quem decide o dinheiro do BNDES são conselhos, a sociedade civil, ONGs das quais ela faz parte. Ao mesmo tempo, é lá que decide pra onde vai o recurso, e o ISA capta recurso desse fundo. O senhor acha que não tem nenhum problema? Nenhum problema?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não é essa instância que decide a destinação de recursos. Os recursos do Fundo Amazônia são destinados pelo conselho do BNDES.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Do BNDES, com a participação de ONGs.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não, senhor. Não tem participação da sociedade civil. É o BNDES, como instituição, é o conselho do BNDES, na instituição...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu quero dizer que o senhor está aqui sendo gravado, sendo filmado e podendo, com isso, responder civil ou criminalmente.

As ONGs fazem parte de um conselho que leva o nome de consultivo, mas que ajuda a decidir, sim, as linhas de financiamento do BNDES, do Fundo Amazônia particularmente.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não. Não decidem sobre projetos, sobre a destinação de recursos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Está bom. Então, nós vamos resolver isso depois num local adequado. O senhor já falou...

O ISA já recebeu, de acordo com dados oficiais levantados pela CPI, mais de meio bilhão de reais vindos do exterior, dinheiro estrangeiro. Dentre os doadores, verificamos alguns já bem conhecidos: Alemanha, o maior emissor de CO₂ da Europa; Noruega, que vive de petróleo e gás; Reino Unido, que recentemente emitiu mais de cem novas licenças de exploração; todos esses países absolutamente dependentes de atividades econômicas de grande emissão de CO₂, e não demonstram ações efetivas para diminuí-las – ao contrário. V. Sa. não acha hipocrisia defender o fim das emissões enquanto é financiado por CO₂?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – O ISA não é financiado por CO₂...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Vocês não recebem dinheiro de fundações norte-americanas? O Fundo Amazônia não é financiado pela Noruega?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Senador, o ISA tem 63 parceiros financiadores dentro e fora do país...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – E 84% são estrangeiros.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... são instituições diferentes, são instituições de cortes diferentes, poucas são instituições de governo, a grande maioria delas são instituições da sociedade desses países...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas, de qualquer forma, Sr. Márcio, vamos dizer que parte, pouca parte do recurso estrangeiro que vocês recebem é de países, como eu citei, que produzem mais CO₂ do que o Brasil e fundações, como tem na relação – e eu posso depois ler a relação dos doadores –, enfim, mas que tem uma parte que são produtores, muito mais do que o Brasil, de CO₂. Isso não é uma contradição?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Olha, o Brasil emite mais CO₂ do que a Alemanha.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Que é isso...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Sim, senhor. Só não emite mais CO₂...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Traz o dado!

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... que o conjunto...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Traz o dado!

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... da União Europeia.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Traz o dado! Traz aqui o dado.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Então, a questão...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A Alemanha, sozinha, joga mais CO₂ no planeta que o Brasil.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – A questão não é essa, Senador...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A questão é...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – A questão é que todos os países...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... vocês recebem recursos de países produtores, muito mais que o Brasil, de CO₂.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Todos os países...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Nisso não há contradição?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... que são grandes emissores de CO₂ têm a responsabilidade de reduzir as suas emissões...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É, embora não cumpram.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... no contexto do Acordo de Paris.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Embora não cumpram. A própria França não cumpriu...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Alguns cumprem, outros não cumprem.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A França... Está dizendo o acordo da França, a COP da França. Paris não cumpriu. Aliás, o Acordo de Paris a França não cumpriu. E, agora, a Inglaterra anunciou que não vai cumprir.

O senhor já respondeu, disse que não há problema nenhum que o ISA, na sua opinião, receba recursos de fundações e de países que produzem muito mais CO₂ no planeta do que o Brasil.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Marcio, o senhor me permite um aparte? Eu queria só, dentro daquilo que o senhor está falando... É só para... Eu tinha uma pergunta ao Sr. Márcio Santilli...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Vá lá.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Ela vai bem ao encontro do que o senhor... É só para a gente ... Eu acho que isso vai ajudá-lo a esclarecer essas dúvidas que o senhor está perguntando.

Porque, na página da internet, o ISA oferece um *link*, entre aspas, "transparência". E, clicando nele, o ISA oferece um acesso a um relatório de auditor independente sobre suas demonstrações contábeis de 2021 e 2022. Informações cruciais, desde o ponto de vista de soberania nacional, não se encontram disponíveis, pois os dados são excessivamente genéricos. Assim, por exemplo, percebe-se que mais de 80% das receitas têm origem estrangeira, mas não se consegue saber quem fez as doações no *site* de vocês. Os brasileiros não podem saber, pelos critérios de transparência do ISA, quais nações, empresas ou pessoas estrangeiras estão por trás das doações. Eu lhe perguntaria muito rapidamente, pedindo a devida vênias do nosso Relator, quais são os governos estrangeiros e as empresas responsáveis por 80% das receitas do ISA, e isso apenas do biênio 2021-2022. Quem tem, de modo regular, financiado o Instituto Socioambiental? E, finalmente, por que um relatório de transparência não contém o nome de entidades que financiam o instituto? E o ISA pretende alterar a sua forma de manter a transparência, como vimos, que mostra-se opaca em relação à soberania nacional, que é uma coisa muito, muito importante?

E me desculpe, meu querido Relator, mas é mais ou menos nessa direção que o senhor está fazendo suas considerações.

Obrigado.

O SR. MÁRCIO SANTILLI (Para expor.) – Senador Dr. Hiran, a lista dos financiadores do ISA se encontra no *site* do ISA, está lá disponível como sendo os nossos parceiros financiadores. Estão todas as instituições...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor poderia nominá-las aqui, por favor?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Eu posso enviar para vocês posteriormente essa relação. Ela é pública.

Eu acho que o senhor ainda não havia chegado quando eu fiz a minha apresentação e informei que o ISA dispõe de 63 parceiros financiadores, sendo a grande maioria deles ou a quase totalidade deles de parceiros privados, fundações privadas, nacionais e internacionais. Nós temos contratos apenas com a agência de cooperação da Noruega, que é ligada ao Governo da Noruega, e um projeto com a União Europeia, que tem também esse caráter governamental. Todos mais são de instituições ligadas à cooperação privada de vários países do mundo.

Sobre essa questão dos recursos, eu acho importante fazer um esclarecimento pros senhores, que é o seguinte: nesse campo da cooperação fundamentada em recursos concessionais, a participação do Brasil nesse campo, a disponibilidade de recursos pra esses fins concessionais é uma participação pequena a do Brasil nesse montante dos recursos que operam nesse campo, e essa, eu acredito, que não chega a 5% dos recursos disponíveis no mundo todo. E esses recursos nacionais também são disputados por organizações internacionais, que são organizações que fazem a coleta de fundos no mundo todo e fazem também no nosso país. Os senhores devem ter visto pela televisão Médicos Sem Fronteiras, organizações de grande porte que têm essa capacidade de fazer captação também no Brasil. De modo que, no meu entendimento, não é apenas necessário, mas é imperioso... Não é só uma questão de necessidade, é uma questão fundamental de interesse do país que as organizações brasileiras que tenham capacidade de disputar editais, de disputar chamadas para projetos de organizações de outros países o façam, participem da disputa desses editais e procurem trazer uma pequena desse recurso pro nosso país, assim como, da nossa capacidade de poupança, parte desses recursos acaba sendo legitimamente conquistados e dirigidos pra organizações que são de fora, organizações internacionais.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O.k.

Respondido, Senador Hiran? Posso continuar?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nós estamos vendo aqui *site*. No *site* tem essas...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sim.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... mas ele não fala sobre valores, não fala sobre a relação...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu acabei de mencionar um pouco. Receberam quase meio bilhão em alguns anos. Acabei de falar aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor teve acesso nesse *site* aqui?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Tivemos, tive. Nós tivemos acesso.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – No mais, veja...

Aliás, esses dados são os documentos do Banco Central.

Agora, é interessante: todos que vêm aqui das ONGs, Sr. Márcio, acham legítimo. É impressionante! "Não tem problema. O Brasil participa com pouco recurso desse montante de bilhões que circulam por aí pras ONGs. O Brasil participa com um pouco disso; então a maior parte é estrangeiro. Então acho que o deve, sim, captar". É como se fossem todos santos captando recursos pra melhorar a qualidade de vida do amazônida, e não são. É como se não houvesse contradição em receber dinheiro daqueles que mais poluem o planeta. E tudo que as ONGs apresentam são nichos.

Vocês falam da Amazônia, pra quem não conhece a Amazônia, é como se fosse aqui visitar Pirenópolis. Vamos fazer ecoturismo na Amazônia como se fosse aqui pra Pirenópolis. A Amazônia é uma imensidão, é uma imensidão. E cada ONG, claro, tem que apresentar um lugar, geralmente numa beira de rio, que é mais fácil o acesso, onde ela colocou ali uma placa solar ou alguma coisa e que cria naquela comunidade uma dependência da existência da ONG, mas a Amazônia é imensa.

E há, a meu ver, sim, uma questão imoral de pessoas que fazem parte de ONGs, ajudam a decidir políticas públicas e, ao mesmo tempo, captam recursos daquilo que ajudaram a decidir.

Na minha opinião, há, sim, uma contradição brutal entre aqueles que dizem ser preocupados com o meio ambiente, e fazem associação com os países que mais poluem o planeta, e se calam, como vão agora para a COP, como eu vi nos Estados Unidos, fazer vassalagem.

Claro, há aqueles que os financiam. Eu nunca vi alguém ser financiado por alguém e se virar contra ele.

Quem foi a filantropa, Sr. Márcio, que realizou a doação que permitiu a criação do fundo legal de quase R\$60 milhões em 2022? Qual a relação anterior dela com o ISA? E a que se destina esse fundo?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Esse é um fundo privado, Senador, que é constituído por família, uma família de doadores, que procurou fazer um levantamento no mundo todo de organizações que considera que trabalham seriamente, que têm um trabalho relevante a ser contemplado e premiou essas organizações com essas doações, que são doações não vinculadas a projetos específicos e que nos permitirão constituir esse fundo, no caso do Instituto Socioambiental.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não saberia dizer ao senhor que outras organizações foram igualmente contempladas com essa doação.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – E a gente pode saber qual é o nome da filantropa?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Eu não estou com o nome aqui. Eu envio ao senhor logo após esta sessão.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Porque geralmente – e é o que a gente já ouviu de pessoas que assessoram inclusive a CPI – a criação desses fundos é uma forma de veicular... Uma pessoa doa... Aliás, a curiosidade de saber quem é essa alma generosa de doar 60 milhões...

Agora há pouco, nós levantamos um dado. A Ministra e agora Senadora Damares mencionou isto aqui, ontem: 251 pessoas já morreram, este ano, na Reserva Yanomami, e a gente não encontra uma alma caridosa para doar 60 milhões lá diretamente para aquela comunidade, mas encontra uma alma generosa para doar 60 milhões de reais para uma ONG.

Então, de fato, a CPI gostaria de saber quem é essa alma generosa.

E geralmente o fundo é uma forma de alguém que doou dizer assim: "Eu vou te doar, eu quero que você crie este fundo, porque eu quero saber para onde vai". É uma forma de controlar aquilo que o doador deu.

De acordo com os demonstrativos financeiros, o ISA mantinha, no fim de 2022, o valor de 2,165 milhões em um "Fundo de Incidência Política e Comunicação", fecho aspas. Este fundo teria por objetivo, abro asas, "fortalecer a capacidade de incidência política e comunicação da entidade em ações emergenciais e não planejadas", fecho aspas. Poderia explicar o que isso significa? Em que, especificamente, esse dinheiro em relação à comunicação foi usado? Esse dinheiro foi usado para fazer *lobby*?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Senador, houve um período em que o ISA tinha uma pequena estrutura de comunicação que era voltada unicamente para a divulgação das suas atividades e, em um determinado momento, tomou a decisão de constituir uma área mais consistente voltada para essa questão da comunicação, por entender a importância de fazer com que essas informações fossem acessíveis ao conjunto da sociedade brasileira.

No entanto, entre os nossos financiadores não havia então uma disponibilidade de recursos, de fontes de recursos que permitisse montar essa equipe de comunicação. Então, o ISA constituiu internamente esse fundo, que é uma espécie de um imposto que incide sobre todos os projetos e os contratos que a instituição tem e que foram direcionados para isso, para a contratação de profissionais de comunicação e para o desenvolvimento de atividades dentro dessa área.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – E isso pode ser...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Isso ajuda também a fazer, enfim, o posicionamento da instituição em relação a questões que estão sendo discutidas nos vários Poderes da República ou no âmbito dos estados, razão pela qual ele tem também essa função, além da comunicação, de financiar iniciativas de incidência política.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Ou seja, pra bom entendedor, meia palavra basta. Captaram? O ISA recebe fortunas de fora e, claro... E aí está explícito isso aqui, e pra eles tudo isso é absolutamente normal, receber dinheiro de fora do país, 84% dos recursos vêm de fora, e eles acham absolutamente normal fazer a divulgação – sempre, na palavra deles, é das informações – da causa indígena, da cultura, da vida na floresta, e veicular isso na mídia e no Congresso Nacional, no meio político. Isso é *lobby*. É dinheiro estrangeiro vindo para o Brasil fazendo *lobby*.

O maior exemplo disso é a Ministra Guajajara. Ontem eu já disse: na minha opinião, se hoje ela não tiver marcado a vinda dela aqui, tem que ser mudado hoje o convite pra deixar de ser convite, e convocação. É explícito na fala da Ministra Guajajara, com quem com certeza o ISA tem excelente relação, porque querem criar mais reservas, e a existência do ISA é criar mais reservas... Vive disso fundamentalmente, isso que agrada os financiadores lá de fora. A Ministra foi a público, o que eu acho um crime – já disse isso ontem, vou repetir –, foi a público pedir pressão internacional sobre o Congresso brasileiro. Imagina isso se é permitido nos Estados Unidos, na Alemanha, no Canadá ou na Inglaterra.

Quais são, Sr. Márcio, os seus contratos, convênios e acordos vigentes com o Governo Federal, em especial MMA, Ibama, ICMBio, Funai, ou se não tem, IBGE e Ministério dos Povos Indígenas? Quais são os objetos e quanto de recursos está envolvido?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Nós não mantemos contratos atualmente com o Governo brasileiro e não recebemos recursos do Governo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Nem contrato, nem convênio, nem acordo nenhum?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não, nós temos termos de cooperação com alguns órgãos, que orientam os nossos trabalhos nas regiões onde nós atuamos, mas nenhum contrato que implique a transferência de recursos para o Instituto Socioambiental.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Num dos termos de parceria consta, por exemplo, o que foi feito com o IBGE no levantamento do novo censo?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não, não há nenhuma relação de parceria formal com o IBGE. O que ocorreu em relação ao IBGE é que o IBGE, não apenas nesse censo, mas nesse censo também, antes



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de iniciar o trabalho do censo, ele realiza um conjunto de oficinas, de reuniões com diversas instituições que possam disponibilizar informações que facilitem a organização do trabalho do censo, não é?

No caso, essa oficina reuniu organizações que mantêm bases de dados geográficos sobre as terras indígenas...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Que é o caso do ISA, por exemplo.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... que é o caso do ISA, que é o caso da Funai, do ISA, do Cimi, de várias outras organizações, com a localização atual das aldeias. Essa localização, via de regra, é uma localização dinâmica, há mudanças de aldeias, há criação de novas aldeias...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – E o senhor não vê assim nada estranho em um órgão estatal brasileiro, quando ele vai elaborar a base de dados mais elementar pra política nacional, usar, como banco de dados, e, portanto, consultar uma ONG que recebe 84% de recursos externos?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Eu acho que não tem nenhum problema nisso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Nenhum problema. Nada tem problema.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Nenhum problema nisso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É uma forma de ver, não é?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Eu acho que o IBGE faz muito bem de promover consultas às organizações da sociedade e poder recolher as informações de que ele necessita pra realizar o seu trabalho.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O.k., Sr. Márcio. É por isso que...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Nesse caso específico, eu acho que é importante também ressaltar que o trabalho do IBGE com relação ao levantamento da população indígena, com base nessas informações, foi melhor realizado dessa vez, de uma maneira mais consistente, do que nos censos anteriores.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Na sua opinião, Sr. Márcio, mas o que importa aqui na pergunta o senhor já respondeu. Mais uma vez, o senhor acha que não há problema algum que uma ONG fique no mesmo nível de.... O IBGE consulta órgãos governamentais e o ISA. Então, o ISA está em pé de igualdade com instituições do Estado brasileiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu repito que a razão da existência do ISA, que recebe 84% de recursos estrangeiros, fundamentalmente é a criação e a manutenção das reservas indígenas, que, repito, no Brasil, diferentemente de países, como a Fundação Ford dos Estados Unidos, que mantêm muito menos área indígena. Eu vou chegar já a essa pergunta.

Então, mais uma vez, ele não acha nada estranho. Eu acho um atentado à soberania nacional. E aquilo que o senhor acha que foi uma melhora, eu não necessariamente posso achar que houve uma melhora.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Senador...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Aliás, ao contrário, eu, por exemplo, entendo que ajudaram a aumentar a população indígena para justamente justificar a criação de mais unidades, mais áreas indígenas.

O senhor vai aproveitar...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Eu acho... Essa questão eu gostaria de comentar se o senhor me permitir.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O.k. Daqui a pouquinho, o senhor vai poder comentar, inclusive nós vamos perguntar mais.

Os senhores são basicamente contra a ampliação da infraestrutura na Amazônia, estradas, pontes, energia, mineração. Bom, nos últimos anos, entraram ou induziram outras ONGs a entrarem no Ministério Público pra barrar obras na Amazônia? Quais obras? O senhor... O ISA e outros já fizeram isso, barrando obras de infraestrutura na Amazônia?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não, o ISA não tem posição, em princípio, contrária a nenhuma obra de infraestrutura. O que o ISA zela, assim como várias outras organizações da sociedade, é pra que essas obras possam ser realizadas com os devidos estudos, as devidas cautelas, a adoção das medidas compensatórias e mitigadoras de eventuais impactos que esses projetos tenham. Portanto, o nosso objetivo, ao atuar nisso, é de que as obras sejam feitas com melhor padrão de qualidade, do ponto de vista socioambiental, e que não gerem danos que são evitáveis. Muitas vezes os projetos de infraestrutura, inicialmente, não dimensionam adequadamente esses danos, o que acaba implicando em dificuldades posteriores, em questionamentos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Claro. Claro. O linhão de Boa Vista a Manaus vai causar um dano ambiental fantástico; é a queima de combustível de termoeletrônica em Boa Vista. É sempre assim. Vocês nunca se posicionam... "Não, eu não sou contra estado". Eu conheço a Marina do Acre. Ela não vai dizer nunca que é contra estado, mas tirou a 319 do plano de Governo, tirou do PAC. E tem alguns políticos, inclusive da Amazônia, que às vezes se calam porque têm parceria, não é? Aqui teve um que não teve nenhuma cerimônia em dizer que criaram uma ONG no Governo, aportaram



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

60 milhões do Governo e da influência do Governo, e aí ele sai do Governo e vai para a ONG. Não tem o menor problema. Não tem nenhum problema.

Então, seu Márcio...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Mas há um outro ponto, Senador, importante dessa colocação que eu gostaria de esclarecer.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Está. O senhor já respondeu. O.k..

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Há um outro aspecto aqui.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O senhor vai ter oportunidade.

Mas veja, é assim, o senhor já disse: "Não, nós não somos contra, mas na verdade nós ajudamos a elaborar estudos e projetos do impacto ambiental". E pra isso tem muito dinheiro. E como resultado, o ISA é um dos fornecedores de informação da decisão que tomou lá em Autazes, para o procurador proibir a extração de potássio.

Eu li ontem a decisão dele. Meu Deus do céu, que militância! Nossa Senhora! Procurador vai falar de rios voadores da Amazônia. E agora é interessante, porque os rios voadores, que influenciariam São Paulo, agora devem estar influenciando o Sul. Uma coisa... Enfim, então é sempre assim. Mas eles estão nessa base, como estiveram na base da demora com essa coisa. E o que é interessante? É que os países que os financiam não demoram esse tempo que demora no Brasil. Esse cuidado que tem.

Então, estão, como estiveram lá na questão... Estão na questão de Autazes como estão no linhão, que até agora ainda não saiu, de Manaus a Boa Vista, o que faz com que Boa Vista queime termoelétrica, diesel, poluindo muito mais o planeta.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Posso fazer um esclarecimento, Senador?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pode.

É igual o pessoal que entrou na justiça proibindo o linhão... Proibindo o linhão, não, proibindo a linha férrea, que polui muito menos do que uma rodovia, não é?

Pois não, pode fazer o esclarecimento.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Com relação ao Autazes, o ISA não atua nessa região. Então, acho que tem alguma informação que não sei qual é aí.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Mas o comentário que eu queria fazer, Senador, é sobre essa questão de criar reservas. Não existe criar reserva indígena. Aliás, reservas sim. A reserva indígena, essa figura da reserva indígena é uma área que não é um território tradicional e que o poder público eventualmente destina à ocupação de um determinado grupo que perdeu seu território por conta da inundação de um lago, de hidroelétrica ou de alguma coisa desse tipo. Mas, via de regra, a terra indígena é ou não é. A terra indígena é reconhecida, ela não é criada. Portanto, nem o ISA nem ninguém cria terra indígena.

Então, essa é uma explicação que eu gostaria de fazer ao senhor, porque unidades de conservação, sim, são unidades que são criadas por atos do poder público, mas a terra indígena é reconhecida. Ela é ou ela não é.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Relator...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Só para terminar essa questão.

Veja aqui: ao mesmo tempo em que ele diz... Ele tenta negar a influência, mas é ele que está dando declarações. Está aqui, olha: "Márcio Santilli diz que a execução do projeto de Autazes não depende da regulamentação da mineração em terras indígenas". Quer dizer, repito: nada constrange as ONGs, nada eles acham anormal.

Eu repito: uma entidade que recebe 84% de recursos externos, inclusive de países como o Canadá, que vende potássio para o Brasil, criando dificuldades, ajudando a criar dificuldades no Brasil para que a gente saia da dependência que hoje temos do Canadá e da Rússia.

Muitos nomes de fundadores, conselheiros, ex-membros do ISA passaram por importantes cargos em instituições públicas. Vou repetir: muitos nomes de fundadores, conselheiros e ex-membros – portanto, podem ser ex-membros do ISA – passaram por importantes cargos em instituições públicas. Há gente, inclusive, no MPF, como a Sra. Deborah. O ISA não enxerga nisso uma imoralidade desconcertante?

Quais são os privilégios da instituição junto ao Governo e ao Fundo Amazônia por abrigar uma quantidade considerável de pessoas que ficam alternando entre cargos públicos e cargos em ONGs?

E eu dou um exemplo: o João Paulo Capobianco, um dos fundadores do ISA, vai com a Senadora – na época, Senadora – Marina para o Ministério do Meio Ambiente, e lá ajudam a criar o Fundo Amazônia, ajudam a captar recursos da Noruega, e, ao mesmo tempo, acaba que ONGs ligadas a eles ou que fizeram parte ajudam a captar esses recursos. Essa transação... Citei aqui o caso de uma ONG que atua muito no Amazonas, a FAS, cujo fundador veio aqui dizendo – ele disse aqui na maior tranquilidade – que eles criaram a FAS estando no Governo, depois aportaram R\$60 milhões do Governo e da influência do Governo, e depois ele foi para ela.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa relação de pessoas que fazem parte de ONGs, daqui a pouco vão para o Governo, daqui a pouco voltam para ela e ajudam, estando no Estado, a captar recursos, o senhor não acha isso estranho?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – De forma nenhuma. Isso é absolutamente normal. Acho que isso ocorre em todas as áreas. Se o senhor for nomear um Secretário ou um Ministro da Saúde, o senhor provavelmente vai procurar um quadro que tenha uma experiência nessa área; que seja médico ou que tenha uma experiência nessa área. Se o senhor for nomear uma pessoa para o setor de transportes, muito provavelmente o senhor vai buscar um engenheiro, vai buscar uma pessoa que tenha uma experiência na sua vida profissional que seja voltada para essa área. A coisa mais normal e banal do mundo...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O problema aqui...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... é que os governantes recrutem na sociedade brasileira profissionais que tenham um acúmulo, conhecimento e experiência na área de atuação para a qual são nomeados.

Então, eu acho que a colocação do senhor vai num sentido de restringir direitos políticos das pessoas, o que não faz sentido. O João Paulo Capobianco, que o senhor citou...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Realmente, Marcio, é de mérito. Olha, o Ministério do Meio Ambiente agora acaba de selecionar o ISA e a WWF.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Como?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Agora, o Ministério do Meio Ambiente publicou lá um edital chamando para assessorar, e selecionou os quatro, seis... Alguém me manda esses nomes?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não foi o Ministério do Meio Ambiente que selecionou.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, qual foi?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Nós fomos escolhidos pelas nossas organizações...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, não... Mas foi para o Ministério do Meio Ambiente.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Mas nós não temos nenhuma pessoa exercendo função de confiança.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aí eu apostei... Eu apostei com a minha assessoria e escrevi o nome. Eu escrevi o nome, eu botei "ISA e WWF". Sabia que seriam.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É porque as ONGs são criadas para preencher o vácuo que existe, que a sociedade deixa, que o Governo deixa... Esse vácuo só tem na Amazônia, só tem onde tem dinheiro, cara! Só tem onde tem riqueza mineral. A porra desse vácuo só tem na Amazônia! Não tem outro vácuo! Você vê no Nordeste? O ISA vai lá no Nordeste? Vai? Me diga aí – eu precisaria até me redimir. Não vai! Não vai, porque lá não tem essa riqueza mineral que tem. O que o ISA fez em São Gabriel da Cachoeira é crime: deixou lá um açude, que é criador de mosquito. E nós fomos ver, nós filmamos. Essa é a herança que deixou lá. Brasileiro não entrava em São Gabriel da Cachoeira; canadense, entrava. Barcos altruístas, tirando fotos, arrancando dente. Só onde queriam, só onde têm interesse.

Mas desculpe interromper, porque tem hora que não dá.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Não, contribuiu.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Tenho um esclarecimento a fazer sobre a sua fala também, Senador. Eu vou anotar aqui.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Aqui, as pessoas que são convidadas democraticamente têm o direito de dizer a sua opinião. Ele acha que não há nenhuma anormalidade em que, por exemplo, o João Paulo Capobianco, um dos fundadores do ISA, vá pro Governo, ajude a elaborar a política pública, ajude a decidir as políticas, pra onde vai o recurso captado e, ao mesmo tempo, a ONG ligada ou amiga receba esse recurso.

Eu repito: o Congresso Nacional demonstrou uma preocupação muito grande com esse aparelhamento do Estado brasileiro, quando aprovou a Lei da Estatal, em que pese um ministro, numa decisão monocrática – talvez a gente reverta esse poder hoje, aqui no Senado da República –, permitiu que a Petrobras fosse ocupada por um ex-Senador da República, o que eu acho um erro – e o Congresso achou isso errado quando votou a Lei da Estatal.

O ISA recebe recursos dos Estados Unidos e do Canadá. Nesses países, os indígenas podem efetivamente usar suas terras para o que bem entenderem. Isso trouxe um enorme progresso para aquelas populações tradicionais.

V. Sa. poderia esclarecer quais críticas o ISA, por exemplo, fez ou faz a essa política de livre utilização das terras indígenas nos Estados Unidos e no Canadá?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não, Senador, nós não temos *expertise* nem conhecimento sobre essa questão de povos e de terras indígenas. Eu sei que a população indígena de lá é muito maior e eu sei que o regime jurídico dos Estados Unidos é bem distinto do nosso, não é?

Por exemplo, em relação às questões minerais, quem é dono do solo é também do subsolo, diferentemente daqui, onde nós temos um regime de propriedade distinto entre o solo e o subsolo. Então,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portanto, se uma terra indígena é oficialmente reconhecida ali, as riquezas do subsolo automaticamente se incluem entre os bens patrimoniais do grupo indígena que a ocupa, o que permite a ele explorá-las de *motu proprio*, digamos assim, não é? Diferentemente daqui, onde o regime de concessão de direitos minerários é feito diretamente pela União e, portanto, é preciso que a União viabilize, autorize o empreendedor a fazer a sua prospecção mineral.

E no caso específico das terras indígenas, a Constituição de 88 estabeleceu que deve haver um regime diferenciado de concessão de direitos minerais em relação a terras indígenas e faixas de fronteira e prevê uma regulamentação em lei, que ainda não foi feita, razão pela qual não é possível, ainda, se fazer, legalmente, o aproveitamento dos recursos minerais em terras indígenas.

Mas se o senhor me permite, eu queria fazer três rápidos esclarecimentos sobre pontos que ficaram pra trás, pra que a gente não os perca.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antes disso, deixe-me só lhe passar a informação, pro senhor poder falar – é sobre isso que o senhor vai falar, com certeza.

O resultado da seleção dos integrantes da sociedade civil na Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (Conaveg), do Ministério do Meio Ambiente, selecionados depois de uma grande pesquisa, de todo mundo ter direito a se inscrever – selecionados... Se fosse loteria, eu estaria milionário a essa hora, porque eu falei que o ISA estaria lá.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – O senhor tem alguma coisa contra o ISA pertencer?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tenho, tenho.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Muita coisa contra... Pela escravidão dos índios do Alto Negro...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Ah....

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pela forma imperiosa, colonizadora, com que tratou os indígenas lá...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Alguns esclarecimentos pontuais, até para a gente não perder...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vamos, está aqui. Só estou lhe dando aqui: Instituto Socioambiental, The Nature Conservancy (TNC), suplente WWF. Então isso sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, como sempre eu disse, eu tenho contra o ISA, eu não tenho contra o senhor, está bom? Contra o ISA eu tenho.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, o senhor me permite fazer uma...

Você sabe que eu estava... Desde o início da instalação desta Comissão, eu queria abordar um tema aqui que eu não consigo, porque você sabe que eu contesto o Massacre de Haximu na Terra Indígena Yanomami. Eu contesto porque – eu acho que o senhor sabe – eu era médico-legista na época e eu estive lá. E eu queria... Eu tentei localizar Bruce Albert, que o senhor conhece muito bem. Tentei localizar Claudia Andujar, que também o senhor conhece muito bem. E eu queria saber de V. Exa... Porque eu não consegui trazer esses dois aqui, para contestá-los aqui. Eu queria saber se o senhor acredita que houve massacre em Haximu. O senhor viu cadáveres em Haximu? O senhor viu índios mortos em Haximu? Eu estava lá e eu fui legista daquele evento. O senhor acredita que houve massacre em Haximu? Porque aquilo ali, aquilo ali foi feito para mobilizar o mundo, para a gente demarcar aquela área gigantesca que o senhor, que Claudia Andujar, que Bruce Albert fizeram, envolvidos com o Cimi, com o Conselho Indigenista Missionário, para demarcar aquela área contínua, que é um mundo que o senhor conhece muito bem, que eu sei. Eu queria saber do senhor: o senhor acredita que aconteceu massacre em Haximu?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sr. Márcio e Senador Hiran, o senhor pode responder depois? Deixe-me só... Eu só quero que o Relator conclua as suas perguntas. O senhor pode ir anotando o que quiser esclarecer.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Eu vou anotar essa observação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Depois ele responde. Está bom, Hiran? É só para o Marcio concluir as perguntas, para a gente passar para outros Senadores.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A pergunta sobre a questão da diferença da terra indígena nos Estados Unidos e no Canadá é óbvia. O ISA recebe recursos dos Estados Unidos e do Canadá, do Governo e de fundações desses países. E lá a população indígena é o triplo da população brasileira, ocupa 2,5% do território, e é deles. Eles podem fazer na terra o que eles quiserem.

Quando você pergunta da diferença entre uma coisa e outra, aí apelam para a Constituição, porque a Constituição diz isso. É exatamente aquela Constituição que sofreu o *lobby* dessas mesmas pessoas e ONGs, outras, para criar esse arcabouço que faz com que no Brasil uma área indígena praticamente – na prática – seja proibida de fazer aquilo que uma área indígena, uma reserva indígena, nos Estados Unidos e no Canadá pode fazer. E é por isso que eles lá têm um padrão de vida que, comparado ao nosso, é infinitamente superior.

O ISA é contra o marco temporal...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, isto é só para terminar: e, mais uma vez, ele não vê nenhum problema, nenhuma contradição para se fazer qualquer crítica lá fora; é a questão da política deles. Mas acha que não tem nenhum problema receber dinheiro deles para fazer aqui diferente do que eles fazem no país pagador.

O ISA é contra o marco temporal. Vocês trabalham junto ao Congresso para pressionar a representação do povo brasileiro para suas teses? Na verdade, na pergunta anterior até que o senhor já respondeu que sim.

Há proximidade com partidos políticos específicos, como o MDB, PT, PSOL, a instituição paga por alguma assessoria nesses lobbies com relação ao marco temporal?

O SR. MÁRCIO SANTILLI (Para expor.) – Não, senhor, não paga nada. A nossa posição sobre o marco temporal decorre da própria experiência, do conhecimento que nós temos, da vivência que nós temos. Eu acompanhei diretamente os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e nunca se falou em marco temporal no processo da Constituinte, quer dizer, essa é uma questão que foi levantada em anos mais recentes, com base numa interpretação da Constituição brasileira, que é uma interpretação polêmica, haja vista que este preceito já foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Mas eu gostaria de voltar pontualmente a algumas questões breves. Senador Plínio, o ISA não cria organizações indígenas. A Foirn é mais antiga do que o ISA. Ela é uma organização muito antiga, criada anteriormente ao ISA. Nós nem teríamos como criar um grupo tão extenso de organizações como é extenso o nosso número de parceiros. Então, nós respeitamos a autonomia das organizações indígenas e achamos que o melhor para todos é também respeitar essa autonomia organizacional.

Eu gostaria também de esclarecer que o Fundo Amazônia não é um fundo que esteja orientado pra financiamento especificamente de organizações da sociedade civil. O Fundo Amazônia tem um conjunto de linhas de financiamento que envolve estados, que envolve... agora, inclusive, parece que vão desenvolver uma nova linha de financiamento voltada especificamente para os municípios, pra órgãos de governo de vários tipos, para instituições de pesquisas e também pra organizações da sociedade civil. Então, uma parte...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, tudo o que a gente fala aqui que queria, que vai apresentar projeto de lei, agora o fundo diz que vai fazer. Mas é bem-vindo.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Como é que é? Como...?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Esse discurso...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – V. Exa. diz com relação aos municípios?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não... É. O discurso sim. Eu não conheço...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – É, o que acontece, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Lá no Amazonas, o Governo teve R\$9 milhões do Fundo Amazônia, a FAS teve R\$54 milhões.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – O que ocorre nesse caso, Senador, é o seguinte: não é fácil gerir um projeto, um contrato com o BNDES. E, às vezes, até os próprios estados têm dificuldades em cumprir todos os procedimentos que são adotados. Então, o fundo tem sido, até aqui, incapaz de financiar pequenas organizações da sociedade civil, e também no caso dos municípios. Eu acho que é preciso haver aprimoramentos nos mecanismos de funcionamento do fundo pra que todas essas instituições possam também acessar esses fundos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sugestões bem-vindas, que nós vamos apontar no relatório, o Senador Marcio já me adiantou.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – E há recursos suficientes pra isso, mas, até aqui, a dificuldade foi uma dificuldade dessa natureza, a dificuldade de gestão de um contrato com o BNDES, que não é uma coisa simples.

Mas, ainda sobre o Fundo Amazônia, eu gostaria de esclarecer um ponto – me parece que os senhores não têm esta informação – que eu acho que é uma informação importante.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por favor nos dê, que a gente precisa dela.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – O Fundo Amazônia é um fundo de natureza compensatória...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, eles compensam quem provar que fez alguma atividade para reduzir a emissão de gás para a mudança do clima.

O SR. MÁRCIO SANTILLI (*Fora do microfone.*) – Não, não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está lá, está lá, diz isso.

E não contempla nada mais, não contempla queimadas, não contempla a devastação, só contempla estudos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Fundo Amazônia, eu os trouxe aqui em 2019, aqui, e continua tudo igual. O Fundo Amazônia está lá com 4 bilhões, não é à toa, não, é porque, enquanto esta CPI estiver em vigor, eles não vão começar a botar luva para casar nas mãos.

Então, eu disse ao senhor, diga o que quiser, como o Marcio disse, diga o que quiser, o senhor é livre pra dizer o que quiser, como eu também sou. Agora, tem certas coisas que batem à minha porta. Batem à minha porta, como batem na porta do Hiran, em Roraima.

Então, eu queria, para a gente...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Posso concluir esse esclarecimento, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ninguém perguntou sobre o Fundo Amazônia.

Alguém perguntou? (*Pausa.*)

Ninguém falou sobre o Fundo Amazônia aqui ainda – ainda. A gente não falou sobre o Fundo Amazônia ainda, então, eu só quero dar ritmo.

Eu estou com os Senadores aí para fazer perguntas e eu quero dar ritmo, só isso. Sobre o Fundo Amazônia, nós vamos perguntar, mas não perguntamos ainda não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Posso fazer só mais uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Marcio faz a última pergunta dele e a gente passa a palavra para o...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – É interessante como os membros das ONGs, eles... "Fundo Amazônia, Fundo Amazônia", e esquecem de dizer de onde vem. Vem da Noruega. É a Noruega pagando pra calar a nossa boca, comprando soberania nacional.

Se o senhor ou alguma ONG vai à COP e vai fazer uma crítica à emissão de CO₂ no planeta, eu gostaria de ver o texto escrito, o vídeo escrito, porque eu já fui e não vejo. Então, eles recebem dinheiro de um país como a Noruega, que vive de petróleo e gás, e que determina onde vai ser utilizado esse dinheiro.

Não pense você que... Lá, por exemplo, no Acre, ou em qualquer lugar da Amazônia, tem lá uma ONG informal, existe, não legalizada, a favor da ponte sobre o rio Juruá, que é a continuidade da BR-364, a continuidade da BR-364. Ela acha essa obra fundamental para tirar aquela região inteira do isolamento. Algumas ONGs, inclusive financiadas pelo Fundo Amazônia... Marina Silva foi agora levar a notícia de R\$34 milhões, aquelas que entraram na Justiça contra a obra, essas recebem o recurso. Agora, essa ONG,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que defende a geração de obra de infraestrutura, claro que ela não vai receber, como não recebe, então, há o dinheiro para uma agenda. E, aí, aqueles que defendem essa agenda disputam entre si quem é que vai receber, mas é para essa a agenda.

Mas eu estou satisfeito, vou fazer só mais uma última pergunta, vou deixar as outras para os colegas.

Para mim, já está respondido. Ele não acha, como os outros que passaram por aqui, nada constrangedor, nada imoral, uma parceria numa consultoria com uma mulher que faz parte da mesma ONG que ele, que atua como consultora dentro de um Conselho do Fundo Amazônia, que decide sobre isso e a própria ONG depois recebe o recurso. Ele não acha, está tudo certo.

Há pessoas que estão em ONGs, que vão para o Governo – como é o caso da Marina, é o caso do Capobianco e tantos outros –, e que aí decidem o destino das políticas públicas, do dinheiro que captam lá fora. Depois as ONGs, das quais eles fizeram parte ou que continuam fazendo parte, captam esse recurso, e ele também não vê nisso nenhuma imoralidade.

Receber dinheiro e não criticar... A Alemanha, por exemplo, que agora está queimando carvão vegetal, ele não vê problema nisso. Receber dinheiro de países como os Estados Unidos, que mandaram tirar agora petróleo de novo no Alasca, ele não vê problema nisso. Ter parceria com a Inglaterra, que já disse, agora há pouco, que não vai cumprir o acordo do qual ela participou, também não tem problema nenhum. País, que agora mandou emitir mais cem novas licenças de petróleo, nenhuma.

Como ele também sempre diz, como os outros que já estiveram aqui, que é a mesma coisa. "Não, nós não somos contra as obras de infraestrutura", mas não defendem. E atuam sempre naquela linha, porque tem que fazer o estudo, e esse estudo vai durando anos e anos; enquanto isso, o Brasil continua dependendo de importação de países, não por coincidência, muitos deles financiando as ONGs.

A última pergunta. Nós lemos o relatório que os senhores fizeram, o Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena do Alto Rio Negro – tem várias perguntas sobre isso, mas eu vou fazer só esta, vou deixar para os colegas –, onde eles apontam uma série de problemas em relação à merenda escolar no Alto Rio Negro. É uma preocupação nossa também. Gostaria de que V. Sa. explicasse, então, por que o ISA é contra construir estradas e estruturas de energia elétrica. E, se não é contra, por que não está no relatório? Certamente, a construção de estrutura – certamente – ajudaria muito a melhorar a qualidade a merenda escolar, uma vez, que facilitaria demais a logística de entrega e armazenamento da região. É uma região imensa. Então, por que o ISA então, por que nesse relatório não consta a defesa da construção de estradas, de portos, enfim, de energia elétrica, as obras de infraestrutura?

Falam aqui da reserva ianomâmi, e, quando falam da reserva ianomâmi, se esquece de que ela é maior do que Portugal. Quando você vê a explicação, Sr. Márcio Santilli, do trabalho que vocês fazem, desses cursos técnicos, eu vi ali a preocupação em profissionalizar, em difundir conhecimento, estudar, o problema é: como? A pergunta da merenda é a mesma: como você viabiliza, numa área desse tamanho,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

áreas que, às vezes, são maiores que alguns países da Europa, sem estrada, sem energia? Vocês gastam uma fortuna em painéis, painéis, painéis, em cursos, cursos, estudos, estudos, estudos, e qualquer atividade econômica nessa região fica comprometida pela ausência de infraestrutura. Na verdade, o senhor não negou, embora diga que não é contra as estradas, mas disse que tem que estudar o impacto ambiental, que faz aqui, que só tem aqui no país. Mas, com relação à merenda, como melhorar isso sem as obras de infraestrutura? E, se vocês não são contra, por que não defenderam no relatório?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Senador, o planejamento de infraestrutura realmente é uma área que não está dentro da nossa grade de competência, de especialidade.

Com relação à questão de energia, eu estou de comum acordo com o senhor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas, Sr. Márcio, se não é a especialidade do senhor... Se não é a especialidade do senhor, como é que vocês estão nos estudos...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Eu acho que é imprescindível que a gente viabilize.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... para impedir o Linhão de Boa Vista a Manaus? Como é que vocês se metem nisso então?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Nós não fizemos nenhum estudo para impedir o Linhão. O Linhão está aprovado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Faz os estudos, dizendo das implicações. Aí tem lá 30 anos.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Ele não foi construído ainda por questões administrativas, de fluxo de recursos.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não é verdade. Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus!

O SR. MÁRCIO SANTILLI – O povo waimiri atroari, já concordou com isso.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Marcio, não é verdade.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não há mais nenhuma pendência...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não é, não.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Do ponto de vista do povo waimiri atroari.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, por favor.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Se é a isso que o senhor se refere eu não sei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu quero fazer uma correção. Eu não posso...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Inclusive, tem coisas que não dá para...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O Dr. Márcio, eu acho que ele fez muito *media training*. Ele fala muito pausadamente, e isso gera uma credibilidade grande, mas eu queria dizer ao senhor que não foi por falta de recurso que a gente não... A gente fez uma licitação há 13 anos e a gente precisava de licença de instalação, a gente precisava de várias licenças para a gente passar com aquela linha de transmissão na faixa de domínio da BR-174. A gente não entra na floresta. É na faixa de domínio. Com um mínimo impacto ambiental.

Mas, realmente, depois de 13 anos... Ainda no Governo anterior, do Presidente Bolsonaro, nós fizemos uma reunião com os advogados representantes dos índios atroari e waimiri, eu estava presente, o Senador Ciro Nogueira, que era o Chefe da Casa Civil, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, o Presidente da República e representantes indígenas, em que nós acertamos a compensação de 80 milhões para passar. Não foi falta de recursos. Não foi falta de recursos. Foi que a política ambientalista e indigenista, da qual o senhor faz parte historicamente – sobre o que nós vamos falar aqui depois –, atrapalhou o nosso desenvolvimento e, inclusive, de uma maneira míope, atrapalhou o desenvolvimento de mais de 20 mil indígenas que estão lá no nosso estado, nas 33 reservas indígenas demarcadas lá, porque, quando se dificulta a passagem de energia limpa, segura, a gente não está só prejudicando os não indígenas; a gente está prejudicando todas as pessoas que estão no nosso estado, de forma que realmente, sim, essa política atrapalhou o desenvolvimento do meu estado, que, aliás, diferentemente do senhor, que mora lá em São Paulo e vai lá para criar essas narrativas, como o Massacre de Haximu, e o senhor participou dessa narrativa... Diferentemente do senhor, eu saí lá do Rio, da minha residência médica, e trabalhei 41 anos lá, operando índios, indígenas de todas as etnias lá, durante esse período todo.

Agora, que realmente vocês atrapalharam o desenvolvimento do nosso estado, atrapalharam, e depois nós vamos discutir Haximu aqui. Eu quero que o senhor me mostre uma foto de índio morto naquele massacre, o senhor, Bruce Albert, Claudia Andujar ... O seu irmão trabalhou na CCPY, o seu irmão que era médico, que infelizmente faleceu num acidente de helicóptero. Trabalhou lá.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – O senhor sabe que o Túlio é meu primo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É seu primo? Mas o senhor tem uma entrevista em que o senhor o considera irmão. Eu tenho uma entrevista sua aqui em que o senhor diz que o seu irmão, que trabalhou nessa CCPY... É mais uma narrativa então. Está aqui.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – É um erro. Ele é meu primo-irmão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ah... Mas está aqui.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Ele é filho de médicos também. O pai dele é irmão da minha mãe.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu estudei. Eu estudei.

Eu queria saber do senhor. O senhor foi uma das pessoas que divulgou, no mundo, o Massacre de Haximu. O senhor viu.. O senhor viu algum daqueles 16 índios mortos lá? O senhor, Bruce Albert, Claudia Andujar? O senhor não viu.

Sabe por que o senhor não viu? Porque eu estava lá. Eu andei naquela franja lá daquela fronteira de Haximu, que depois nós descobrimos que Haximu estava na Venezuela, que aquela maloca não era habitada, que ela não tinha um terreiro ao redor. A mata estava toda fechada ao redor. Que tinha cabelo de índio lá que alguns técnicos lá da Funai disseram que era resultado de escalpelamento de índio, e depois nós encontramos... Porque nós tínhamos material de troca. Os índios utilizavam tesouras para cortar os cabelos lá.

Estavam lá eu, Maurício Corrêa, Ministro da Justiça do Brasil, Aristides Junqueira, Procurador da República, e Sidney Lemos, Superintendente da Polícia Federal, que está vivo até hoje e que pode confirmar essa história. Nós andamos lá, nós descobrimos um cadáver de uma índia, porque... Pelo formato do seu esqueleto, ela já havia morrido há muito tempo, não tinha nenhuma relação cronológica com o que o Bruce Albert divulgou para o mundo. Ele, Carlo Zacquini, que o senhor conhece, Cimi divulgaram aquilo para o mundo. Aquele cadáver não tinha relação nenhuma com aquele evento, o cadáver já estava lá esqueletizado há mais de um ano. Era de uma mulher idosa que tinha... A gente conhecia pela bacia, pelos ossos longos – pela rarefação dos ossos, a gente sabia que ela tinha mais de 60 anos. Eu falei isso na Globo. Estava lá Marcos Losekann, que me entrevistou, me viu montar aquele esqueleto lá. E nunca existiu aquele massacre. Aquele massacre, no mundo todo... Vocês fizeram um desserviço ao país, porque, no mundo todo, aonde eu vou – eu tenho uma filha que mora na Suíça –, todo mundo conhece Roraima: "Ah, foi lá que aconteceu o massacre de Haximu". Olhe só! E como é que eu vou desfazer?! Isso é como penas jogadas ao vento: a gente nunca mais vai juntá-las. Então, foi um desserviço ao país. E isso influenciou, inclusive, o governo, na época, para demarcar e a Justiça para demarcar aquela imensidão, de que hoje nós temos dificuldade de cuidar, porque lá, como o nosso Relator falou, nós temos 20 mil índios, uma densidade demográfica baixíssima espalhada por vários povos – 37 – a que a gente não consegue dar atenção. É impossível dar atenção!

Então, eu quero aqui... Eu estou aqui fazendo um desafio para o senhor e aquelas pessoas que o senhor sabe que participaram daquele projeto, daquela narrativa de um massacre... Eu estou aqui fazendo um desafio: que me provem com fotos, com cadáveres que houve aquele genocídio, porque é o único genocídio no nosso país reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal. Isso é muito grave! Não existiu! Não existiu! Eu estava lá! E eu falei, numa Comissão Externa que foi lá do Congresso Nacional, que não existiu,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não tinha cadáveres. Então, eu desafio o senhor que participou daquilo, com Bruce Albert, com Claudia Andujar... Olhe só: um franco-marroquino, a outra, franco-suíça, mas estavam lá no meio dos índios. E ninguém podia entrar na Reserva Yanomami, ninguém conhece – lá de Roraima – a Reserva Yanomami, a não ser quem trabalha nos distritos e nas organizações, as ONGs. Outro dia, quisemos ir lá, a própria Funai negou, queria que fizesse exame disso, exame daquilo, exame de covid, exame de não sei o quê, como se todo mundo que entra lá todo dia tivesse que fazer o mesmo exame, quer dizer, só dá covid em Senador?! Que conversa! É impressionante como se criam narrativas e como essas narrativas se espalham pelo mundo e formam essa opinião tão nefasta para o nosso país. Parabéns pelo trabalho que vocês fazem. E eu quero manter aqui este desafio: que alguém me prove que houve aquele massacre que foi extremamente nocivo! Com aquele massacre, a mídia começou a apoiar tudo que era demarcação de terra no nosso país, inclusive influenciando a demarcação da nossa Reserva Raposa Serra do Sol. E ali estão as condicionantes muito claras em relação ao marco legal que nós discutimos aqui nesta Casa – e vamos derrubar aqui, se Deus quiser, aquela decisão. Então, fica aqui o meu desafio ao senhor: que o senhor me prove que houve o massacre de Haximu, que foi um genocídio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu passo a palavra ao Sr. Santilli, mas antes quero dizer, Senador Hiran, que eu compartilho da sua indignação, e muito, compartilho mesmo. Eu sei o quanto isso prejudica o país. E é a oportunidade que o senhor tem, Sr. Santilli, de falar e esclarecer pra todos nós, que a gente realmente passe a ficar... Desculpa, eu não conhecia até conversar com o Hiran essa narrativa, essa acusação.

Com a palavra, o Sr. Márcio Santilli.

O SR. MÁRCIO SANTILLI (Para expor.) – Primeiro, eu queria informar ao senhor que o ISA não tem uma atuação direta no território uaimiri-atroari. Eles dispõem de um programa próprio, que é o PWA, que desenvolve essas ações. Então, nós conhecemos os indígenas, conhecemos a equipe do PWA, mas não temos uma atuação no terreno. Não fizemos, portanto, nenhuma ação específica que tivesse por objeto a questão do Linhão. Como...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor é muito inteligente. O senhor foi Parlamentar, o senhor foi Presidente da Funai e conhece muito bem a política indígena, e o senhor termina não respondendo o que a gente quer que o senhor responda. O senhor cria lá uma narrativa.

Eu não perguntei nada disso pro senhor. Eu apenas afirmei, eu afirmei aqui que não era verdade, e o senhor falou que o Linhão não passou por falta de recurso. Não teve nada de falta de recurso. Quando a gente faz uma licitação pública, a gente já tem garantido orçamento pra aquela obra, porque a gente tem uma estimativa, tem um projeto e tal. Então nós passamos 13 anos depois da licitação pra começar a obra ainda no Governo anterior, do Presidente Bolsonaro, e a obra foi, inclusive, agora... O Presidente Lula esteve lá em Santarém pra reforçar o compromisso pra continuar a obra. Foi isso que aconteceu. O que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu foi uma política indigenista, ambientalista direcionada pra atrapalhar a passagem do Linhão. Não tem, não adianta a gente ficar tergiversando aqui, perdendo tempo. Isso aí já...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não me consta que ainda haja qualquer pendência ambiental ou...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu não estou dizendo que...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sr. Santilli, se o quiser responder à pergunta do Dr. Hiran relacionada ao genocídio...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Quero sim.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senão, eu passo a palavra para o Senador Zequinha.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não, eu quero sim.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sobre o que ele perguntou?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Esse negócio de que o ISA não tem nada a ver... Tem tudo a ver, só que é manipulando. Eu vou mostrar isso aqui.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Manipulando o quê, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a Foirn.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Claro, a Foirn é nossa parceira há muitas décadas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu posso mostrar a foto do senhor na sede da Foirn e a casa de um índio?

Tem aí? É o vídeo 9.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Eu gostaria de, antes de o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É porque o senhor está dizendo que não tem. Eu sei que tem. Então, não diga que não tem. Quer dizer, diga – é um direito seu –: não tem nada a ver. É um direito seu. O senhor pode dizer o que quiser aqui.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Nós temos relações mútuas e dignas com a Foirn, relações de parceira com a Foirn. Eu não disse que não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não. Claro! Não ajuda a Foirn, não ajuda a fazer associação nenhuma...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – É uma organização mais antiga do que o ISA. Ela foi constituída e formada antes do ISA.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está certo. O senhor está certo. Até o final da CPI a gente vai mostrar mais coisa.

Responda à pergunta...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Estou devendo uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso. Por favor. É a do Dr. Hiran.

Em seguida, eu passo para o Senador Zequinha.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Dr. Hiran, eu não conheci, nunca estive, não participei, não estive nem na época, nem depois, nem antes, dessa área do Haximu. Eu tomei conhecimento à época desses fatos por conta daquilo que foi divulgado pela imprensa com relação a esse episódio. E esse episódio foi objeto um julgamento, como o senhor mencionou, no Supremo Tribunal Federal – quer dizer, não sou eu quem julga; quem julga é o Supremo Tribunal Federal.

O desgaste gerado pelo Brasil não foi algo que estivesse limitado especificamente a esse episódio. Naquele período, o senhor sabe, nós vivemos um momento de uma invasão do território ianomâmi que chegou a totalizar cerca de 40 mil pessoas de fora e uma situação escandalosa de mortes em profusão de indígenas por conta de malária e de outros problemas. E foi a invasão como um todo, com todos os incidentes gerados, com todas as notícias negativas geradas, que...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor me dá licença? O senhor me dá licença? Eu perguntei ao senhor se o senhor conhecia Claudia Andujar.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Conheço a Claudia Andujar, sim.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Conhece Bruce Albert?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Conheço, sim.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Conhece Carlo Zacquini?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Faz muitos anos que não os vejo, mas eu os conheço, sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Então, o que eu perguntei pro senhor é... O senhor já tinha um envolvimento desde 86. O senhor já participou, inclusive, de eventos na Amazônia, quando foi-se criar a Balbina e tal. O senhor sempre foi um ativista. E eu queria saber... O que eu perguntei para o senhor é se o senhor acredita que houve o massacre de Haximu, porque vocês defenderam isso no mundo todo. Eu já vi o senhor falando sobre isso, só que o senhor nunca viu um cadáver, e ninguém nunca viu um cadáver, porque eu era legista lá, eu estava lá. Eu participei daquilo lá. Eu arrisquei minha vida andando de 210, desses helicópteros R44, para lá e para cá, procurando nas matas, andando, colocando uma chuteira para não escorregar na mata – o senhor sabe que lá é muito úmido. Eu andei por ali por solicitação da Polícia Federal, para a gente achar. E, depois, sabe o que vocês disseram lá? Disseram que tinham queimado os 16 cadáveres em folha de bananeira e jogado no rio. Um rio assoreado, um rio pequeno, no Papiú, aqueles rios que eu conheço – todos – lá. Eu fiz muito exame lá.

Na época em que o senhor estava dizendo sobre a ocupação garimpeira na área, a gente, de vez em quando, tinha evento lá violento, e a gente tinha que fazer necrópsia lá. Eu era requisitado, ia pegar um 210 e levava óleo dentro do avião para a gente fazer uma necrópsia lá no meio.

Então, é por isso que eu estou dizendo: aquela narrativa de massacre, aquilo é um desserviço ao nosso país. Aquele massacre não existiu. Aquilo foi criado para a gente sensibilizar a mídia, a opinião pública para demarcar principalmente Raposa Serra do Sol, porque aí, se a gente for ver – se a gente for ver –, no Projeto Radam, as identificações das nossas províncias minerais na Amazônia... Engraçado, é uma coincidência. Estão sempre ali onde tem as reservas. E a proliferação de reservas no meu estado é um negócio absurdo. Nós temos 33 – senhoras e senhores, 33 – reservas indígenas demarcadas no meu estado, 8% só do meu estado são aproveitáveis para agricultura familiar e agronegócio. Isso é serviço ao país? Isso é condenar ao subdesenvolvimento, à pobreza os nossos irmãos e as populações que estão no interior do nosso estado. Isso é um desserviço ao nosso país, pelo amor de Deus. A gente vive num lugar tão rico.

O senhor falou: "Eu não conheço os Estados Unidos", e depois o senhor coloca como é o modelo americano, como é o modelo brasileiro. Então, não é que o senhor não conhece; o senhor conhece, sim. O senhor sabe que os índios seminóis são os índios mais ricos do mundo, que os de Uspalatta são riquíssimos também, que os navajos, no Arizona, são riquíssimos. Vá aos monumentos, vá lá para o senhor ver. O senhor sabe, o senhor conhece, o senhor viaja muito, o senhor conhece.

Olha, o que a gente faz aqui é um desserviço ao nosso país. Eu tenho convicção disso.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – O desserviço, Senador, é prestado pela invasão ilegal massiva de milhares de garimpeiros em cima de um território que não é disponível para esse tipo de invasão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sou contra a invasão garimpeira. Sou contra.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – É isso que gera... Pois é.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu sou contra.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Isso é que gera o escândalo...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Agora, sou a favor daquilo que o senhor falou aqui.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... que gera as mortes...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Um momento só. Eu sou a favor...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... os conflitos, a violência.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Só para que não se crie uma narrativa: eu sou a favor de a gente regulamentar o que já está na nossa Constituição: que a gente pode explorar as nossas riquezas com a devida aquiescência das populações naturais e sua devida compensação, como foi feito com os atroaris-uaimiris. Nós temos exemplo disso. Por que não...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Hiran, então o senhor o libera da resposta. Já viu que não vai ter resposta, não é?

Com a palavra, o Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente. Esse é um momento importante pra gente aqui poder ouvir o Instituto Socioambiental, que eu acho que é a ONG mais organizada e mais poderosa de todas que a gente conhece assim, mais de perto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – É quase um Estado paralelo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não é um Estado, mas é um governo paralelo.

Quero cumprimentar o Dr. Márcio Santilli. Conversar com o senhor é conversar com uma pessoa altamente instruída. O senhor já foi Prefeito, já foi Deputado Federal, já foi Presidente da Funai, ajudou a fazer o projeto dos distritos sanitários Brasil afora. Escolheu como causa a questão indígena e ambiental, é isso?

O SR. MÁRCIO SANTILLI (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Mais ou menos isso. Eu queria me ater apenas um pouco à questão indígena.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, pela imprensa e as informações que tem, já tem 14,1% do seu território demarcado para terras indígenas. Queria saber se... O senhor pode anotar aí e depois, para andar mais rápido aqui... Queria saber se esse território corresponde mais ou menos a 1,2 milhão de quilômetros quadrados, 14,1% do território nacional. De 8,511 milhões de quilômetros, 1,2 milhão de quilômetros quadrados é terra indígena no Brasil. O senhor acha que isso está na média, está pouco, como é que é esse negócio?

Dois: o senhor disse que tem oito escritórios do ISA aqui no Brasil. Quero saber quantos existem na Região Amazônica, desses oito.

Uma outra perguntinha que eu queria fazer: quantas reservas indígenas o ISA já comandou pra fazer, já fez, já consolidou, e quantas estão em processo? Você tem aí quase 30 anos, não é isso? O ISA existe desde 1994 pra cá, em 2024 dá 30 anos. Nesse período, como causa que o senhor elegeu pra tocar a vida, o que é que o ISA, o que é que o senhor, à frente do ISA, já fez em termos de trabalho prestado à criação de reserva, o que já consolidou e o que está em andamento?

Dois... Três aqui agora. Qual o projeto do ISA com relação à continuidade de criação de reservas indígenas no Brasil? Por que eu pergunto isso? Porque eu percebo uma coisa louca por criação de novas terras indígenas. Só um exemplo rápido, lá no meu estado, nós já temos que 25% do território do Pará é terra indígena, certo? Nós temos hoje dez terras indígenas em processo de criação e mais 37 requerimentos – no total dá 47 –, e nós temos cinquenta e poucos mil índios. Quer dizer, onde é que nós vamos arrumar tanto índio pra botar, gente, nessas terras, não é? Onde é que nós vamos? É terra demais pra índio de menos. Qual é a filosofia do senhor com relação a esse avanço desenfreado por criação de novas terras indígenas? Por que o ISA corre atrás disso dia e noite?

Quero citar um exemplozinho aqui. Ituna-Itatá, esse nome lembra alguma coisa ao senhor? Parece que é em Senador José Porfírio. Ali ao redor, nós temos duas grandes reservas que somam quase 5 milhões de hectares, a Ituna-Itatá dá 142. A Governadora Ana Júlia, lá no passado, pegou essa terra e passou pra produtores que ela tirou da Volta Grande do Xingu pra poder organizar lá o projeto Belo Monte e tal.

O senhor tem ou tinha – acho que ele está afastado – o Salazar? Trabalhou no ISA o Salazar? Está afastado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O Salazar fretou o avião do Rui, sobrevoou essa terra e marcou no GPS lá de cima mesmo; veio aqui na Funai, entrou com requerimento e pediu pra fazer um estudo de índios isolados naquela região. Todo mundo sabe que ali não tem índio isolado nenhum. Queria apenas bloquear aquela terra, aquela área já cheia de gente. A Governadora fez isso em 2009 e vocês fizeram isso em 2011. A Funai realizou o estudo de terras isoladas lá, de índio isolado lá, digo melhor, em 2019 e alguma coisa, em 2020, em 2019, e não encontrou ninguém. E não era pra encontrar, porque não tinha realmente. O ISA correu ao Ministério Público Federal em



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altamira, e esse que faz parceria com vocês, o Ministério Público Federal... Seria muito bom a gente comentar e, daqui uns tempos, conversar com eles também, porque o Ministério Público Federal é mais "ongueiro" do que os funcionários da ONG. Lamentavelmente, esta é uma verdade cruel: é um servidor público que não está a serviço do público.

Bom, eu queria saber por que esse... Nós temos tão pouco índio no Brasil. O senhor já comparou a área indígena com os Estados Unidos, que é comparado por tudo? O tamanho da área indígena americana pelo número da população indígena que tem lá e o tamanho da nossa área pelo número da população indígena do Brasil? Já fez essa comparação pra ter um parâmetro, já que todo mundo acha que os Estados Unidos são o cara?

Bom, por último, eu queria aqui fazer uma referência. Qual é a... O senhor disse, ainda agora, que não tem nada contra projeto de infraestrutura. A Ferrogrão – conhece esse nome? – nasce lá no Mato Grosso e vai até o Pará, Município de Itaituba, Miritituba. Nós estamos tentando reativar o projeto, porque uma ação judicial deferida pelo Ministro Alexandre terminou mandando parar isso há uns dois anos e pouco atrás, suspendendo tudo. E essa fundação, sua parceira aqui – Gordon and Betty Moore Foundation é parceira do ISA, não é? –, está dizendo, aqui no próprio *site* dessa fundação, que passou ao ISA US\$1,872 milhão – e isso é mais de R\$9 milhões, quando eu boto aqui para moeda brasileira – exatamente para segurar a Ferrogrão. A manchete em inglês fala alguma coisa aqui que é mais ou menos isso: protegendo a Amazônia de dirigentes da infraestrutura, por meio de produto – sei lá – e projeto ou consultorias. Temos outra manchete aqui dizendo, numa outra aqui, o seguinte: como a verba internacional financia a oposição "ongueira", a Ferrogrão e outros projetos.

Aqui em *O Globo* diz o seguinte: "O trem-bala da devastação". E aí que eu queria dialogar com o senhor. O senhor escolheu a causa indígena e a ambiental. O modal rodoviário e o modal ferroviário, do ponto de vista ambiental, não dá nem para comparar. Essa ferrovia vai ser construída na lateral aqui, como diz o povo do Norte, lá no Pará: na ilharga! Nosso paraense fala que do lado é ilharga. Nós vamos construir a Ferrogrão na ilharga da BR-163; nós não vamos abrir, vamos estar do lago, já está aberto há não sei quantos anos; mais de 40, sei lá.

Vamos tirar centenas de caminhões e economizar! Em emissão de CO₂, 77% daquilo que é emitido hoje será emitido a menos. Vamos gerar 385 mil empregos. Vamos economizar milhões de reais, porque vamos baratear o frete e colocar nosso produto lá fora mais competitivo. Então, do ponto de vista ambiental é extremamente viável; do ponto de vista econômico é extremamente viável, correto? Do ponto de vista social também, em função do trabalho, do emprego, enfim, de tudo, da logística, evita acidente. Por que o senhor é contra isso? O senhor não é brasileiro? Por que ser contra isso? Aí recebe um dinheiro lá de fora, de uma fundação que tem seus interesses, para atrapalhar a gente aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo amor de Deus, não faça isso, diretor. O senhor é um homem esclarecido, já foi Prefeito lá em Assis, já foi Deputado Federal aqui, já governou... Já ajudou, participou do Governo dentro daquilo que o senhor conhece. Por que o senhor se serve a esse tipo de coisa? Isso me deixa transtornado! Transtornado!

Eu não sou um grande brasileiro, mas eu amo o meu país e acho que é um desserviço... Não sou contra ONG nenhuma que queira trabalhar, mas não pode fazer isso, pelo amor de Deus!

É só a Ferrogrão? Com certeza, não. A Ferrogrão é importante para o Brasil do Norte – o senhor conhece bem, o senhor está na Amazônia trabalhando, sabe como é difícil. Não passa dentro de nenhuma terra indígena; passa próximo. Bora fazer um estudo de conteúdo indígena ali: qual é a compensação que o projeto pode dar aos povos indígenas da região? Bora fazer! Mas dizer aqui em audiência pública que o projeto é inexecutável, porque é o trem da devastação, é a contradição das mais macabras e covardes que eu vejo. E vão vendendo pra imprensa, e vão vendendo pra a imprensa. Quer dizer, eu faço a narrativa aqui e boto na imprensa, e a imprensa, como não estuda nada, sai propagando, propagando, propagando; levando, levando, levando.

Então, eu queria saber aonde é que nós vamos chegar com tanta terra indígena, onde é que nós vamos arrumar índio para botar nessas terras. Qual é o projeto? É devolver o país ao original de 1500? Se for, paciência, não é? Porque, lá no meu estado, nós temos meia dúzia de índio para... Você sabe o que são 312 mil quilômetros quadrados de floresta? O senhor conhece o mundo; pegue lá a Europa e procure colocar aqui dentro. Pelo amor de Deus! Não vamos ser tão inimigos de um país que precisa produzir para comer, para sobreviver.

E tudo hoje quer virar terra indígena. Com certeza o senhor é tremendamente contra o marco temporal, que coloca um mínimo de ordem. E o marco temporal... Se quiser criar terra, cria; paga lá quem é o dono da terra. "Quanto é aqui a terra?" "É tanto." Paga; o cara desocupa. Põe lá quem quiser, mas não da forma...

Nós estamos vivendo um inferno. E com certeza o ISA foi peça fundamental nas negociações de compensação pelo projeto Belo Monte. Cachoeira Seca: os senhores negociaram a extensão que vai de Altamira, praticamente, a Rurópolis; trezentos e tantos quilômetros. E o pessoal está ali há tempos, há anos, vivendo, produzindo, pelejando. De repente, são cobertos com uma expansão de terra indígena desnecessária. Meia dúzia de índios – eu conheço, ando lá! Bora pra Apyterewa – o senhor também deve saber desse nome –, 266 mil hectares. Pegaram os índios paracanãs, levaram para lá um pequeno grupo. Estão lá, abençoados, tranquilos. Mas, depois, os senhores comandaram uma expansão de mais quase 600 mil hectares, ou mais, muito mais que isso! Regrediu um pouquinho, ficou em 507 mil hectares a mais de expansão, atropelando a vida das pessoas. Que responsabilidade social os senhores têm com a população? O que é que esse povo fez para merecer isso? Aí vendem para a imprensa: "invasores de terra indígena". Eles é que foram invadidos – invadidos! Estão lá sofrendo os piores horrores.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se o senhor acredita em Deus, mas não adianta... "Não, não acredito." Não tem problema; Deus vai continuar existindo, e ele vai trazer como peixe no anzol aqueles que cometem injustiças, principalmente desnecessárias.

Então, diretor, pelo amor de Deus! Ame um pouco este país que lhe deu tanta oportunidade, tão belo, tão bom, de gente tão boa. Os índios odeiam os senhores, porque manipulam e enganam. Os brancos ou não índios também, por causa do trabalho que os senhores... Onde é que está... Estão a serviço de quem? Pra quem os senhores estão trabalhando? Por favor, mão na consciência – mão na consciência!

Presidente, muito obrigado por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Se tu quiseres ponderar depois...

O senhor, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, V. Exa...

O SR. MÁRCIO SANTILLI (Para expor.) – Então, são algumas questões...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Eu quero só uma informação: cada Senador tem quanto tempo para a fala?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, aqui é livre.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Ah, tá.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quando passa muito, aí eu tenho que fazer alguma coisa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Tipo uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas aqui é livre, está bom? Aqui... Fique à vontade. Aí quando a gente acha que está... é que interfere. Sem problema nenhum. Em seguida, vai ser a senhora. E obrigado pela sua presença.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Então, Senador, em primeiro lugar sobre a questão da demarcação de terras indígenas, né? Bom, volto a dizer: terras indígenas não são criadas; são ou não são, e se são, devem ser reconhecidas pelo poder público, não é?

A nossa posição não difere do que está na Constituição. Nós defendemos a demarcação de todas as terras indígenas do país, né? Acho que é o que está previsto na Constituição brasileira, né?

Nesse momento, acho que as terras reconhecidas ainda não chegaram a 14, devem estar em 13,5%, mais ou menos. Acredito que chegarão, quando todas as terras estiverem demarcadas – aquelas que ainda não o foram, não é?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – A imprensa está publicando 14,1.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – O quadro atual é: cerca de dois terços das terras indígenas oficialmente reconhecidas se encontram demarcadas e um terço das terras indígenas se encontram em processo de demarcação – ou ainda não foram identificadas ou estão ainda em alguma etapa, sem que esse processo tenha se concluído, não é?

Não acredito que exista esse número de pendências no caso do Estado do Pará, né? Eu não sei qual é a fonte dos números que o senhor citou aqui. Eu não tenho aqui...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Só dizer uma coisa...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Entre essas, o terço faltante são cerca de 230 terras. Eu acho que não tem esse número no Pará, deve ser um número menor do que esse, mas eu posso verificar isso posteriormente e informar mais precisamente esse número.

Com relação à extensão das terras, a gente tem uma situação muito distinta no nosso país, porque cerca de 98% da extensão total das terras fica na Amazônia Legal e algo que não chega ainda a 2% da extensão total das terras indígenas, nas demais regiões do país, onde vive 40% da população indígena.

Então, há territórios extensos, na Amazônia, demarcados. Vários foram citados aqui: o território ianomâmi; no Alto Rio Negro, há áreas extensas; na região do Xingu, no Estado do Pará, também. No entanto, esses territórios foram reconhecidos nessa extensão, porque se constatou a ocupação indígena nessas áreas. E, quando essas áreas foram reconhecidas, a ocupação era uma ocupação indígena, não era uma ocupação de não indígenas nesses territórios.

Então, os territórios são extensos. As outras áreas da Amazônia que são destinadas para outras finalidades, em geral, têm também uma extensão maior do que nas demais regiões do país. Nós temos uma situação de baixa população rural não indígena em várias partes da Amazônia, não em todas, e uma forte



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concentração da população nos centros urbanos, o que faz com que, na zona rural e ainda em extensas regiões do país, a ocupação seja efetivamente mais indígena do que não indígena.

Mas não creio que haja esse número de pendências. Eu acho que, felizmente, o processo demarcatório das terras indígenas, se houver vontade política das autoridades, pode perfeitamente ser concluído. Acredito que esse terço restante das terras que ainda precisam ser demarcadas não abriga uma população proporcionalmente equivalente a que já se encontra com os seus territórios reconhecidos e demarcados.

Com relação ao ISA, dos oito escritórios que eu mencionei, cinco se situam na Amazônia Legal – se considerarmos Canarana, que está ainda numa região de Cerrado, como a Amazônia Legal. Mas é: Canarana, no Mato Grosso; Altamira, no Pará; Manaus; Boa Vista; São Gabriel da Cachoeira. Esses são os escritórios que nós mantemos na Amazônia. E fora da Amazônia nós temos em Eldorado, no Estado de São Paulo; na capital de São Paulo; e aqui em Brasília. Esses são os oito escritórios do Instituto Socioambiental, onde nós mantemos equipes permanentes de trabalho.

Com relação à Ferrogrão, eu quero dizer ao senhor e volto a dizer: nós não temos objeção nenhuma a obra nenhuma em princípio. E a ideia de que nós invistamos no transporte ferroviário também me sensibiliza. Acho que é uma pena que não tenhamos feito isso historicamente de uma forma mais intensa, e tenhamos investido no passado muito mais em rodovias do que em ferrovias. Mas eu concordo com o senhor: é um meio de transporte menos impactante, é eficiente, mais seguro, enfim, não temos objeções com relação a isso. A Ferrogrão ainda está num estágio inicial de licenciamento ambiental.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Como é que o senhor explica o que diz a fundação?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Eu peço ao senhor que esclareça junto à fundação. Eu não tenho responsabilidade nenhuma sobre o que essa fundação diz.

O que eu posso afirmar ao senhor é que os estudos que a gente realiza sobre essa região são estudos que visam justamente a subsidiar a implantação de uma maneira mais correta, mais adequada e menos impactante desses projetos.

Talvez a dúvida que a gente tenha hoje é sobre o trecho de transporte fluvial, já que a gente tem sofrido essas estiagens tão severas. Eu não sei em que medida isso pode ter alguma implicação em relação ao plano dessa obra. Espero que os estudos sejam realizados, que o processo de licenciamento se desenvolva a contento, e, assim sendo, que essa obra venha a ser realizada da melhor maneira possível.

Quanto à Ituna-Itatá, eu quero dizer ao senhor – acho que isso é um esclarecimento importante –, o ISA não tem participação em processos de identificação de terras indígenas, nós nunca integramos grupos de trabalho constituídos pela Funai com o objetivo de identificar terras indígenas, e, nesse caso específico,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se trata de uma área que foi objeto de uma portaria da Funai de restrição de uso – que é como se chama –, porque há informações, que eu não sei se procedem ou não procedem, sobre a presença de um grupo isolado naquela região. Essas portarias são expedidas quando há indícios da presença de índios isolados. E, ao mesmo tempo, essa área se encontra numa região com forte expansão da fronteira agrícola, que pode trazer algum tipo de impacto negativo a esses indígenas. A maior parte dos indicativos de presença de índios isolados ocorre dentro de terras que já estão demarcadas e não há necessidade de se editar portarias nesse sentido. Agora, de qualquer maneira, se há ou não há, é uma questão que apenas a Funai pode esclarecer; a gente não tem uma presença direta nesse local e nem foi o ISA que solicitou a interdição. Isso é uma medida administrativa do Governo, assim como as etapas subsequentes do processo demarcatório de terras indígenas, que é conduzida pelo Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Satisfeito, Senador Zequinha? Se não estiver, pode perguntar.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Só quero dizer uma coisa: que com certeza nós estamos falando de instituições diferentes, viu, Presidente?

O senhor dirige um ISA que não é o ISA que atua na Amazônia. Você dirige um ISA correto, um ISA que tem um papel limpo, bonito, muito bom. Mas o ISA com o qual nós deparamos na Amazônia não tem nada a ver com o ISA que o senhor dirige. Seria bom sentar com os seus colaboradores. O senhor falar que o ISA não interfere na criação de terras indígenas é a coisa mais estranha da face da terra. Falar isso para um paraense igual eu? Falar isso pro Senador Plínio, amazonense da gema? Pra um Senador do Acre...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Zequinha, desculpa, é porque eles não ouviram o que a gente disse. Da primeira vez que o Virgílio Viana, da FAS, esteve aqui, eu disse: O senhor pode dizer o que quiser – o que quiser –, mas preste atenção: aqui só tem Senadores da Amazônia, ou seja, não minta – foi o recado que eu mandei lá no começo, no primeiro dia da sessão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Então, eu encerro, Presidente.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Mas eu não menti não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, eu estou dizendo que eu dei o recado lá; eu dei o recado. Não, o senhor não está mentindo, não. O senhor está dizendo o que quer. Pra nós... Eu não estou aqui pra dizer que o senhor está mentindo. Eu não estou aqui pra dizer: Está mentindo, mentindo. A gente só está dando depoimento. O paraense da gema, que fala "ilharga", que fala "maninho", que fala "maninha", está aqui.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É outro ISA.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela sua dissertação, realmente o senhor é um professor, mas o que o senhor diz aqui não tem nada a ver com a vida e com a realidade que enfrentamos e com quem nos deparamos todos os dias da sua instituição – altamente militante, muito bem coordenada, politicamente contaminada com a questão ideológica esquerdista violenta.

Se não fosse o ISA, o Pará não tinha 25% de terras indígenas para uma meia dúzia de irmãos indígenas que não sabem nem o que fazer.

Eu acho que a coisa mais imbecil do mundo é achar que índio precisa de tanta terra, sendo que os coitados estão morrendo de outros males.

O senhor falou ianomâmi, ianomâmi, ianomâmi. O senhor sabe o tamanho da terra ianomâmi e eles estão lá morrendo de necessidade, fome, miséria, doença, tudo o que não presta. Se terra fosse símbolo de bem-estar, de qualidade de vida para os nossos irmãos indígenas, o Brasil era acima do primeiro mundo, estava lá em cima.

Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Eu também agradeço.

Quero apenas reafirmar o que eu já disse para o senhor, que o ISA não participa de processos de identificação de terras indígenas, não participa da definição de limites de terras indígenas.

Nós apenas temos uma posição do Instituto Socioambiental, que é coerente com o que está escrito na Constituição brasileira, que é a defesa de que todas as terras indígenas sejam demarcadas.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente, só um desafio, se um dia o senhor quiser conversar com o Rui. O Rui é dono de avião, mora em Altamira, gente boa, aqui e acolá eu estou fretando para ir numa viagemzinha com ele, o senhor vai realmente entender quem é o ISA, certo?

O senhor está falando que o ISA não interfere, mas o servidor do Rui paga o avião com o dinheiro do ISA, entra no avião e vai demarcar a terra indígena, demarcar não, para dizer que eu quero essa terra assim, assim, assim.

Então, meu Diretor, não me leve a mal, só que eu não gosto de ouvir uma coisa e saber que é outra.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Senador, o ISA está de portas abertas para o senhor, como para os demais Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, no momento que o senhor quiser, aqui em nosso escritório em Brasília ou em qualquer outra parte.

Eu sou fundador do ISA, eu conheço o ISA há 30 anos, eu sei muito bem o que é o ISA, então, sinto dizer ao senhor que o ISA que o senhor está aqui expressando é que não existe.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – É o que nós conhecemos na Amazônia, é o que ele conhece.

É isso que o senhor admitiu.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É o que eu chamo de mundos paralelos – mundos paralelos.

A gente vive...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Influencia na criação de reserva, é contra o marco temporal, interfere nas obras públicas.

Tudo isso ele admitiu aqui.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Eu admiti mesmo, eu admiti mesmo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Admitiu que recebe dinheiro de fora, que é contra o marco temporal, que influencia a criação de reserva, que acha tudo normal ele participar do...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – O ISA não influencia na criação de terra indígena...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Só que eu não vou ficar calado quando aqui você fala do colega Senador, esse ISA que ele conhece é o que nós conhecemos na Amazônia e que ele não disse não.

Ele aceita que recebe dinheiro de fora, ele acha normal receber dinheiro de estrangeiro pra fazer uma política aqui, ele acha normal ser do ISA, ir pra Funai, voltar. Ele acha normal a Marina ser Ministra, criar o Fundo Amazônia, captar recursos, ir pra entidade, tudo é normal. Ele acha normal que tem que reconhecer mais de um terço de terras indígenas.

A frase – porque são craques nela: "terra indígena não é pra ser criada, é pra ser reconhecida". Então, é o Brasil inteiro.

É o Brasil inteiro, simples assim!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vamos já passar pra senhora, Senadora. Já passo já para a senhora.

Só queria complementar aqui, é uma notícia antiga, mas eu queria ouvir dele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2005, o ISA foi o principal responsável pela reivindicação de Terra Indígena Médio Rio Negro II. O antropólogo ligado ao ISA defendeu uma tese de doutorado sobre o movimento indígena em Barcelos. Em 2007, o ISA tentou inserir a antropóloga Carla Dias como sendo a antropóloga responsável pela demarcação de Terra Indígena Médio Rio Negro II. Ainda no mesmo ano...

É uma denúncia que está aqui, eu queria ouvir a sua versão dela.

Ainda no mesmo ano, setembro de 2007, o ex-Presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, publicou uma das primeiras denúncias contra o ISA. Aí disponibilizaram a imagem na época, denunciando que o ISA recebeu US\$2,852 mil para demarcar terra indígena no Médio Rio Negro, e eu vou repetir a pergunta feita, na época, pelo antropólogo.

Acho que essas cifras são tão astronômicas, tratadas, que US\$2 milhões acabam sendo nada. Eu vou repetir a pergunta que o antropólogo Mércio Gomes fez. O ISA não sabe que a demarcação de terras indígenas é um ato soberano do Estado brasileiro? Não há aí uma grave ofensa à soberania nacional? E também tem que... Outra... Eu estou usando a oportunidade para esclarecer, para que eu não seja injusto na minha parte, quando for opinar sobre o relatório.

E esse dinheiro vem da USAID – veio de lá. Então, como poderia o ISA assegurar, para uma fundação americana, estadunidense, a demarcação da terra indígena em Barcelos, onde a população era, naqueles anos, majoritariamente mestiça? Hoje não existem mais mestiços; já se extinguiram os mestiços – o IBGE se encarregou.

Eu queria que o senhor falasse sobre isto aqui, porque ele está falando "demarcação", né? Ele está dizendo que não tem nada a ver com demarcação. E esse...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Vou esclarecer para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – A Terra Indígena Alto Rio Negro, as Terras Indígenas Médio Rio Negro I e II, a Terra Indígena Apapóris e a Terra, acho que Jurubaxi-Téa, essas terras indígenas, todas elas, que constituem a maior parte da extensão daquele mosaico de terras indígenas do Alto Rio Negro, foram identificadas antes da fundação do ISA. O ISA foi fundado em 94, e as portarias de Presidente da Funai que estabeleceram os limites dessas terras são anteriores a 1994.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas o senhor já era militante ambientalista antes de fundar o ISA?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – São de 92 e 93.

Oi?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O senhor já era militante ambientalista antes de fundar o ISA?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Sim, eu já era militante antes de fundar o ISA. No entanto, o que eu estou querendo dizer é que essas terras foram identificadas antes da fundação do ISA, por grupos de trabalho, que, evidentemente, não foram compostos por pessoas do ISA ou antropólogos do ISA – nada disso, não é? Foram compostos por antropólogos designados pela Funai à época.

Eu participei, na condição de Presidente da Funai, do... Porque eu vou repor aqui uma informação que nem tinha obrigado a ter, mas, durante a minha gestão como Presidente da Funai, foi editado o Decreto 1.775/96, que instituiu, introduziu, dentro do procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas, um processo de contraditório. Anteriormente, o decreto regulava esse procedimento. Não tinha um momento ou uma etapa voltada para audiência a terceiros. Quando foi feita a edição desse decreto, aplicou-se esse princípio do contraditório administrativo a todas as terras que já estavam identificadas, que estavam em processo de demarcação e que ainda não tinham a sua demarcação concluída.

Essas terras, que eu mencionei, da região do Rio Negro, estavam nesse bolo. Elas já tinham sido identificadas antes e foram, assim como outras várias... Foram mais de cem processos que foram simultaneamente submetidos a esse processo do contraditório administrativo.

No caso dessas terras, não houve nenhuma contestação dentro do processo administrativo, e, por isso, elas acabaram subindo, para o Ministério da Justiça tomar a decisão política sobre esses limites antes de outras. E, neste momento, o Ministro da Justiça era o Ministro Nelson Jobim, que solicitou a mim, como Presidente da Funai, que procurasse mediar as conversas entre os grupos indígenas da área com o Ministério da Justiça acerca de algumas observações que haviam sido levantadas sobre o Ministério da Defesa, pelo Ministério da Defesa, em relação à demarcação dessas áreas. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antes de eu passar...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Eu estou falando aqui com o senhor, Senador. Eu fiz esclarecimento, que é um esclarecimento importante para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, eu estou vendo...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... que atua nessa região.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... eu estou olhando para ali também, ó. Ali o senhor está em imagem e som.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Então, as objeções... Não houve objeção de nenhuma prefeitura.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Terra Indígena Médio Rio Negro II passou a existir por conta de uma reivindicação que foi feita pela Marinha do Brasil, naquele período, de que fosse mantido desafetado o canal navegável do Rio Negro, porque a identificação feita anteriormente, essa que eu mencionei antes da criação do ISA, não tinha Médio Rio Negro I e II; era só Terra Indígena Médio Rio Negro dos dois lados do rio. E, em função dessa decisão do Ministro da Justiça de acolher a observação da Marinha, foi feita a desafetação do canal navegável, e a terra se transformou em duas, Terra Indígena Médio Rio Negro I e Médio Rio Negro II.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está respondido. Está respondido já.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Então, isso veio depois.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso.

Está respondido. Agora faltou só a dos bilhões de dólares, de onde saíram, se é verdade que o ISA recebeu algum repasse da Usaid uma época qualquer.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Nós tivemos já repasses da Usaid muitos anos atrás...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, muitos anos atrás mesmo. Estão falando aqui 2005, 2007...

Com a palavra a Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Presidente Plínio, eu queria cumprimentá-lo, cumprimentar o colega, Senador Marcio Bittar... E, aliás, estivemos essa semana no seu estado maravilhoso. Rio Branco, uma capital muito acolhedora. Queria parabenizá-lo. Senti realmente o carinho ali no seu estado. Muito obrigada pela atenção e o carinho que o senhor, na verdade, tem dado a nós. Apesar das nossas divergências políticas – da mesma forma com o Plínio e os demais colegas –, mas o respeito pessoal é muito forte, muito mantido.

Eu quero cumprimentar, Presidente, o Sr. Márcio Santilli, e primeiramente dizer que não integro esta Comissão, não faço parte desta CPI. Na verdade, eu estava muito debruçada na CPMI do 8 de janeiro, e era Relatora, então acabei me dedicando lá, e o tempo é muito curto para uma investigação, de fato, muito intensa, e acredito que é o que o Marcio está vivenciando, e você acaba, às vezes, não tendo que dividir, mas Comissão Parlamentar de Inquérito é um espaço do qual participo já há alguns anos.

Já fui Presidente de Comissão, Relatora, em outros momentos, como aqui também no Congresso Nacional, e esta CPI é uma CPI da qual não tenho participado, mas sabendo, na verdade, da sua vinda à Comissão hoje, aqui, eu fiz um esforço muito grande para estar aqui, até porque tem várias Comissões funcionando hoje.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos uma aprovação muito importante agora há pouco na CCJ em relação ao combate à violência contra a mulher. Temos um debate, neste momento, inclusive, na CAE sobre a questão da regulamentação dos jogos, que eu pessoalmente sou contra, mas, infelizmente, não estou podendo participar lá.

Mas eu queria parabenizá-lo, Presidente Márcio, e lhe dizer que conheço o ISA aqui, no Senado Federal, já há algum tempo. Eu diria 2015 precisamente, quando nós tivemos um acompanhamento mais intenso, sobretudo nas ações muito importantes que o ISA faz para o Brasil.

Eu vi alguns colegas reclamando, por exemplo, de apoio internacional. E a gente vivenciou aqui, no Brasil, uma desconstrução, na verdade, do Fundo Amazônia, que é um fundo muito importante de financiamento, de apoio às entidades brasileiras para a manutenção e proteção das nossas florestas, para a proteção dos nossos povos indígenas. E a gente sabe que esse recurso é um recurso... Aliás, ao pé da letra, é fruto de acordos internacionais. Tivemos, por exemplo, o Acordo de Paris, que direciona R\$100 bilhões para países em desenvolvimento. E o Brasil, inclusive, tem trabalhado no sentido de recebimento também desses recursos, dadas a necessidade que o país tem e, ao mesmo tempo, a contribuição que o Brasil dá em relação à proteção, porque a gente sabe que a questão dos impactos ambientais... Quando a gente fala, por exemplo, de mudanças climáticas em todo o mundo, ele não é um impacto que está circunscrito a questões regionais, territoriais. A gente está vivenciando hoje, por exemplo, ciclones no Sul do Brasil, a gente está vivenciando enchentes no Nordeste brasileiro, a gente está vivenciando, por exemplo, mortes de botos, nós estamos vivenciando tornados, o que não é fruto necessariamente de um impacto apenas na área limítrofe do Brasil. Ele é resultado de um impacto mundial. Daí a necessidade desses acordos, daí a necessidade da regulamentação, por exemplo, do mercado de carbono, em que o Brasil avança, quando nós tivemos agora essa aprovação recentemente aqui no Congresso Nacional. São essas iniciativas que vão reduzir o impacto ambiental no mundo inteiro.

Quando se fala, por exemplo, de recebimento de recursos, se um país desmata, se a Alemanha desmata, se a Noruega desmata e se eventualmente um recurso está chegando ao Brasil, é aquele jargão que a gente fala no dia a dia: o dinheiro não fede. O dinheiro tem que ser bem investido, o dinheiro tem que ser trabalhado, na verdade, para a proteção das nossas florestas, que é o que o ISA faz – e, aliás, faz muito bem. A gente via ali, agora há pouco, a sua exposição, e o senhor falava, por exemplo, da Campanha Y Ikatu Xingu, que é uma campanha que, no meu entendimento, atende os três eixos, que é o econômico, o social e o ambiental, ou seja, na medida em que você faz o investimento nessas mudas, na medida em que você trabalha o reflorestamento, você ajuda, inclusive, na questão pecuniária, na renda. Você protege o meu ambiente e, automaticamente, você dá condições, inclusive aos povos indígenas. Então, eu acho que essa é uma iniciativa muito importante. E o ISA faz isso com muita efetividade.

Então, eu acho que a sua vinda, no meu entendimento e na luta que nós temos... Eu não vou fazer pergunta para o senhor, porque eu não terei tempo, na verdade, de ouvir a sua pergunta e não estou, como eu disse, atuando intensamente, de fato, nesta Comissão, mas eu vejo que a sua vinda a esta Comissão é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais pelos benefícios que o ISA faz para a proteção ambiental no Brasil, assim como para os povos indígenas – porque não tem nenhum protetor de nossas florestas maior do que os povos indígenas, porque eles entendem a floresta como um ambiente sagrado –, do que, eventualmente, pelos seus defeitos.

Eu acho que erros todo mundo tem. Agora há pouco aqui a colega falava: "Olha, lá na região do Maranhão tem uma terra indígena em que foi encontrada produção em larga escala de maconha", por exemplo. Tem em todo lugar. Aqui no Congresso Nacional tem. Aqui no Congresso Nacional tem Deputado que foi preso, tem Senador que foi preso. Quer dizer, tem bons e maus em todos os lugares, como eventualmente tem alguém do narcotráfico que pode se alinhar ou pegar o espaço pra fazer algum tipo de ação criminosa. Tem que ser combatido, tem que ser responsabilizado por isso, a pena tem que ser aplicada. Agora, em função disso, nós não vamos generalizar. Nós não vamos, por exemplo, compreender que entidades, a exemplo do ISA, que faz um trabalho importante, possam ser comparadas com entidades que não fazem. Nós tivemos aqui, por exemplo, exemplos de entidades que chegaram a receber um R\$1 bilhão em um ano pelo Governo Federal, ou seja... E a aplicação, como se deu essa aplicação? Essas entidades, de fato, têm que ser responsabilizadas por isso.

Então, assim, eu queria lhe parabenizar, lhe cumprimentar de fato pelo seu trabalho e dizer que os povos das florestas, na verdade, precisam ser protegidos.

E lembro que Guimarães Rosa fala uma coisa muito importante: aquilo que tem que ser será. Essa é uma ideia muito forte. Eu acho que o seu papel para com o Brasil é muito importante. O recurso que entra no Brasil tem que ser utilizado mesmo. O senhor tem que buscar mais recursos pra trabalhar a proteção ambiental do nosso Brasil. O Fundo Amazônia tem que ser ampliado. Programas como PPCDam e o PPCerrado têm que ser ampliados, iniciativas que ocorreram lá atrás. São essas iniciativas que mitigam o efeito do impacto, infelizmente, de degradação que tem acontecido na sociedade brasileira e na sociedade mundial.

Então eu acho que todos têm que ter a sua responsabilidade. Os países europeus ricos têm que ter a sua responsabilidade. Eles não têm que ser isentos, eles não têm que ser eximidos de um eventual, digamos assim, impacto. Eles têm que ser também... Mas, se o recurso vier para cá, vamos usar, sim, esse recurso. Agora, vamos usar, naturalmente, de uma forma correta.

Então parabéns ao senhor pelo seu trabalho.

Eu quero também agradecer a atenção do Presidente Plínio.

Presidente, eu queria pedir realmente permissão, porque eu vou participar do debate da CAE, que é um debate em que eu estou muito envolvida, referente à regulamentação dos jogos.

Muito obrigada, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antes de a senhora ir, só uma coisa: nós não somos contra o apoio internacional, não, contra a entrada de dinheiro. A gente só quer dar clareza, iluminar essa escuridão. Está bom? A gente é a favor.

Foi um prazer. A senhora não está na CPI porque não quis, não é?

Senador Styvenson, que está aí pacientemente esperando.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Relator, Sr. Márcio Santilli, eu ouvi bem atento a fala da nossa Senadora Eliziane, sempre atuante. Concorde, Senadora, que não se pode criminalizar todas não. E fiquei atento quando a senhora disse que tem que buscar mais recurso. Eu entrei aqui na captação de recursos do Instituto Socioambiental, o qual o senhor dirige, e, da União Europeia, o senhor recebeu em 2017, em 2016 sempre alguns milhões – 26, 25, 24.

Mas a pergunta: como a CPI é voltada para ONG – e a gente não quer criminalizá-la; pelo contrário, quer até esclarecer que tipo de serviço o senhor presta –, já que eu li que o ISA promove a aliança entre Governo e sociedade civil, fazendo estudos e pesquisas, implanta projetos e programas e promove sustentabilidade socioambiental, tudo isso o Isa faz, as perguntas que eu vou fazer para o senhor...

Essa aliança entre governos, sociedade civil...

Eu vou buscar ser rápido. Eu pergunto e o senhor responde "sim" ou "não", de forma rápida, porque eu gosto da dinâmica da pergunta e da resposta, porque isso vai puxando e trazendo uns novos esclarecimentos de forma mais clara.

Eu percebi aqui que muitos Senadores perguntaram e o senhor respondeu, e eu acho que foi com negativa: o Isa não participa de demarcação de terras. Perfeito, acho que eu já entendi isso aí.

Então, esses estudos – esses estudos – servem para quê? Quem paga esses estudos? Quando o senhor recebe? Quando o senhor conquista? Quando o senhor busca recursos exteriores? Citei a União Europeia, cito outros países que podem participar com isso. Quando o senhor faz esse estudo? Esse estudo é o quê? Serve para quê? Para quem? O conteúdo desse estudo, porque eu fico curioso... Sinceramente, sentou muita gente aí, e é uma forma de a ONG agora esclarecer que estudo é esse, que forma é essa aliança entre governos, sociedade civil e pesquisa.

De forma rápida, assim, para esclarecer: nesse estudo, é fornecido o quê? Para quem? Quem paga? Ele pede um estudo? "Faça um estudo para mim de uma demarcação, faça um estudo para mim da...". Não sei que estudo é esse. Como é que vocês fazem esse estudo?

Só para eu entender aqui, primeiro, porque eu sou leigo nisso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO SANTILLI (Para expor.) – Senador Styvenson, obrigado pela pergunta.

Eu acho que o senhor não havia chegado ainda...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... quando eu fiz a minha apresentação inicial.

Eu vou pedir aqui aos meus assessores que depois encaminhem uma cópia dessa apresentação para o seu gabinete, para que o senhor possa conferir ali os números, os dados que constaram dessa apresentação.

Ao longo da história do ISA – o ISA vai fazer 30 anos no início do ano que vem –, nós já publicamos mais de 380 estudos, notas técnicas, fica até difícil eu poder aqui fazer uma lista tão extensa de estudos e de subsídios.

O que é importante esclarecer com relação à sua dúvida é que quem define os estudos, os projetos que são feitos pelo Instituto Socioambiental é o Instituto Socioambiental. Eventualmente, se esse estudo envolver alguma região onde nós mantemos relações de parceria com organizações indígenas, organizações extrativistas, organizações quilombolas ou de produtores rurais, a gente compartilha a discussão sobre o projeto ou sobre o estudo com esses parceiros locais, mas, via de regra, é o ISA que define as suas demandas.

Em 30 anos de trabalho com o ISA, jamais um financiador entrou na minha sala ou de qualquer coordenador do ISA para dizer o que nós temos que fazer.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Quem define os nossos projetos somos nós.

Volto a dizer: quando se trata de alguma ação local que envolve uma relação de parceria, esse nós não se limita ao ISA e inclui esse parceiro local.

Então, esse é o esclarecimento que eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Styvenson, me permita, só porque está falando dos 30 anos. No balanço da Transparência a gente tem, no ano de 2020, 2021 e 2022, o que o ISA arrecadou: em 2020, 49 milhões, *grosso modo*; 2021, 106; 2022, 95.

Só pra exercício, enquanto eu via, eu somei esses três, aí dividi por três pra tirar uma média, que deu mais ou menos 51 milhões. Então nesses 30 anos, ou eu estou errado aqui, de dinheiro que está na transparência – não tenho aquele da OECD –, dá 2,5 bilhões.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só pra ajudá-lo nessa coisa.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Só pra corrigir, Senador, não dá isso tudo, não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A média não dá isso, não, não é? Então a média está errada.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Dá em torno de 20 milhões por ano...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por ano, a média.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... considerando os 30 anos de existência.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, tá. Os 106 agora...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – O senhor deveria nos dar parabéns por termos trazido esses recursos para o nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, eu estou dando parabéns pro Styvenson, por levantar esse assunto. Parabéns, Styvenson!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Já que o momento é de ironia, eu não dou parabéns, eu dou pêsames, porque esse dinheiro serve no Brasil pra quebrar a soberania nacional. Isso é ironia que você quer fazer com o Presidente, respeite o Presidente. Dar parabéns... Eu dou parabéns pro dinheiro da Noruega, que vem aqui ajudar a criar mais reservas indígenas num país que já tem um monte?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Marcio, obrigado pela... Mas, não, isso faz parte, até a provocação, para o pessoal ver quem é.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não quis de maneira nenhuma ofender o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, claro, imagina se eu vou me ofender. Eu me ofendo quando eu vejo uma senhora chorando, querendo criar uma vaca, e o ICMBio não deixa; quando eu vejo um garotinho ianomâmi com a bunda cheia de bicho, não tem uma agulha pra tirar o bicho. Disso eu me envergonho, com isso eu me ofendo. Mas aí, isso... É aquilo que...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Eu também, estamos juntos nisso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O nosso acordo está feito: o senhor diz o que quer, eu digo o que quero, aqui não tem dedo no rosto, aqui não tem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nada de mentiroso. Só que eu errei aqui no cálculo, mas vai ficar em torno de 2 bilhões, 1,5 bilhão. Não é nada, não é?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu posso continuar, Sr. Presidente?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Seiscentos milhões.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu peço desculpa por interrompê-lo, mas é que o senhor levantou a bola, e eu tive que chutar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado.

Eu ouvi sobre os seus estudos, então, já que o senhor fez essas referências, o senhor fez algum estudo, o ISA – quando eu falo o senhor, entenda-se o ISA –, estudo socioambiental e ambiental na região da Terra do Meio, em Altamira, no Pará? Já foi feito algum estudo pelo ISA dentro dessa região no Pará, região Terra do Meio, em Altamira? Foi feito?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Quem pagou por esse estudo? Ou foi o ISA que fez de forma independente?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – O senhor está... Bom, nós fizemos vários estudos em relação a essa região, é uma das regiões onde a gente atua.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas o Governo Federal pagou algum estudo?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – O senhor se refere a unidades de conservação, é isso? Só pra saber.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu estou... Isso, dentro dessa região, dentro da Terra do Meio, em Altamira, no Pará, o ISA foi contratado pra fazer esse estudo pelo Governo Federal em alguma ocasião?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Acho que é isso que o senhor está...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Foi?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Sim, sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O senhor sabia pra que serviria esse estudo?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Sim, sim, sabia, sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Pra que serviria?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Isso foi um edital que foi publicado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2001 – nós estamos falando do Governo Fernando Henrique Cardoso –, para a realização de estudos visando à criação de unidades de conservação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Sete unidades de conservação na região, não é?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – É... Na verdade, esse edital abrangia outras regiões, outras organizações; o estudo que foi feito pelo ISA teve por objeto essa região.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Tá, então entendi. Então, quem paga, o ISA faz o estudo que ele pediu...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – O recurso, o contrato do ISA pra realização desses estudos foi feito com a Sudam...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, não é?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu compreendi, eu compreendi.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – E eu tenho aqui um eslaide que, se o Presidente permitir, eu gostaria aqui de apresentar, que traz aqui as informações sobre o resultado desse estudo, quais foram as áreas que nós sugerimos que pudessem ser objeto da criação de unidades de conservação. Na verdade, nós sugerimos cinco áreas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Acabou em sete, não é?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Acabou em oito...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Me deram um dado errado aqui.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... sendo que duas delas foram criadas pelo Estado do Pará na época.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sugestão que a gente fez, no estudo lá atrás, não contemplou essa possibilidade, porque era um edital do Governo Federal, eram terras federais sem uma destinação definida até então, não é? Enfim, nós sugerimos, portanto, a criação de unidades federais. Porém, esse estudo, como eu disse, foi realizado ainda no período do Governo Fernando Henrique. Posteriormente, no governo seguinte, esse estudo foi aproveitado por um plano do Governo Lula, do primeiro mandato do Presidente Lula, que era relativo ao Plano BR-163 Sustentável. O Presidente Lula tinha tomado a decisão de pavimentar a BR-163 e, para a realização dessa obra, mobilizou vários ministérios, vários órgãos federais, para o desenvolvimento de uma série de componentes, uma série de atividades, digamos assim, concomitantes à pavimentação da rodovia. E uma dessas iniciativas tinha a ver com a criação de unidades de conservação. Então, esse estudo acabou sendo resgatado pelo governo seguinte. No entanto, como os senhores podem ver aqui pelos eslaides, a decisão de governo foi bastante diferente daquilo que a gente sugeriu inicialmente, porque, enfim, nem todas as áreas tiveram a mesma categoria de manejo, as extensões foram mudadas, os limites foram mudados e, como eu já disse, o Governo do Pará também participou da construção desse mosaico com a criação de duas dessas unidades de conservação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Só um minuto.

O que foi sugerido pelo ISA está do lado direito?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Então, aqui o senhor tem os dados do estudo e a decisão posterior de governo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito, o que está sugerido pelo ISA está do lado direito?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Isso. Isso mesmo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O que foi feito pelo Governo na ocasião, com o estudo do ISA, acrescentou o que não está no lado direito?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – É, na verdade...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ou seja, foi aproveitado o de vocês e ainda mais. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Em 100%.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Na verdade, teve um aproveitamento parcial, não é?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, a minha pergunta...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Teve algumas sugestões que foram acolhidas, os limites mudados, as categorias de manejo alteradas...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Sr. Presidente...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – O Estado do Pará participou do processo...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Entendi.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... mas, enfim, dá um exemplo de como uma sugestão acaba sendo alterada no processo de tomada de decisão política.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O senhor acha que essa alteração foi boa ou ruim?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Não foi alterada, não. Ela foi ampliada.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É, essa ampliação. O senhor concordou com isso?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Na verdade, a ampliação, Senador Plínio, responde... Ah, da extensão total, não é? Ela tem muito a ver com a APA Triunfo do Xingu. A APA é uma unidade de conservação mais voltada pra questão de planejamento do território e tal, mas é uma categoria de manejo que convive com a propriedade privada e tal. Então, o aumento da extensão é relativo nesse sentido de que é a APA que responde por esse aumento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Dentro dessa região, o senhor tem algum projeto... O ISA... Volto a dizer, quando falo "o senhor", falo "o ISA", estou me referindo ao ISA. O ISA tem algum projeto social de inclusão digital dentro dessa unidade de conservação criada com estudos que auxiliaram o governo a criar essas reservas?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não, o ISA participa de alguns conselhos dessas unidades de conservação como representante da sociedade civil.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O senhor não tem nenhum tipo de trabalho de inclusão digital, nada?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – No caso desses territórios, não me consta que tenha havido essa demanda de inclusão digital.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas o ISA tem?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Sim. Em várias outras regiões a gente tem... A gente tem atuado nesse sentido.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Tem na região que ele demarcou? Eu estou perguntando isso para poder entender melhor o que o ISA faz. Então o ISA... O senhor disse que ele não demarca, mas ele faz estudos e pesquisas que orientam o Governo a demarcar. Então, entendido...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não. No caso, é a criação de unidades de conservação. O que eu disse é que o ISA não participa dos processos administrativos de identificação e demarcação de terras indígenas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ah, o senhor faz o que mais interessa, não é?, que é o estudo e o trabalho de pesquisa para o Governo. O Governo o contrata, através de um edital, o senhor faz esse levantamento, ele vai lá e coloca o dedo ou até mais. Eu entendi isso aí.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – É. É isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu entendi.

Eu vi a discussão do Relator com o senhor a respeito dessa relação público-privada. Vi a Senadora Eliziane falando também. E vi o Senador Plínio, por último, falando que o senhor busca recursos externos para poder fazer esses trabalhos, através de editais com o Governo ou através de captação de dinheiro com bancos ou instituições, ou organizações exteriores. Nesse montante aí, o senhor tem uma estrutura, que é o ISA, de pessoas que trabalham, de pessoas qualificadas, pessoas conhecedoras. Aí eu pergunto: eu vi uma relação de organizações, institutos, ONGs que também apoiam o ISA. Uirapiru, se não me falha a memória.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Arapyáú.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Arapyáú. Isso. Que hoje... O Presidente do Ibama já participou também desse instituto. A minha pergunta é a seguinte, clara, rápida: o senhor tem alguma empresa de consultoria no seu nome?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Sim. Já falamos sobre isso aqui.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu não ouvi, não estava presente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO SANTILLI – AM Consultoria Ambiental.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Qual?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – AM Consultoria Ambiental.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – AM? Qual tipo de consultoria o senhor dá?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Eu presto consultoria principalmente para o ISA.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O senhor presta consultoria para si mesmo? O senhor ganha dinheiro com isso?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, espera aí, espera...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Eu vou esclarecer, vou deixar isso bem claro...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, não, espera aí, só um minuto, só um minuto. Eu quero só entender uma coisa. O senhor participa de uma ONG que pega recursos, que faz o estudo e pesquisas, mas o senhor até agora tem uma empresa, a AM, de estudos, consultoria ambiental, que presta consultoria para o ISA, da qual o senhor também é diretor. É isso?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – É. Como Presidente do ISA, a função de Presidente do ISA e outras funções de diretoria do ISA não são funções remuneradas. Essas funções são funções que têm uma importância jurídica ou formal muito grande, mas são funções que são prestadas voluntariamente por mim e também pelos meus antecessores no cargo de Presidente, não é?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, seria uma forma de ser remunerado?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Eu sou Presidente desde o início desse semestre, no entanto, eu presto consultoria ao ISA já há muitos anos, não é?, há 15 anos, sendo que eu passei a prestar serviços como consultor depois que eu me tornei pensionista da União e não podia mais ser contratado pela CLT. Mas antes disso, eu já fui funcionário, contratado pela CLT, do ISA.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E paga bem o ISA ao senhor, a consultoria? O senhor paga bem a si mesmo?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Eu bem que preferia ganhar um pouco mais, não é, Senador, mas eu também...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O senhor poderia dizer quanto custa a consultoria do senhor?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não, não posso dizer...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não pode? É segredo?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... isso é uma informação privada.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está bom.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Se o senhor quiser achar que ela é importante do ponto de vista da investigação, eu posso encaminhar essa informação posteriormente para o senhor em caráter reservado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Tá, eu vou esperar que o senhor envie para a gente.

Por que eu estou perguntando isso? Porque eu acho que todas as ONGs que já fazem esse trabalho extra que o Governo não faz já teriam estrutura suficiente. Mas aí o senhor vem com outras organizações...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não; pessoalmente, eu tenho outras fontes de renda, mas eu acho que não é o caso de entrar nisso. O ISA é parte do que eu recebo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, não. Eu não estou interessado nos vencimentos do senhor, não; só na relação ONG e outras relações.

O senhor tem amizade pessoal com muitas pessoas, como já foi dito aqui. O senhor tem com o Presidente do Ibama, com a Ministra Marina, o senhor tem esse... Porque, com muito tempo dentro de uma área, muito dentro de uma labuta e dentro de uma luta, acho que o senhor conhece bem essas pessoas, é muito amigo.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Conheço, sim. O Presidente do Ibama é de Bauru...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É de Bauru, mesma terra ali...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... que é ali na minha região também, do interior de São Paulo. Foi Prefeito em Bauru, foi um excelente prefeito; foi Deputado Federal, como eu também fui...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ainda mantém esses relacionamentos? Mantém todo...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Infelizmente, faz algum... Eu não o vi depois que ele foi nomeado Presidente do Ibama, mas é uma pessoa...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ficou ruim?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... que eu tenho em boa conta.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ficou ruim ser nomeado, então?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Hã?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Afastou a amizade?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não, absolutamente. É que ele está pra um lado, e eu, pra outro, cada um correndo atrás das suas demandas, mas...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Essas perguntas parecem inofensivas, pelo menos para quem está assistindo, mas mostram uma relação entre organizações não governamentais, pagas com dinheiro muitas vezes estrangeiro, para fornecer estudos e pesquisas que fomentam ou não, influenciam ou não decisões do público, que levam ao que foi dito aqui, a tudo que foi dito aqui.

As perguntas que eu lhe fiz, as perguntas que eu trago para o senhor são justamente porque esta CPI quer esclarecer qual é o papel, dentro de uma ONG, dentro da organização de tudo que a gente já viu até aqui.

E eu vi no currículo do senhor, que eu recebi, um currículo bem extenso, que o senhor tem uma preocupação com a causa indígena: o senhor atuou em núcleo de defesa do índio; na Assembleia Nacional Constituinte, lá em 87 e 88; então, o senhor já participou de vários trabalhos – o currículo é bem extenso.

O ISA, hoje, presta que tipo de serviço direcionado ao índio? O índio, hoje, é assistido de que forma pelo ISA?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Olha, o ISA desenvolve um conjunto de atividades que têm a ver com a produção de informações sobre povos indígenas, terras indígenas no Brasil – nós somos responsáveis pela publicação mais reconhecida a respeito desse tema, que é *Povos Indígenas no Brasil*, um livro grande, que traz uma massa enorme de dados, informações sobre essa questão –; e atendemos a consultas de pesquisadores, de pessoas interessadas na questão indígena, de todo o Brasil e de outros países inclusive.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – De forma intelectual, o ISA...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO SANTILLI – De forma que a primeira linha, vamos dizer assim, de atuação relativa aos povos indígenas tem a ver não especificamente com uma etnia específica ou com uma área, mas com prover para a sociedade brasileira informações consistentes, regulares, formais sobre a situação dos povos indígenas no Brasil, não é?

Com relação às parcerias com organizações indígenas, elas ocorrem no âmbito do Programa Rio Negro, do ISA. O Programa Rio Negro atua no Alto Rio Negro e em Roraima e também na região do Xingu, na parte mato-grossense da Bacia do Xingu, já que, em outras partes da Bacia do Xingu, essas parcerias são realizadas com associações extrativistas e não somente indígenas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E como é que é essa relação?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – São relações de longo prazo, de parceria de longo prazo, né? Nós atuamos nessas regiões há muitos anos e fazemos isso mediante termos de parceria que vão se alterando ao longo do tempo, dependendo das demandas que estão, a cada momento, enfim, preocupando mais essas comunidades e em relação às quais a gente tem alguma condição de dar resposta, né?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Evidentemente, as demandas são muito maiores do que as nossas pernas e, portanto, parte dessas demandas a que a gente consegue dar algum tipo de resposta ocorrem, sobretudo, nessas áreas que eu mencionei.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E quando o senhor não atinge a demanda, o senhor passa essa informação? Como passa quando o senhor não atinge – o ISA – as demandas?

Eu vou citar aqui algumas demandas que eu vi já em vídeo e presenciei. Demanda como alimentação, demanda como desenvolvimento, como estrada, demanda como energia elétrica, demanda como remédio, demanda como escola, demanda como hospital, demanda... São demandas, várias. De forma concreta, o que é que o ISA faz? Dá uma cesta básica pro índio, dá um prato pra comer, faz alguma coisa? De forma concreta mesmo. Porque eu vi que na forma intelectual vocês são bons: fazem um estudo, fazem um levantamento, fazem... Isso aí é bacana. Mas de forma real mesmo, quando o senhor não consegue atingir, o senhor passa pra quem? Pro poder público atingir?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não, não, não...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não tem?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não é por aí. Veja bem, o ISA não pretende, nem remotamente – nem acredito que qualquer organização não governamental possa pretender –, substituir o Estado. O Estado tem as suas competências, tem as suas atribuições legais. A atuação das organizações não governamentais é complementar, ela não substitui o Estado em hipótese nenhuma. E nem substituirá, não há essa possibilidade.

Como o senhor sabe, há muitas regiões do país com inúmeras carências, né? Por vezes, nem o Estado é capaz de dar resposta a essas demandas, a essas carências, muito menos uma organização não governamental poderia fazer isso, né? Eventualmente, a gente recebe demandas que estão fora do nosso âmbito de competência e a gente pode, nesse caso, ajudar esses parceiros a identificarem outras organizações que tenham mais competência do que nós pra poder desenvolver aquele tipo de atividade ou atender aquele tipo de demanda.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Entendi. Então...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Fundamentalmente, a seleção dessas demandas é feita pelas associações e as organizações locais, que são nossas parceiras, que nos trazem, e, dentro dessas demandas trazidas, a gente procura responder positivamente aquilo que a gente consegue, né?

É claro que a gente gostaria de ter o poder de fazer bem mais.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Só para dar um exemplo... O senhor pode dar um exemplo, de um local, de uma região, do que o ISA conseguiu fazer?

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Olha, pra dar um simples exemplo aqui pro senhor, né? Eu apresentei...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Porque o senhor passou a vida toda trabalhando, labutando dentro dessa área do indígena.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Hã.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E me causa uma estranheza o senhor não estar muito, assim, com informação ou, senão, atento à causa do ser humano, das pessoas. Não tem preservação, não existe preservação se não tiver a pessoa, não tiver o ser humano.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Com certeza. Socioambiental quer dizer isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Pois é.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Hã-hã.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, me preocupa isso, e me preocupa que esses parceiros que o senhor tem, internacionais, não se preocupam com a causa indígena, com a fome que ele está passando, com o mau trato, com o atraso, com a falta de roupa, muitas vezes se escondendo dentro de mato porque não tem roupa, como eu já ouvi lá na Amazônia, morrendo por falta de remédio ou, se não, por diabetes, sendo amputado, e por não ter acesso a uma escola porque não pode ser construída, porque a reserva não permite. Essas coisas é que eu vejo que o ISA, como uma ONG, deveria defender também. E me parece que ele...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Desculpe-me, Senador, mas nós participamos da criação de escolas, da formação de professores indígenas nas várias regiões em que a gente atua.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Por isso é que eu perguntei se o senhor tinha, lá na terra que foi demarcada com estudos, um projeto social com inclusão digital, e o senhor disse que não.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Não, o que é isso?!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não tem.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – É claro que tem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ah, entendi agora. Agora tem...

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Me desculpe se eu respondi isso, eu não percebi a natureza exata da pergunta que o senhor fez.

Há um grande número de projetos que são desenvolvidos em parceria com essas organizações e que tem a ver com a gestão desses territórios. Na área de saúde, na área de educação, na área de desenvolvimento econômico, projetos de interesse dessas associações, de geração de renda ou mesmo de segurança alimentar, há um grande número de iniciativas. O senhor pode verificar isso através dos relatórios de atividade que a gente publica regularmente pelo nosso *site*. É um pacote de atividades, de projetos que são...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu gosto de ir *in loco*. O senhor me manda, a gente vai acessar, mas eu gosto de ir pessoalmente.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Opa, seria ótimo! Seria ótimo!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu gosto de ver, presenciar, de ouvir, de sentir. E o que eu vir...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Vamos combinar...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E, Sr. Márcio, nas que eu fui pela ONG, que a ONG patrocinou, não é nada disso que dizem.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Como é que é? O senhor foi aonde?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu espero...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós fomos lá na Reserva (*Fora do microfone.*) Extrativista Chico Mendes e na Pari-Cachoeira, com sete etnias.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Styvenson foi com a gente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu estou dizendo para o senhor que, nas que eu fui, eu não tive essa boa experiência. Eu espero que a do senhor seja diferente.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Vamos ver.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu espero que a Senadora Eliziane esteja correta, que ela esteja certa.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – O senhor será convidado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu vou pessoalmente. Está bom?

Obrigado por responder.

Senador Plínio, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra a nossa Senadora?... O quê? Senadora?... Como é que chama? Por enquanto – Senadora – a Deputada Sílvia.

Estou brincando. A nossa Deputada Sílvia participa desde o começo conosco e incentiva muito, e a gente abre para que ela possa falar.

A SRA. SÍLVIA WAIÃPI (PL - AP. Para expor.) –

(*Pronunciamento em língua indígena.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Márcio Santilli, alguns anos atrás, pouco mais que 40 anos, esta mulher indígena escutou da boca de um professor que ela era a verdadeira brasileira. E me foi ensinado numa escola o valor de uma bandeira, a bandeira do meu país. E, esse professor, ele me falou sobre os vultos sagrados da história que ajudaram a fundamentar este país como uma nação.

E eles disseram pra mim que eu podia ser tão bom quanto eles. Me ensinaram a amar a bandeira deste país como a minha verdadeira identidade, como a identidade de cada um desses Senadores nesta Casa, como a identidade de todos os Deputados Federais na Câmara Federal. Eu passei 30 anos da minha vida pra conseguir realizar um sonho de hastear a bandeira do meu país. Mas a minha fala, de onde eu vim... não era permitido. Só as crianças brancas e as crianças não indígenas podiam fazer isso.

E o senhor declarou aqui que não mantém contratos com o Governo brasileiro, mas recebe dinheiro internacional. E esse dinheiro internacional... Olhe pra mim enquanto indígena. Olhe para mim enquanto brasileira. (*Manifestação de emoção.*) Eu sou uma mulher do Norte e eu vejo o labor e a dificuldade de todo um povo. Tudo isso que o senhor ganha, que o seu instituto ganha tem atuado contra o desenvolvimento do meu país, da minha bandeira, do meu povo, que está esquecido no meio da mata e que passa fome. E com que autoridade o senhor intervém nas políticas públicas do meu país e se acha no direito de me condenar à miséria?

(*Expressão em língua indígena.*)

Os senhores não nos deixam plantar. Os senhores receberam R\$11.685.843 para implementação do Plano de Gestão Territorial na Terra Indígena do Xingu e em terras ianomâmis; mais de R\$11 milhões em 2016 pra atuar com segurança alimentar. E por que até hoje nós passamos fome? Ah, foram distribuídas cestas básicas? Pra quê, se nem panela podemos ter? Porque isso vai interferir na nossa cultura, porque nós temos que ficar presos em 1500. Pra quê? Pro senhor ganhar milhões e milhões de outros países. Pra me condenar a viver no passado pra que o senhor continue bebendo a sua água gelada, vestindo a sua roupa. Por que nos condenaram? Acharam que todos nós poderíamos viver o tempo inteiro no passado e que eu ou que ela ou qualquer um de nós que já estivemos aqui nesta CPI não pudéssemos estar aqui. Isso, sim, é um marco temporal.

Os senhores podem entrar em nossas terras, os senhores com dinheiro internacional atuam neste país, mas as Forças Armadas não podem atuar?

Já que os senhores apoiam o veto do marco temporal, os arts. 20 e 21 proíbem a instalação de bases militares ou até a atuação das Forças Armadas nesse território.

Meu país, minha gente, meu povo! Ele também é meu povo, ele é brasileiro, mas o que eu vejo? Esse tipo de política condenando pessoas do Norte à fome e à miséria.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês acham que eu não vejo? Ou que o povo brasileiro não está vendo o que hoje está acontecendo no Norte?

Apyterewa!

Homens e mulheres sendo condenados à miséria em nome de dinheiros e estudos vindos de outro país – outro país!

Eu lutei para ser brasileira, para ter uma identidade. Como posso aceitar que uma pessoa que nasceu também neste território aceite esse dinheiro para intervir e condenar a nós a 1500?

Os senhores não lutam pelo nosso direito quando nos impedem de abrir uma estrada para pedir socorro – para pedir socorro!

Temos tantas denúncias.

O ISA manipulou todo o processo demarcatório para assegurar a demarcação de terras indígenas no Rio Negro II, a ponto de fazer o Presidente da Funai, Márcio Meira, indicar a sua mulher, Lúcia Hussak van Velthem, como antropóloga responsável pela identificação de uma terra indígena no Médio Rio Negro.

Obrigada por proteger o meio ambiente.

Obrigada por, como eu ouvi declararem aqui, proteger os povos indígenas. De quê? De outros brasileiros? Do garimpeiro? É, os senhores acusaram os garimpeiros. Isso é uma desonra ao Estado de Minas Gerais, uma grande potência econômica.

Mas o senhor bebe água gelada, o senhor, possivelmente, pede comida para a Ifood, mas faz questão de que o meu povo enfrente à mão uma onça? Uma queixada?

O senhor vai almoçar hoje e eu espero que coma bastante carne, mas existem muitos indígenas passando fome por conta de sua atuação.

Olhe para mim!

Eu sou uma mulher do Norte que vejo mulheres, meninas se prostituindo, meninos sendo vendidos para abuso sexual. E o senhor se acha no direito de receber dinheiro internacional para que eles decidam o meu futuro, o futuro do meu povo, não só indígena, mas do Norte, da Amazônia?

O senhor chegou aqui e falou muitas, muitas das suas próprias verdades, mas esses milhões não aplacaram a nossa fome, não diminuíram o nosso tempo técnico, científico, o nosso tempo cronológico. Minha mãe nem fala português. O meu pai mal fala português. Meu irmão luta para aprender português dentro de uma universidade e, há poucos dias, disse para mim que queria se matar porque ficou reprovado em português.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês nos condenaram a viver no passado para continuarmos sendo subjugados e usam esse dinheiro contra o meu país, contra a minha gente, contra o povo do Norte. Senadores, me perdoem, eu fui tão, tecnicamente, doce nas outras intervenções, mas é impossível permanecer em silêncio, sem que eu sinta a dor da fome, da miséria que aplaca o povo do Norte, que fez com que esses homens que representam seus estados e o povo brasileiro, lutassem para que a verdade fosse exposta neste Congresso.

Eu sou uma mulher brasileira, uma Waiãpi, uma mulher do Norte, uma mulher da Amazônia brasileira, que hoje estudou e está neste Parlamento, que bebe água gelada, que come outras carnes e que quer que o seu povo tenha a mesma dignidade que eu tenho e que o senhor tem.

Ainda há tempo – ainda há tempo – dentro do teu íntimo e da tua espiritualidade, para que tu olhes para mim como uma mulher que sofreu violência sexual, que vê meninas sendo vendidas pela própria família, dentro do Norte brasileiro, mulheres ribeirinhas vendendo suas próprias filhas, porque seus estudos nos condenaram à miséria.

Dinheiro de outro país roubando a minha identidade, a minha nacionalidade. Ainda há tempo, se tu quiseses, para tu seres brasileiro e lutar por este país. Tu defendes a árvore para que eu seja condenada ao estupro debaixo dela. É isso que defendes, mas não é a nós, povos indígenas. Não é o meio ambiente; é o teu próprio bolso, apenas o teu. (*Palmas.*)

Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eduardo, você está citado aqui, nos laudos.

Senhor... Alguma palavra sobre isso?

O SR. MÁRCIO SANTILLI (*Fora do microfone.*) – Não, nada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não. Nada.

Nós estamos rumando... Temos perguntas, Marcio, mas eu acho que a gente aproveita no relatório, né?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – As perguntas...

Vamos, então, para o encerramento, mas, antes, eu queria aproveitar, porque aqui tem um relatório da Câmara Municipal de Novo Airão, lá onde tem o Mosaico, e o ISA sempre aparece como mentor daquele Mosaico.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem aqui uma pergunta. Atualmente, corre na Justiça Federal o processo – aí dá o número aqui – em que se materializa o desejo do ISA, em conluio com entidades que representam os direitos indígenas sob tutela e financiamento de organismos internacionais, de transformar em territórios indígenas as áreas cobertas pelo Rios Aracá, Demeni, Quiuini, Caurés, Padauari e Preto, dentro do Município de Barcelos.

Tem essa questão jurídica? Está correndo isso?

Tem o número do processo aqui.

Eu pergunto porque essas áreas, aqui... Que não é coincidência, não é?

É fácil compreender o interesse na biodiversidade de minerais pra lá. Na área do Rio Aracá, por exemplo, está localizada uma das maiores reservas de tantalita, tem nióbio, terras-raras... Minério também é encontrado na sede do Rio Preto, do Rio Cuieiras. Então, todos esses rios têm riquezas minerais abundantes.

A gente vai encerrar, mas o ISA tem esse... Atualmente, corre no Distrito Federal o Processo nº 2662-81.2014.4.01.3200, que está defendendo essa...

Eu posso até passar pra vocês depois.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Eu peço que o senhor mande, porque, na verdade, nós não temos nenhum trabalho, já disse, de identificação de terras indígenas, e uma dessas áreas que o senhor mencionou eu acho que pode estar em estudos pela Funai, mas o ISA não participa desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, só com os estudos, porque, em homenagem aqui ao nosso antropólogo Eduardo, que está aqui conosco... Na época ele fez o laudo nesse sentido.

Em relação ao número de indígenas encomendado lá em Barcelos... Barcelos tinha o quê... Eles falam aqui bem poucos indígenas. Dobrou, triplicou, quadruplicou, e lá existe o que eles chamam de "mosaico", que eu não sei explicar direito, são várias áreas, e o Eduardo está aqui. Ele veio aqui para nos esclarecer.

Esse laudo dele não serviu para a Funai, porque não era o que a Funai queria. A Funai só quer aqueles estudos, aquela luva que casa na mão, a mão que casa na luva.

Marcio, alguma pergunta antes de agradecer a participação do nosso convidado?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não, eu quero agradecer a participação do Márcio, das pessoas todas que estavam aqui e dizer que eu também reforço o pedido da nossa Deputada Federal.

Eu peço a Deus, como cristão, que abra o coração dessas pessoas, sabe, porque eu sou paulista de nascimento, acriano por opção, e falo muito para a minha esposa, que é bióloga, já participou de várias



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

COPs, que eu não consigo, por onde eu ando... E aqui, escutando todas essas pessoas das ONGs, todas elas muito bem vestidas, com certeza têm acesso a grandes planos de saúde, viajam o mundo inteiro, nenhuma delas quis revelar aqui o seu salário, dizendo que depois mandavam – até agora não mandaram, mas espero que ele mande –, só que eu fui a... Já disse isto: estive na Semana do Clima, em Nova York, e você vê aquela suntuosidade, as pessoas que têm um padrão de vida elevadíssimo e decidindo sobre a Amazônia.

Eu não consigo, por onde eu ando e quando eu estou com essas pessoas das ONGs, quando elas vêm aqui, a imagem do Acre, a imagem das pessoas no Acre não sai da minha cabeça, da pobreza, da fome, da desesperança, do estado do narcotráfico que se instalou, de milhões de jovens...

Claro, eu sou daqueles que entende que o motor da violência é a impunidade. Eu acho que a pessoa que estupra, que mata, deveria mofar na cadeia, mas é inegável, é inegável você também reconhecer que hoje nós perdemos milhares de jovens para as facções criminosas, porque também não têm o que fazer, não têm opção. São jovens de 18, 20, 21 anos de idade que também querem prosperar, querem casar, querem ter filhos, querem ter família e não têm opção, porque lacraram a Amazônia e querem criar mais reservas e mais reservas e mais reservas e mais reservas! E criam palavras muito bonitas, sempre rebuscadas, só que o Acre da realidade não sai da minha cabeça, a vida das pessoas, os dados sobre a Amazônia, quer dizer, hoje, você tem 28 milhões de amazônidas, e 16 milhões vivem de Bolsa Família, não conseguem sobreviver se não for com Bolsa Família. Você não tem agenda para o esgoto, para água encanada... E aí é sempre a mesma coisa: são estudos, estudos, estudos, estudos, estudos, mas nas obras de infraestrutura fundamentais eles são contra, trabalham contra, claro, sempre com frases de efeito muito educadas – "não são contra, mas é que tem que estudar o efeito" e tal. Enquanto isso, não tem como... Como é que você vai levar progresso numa área que não tem estrada, que não tem energia elétrica? Você vai ensinar a fazer o quê, para tirar de que jeito? E aí mostram sempre nos eslaides – porque tem que mostrar que alguma coisa estão fazendo –, mostram um nicho que atinge ali meia dúzia de pessoas e falam de áreas indígenas como se, como disseram os colegas, criar reserva indígena resolvesse problema. Não resolveu!

Então, eu, sinceramente, eu gostaria de pedir à Marina, que é a maior representante de todos eles... Se ela não se preocupa com as pessoas, com as famílias que ela deixou no Acre... Ela foi embora do Acre, ela não vive mais no Acre, ela prosperou. Hoje, é uma figura... Vai ser ovacionada de novo a partir da terça-feira em Dubai, que é um lugar bilionário que vive de petróleo e gás.

Então, Styvenson, eu quero só dizer que, na sua fala... Eu acho que a luta do Plínio durante quatro anos e meio para criar esta CPI, essa tenacidade dele, essa persistência dele proporcionou isso. Eu não sei quantos brasileiros escutaram a sua fala, o seu desabafo, mas é isso. Eu ainda... Eu sou um sonhador. Então, eu, como você, ainda fico sonhando. Será que essas pessoas não vão ligar nada com nada nunca?! Quer dizer, estão 50 anos com essa conversa, e as pessoas da Amazônia estão mais pobres, nós estamos mais entregues à desesperança, pobreza. Quando... O Styvenson relatou aqui, e é o que eu vejo nos seringais acrianos. Você chega lá e vai falar com alguém, a mulher, às vezes, não sai do quarto, da tapera. Por quê?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque não tem roupa. Aqui, nos vídeos que nós vimos aí, agora, para fazer a desintrusão... Desintrusão de gente pobre! Olhe! Pelo vídeo você vê! Pessoas com camisas rasgadas, porque não têm... Eu lembro que, na época das campanhas que podiam ter camiseta, você via essas pessoas usando camiseta de campanha, de campanha de dois anos atrás, de cinco anos, de oito anos atrás e tal.

Então, eu só quero dizer, Plínio, que eu acho que na... O seu trabalho de quatro anos e meio, a sua tenacidade de uma parte dos brasileiros ouvir a realidade que você traz, com a legitimidade que têm, mais do que qualquer um, mais do que eu, mais do que o próprio Plínio... Eu, no seu lugar, Plínio, estaria me sentindo recompensado. Valeu a pena o esforço de quatro anos e meio.

E é isso que a gente vê, eles acham normal. Eles fazem parte de ONG, dirigem a Funai, voltam pra ONG, dirigem o Ministério do Meio Ambiente, voltam pra ONG.

Tem gente relacionada no BNDES nas comissões que decidem pra onde vai o dinheiro, e as ONGs recebem o dinheiro. Está tudo certo. Isso não tem problema. Ter dinheiro estrangeiro está tudo certo. São preocupados com o meio ambiente do Brasil, mas é como o sujeito que é contra o estupro ser amigo do estuprador. Você é contra o estupro, mas é aliado da Alemanha. É contra o estupro, mas se alia, é amigo do estuprador em nome do quê? "Não, porque tem que vir dinheiro pro Brasil". Pra quê? Pra comprar nossa soberania, pra tutelar as pessoas.

Então, Plínio, é isso. Não tenho mais perguntas. Agradeço e peço a Deus... Quem sabe, um dia só Ele, talvez, seja capaz de tocar o coração dessas pessoas, fazendo com que elas consigam perceber que, depois de toda conversa, de toda a fala, o retrato da Amazônia é pobreza, fome, desemprego, miséria. É isso? É isso que a Amazônia ganhou? É isso que as pessoas que moram lá dentro estão recebendo?

Então, Plínio, é isso só. Parabéns mais uma vez!

Eu acho que eu no seu lugar me sentiria recompensado quando o Brasil pôde ouvir um pouco o desabafo da Deputada Sílvia. Eu no seu lugar me sentiria recompensado pelos quatro anos e meio que você lutou pra criar esta CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Na realidade, Marcio, recompensado, sim, mas de parabéns não. Nada pro dever e obrigação que a gente tem.

Eu lembro da faculdade. Quem que não protestou? Quem que não...? Eu fazia teatro, escolhia, e ficou na minha memória. Pra mim, o Vandrê foi um dos melhores que teve, o Geraldo Vandrê. E aquilo me marcou pro resto da vida, e eu ando com essa frase em que ele diz:

Deixo claro que a firmeza do meu canto vem da certeza que tenho
De que o poder que cresce sobre a pobreza e faz dos fracos riqueza



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi que me fez [...] [Senador]

Portanto, eu vou continuar nisso.

Muito fui entrevistado ontem e hoje. A pessoa que entrevistou, a pergunta era como é que a gente se sentiu convocando uma Ministra porque as CPIs não fazem isso. Caramba! Isso é normal. Aqui é o Senado da República. Então tudo isso é normal.

Eu agradeço muito... Ah, só uma pergunta. A gente sabia que teria hoje o Beto Góis, um cacique guajajara. É o vídeo 3. Ele pediu pra fazer uma pergunta, e eu queria atendê-lo. É o vídeo 3.

(Procede-se à exibição de vídeos.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Esse... Na verdade, eu chamei o Beto, porque o Beto vem sempre à mente. O Beto foi aqui um dos pioneiros, dando aqui depoimento, e eu me tornei admirador e tenho a honra de ser amigo dele.

Esse aí é o Raimundo Guajajara, que esteve aqui conosco quando pediu para gravar para deixar esse desabafo.

E aqui, como disse desde o começo, esta CPI foi para dar voz aos mudos, fazer com que a imagem dos invisíveis chegue aos lares brasileiros e mostrar a outra realidade em confronto com essa narrativa forte que vocês têm, que fazem o que quiserem. Eu acho que a gente cumpriu, não é? Bem tratado, não tem problema, disse o que disse, a gente falou o que falou, mas sempre respeitando o ser humano. A gente está em cima da instituição.

Ele perguntou se eu tenho problema com o ISA. Tenho, claro que eu tenho. Quando eu quero defender o povo, eu tenho que ir em cima de quem o manipula, de quem o escraviza, de quem o aniquila. O IBGE foi manipulado por um cientista do ISA, isso dito por ele, a BBC publicou, foi ele que colocou aquela pergunta em cima, quando... *Grosso modo*: "Sílvio, você é o quê?", "Eu sou pardo, mas sou mestiço", "Mas mestiço? Você tem os traços indígenas. Você não tem?", "É, eu tenho", "Indígena". E é assim que eles transformam lá, em Autazes, viu? Estão transformando mestiços e pardos em indígenas.

Eles tinham 40 ou 50 muras; colocavam que têm 80, até isso, e hoje Autazes já tem 85%, 80% de população indígena. Eles transformaram... Eles querem essa área aqui, não é? Está aqui, esse plenário é a área em que eles querem fazer o estudo pra demarcar. Mas só tem a Vania, minha assessora ali, que é indígena, e mais o Vinicius ali que é indígena. Eles já estão dentro da área, mas não estão em toda. Então, eles vão lá no fundo, transformam aquela família mestiça em indígena, vão aqui no meio, transformam a família parda em indígena e mestiça, e assim conseguem pedir pra demarcar a área.

Nós chegamos a um absurdo, a um poder tão gigante das ONGs, que quando eles pedem pra Funai – mancomunados com a Funai, sempre, com o Ibama, com o ICMBio –, quando eles pedem que o Ibama



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

venha pra demarcar, já agem como se estivesse demarcada. E não obedecem a lei de forma nenhuma, que é dar uma solução pra quem eles estão expulsando. É tão gritante assim, é tão cristalino assim, que às vezes as pessoas têm que duvidar de mim, e eu aceito que duvidem de mim. Porque é um absurdo o que fazem. É o óbvio o que fizeram: as ONGs foram cavalo de troia, os cavalos de troia que entraram e tomaram conta da Amazônia hoje. E a gente luta contra esse domínio.

Aproveito pra reafirmar, Marcio, que é o Relator, o que a gente sempre diz aqui: isso aqui não é uma CPI contra governo, isso aqui não tem nada a ver com Bolsonaro e com Lula, isso aqui não tem nada a ver com a esquerda e com a direita. Tem a ver com esse mundo das ONGs, que querem viver sob a tutela da matriz, que querem um país colonizado, embora se achem colonizadores. E a nossa realidade é uma nação que quer ser independente, com domínio do seu destino, com as rédeas do seu destino. E é ao encontro desse destino que a gente está começando, iniciando essa CPI aqui, a desvendar essa caixa-preta e a abrir pra tudo e pra todos.

Muito obrigado pela sua presença, por ter aceitado o convite. Muito obrigado. Com muito esclarecimento, a sua versão foi dada, a nossa foi dada, e o relatório final será apresentado.

Muito obrigado, viu? Boa sorte, saúde e muita paz.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Posso só fazer um rápido esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim, sim, com certeza; desculpe. Com certeza pode.

O SR. MÁRCIO SANTILLI (Para expor.) – O ISA não atua na região de Autazes e também não atua na região dos guajajaras, só pra deixar isso aqui registrado, porque parece que a gente está, mas não está, não se trata... A nossa atuação...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Na realidade, o ISA não atua em lugar nenhum desses que estão acusando, é porque ele sabe que o ISA está por trás.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. *Fora do microfone.*) – Raimundo Guajajara é Presidente dos Caciques.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, Raimundo Guajajara... Pois é, então eles podem...

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. *Fora do microfone.*) – Ele representa mais do que...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eles podem até entender que o ISA não faz aquilo, mas é simples, acredite nisso. Sempre o ISA aparece em todos os depoimentos como aquele que manipula, como aquele que faz, que cria associação, que cria federação, que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

treina as pessoas que vão defender... O senhor está vendo aí, são os índios, são os agricultores, não é apenas o cidadão Plínio Valério.

Muito obrigado pela sua presença.

Com a anuência do plenário, coloco em votação...

Muito obrigado, viu?

O SR. MÁRCIO SANTILLI (*Fora do microfone.*) – Posso sair?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pode, claro. Muito obrigado. Tudo de bom.

Com a anuência do plenário, coloco em votação os seguintes requerimentos extrapauta.

O Requerimento nº 155 requer que sejam prestadas, pela Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, informações sobre a composição da delegação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para a Conferência da COP 28.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 155/2023

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, informações sobre a delegação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para a Conferência do Clima das Nações Unidas - COP28.

Autoria: Senadora Damares Alves

Realmente é uma festa. Todo mundo do Governo com quem a gente conversa vai pra COP no dia 28, vai pra COP no dia 28. E a Senadora Damares faz muito bem por pedir essas informações.

O Requerimento nº 156 requer que sejam prestadas, pela Sra. Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, informações sobre a composição... Ué, mas é o mesmo. Tem dois aqui.

2ª PARTE



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 2

Requerimento Nº 156/2023

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, informações sobre a delegação do Ministério dos Povos Indígenas para a Conferência do Clima das Nações Unidas - COP28.

Autoria: Senadora Damares Alves (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Requerimento 156. Requer que sejam prestadas pela Sra. Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, informações sobre a composição da delegação do Ministério dos Povos Indígenas para a Conferência do Clima das Nações Unidas.

E o avião também, a gente acrescenta aqui. Claro, é a Aeronáutica que vai nessa.

Olha, vocês que ficam aqui em todas as sessões com a gente, é muito importante esse apoio de vocês. Enquanto estiver um só de vocês aqui no plenário, nós temos a certeza de que temos que caminhar, de que estamos no caminho certo.

Quando a gente vê aquele depoimento daquela senhora, daquela senhora que foi expulsa, que não tem nem como sair da área de onde ela foi expulsa. Você expulsa a pessoa e não dá a mínima condição de ela sair, de cumprir a determinação da Justiça. (*Pausa.*)

Os requerimentos estão aprovados.

Coloco em votação a Ata da 27ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, mas, antes, agradecendo a Deus, que nos dá força, que nos dá coragem, e desejando a paz de Cristo a todos.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 25 minutos.)